

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

# **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**

ISSN 0034 - 723 X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 1 - 308, jan./dez. 1994

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

Publicação trimestral, editada pelo IBGE, que se destina a divulgar artigos e comunicações inéditos de natureza teórica ou empírica ligados à Geografia e a campos afins do saber científico.

Propondo-se a veicular e estimular a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, privilegiando a sua dimensão espacial, encontra-se aberta à contribuição de técnicos do IBGE e de outras instituições nacionais e estrangeiras.

Os originais para publicação devem ser endereçados para:

Revista Brasileira de Geografia/Diretoria de Geociências  
Av. Brasil, 15 671 - Prédio 3B - Térreo - Lucas - 21241-051 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Tel.: (021)391-1420 - Ramal 223.

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Publicação editorada na Divisão de Editoração/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI, em 1996.

Criação: Programação Visual e Capa  
**Pedro Paulo Machado**

© IBGE

Revista brasileira de geografia/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.) - Rio de Janeiro: IBGE, 1939- Trimestral. Órgão oficial do IBGE. Inseto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 - out./dez. 1976. Números especiais: vol. 47, n. 1/2 (jan./jun.1985): Sumários e índices acumulados de autor e assunto dos vols. 1 ao 45 (1939-1983); vol. 50, t. 1 (1988) :Clássicos da geografia; vol. 50, t. 2 (1988): Reflexões sobre geografia. ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia. 1. Geografia - Periódicos. I. IBGE.

IBGE. CDDI. Departamento de Documentação e Biblioteca  
RJ-IBGE/88-23 Rev.

CDU 91 (05)  
PERIÓDICO

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

## **Speridião Faissol**

**Faleceu no dia 22 de março de 1997, aos setenta e quatro anos de idade, Professor Speridião Faissol, um dos mais importantes geógrafos brasileiros dos últimos cinquenta anos. Nascido em Ituiutaba, MG, ingressou na Geografia através da Faculdade Nacional de Filosofia do antigo Distrito Federal no início dos anos 40 e logo depois no IBGE, onde trabalhou inicialmente como digitador para o Serviço Nacional de Recenseamento, nos trabalhos de tabulação do Censo de 1940. Posteriormente, já formado, foi recrutado pelo Conselho Nacional de Geografia para trabalhar com um grupo pioneiro de geógrafos que estruturava um novo conhecimento geográfico visando o planejamento territorial, em consonância com as diretrizes do Governo Vargas. São desta fase, os seus trabalhos sobre o processo de colonização agrícola em diversas regiões brasileiras, mas principalmente na Região Centro-Oeste, em virtude da demanda governamental em definir o espaço do futuro Distrito Federal no interior do País.**

**No início dos anos 50, ainda trabalhando o tema Colonização Agrícola, deu assistência ao Professor Preston James da Universidade de Syracuse, USA que a convite do IBGE veio passar um ano para trocar experiências com os geógrafos brasileiros. Por intermédio do mesmo Professor Preston James vai para Syracuse e se doutora em 1956, trabalhando o tema Desenvolvimento do Sudeste do Planalto Central Brasileiro.**

**Ao retornar ao IBGE assumiu a direção do Departamento de Geografia e a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia até 1960, período em que também trabalhou na estruturação do volume II da coleção Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, além de ser um de seus coordenadores técnicos.**

**A segunda metade da década de 60 inaugura uma nova fase na Geografia brasileira. Os processos de industrialização e urbanização tomam a dianteira nas discussões geográficas, e com isso, suas preocupações redirecionam-se para os estudos da urbanização brasileira, que nesta época operavam sob influência dos trabalhos do Professor francês Michel Rochefort e sob a liderança da Professora Lysia Bernardes. Com a transferência de Lysia para o IPEA em 1968, Professor Faissol assume gradativamente essa liderança e inicia um movimento intelectual que criaria um novo**

**referencial nos estudos geográficos do Brasil - A introdução dos métodos quantitativos e a preocupação de determinar um arcabouço teórico dedutivo para a Geografia. São desta fase a maioria de seus trabalhos sobre os processos de urbanização brasileira e a introdução de textos teóricos metodológicos sobre a Geografia como Ciência Social. É por influência do Professor Faissol a mudança de orientação na matriz de pensamento geográfica até então vigente no pensamento dos geógrafos do IBGE. A Geografia anglo-saxã, através dos métodos quantitativos, começa a dividir a hegemonia da Geografia francesa.**

**Este processo perdurou até o início dos anos 80, quando sob influência de uma nova matriz de pensamento de cunho crítico e apoiada nas idéias do marxismo a Geografia brasileira toma outro rumo, agora apoiada pelos inúmeros departamentos de Geografia das principais Universidades.**

**A última fase intelectual do Professor Faissol inicia-se em 1982 com sua aposentadoria do IBGE e seu ingresso no mundo universitário como professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro até o seu repentino falecimento.**

# SUMÁRIO

---

## ARTIGOS

---

ANTIGO E O NOVO NA REDE VIÁRIA DO SUDOESTE AMAZONENSE E OESTE  
ACREANO E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS - 5

Miguel Angelo Campos Ribeiro

---

ESTUDO GEOGRÁFICO DA CIDADE NO BRASIL: EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO  
(CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO) - 21

Maurício de Almeida Abreu

---

A DINÂMICA URBANA E O USO DO SOLO EM BELÉM: ANÁLISE DE PROCESSOS  
ESPACIAIS EM ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO - 123

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

---

A TERRITORIALIDADE PENTECOSTAL: UM ESTUDO DE CASO EM NITERÓI - 135

Mônica Sampaio Machado

---

MAPEAMENTO AUTOMATIZADO: EXPERIÊNCIAS COM O PROGRAMA “SURFR” - 165

Jaimeval Caetano de Souza  
Barbara Christine Nentwig

---

A PROPRIEDADE SANTA: O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DA ORDEM DE SÃO BENTO NA  
CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 203

Fania Fridman

---

COMÉRCIO DE RUA NA FRONTEIRA: NOVA DIMENSÃO DE UMA  
PRÁTICA TRADICIONAL - 219

Neiva Otero Schaffer

---

PAPEL DAS CIDADES NO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA  
REAValiaÇÃO - 239

---

**URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REDISCUINDO O URBANO E A  
URBANIZAÇÃO COMO FATORES E SÍMBOLOS DE DESENVOLVIMENTO À LUZ DA  
EXPERIÊNCIA RECENTE - 255**

Marcelo José Lopes de Souza

---

**COMUNICAÇÕES**

---

**ORIGENS E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA: ALGUMAS NOTAS - 293**

Roberto Lobato Correa

---

**REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, UMA ABORDAGEM PRELIMINAR -  
301**

Fany Davidovich

---

**INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DE ORIGINALS - 307**

---

# O "ANTIGO" E O "NOVO" NA REDE VIÁRIA DO SUDOESTE AMAZONENSE E OESTE ACREANO E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS \*

Miguel Angelo Campos Ribeiro \*\*

*"... serão prostituídas e arrasadas mais mulheres, como aconteceu ao longo das rodovias, que pretendiam abrir as portas do paraíso e denunciam a presença do inferno; serão mais numerosos os explorados, para ali levados em condições medievais. Este é o caminho para a riqueza, mas a dos exploradores, não a dos povoadores da amazônia."*  
(Nelson Werneck Sodré, 1980, In: PMACI I. p. 56, 1990)

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

Para definir e caracterizar o "antigo" e o "novo" na Rede Viária do Sudoeste Amazônico e Oeste Acreano, tomou-se como referência o artigo de Almeida, de Ribeiro (1989, p.33), que remete aos processos de integração espacial de uma região, estruturados em gran-

des sistemas de transportes, de comunicações de geração e distribuição de energia. Para eles, tais sistemas organizam-se em dois tipos de redes:

- as linearmente materializadas, como por exemplo rodovias, ferrovias, rios, oleodutos e linhas de transmissão de energia elétrica; e
- as não-materializadas linearmente, como por exemplo aeroportos, portos, estações de

\* Recebido para publicação em 25 de outubro de 1993.

\*\* Analista especializado em geografia do Departamento de Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O autor esclarece que o presente artigo foi elaborado a partir de pesquisas desenvolvidas na área em estudo, em 1987, pelo próprio e equipe do Departamento de Geografia do IBGE, para levantamento de dados socioeconômicos, sob a coordenação da geógrafa Olga Maria Schild Becker, referente ao projeto PMACI II (Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas).

Expressa, ainda, sinceros agradecimentos a Angélica Alves Magno, João Baptista Ferreira de Mello e Rogério Botelho de Mattos, pelas valiosas sugestões e críticas na elaboração do texto final. A Roberto Schmidt de Almeida, pelas informações prestadas e idéias absorvidas. A Sérgio Medeiros de Lavor, pelas sugestões na revisão do texto e versão preliminar e final da micrografia. À equipe de ilustrações do DEGEO, através de Luiz Carlos Adelaide de Mattos, que confeccionou os mapas e, por fim, à sociedade local do Sudoeste Amazônico e Oeste Acreano, pela contribuição dada através de depoimentos transcritos no artigo.

As idéias expressas no texto são de exclusiva responsabilidade do autor.

telefonia e telex e distribuidores de combustíveis.

Através dessas redes, os fluxos materiais e imateriais da economia circulam sob as mais variadas formas, articulando os diferentes espaços econômicos... um estudo sobre os sistemas de transportes é de validade, pela sua complexidade e amplitude, em função de apresentarem subdivisão modal. Essas modalidades exigem infra-estruturas específicas e organizam seus fluxos de mercadorias e pessoas, conectando os diferentes subespaços que compõem um determinado território.

Outra questão a ser aludida refere-se ao processo de complementaridade intermodal que tende a otimizar os fluxos de cargas e pessoas em relação a algumas variáveis, como: a disponibilidade da modalidade, as características do produto a ser transportado, o custo e a distância.

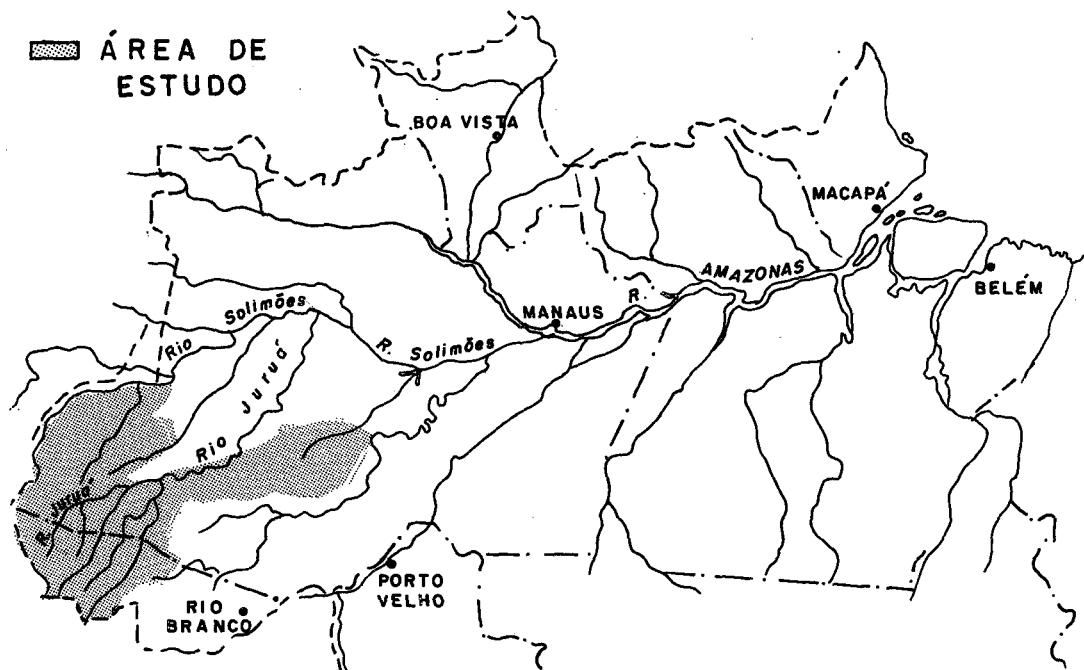
No caso da Amazônia, até recentemente, esta complementaridade intermodal era tão tênue e particularizada que a sua existência, em escala regional, era mais uma aspiração dos técnicos de planejamento do que uma realidade concreta. Essa característica de desequilíbrio entre os diferentes meios de transporte é, ainda, sentida na Amazônia, em virtude das condições naturais e da evolução do processo de ocupação iniciado a partir do Século XVII.

Em vista do exposto acima, este breve artigo tem por objetivo principal analisar a rede viária do sudoeste amazonense e oeste acreano, levando-se em consideração os sistemas de transportes, considerados, a partir daqui, como o "antigo", representado pelo sistema de transporte fluvial, e o "novo", representado pelos sistemas rodoviário e aéreo.

Essa rede viária apresenta-se constituída pelos rios formadores das bacias do Javari e Juruá, formadores do Solimões e que se integram à rede fluvial do Amazonas, onde destaca-se uma série de portos que viabilizam o escoamento da produção local, complementada pela implantação da BR-364, na década de 60 e consolidando-se nas de 70 e 80. Apresenta um traçado longitudinal, localizada na fronteira dos Estados do Acre e Amazonas, proveniente de Cuiabá, passando por Porto Velho e indo em direção a Rio Branco, até a cidade de Cruzeiro do Sul. Com sua abertura, essa rodovia, de certa forma, veio complementar o "antigo" e tradicional sistema fluvial, provocando transformações e influenciando na organização produtiva e no direcionamento dos fluxos de mercadorias e pessoas para a capital, Rio Branco.

Deve-se mencionar, também, a participação do sistema aéreo que, juntamente com o fluvial e o rodoviário, complementa o sistema viário da área em estudo (Mapa 1).

Mapa 1





Ao se analisar a estrutura espacial da rede viária no sudoeste do Amazonas e oeste do Acre, chama atenção o fato de que esta área pode ser subdividida em função da BR-364. Desta forma temos, de um lado, a região do Estado do Acre e fronteira do Amazonas, cortada por aquela rodovia até Cruzeiro do Sul, apresentando características diferentes da outra área que corresponde ao sudoeste do Estado do Amazonas. Além dessa subdivisão, o que caracteriza, de imediato, a rede viária do espaço em foco é o predomínio de um sistema em moldes coloniais, baseado na movimentação lenta de número reduzido de produtos - látex, madeira, farinha de mandioca X combustíveis, cimento, ferramentas e alguns produtos de consumo das populações, como café, sal, charque, etc.... - fluindo pelos rios das bacias do alto e médio Juruá e alto, médio e baixo Javari até a calha principal do Solimões/Amazonas.

Outro fato que individualiza a área em estudo é seu isolamento. Está localizada à imensa distância dos grandes centros regionais - Belém, Manaus, Rio Branco e Porto Velho - prevalecendo ainda como meio de transporte, neste espaço, a navegação fluvial, que direciona a área para ligações cativas, sobretudo com a capital amazonense. Em se tratando da porção ocidental do Estado do Acre, a forma dendrítica anterior poderá ser substituída por uma estrutura multiarticulada, com ligações preferenciais com Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá e Centro-sul do País, em função da implantação e asfaltamento da BR-364.

Os sistemas fluvial e rodoviário são complementados pelo aeroviário que, neste espaço, adquiriu papel importante devido às condições precárias de acessibilidade e às longas distâncias (Mapas 1 e 2). É bem verdade que tal estrutura está apenas esboçada, sendo, ainda, muito precária as atuais condições de transporte, levando a um completo isolamento em decorrência da ausência de infra-estrutura tanto no que diz respeito ao seu principal e tradicional sistema de transporte - o fluvial - quanto ao rodoviário. Este último consiste na implantação, ao longo do trecho compreendido entre as cidades acreanas de Feijó e Cruzeiro do Sul, da BR-364. Esse isolamento responde por uma série de problemas ligados, principalmente,

ao monopólio, questão dos fretes e pagamento, volume de estoque e entrega de mercadorias na região, (Mapa 2).

Antes de se abordar a estruturação dos sistemas de transporte nesta porção da Amazônia, caberia tecer alguns comentários de ordem socioeconômica a respeito dos municípios que a integram (Quadro 1), perfazendo um total de 12, sendo que, somente 9 apresentam sedes municipais localizadas na área em estudo. Esses municípios registraram população residente inferior a 30 000 habitantes, em 1991, exceção feita a Cruzeiro do Sul, localizado no extremo oeste do Estado do Acre. Caracterizam esta área as mais baixas densidades demográficas no contexto amazônico, verificando-se os maiores percentuais populacionais concentrados em zonas rurais.

As baixas densidades demográficas verificadas na área em estudo são decorrentes, dentre outros fatores, da própria estrutura viária existente, baseada no sistema fluvial, gerador dos problemas de acessibilidade, desta forma isolando-a do conjunto da Amazônia e do País; bem como de sua organização econômica, pautada no extrativismo vegetal (borracha, madeira, etc.) que não gerou concentração de população em diversos núcleos, mas sim "em poucos, exatamente em função da descontinuidade e da raridade do povoamento", conforme nos afirma Santos (1993, p. 62) no tocante à Amazônia, (Quadro 1).

Visando à caracterização da estrutura econômica dos centros urbanos, levou-se em consideração o trabalho inédito de Ribeiro (1993), no qual foi elaborada uma Tipologia referente à funcionalidade urbana das cidades com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, na Amazônia Legal, sendo caracterizados quatro tipos de centros, a saber:

- 1 - com predomínio da atividade industrial;
- 2 - combinação de atividade comercial e industrial;
- 3 - com atividades ligadas aos produtos agropecuários; e
- 4 - com atividades ligadas ao extrativismo vegetal.



## QUADRO 1

## MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA EM ESTUDO - INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

MUNICÍPIOS	POP. MUNIC. (1) (ABS.)	POP. SEDE MUNICIPAL (ABS.)	POP. URBANO (ABS.)	POP. RURAL (ABS.)	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	ESTRUTURA ECONÔMICA DA SEDE MUNICIPAL (2)
Cruzeiro do Sul	66 607	26 766	27 860	38 747	41,83	Combinação da atividade comercial e industrial
Feijó	17 760	7 148	7 148	10 612	40,25	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Amâncio Lima	10 216	3 574	3 574	6 642	34,98	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Tarauacá	27 676	9 433	9 559	18 117	34,54	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Total (Acre)	122 259	46 921	48 141	74 118	39,38	
Atalaia do Norte	8 014	2 162	2 162	5 852	26,98	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Benjamin Constant	18 276	11 530	11 530	6 746	63,09	Atividades ligadas aos prod. agropecuários
Carauari	19 298	11 504	11 504	7 794	59,61	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Eirunepé	20 381	13 451	13 451	6 930	66,00	Combinação da atividade comercial e industrial
Envira	16 291	4 655	4 655	11 636	28,57	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Ipixuna	9 662	3 548	3 548	6 114	36,72	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Jutai	14 884	9 102	9 102	5 782	61,15	Atividades ligadas ao ext. vegetal
São Paulo de Olivença	13 627	4 432	5 105	8 522	37,46	Sem informação
Tapauá	25 394	7 516	7 516	17 878	29,60	Atividades ligadas ao ext. vegetal
Total Amazonas	145 827	67 900	68 573	77 254	47,02	
TOTAL DA ÁREA	268 086	114 821	116 714	151 372	43,54	
AMAZÔNIA LEGAL (3)	16 453 754	8 445 687	9 076 742	7 377 012	55,16	

FONTES - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1991, IBGE.

(1) População residente.

(2) Para caracterização da estrutura econômica das cidades da Amazônia Legal, utilizaram-se as informações básicas municipais, 1989, IBGE e Censos Econômicos, 1985, IBGE.

(3) A Amazônia Legal é constituída pelas Unidades da Federação pertencentes à Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá); Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, até o paralelo 13° S) e Nordeste (Maranhão, até o Meridiano 44° de W de Greenwich).

Quanto à funcionalidade dos núcleos urbanos da área em estudo constatou-se que, em sua maioria, estão condicionados às atividades extrativas e agrícolas (Quadro 1).

Dos 13 núcleos urbanos que integram a área em estudo, com exceção de Cruzeiro do Sul (AC) e Eirunepé (AM) que têm suas atividades ligadas à combinação do comércio e indústria e Benjamin Constant (AM) que se vincula aos produtos agropecuários,

os demais centros vivem do extrativismo vegetal.

No tocante aos fluxos de mercadorias, a escala de alcance dos mesmos é a Local, ou seja, os fluxos se dão dentro dos municípios dos próprios estados (neste caso, os fluxos se realizam entre os próprios municípios amazonenses e acreanos). Em seguida, aparecem os de alcance Regional, aqueles verificados nos limites da Amazônia

Legal, sendo que os vínculos com Manaus são intensos.

A rede fluvial funciona como o principal sistema de transporte dos fluxos de bens, sendo que a comercialização da borracha se destaca entre os demais produtos, entre os quais a madeira e os agropecuários, beneficiados ou não.

Trata-se de uma área que apresenta padrão espacial predominantemente dendrítico, estando seus núcleos urbanos localizados próximos aos rios e orientados pela rede fluvial, quanto aos seus relacionamentos (fluxos de mercadorias ou bens). São relativamente pequenos e de pouca expressão, dentro da Amazônia Legal, vivendo da drenagem de produtos extrativos e agropecuários.

Com a implantação da BR-364 e seu futuro asfaltamento, é provável que os relacionamentos desta área passem a ser direcionada, com maior intensidade, para Rio Branco, em direção ao Centro-sul do País. Diante de tal fato, as ligações cativas com Manaus tenderão a diminuir.

O que se pode constatar reforça-se na afirmativa de Figueiredo (1993, p. 1) em relação à área em estudo, que integra às Unidades Espaciais configuradas da Amazônia Legal aquela de Domínio Extrativista da Amazônia Ocidental: "conjugando baixa densidade demográfica e acentuado isolamento espacial, apresenta no extrativismo vegetal, associado à ocupação ribeirinha, sua principal forma de ocupação territorial".

## **ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE NA REGIÃO**

### **a) O sistema de transporte fluvial**

A estrutura viária da região em estudo repousa, ainda hoje, fundamentalmente sobre as bacias hidrográficas do Javari e Juruá, formadores do Solimões. Este sistema, apesar de ser o mais antigo e de grande importância para a área, onde as comunicações são bastante precárias, apresenta grandes

inconvenientes no que concerne às condições de navegabilidade, principalmente com relação à bacia do Juruá, condicionada a fatores climáticos e geomórficos característicos da região.

Um dos problemas verificados, no que tange ao conjunto Juruá e seus formadores - Tarauacá, Envira e afluentes - diz respeito ao intenso assoreamento provocados, em seus altos cursos, pela grande quantidade de sedimentos oriundos, em partes, dos desmatamentos que vêm se processando nas cabeceiras daqueles rios. Esse processo de assoreamento altera os canais de navegação, exemplo verificado no rio Tarauacá, que tem a navegabilidade prejudicada em grande parte de seu alto curso.

Outra característica que dificulta a navegação em ambas as bacias consiste nos acentuados meandros, que aumentam o tempo de viagem entre as cidades da área e Manaus e Belém, distantes em cerca de 3 000 e 6 000 km, respectivamente.

O tempo de viagem, já muito longo (a partir do alto e médio curso) com média de 16 dias para alcançar Manaus e 25 dias para Belém, aumenta ainda mais no caso da bacia do Juruá e seus formadores - Envira e Tarauacá - em seus altos cursos, em consequência da vazante associada ao período da estiagem ("verão"), que corresponde ao período de maio a novembro. A navegação fica, então, prejudicada, em decorrência da profundidade, do calado das embarcações, havendo necessidade de transbordos.

Aos problemas de ordem física - distância e dificuldades de navegação - alia-se à falta de infra-estrutura portuária, já que os "portos" existentes (não-estruturados) não oferecem condições necessárias ao transporte fluvial. Os "portos", com exceção de Cruzeiro do Sul, banhado pelo Juruá, que apresenta estação portuária, correspondem a pequenos atracadouros individuais, utilizados para o recebimento de embarcações de pequeno calado, sem nenhuma infra-estrutura para movimentação de carga e armazenagem.

Quanto à navegação do Juruá, Tarauacá e Envira, realiza-se através das ligações entre as cidades acreanas de Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá com Manaus via as cidades amazonenses de Ipixuna, Envira e Eirunepé, que

servem de ponto de transbordo e limite para as embarcações de diferentes profundidades de calado. Eirunepé tem condições de acesso fluvial o ano todo, o que aumenta, em importância, seu papel.

A navegação na bacia do Juruá pode ser dividida em dois períodos: de maio a novembro, correspondendo ao "verão", quando transitam pelos rios pequenas embarcações que vão de Eirunepé em direção a Envira, Feijó, Tarauacá e Ipixuna até Cruzeiro do Sul; e de novembro a abril ("inverno"), quando diminui o fluxo de embarcações pequenas, em virtude das cheias. Aumenta, assim, o fluxo de balsas de maior porte e calado - vindas de Manaus - que passam a atingir, diretamente, localidades como Feijó (no alto curso daquela bacia).

A título de informação, é relevante acentuar que mais de mil pequenas embarcações da própria área atuam na região do alto Juruá, conduzindo pequenos volumes de carga. Dentre eles, 60% correspondem aos tradicionais regatões<sup>1</sup> que, embora estejam desaparecendo, ainda monopolizam o comércio nestas vias. No que tange aos produtos comercializados, destacam-se, provenientes de Manaus, os derivados de petróleo (inflamáveis), cimento, produtos de estiva e eletrodomésticos. Em sentido inverso, via Eirunepé, circulam como produtos mais importantes a borracha, madeiras, grades vazias de bebidas, produtos agrícolas (arroz, feijão, milho e farinha de mandioca) e frutas.

Quanto ao transporte de passageiros pelo Juruá e afluentes, convém mencionar que não existe embarcação típica para esse fim. Apenas duas embarcações têm permissão para transportar no máximo 30 pessoas, que se deslocam no período de 2 em 2 meses, partindo de Eirunepé, no Amazonas, passando por pequenos centros localizados nos vales até chegar a Manaus.

No tocante à bacia do Javari, algumas considerações específicas podem ser observadas, fazendo com que a mesma se diferencie da bacia do Juruá. A primeira diz respeito à periodicidade da navegação fluvial, que tem sua ocorrência o ano todo sem interferência das estações e, conseqüentemente, sem prejudicar as relações comerciais e o movimento das populações dessa área para Manaus e as demais cidades dos vales do Solimões e Amazonas. Alia-se a este fato a importância da bacia no tocante ao transporte internacional, levando as populações das fronteiras da Colômbia e Peru a se relacionarem intensamente com Tabatinga (que não se encontra nos limites da área em estudo) e Benjamin Constant, relações estas de caráter comercial (sobretudo vestuário e produtos alimentares).

Deve-se destacar, entre os produtos comercializados desta área com Manaus, o transporte intenso de madeiras de lei - mogno em toras ou serrado. Assim, parte da madeira permanece nas serrarias da região, enquanto outra é exportada, via Manaus, para os Estados Unidos.

Em nível local, podemos distinguir intenso deslocamento de passageiros através de voadeiras, entre as cidades de Benjamin Constant e Tabatinga e, em menores proporções, de mercadorias, fazendo com que se estreitem as relações entre aqueles dois centros.

À guisa de exemplificação, o Quadro 2 procura mostrar caracterização do grau de acessibilidade fluvial<sup>2</sup> do "porto" ou atracadouro localizado na sede municipal, levando-se em consideração a profundidade do rio no qual estão localizados, segundo Departamento de Vias Navegáveis da Portobrás.

Quanto aos portos localizados na área em estudo, cumpre mencionar que aqueles localizados no Estado do Amazonas são os que apresentam as melhores condições de navegabilidade durante todo o ano, destacando-se

<sup>1</sup> Agentes do processo de comercialização, de grande mobilidade, baseado em embarcações que trocam mercadorias, geralmente industrializadas, por produtos locais de seu interesse. Caso da borracha, castanha e demais produtos da coleta vegetal ou da agricultura. Eles são sustentados pelo sistema de "aviamento", que consiste no principal mecanismo de financiamento da produção e das trocas comerciais (vide Corrêa, 1991, p.254 - 271).

<sup>2</sup> O Grau de Acessibilidade Fluvial foi elaborado por Ribeiro para caracterizar os "Portos" ou Atracadouros da Amazônia Legal. Em função da característica de profundidade dos rios nos quais os mesmos estão localizados, distinguiram-se quatro categorias, sendo atribuídos pesos ou notas de 4 a 1, a saber: 4 - com navegação regular o ano inteiro, com profundidade mínima de 2,10m em 90% do tempo; 3 - com navegação regular ou não, em certo trecho, com profundidade mínima entre 1,30m e 2,10m em 90% do tempo; 2 - sem navegação regular, em certo trecho, com profundidade mínima entre 0,80m e 1,30m em 90% do tempo; 1 - sem navegação regular, em certo trecho, sendo navegável nas cheias. A nota 0 corresponde à ausência.

entre eles os situados nas localidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, no baixo curso do rio Javari e Eirunepé, no médio Juruá.

O conjunto formado pelos portos localizados nas cidades de Carauari (baixo Juruá); Jutai e São Paulo de Olivença (alto Solimões) e Tapauá (baixo Purus) apresentam as mesmas condições de navegabilidade que os anteriores, mas não estão localizados dentro dos limites da área estudada (Mapa 2).

Com exceção de Mâncio Lima (AC), que em decorrência de sua localização não apresenta função portuária, os demais carecem de navegação regular, sendo utilizados somente em certos trechos, durante as cheias. Tal fato pode ser explicado em virtude das características físicas de suas localizações, geralmente no médio e alto cursos dos seus respectivos rios, muitas vezes com a presença de corredeiras ou apresentando pouco volume de água (Quadro 2).

Alguns projetos estão sendo elaborados com vistas ao melhoramento da navegabilidade nos rios destas bacias, já que consistem em caminhos obrigatórios para a integração da porção sudoeste amazônica, não só com Manaus e Belém, como com as demais cidades fluviais da região. Todavia, embora este seja um meio de comunicação imprevisível, é, por outro lado, econômico, em função do frete mais em conta, se comparado aos demais meios de transporte.

## b) O sistema de transporte rodoviário

A área em foco ainda não é dotada de sistema de transporte rodoviário. O que se encontra, na verdade, é um caminho de serviço, no Estado do Acre (fronteira com o Amazonas) saindo de Feijó em direção a Cruzeiro do Sul. Trata-se do prolongamento da BR-364, implantada no final da década

QUADRO 2

### GRAU DE ACESSIBILIDADE FLUVIAL - "PORTO" OU ATRACADOURO LOCALIZADO NA SEDE MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA EM ESTUDO

MUNICÍPIOS	NOTAS REFERENTES AO GRAU DE ACESSIBILIDADE FLUVIAL
Cruzeiro do Sul	2
Feijó	2
Mâncio Lima	0
Tarauacá	1
Atalaia do Norte	4
Benjamin Constant	4
Carauari	4
Eirunepé	4
Envira	2
Ipixuna	2
Jutai	4
São Paulo de Olivença	4
Tapauá	4

FONTE - PORTOBRÁS, Dep. de Vias Navegáveis.

A REDE hidroviária brasileira. {S. I.}: PORTOBRÁS, Departamento de Vias Navegáveis, 1991 (Publicações técnicas).

de 60 e tendo sua consolidação entre as de 70 e 80 que, proveniente do Centro-sul do País, margeia a fronteira com o Estado do Amazonas e percorre, transversalmente, o alto curso da bacia do Juruá. Sua implantação está ligada aos governos militares que, no início da década de 60, preocupava-se com questões de segurança nacional e ocupação de áreas vazias do território brasileiro. No entanto, nesse trecho a estrada só foi "aberta", constituindo desta forma um caminho que só funciona, precariamente, durante quatro meses do ano (período do "verão").

De Rio Branco a Cruzeiro do Sul são 651 km de estrada precária, sujeita a longas interrupções no período das chuvas ("inverno"). A BR-364 corta diversos rios e igarapés de porte médio, sendo que os rios da bacia do Juruá mantêm, permanentemente, grandes áreas alagadas entre Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Os impactos de um futuro asfaltamento da BR-364 (já concretizado, recentemente, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco) no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul são vistos de diversas maneiras pelos vários segmentos da população acreana. A maioria considera o asfaltamento imprescindível. Há, porém, os que o temem, por sentir que tal processo penalizava violentamente seus negócios.

À guisa de ilustração, estão transcritos, a seguir, alguns depoimentos coletados nas entrevistas realizadas na área, em diferentes segmentos da sociedade, tais como comerciantes e lideranças locais, denotando o papel daquela rodovia para a região:

- "A estrada não trouxe reflexo nenhum. A BR-364, mesmo em Rio Branco, não influenciou aqui".
- "Se chegar aqui, vai melhorar muito, pois vão ter condição de trazer mercadorias do Centro-sul em 5 a 8 dias".
- "A estrada é importante para haver circulação com Rio Branco".
- "Tem que haver um controle, com o asfaltamento da BR-364, com relação ao desmatamento".
- "A rodovia asfaltada ia dar um impulso ao pequeno e médio produtor. Iria en-

carecer o frete, para alguns produtos, mas em compensação, iria ter uma regularidade maior no abastecimento, principalmente hortigranjeiros. Com isto, a cidade (Cruzeiro do Sul) superaria Rio Branco".

- "Com o asfaltamento da BR-364 poder-se-ia escoar a produção de pescado para Rio Branco, bem como a manutenção das máquinas melhoraria (embarcações), já que as peças ficariam mais baratas".
- "O asfaltamento da BR-364 encareceria o frete. Entretanto, com relação ao abastecimento, o asfaltamento seria a melhor coisa para Cruzeiro do Sul, pois no verão, fica-se de 4 a 5 meses sem vir a balsa pelo Juruá. O monopólio dos poucos grandes comerciantes acabaria".
- "Primeiro melhorar aqui (Cruzeiro do Sul), antes de asfaltar. O perigo é o grande chegar e expulsar o agricultor local".
- "Não acredito ainda na efetivação do asfaltamento da BR-364. Seria ótimo e ruim. Ótimo, por que os horizontes seriam abertos aos imigrantes, iria desenvolver a região. Ruim, porque traria os problemas que a imigração em massa traz. Mas já estão se preparando".
- "Se não asfaltá-la, sua utilização se resumirá a apenas 2 meses por ano".
- "O seu asfaltamento é uma coisa maravilhosa, que vai dar progresso para Ipixuna, principalmente no transporte, uma vez que há grande dependência de Cruzeiro do Sul".

Para finalizar, o depoimento abaixo resume os demais, com relação ao asfaltamento da BR-364.

- "É a solução.

Já passou do tempo de chegar".

Quanto ao sistema de estradas vicinais na região, podemos dizer que das poucas existentes e ligadas aos projetos de colonização, como as encontradas nos Municípios de Cruzeiro do Sul e Ipixuna, entre outros, apresentam-se em estado precário, difícil-

tando o escoamento da produção do interior rural para aqueles centros.

A abertura de novos eixos vicinais ligados aos sistemas rodoviários estaduais e municipais, ainda gerará muita celeuma entre ecologistas, especialistas em colonização, empresários, colonos, políticos e lideranças locais.

Há os que pregam que um sistema de estradas vicinais com tráfego permanente é uma das condições necessárias para que os projetos de colonização na área, hoje e no futuro, possam ser viabilizados. Por outro lado, há também a preocupação dos ecologistas e indigenistas quanto ao descompasso entre as delimitações das reservas, tanto indígenas quanto ecológicas e o planejamento e implantação dessas estradas rurais cortando áreas reservadas já que, uma vez implantadas, é impossível restringir a ocupação predatória no local.

As rodovias, nessa área, com exceção da BR-364, ainda não saíram dos projetos, estando indicadas nos mapas rodoviários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) - 1988 - como planejadas, caso da Perimetral Norte, que cortará a parte oeste da área (fronteira com o Peru), passando por Benjamin Constant, no Amazonas, indo conectar-se com a BR-364 em Cruzeiro do Sul, no Acre.

Numa das entrevistas realizadas em Benjamin Constant, o entrevistado procurou externalizar sua opinião a respeito da Perimetral Norte:

- "A Perimetral Norte não foi implantada, infelizmente, pois o Governo Federal vê o Amazonas como uma reserva para as multinacionais".

Algumas conseqüências para o futuro podem ser observadas em relação à implantação e asfaltamento de um sistema viário, que já se delinearão em áreas da Amazônia, caso do trecho da BR-364 entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). No caso do asfaltamento da BR-364, a enorme frota de caminhões e ônibus alterará profundamente os deslocamentos populacionais, provocando o encurtamento nos prazos de entrega de mercadorias, modificando a administração dos estoques dos estabelecimentos comerciais e

agrícolas. Com isso, aumentará o fluxo monetário, gerado por maior quantidade de transações comerciais, reestruturando a vida de relações de bens dos centros locais que hoje apresentam forte vínculo com Manaus, via rio e passarão a se ligar com maior intensidade, via rodovia, ao Centro-sul do País, indiretamente, através de Rio Branco.

Hoje (1993) assiste-se em Rio Branco a um fluxo mais intenso com a cidade de Goiânia, via BR-364, sendo que a causa principal desta inversão consiste no alto custo das mercadorias comercializadas por Manaus. Portanto, é mais vantajoso pagar um frete de caminhão, que sai de Goiânia, do que um barco que se desloque de Manaus.

Com a abertura e asfaltamento dos eixos rodoviários, viabilizar-se-á uma ampla gama de projetos agropecuários (muitos já existentes) pelo poder público e por grandes grupos empresariais do Sudeste. Paralelamente, haverá um deslocamento de parcelas da população, processo que já se delineia em Rio Branco e vem ocorrendo com intensidade em Vila Extrema e Nova Califórnia, na fronteira de Rondônia com o Acre, em busca de terras, partindo, principalmente, de imigrantes chegados do Nordeste e Sul do País.

Tais processos de ocupação, quando não planejados e monitorados adequadamente pelas diversas instâncias do poder público, acabam por gerar graves distorções sociais e danos irreparáveis ao meio ambiente, além de levar a sérios conflitos entre posseiros antigos, fazendeiros, seringueiros e índios.

## O SISTEMA DE TRANSPORTE AÉREO

Em vista das dificuldades inerentes à infra-estrutura do transporte fluvial e rodoviário na área em estudo, o aéreo ainda garante o deslocamento de grande volume de carga e passageiros, através das empresas de âmbito nacional/regional e companhias de táxi-aéreo.



O Quadro 3 procura mostrar a caracterização do grau de acessibilidade aérea<sup>3</sup> nessa área, levando-se em consideração o equipamento (tipo de aeronave) conjugado com a infra-estrutura do aeródromo, dando ênfase para as variáveis que os individualizam, tais como: luzes e sistemas de aproximação (visual, eletrônico (I.L.S.)) e luzes de pista, além das instalações de rádionavegação (auxílio-rádio e vôo por instrumento).

Dentre os aeródromos destacam-se, em importância, o de Cruzeiro do Sul (AC), que apresenta o maior grau de acessibilidade por possuir pista 'de asfalto de grande extensão (mais de 2 000 m), sendo o mais equipado, com luzes de pista, venda de combustível, equipamento para orientação de vôo por instrumentos e centro meteorológico. Servido por empresas nacionais e de transporte regular e não-regular (táxi-aéreo), tanto em vôos domésticos quanto in-

QUADRO 3

**GRAU DE ACESSIBILIDADE AÉREA - AEROPORTO OU CAMPO DE POUSO LOCALIZADO NA SEDE MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA EM ESTUDO**

MUNICÍPIOS	NOTAS REFERENTES AO GRAU DE ACESSIBILIDADE AÉREA
Cruzeiro do Sul	5
Feijó	1
Mâncio Lima	0
Tarauacá	1
Atalaia do Norte	1
Benjamin Constant	1
Carauari	2
Eirunepé	2
Envira	1
Ipixuna	1
Jutaí	0
São Paulo de Olivença	0
Tapauá	1

FONTE - Ministério da Aeronáutica.

MANUAL auxiliar de rotas aéreas - ROTAER, 91/PANROTAS. Brasília: Ministério da Aeronáutica, 1991.

<sup>3</sup> O Grau de Acessibilidade Aérea foi elaborado por Ribeiro para caracterizar os aeródromos (aerportos) da Amazônia Legal. Em função do equipamento (tipo de aeronave) conjugado à infra-estrutura do aeródromo. Distinguiram-se, desta forma, seis (6) categorias, sendo atribuídos pesos ou notas de 6 a 1, a saber: 6 - com linha regular, aeronaves com 4 reatores, com I. L. S.; 5 - com linha regular, aeronaves com 4 reatores, sem I.L.S.; 4 - com linha regular, aeronaves com até 2 reatores, com luzes de pista e/ou vôo por instrumento; 3 - com linha regular, aeronaves com até 2 reatores e/ou Bandeirante, com luzes de pista; 2 - com linha regular, aeronaves com até 2 reatores e/ou Bandeirantes, mas somente com pouso durante o dia, sem luzes de pista e/ou vôo por instrumento; 1 - sem linha regular (campo de pouso) ou não-oficiais sem equipamento e infra-estrutura. A nota 0 (zero) corresponde à ausência.

ternacionais, apresenta este aeródromo intensa movimentação de carga e passageiros. A seguir, aparece o de Eirunepé (AM), que possui uma pista média (entre 1 500 e 1 900 m), asfaltada e com instalação de auxílio-rádio, sendo servido por empresa regional regular (TABA) e não-regular (táxi-aéreo), seguido do de Carauari (AM). Convém mencionar, ainda, que as cidades de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, no Amazonas, se servem do Aeroporto Internacional de Tabatinga.

Quanto à infra-estrutura dos aeroportos da região, com exceção de Cruzeiro do Sul (AC) e, num nível mais inferior, Eirunepé e Carauari (AM), que apresentam condições satisfatórias de pouso e decolagem, os demais caracterizam-se por precárias instalações, tanto nos aspectos operacionais quanto no atendimento à carga e aos passageiros, muitas vezes inexistentes.

Ao lado dos aeroportos e campos de pouso homologados pelo Departamento de Aeronáutica Civil (D.A.C.), convivem inúmeros campos de pouso clandestinos, uns pertencentes a fazendeiros recentes que ainda não legalizaram a homologação junto ao Ministério da Aeronáutica e outros, em grande maioria pertencentes a grupos de contrabandistas e traficantes de tóxicos. O problema é de tal gravidade que já existe um convênio entre o Ministério da Aeronáutica, a Polícia Federal e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) para que, por meio de sensoriamento remoto via satélite, seja levantado o número real de campos de aviação na região, juntamente com a elucidação de seus verdadeiros objetivos.

Quanto às empresas que atuam na área, de âmbito nacional, somente a VARIG/CRUZEIRO faz rota de passageiros e carga, partindo de Manaus via Tabatinga, Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Já a VASP atuava no Estado do Acre até Cruzeiro do Sul, somente no transporte de carga. Serve, ainda, a esta região, uma empresa de âmbito regional - a Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), com sede em Belém, que cobre, além dos 40 aeroportos catalogados pelo D. A.C., muitos outros de menor porte. Esta companhia apresentou, no ano da pesquisa (1987), certo grau de deficiência, tanto no que se refere à segu-

rança das aeronaves, como também ao grau de conforto e precisão dos horários.

Outro conjunto de empresas que possui importância vital na área em foco é o de táxi-aéreos. Em Rio Branco estão sediadas quatro das principais que atuam nessa área: a TAFETAL (Táxi-Aéreo Feijó-Tarauacá Ltda.), a PUA (Purus Táxi-Aéreo Ltda.), TACEZUL (Táxi-Aéreo Céu Azul Ltda.) e a TAVAJ (Táxi Aéreo Vale do Juruá Ltda.), que cobrem diariamente os principais centros acreativos e o sudoeste do estado amazonense. Dois fatores explicam sua complementariedade aos vôos regulares: o primeiro, por ser a região fronteira de recursos, onde as atividades econômicas, como a agropecuária, estão localizadas em áreas isoladas. Alude-se, ainda, às condições econômicas da maioria dos proprietários de terras, geralmente grandes fazendeiros e grandes organizações sediadas na Região Sudeste. O segundo consiste nas grandes distâncias e na precariedade ou ausência dos demais meios de transporte que fazem do táxi-aéreo o meio de locomoção de pessoas e pequenas cargas, sobretudo aquelas de alto valor e menor peso. O custo operacional elevado encarece, assim, o preço da passagem e dos fretes.

Estas aeronaves atuam também no transporte de funcionários dos governos estaduais e municipais, fazendo ainda o deslocamento emergencial de passageiros, principalmente enfermos, entre os centros urbanos e destes para as fazendas do interior, através de convênios entre as empresas de táxi-aéreos e prefeituras locais.

Nesse sentido, pode-se prever, à medida que a rodovia começar a ser asfaltada e outras estradas forem abertas e dotadas de infra-estrutura, os táxi-aéreos tenderão a perder importância em atendimento. O táxi-aéreo - segundo o depoimento de um gerente administrativo de uma dessas companhias - "chega onde não tem o meio de transporte. Serve de elo de ligação, até quando não chega a rodovia".

Outra instituição importante que atua na área é o Correio Aéreo Nacional, sob a responsabilidade da Força Aérea Brasileira (FAB) através de aeronaves "Búfalo", que complementa o atendimento a estas comu-

nidades, não só no transporte de cargas, mas também das populações carentes, embora atue, hoje, de forma irregular.

## EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DE REDE VIÁRIA NA ÁREA EM ESTUDO

A principal diferença entre o "antigo" (Sistema Fluvial) e o "novo" (Rodovia BR-364 que começa a se esboçar, em termos de transporte, é o acentuado aumento da capacidade de carga e de passageiros transportados; além da rapidez e da flexibilidade na entrega porta-a-porta que o transporte rodoviário garante, quando dotado de certa infra-estrutura para sua atuação.

Nesta área, ainda hoje, predomina o "antigo" Sistema Fluvial, que movimentava lentamente quantidade variada de produtos e pequeno número de passageiros.

À medida que o processo de substituição de sistemas viários terrestres vai se concretizando lentamente, o transporte aéreo adquire papel complementar, principalmente nas fases iniciais do processo de implantação rodoviária, pois a ele cabe o transporte de pessoal técnico mais capacitado, o deslocamento urgente de feridos e doentes e o transporte de cargas e equipamentos de pequeno porte e de alto valor adicionado.

Quanto aos efeitos do processo de implantação futura de uma infra-estrutura viária na área estudada, cabe analisar alguns pontos positivos e seus rebatimentos negativos na natureza e na sociedade. Tal empreendimento leva a: maior e melhor conhecimento do território, com o alargamento da fronteira de recursos; bem como à integração desta porção da Amazônia ao sistema produtivo da própria região em que ela se insere e ao Brasil. Paralelamente, permite, também, o aumento da arrecadação fiscal dos estados e municípios, aumento na geração de empregos, além da melhoria na estrutura comercial e de serviços dos municípios alcançados pelas estradas, e a melhor integração das modalidades de transportes.

Porém, toda essa sucessão de processos considerados positivos para o desenvolvimento de uma região, sem esquemas de controle adequados, ocasiona distorções, já verificadas em outras áreas da Amazônia, como por exemplo a perda de controle do fluxo migratório, causando:

a) disseminação de doenças tropicais, via migrante não adaptado às condições de insalubridade da área;

b) colapso da infra-estrutura urbana dos antigos centros, que não estão preparados para receber os elevados aumentos de população. Este fato se delineou a partir de meados da década de 70, em Rondônia, na parte oriental do Pará e norte de Mato Grosso e que já começa a se acentuar, nos dias atuais, na área em estudo (caso de Cruzeiro do Sul, no Acre);

c) especulação fundiária sem controle, alterando fortemente o valor da terra e substituindo antigas e tradicionais formas de ocupação por outras, muitas vezes não adequadas à realidade;

d) atuação predatória, conduzida simultaneamente por fazendeiros e grandes empresas rurais no preparo de suas terras para as atividades agrícolas e pastagens, aliados a empresas de extração de madeiras. Essa atuação implica em grandes devastações na floresta (tal processo já existe, independente da estrada), sem que se tenha preocupação com o uso racional dessas matas; e

e) aumento dos fluxos de contrabando, tanto de mercadorias e sobretudo de tóxicos. Esse fenômeno já mereceu várias consultas diplomáticas, reuniões entre órgãos policiais e forças armadas e esquemas de cooperação entre os países limítrofes ao Brasil. No bojo das mudanças de estratégias dos traficantes, observa-se que este segmento já está usando a estrutura industrial e a rede rodoviária brasileira para o abastecimento de produtos químicos necessários à fabricação de drogas em seus países.

Finalmente, o ponto importante a ser lembrado, quando começa a se implantar uma rede rodoviária, acrescida de infra-estrutura básica em regiões de clima equatorial, caso da área em estudo, é o controle da capacidade de manutenção das mesmas. Sem

esse controle, corre-se o risco de desestruturar esquemas econômicos nascentes e gerar graves problemas de dispersão de recursos humanos e materiais.

A maioria dos especialistas em colonização de áreas de fronteira coloca como fator preponderante do sucesso ou não, dos projetos, a conservação das redes viárias, tanto a principal quanto à vicinal. Esse é, hoje, um grande problema que se verifica em outras áreas da Amazônia, pois o sistema rodoviário deteriora-se rapidamente, devido às condições climáticas e ao alto custo de manutenção.

Nos próximos anos, espera-se que a população do sudoeste amazonense e oeste acreano consiga poder de barganha suficiente para contar com uma estrutura permanente de transportes adequados, além de melhoria em sua infra-estrutura, sobretudo no que toca ao fluvial. Este sistema, apesar do seu potencial, foi colocado à margem das políticas de transporte empreendidas na Amazônia e no País.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande problema enfrentado pelos centros localizados nesta porção da Amazônia diz respeito ao grande isolamento vis-à-vis a precariedade do sistema de transportes que a serve. Enquanto os rios, principais artérias de deslocamento da região, apresentam sérios inconvenientes, desde problemas de ordem física (falta de infra-estrutura mínima de seus "portos" ou atracadouros), as rodovias são ainda meros projetos, com exceção da BR-364, servindo a pequeno trecho desta área. Representa aquela rodovia, na verdade, um caminho de serviço, em função de suas precárias condições de tráfego (trata-se de rodovia não asfaltada).

Tais fatos inferem numa gama de problemas de ordem socioeconômica, destacando-se, entre eles, os altos preços cobrados

pelos fretes, em face das grandes distâncias percorridas, levando, desta forma, ao encarecimento das mercadorias, associadas ao monopólio.

Na verdade, trata-se a região em foco, de uma área "ilhada" e totalmente distante dos principais centros da Amazônia e do País. Sente-se, assim, a necessidade urgente de dotar seu sistema de transportes, de infra-estrutura condizente, com vistas a vencer seu isolamento. Para tal, seria necessário:

1 - asfaltamento e manutenção imediatos da BR-364, levando, assim, à sua regularização automática de tráfegos;

2 - abertura de novos eixos e estradas vicinais, integrando os diferentes centros urbanos e estes ao meio rural, facilitando, deste modo, o escoamento da produção agrícola;

3 - melhoria do sistema fluvial, dotando-o de melhores condições de infra-estrutura física e instalações portuárias, com a conseqüente modernização no transporte de carga e oferecimento de condições satisfatórias para o transporte de passageiros; e

4 - melhoria dos aeródromos, dotando-os de condições satisfatórias de segurança das pistas, além de instalações de infra-estrutura e manutenção, tanto nos aspectos operacionais quanto no atendimento à carga e aos passageiros, muitas vezes inexistentes.

A viabilização de tais projetos só se tornaria efetiva sendo eles bem estruturados e concebidos pelas diferentes distâncias de poder, atendendo a uma política que vá de encontro à degradação acelerada do meio ambiente e priorize as efetivas necessidades das populações locais, evitando, assim, os inúmeros conflitos de ordem social e cultural, bem como o desmantelamento da economia regional. É com efeito, o que se espera para o futuro desta porção da Amazônia.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de, RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Os sistemas de transporte na região norte: evolução e reorganização das redes. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 33-98, abr./jun. 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A organização urbana. In: GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 3: Região Norte, p. 254-271.
- DIAGNÓSTICO geoambiental e sócio-econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 2 v., v.1: Área de influência da BR-364 trecho Porto Velho/Rio Branco. 132 p. PMACI I: Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas. Convênio IBGE/IPEA.
- FIGUEIREDO, Adma Haman de. *Unidades espaciais configuradas na Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 3 p. Trabalho inédito.
- MANUAL auxiliar de rotas aéreas - ROTAER, 91/PANROTAS. Brasília: Ministério da Aeronáutica, 1991.
- A REDE hidroviária brasileira. [Rio de Janeiro]: PORTOBRÁS, Departamento de Vias Navegáveis, 1991. (Publicações técnicas).
- RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Amazônia legal: rede e fluxos na nova divisão territorial do trabalho. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 177.
- \_\_\_\_\_, ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Estrutura espacial e modificações tecnológicas no sistema de transportes brasileiro. In: SILVA, Solange Tietzmann (Coord.). *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p. 185-209.
- \_\_\_\_\_. Reorganização do sistema viário na região de influência da BR-364. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 95-102, jul./set. 1989.
- SANTOS, Milton. A diversidade regional. In: A URBANIZAÇÃO brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 57-64.

Nota: PROJETO de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas. Entrevistas concedidas na área do PMACI à equipe do Departamento de Geografia, Diretoria de Geociências do IBGE, no período de 03-30 jun. 1987.

## RESUMO

O breve artigo tem por objetivo principal analisar a Rede Viária do Sudoeste Amazonense e Oeste Acreano, levando em consideração os sistemas de transportes - o "antigo", representado pelo fluvial, e o "novo", pelo rodoviário e aéreo.

A área em estudo, durante longo período, apresentou padrão espacial predominantemente dendrítico, estando seus núcleos urbanos localizados próximos aos rios e orientados pela rede fluvial. Com a implantação da Rodovia BR-364, na década de 60 e sua consolidação entre as de 70/80, de certa forma veio a se complementar o "antigo" e tradicional sistema fluvial, provocando transformações na área e influenciando na organização produtiva e no direcionamento dos fluxos de mercadorias e pessoas.

## ABSTRACT

This brief article studies transport network in the Southwest of Amazonas State and West of Acre State (Brazil), through the analysis of transport systems - the "old" one, represented by river network and the "new" one, being road and air systems.

The area under study, during a long period presented a mainly dendritic spatial pattern, being its urban centers located along the rivers and organized according to river network. The actual construction of BR-364 federal road, in the sixties (completely implanted during 70/80 decades) happened, in a certain way, to complement the "old" and traditional river system, causing transformations in the area and influencing on producing organization as well as on flows of people and goods.

# O ESTUDO GEOGRÁFICO DA CIDADE NO BRASIL: EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO

## Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro\*

Maurício de Almeida Abreu \*\*

---

### INTRODUÇÃO

---

É sempre importante que, a intervalos periódicos de tempo, uma comunidade científica reflita criticamente sobre a sua própria produção. Ao fazer isto, ela não apenas resgata e recupera todo o esforço já empreendido de construção do conhecimento, valorizando-o portanto, como identifica problemas e propõe soluções de encaminhamento para o futuro.

No que diz respeito à Geografia Urbana Brasileira, esta tarefa já vem sendo realizada há algum tempo, tendo dado origem a diversos trabalhos (Corrêa, 1967 e 1978a; Müller, 1968; Fredrich, 1978; Mamigonian, 1978). Por serem historicamente determinados, esses estudos constituem-se hoje em verdadeiros depositários, tanto da produção realizada pelos geógrafos brasileiros

sobre a cidade, como da própria história da Geografia no País.

O objetivo do presente trabalho é o de oferecer mais uma contribuição a essa avaliação que os geógrafos urbanos brasileiros efetuam periodicamente sobre a sua produção. Pretende-se, com este trabalho, resgatar muito do que já foi abordado em estudos anteriores, e acrescentar também coisas novas, fruto das discussões mais recentes que vêm sendo travadas na Geografia.

Dada a magnitude do objetivo que se pretende avaliar (o estudo geográfico da cidade), algumas decisões tiveram que ser tomadas no sentido de limitar o universo a ser pesquisado. Assim, foram incluídos na presente pesquisa os seguintes tipos de trabalho:

a) **trabalhos realizados apenas pelos geógrafos brasileiros.** Estão excluídos, pois todos os estudos realizados por outros

---

\* Recebido para publicação em 28 de agosto de 1992.

Este trabalho foi realizado com apoio da FINEP e do CNPq, e apresentado no I Simpósio Nacional de Geografia Urbana (São Paulo, Novembro 1989). O autor agradece à Rosa Ester Rossini por ter facilitado o acesso a diversas obras que são aqui comentadas, e a Roberto Lobato Corrêa pela crítica que realizou a uma versão preliminar do texto.

\*\* Professor adjunto - Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

profissionais, excetuando-se aqueles que foram realizados pelos pioneiros da Geografia no Brasil (muitos dos quais não tinham formação específica nessa disciplina) e os trabalhos que, embora de autoria de não-geógrafos, foram defendidos em Programas de Pós-graduação em Geografia. Estudos realizados por geógrafos estrangeiros e por outros estudiosos das cidades estão também presentes no texto, já que servem de ponto de referência para as discussões que são aí levantadas.

**b) trabalhos que tratam apenas da escala intra-urbana.** O objetivo de estudo está limitado aos trabalhos que focalizam a cidade propriamente dita; que tratam da sua organização interna e dos processos que a determinam. Deixamos assim, para outros, a tarefa de analisar a produção geográfica realizada a nível interurbano e a nível do processo de urbanização.

**c) trabalhos que atingiram o domínio público.** Estão incluídos nesta avaliação apenas os trabalhos publicados ou defendidos em Programas de Pós-graduação em Geografia. Optou-se por considerar também aqueles trabalhos que foram publicados sob a forma de resumo, geralmente incluídos em anais de congressos. A dificuldade de acesso dos geógrafos aos meios editoriais é notória, razão pela qual muitos dos estudos que são realizados conseguem apenas ser publicados de forma resumida, ou então em veículos de circulação bastante restrita, de difícil acesso. Acreditamos, assim, que os trabalhos publicados sob a forma de resumo traduzem um esforço muito maior, que merece ser valorizado. Por esta razão, fazem parte desta avaliação.

A tarefa a que nos propusemos revelou-se, na prática, muito maior do que a havíamos imaginado inicialmente. Com efeito, a produção realizada pelos geógrafos brasileiros sobre a cidade é não apenas antiga, como numerosa e diversificada. Conseqüentemente, tivemos que trabalhar com um número bastante elevado de referências bibliográficas, que estão devidamente listadas ao final deste estudo. Resta dizer, para finalizar, que este trabalho não pretendeu (e nem poderia) cobrir toda a produção realizada pelos geógrafos brasileiros sobre a cidade. Estão incluídas aqui apenas aquelas fontes às

quais foi possível ter acesso. Acreditamos entretanto que elas revelam, com bastante clareza, o que tem sido este longo e profícuo processo de produção de conhecimento sobre a cidade, que é agora recuperado, discutido e avaliado.

## PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CIDADE: PRIMÓRDIOS

Ao analisar-se a evolução do pensamento geográfico mundial após a institucionalização da Geografia como disciplina universitária, por volta de 1870, nota-se com certo espanto que a cidade é um tema de atenção relativamente recente dos geógrafos. Com efeito, embora Ratzel tenha dedicado a ela diversos capítulos da segunda parte da "Anthropogeographie", é somente a partir da década de 20, quase 30 anos depois do aparecimento daquela obra (Ratzel, 1891), que a cidade passará a ser um objeto sistemático de investigação da Geografia. No Brasil, serão necessários ainda mais 15 anos para que o mesmo possa vir a acontecer.

Ratzel conferiu às cidades um papel importante na evolução da humanidade. Para ele, o conceito fundamental da análise geográfica da cidade era o de "Lage", "palavra que em português corresponde ao mesmo tempo à de posição (isto é, de localização segundo as coordenadas geográficas) e à de situação, ou seja, de localização, por exemplo, em relação a outro elemento ou conjunto de elementos" (Backheuser, 1944b, p. 401). Dentre esses elementos, Ratzel enfatizou principalmente o papel desempenhado pelas vias de comunicação através da História, chegando mesmo a dizer que a cidade deveria ser estudada a partir de sua situação em relação a essas vias. As grandes cidades foram, inclusive, definidas por ele como "uma reunião durável de homens e de habitações humanas que cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais" (Ratzel, 1903).

É, pois, a partir do conceito de posição/situação que a cidade entra no temário geográfico moderno. Vindo de Ratzel, isto não poderia deixar de ocorrer. Com efeito, este

conceito é fundamental em toda a sua obra, especialmente na "Politische Geographie", que tem toda a sua quarta parte dedicada ao tema (Ratzel, 1987). Embora outros grandes autores alemães tenham também dedicado atenção à posição das cidades (Schlüter, 1899; Hettner, 1902), o fato é que, a partir da morte de Ratzel (em 1904), o estudo das cidades vai se transformar, deslocando-se do eixo preferencialmente estratégico e econômico da posição, para caminhar em direção a novos elementos balizadores. Isto já era notado por *Fèbvre* em 1922, que acusava os geógrafos alemães de se preocuparem agora excessivamente com o estabelecimento dos mais diversos esquemas classificatórios de cidades<sup>1</sup>, tarefa que ele considerava importante mas que não refletia "a verdadeira contribuição geográfica ao estudo do tema" (*Fèbvre*, 1922).

E que contribuição seria essa? Para *Fèbre*, era a Geografia Francesa que estava contribuindo de forma mais efetiva para a compreensão da cidade. E isto ela fazia a partir da orientação geral de Vidal de la Blache que, segundo ele, "havia colocado e resolvido de uma só vez o problema geográfico da cidade" quando escreveu: "La nature prépare le site et l'homme l'organise pour lui permettre de répondre à ses désirs e à ses besoins" (Vidal de la Blache, 1898, p. 107). Ou seja, o estudo geográfico das cidades deveria pautar-se principalmente pelas questões referentes ao sítio, que transformava-se agora no principal elemento conceitual do estudo urbano. A cidade seria, então, mais um palco de demonstração da superioridade da "vontade humana" sobre o jugo ambiental, e assim contextualizada passava a fazer parte, também, do temário principal do debate franco-alemão daquela época.

Dados esses objetivos maiores, não é de se estranhar que os trabalhos franceses de Geografia Urbana, que *Fèbre* tanto elogiava, tenham optado preferencialmente pelo estudo de cidades localizadas em sítios desfavoráveis, como provam os estudos realizados sobre Friburgo (Girardin, 1909/10), sobre

Grenoble (Blanchard, 1911), sobre Lille e Nancy (Blanchard, 1914/15), sobre Lausanne (Biermann, 1916), sobre Annecy (Blanchard, 1916), sobre Bordeaux (Blanchard, 1917), e sobre Marselha (Blanchard, 1918; Rambert, 1919). Como conclusão, esses estudos proclamavam, invariavelmente, as "grandes vitórias humanas" sobre o meio natural<sup>2</sup>.

Essa "naturalização" do estudo geográfico da cidade se inscreve perfeitamente bem no contexto dos debates da época. Não é o lugar, aqui, de comentar tudo o que se escondia por trás dessa opção, ou seja, o estatuto de ciência natural que Vidal de la Blache defendia para a Geografia, as pressões externas vindas de outras disciplinas (que contestavam a validade da existência da Geografia como ciência), o significado político-ideológico do debate franco-alemão, etc. O que importa referir é que o projeto naturalista foi vitorioso da França, e que embora La Blache tenha deixado apenas algumas poucas páginas escritas sobre as cidades<sup>3</sup>, sua orientação foi decisiva para o delineamento do tipo de estudo urbano que iria agora predominar naquele país e, mais tarde, nos países que receberiam a influência da "escola francesa", dentre eles o Brasil.

O projeto naturalista imposto ao estudo geográfico das cidades transparece claramente nos trabalhos realizados pelos geógrafos franceses do início do século. Jean Brunhes, por exemplo, na sua "Géographie Humaine", de 1913, define a cidade como um dos "fatos da ocupação improdutivo do solo", como "uma espécie de organismo vivo ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências da conservação" (Brunhes, 1912, 2ª Ed., 187-88). *Blanchard*, por sua vez, no prefácio de seu livro pioneiro sobre Grenoble, afirma claramente que a idéia essencial do estudo é que a origem e o desenvolvimento da cidade são explicados pelas condições físicas do seu sítio" (Blanchard, 1911, p.5). Assim, no coração mesmo dessa Geografia Urbana que se iniciava, conforme lembra *Pinchemel*, reinava imponente o conceito de sítio, com a noção de posição ocupando um nível subsidiário (*Pinchemel*, 1983, p. 298).

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, Hassert, 1907; Oberhummer, 1907; Kröcher, 1913; Geisler, 1920.

<sup>2</sup> Aliás, *Pierre Deffontaines* iria caracterizar mais tarde, e dessa mesma forma, o resultado da luta que se estabeleceu entre homem e meio natural no Rio de Janeiro (*Deffontaines*, 1937).

<sup>3</sup> Compiladas por *Emmanuel De Martonne* para a publicação *post-mortem* dos "Príncipes de Géographie Humaine" (Vidal de la Blache, 1922).



Discípulo fiel de Brunhes, morto em 1930, Pierre Deffontaines trará em sua bagagem, ao chegar ao Brasil em 1934, toda esta opção preferencial pelo natural. Antes de discutir mais detalhadamente o início dos estudos de Geografia Urbana no Brasil, é preciso destacar, entretanto, um outro elemento importante do ambiente da época, e que também afetou, a nosso ver, a opção naturalista pela qual votaram os geógrafos franceses. Trata-se da necessidade de diferenciar claramente os estudos geográficos daqueles realizados por outros profissionais, principalmente pelos sociólogos.

Com efeito, se a alocação metodológica de Vidal de la Blache sobre as "características próprias da Geografia" (1913) parece ter dado resultado, tranqüilizando a disputa com a História e dando lugar, inclusive, à uma fase de maior integração entre as duas disciplinas<sup>4</sup>, o mesmo não acontecia com a Sociologia. As polêmicas de Vidal de la Blache com Durkheim, na virada do século, são bastante conhecidas. Outras influências, entretanto, surgiram a partir de então, e podem ter ameaçado a nascente Geografia Urbana Francesa. Maunier, por exemplo, escrevera em 1910 importante estudo sobre a origem e a função econômica das cidades. Já na década de 20, por sua vez, surgiram os estudos sistemáticos de Ecologia Humana da "escola de Chicago", que propunham não apenas uma abordagem diferente do estudo urbano (a ser discutida mais adiante), como apresentavam também um modelo geral (e espacial) de crescimento das cidades. A nível de hipótese, podemos argumentar que urgia diferenciar claramente o estudo geográfico das cidades dos trabalhos realizados por outros profissionais, o que acabou acontecendo a partir da promoção da "monografia urbana" como estudo-padrão de cidades feito pela Geografia. Isto ficará mais claro agora, quando passamos a tratar especificamente da introdução da chamada "escola francesa" no Brasil.

## A ESCOLA FRANCESA CHEGA AO BRASIL: A "GEOGRAFIA TRADICIONAL"

É comum assinalar o ano de 1934, data da criação da Universidade de São Paulo, como o marco de fundação da moderna Geografia Brasileira. Com efeito, é nesse ano que, convidados pelo governo daquele estado, chegam ao Brasil os mestres franceses que viriam ocupar as cátedras abertas na nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dentre eles estava Pierre Deffontaines, que não só participou da fundação da USP como, no ano seguinte, transferindo-se para o Rio de Janeiro, emprestou seu prestígio também à criação da Universidade do Distrito Federal - UDF -, sendo substituído na USP por Pierre Monbeig.

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a Geografia atingiu um patamar novo em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar o seu nascimento em meados da década de 30 acaba por encobrir o importante papel que vinha desempenhando, já há 25 anos, aquele que foi o verdadeiro introdutor da chamada "escola francesa" no País: Carlos Delgado de Carvalho.

Com efeito, se é em 1910, data da publicação de "Le Brésil Meridional", que as idéias lablacianas são introduzidas no Brasil (Delgado de Carvalho, 1910), serão nos 20 ou 25 anos subseqüentes que Delgado irá travar uma verdadeira guerra contra o ensino descritivo e enciclopédico então reinante nas escolas de nível elementar e médio do País. Datam desse período, por exemplo, a sua ação efetiva para mudar o currículo do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (considerado colégio-padrão); suas intervenções em diversas sociedades científicas, dentre as quais a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (depois Sociedade Brasileira de Geografia); a publicação de compêndios escolares, dentre os quais a "Geographia do Brasil" (Delgado de Carvalho, 1913); e, principalmente, a publicação

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, os títulos dados por Fèbvre e por Brunhes e Vallaux a duas de suas grandes obras: "La Terre et l'évolution humaine - Introduction géographiquie à l'Histoire" (Fèbvre, 1922 e "La géographie de l'Histoire" (Brunhes e Vallaux, 1921).

de sua "Methodologia do Ensino Geográfico", trabalho em que revela estar a par do que de mais recente havia, àquela época, em termos de teoria e método geográficos (Delgado de Carvalho, 1925).

Pode-se afirmar então, seguindo Vânia Vlach, que a chegada dos mestres franceses em meados da década de 30, ao invés de detonar um processo inteiramente novo, veio é dar impulso a um processo que já havia se iniciado nas décadas anteriores e que, tal qual havia ocorrido na Alemanha e na França do Século XIX, teve sua origem nas pressões, estímulos e demandas provenientes do ensino médio (Vlach, 1988). Corroborando esta opinião, assim falava Maria Conceição Vicente de Carvalho na década de 50, em reunião que homenageou a memória de José Veríssimo da Costa Pereira, recentemente falecido:

"Quando pois, a geografia moderna ensaiava os primeiros passos no Brasil pela mão de Delgado de Carvalho, e muito antes que os mestres franceses viessem trazer a sua contribuição através das faculdades de filosofia, já Veríssimo se familiarizara com a obra de um Ratzel, de um Vidal de la Blache, de um Penck, de um Marinelli. Daí a sua formação eclética, não filiada a esta ou àquela escola, mas conhecendo-as todas" (Leite et al., 1955, p. 42) (grifo nosso).

Se Delgado de Carvalho e outros foram precursores da chamada "Geografia Moderna" no País, não há dúvida, entretanto, que foi com a chegada dos mestres franceses que ela realmente se instalou com solidez no Brasil. E agora não apenas a nível do ensino, mas também através da pesquisa. Conforme bem atestou Aroldo de Azevedo (1954, p. 49):

"Criada a Universidade de São Paulo e, com ela, a Faculdade de Filosofia, passou a Geografia a ser ensinada em nível superior, com o objetivo de formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho **no campo**."

Esse trabalho no campo a que se referiu Azevedo sintetiza bem o que seria, de 1934 em diante - e por um bom tempo! - o trabalho geográfico "par excellence" no Brasil. Com efeito, diretamente influenciada pela Geografia Francesa, já tradicionalmente retratária à teorização, a Geografia Brasileira fez do trabalho **no campo**, do contato direto

com a observação, uma atividade não apenas fundamental de pesquisa, como também de aprendizado. Não seria exagero afirmar que foi no trabalho "no campo" - e não nas faculdades - que a primeira geração de geógrafos obteve, verdadeiramente, a sua formação.

## A "geografia moderna" e a cidade

Ao falar-se especificamente da pesquisa geográfica urbana, o ponto de partida inequívoco de sua realização no Brasil encontra-se na atuação de Pierre Monbeig na USP e, mais especificamente, em seu trabalho sobre "O estudo geográfico das cidades" (Monbeig, 1941b), obra metodológica que viria orientar o pensamento de inúmeros geógrafos brasileiros por mais de um quartel de século.

Houve, é verdade, trabalhos anteriores sobre as cidades brasileiras realizados por geógrafos. Caio Prado Júnior, por exemplo, no início de sua brilhante carreira, publicou dois artigos sobre a posição da cidade de São Paulo (Prado Júnior, 1935 e 1941). Deffontaines, por outro lado, escreveu alguns artigos a respeito da origem de nossas cidades que são, hoje, considerados clássicos. Destacam-se aqui o estudo sobre Sorocaba e sua feira de burros (Deffontaines, 1935) e, principalmente, seu longo ensaio sobre as diversas formas de origem dos centros urbanos brasileiros (Deffontaines, 1938), temática que não deixará de cativar a atenção do geógrafo nas décadas seguintes, como atestam os trabalhos de Aroldo de Azevedo sobre as vilas e cidades do Brasil colonial (Azevedo, 1954/55), sobre embriões de cidades brasileiros (Azevedo, 1957a), sobre arraiais e corrutelas (Azevedo, 1957b), além dos trabalhos de Soares (1958), sobre "a primeira vila portuguesa no Brasil" e de Bernardes (1960a), sobre a "função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original".

Houve também outros estudos, que resultaram de pesquisa de campo aqui realizada por geógrafos estrangeiros, dentre os quais podemos citar A. Haushofer (1925), que estudou Ouro Preto e Belo Horizonte; Otto Quelle (1931), que estudou o Rio de Janeiro; Preston James, que realizou trabalhos sobre

Belo Horizonte e Ouro Preto (1932) e sobre Rio de Janeiro e São Paulo (1933); e, finalmente, Philippe Arbos, que estudou Petrópolis (1938) quando aqui esteve em 1937 dando aulas na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Isto sem falar do capítulo dedicado às duas maiores cidades brasileiras por Deffontaines (1939) em sua "Geografia Humana do Brasil".

Apesar da precedência desses estudos sobre o ensaio metodológico de Pierre Monbeig citado acima, a verdade é que eles aqui pouco tiveram repercussão, já que foram originalmente publicados no exterior e, em alguns casos, em língua de difícil acesso (alemão). O trabalho de Monbeig, ao contrário, não só foi publicado no vernáculo, como revestiu-se de significado ainda maior por ter sido o carro-chefe de uma série de estudos apresentados à discussão no IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Florianópolis em 1940, sob o patrocínio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (tradicional promotora do evento) e do agora recém-criado Conselho Nacional de Geografia.

Tratava-se, na verdade, da primeira incursão da nova Geografia acadêmica, da Geografia das faculdades de filosofia, na seara dos congressos científicos. E essa era uma incursão aguardada com expectativa pelos que trabalhavam na Academia. Para eles era fundamental impor definitivamente no País a "Geografia Moderna", e cortar os laços, de uma vez por todas, com a Geografia Enciclopédica que ainda teimava em se manter por aqui. Colaborando também nessa direção, o IBGE fez divulgar com bastante antecedência o evento, transcrevendo na Revista Brasileira de Geografia o teor de vários discursos de adesão ao certame, dentre os quais figurava um pequeno artigo de autoria de João Dias da Silveira, docente de Geografia Física da USP. Esse artigo, originalmente publicado na Folha da Manhã, revela claramente o que representava, para a nova geração de geógrafos que surgia no Brasil, o congresso a ser realizado em Florianópolis. Dizia Silveira naquela ocasião:

"Como é domínio público, está marcada para setembro próximo, a realização, em

Florianópolis, do Nono Congresso Brasileiro de Geografia .... Muito embora iniciativa como essas devam, já de *per se*, ser elogiadas .... o Congresso de Florianópolis assume aspecto particular. Prendem-se-lhe detalhes e questões que o transformam em verdadeiro centro de atração, que fazem dele uma prova para as elites intelectuais do país .... A Geografia, não é novidade para os que estudam, evoluiu muito nos últimos tempos. Atualmente suas linhas diretrizes, seus métodos e objetivos fazem dela uma ciência que, se não pode ser chamada de nova, deve ao menos ser considerada como rejuvenescida. Mas, entre nós, não faz muito tempo que começou a ser entendida em suas modernas tendências. Na realidade a nova Geografia ainda não conquistou todos os centros cultos do país. Há muitos que não a conhecem na nova roupagem e que continuam a praticá-la como era feito há cem anos atrás. É necessário considerar, porém, que .... algo já vai sendo feito. Já aparece reação animadora .... Os estudos nas escolas superiores, feitos muitas vezes com a assistência de mestres vindos de fora, já produziram bastante, muito mais mesmo do que se poderia esperar, dadas as dificuldades encontradas. Em Florianópolis, esperamos, iremos ver quão profundo tem sido esse trabalho das Universidades e como se tem alterado a técnica do ensino da Geografia" (Silveira, 1940).

As expectativas de Silveira foram plenamente preenchidas. Dentre os trabalhos aprovados para publicação nos Anais do congresso<sup>5</sup>, diversos eram de alunos de Monbeig, destacando-se aí uma série de monografias urbanas, que aplicavam em contextos espaciais diferentes, o método proposto pelo mestre francês. São essas monografias - sobre França (Ribeiro, 1941); sobre Casa Branca (Pantoja, 1942); sobre Jaboticabal (Matos, 1942); sobre Palmital (Dias, 1944); sobre Poços de Caldas (Ramos, 1944); sobre Santo André (Silva, 1944); e sobre Catanduva (Pantaleão, 1944) - além de um trabalho de Monbeig (1941a) sobre Marília, e de outro sobre Campos re-

<sup>5</sup> Listados na Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, jul./set., p. 651-66, 1942.

alizado por Pessanha (1941) - que inauguraram a "Geografia Moderna" (hoje tradicional) no País, alçando o estudo geográfico da cidade a novo e desafiante patamar. Aliás, para finalizar esta parte, é importante destacar que entre as noções discutidas ao final do congresso figurava uma proveniente da "Secção de Geografia Humana", e que pedia a inclusão da "Secção de Geografia Urbana" no congresso seguinte. Foi aprovada por unanimidade!

## A monografia urbana

O que era monografia urbana sugerida por Monbeig em seu artigo pioneiro? Em poucas palavras, pode-se dizer que era o resultado da aplicação do método da Geografia Regional à cidade. Era, na realidade, uma monografia regional, só que a região, neste caso, era a cidade.

Assim delineada, o que se poderia esperar então de uma monografia urbana? Nada menos do que uma síntese urbana. E como fazer esta síntese? Da mesma forma como vinham sendo feitas as "sínteses regionais", ou seja, através da integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade deste "fato geográfico" que era a cidade.

O trabalho de Monbeig é, neste sentido, perfeitamente claro e didático. O estudo geográfico das cidades deveria ser o resultado final da superação de uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (*in locu* ou a partir de fontes secundárias) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia.

E que segmentos seriam esses? Eles eram basicamente seis: **o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas, e o raio de ação da cidade.** Antes de comentá-los, é necessário alertar, entretanto, que o esquema apresentado por Monbeig nada tinha de original, já que as monografias urbanas vinham sendo elaboradas na França há quase 40

anos (Vacher, 1904), e seguiam sempre o mesmo modelo que, aliás, já haviam sido sistematizado anteriormente por Blanchard (1922). Phillippe Arbos, por sua vez, ao dar uma aula de Geografia Urbana na Universidade do Distrito Federal, em 1937, também havia proposto esquema semelhante (Arbos, 1946).

O que deve ser creditado a Monbeig com justiça, neste caso, é que foi ele quem elaborou o primeiro trabalho metodológico e didático sobre o assunto no Brasil (necessidade, talvez, de sua atividade docente num país sem qualquer tradição acadêmica em Geografia), reunindo num único texto proposições de pesquisas que haviam sido encaminhadas, nos últimos 40 anos, pelos mais variados pesquisadores.

Logo no início do trabalho, Monbeig credita a Ratzel, Vidal de la Blache e Brunhes a fonte de sua aspiração. A partir daí, entretanto, esquece esses pioneiros, não ficando claro - como era de se esperar num texto metodológico - quais foram as fontes inspiradoras de cada uma de suas partes<sup>6</sup>.

Para Monbeig, a cidade era não apenas "um organismo, mas também uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano". Para se compreender a cidade havia que se estudar, então, como funciona esse organismo, e como se efetuou (e ainda vem se efetuando) esse ato de posse. Em outras palavras, era preciso saber "qual é este solo?" e "quais são esses homens?", visando, com isso, à obtenção de elementos que destacassem "o papel da vontade humana no crescimento das cidades" (Monbeig, 1941b, p. 8).

O estudo deveria começar pela posição, e seguir as etapas já consagradas pela prática de pesquisa. Não é o lugar, aqui, de discutir cada um dos elementos que compunham a monografia urbana. Para um esclarecimento maior, o leitor deve dirigir-se diretamente ao texto de Monbeig que, como já foi dito, é claro e didático. Vale pinçar, entretanto, algumas passagens específicas do trabalho, já que elas são bastante esclarecedoras da proposta científica da chamada "Geografia Moderna" (hoje transformada em "tradicional").

<sup>6</sup> Aliás, o descuido (ou pouco caso) com as citações bibliográficas é uma característica marcante de diversos geógrafos regionais franceses dessa época, resultando daí uma impressão - falsa - de que as discussões por eles elaboradas eram fruto, quase que exclusivo, da genialidade do próprio autor.

Em primeiro lugar, é digno de nota a atenção que Monbeig dá às representações cartográficas: “todo trabalho geográfico supõe o estabelecimento de mapas”, dizia ele (p. 9). Ciência empírica pautada na observação, a Geografia teria, com efeito, que dar atenção especial à sistematização das observações obtidas em campo, razão pela qual Monbeig não cansa de alertar para a importância do mapa, sugerindo a necessidade de obtenção de uma carta topográfica aqui, ou de elaboração de um mapa de densidade ali. Chama a atenção, sobretudo, para aquelas cartas que, produzidas pelo próprio pesquisador, revelariam a paisagem invisível da cidade: mapas de isócronas, de proveniência de alunos, de deslocamentos diários da população, etc. Estas cartas, por sua vez, deveriam ser elaboradas a partir de dados em “inquéritos”, elemento fundamental da pesquisa de campo em Geografia.

A representação cartográfica, considerada como o “melhor meio de esquematizar e dar da realidade uma representação a um tempo exata e eloqüente” (p. 9), deveria entretanto ser judiciosamente considerada pelo geógrafo. Com efeito, se a vulgarização do mapa era um fato inconteste entre as ciências humanas, já que seu emprego “foi adotado pela sociologia e pela etnografia, sobretudo americana, e os estudos clássicos da escola de Chicago mostram tudo o que era possível conseguir desse emprego” (p. 9), era necessário, entretanto, que o geógrafo não extrapolasse demasiadamente as conclusões obtidas a partir dele. Assim, ao comentar a necessidade de descrever o dinamismo das diversas partes constituintes da cidade, Monbeig afirma que “pode-se procurar sistematizar a distribuição dos diferentes tipos de bairros, como fizeram os americanos ... (com) ... a série de círculos concêntricos”. Não se deve, entretanto, “procurar enquadrar de qualquer modo o caso especial estudado nesta sistematização ... (a não ser como hipótese) .... como fio condutor (Monbeig, p. 18).

Para Monbeig, a cidade, assim como as diversas partes que a constituíam, tinham uma “alma”, que cabia ao geógrafo descobrir. Por essa razão, não havia lugar no es-

tudo urbano para modelos, para “sistematisações”. O objetivismo científico (da Escola de Chicago, por exemplo), deveria ser rejeitado pela Geografia, pois ele levaria necessariamente à sua “desumanização”, já que “ninguém acredita ter mostrado o homem, quando este foi contado como um rebanho de gado”. Para ele, já era tempo “de fazer uma injeção de Elisée Réclus na Geografia dos *synclinaux* e das estatísticas, como na Sociologia que crê exprimir o real por colocá-lo em equações” (p. 19).

A passagem acima é extremamente significativa, pois revela claramente as dimensões teórico-metodológicas da chamada “Geografia Tradicional”. Em primeiro lugar, ela enfatiza a opção prioritária pelo idiográfico, pelo singular. Assim, as sistematizações, as posturas nomotéticas, deveriam ser evitadas. Se elas já vinham ocorrendo na Geomorfologia, era preciso não só estancá-las aí, como impedir que chegassem à Geografia Humana<sup>7</sup>.

E quanto à Sociologia? Por que a constante referência a ela no artigo? A resposta a esta pergunta não é fácil, mas há elementos que podem servir de “pistas” esclarecedoras. Falamos, em primeiro lugar, da antiga rixa com a morfologia social durkheimiana, que fazia com que o geógrafo francês visesse, já há décadas, contrapondo sistematicamente o *esprit géographique* aos trabalhos produzidos pela Sociologia. Embora importante, acreditamos, entretanto, não ser esta a principal razão dos ataques de Monbeig à Sociologia.

Qual seria ela então? A nível de hipótese podemos argumentar que, no final da década de 30, a Sociologia americana vinha também influenciando os jovens universitários brasileiros, e isto representava um perigo para a então nascente Geografia Urbana de base vidalina que estava sendo introduzida formalmente na Academia Brasileira. Com efeito, desde meados da década de 20 que uma nova proposta de estudo urbano vinha sendo pregada pela chamada escola de ecologia humana, e esta proposta ousava inclusive, como já vimos, utilizar-se de representações car-

<sup>7</sup> Note-se que a tentativa de percorrer o caminho do neopositivismo já afetava a Geografia bem antes da chegada “Revolução Quantitativa”.

tográficas! E ela também já havia chegado ao Brasil.

## Geografia humana ou escola humana?

Há indícios que apontam para um elemento de disputa teórico-metodológica na discussão que se realiza sobre a cidade nos meios universitários brasileiros (sobretudo paulistas) por volta de 1940. De um lado, Monbeig (ligado à USP) defende a monografia urbana. De outro, a ecologia humana tenta penetrar no País, propondo uma abordagem nova, processual. Seu grande arauto era Donald Pierson que, desde fins de 1939, também estava em São Paulo e, tal qual Monbeig, também estava "treinando jovens pesquisadores", só que na Escola Livre de Sociologia e Política (Pierson, 1948).

Ou seja, por volta de 1940, época em que Monbeig escreve seu famoso artigo, o estudo da cidade vinha sendo defendido a partir de duas vertentes distintas. De um lado, o mestre francês preconizava o estudo de base idiográfica. Por seu lado, Pierson defendia a ecologia humana, "campo às vezes erroneamente confundido com outros campos afins mas bastante diferentes, especialmente a Geografia Humana e a Antropogeografia" (Pierson, 1948, p. 9).

Havia entretanto razões para essa confusão. E isto devia-se, principalmente, ao fato de que "o desenvolvimento deste novo campo tem sido, na sua maior parte, empírico" (Pierson, 1948, p. 10), grifado no original). Ou seja, campo ainda em formação, a Ecologia Humana vinha acumulando conhecimentos da mesma forma que a Geografia o fazia: através do trabalho de campo. A proposta ecológica, entretanto, não era a mesma da Geografia. Se na concepção de Pierson a cidade também era um organismo, "um produto natural que surge da interação de forças naturais" (Pierson, 1943, p. 51) - uma definição que embutia o mesmo viés naturalista daquela usada na Geografia Humana - o método que ele apresentava para o seu estudo era radicalmente oposto.

Para Pierson, já que a cidade era um "ser natural", ela, por definição poderia ser es-

tudada segundo o método das ciências da natureza e investigada com o objetivo da busca de suas leis. Dizia ele:

"Se a cidade é um fenômeno natural - uma "coisa", em linguagem científica - sabemos que está sujeita a mudança ordenada ..... O que a princípio talvez pareça um emaranhado confuso de elementos desconexos pode se tornar cada vez mais inteligível.... Para o sociólogo, a cidade é uma "coisa dinâmica"... Seu objetivo é descobrir as leis de seu crescimento, descobrir o que é comum, genérico, uniforme em todas as cidades, desprezando, por enquanto, o que é particular e único" (Pierson, 1943, 51-52).

A proposta de Pierson não contemplava, entretanto, o estudo do meio natural, e nem buscava a "alma" da cidade. Conforme ele afirmava:

"A Ecologia Humana ... estuda as relações que existem, não diretamente entre o meio físico e o homem, seja a influência deste sobre aquele, ou daquele sobre este, e sim as relações **entre os próprios homens**, na medida em que estas relações são por sua vez influenciadas pelo Habitat. Por outras palavras, o interesse principal da Geografia Humana e da Antropogeografia é a localização espacial, enquanto que o da Ecologia Humana é o processo" (Pierson, 1948, p. 12, grifado no original).

Duas propostas científicas, duas propostas antagônicas. De um lado, a busca do peculiar e do único; de outro, a procura do geral, do uniforme. Há indícios de que Pierson foi ouvido pelos geógrafos. Suas propostas estão transcritas inclusive no Boletim Geográfico, cujo redator o apresenta como "um eminente sociólogo americano, que vem desenvolvendo eficiente atuação nos meios universitários pelo desenvolvimento das pesquisas sociológicas em nosso País (e que) estuda a cidade sob o prisma social" (Pierson, 1943, p. 51). Essas propostas eram, ademais, bastante atraentes, principalmente para o estudo dos "aspectos humanos" das cidades, e é exatamente ao abordá-los que Monbeig dá suas estocadas à Escola de Ecologia Humana.

Temas tais como “relações entre os próprios homens” e “processo social” não eram, para Monbeig, de interesse da Geografia Humana. Em seu artigo pioneiro, por pelo menos duas vezes ele deixara isto bem claro. Ao discutir, por exemplo, o estudo das “pessoas” (no caso, a população), ele afirmara que a população só tinha interesse na monografia urbana enquanto dado mensurável ou cartografável. Havia que se discutir a evolução demográfica, a composição por idade e sexo, a distribuição das densidades, a formação dos bairros. Poder-se-ia também “colocar em mapa a Geografia das profissões e das classes sociais: zona dos operários de fábricas, dos trabalhadores de estrada de ferro, dos burgueses abastados e da classe média”. Entretanto, para ele, estes eram **“fatos sociais que o geógrafo não sabe e não precisa estudar”** (Monbeig, 1941b, p. 17, grifo nosso).

Numa outra passagem, ao falar da função bancária, Monbeig ressaltou a importância do “dinheiro”, que reconhecia ser a molanestra da cidade. Dizia ele: “falar dos homens e de suas casas é bom, mas se se esquece o dinheiro, nada se disse e apenas se mostraram corpos inertes”. Com essa frase, ele pretendia realçar a importância do capital financeiro no crescimento das cidades da zona pioneira paulista mas, julgando estar saindo dos limites de um trabalho geográfico, logo cortou a discussão desta forma: “Dir-se-á que nos afastamos (com esta discussão) demasiado do meio natural ...” (Monbeig, 1941b, p. 23).

Enfim, a proposta da Ecologia Humana era demasiadamente contraditória para o Modelo de Geografia que se implantava no Brasil no final da década de 30. Por isso, apesar de atraente, ela foi desconsiderada pelos geógrafos. Quando os termos da equação se inverteram, 40 anos mais tarde, quando a busca do geral e do constante passou a tomar o lugar do particular e do único, ela será entretanto resgatada do esquecimento, e fará sua estréia na Geografia Urbana brasileira. Sobre isso falaremos adiante.

Concluindo esta parte, é inegável que o método sugerido por Monbeig não apenas se afirmou na Geografia Brasileira, como teve também um papel orientador funda-

mental na evolução subsequente dos estudos urbanos no País. É a partir dele, baseado nele, que a monografia urbana vai se generalizar como o estudo-padrão de Geografia Urbana no Brasil. Mas isto só virá a ocorrer de forma mais sistemática a partir da década de 50, e sob a égide da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Antes de passarmos a esta discussão, é necessário que sejamos capazes de recuperar, um pouco mais, os estudos que resultaram desta fase inicial de estabelecimento da Geografia universitária no País.

### Os outros estudos urbanos da década de 40

Ainda comentando a produção da década de 40 é preciso falar do aparecimento de uma série de trabalhos que, embora seguindo o método monbeigiano, não se estruturaram necessariamente como “monografias”, isto é, não deram atenção igual a todas as fases de análise propostas pelo mestre. São estudos que privilegiaram a função (Carvalho, 1944b; Müller, 1952) ou que, por analisarem pequenos núcleos urbanos (e mesmo vilas) acabaram se direcionando para o modelo conceitual do “gênero de vida”. Estão neste grupo, por exemplo, os trabalhos de Valverde (1944) sobre Pirapora e Lapa; de Azevedo (1946) sobre Juazeiro e Petrolina; de Peluso Júnior (1948, 1952a) sobre vilas no Estado de Santa Catarina; de Müller (1949a) sobre a vila de Icapara, no litoral sul paulista; e de Silva (1949) sobre Atibaia. Destaques especiais merecem ser dados, entretanto, ao estudo de Peluso Júnior (1952b) sobre Lajes, apresentado no X Congresso Brasileiro de Geografia (Rio de Janeiro, 1944). Trata-se de um estudo de fôlego, bastante original, difícil de ser enquadrado em classificações.

Há que se referir ainda, nesta época, ao aparecimento de alguns trabalhos que, por sua abrangência, constituem-se em verdadeiros pontos de referência. Trata-se do surgimento das primeiras monografias regionais brasileiras, que inauguram no País a *tradition vidalienne*. São trabalhos belíssimos, que dedicam um capítulo (estruturado como monografia) à análise do centro ur-

banco principal da região estudada. Incluem-se aqui as teses de doutorado de Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944a) sobre "Santos e a geografia humana do litoral paulista" (a primeira tese de Geografia defendida no País), e de José Ribeiro de Araújo Filho (1950) sobre a "Baixada do Rio Itanhaém".

Por outro lado, como toda regra tem exceção, e como a história do pensamento geográfico no Brasil está cheia de temáticas e de indivíduos precursores, é também nesta década de 40 que Aroldo de Azevedo realiza suas primeiras pesquisas urbanas. Estas, iniciadas com dois trabalhos modestos sobre Goiânia (Azevedo, 1941) e Salvador (Azevedo, 1942), logo se deslocaram para a temática metodológica (Azevedo, 1943a) e para o estudo dos "subúrbios" da capital paulista (Azevedo, 1943b e 1944), culminando, finalmente, na publicação de sua tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil da USP, que analisou os "subúrbios orientais de São Paulo" (Azevedo, 1945a).

Este último estudo constituiu-se em trabalho verdadeiramente inovador, já que não se restringiu à análise fechada, isto é, centrada em si mesma, de apenas uma cidade (como era praxe na monografia urbana), mas tratou de uma série de núcleos urbanos que não poderiam ser estendidos apenas em função de suas características peculiares, posto que já estavam sofrendo os efeitos do crescimento acelerado da capital paulista. Enfim, um estudo que, dentro das limitações teóricas da época, já fazia a ligação do local (no caso, a periferia urbana) com uma totalidade maior (a dinâmica da grande cidade), antecipando-se assim à discussão da temática das áreas metropolitanas, que só vingaria na Geografia Urbana brasileira a partir de meados da década de 50.

Será nessa década de 50, também, que a monografia urbana vai "explodir" no temário geográfico. E isto tem muito a ver com a mudança dos estatutos da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB -, ocorrida em 1945, e com o início das suas reuniões anuais. Isto discutiremos agora.

## A AGB - seu papel na produção do conhecimento geográfico brasileiro (1946-1970)

Fundada "naquele já remoto mês de setembro do ano de 1934 na residência do eminente professor Pierre Deffontaines, na capital paulista", como não cansará de lembrar Aroldo de Azevedo em suas alocações às Assembléias Gerais (vide, por exemplo, Azevedo, 1953/54), a verdade é que, de início, como bem lembra Pierre Monbeig, "a despeito de seu nome, não conseguiu a Associação dos Geógrafos Brasileiros estender sua atividade além das fronteiras do Estado de São Paulo" (Monbeig, 1946, p. 119). E mesmo dentro dessas fronteiras, manter viva a associação nesses primeiros anos foi tarefa quase que impossível, mas bem desempenhada por Monbeig. Como lembra novamente Aroldo de Azevedo:

"Recordamo-nos bem nitidamente dessa fase "heróica" da AGB, quando suas reuniões não contavam com mais de quatro ou cinco pessoas .... No entanto, Monbeig conseguiu mantê-la de pé, fazendo reuniões bimensais, em que temas resultantes de pesquisas eram expostos e discutidos" (Azevedo, 1954, p. 52).

Foi realmente uma fase desbravadora. É nela que surge, publicada pela AGB, a primeira revista "moderna" de Geografia do Brasil, a qual, não obtendo "o necessário apoio material", foi posteriormente transformada "num boletim mais modesto, mas sempre estritamente científico"<sup>8</sup> (Monbeig, 1946, p. 119).

É nessa época "heróica" que surge também, no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Geografia. Fundado em 1937, no bojo da política de Vargas de controle centralizado do território brasileiro, ele logo passou a contar em seus quadros com a participação de jovens geógrafos egressos da Universidade do Distrito Federal, dando também estágio a uma ampla gama de estudantes que ainda estavam em formação nessa Universidade, a partir de 1939 denominada Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

<sup>8</sup> O autor refere-se à revista "Geografia", que se publicou em 1935/1936, e ao "Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros", publicado de 1941 a 1944.



Embora não filiados a uma associação cultural como a AGB, os geógrafos do Rio também passaram a se reunir periodicamente em "tertúlias geográficas semanais", patrocinadas pelo CNG. Essas tertúlias, iniciadas em 1943 e cujas atas estão publicadas no Boletim Geográfico, constituíram-se em importante elemento de agregação da comunidade geográfica carioca. Realizadas de 1943 a 1947, essas reuniões em nada diferiam daquelas que vinham, a duras penas, acontecendo em São Paulo. Nelas discutiam-se os resultados de pesquisa de campo (em andamento ou já concluídas), palestravam os grandes mestres, etc. Seu sucesso foi enorme nessa época, chegando o número de tertúlias ao total de 135.

Atuando separadamente mas percorrendo caminhos semelhantes, posto que tinham a mesma origem, os grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro logo decidiram congregar esforços, surgindo daí a idéia de reunirem-se periodicamente para discutir, em conjunto, aquilo que já faziam paroquialmente. Delineou-se então uma vontade maior, de ampliar o escopo da AGB, tornando-a uma associação verdadeiramente digna de seu nome. Conforme recorda Monbeig, esse desejo de integração "foi o que, em 1945, levou a sociedade a passar por completa reforma, que lhe desse o caráter e, sobretudo, lhe assegurasse uma atividade verdadeiramente nacional" (Monbeig, 1946, p. 119).

Reformados os estatutos, surgiram então as "secções regionais" (de início, apenas as de São Paulo e do Rio de Janeiro), que passaram a se reunir anualmente, sob o patrocínio da AGB-Nacional, em Assembléias Gerais. A história dessas assembléias ainda está por ser contada e analisada criticamente. O que sabemos delas provém apenas das atas de cada um (que estão publicadas, mas que são documentos formais) e das ricas lembranças das gerações mais velhas, que delas participaram ativamente mas cujas recordações correm o risco de se perderem para sempre, comprometendo o conhecimento pleno do que foi o processo de construção do pensamento geográfico brasileiro, caso não sejam transformadas logo em fontes formais de referência (livros, artigos, gravações).

A recuperação da memória de nossa associação é, pois, um desafio que se impõe a todos nós, e que precisa ser logo enfrentado. Isto porque o papel da AGB na formação do pensamento geográfico brasileiro foi tão importante que, a partir da realização de suas Assembléias Gerais, tornou "venerandas" as Sociedades de Geografia que lhe antecederam, algumas existentes há bastante tempo.

E não podia ser de outra forma, já que as propostas que norteavam a AGB eram radicalmente diferentes daquelas que orientavam a ação das antigas sociedades de Geografia. Como bem lembrou Aroldo de Azevedo, ao inaugurar o 1º Congresso Brasileiros de Geólogos (Ribeirão Preto, 1954):

"Em um Congresso de **Geografia**, tomam parte ativa todos quanto nele se inscreveram, bastando que se interessem pelo seu sucesso ....; geólogos ou economistas, matemáticos ou juristas, militares ou geógrafos profissionais, cirurgiões ou historiadores, odontologistas ou etnógrafos, químicos ou arquitetos, sumidades em qualquer ramo do saber humano ou simples curiosos, todos, indubitavelmente, na medida de seus conhecimentos ou de sua audácia, podem oferecer sua contribuição .... O resultado, como era de se esperar, nem sempre é muito lisonjeiro e a Geografia deixa de receber, via de regra, o ambicionado número de contribuições realmente valiosas e verdadeiramente geográficas. A situação, muitas vezes, torna-se bastante delicada, porque os geógrafos presentes vêem-se, com frequência, numa difícil encruzilhada: ou fechar os olhos e tapar os ouvidos, deixando que tudo seja aprovado, embora em desacordo com a própria consciência; ou agir com relativo rigor, numa tentativa de separar o joio do trigo, o que sempre traz contrariedades, quando não mágoas que ficam. Muito pelo contrário, no Congresso que hoje inicia os seus trabalhos, são os Geógrafos que têm voz ativa e dão a última palavra, não podendo jamais ser esquecido o ponto de vista, o interesse e a metodologia da Geografia" (Azevedo, 1953;54, 13-14, grifado no original).

Com efeito, a partir da 2ª Assembléia Geral (Lorena, 1946 - logo após a reforma dos es-

tatutos), o panorama geográfico brasileiro havia mudado substancialmente. Reunidos com a finalidade precípua de apresentar trabalhos e, principalmente, de realizar pesquisa de campo em conjunto - conforme era esperado de uma "ciência empírica" - os geógrafos da AGB logo tornaram suas reuniões não apenas estimulantes, como bastante singulares, qualidade que seria sempre reafirmada com o decorrer dos encontros.

O que era esta singularidade das Assembléias Gerais da nova AGB? Conforme bem assinalou o seu presidente, ao relatar os resultados da reunião de Lorena:

"Desejávamos evitar o mais possível, tudo o que há de acadêmico no ritual tradicional dos Congressos .... Nosso intuito era trabalhar, e não fazer discursos; confrontar nosso ponto de vista, criticar-nos mutuamente para chegarmos a conclusões positivas, e sobretudo, desembaraçar-nos dos micróbios da geografia de gabinete, indo junto ao terreno objetivo - tal era nosso fim ....

Como em todos os Congressos, começaram os trabalhos da Assembléia pela leitura e discussão de algumas comunicações. Breves e preciosos, desprovidos de "leroleros" pseudocientíficos, os trabalhos submetidos à Assembléia Geral tratavam de aspectos geográficos de diferentes regiões brasileiras .... Não é preciso acentuar o interesse prático que esses estudos apresentam .... (mas) .... A parte mais proveitosa da Assembléia foi certamente a das excursões .... A Assembléia Geral dos geógrafos não representou uma simples formalidade administrativa. A boa vizinhança entre cariocas e paulistas ganhou, certamente, não graças a belas palavras, mas em conseqüência de esforço coletivo de pesquisa em comum" (Monbeig, 1946, p. 120-121).

Este comentário de Pierre Monbeig resume bem, a nosso ver, o que foram - de Lorena em 1946, a Vitória em 1969 - as Assembléias Gerais da AGB: reuniões anuais nas quais os geógrafos brasileiros se encontravam para apresentar comunicações, trocar experiências e, principalmente, para fazer trabalhos de campo em conjunto.

A importância do trabalho de campo para a Geografia, nessa época que hoje chamamos de "Geografia Tradicional", foi fundamental. E há que se notar que, ao dar-se início à prática de reuniões periódicas, esta atividade já havia assumido, há muito, o papel de motor principal da pesquisa geográfica. Como dizia Aroldo de Azevedo em 1954, ao lembrar os tempos iniciais das Faculdades de Filosofia de São Paulo e do Rio de Janeiro:

"Os trabalhos de campo, titubeantes a princípio, apareceram depois feitos com melhor técnica e segurança maior. Veio a tornar-se um espetáculo comum a realização de excursões geográficas, didáticas e de pesquisa, e não tardou que grupos numerosos de geógrafos permanecessem dias e semanas a fio, a realizar trabalhos de campo" (Azevedo, 1953/54, p. 24).

Não é de se espantar, pois, que com a institucionalização da prática de se fazer trabalho de campo durante as Assembléias Gerais, esta atividade tenha não só se tornado ainda mais importante, como também definidora do caráter "singular" dessas reuniões de geógrafos, razão pela qual (face à impossibilidade de realizar um trabalho de campo eficiente com um grande número de participantes), as inscrições para participar das Assembléias Gerais eram muitas vezes limitadas.

A partir de Lorena, todas as Assembléias Gerais da AGB se estruturaram em torno do trabalho de campo. E isto foi uma decisão mais do que coerente com a proposta empirista que orientava, então, a Geografia Brasileira. Era através dele e do conhecimento que proporcionava a partir do contato direto com a paisagem, que poder-se-ia chegar, sem "leroleros", às conclusões positivas (isto é, baseadas na observação) de que nos falava Monbeig. Ademais, ao se estudar, a cada Assembléia, uma região distinta, os geógrafos contribuiriam, por acumulação de conhecimento de cada parte, para o conhecimento do todo, isto é, da "superfície da Terra" que era o somatório de todas elas.

Por esta razão, havia também que se preocupar muito com os critérios de escolha da sede de cada encontro. Além dos inevitáveis critérios logísticos (tão mais importantes quanto mais nos distanciamos no tempo),

havia que se atentar também para o “interesse geográfico da área”, isto é, para a riqueza de paisagens (de preferência, a reunião deveria se realizar em “áreas de contato” de paisagens diferentes) e para a falta (ou o reduzido número) de estudos a respeito do local escolhido. Já que o interesse fundamental das reuniões era “desembarçarmos dos micróbios da Geografia de gabinete, indo junto ao terreno objetivo”, era preferível também que fosse escolhida como lugar do encontro uma cidade de pequenas dimensões, já que aí o contato com a paisagem (especialmente a natural) era facilitado, e as tentações da cidade grande evitadas.

Os trabalhos de campo realizados durante as assembleias, no período 1946-1969, tiveram, ademais, duas outras funções importantes. Por um lado, proporcionaram aos geógrafos mais experientes a oportunidade, sempre renovada, de aplicar os saberes já adquiridos e de acumular conhecimentos novos via contato direto com diferentes realidades regionais. Por outro lado, proporcionaram também àqueles geógrafos recém-saídos das faculdades, ou ainda em formação, a oportunidade não só de trabalhar diretamente com os grandes mestres, como de adquirir o *know-how* necessário para fazerem eles também, no futuro, seus próprios vôos.

Em 1972, ao saudar os congressistas reunidos em Presidente Prudente para o I Encontro Nacional de Geógrafos, o primeiro a se realizar após a nova mudança de estatutos ocorrida em 1970 (que acabou com a prática do trabalho de campo durante as reuniões), Marcos Alegre enfatizou bem este último ponto:

“Vale dizer que essa nova modalidade de reunião veio substituir nas Assembleias da AGB, o trabalho de pesquisa que durante muito tempo se fez através de grupos que se organizavam e saíam a campo para .... estudar os variados aspectos da geografia local e regional. Estudos de vulto realizados e posteriormente publicados fornecem cabal demonstração da importância que essas atividades tiveram e da imensa contribuição que deram para o progresso da Geografia do Brasil. Mas esses estudos e pesquisas de campo, tradicionais na AGB .... desempenharam ainda um outro relevante papel: con-

tribuíram, e muito, para a formação de alguns dos maiores nomes da Geografia brasileira já que, nessas reuniões e grupos, estudantes jovens licenciados tiveram a oportunidade de trabalhar ao lado dos mais experientes e renomados geógrafos não só do País como não raro, do exterior. Foram, portanto, verdadeiras escolas de Geografia” (Alegre, 1973, p. 11-12).

### **A geografia tradicional e a produção de conhecimento sobre a cidade (1950 - ....)**

Como não poderia deixar de acontecer, dado o que acabou de ser discutido, as Assembleias Gerais da AGB tiveram papel bastante importante na estruturação do pensamento geográfico brasileiro sobre a cidade no período em apreço. Inicialmente este papel foi direto, fruto da prática do trabalho de campo durante as reuniões, que acabaram por consagrar a monografia urbana como estudo-padrão dos geógrafos sobre a cidade. Com o passar do tempo, entretanto, esta influência passou a ser menor, o que pode ser creditado à consolidação dos centros de pesquisa em Geografia do País. Nem por isso, entretanto, as Assembleias Gerais deixaram de ser o foro privilegiado para as discussões. Com efeito, foram em algumas delas que importantes avanços se realizaram, redirecionando inclusive a pauta da pesquisa geográfica sobre a cidade no País.

A década de 50 foi, efetivamente, a década da monografia urbana. Ela apareceu sob variadas formas, seja como resultado do trabalho de campo efetuado durante as Assembleias Gerais, seja por iniciativa própria de pesquisadores isolados (que seguiam, entretanto, o mesmo método monbeigiano), seja ainda como capítulo específico de estudos regionais.

No que diz respeito ao primeiro tipo, isto é, às monografias urbanas realizadas a partir das reuniões da AGB, há que se mencionar que elas eram um produto intelectual no qual se misturavam o trabalho coletivo e a capacidade de sistematização final de um único profissional. O processo de sua elaboração, embora variando no detalhe, seguiu sempre a mesma seqüência, tão bem descrita

por Azevedo ao relatar o que eram as Assembléias Gerais:

“Discutem-se teses ou comunicações, é bem verdade; porém a principal tarefa consiste em realizar pesquisas em trabalhos de campo, o que é feito através de três ou quatro equipes (cada qual sob a direção de um dos associados), que se dirigem, simultaneamente, para áreas diferentes dentro do raio de influência do local escolhido como sede da assembléia, entregando-se a um trabalho ativo e intenso. Fazem lembrar verdadeiros “comandos”, pela rapidez de sua ação e pela área que conseguem percorrer, graças a uma inteligente divisão de tarefas. Diariamente, nas primeiras horas da noite, realiza-se a coordenação do material recolhido na pesquisa; ao fim de três ou quatro dias, retornam as equipes ao local da assembléia e passam a preparar os relatórios parciais, em febril atividade, para que seus respectivos chefes possam, ainda no decurso da própria assembléia, apresentar o relatório final preliminar (que é então discutido por todos os presentes). Mais tarde, com o necessário vagar, tais relatórios são redigidos de forma definitiva e publicados nos “Anais” (Azevedo, 1953/54, p. 53-54).

Estes “comandos” a que se referia Azevedo geralmente se dividiam em grupos de “Geomorfologia”, “Geografia Agrária” e “Geografia Urbana”. No caso da equipe urbana, o trabalho de campo era geralmente realizado na própria cidade, e a divisão de tarefas seguia as determinações especificadas por Monbeig, com os integrantes se estruturando com grupos de estudo de “sítio e posição”, “evolução histórica”, “funções urbanas”, “raio de ação da cidade”, etc. Como resultado final desses diversos esforços de pesquisa contamos hoje com vários estudos monográficos, que estão listados no Quadro 1.

Além desses trabalhos, resultantes de pesquisas realizadas nas próprias Assembléias da AGB, vieram à luz também, especialmente na década de 50 mas prolongando-se até à década de 70, uma grande quantidade de estudos que, embora diferentes entre si, tiveram em comum a utilização, em sua totalidade ou em parte, do método

monbeigiano. Para efeito de agregação, podemos classificá-los da seguinte maneira:

### **Monografias urbanas**

São estudos do tipo padrão, muitos deles apresentados e aprovados em reuniões da AGB. Estão aqui trabalhos sobre Diamantina (Bernardes, 1949/50); Águas da Prata (Souza, 1950); São Luiz do Maranhão (Azevedo, 1950/51); Olímpia (Araújo, 1950/51); Cruzeiro (Bernardes, 1951/52); Londrina (Prandini, 1951/52); Manaus (Ab'Saber, 1953); Ubaitaba (Santos, 1954); Cataguases (Cardoso, 1955); Porto Alegre (Roche, 1955); Crato (Petroni, 1955); Ponta Grossa (Santos, 1956); Pesqueira (Sette, 1956 b); Contagem (Guimarães, 1957); Mogi das Cruzes (Tirico, 1957/58); Marabá (Dias, 1958); Pirapora do Bom Jesus (França, 1961); Aracaju (Diniz, 1962 e Castro, 1967); Taubaté (Müller, 1965); Teresina (Moreira, 1972); e Belém (Barcellos, 1974). Podem ser citados aqui também alguns trabalhos que, embora mais direcionados à temática interurbana (determinação da área de influência de uma cidade; análise do grau de centralidade de pequenos núcleos urbanos), dedicam uma parte essencialmente monográfica ao estudo da cidade em questão. É o caso, por exemplo, dos estudos de Cardoso sobre Campina Grande (1963) e Caruaru (1965), e dos trabalhos de Perides (1971) sobre Dois Córregos, e de Garms (1977) sobre Paraguaçu Paulista.

### **Estudos regionais com capítulo monográfico urbano**

Trata-se, neste caso, de trabalhos tipicamente regionais, mas que dedicam uma parte da análise ao estudo da cidade principal da área estudada. Incluem-se aqui o estudo da Região de Santa Isabel (Ab'Saber, 1950/51); da Região de Corumbataí (Petroni, 1951/52); da Zona do Cacau da Bahia (Santos, 1955); da Zona da Mata de Minas Gerais (Valverde, 1958); da Região de São Luís do Paraitinga (Petroni, 1959); da Região do Alto Curso Superior do Tietê (Tirico, 1960b); da Baixada do Ribeira (Petroni, 1961); do Nordeste Potiguar (Valverde et al. 1962); e do Nordeste da Mata Pernambucana (Valverde, 1960).

Este último trabalho merece destaque especial, já que se constitui num dos poucos estudos dessa fase que ousaram não seguir a regra monbeigiana de que temas sociais, como o das relações de classe, são “coisas que o geógrafo não sabe e não precisa estudar”. Ao descrever a cidade de Timbaúba,

Valverde dá atenção especial à miséria aí reinante, à disparidade entre as classes sociais, utilizando em sua análise, ainda que timidamente, categorias que só muito mais tarde seriam incorporadas ao temário geográfico, tais como “exercício industrial de reserva” e “capital constante”.

### QUADRO 1

#### AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DA AGB (1945 - 1969)

A. G.	ANO	LOCAL	TRABALHOS DE CAMPO/MONOGRRAFIA URBANA/OBSERVAÇÕES
1ª	1945	São Paulo	Não houve trabalho de campo. Mudança de estatuto.
2ª	1946	Lorena	Excursão à Serra da Bocaina.
3ª	1947	Rio de Janeiro	Excursão às Baixadas Litorâneas e a Campos.
4ª	1948	Goiânia	Mato Grosso de Goiás e Região do Jaraguá
5ª	1950	Belo Horizonte	Lagoa Santa/Região do Caraça/Belo Horizonte. Monografias urbanas: Azevedo (1949-50); Mattos (1949-50)
6ª	1951	Nova Friburgo	Município de Nova Friburgo. Monografias urbanas: Bernardes (1950-51).
7ª	1952	Campina Grande	Brejo Paraibano; Sertão de Curema, Campina Grande. Monografias: Müller (1951-52); Carvalho (1951-52).
8ª	1953	Cuiabá	Médio Cuiabá/Chapada dos Guimarães. Monografia: Azevedo (1952-53).
9ª	1954	Ribeirão Preto	N/SE/SW de Ribeirão Preto. Monografia: França, Ary (in.)
10ª	1955	Garanhuns	Catende/Arcoverde/Borborema. Monografia: Azevedo (1954-55)
11ª	1956	Rio de Janeiro	Reunião administrativa.
12ª	1957	Colatina	Linhares/Reg. colon. antiga e nova; Monografia: Bernardes (in.)
13ª	1958	Santa Maria	Município de Santa Maria/Depressão do Jacuí/Reg. São Gabriel. Monografias urbanas: Mattos, Dirceu (inéd.); Müller (1962)
14ª	1959	Viçosa	Viçosa/Ponte Nova/Ubá. Monografias: Keller (in.); Andrade (1961).
15ª	1960	Mossoró	Área salineira; Várzea do Açú; Região do Apodi. Monografia urbana: Santos, Milton (inédito).
16ª	1961	Londrina	Jacarezinho/Maringá/Cianorte. Monografia: Geiger (inédito)
17ª	1962	Penedo	Baixo S. Francisco/Regiões de Arapiraca/Itabaiana. Monografia urbana: Bernardes (inédito)
18ª	1963	Jequié	Zona cacauzeira; Plan. de Maracás; Zona de Conquista. Monografia urbana: Müller (1970)
19ª	1964	Poços de Caldas	Poços de Caldas/Reg. de Andradas. Monografia: Tírico (in.)
20ª	1965	Rio de Janeiro	Não houve trabalho conjunto. Só excursões.
21ª	1966	Blumenau	Blumenau; Região de Timbó. Monografia urbana: Mamigonian (in.)
22ª	1967	Franca	Planalto de Franca. Monografia: Mesquita, Myriam (inéd.)
23ª	1968	Montes Claros	Não houve trabalho de campo conjunto. Só excursões.
24ª	1969	Vitória	Baixo Rio Doce/Médio Itapemirim/Vitória. Monografia urbana: Keller, E. (in.); Est. área infl.: Corrêa, R. (inéd.)

## Monografias urbanas parciais

Neste caso estão incluídos os trabalhos que se dedicam ao estudo de uma cidade pelo método monbeigiano, mas que não resultam em monografias completas já que privilegiaram apenas algumas das análises que compõem a monografia-padrão. Podemos destacar aqui, em primeiro lugar, as análises realizadas sobre o **sítio e/ou posição** de Sorocaba (Santos, 1950); de Nazaré e Ituberá (Santos, 1954/55 e 1955/57); do Rio de Janeiro (Bernardes, 1957/58 e Deffontaines, 1959; das cidades de Pernambuco (Melo, 1958); de Porto Alegre (Ab'Saber, 1965); de Belém (Bernardes, 1974), e de Recife, Lins (1987).

Muito mais numerosos, entretanto, são aqueles trabalhos que se dedicam à análise da origem e evolução histórica das cidades e/ou das funções predominantes, como atestam os estudos sobre São Paulo realizados por Canabrava (1949/50), Monbeig (1954) e Azevedo (1961); sobre o Rio de Janeiro, de autoria de Bernardes (1959, 1961a), de Castro (1965a, 1965b), de Pinto (1965), e de Cardoso (1968a); sobre cidades de origem portuguesa e alemã em Santa Catarina, de Peluso Júnior (1953); sobre Garanhuns, de Sette (1956a); sobre pequenos centros paulistas de função religiosa, de Franca (1972); sobre antigas capitais do café, de Pazera Júnior (1974); sobre Mossoró, de Felipe (1982); sobre Águas de São Pedro, de Rodrigues (1985); e, principalmente, sobre o Recife, de autoria de Castro (1948), de Melo (1978), e de Andrade (1979).

Outra temática que atraiu a atenção dos geógrafos nesse período foi a da análise da **estrutura urbana**. Neste caso privilegia-se a descrição das diversas partes que compõem o "organismo urbano", não sendo rara a seleção de um desses componentes para que seja objeto de análise mais detalhada. Alguns trabalhos de peso resultaram desses esforços de pesquisa como, por exemplo, o estudo pioneiro de Penteado (1954/55) sobre a "região suburbana de São Paulo", embrião de trabalho sobre a temática das áreas metropolitanas; o ensaio de Geiger (1960) sobre a estrutura urbana do Rio de Janeiro; e o belo estudo de Soares (1965), também sobre o Rio de Janeiro.

A temática do **bairro** também foi seguida em trabalhos menos ambiciosos, destacando-se aqui o estudo metodológico de Soares (1958b) sobre a conceituação dessa unidade urbana, e os estudos cariocas sobre Laranjeiras (Simões, 1952/53) e Santa Teresa (Boynard, Soares, 1958b). Até mesmo uma rua foi objeto de análise, no caso um dos grandes eixos de circulação da capital paulista: a rua da Consolação (Tírico, 1958).

## Grandes estudos urbanos

O período que hoje chamamos de "Geografia Tradicional" produziu também alguns trabalhos que, por sua abrangência e pela riqueza da análise empírica, merecem certamente um destaque especial. São trabalhos de fôlego, fruto de pesquisa exaustiva, que demandaram longos períodos de preparação mas que resultaram em obras que merecem, com justiça, um lugar de destaque na história do pensamento geográfico sobre a cidade no Brasil.

Dois desses trabalhos privilegiaram a análise da área central, e resultaram num minuciosíssimo estudo sobre a organização do centro de Salvador em fins da década de 50 (Santos, 1959), e do centro do Rio de Janeiro, aproximadamente dez anos depois (Duarte, 1967a). A temática do bairro, de sua integração do conjunto maior que é a cidade, e de sua estruturação interna, também resultou num trabalho de grande envergadura, conforme demonstra o estudo de Petrone (1963) sobre Pinheiros, na capital paulista. A temática regional, por sua vez, também se fez presente através do estudo sobre a "Baixada Santista" coordenado por Aroldo de Azevedo (1965a), que contém análises monográficas e funcionais de diversos centros urbanos dessa parte do litoral paulista.

Frutos de teses de doutoramento ou de livre-docência, riquíssimos em conteúdo e bem mais abrangentes em escopo, merecem destaque também o estudo monográfico sobre Belém, de Penteado (1966); a análise abrangente da estruturação da Grande São Paulo realizada por Langenbuch (1968); o estudo de Müller (1967) sobre as cidades do vale do Paraíba paulista; e os trabalhos de Araújo Filho sobre a função portuária de Santos (1969) e de Vitória (1974).

Para concluir, há que se falar daquela que foi, sem sombra de dúvida, a obra mais importante de Geografia Urbana desse período.

Fruto de longos anos de trabalho, já que foi idealizada em 1948 e só publicada dez anos mais tarde. "A Cidade de São Paulo" (Azevedo, 1958a), homenagem da Seção Regional de São Paulo da AGB (em associação com o Departamento de Geografia da USP) ao quarto centenário de fundação da capital paulista, é hoje um marco histórico dos estudos urbanos no País. Esta obra, que teve a coordenação geral de Aroldo de Azevedo, é, sem dúvida, a mais abrangente "monografia urbana" que já foi realizada no Brasil. Nos quatro volumes que a compõem, o leitor encontra uma variedade de ricas análises - cada uma enfocando uma das temáticas-padrão do estudo monográfico - assinadas pela "nata" da Geografia paulista de então. Obra premiada pela Câmara Brasileira do Livro, é referência obrigatória hoje para todos os que estudam a metrópole paulista.

## Sinais de mudança na geografia tradicional

A realização do Rio de Janeiro, em agosto de 1956, do XVIII Congresso Internacional de Geografia representa um marco divisorio importante na história do pensamento geográfico brasileiro. Símbolo da "maturidade" a que havia chegado nossa disciplina em tão pouco tempo, como não cansarão de salientar alguns geógrafos, ele não apenas demonstrou a capacidade da comunidade geográfica brasileira de organizar uma reunião infinitamente mais complexa do que as assembleias da AGB, como propiciou a essa mesma comunidade uma oportunidade ímpar de intercâmbio científico.

Para Nice Lecocq Müller, 1956 representa o fim de uma era e o início de outra. Falando especificamente da Geografia Urbana, ela considera que o XVIII Congresso Internacional da UGI separa, claramente, uma fase de consolidação gradual de conhecimentos (fase de desenvolvimento) de outra época: a fase da afirmação. Segundo suas próprias palavras:

"O XVIII Congresso Internacional de Geografia.... além de propiciar renovação de pontos de vista e de métodos pelo contato com especialistas estrangeiros, estimulou uma série de estudos urbanos, quer para serem apresentados ao congresso, quer para se-

rem incluídos nos vários livros-guia das excursões realizadas" (Müller, 1968, p. 16).

Nessa mudança de fases esconde-se algo, que Müller não salienta de forma explícita, mas que flui claramente de seu discurso: o sentimento de autoconfiança que o congresso deu à comunidade geográfica brasileira. E isto já pode ser observado na preparação da XII Assembléia Geral da AGB que, marcada para Colatina em julho de 1957, pela primeira vez passou a se organizar sob a forma de simpósio, com os participantes sendo convocados e reunirem-se na cidade capixaba de forma diferente, isto é, para debater e apresentar trabalhos sobre um tema específico e (para a época) atual: o "habitat rural no Brasil".

Apesar da temática agrária, foi entretanto nessa mesma reunião, conforme lembram Müller (1968) e Corrêa (1967, 1989a), que a Geografia Urbana atingiu um novo estágio. A partir da iniciativa de Lysia Bernardes, a monografia urbana tradicional das reuniões da AGB sofreu modificação importante, passando também a incluir uma análise do grau de centralidade urbana, da determinação da área de influência da cidade.

Se a reunião de Colatina representa um marco dos estudos interurbanos no Brasil, a XIV Assembléia, reunida em Viçosa em 1959, teve papel semelhante no que diz respeito à temática intra-urbana. Com efeito, convocados novamente para um simpósio, desta vez dedicado ao estudo do "habitat urbano no Brasil", os geógrafos brasileiros optaram por debater ali uma temática que era tão nova quanto a da centralidade urbana, e que era também de grande importância para a época: a das metrópoles e áreas metropolitanas. E o fizeram de maneira bastante diversa daquela que era característica das reuniões anteriores.

Com efeito, ao debruçarmo-nos sobre os trabalhos apresentados em Viçosa, sentimos claramente a mudança. São estudos principalmente de caráter metodológico, que suscitaram, por conseguinte, acirrados debates conceituais. Observados com os olhos de hoje, esses trabalhos e debates podem parecer simplórios e até insignificantes. Eles tiveram, entretanto, um papel fundamental no posterior redirecionamento da pauta da pesquisa geográfica urbana no País.

Em Viçosa, discutiu-se basicamente questões de método e de terminologia, tais como:

a) **qual o critério de definição de metrópole?** Seria ele quantitativo, como sugeria Aroldo de Azevedo (1958/59) - ou seja, metrópoles seriam as cidades de mais de 100 000 habitantes - ou deveríamos optar por um critério funcional, limitando, ademais, esse conceito às cidades "cabecças de rede urbana", como sugeria Geiger? (Melo, 1958/59).

b) **quais os tipos de metrópole?** Houve consenso em que haveriam dois tipos de metrópole: nacionais e regionais.

A temática da **organização interna das cidades** também foi objeto de ampla discussão. E de forma nova! Não mais se dava prioridade ao estudo estanque das diversas partes da cidade, da fisionomia e funções de cada bairro tomado isoladamente, como era típico da monografia-padrão. Já, ao que parece, sob a influência do trabalho de Tricart (1954) sobre o habitat urbano, aos geógrafos importava agora analisar principalmente a **estrutura urbana**, definida de forma dinâmica, a partir das relações que se estabeleciam entre cada parte da cidade.

Mas como fazer isto? Se os trabalhos e debates que aconteceram em Viçosa indicam claramente a existência de dúvidas, de hesitações, eles também revelam - ainda que timidamente - a tomada de iniciativas novas, a busca de um pensamento próprio. Para comprovar isto, reproduzimos abaixo o teor de alguns debates ocorridos naquela reunião:

a) **que critério utilizar para caracterizar um aglomerado como urbano?** Critério numérico, administrativo, funcional?

b) **o que é um subúrbio?** O subúrbio no Brasil tem algo a ver com o *suburb* norte-americano e com a *banlieue parisienne*?

c) **qual a distinção entre urbano e suburbano?**

d) **que critérios utilizar para diferenciar as diversas partes da cidade?** Seriam critérios de fisionomia (de paisagem) e de função, como defendiam Therezinha Soares, Antonio Penteado e Ary França? Ou será que um estudo

como esse, "do processo de diferenciação das zonas constitutivas da estrutura urbana ... (não seria) .... menos de Geografia e mais de Ecologia Humana", como alertava Mário Lacerda de Melo (1958/59)?

O simpósio encerrou-se com uma grande discussão sobre a necessidade de harmonização da terminologia adotada em Geografia Urbana. Com efeito, o que era "subúrbios próximos" para Penteado (1958/59) correspondiam aos "subúrbios periféricos" de Maria Therezinha Soares (1958/59). E o que aquele denominava de "subúrbios remotos", para esta eram "núcleos pioneiros suburbanos". Tentando chegar a uma conclusão conciliatória, Bernardes (1958/59) apresentou um "quadro sumário da nomenclatura de zonas urbanas", que deveria servir de base para a meditação e aprimoramento futuros<sup>9</sup>.

A década de 60 viu prosperar as temáticas que foram debatidas no simpósio de Viçosa, que passaram a atrair cada vez mais a atenção dos geógrafos. Com efeito, num país que passava por transformações radicais em sua base econômica, onde as forças de acumulação capitalista redesenhavam toda a estrutura espacial de fixos e de fluxos, seja através da aceleração do processo de formação de áreas metropolitanas, seja via a reformulação do padrão de relações interurbanas, seja ainda mediante o redesenho de toda a organização interna das cidades, não eram mais possível e nem relevante concentrar esforços no estudo monográfico tradicional. Como já visto, as monografias urbanas até continuaram a ser realizadas, mas já não expressavam mais o estudo geográfico padrão de cidade, tanto que muitas daquelas que foram elaboradas nas assembleias da AGB da década de 60 jamais foram publicadas (Quadro 1). Aliás, a partir dessa década a Geografia urbana brasileira deixou de ter estudos-padrão, um sinal evidente de amadurecimento.

## Reflexos na Produção Geográfica

A mudança de temário ocorrida no final da década de 50 na Geografia Urbana pode

<sup>9</sup> Iniciava-se aí uma grande discussão sobre a necessidade de harmonização do vocabulário de Geografia Urbana, que se prolongou por toda a década de 60 e resultou, inclusive, numa publicação especial, patrocinada pela Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH, 1971).



ser claramente verificada pela análise do que foi produzido por seus profissionais. Conforme salientado por Corrêa (1989a) em sua avaliação dos estudos sobre hinterlândias e redes, a mudança de temário que afetou a Geografia Urbana após a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia refletiu-se principalmente na ênfase que se passou a dar, a partir de então, aos estudos de centralidade urbana. Uma análise dos trabalhos publicados nessa época indica que será também a partir dessa vertente que o processo de transformação chegará ao estudo intra-urbano, conforme demonstramos agora.

O grande interesse despertado nos geógrafos brasileiros pelo estudo de redes urbanas (a partir da inspiração original de Tricart e de Rochefort) levou, de início, a uma desaceleração no ritmo de produção de trabalhos a nível intra-urbano. Isto se deve, por um lado, à extrema identificação desse tipo de estudo com a monografia urbana, agora considerada um símbolo de uma fase já superada. Por outro lado, o desafio representado pela nova temática, um território que praticamente ainda estava por ser explorado, atuou como foco irresistível de atração. Finalmente, a difusão das atividades de planejamento territorial na Europa no período do pós-guerra, e sua expansão no Brasil no final da década de 50, constituíram-se em força centrípeta de grande intensidade, completando o processo de atração dos geógrafos para a chamada área urbano-regional<sup>10</sup>.

Se Chabot (1948) já dissera antes que "não existe cidade sem região nem região sem cidade", nunca essa frase teve tanto *appeal* na Geografia Brasileira quanto na década de 60. A perspectiva de que, a partir da cidade, poder-se-ia intervir no quadro regional, alterando-o, acabou por dar à Geografia um sentido de aplicabilidade que nunca tivera antes. Planejamento, Geografia ativa, Geografia aplicada, Geografia voluntária .... Eis, agora, as novas dimensões da Geografia, que abriram novos horizontes aos geógrafos (ver, por exemplo, as discussões realizadas por Carvalho e Santos (1960) e por Santos (1965).

Principais pólos de organização regional, não é de se estranhar que foram as metrópoles e suas funções regionais que mais captaram o interesse dos geógrafos nessa época. Os trabalhos então desenvolvidos já foram comentados por Corrêa (1989a) e não precisam ser novamente discutidos aqui. O que é importante destacar, no entanto, é que gradualmente a atenção dos geógrafos também se deslocou para o estudo da organização interna e dinâmica de estruturação do espaço metropolitana, que se transformou então em palco de investigação igualmente privilegiado da Geografia.

Já nos referimos, há pouco, às discussões iniciais travadas em 1959 em Viçosa. Deu-se ali um início tímido, que foi entretanto ganhando "momentum" a partir da elaboração de uma série de estudos pioneiros, que abriram caminhos importantes. É preciso, agora, que sejamos capazes de recuperá-los.

### *Metropolização*

A temática da metropolização teve em Maria Therezinha de Segadas Soares uma grande incentivadora e sistematizadora. Sua tese sobre "Nova Iguaçu, absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro" (Soares, 1962) é hoje um clássico da Geografia Urbana brasileira. É dela também o primeiro trabalho que trata explicitamente da questão das áreas metropolitanas. De fato, em artigo que discute os critérios de delimitação dessas unidades territoriais e a possibilidade de sua aplicação ao Brasil (Soares, 1968b), a autora abriu uma trilha importante, que foi posteriormente ampliada por um grupo de geógrafos do IBGE (Galvão et al., 1969), também chamamos a refletir sobre o tema já que este órgão se transformara, agora, em eixo importante de sustentação do sistema brasileiro de planejamento territorial.

A década de 70, por sua vez, assistiu ao desenvolvimento de inúmeros trabalhos de caráter empírico sobre as formas de integração de municípios periféricos ao aglomerado metropolitano. São estudos que, na maioria, se estruturam a partir do esquema monográfico clássico, mas cuja análise já

<sup>10</sup> Note-se, por exemplo, que a XVII Assembléia Geral Ordinária da AGB, reunida em Penedo (AL) em julho de 1962, teve como tema central "Geografia e Planejamento Regional", e contou com a presença de Celso Furtado.

está orientada basicamente para a temática das relações, dos fluxos. Incluem-se aqui estudos sobre Itaboraí (Abreu e Diniz, 1970; Mizubuti, 1972); sobre Guaíba (Becker, 1971); sobre Tapes (Copstein, 1971); sobre Maricá (Teixeira e Soares, 1973-75; Castro et al., 1974). Destaque especial, entretanto, precisa ser dado à série de dissertações de mestrado e/ou teses de doutoramento desenvolvidas na Universidade de São Paulo sobre o chamado "cinturão caipira" da capital paulista, e que versaram sobre Cotia (Lemos, 1972); Embu (Oliveira, 1972); o setor metropolitano ocidental de São Paulo (Almeida, 1975); Nazaré Paulista (Merino, 1976); Barueri (Cavalcante, 1978); Salesópolis (Le Bourlegat, 1978); Jandira (Cardieri, 1980); Itaquaquetuba (Lemos, 1980); e Caieiras (Pazera Júnior, 1982).

Na maioria orientadas por Pasquale Petrone, essas teses e dissertações cobriram uma grande parte do anel periférico externo da metrópole paulista, ou seja, daquele setor que estava então em processo de integração metropolitana. Embora pouco teóricos (como, aliás, foi toda a produção da Geografia Tradicional), esses trabalhos são entretanto extremamente ricos a nível empírico, e constituem-se hoje em fonte de consulta essencial para outros estudos, em especial para aqueles que se propõem a repensar o processo de metropolização ocorrido em São Paulo a partir do referencial teórico do materialismo histórico.

### *Organização Interna da Cidade*

A orientação em direção a estudos mais dinâmicos, que levassem em conta relações, fluxos e processos (indicando também uma influência marcante de Pierre George) acabou por se refletir em outras dimensões do estudo geográfico da cidade, alterando conteúdos e estimulando investidas exploratórias.

A nível metodológico, destacamos a preocupação de Milton Santos em definir o que seria a cidade nos países subdesenvolvidos (Santos, 1962 e 1965). Partindo da noção de paisagens derivadas de Sorre, o autor dedica uma longa reflexão ao assunto: Que fatores seriam comuns a todas as cidades do mundo subdesenvolvido? Que outros as individualizariam externa e internamente? Esta temática também interessou à Maria

Therezinha Soares que, ao analisar a "organização interna das cidades brasileiras segundo seu estágio desenvolvimento" (Soares, 1968a) numa perspectiva evolucionista, sugeriu um método que classificava os núcleos urbanos a partir de critérios formais, paisagísticos, diferenciando-os segundo uma escala que ia das "formas simples" às "formas de grande complexidade": as metrópoles.

A nível empírico, há que ressaltar o aparecimento de alguns trabalhos que enfocaram temas novos e/ou apresentaram análises pioneiras. É o caso, por exemplo, do estudo de Anna Carvalho (1955/57) sobre o "crescimento recente da cidade do Salvador", que já detecta o papel que as políticas públicas de provisão de infra-estrutura urbana vinham tendo sobre o mercado de terras (ao concentrar investimentos em "áreas nobres de expansão"), e alerta para a existência de um processo perverso de periferização dos grupos sociais mais pobres da capital baiana, antecipando um debate que só viria a ser desenvolvido plenamente na década de 80. São palavras dela:

"Enquanto o setor costeiro passa por uma fase de valorização (em muitos casos prematura e artificial), como que profetizando a futura ocupação pela classe abastada, a parte Norte apresenta o problema oposto. A população menos favorecida da Cidade vai sendo não só cada vez mais proletarizada, como também "empurrada" para N-NE, pelo nível de vida do povo, pelas dificuldades de casa e transporte, pela valorização exagerada de outras áreas periféricas ou urbanas" (Carvalho, 1955/57, p. 95).

A análise do que hoje se denomina "**agentes modeladores do espaço**" também tem o seu início no período ora em análise, com atenção especial sendo dada ao papel da indústria. Ainda na década de 50, Santos e Carvalho (1955/57) publicam um trabalho pioneiro sobre *localização industrial em Salvador*, identificando diferentes tipos de área industrial na cidade e discutindo critérios de localização. Essa temática seria depois retomada por Santos (1958), e ampliada por Mamigonian (1960), que chama a atenção para o papel desempenhado pela indústria na produção de um espaço heterogêneo, em forma e em conteúdo, na cidade de Brusque, e por Davidovich (1966), que chegou à mesma conclusão ao estudar Jundiá.

Coroando esses esforços iniciais, encontramos outros estudos que analisam mais profundamente o tema, destacando-se aqui os trabalhos de Turnowski (1967, 1968, 1969) sobre a Geografia das Indústrias no Rio de Janeiro; de Andrade (1979) e de Pontuschka (1979) sobre o impacto da indústria no processo de transformação de dois municípios da periferia metropolitana paulista (Diadema e Suzano, respectivamente); e de Sampaio (1975), sobre a Geografia Industrial de Piracicaba. Anterior a esses últimos, é inovador quanto à temática e ao método de análise, a tese de doutoramento de Léa Goldenstein (1970) sobre o desenvolvimento de “um centro industrial satélite” (no caso, Cubatão), é outro daqueles grandes estudos que a Geografia Tradicional produziu, e que podem ser considerados hoje, com toda justiça, como clássicos da nossa bibliografia.

Finalmente, há que se referir aos estudos que abordaram a cidade a partir da ótica dos fluxos. Isto ocorreu sob diversas formas e contemplou dimensões diferentes, que só foram mais plenamente desenvolvidas em períodos mais recentes.

A questão da **descentralização das atividades terciárias** na cidade foi inicialmente estudada por Botelho e Cardoso (1960/62), a partir da aplicação à escala intrametropolitana dos métodos de determinação de hinterlândias. Seu estudo sobre o raio de atuação do subcentro carioca de Madureira lançou uma semente fértil que, embora não aproveitada por Pegaia (1965) em seu trabalho descritivo sobre a rede bancária da cidade de São Paulo, foi entretanto aprofundada mais tarde por Duarte (1974) e por Langenbuch (1974). Atualmente, o estudo da descentralização das atividades terciárias voltou novamente à pauta, enfatizando as suas formas mais recentes (os *shopping centers*). Segue, entretanto orientação teórico-metodológica bastante diferente, como será discutido mais adiante.

A questão do abastecimento urbano também teve seus primeiros estudos desenvolvidos nessa época, através do trabalho pioneiro de Mesquita (1959) sobre os “aspectos geográficos do abastecimento do Distrito Federal em gêneros alimentícios de base”, logo seguido pelos estudos de Joviano (1960), Lavareda (1961), Magalhães

Filho (1961) e Seabra (1969). O rebatimento intra-urbano e intermetropolitano da questão do abastecimento, por sua vez, apareceu no trabalho de Guimarães (1968) sobre as feiras livres paulistanas; no estudo de Abreu (1969) sobre as funções urbanas da zona do mercado central de São Paulo; e no estudo de Bicalho (1971) sobre transformações na periferia urbana do Rio de Janeiro. Ainda hoje esta temática vem atraindo a atenção do geógrafo, como demonstram os estudos mais recentes realizados por La Corte (1976) para São Paulo, por Lima (1984) para Recife, e por Sérgio (1985) para Teresina.

Para concluir esta avaliação da chamada Geografia Tradicional, resta dizer que pode ser creditado a Rosa Ester Rossini o mérito de ter introduzido, no temário geográfico urbano, o papel desempenhado pela **mudança das relações de produção** no campo. Seu estudo sobre Serra Azul (Rossini, 1971), de caráter monográfico, parece ser o primeiro a tratar do impacto causado, na cidade, pelo processo de assalariamento da força de trabalho rural. Segundo ela, as mudanças que então ocorriam no campo paulista estavam dando origem a uma nova classe de habitantes urbanos, que residiam em “vilas pobres na periferia” (o bóia-fria).

## O legado da geografia tradicional

A geração de conhecimentos sobre a cidade brasileira, propiciada pela fase de produção científica que hoje denominamos de Geografia Tradicional, foi, como já pôde ser observado, bastante extensa. E isto se aplica tanto à quantidade de trabalhos realizados, quanto à qualidade de uma parcela considerável desses. Com efeito, datam desse período uma série de estudos que hoje fazem parte, merecidamente, da galeria de honra da produção geográfica nacional.

O elogio acima é proposital. A sucessão de movimentos de renovação pela qual passou o pensamento geográfico brasileiro, a partir do final da década de 60, resultou, infelizmente, no aparecimento de uma seqüência de posturas nihilistas em relação à produção da Geografia Tradicional, que pretenderam reduzir a zero todo um esforço intelectual de mais de 40

anos, como se fosse possível avançar em Ciência a partir do vácuo, isto é da ausência de uma base anterior. Tais posturas, embora minoritárias, acabaram produzindo entretanto um efeito-demonstração considerável, levando ao ostracismo, por algum tempo, todo um esforço realizado por gerações mais velhas de profissionais da Geografia do Brasil.

É necessário, pois, que recuperemos o legado da Geografia Tradicional, o que não quer dizer que deixemos de apontar suas limitações. Com efeito, se sua proposta empirista-naturalista parece pertencer hoje apenas à história do pensamento geográfico, sua rica produção científica constitui-se em ponto de partida fundamental para o avanço teórico e conceitual da Geografia. É o caso, por exemplo, de categorias como paisagem, região, território e espaço que, recuperados e repensados teoricamente nos últimos anos, voltaram a freqüentar o temário da disciplina, e têm orientado o desenvolvimento de estudos empíricos de alta qualidade.

Há que se falar, também, sobre a variedade de técnicas de descrição e de representação que resultaram desse período e, especialmente, da riqueza empírica dos trabalhos que foram nele elaborados (Moraes, 1980). Esta última vem se revelando, inclusive, imprescindível ao desenvolvimento de inúmeros trabalhos, pois retratam com nitidez toda uma estruturação espacial que já não mais existe, mas se pode ser resgatada e servir de ponto de apoio para análises processuais. Como veremos mais tarde, as pesquisas que vêm hoje sendo desenvolvidas sobre as periferias metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de cunho materialista histórico, têm-se beneficiado, em muito, da produção realizada nas décadas de 50, 60 e 70 sobre essas mesmas áreas.

Resta citar o caráter de documento histórico que muitos desses trabalhos passaram a incorporar. Com efeito, o crescimento urbano avassalador, a que estiveram sujeitas diversas cidades brasileiras nos últimos 40 anos, resultou em mudanças tão radicais em sua paisagem que nem mesmo rugosidades de períodos anteriores conseguiram sobreviver. Das formas e conteúdos espaciais anteriores só restaram

muitas vezes as análises geográficas tradicionais, eternizadas no papel.

## A GEOGRAFIA NEOPOSITIVISTA E A “REVOLUÇÃO QUANTITATIVA”

Desde a sua implantação como curso de nível universitário, na década de 30, e até meados da década de 60, a Geografia Brasileira foi essencialmente uma disciplina voltada para a chamada “escola francesa”. Foi da França que vieram os seus primeiros mestres; foi com esse país que o intercâmbio científico foi mais intenso; foram autores franceses os que mais influenciaram a geração de geógrafos aqui formada nesse período<sup>11</sup>.

Na segunda metade da década de 60, entretanto, esta situação começou a mudar. É a partir daí que a chamada “revolução quantitativa” - que já vinha ocorrendo nos EUA e no Reino Unido há cerca de dez anos - chega ao Brasil, no bojo do processo de intensificação das atividades de planejamento territorial promovido pelo governo militar de então.

Conforme relata Geiger (1988), tudo parece ter começado com a chegada ao Brasil do economista e planejador John Friedmann, convidado pelo IPEA para prestar consultoria especializada àquele órgão. No decorrer dessa consultoria, contatos com outros órgãos de planejamento do Governo Federal (dentre eles, o IBGE) foram inevitáveis, surgindo aí a sugestão de que os geógrafos brasileiros deveriam praticar a Geografia que vinha sendo realizada por Brian Berry e outros nos EUA, a qual, por basear-se na linguagem franca da Matemática era mais precisa e acessível aos economistas (Geiger, 1988, p. 77). Posteriormente, chegou ao Brasil o Prof. John P. Cole que, ao oferecer um curso sobre técnicas quantitativas no IBGE em 1969, introduziu formalmente o seu estudo no País<sup>12</sup>. O próprio Berry esteve no Brasil logo a seguir, difundindo ele mesmo a “Geografia Quantitativa”, da qual

<sup>11</sup> É verdade que alguns profissionais brasileiros optaram por outras escolas (alemã, anglo-americana), influenciados que foram por mestres como Leo Waibel, Carl Troll e Preston James. Eles foram, entretanto, minoria.

<sup>12</sup> Vale lembrar que, em momento algum, Cole se preocupou com a introdução das bases epistemológicas do neopositivismo, limitando-se ao ensino das técnicas.

era um dos pais. A Comissão de Técnicas Quantitativas da União Geográfica Internacional, ao reunir-se no Rio em 1971, deu, por sua vez, um impulso adicional à introdução da chamada "New Geography" no País. A partir de 1970 a proposta atingiria também outra instituição importante, com os docentes do Departamento de Geografia da UNESP-Rio Claro aderindo "entusiástica e ruidosamente à "Geografia Quantitativa" .... provocando o desencadeamento de uma série de eventos acadêmicos" (Langenbuch, 1983, p. 5).

É bom lembrar que, mesmo antes desses contatos, os geógrafos brasileiros já vinham acompanhando, com vivo interesse, o crescente relacionamento de sua disciplina com as atividades de planejamento territorial. Com efeito, desde a década de 50 que profissionais de renome (inclusive da França) defendiam uma maior participação da Geografia nos sistemas de planejamento (Gottman et al., 1952/ Mayer, 1954; Thomas, 1956; Freeman, 1958), propagando inclusive a idéia de uma "Geografia Aplicada" (Philipponeau, 1960; Stamp, 1960; George, 1963), de uma "Geografia Ativa" (George et al., 1965, de uma "Geografia Voluntária" (Labasse, 1966). E conforme já visto anteriormente, os ecos dessas idéias já haviam chegado ao Brasil desde finais da década de 50, tendo inclusive dado alguns frutos na década seguinte (Bernardes, 1966; Bernardes, 1967 e 1969; Geiger, 1967). Não foi, portanto, por obra e graça da "quantitativa" que a vinculação da Geografia com o planejamento se realizou no Brasil. A nível de hipótese, pode-se afirmar, inclusive, que as mudanças que já vinham ocorrendo na Geografia Tradicional brasileira levariam-na certamente a essa direção, ainda que seguindo, talvez, um roteiro diferente.

O que parece ter sido realmente novo nos contatos estabelecidos por Friedmann, Berry e Cole foi o acoplamento perfeito do discurso neopositivista (que eles trouxeram), tanto às exigências do momento político-econômico pelo qual passava o país, quanto às pretensões de cientificidade e de aplicabilidade que afetam periodicamente a Geografia e que, àquela época, estavam novamente em alta.

Com efeito, num país que tinha o sistema político amordaçado e expurgado, e no qual as tentativas de organização (e de contestação) da sociedade civil eram desencora-

jadas e reprimidas, a ditadura militar pôde implementar, sem oposição, o seu projeto de aceleração do ritmo da acumulação capitalista. E nesse projeto assumiu lugar de destaque a atividade de planejamento que, inicialmente restrita às esferas setoriais, logo se espalhou também para a escala territorial, trazendo consigo toda a ideologia tecnocrática, toda a crença na supremacia do discurso técnico sobre a prática política. Afinal, se a nível setorial era possível intervir na economia e colher "milagres econômicos", o mesmo poderia ser feito a nível territorial.

Ademais, a redefinição da "estrutura espacial" do país era uma condição necessária à manutenção dos altos níveis de crescimento do PIB. Havia que fazer o bolo crescer primeiro para depois dividi-lo, conforme *slogan* da época. E um dos fermentos que faziam parte dessa receita era justamente o da ordenação territorial, razão pela qual passaram a proliferar planos dos mais diferentes matizes: Planos de Desenvolvimento Regional, Planos de Desenvolvimento Local Integrado, Planos de Regionalização, Planos de Ação Imediata, etc.

Num contexto como esse, os atrativos da "Nova Geografia", que Berry e outros anunciavam, tornaram-se irresistíveis para alguns geógrafos brasileiros, que viram nela a resposta para duas angústias que assolam periodicamente a Geografia (ou melhor, os geógrafos): a do seu reconhecimento externo como ciência (como cientistas) e a da relevância e aplicabilidade do saber geográfico, por muitos considerado como um saber inútil.

Como resposta a essas angústias, a proposta neopositivista era bastante atraente. Por um lado, ela dava à Geografia, através da Matemática, a linguagem científica que já era característica de outras ciências, facilitando assim a sua integração com essas. Por outro lado, sua nova capacidade preditiva - fruto da adoção dessa nova linguagem - integrava-a perfeitamente às exigências do planejamento territorial.

De fato, a "Nova Geografia" tinha muito a aproveitar de seu acoplamento à matriz científico-planejadora. Falando a mesma linguagem dos demais integrantes dessa matriz, mas focalizando temáticas que eram pouco consideradas por eles ( o território, a

região, a cidade, etc.), a Geografia poderia lhes oferecer os insumos empíricos que demandavam. Por outro lado, pelo fato mesmo de ocupar uma célula dessa matriz, na qual imperava soberanamente, a Geografia também se habilitava a receber auxílio das demais ciências. E a ajuda de que necessitava traduzia-se em teorias e modelos que, embora desenvolvidos em outros contextos, poderiam muito bem ser apropriados e retrabalhados pelos geógrafos em suas tentativas de construção de teorias eminentemente geográficas. O desenvolvimento dessas teorias permitiria, por sua vez, que a Geografia também oferecesse às outras ciências uma contribuição teórica, e era nessa direção que estavam trabalhando, já há algum tempo, diversos geógrafos "quantitativos" que agora tornavam-se conhecidos no Brasil: o próprio Berry, William Bunge, Michael Dacey, Richard Chorley, Peter Haggett, David Harvey ...

O que houve a partir desse momento na Geografia Brasileira tem sido objeto de acalorados debates, que resultaram em publicações prenhes de paixão, tanto por parte daqueles que defenderam/defendem o neopositivismo, como principalmente por parte dos que lhe foram/são contrários. Resta perguntar, passados já 20 anos, se houve realmente uma "revolução quantitativa" no País, ou se o que acabou acontecendo aqui àquela época foi outra coisa, que os acalorados debates então ocorridos - basicamente centrados na dimensão política - acabaram por não perceber. É para essa direção que nos dirigimos agora, tendo como base de discussão a produção que foi realizada sobre a cidade.

## **A produção geográfica sobre a cidade**

Introduzida no País a partir de uma preocupação com o planejamento, e não a partir de uma inquietação teórica interna, não é de se estranhar que a produção geográfica sobre o urbano durante a década de 70 (época áurea do neopositivismo no País), tenha se orientado essencialmente para essa direção. E ao fazer isso, privilegiou, como era de se esperar, os temários que estavam sendo demandados pelo sistema

de planejamento, dentre os quais despontavam agora as temáticas interurbanas.

Ao fazer uma avaliação da produção geográfica interurbana realizada no Brasil, Corrêa (1989a) afirma, com razão, que é nesta época que os estudos interurbanos tomam a dianteira da produção geográfica sobre a cidade. Com efeito, após um longo período em que a cidade em si foi o foco maior de atenção dos geógrafos, a década de 70 viu essa tendência ser revertida, e isto deveu-se em grande parte às demandas provenientes do sistema de planejamento territorial e regional. Esta é a época em que predominam os estudos sobre hinterlândias e redes urbanas, sobre pólos de crescimento, sobre centralidade urbana, sobre fluxos interurbanos e inter-regionais, sobre regionalização, etc., em sua maioria apoiados na fenomenal base de dados que foi o Recenseamento Geral do Brasil de 1970, a mais completa "radiografia" até então realizada do País.

Embora minoritária em termos da produção realizada, a pesquisa intra-urbana sofreu entretanto, nesse período, uma transformação significativa. Invocando o novo objetivo de busca de generalizações, de leis, de abandono do excepcionalismo, conforme pregado pelo neopositivismo, os geógrafos deram uma guinada brusca em suas pesquisas, largando de vez a monografia (que, de resto, já não lhes atraía tanto a atenção), e orientando seus esforços para o estudo daquilo que era geral, que era comum a todas as cidades. Na ausência de bases teóricas próprias, recorreram então, como ocorreu em outros países, às teorias desenvolvidas por outras ciências, notadamente a Economia e a Sociologia.

A grande ironia é que, dentre essas teorias, nenhuma teve tanto atrativo para os geógrafos brasileiros quanto a velha Ecologia Humana que Pierson tanto defendera no passado, e que Dickinson (1947) já expusera há tanto tempo em seu clássico livro. Processos como os de centralização, descentralização, invasão-sucessão, etc., passaram então, com 30 anos de atraso, a fazer parte do temário dos geógrafos brasileiros, que também incorporaram em suas pesquisas outros referenciais de análise, vindos principalmente da teoria econômica neoclássica e da teoria geral dos sistemas.

Apoiados nessas teorias, os geógrafos passaram então a esquadrihar as mais diversas realidades urbanas do País, buscando verificar aí os padrões reveladores da sua validade. Para tanto, contaram não apenas com a existência de estudos empíricos similares já realizados em outros países (que lhes serviram de modelo), como beneficiaram-se bastante da melhoria significativa das bases de dados produzidas no País.

Ao analisar-se a produção realizada, nota-se que a busca e/ou a explicação de padrões são, de fato, uma característica comum a todos os trabalhos produzidos. É possível entretanto diferenciá-los segundo o objetivo a partir do qual essa tarefa foi realizada, o que nos permite separá-los em dois grupos distintos:

- trabalhos que dedicaram-se apenas à determinação de padrões espaciais.

- estudos que objetivaram mais do que isso, isto é, que pretenderam determinar também a relação que se estabelece entre processos e padrões.

### **A procura de padrões espaciais**

A grande maioria dos trabalhos intra-urbanos realizados pelos geógrafos, sob a influência do neopositivismo, objetivou apenas a determinação de padrões espaciais. Esta constatação, que será comentada mais adiante, posiciona bem o que foi o "quantitativismo" no Brasil, e coloca em dúvida a afirmação de que teria havido uma "revolução neopositivista" no País no início da década de 70.

Independente desses questionamentos, não há dúvida que o "tipo" de trabalho que passou a ser realizado pelos geógrafos a respeito da cidade modificou-se sobremaneira na década de 70. Amparados por bases teóricas novas - o que os diferenciava do trabalho geográfico tradicional, de cunho essencialmente empirista - esses profissionais pretenderam, com seus estudos, apontar os mais variados padrões de distribuição de fenômenos no espaço urbano, revelando não apenas as configurações visíveis da cidade, como também uma série de outras dimensões do urbano que não poderiam ser observadas, nem a olho nu, nem através da superposição de mapas. Pretenderam tam-

bém, em muitos casos, oferecer "subsídios ao planejamento".

Com o intuito de diferenciar esses trabalhos, podemos agrupá-los em dois grandes grupos: o primeiro agregaria os estudos que se propuseram a trabalhar com diversas dimensões do urbano ao mesmo tempo, e o segundo reuniria os trabalhos que privilegiaram o estudo de um único tipo de padrão. Este último grupo, por sua vez, pode ser subdividido em função do tipo de padrão que foi singularizado.

### *Padrões multidimensionais*

A característica principal deste tipo de estudo é a sua preocupação de "varrer", o mais que possível, as dimensões fenomênicas do urbano, procurando detectar padrões de associação entre elas. O trabalho típico é aquele que utilizou a análise fatorial e/ou de agrupamento para condensar, em poucas dimensões (ou fatores), variáveis que apresentavam um padrão de distribuição semelhante no espaço urbano. Foi a partir de estudos como esses que a "revolução quantitativa" chegou ao País, devendo-se aos geógrafos da Fundação IBGE o papel de divulgadores dessa nova forma de se fazer Geografia no Brasil.

Não é de se estranhar que tenha sido no IBGE que tudo tenha começado. Desde meados da década anterior que essa instituição havia sido chamada a participar efetivamente do sistema de planejamento nacional, como fornecedora de bases territoriais e estatísticas, já no final da década, toda a regionalização do País para fins estatísticos havia sido modificada pelo IBGE, com a institucionalização da divisão do País em microrregiões homogêneas. A introdução do computador no processo de tratamento dos dados obtidos pelo Censo, por sua vez, abriu todo um mundo novo à curiosidade dos geógrafos, que podiam agora rapidamente recuperar as informações colhidas, e nas mais variadas escalas (microrregião, município, distrito, setor censitário, etc.). E a essas informações, como era de se esperar, os geógrafos do IBGE tinham acesso privilegiado. Puderam então aplicar seus novos conhecimentos quantitativos sobre um material riquíssimo, resultando daí uma série de estudos bastante representativos dessa

época, em sua maioria publicados na Revista Brasileira de Geografia.

Como já foi dito anteriormente, foi em direção aos estudos interurbanos que os novos "geógrafos quantitativos" prioritariamente se deslocaram. Há entretanto uma pequena produção intra-urbana dedicada à determinação de padrões multidimensionais, na qual tem papel pioneiro o estudo realizado por Geiger (1970) sobre as cidades do Nordeste, que objetivou descobrir, via a utilização da análise fatorial, similaridades e diferenças entre os núcleos urbanos dessa região do País. Em estudo imediatamente posterior, Almeida e Lima (1971) fizeram o mesmo com respeito às Áreas Metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, isto é, a partir da utilização de uma gama complexa de variáveis, pretenderam determinar os padrões agregados (fatoriais) da sua distribuição. Já Almeida e Ribeiro (1974) privilegiaram a análise setorial e, a partir de informações obtidas em 152 cidades brasileiras, discutiram aspectos de sua estrutura industrial. Finalmente, Davidovich e Lima (1975, 1976) utilizaram o mesmo método para determinar quais seriam as unidades urbanas de médio porte que transcenderiam à escala municipal, lançando a noção de aglomerações urbanas.

Foi entretanto fora do IBGE que se produziu o trabalho mais completo de análise multidimensional intra-urbana, no caso o estudo realizado por Digiácomo (1979) sobre Florianópolis. Trata-se da chamada "Ecologia Fatorial", um tipo de trabalho que, baseado no conceito de área social de Shevky e Bell, e tendo como unidades de estudo os setores censitários, utiliza-se do poder reducionista da análise fatorial e da análise de agrupamento para associar os padrões urbanos encontrados aos modelos oriundos da Escola de Ecologia Humana, em especial àquele desenvolvido por Burgess (1925).

### *Padrões simples*

Muito mais numerosos do que os estudos que tentaram abarcar várias dimensões do urbano foram os trabalhos que singularizaram uma delas, estudando-a a fundo. Em geral esses estudos remetem o leitor à uma base teórica híbrida, na qual se mes-

clam os processos ditos ecológicos com as determinações microeconômicas neoclássicas. Entretanto, apesar dessa preocupação de ordem conceitual, raramente a ligação entre teoria e realidade se efetiva, resultando daí uma série de pesquisas bastante ricas em termos empíricos, mas deficientes quanto às generalizações a que, pretensamente, queriam chegar. Para fins de análise, e a partir do tipo de padrão que foi privilegiado, esses estudos podem ser reunidos em três grandes conjuntos: locacional, socioeconômico e de interação.

### **Padrões locacionais**

Os estudos chamados locacionais podem ser classificados em dois grupos. Em primeiro lugar estão as pesquisas que objetivaram determinar padrões de localização das mais diversas atividades urbanas. Em segundo estão os estudos que privilegiaram a temática do uso do solo, isto é, que pretenderam identificar os conjuntos de atividades que definem cada porção do espaço intra-urbano.

Dentre os estudos locacionais que privilegiaram a determinação de padrões de distribuição de atividades, merecem destaque aqueles realizados por Mold (1975), por Ribeiro (1982a, 1982c) e por Ribeiro e Almeida (1980) sobre padrões de localização industrial nas Áreas Metropolitanas de Porto Alegre, Salvador e Recife, respectivamente; o estudo realizado por Miranda (1977) sobre padrões residenciais na periferia rica da cidade do Rio de Janeiro; o trabalho de Villaça (1979) sobre a estrutura residencial e comercial da "metrópole sul-brasileira"; e as dissertações de mestrado de Souza (1978) e de Erthal (1980), sobre a implantação de escolas profissionalizantes em Nova Iguaçu e sobre a organização espacial das atividades terciárias em Niterói, respectivamente.

O outro tipo de estudo locacional predominante foi aquele que privilegiou a análise, não do padrão de distribuição espacial de um setor de atividade, mas da forma como as diversas atividades se entrelaçam no espaço da cidade, dando origem a usos do solo urbano diferenciados em cada uma de suas partes. Neste caso podemos distinguir dois tipos de estudo. Em primeiro lugar estão os trabalhos que objetivaram analisar



o padrão morfológico geral da cidade, isto é, que trataram da cidade como um todo e que pretenderam, a partir daí, aferir o grau de adequação do padrão encontrado às expectativas emanadas de diversos modelos normativos (modelo concêntrico de Burgess, modelo setorial de Hoyt, modelo neoclássico do gradiente decrescente de densidades urbanas, etc.). Estão aqui, por exemplo, os trabalhos de Copstein (1977, 1978) sobre a estrutura urbana de Porto Alegre.

Em segundo lugar, por sua vez, estão as pesquisas que privilegiaram o estudo de determinadas parcelas do espaço urbano, merecendo destaque aqui os trabalhos que objetivaram testar a validade das teorias ecológicas para a explicação da estrutura espacial de diversos bairros cariocas (Brito, 1975; Castro, 1975; Lacorte, 1975; Lacorte e Sant'Anna, 1974; Sant'Anna, 1975; Soares, 1975; Vieira, 1975) e os estudos que se dedicaram à caracterização e delimitação das áreas centrais de diversas cidades, como é o caso do trabalho de Liberato (1972) sobre Rio Claro, de Rezende sobre Lorena e de Costa sobre Santa Maria. Menção especial merece ser dada, porém, ao estudo de Helena K. Cordeiro sobre o centro da metrópole paulistana, muito mais abrangente que os demais e que resultou em inúmeras publicações (Cordeiro, 1978; 1979; 1980; 1984).

### **Padrões socioeconômicos**

Os trabalhos que se dedicaram ao estudo de padrões socioeconômicos são também numerosos e foram viabilizados, em grande parte, pela abundância e qualidade dos dados fornecidos pelo Recenseamento de 1970 e por outras fontes de coleta oficiais posteriormente criadas (ENDEF, PNAD, etc.). Em geral estes estudos partem de uma base teórica neoclássica e explicam, via mecanismos e determinações de mercado, os mais diversos atributos e características das populações urbanas.

Merecem destaque, em primeiro lugar, os trabalhos que se dedicaram à análise da pobreza urbana, geralmente referenciada a padrões de salário e de acesso a bens públicos e privados (Pinto et al., 1978; Araújo, 1979; Almeida, 1980; Santos, 1981; Soares et al., 1984). Também importantes, nessa

fase, foram os estudos que pretenderam diferenciar a população urbana entre naturais e migrantes, destacando também, neste último grupo, os migrantes recentes daqueles que já vinham chegando à cidade há mais tempo (Paviani e Barbosa, 1973; Becker e Oliveira, 1975 e 1976; Vianna, 1976). Embora mais recentes, também se inscrevem neste grupo os estudos de Acácio (1983), sobre a absorção de mão-de-obra migrante e natural nos bairros periféricos de Juiz de Fora; de Augusto (1983), sobre moradias e moradores na estrutura urbana de Rio Claro (SP); de Massena (1986), sobre a distribuição da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e de Vasconcelos (1987), sobre o trabalho informal nas metrópoles brasileiras.

### **Padrões de interação**

Finalmente, há que se mencionar os estudos que, embora tratando também da distribuição de variáveis de estoque, concentraram maior atenção nas variáveis de fluxo, de interação. Estão neste caso o trabalho de Danelli (1979) sobre a mobilidade espacial da população na Grande São Paulo e o estudo de Paviani e Barbosa (1974) sobre movimentos pendulares no Distrito Federal.

### **Relacionando padrões e processos**

Conforme acabou de ser visto, a maior parte da produção geográfica neopositivista sobre a cidade tratou principalmente da identificação de padrões urbanos (locacionais, socioeconômicos e de interação). Alguns poucos estudos, entretanto, foram além disso, e tentaram - ainda que timidamente - avançar na teoria. Testando hipóteses, calibrando modelos, introduzindo a ação de agentes modeladores específicos dos contextos urbanos subdesenvolvidos e/ou dinâmicas próprias do caso brasileiro, esses trabalhos foram aqueles que, a nosso ver, mais se aproximaram do modo neopositivista de pensar. Geralmente estruturados a partir de matrizes teóricas ecológicas e/ou neoclássicas, estes estudos privilegiaram principalmente o lado processual da análise, cabendo ao estudo de padrões apenas a função de comprovação (ou não) dos parâmetros normativos esperados.

A temática da **mobilidade** é um traço comum a praticamente todos os trabalhos incluídos neste grupo. Abreu (1976), por exemplo, apoiado firmemente na teoria econômica neoclássica, analisou a relação existente entre a estrutura de emprego da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro e os padrões de mobilidade ocupacional da força de trabalho migrante e não-migrante, e concluiu que os caminhos de mobilidade entre os setores informal e formal da economia se diferenciam não apenas entre ambas as áreas, como também entre cada núcleo central e sua respectiva periferia e, finalmente, entre naturais, migrantes recentes e migrantes antigos. Corrêa (1976), por sua vez, baseando-se na teoria ecológica, contestou a hipótese de que a área degradada periférica ao centro seria o foco principal de localização do migrante recém-chegado ao Rio de Janeiro, hipótese que também não se confirmou plenamente com relação às favelas, conforme demonstraram Bezerra e Cruz (1982).

A questão da mobilidade intra-urbana também atraiu a atenção dos geógrafos. A partir de um referencial em que associa bases teóricas da Geografia Tradicional e da Geografia Neopositivista, Guidugli (1979), por exemplo, analisou as características da população urbana de Marília (SP), destacando os seus padrões de movimento pendular (casa/trabalho) e de mobilidade residencial. Mello (1981), por sua vez, utilizou-se do referencial ecológico para comprovar a existência, na zona sul carioca da década de 70, de processos de segregação e invasão-sucessão. Finalmente, Almeida (1982) associou padrões de mobilidade e de estruturação urbana à atuação recente das empresas de incorporação imobiliária no Rio de Janeiro, apontando tendências espaciais vigentes e alternativas futuras.

## **Houve afinal uma “revolução neopositivista” na geografia urbana brasileira?**

Em sua fase de transição de um posicionamento liberal para um posicionamento marxista, David Harvey escreveu um artigo

que é hoje um clássico da Geografia Urbana (Harvey, 1973). Nesse artigo, ele pregava a necessidade de se fazer uma revolução no pensamento neopositivista (do qual era um dos expoentes) e apresentava as fundamentações que sustentavam o seu argumento.

Para Harvey, o paradigma neopositivista estava, àquela época (início dos anos 70), pronto para ser superado. E isto devia-se à sua incapacidade de dar resposta, de explicar as transformações que então afetavam a sociedade. Com efeito, apesar do enorme esforço empreendido a nível teórico e metodológico, a Geografia Neopositivista mostrava-se incapaz de dizer qualquer coisa relevante sobre essas transformações. Dizia ele:

*“Há um problema ecológico, um problema urbano, um problema de comércio internacional e, não obstante, parecemos incapazes de dizer qualquer coisa de fundo ou profundidade sobre qualquer um deles. E quando realmente dizemos alguma coisa, ela parece trivial, ou mesmo ridícula”.*

E por que isto ocorria? Porque as teorias e modelos desenvolvidos pelos geógrafos neopositivistas, por serem normativas, não tinham qualquer compromisso com a explicação da realidade. Em outras palavras, os esforços teóricos empreendidos pelos geógrafos ditos “revolucionários”, necessários para que se pudesse superar o paradigma excepcionalista anterior, não objetivavam explicar a realidade, mas indicar, a partir da dedução, o quanto o “mundo real” estava distante de uma situação ideal que - esta sim - era estudada em detalhe e teorizada<sup>13</sup>. Daí, não podiam mesmo dar uma resposta concreta às crises que afetavam o mundo àquela época. Enfim, o que Harvey criticava era a falta de pragmatismo de uma Geografia que, entre nós, acabou ficando conhecida como “Geografia Pragmática” (Moraes, 1983).

As considerações levantadas acima servem de boa introdução à afirmação que desejamos fazer de que, embora tenha havido uma transformação sensível na Geografia Urbana (e humana) Brasileira a partir de 1970, não houve por aqui uma “revolução neopositivista” conforme ocorreu, por exem-

<sup>13</sup> É significativo citar, neste sentido, que a questão central do trabalho de Lösch, autor que tanto influenciou os geógrafos neopositivistas, era: Será que a realidade é racional? (Lösch, 1954, p. 363).

plo, nos EUA. E isto deveu-se principalmente ao fato de que, aqui, não se seguiu a regra máxima do neopositivismo, qual seja, a de que o avanço da Ciência se realiza apenas a partir do raciocínio, de conceitos hipotéticos, de axiomas e não a partir da observação.

Em outras palavras, embora o discurso neopositivista tenha sido importado, nem o seu objetivo (teorizar), nem o seu método característico (o dedutivo) foram adotados plenamente pelos geógrafos brasileiros, resultando daí um movimento de transformação incompleto, mistura de novo e antigo; enfim, um movimento que trouxe contribuições à Geografia Nacional mas que, por falta de consistência teórica, não conseguiu se impor diante dos ataques que recebeu no final da década de 70. Embora não tenha desaparecido (ao contrário, pode-se dizer mesmo que se fortaleceu), a Geografia Humana/Urbana "Quantitativa" representa hoje uma tendência francamente minoritária no cenário nacional.

O que foi afinal esse movimento quantitativo no Brasil? Para entendê-lo bem, é necessário que discutamos primeiro o que ele não foi. Só a partir daí é que poderemos, então, avaliar a sua produção.

Em primeiro lugar, conforme já indicado acima, ele não foi um movimento teorizador. Com efeito, todo o esforço realizado no exterior para desenvolver uma "geometria do espaço", para descobrir "leis espaciais", para determinar relações entre variáveis e entre áreas num espaço teórico, topológico, criado a partir da lógica formal (como, por exemplo, a planície isotrópica), não teve por aqui qualquer seguidor. Ao contrário, o mais comum foi a introdução da linguagem matemática em pacotes estatísticos fechados, que serviam para "testar" o grau de adequação da realidade brasileira a teorias também importadas, visando-se com isso, muitas vezes, oferecer "subsídios ao planejamento".

Não é o caso de se criticar aqui a importação de teorias e modelos e nem de ser contrário a que a Geografia ofereça contribuições ao planejamento. O que pretendemos demonstrar é que, na busca de um pragmatismo rápido, acabou-se por não fazer aquilo que se dizia estar fazendo e, na ânsia de oferecer subsídios ao plane-

jamento, acabou-se também por não perceber que, apesar da nova roupagem (e com as exceções já apontadas acima), a pesquisa geográfica pouco havia mudado de conteúdo quando comparada com aquela que já vinha sendo realizada na fase "tradicional".

Explicitando melhor, a utilização de teorias de base dedutiva deveria ser precedida de um mínimo de esforço (ou domínio) na esfera da dedução, e isto não foi o que ocorreu na Geografia Brasileira àquela época. Ao contrário, os geógrafos muitas vezes desconheciam o real funcionamento das bases teóricas que diziam utilizar, resultando daí, por exemplo, a prática comum de se trabalhar no espaço geográfico com conceitos e teoremas que se aplicavam apenas ao espaço topológico, e sem que as regras de transformação de um espaço ao outro fossem explicitadas. Este procedimento, é bom que se diga, não foi característico apenas da Geografia Brasileira nesse período, tendo afetado também uma série de estudos realizados em todo o mundo sobre temáticas então em moda como, por exemplo, a dos pólos de crescimento.

À contradição apontada acima deve-se acrescentar outra, qual seja, a de que a opção pelo método indutivo (pelo caminho que tem na observação o seu ponto de partida) continuou a ter a preferência dos geógrafos, sem no entanto levar ao estabelecimento, tal qual na Geografia Tradicional, de qualquer lei ou generalização. Em outras palavras, importou-se um novo discurso mas, na maioria das vezes, continuou-se a trabalhar essencialmente da mesma maneira como se fazia antes.

Para substanciar o que foi afirmado, basta notar que o trabalho "quantitativo" típico dedicou-se, como vimos, basicamente à determinação de padrões espaciais, objetivo que já era característico da Geografia Tradicional. A diferença é que, agora, não mais se chegava a eles por intermédio da superposição de mapas. Técnicas de agrupamento acopladas à análise fatorial poderiam ser utilizadas, tornando possível o que seria inimaginável antes: trabalhar com um imenso número de variáveis. Ademais, os progressos da cibernética também deram a sua contribuição, facilitando ainda mais o manuseio de tantas informações.

Em outras palavras, embora os geógrafos falassem agora de *factor loadings*, de *factor scores*, de superfícies de tendência, de *clusters*, e embora relacionassem suas pesquisas a inúmeras teorias, a essência de seu trabalho pouco havia mudado, fato que já era comentado por Abreu (1978a, 1978b) na reunião da AGB de Fortaleza, palco máximo do ataque empreendido à chamada "Geografia Quantitativa" no Brasil. Quer isso dizer, então, que não passou de perda de tempo, de esforço inútil, toda a produção geográfica empreendida nesse período? Ou será que deveremos tomar uma postura nihilista, e descartar toda e qualquer contribuição advinda dessa época, "posto que estava intrinsecamente comprometida com a dominação burguesa"?

### A contribuição da "geografia quantitativa"

Conforme explicitado acima, a chegada da quantificação à Geografia Brasileira teve alguns pontos de contato com o que ocorreu, por exemplo, nos EUA, diferindo entretanto do processo norte-americano (comentado por Harvey) em dois pontos fundamentais:

a) o débil - ou inexistente - esforço de teorização realizado pelos "neopositivistas" brasileiros até o momento em que se deu a crítica a esse movimento, e que explica, por exemplo, por que nos EUA a crítica ao neopositivismo deu-se no seu próprio interior, isto é, foi formulada pelos seus próprios teóricos (Harvey e Bunge, por exemplo), enquanto que, no Brasil, ela originou-se externamente; e

b) a estreita ligação que a "Geografia Quantitativa" teve aqui com o sistema de planejamento estatal e, mais do que isso, com o planejamento de um Estado autoritário.

Com efeito, ligada intrinsecamente ao "sistema" (com as exceções de praxe), não é de se espantar que, com a crise do modelo econômico do regime militar (e com a posterior crise do modelo político e do próprio sistema de planejamento), a "Geografia Quantitativa" entrasse também em crise. A esta crise somaram-se outras - evidenciadas nas contestações às estruturas de poder então existentes nas universidades, na AGB, nos comitês que controlavam as verbas para pesquisa, etc. - tudo isso resultando num

vigoroso e multifacetado ataque à "quantitativa" e às instituições e indivíduos que a ela estavam mais ligados, que foram então identificados com o próprio diabo.

A distância dos acontecimentos, que o passar do tempo sempre torna possível, permite que analisemos hoje, de forma mais cuidadosa, a produção geográfica então empreendida sobre a cidade naquele período, levando-nos a concluir que, apesar de suas deficiências e de seus impasses, o saldo que restou foi positivo. Esta conclusão se apóia em três grandes argumentos, que são agora apresentados.

Em primeiro lugar, foi a partir da "quantitativa" que a Geografia Brasileira passou a se preocupar mais seriamente com teoria e método, fundamentando suas conclusões, de um lado, em teorias e modelos e, de outro, em observações cuidadosamente coletadas e analisadas. Ao abandonar a prática empirista anterior, seu caráter positivista ficou, pelo menos, mais explícito e também mais sólido.

Em segundo lugar, foi com a "quantitativa" que a Geografia se definiu pela primeira vez como Ciência Social, abandonando o naturalismo que até então lhe era característico. Uma ciência social burguesa, como diriam mais tarde os seus críticos, mas indubitavelmente social.

Finalmente, não se pode negar que, se diversos modelos ou teorizações neopositivistas, por seu caráter linear e determinista, dificilmente podem ser incorporados às matrizes teóricas críticas predominantes hoje na Geografia Brasileira, um bom número de conceitos e/ou bases teóricas dessa corrente científica pode (e deve) ser retrabalhado criticamente. Passado é o tempo (esperamos) em que se associava a construção teórica na Geografia com o não reconhecimento, ou mesmo repúdio, de contribuições anteriores.

## A CAMINHO DE UMA GEOGRAFIA RENOVADA

A maior dificuldade que se apresenta a este trabalho é, sem dúvida, a de tentar en-

caixar, em escaninhos claramente identificados, a produção que os geógrafos brasileiros realizaram sobre a cidade. Ao tentar fazer isto, estamos certamente correndo o risco de cometer enganos ou de, pelo menos, estarmos sendo imprecisos. Isto porque os recortes epistemológicos não são absolutos, isto é, nem toda produção intelectual se encaixa precisamente num único tipo de orientação teórico-metodológica. Ademais, esta dificuldade tende a aumentar em períodos de crise, de transição, como foi por exemplo a década de 70.

Foi argumentado anteriormente que a Geografia Tradicional já apresentava, na década de 60, sinais evidentes de mudança. Influenciada por autores como Pierre George, gradualmente ela vinha se distanciando do naturalismo e funcionalismo exacerbados das fases anteriores, passando a dar maior ênfase às questões e processos sociais. Por sua vez, o neopositivismo, logo após a sua chegada ao Brasil, começou a ser criticado por vários de seus próprios teóricos, fato que injetou, sem dúvida um certo teor de inquietação em grande parte daqueles que vinham sendo atraídos por suas propostas. Com efeito, a questão da "relevância social", levantada por Harvey e outros, abalou profundamente a crença no poder mágico da "ciência", fazendo com que vários geógrafos passassem a pensar de forma mais crítica, não apenas a nova proposta que se apresentava, como também a própria Geografia Tradicional, que já mostrava sinais de mudança mas que ainda não era capaz de distinguir claramente os roteiros que se abriam ao seu futuro desenvolvimento. Finalmente, o esgotamento do regime político então vigente, que já se fazia sentir, propiciou uma maior liberdade de pensamento e de expressão, tornando possível não apenas um maior confronto de idéias, como também a abertura a propostas científicas (e políticas) até então combatidas e proibidas pelas forças de repressão.

Tudo isto serve para veicular a afirmação de que, na década de 70, a Geografia Brasileira viveu uma fase de grande abertura às mais variadas correntes de pensamento, resultando desse período uma série de trabalhos que refletem esse momento. Alguns deles já foram discutidos aqui, e se foram

referenciados aos escaninhos discutidos anteriormente é porque, embora abertos a novas influências, apresentaram uma matriz epistemológica nitidamente predominante. Outros trabalhos, entretanto, não se identificam tão precisamente com a Geografia Tradicional ou com a Geografia Neopositivista, refletindo pois, com maior clareza, este momento de transição. Para entendê-los melhor é importante que tenhamos uma compreensão mais adequada no que foi esse momento de transição, já que ele afetou não apenas a Geografia, mas todo o conjunto de disciplinas que estudam as cidades.

### **Os movimentos sociais da década de 60 e seus impactos**

Não há dúvida de que o final da década de 60 representa um marco temporal importante na história do pensamento sobre as cidades. E isto deve-se muito mais à sua incapacidade de dar conta das transformações que aí vinham tendo lugar a essa época, do que às suas qualidades preditivas e/ou explicativas. De fato, num mundo que estava sendo questionado a partir das mais diversas dimensões (surgimento do movimento ecológico, do movimento feminista, de movimentos de emancipação de minorias, de movimentos de afirmação da cidadania, de movimentos reivindicatórios dos mais diversos tipos, etc.), e que tinha nas cidades o seu ponto maior de ebulição, a "questão social", amplamente definida, não apenas se projetou na ordem do dia como acabou assumindo foros de verdadeira "questão urbana". E foi neste momento que as estruturas teóricas então vigentes começaram a entrar em crise.

Com efeito, as brutais transformações que afetaram nessa época as estruturas sociais do mundo capitalista (e especialmente as suas cidades) puseram a nu a fragilidade das concepções teóricas que as sustentavam e exigiram, por conseguinte, um novo e redobrado esforço de compreensão. Havia que repensar essas transformações que estavam ocorrendo. Havia também que repensar as cidades, e foi em direção a esses objetivos que diversos pensadores sociais decidiram investir seu tempo.

Como resultado desse esforço, começaram a surgir, a partir do início da década de 70, novas proposições teóricas sobre as cidades, destacando-se dentre elas, por seu poder persuasivo, duas grandes contribuições. A primeira é resultado de uma crítica interna da teoria econômica neoclássica, e pode ser chamada de proposição explicativa neoliberal. Sua mensagem principal resume-se na afirmação de que, devido ao desenvolvimento de diversas estruturas monopolíticas nas cidades capitalistas do mundo contemporâneo, as condições viabilizadoras do aparecimento da mão invisível, isto é, do mercado, não mais se concretizam de forma espontânea. Conseqüentemente, o mercado privado deixa de funcionar corretamente, isto é, há falha de mercado (*market failure*). E é por causa disso que aparecem os mecanismos perversos de distribuição de recursos nas áreas urbanas, que são os detonadores não apenas de injustiças sociais intra-urbanas, como também dos mais diversos movimentos contestatórios. Como solução para esse impasse, esta escola sugere uma maior presença do Estado na Economia Urbana, cabendo a ele a tarefa de garantir o funcionamento do mercado (via regulação) e de viabilizar o funcionamento de mecanismos de distribuição de renda, quando isto for necessário. No que diz respeito à Geografia, David Harvey (com as proposições liberais contidas no seu clássico *A Justiça Social e a Cidade*, de 1973) foi o grande arauto desta escola.

A segunda grande contribuição teórica emanada desta fase foi, sem dúvida, aquela proveniente do pensamento marxista, mais precisamente do pensamento marxista francês pós-1968. É hoje um fato reconhecido por todos que os acontecimentos de Maio de 1968 na França pegaram de surpresa não apenas o *status quo* gaullista/liberal, mas também os partidos de esquerda, e em especial o Partido Comunista Francês. Com efeito, o maior paradoxo que as revoltas urbanas de 1968 colocaram para a reflexão dos pensadores marxistas foi o da incapacidade das teorias então vigentes de prever, ou mesmo de explicar, o que realmente havia acontecido. Tal qual ocorreu com o pensamento liberal, era mais do que necessário repensar teoricamente as cidades, e a essa

tarefa dedicaram-se intelectuais das mais diversas filiações de esquerda, destacando-se aí Manuel Castells e Jean Lojkin. Seus trabalhos, publicados ao longo da década de 70 (Castells, 1972; Lojkin, 1977), tiveram um profundo impacto no desenvolvimento da pesquisa urbana, tanto no Primeiro Mundo (que foi o principal objeto de suas investigações), como no Brasil.

## A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL

Tal qual ocorreu nas demais disciplinas, a crise que se abateu sobre o conhecimento existente sobre a cidade na década de 70 também atingiu a Geografia. Entretanto, devido à ausência de um pensamento teórico bem estruturado sobre as cidades nessa disciplina, ela aí se manifestou principalmente a nível do temário de pesquisa, que viu surgir a partir de então um novo tipo de trabalho, que objetivava identificar não apenas os mecanismos perversos que estavam em funcionamento no sistema social, mas também as diversas dimensões através das quais eles poderiam se expressar no espaço. Era preciso apontar infratores, denunciar injustiças sociais, falar enfim daquilo que, ao contrário do que pregara Monbeig, o geógrafo não apenas sabia como precisava saber ainda mais. Era preciso ver, afinal, o que se escondia atrás da paisagem visível da Geografia Tradicional, sem entretanto fazê-lo com o auxílio dos óculos da Geografia Neopositivista, já que estes distorciam o objeto observado ao tentar explicá-lo a partir de um referencial que, ou negava o conflito, ou o reduzia a mero estado de desequilíbrio do sistema.

Surge assim uma "Geografia de Denúncia", uma Geografia que, embora não rompendo com os procedimentos de análise da Geografia Tradicional ou da Geografia Neopositivista, alterou substancialmente o seu conteúdo (Moraes, 1980). E esta alteração se realizou sobretudo a partir de uma crescente vinculação dos estudos de padrão, tão a gosto dos geógrafos, a referenciais processuais maiores. Relacionar processo social e forma espacial, eis, agora, a palavra de ordem desta Geografia que se renovava.

Na busca desse relacionamento entre processo e forma, os geógrafos apelaram então para as duas correntes que haviam entrado em cena a partir da crise do início dos anos 70. A crítica neoliberal, por exemplo, orientou uma série de estudos que objetivaram não apenas denunciar as mais variadas injustiças urbanas, como colocar em xeque algumas concepções básicas das teorias do *laissez-faire*. Por sua vez, a vinculação do estudo geográfico com o referencial teórico vindo do materialismo histórico também teve início nesta época, no bojo do processo de implantação da Geografia Crítica no Brasil, e levou a uma transformação radical do processo de produção de conhecimento sobre a cidade.

## A influência neoliberal

A crítica interna feita por Harvey (1973) ao neopositivismo, de base liberal e já comentada anteriormente, teve um papel fundamental no redirecionamento da pesquisa urbana em Geografia. Com efeito, foi tão grande a sua importância que ela conseguiu inclusive sobreviver à sua própria crítica (realizada posteriormente pelo mesmo Harvey ao abraçar o materialismo histórico e dialético), e continua a orientar hoje uma grande quantidade de estudos urbanos, tanto no Brasil como no exterior.

A característica principal dessa crítica é a rejeição que ela faz a uma série de pressupostos embutidos nas teorias econômicas neoclássicas como, por exemplo, o do acesso generalizado à informação (qualquer que seja ela), o da homogeneidade de preferências e de comportamentos e, principalmente, o da neutralidade do Estado. Ao ser incorporada ao trabalho geográfico, esta crítica tem dado origem a inúmeros estudos que se propõem a questionar frontalmente esses pressupostos, especialmente o último, sem entretanto romper totalmente com o pensamento liberal. A produção geográfica realizada até agora tem-se revelado bastante rica, com os geógrafos apontando suas baterias neoliberais em direção aos mais variados alvos.

A **temática metropolitana**, por exemplo, mereceu grande atenção, ressaltando-se aqui as análises que enfocaram o processo

de crescimento acelerado das periferias urbanas realizadas por Abreu (1982a), por Bezerra et al. (1983), por Ferreira (1985 e 1987) e, principalmente, por Paviani (1980a, 1980b, 1982, 1984a, 1984b, 1984c, 1986/87, 1987a, 1987b, 1989a, 1989b, 1989c, 1989d, 1989e; Paviani e Barbosa, 1974). Segundo esta perspectiva teórica, o crescimento rápido das metrópoles - e os problemas dele decorrentes - seriam explicados, de um lado, por fatores estruturais (como, por exemplo, a necessidade de polarização espacial que é inerente ao capitalismo e que se expressa na concentração das atividades produtivas em apenas algumas porções do território, que se tornam, assim, focos de atração populacional) e, de outro, por fatores ligados diretamente à apropriação da renda da terra urbana, seja por agentes privados ou pelo Estado. Neste sentido, o crescimento acelerado de um cinturão de pobreza na periferia das grandes cidades estaria associado ao elevado preço que o solo urbano atinge nas áreas mais centrais (que se tornam assim inacessíveis às populações mais pobres); à ausência de uma política severa de controle do solo urbano (que faz com que as cidades cresçam em função dos interesses de maximização de lucro dos agentes privados, e não a partir do interesse coletivo); à natureza regressiva da aplicação, pelo Estado, dos recursos obtidos através do sistema tributário (que se direcionam preferencialmente às áreas mais centrais, reforçando assim o padrão centro-periferia já existente e, conseqüentemente, a marginalização social das camadas mais pobres), etc.

O papel exercido pelo Estado no processo de estruturação interna das cidades também foi objeto de grande discussão, distinguindo-se aí trabalhos que trataram esse papel de forma agregada e outros que privilegiaram a análise de atuações específicas do Estado. No primeiro caso estão, por exemplo, os estudos realizados por Abreu (1978a; 1981; 1982b) que, apoiado em conceitos como os de bens públicos, de externalidades e de grupos de pressão, denunciou o caráter injusto das políticas levadas a cabo pelo Estado, sempre favoráveis aos interesses dos mais ricos e poderosos. Esse caráter discriminatório das políticas públicas também foi amplamente documentado por esse

autor, a partir do estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro (Abreu, 1980; 1987a; 1987b). Mold (1978; 1982), por sua vez, também chamou a atenção para esta temática, indicando haver uma relação direta entre a pressão exercida sobre o Estado pelos grupos de interesse mais poderosos da cidade e o conteúdo das políticas públicas por ele adotadas.

Quanto aos trabalhos que privilegiaram a temática setorial de atuação do Estado, merecem destaque os estudos que se dedicaram à análise dos impactos causados pela política habitacional comandada pelo extinto BNH, e que foram desenvolvidos por Lima (1980), por Rodrigues (1980) e, especialmente, por diversos pesquisadores ligados à UFRJ (Hijjar, 1979; Corrêa, 1980a; Vianna e Santos, 1980; Castro, 1982; Castro e Macedo, 1982; Sant'Anna, 1982a e 1982b; Freire et al., 1982; Vinagre e Sant'Anna, 1982; Oliveira e Ramires, 1983/84; Costa, 1984; e Ramires et al., 1984). É importante mencionar aqui, também, os trabalhos que objetivaram demonstrar a falta de equidade existente no acesso das diversas classes sociais urbanas aos mais diversos meios de consumo coletivo, e que foram desenvolvidos por Vetter et al. (1979, 1980, 1981); por Carvalho (1980); e por Massena (1983).

A visualização do **espaço urbano como um campo de forças** também vem caracterizando a produção geográfica neoliberal. Destacam-se aqui os trabalhos desenvolvidos a partir da matriz conceitual dos "agentes modeladores do espaço" (Bahiana, 1978; Neves, 1978) que, ao associar a cidade a uma arena na qual estão presentes diversos atores, propõem-se a identificar cada participante do "jogo urbano", precisar os seus respectivos objetivos, avaliar suas estratégias e lógicas de atuação e, finalmente, explicar - a partir do confronto de todos esses elementos - o padrão espacial resultante. Os trabalhos que têm seguido esta ótica podem ser classificados em dois grandes grupos. No primeiro estão aqueles que analisam o jogo como um todo e trabalham com a atuação de diversos agentes modeladores ao mesmo tempo, visando com isso a explicar as transformações ocorridas na cidade como um todo, ou em partes dela. No segundo grupo estão os trabalhos que dão preferência ao estudo das estratégias loca-

cionais de determinados agentes, ou às transformações ocorridas em áreas específicas da cidade, e que enquadram a análise na temática dos chamados "processos espaciais".

São característicos do primeiro grupo, por exemplo, aqueles trabalhos que objetivaram discutir a **lógica do crescimento urbano** recente de diversas cidades brasileiras e que, embora indiquem a existência de inúmeros participantes no jogo urbano, têm dado destaque especial à atuação do Estado como agente provedor de infra-estruturas urbanas. Muito ricos em termos de conteúdo empírico, esses trabalhos apresentam, entretanto, grande heterogeneidade quanto ao conteúdo teórico e, embora discutam temas e/ou realizem análises semelhantes àquelas da chamada Geografia Crítica, certamente não se filiam a essa corrente do pensamento. Dentre esses estudos merece destaque, em primeiro lugar, a série de dissertações de mestrado defendidas durante a década de 80 sobre o processo de expansão territorial urbana, e que analisaram os casos de São José dos Campos (Andrade, 1980), de Recife (Costa, 1981), de Maceió (Lima, 1982), de Aracaju (Ribeiro, 1985), de Palmas - PR (Mendes, 1988) e de Natal (Cunha, 1987 e Selva, 1989). Há que se mencionar também os trabalhos desenvolvidos na Universidade Estadual do Paraná sob a coordenação de Yoshiya Nakagawara Ferreira, e que objetivaram identificar os agentes responsáveis pela transformação do uso do solo em Londrina (Nakagawara, Ziober, 1982); Hino e Manganaro, 1982; Wada, 1986a e 1986b; Hayashi e Kreling, 1986; Ferreira, 1986; Matsumoto e Sanches, 1986; Barreira, 1986 e Ferreira e Hayashi, 1986).

Quanto ao segundo grupo de trabalhos, destacamos a presença das mais variadas temáticas, que têm sido abordadas nos mais variados graus de profundidade. A proliferação do **comércio ambulante** nas cidades brasileiras a partir da década de 80 foi analisada por Pacheco e Azevedo (1982) para o caso de Natal, por Erthal (1984) para Niterói, e por Mendonça et al. (1984) para Goiânia. Seguindo a matriz teórica dos "dois circuitos da economia urbana" (Santos, 1979a), esses autores buscaram entender as lógicas de localização que orientam este tipo de atividade, mas, infelizmente, não foram muito



além disso, deixando de tirar proveito da grande riqueza contida no texto que os inspirou. A análise do processo de **descentralização de atividades terciárias**, por sua vez, deu origem a diversos trabalhos, que cobriram um espectro analítico amplo, se estendendo desde a análise do processo de descentralização do conjunto de atividades centrais da metrópole paulistana (Cordeiro, 1982) à caracterização do desenvolvimento comercial de apenas uma via de circulação não central (Corrêa, 1982; Machado, 1982), passando por análises preliminares das estratégias de descentralização de grandes cadeias de lojas comerciais (Kossmann e Ribeiro, 1982; 1983/84; 1984) e de grandes organizações financeiras (Natal, 1982).

A temática da **segregação urbana** também tem chamado a atenção dos geógrafos. O'Neill (1983), por exemplo, apontou a presença nas cidades brasileiras atuais de um processo de dupla entrada, no qual intervêm, de um lado, as forças de auto-segregação que orientam as decisões locais de uma elite privilegiada e, de outro, as forças impostas de segregação, que enquadram em limites bastante rígidos as opções que se oferecem às classes sociais dominadas. Também atraídos pela temática da auto-segregação, Abreu (1983) discutiu o processo de crescimento da zona leste de Teresina, enquanto Furlanetto et al. (1987) provaram que, mesmo no espaço onde, numa escala macro, predominam as forças impostas de segregação (no caso, a Baixada Fluminense), o processo de auto-segregação também está presente, levando as elites locais a residirem cada vez mais em condomínios exclusivos. Pompilio (1982), por sua vez, trouxe à baila a questão da segregação étnica, relacionando-a com a diferenciação residencial encontrada em Blumenau.

As transformações verificadas em determinadas áreas da cidade através do tempo também deram origem a alguns estudos de fôlego, que merecem ser destacados. Enquadrados na matriz teórica dos **processos espaciais** e tendo como objeto de estudo alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro, esses estudos apresentam o mérito de trabalharem corretamente (e ao mesmo tempo) com diversas escalas de análise (especialmente com aquelas do particular e do singu-

lar), resultando daí análises bastante ricas e esclarecedoras sobre a cristalização e resistência de formas espaciais antigas nas proximidades da área central carioca (Rabha, 1984); sobre o conflito entre permanência e mudança no uso do solo do bairro do Jardim Botânico (Santos, 1985); e sobre as mudanças drásticas a que se viu sujeito o bairro de São Cristóvão, transformado que foi de "arabalde aristocrático a periferia do centro" (Strohaecker, 1989).

Finalmente há que se reservar um lugar especial para comentar aquele trabalho que foi, sem dúvida alguma, o mais importante dessa fase de incorporação da crítica neoliberal à pesquisa geográfica, e que influenciou também uma grande parte da produção geográfica comentada acima: o artigo de Roberto Lobato Corrêa sobre os "processos espaciais e a cidade" (Corrêa, 1978b). Esse trabalho, que objetivou reenquadrar teoricamente os modelos emanados da Escola de Ecologia Humana de Chicago, constitui não apenas a tentativa mais elaborada de reflexão teórica neoliberal realizada no Brasil sobre o espaço interno das cidades, como representa também o ponto a partir do qual esse autor vai ingressar em uma nova fase de reflexão crítica sobre as cidades brasileiras, que será comentada adiante.

## A geografia crítica

Conforme já observado anteriormente, a crise que afetou as ciências sociais a partir do final da década de 60 levou ao aparecimento de dois novos referenciais teóricos sobre a cidade. O primeiro se apoiou no que chamamos de crítica neoliberal, ou seja, uma crítica interna ao (neo)positivismo que, embora tenha afetado bastante o curso da pesquisa geográfica nos anos 70 e 80, não rompeu suas ligações com o modo (neo)positivista de pensar. O segundo referencial, ao contrário, caracterizou-se exatamente por esse rompimento (ou, pelo menos, pela tentativa de rompimento). Como resultado, surgiu uma nova forma de se fazer geografia, uma forma que não apenas alterou o temário da produção geográfica, mas que lhe deu também uma dimensão muito mais ampla e analítica.

Que nova forma foi essa? Uma forma mais crítica, poderíamos dizer, daí a razão por que passou-se a chamar essa Geografia Nova de "Geografia Crítica". Mas, perguntaríamos então: E a crítica neoliberal, também não lhe atribuímos esta mesma qualidade crítica? Embora a resposta a esta pergunta seja afirmativa, existe entretanto uma diferença fundamental no significado que este adjetivo assume em cada uma dessas formas de pensar. A crítica neoliberal, por exemplo, opera sempre "dentro do sistema", isto é, critica a forma mas não o conteúdo. Em outras palavras, ela não contesta nem a ordem estabelecida (ao contrário, toma-a como dada), nem aquilo que a Escola (crítica) de Frankfurt chama de "teoria tradicional", ou seja, aquele tipo de teoria que se caracteriza pela derivação lógica de seus enunciados, pela objetividade de suas formulações, pela historicidade de sua análise e pela exigência de comprovação empírica. A Geografia Crítica, por outro lado, tem nas raízes históricas e nas determinações sociais a sua maior fonte de inspiração e de teorização, e na contestação da ordem estabelecida o seu *leitmotiv*.

É importante observar que aquilo que hoje conhecemos como Geografia Crítica é o resultado de um processo de evolução que foi, ao mesmo tempo, rápido, tumultuado e construtivo. Rápido porque suas primeiras manifestações começaram apenas na segunda metade da década de 70; tumultuado porque sua implantação e desenvolvimento ocorreram associados à contestação (política e epistemológica) do *statu quo* profissional, isto é, de um *establishment* geográfico longamente estabelecido; construtivo, finalmente, porque é através da Geografia Crítica que a produção de conhecimento sobre a cidade (e sobre outras dimensões do espaço geográfico) vem hoje se realizando de forma mais sólida, embora já seja bastante clara a necessidade de efetuar correções de rumo no seu processo atual de desenvolvimento.

A preocupação maior da chamada Geografia Crítica é a de tornar a Geografia menos descritiva e mais analítica, um objetivo que, como já vimos, também caracteriza a Geografia Neopositivista. A similaridade entretanto termina por aí, já que tanto o plano teórico que sustenta cada análise, como o

método que lhe é correspondente são profundamente distintos.

As Geografias Positivistas (sejam elas neo ou não) partem do pressuposto de que o espaço é algo exterior à sociedade, isto é, assumem que espaço e prática social são independentes entre si. Assim definida a relação fundamental da Geografia, o corolário que lhe é complementar define então essa disciplina como aquela que analisa os diferentes modos através dos quais a sociedade se organiza e se relaciona com esse espaço que lhe é exterior. É a partir destas premissas básicas que todas as teorizações geográficas positivistas se estruturam, o que não quer dizer que, tendo isso em comum, elas sejam semelhantes em conteúdo. Ao contrário, dependendo da forma como a categoria espaço é definida, as análises positivistas poderão ser bastante distintas uma da outra, como dão prova as diferenças marcantes que separam os estudos da Geografia Tradicional, baseados na noção kantiana de espaço absoluto, dos trabalhos da Geografia Neopositivista, baseados na noção de espaço relativo, topológico.

Ao contrário das geografias de base positivista, a Geografia Crítica rejeita a autonomia do espaço, isto é, a sua exterioridade em relação à sociedade. Para essa corrente de pensamento, o espaço geográfico não deve ser concebido como espaço (externo) organizado pelo homem, mas sim como produto desse mesmo homem. Em outras palavras, o espaço é materialidade social; ele não é organizado pela sociedade, como assume o positivismo, mas produzido por ela através do trabalho. Decorre daí que é o homem, mais especificamente o homem social, o verdadeiro sujeito da produção do espaço, razão pela qual é a partir dele que toda a discussão geográfica deve proceder (Carlos, 1987).

Já que é produto da sociedade, o espaço geográfico irá refletir, obviamente, tanto a sua estrutura como a sua dinâmica. Em outras palavras, como é da sociedade que o espaço geográfico recebe a sua forma e o seu conteúdo, a sua compreensão total só será possível se estiver acoplada à compreensão da sociedade. Esta, por sua vez, não é imutável. Daí, toda compreensão que obtenhamos do espaço será sempre e ne-

cessariamente historicamente determinada, isto é, estará sempre relacionada ao grau de desenvolvimento a que chegaram, nessa sociedade, as forças produtivas, as relações de produção e a cultura. Definida assim esta relação fundamental, é importante ressaltar finalmente que ela não incorpora qualquer teor determinista, isto é, não designa qualquer relação linear de causa e efeito. Com efeito, se o homem produz o espaço através do trabalho social, o espaço é também condição de existência do próprio homem, fechando-se assim o ciclo das múltiplas e interatuantes determinações.

Resta dizer que, sendo o processo de produção do espaço um processo que é ao mesmo tempo histórico e social, ele não apenas está sempre em movimento, como expressa, a cada passo de sua trajetória, as determinações sociais presentes naquele momento. Em outras palavras, estão nele incorporados, a cada momento, as relações de classe então vigentes na sociedade, os conflitos de interesses e de objetivos daqueles que a constituem, e os diversos valores que estruturam a sua cultura. Entender a produção do espaço exige, pois, o entendimento prévio de cada momento de desenvolvimento da sociedade, e é por esta razão que assumem importância fundamental, na Geografia Crítica, as categorias Modo de Produção e Formação Social (Santos, 1977). É por esta razão também que só será possível entender a cidade capitalista - e, em especial, a cidade brasileira - se tivermos um mínimo de entendimento de como se estrutura hoje (ou de como se estruturou no passado) esse modo de produção no Brasil. É esta, enfim, de forma bastante resumida, a proposta fundamental da Geografia Urbana Crítica.

É comum associar-se a introdução da Geografia Crítica no Brasil aos debates que tiveram lugar no 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza em 1978. Não há como negar que foi naquele fórum da Associação dos Geógrafos Brasileiros que a proposta de uma "Geografia Nova", pregada por Milton Santos (Santos, 1978a) e por outros geógrafos, revelou-se claramente vitoriosa. É necessário observar entretanto que, no que diz respeito aos debates

urbanos, o Encontro de Fortaleza constituiu apenas desaguadouro (torrencial) de um processo de renovação crítica que já havia se iniciado dois anos antes em Belo Horizonte. Com efeito, foi no Encontro anterior, mais especificamente durante a realização de um simpósio sobre Organização Interna das Cidades, que os primeiros questionamentos sérios foram endereçados ao neopositivismo então reinante na Geografia Brasileira, no bojo de um processo de contestação teórica e política do *statu quo* que já se iniciava, e que também já chegara (ainda que timidamente) às publicações especializadas (Associação dos Geógrafos Brasileiros/Secção Regional de São Paulo, 1976a e 1976b; Silva, 1976).

Os debates travados em Belo Horizonte não foram publicados, talvez porque a crítica ao neopositivismo associou-se, como era de se esperar, a uma crítica maior, ainda sujeita a censura, e que tinha como alvo o regime militar então em vigor. Foi um início tímido, mas que haveria de produzir frutos rapidamente, desembocando no grande fórum de debates que representou a Sessão Dirigida sobre "A Geografia Urbana no Brasil - Uma Avaliação", realizada dois anos depois em Fortaleza sob a coordenação de Roberto Lobato Corrêa (Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978).

Se os debates urbanos tiveram importância nessa fase inicial de implantação da Geografia Crítica no Brasil, há que se reconhecer entretanto que, logo após Fortaleza, eles entraram numa fase de recesso, consequência imediata da prioridade que se passou a dar à reflexão teórica mais ampla, de caráter teórico-epistemológico, necessária para a afirmação da nova proposta que surgia.

A produção resultante desse esforço teórico foi bastante expressiva, mas não será discutida aqui posto que extrapola os objetivos deste trabalho<sup>14</sup>. É importante ressaltar, entretanto, que ela foi complementada pelo aparecimento das mais variadas propostas teórico-políticas, numa demonstração clara da complexidade que caracterizou essa fase inicial de implantação da Geografia Crítica no País.

<sup>14</sup> Um resumo dessa produção pode ser encontrado em Silva (1983-84).

E não poderia ser de outra forma. Como afirmava Moraes em 1980, a Geografia Crítica constituía, naquela momento, uma verdadeira “frente ética”, isto é, a sua unidade não se manifestava no plano teórico, mas na “perspectiva de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente”. Conseqüentemente, abrigavam-se aí as mais variadas tendências, “desde o niilismo radical que vive apenas da destruição da velha geografia até a postura humanista da geografia de denúncia ... desde perspectivas liberais até marxistas” (Moraes, 1980, p. 316). A sua unidade manifestava-se, enfim, num posicionamento político tornado público e no combate ao papel ideológico da ciência neopositivista que, através de sua ilusão objetivista e de sua eficácia tecnocrática, legitimava a ordem estabelecida.

Do final da década de 70 até o momento atual, muita coisa aconteceu na Geografia Crítica Brasileira. De proposta teórica que era veiculada por alguns poucos geógrafos - que se uniam, ademais, numa frente política coesa - esse movimento de renovação crítica logo passou a apresentar contradições internas insuperáveis (como sói acontecer com as “frentes”), e acabou por se transformar numa série de “Geografias Críticas”. A uni-las temos, hoje, a rejeição do modo (neo)positivista de pensar e o compromisso explícito com a transformação da sociedade; separando-as temos uma grande diversidade de propostas teóricas e, principalmente, de atuação política. Conseqüentemente, temos também uma Geografia mais diversificada, mais polêmica, e por isso mesmo mais rica.

### **A produção geográfica crítica**

A produção geográfica crítica sobre a cidade é hoje bastante extensa e variada. Ela é também uma produção que prima pela qualidade. Pode-se dizer mesmo, sem medo de errar, que é a partir dessa perspectiva analítica que a pesquisa urbana tem avançado mais na Geografia Brasileira, o que demonstra claramente os enormes progressos (especialmente teóricos) realizados pelos geógrafos nos últimos dez anos. Para se

avaliar o que tem sido essa produção, é necessário, entretanto, que a situemos tanto no contexto interno da disciplina (fato que, aliás, já vimos fazendo), como também no campo maior da pesquisa urbana nas Ciências Sociais. E ao perseguirmos este último objetivo, não há como deixar de fazer referência ao papel desempenhado, na pesquisa urbana em geral, por Manuel Castells..

A *Questão Urbana*, de Castells (1972), foi certamente a obra que mais influenciou o pensamento crítico sobre a cidade nos anos 70 e início dos 80. Partindo de uma crítica radical às teorias da Ecologia Humana - que representavam, àquela época, aquilo que de mais teórico havia sobre a cidade nas Ciências Sociais - Castells propôs toda uma nova forma de se pensar o urbano, uma forma que, segundo ele, libertava o pensamento do conteúdo ideológico e legitimador do *statu quo* presente nos modelos ecológicos. Para ele, a cidade precisava ser pensada a partir de sua inserção num referencial teórico maior, já discutido por Léfèbre, mas que contava agora também com a interpretação estruturalista desenvolvida por Althusser. E dentro desse referencial, o lugar teórico que caberia à cidade era, segundo Castells, o de viabilizador da revolução!

Com efeito, para o Castells da *Questão Urbana*, a contradição básica do capitalismo - aquela que contrapõe o trabalho ao capital - não era mais, no final do Século XX, uma contradição ativa, isto é, era insuficiente para dar origem a uma ruptura revolucionária. Por esta razão, tal ruptura só poderia vir a ocorrer se a contradição básica (sempre presente) fosse alimentada por outras contradições. O acúmulo de contradições, dizia ele, criaria uma verdadeira “unidade de ruptura”.

E era nas cidades que, segundo Castells, esta unidade de ruptura poderia se concretizar mais facilmente, já que aí as contradições originárias da produção (bastante localizadas nas áreas urbanas) eram reforçadas por aquelas que diziam respeito ao consumo, principalmente ao consumo coletivo. Para ele, era a partir dos movimentos que surgiam na esfera do consumo coletivo (os chamados Movimentos Sociais Urbanos) que o potencial revolucionário da cidade se efetivava. Havia então que se proceder a um monitoramento constante do nível de tensão

existente na cidade, não apenas na área da produção como também (e principalmente) na do consumo, e aguardar o momento exato da ebulição concomitante de ambas para agir. Entretanto, como essa ebulição conjunta não aconteceria de forma espontânea, era necessário fazer com que ela viesse a ocorrer, tarefa que caberia ao Partido (comunista, naturalmente).

Não é o lugar aqui de se fazer uma avaliação crítica da obra de Castells, mesmo porque são vários os Castells que existem hoje sob a forma de publicação<sup>15</sup>. É importante ressaltar, entretanto, que sua *Questão Urbana*, se não levou a nenhuma ruptura revolucionária a partir da cidade (pelo menos nos termos por ele descritos), modificou sensivelmente o curso da pesquisa urbana contemporânea. Chegou-se mesmo a dizer que este trabalho foi um verdadeiro divisor de águas, isto é, que haveria um período pré- e outro pós-Castells (Lowe, 1986).

No caso específico do Brasil, a difusão da obra de Castells deu-se num momento muito especial, potencializando por conseguinte o seu poder persuasivo. Com efeito, ao coincidir com a fase de esgotamento do regime militar (a chamada fase de “abertura”, que viu surgir (ou renascer) nas cidades os mais variados movimentos reivindicatórios), a *Questão Urbana* acabou se transformando em obra de apoio fundamental para todos aqueles que pretendiam estudar a cidade brasileira, já que aí passavam a ter lugar muitos dos movimentos sociais que Castells discutira em sua obra. E esses movimentos eram de vários matizes, e “pipocavam” em todo lugar, especialmente nas periferias metropolitanas. Eram movimentos que reivindicavam água, luz, condução, escolas, saneamento, acesso à moradia ... Eram movimentos que lutavam também pelo estabelecimento de uma nova forma de relação entre aqueles que habitavam a cidade e o estado, que exigiam um maior grau de participação popular no processo de tomada de decisões. Eram, enfim, movimentos que ultrapassavam o caráter reivindicatório, pois acabavam por exigir um direito que havia sido negado por

longo tempo à maior parte da população brasileira: o direito à cidadania.

A produção intelectual resultante dessa tentativa de compreender o que se passava então nas cidades brasileiras foi grande (ver, por exemplo, Moisés e Martinez-Alier, 1978; Maricato, 1979; Valladares, 1980; Singer e Brant, 1981; Santos, 1981; Moisés, 1982; Gohn, 1982; Boschi, 1983; Valladares, 1983). Dela pouco participaram, entretanto, os geógrafos críticos. Conforme já discutido antes, esses profissionais estavam, a essa época, muito mais envolvidos com questões internas à Geografia e concentravam seus esforços na areana teórico-metodológica mais ampla. Havia, afinal, que estabelecer bases sólidas para a Geografia Nova que propunham. O tempo era, pois, de “arrumação da casa” e de muito estudo.

Rapidamente, entretanto, começaram a surgir os frutos desse esforço. E vieram com tal rapidez, que inundaram o temário geográfico com os mais diversos tipos de análise sobre as cidades brasileiras. A seguir, recuperamos um pouco do que foi esse processo, apresentando, de forma seletiva, os principais focos de preocupação desta Geografia Urbana Crítica e as suas contribuições mais marcantes.

### *Inícios*

O início da produção geográfica crítica sobre a cidade foi, conforme já citado, bastante tímido. Com o debate interno (tanto teórico como político) se desenvolvendo de forma acirrada, e direcionado mais para um questionamento amplo da Geografia (o que é, para que serve?, a quem serve?), muito pouco foi efetivamente produzido sobre a cidade nesses primeiros anos (que podemos situar entre 1978 e 1983). Houve entretanto alguma produção, e ela refletiu, como era de se esperar, as contradições do momento. De um lado, podemos encontrar estudos que já incorporam uma preocupação teórica bastante grande e que tentam desbravar novos caminhos na pesquisa geográfica. De

<sup>15</sup> Já em 1975 esse autor fazia as primeiras autocriticas ao seu trabalho (Castells, 1975), que logo se transformaram em reavaliação e rejeição do pensamento anterior em *The City and the Grassroots*. Neste livro, o autor faz severas críticas aos ideólogos do PCF e às suas “grandes teorias abstratas”, dentre as quais cita a do Capitalismo Monopolista de Estado, que ele agora considerava “uma pseudoteoria inventada pelo Partido Comunista Francês para justificar seu isolamento político” (Castells, 1983, p. 297).

outro, encontramos também trabalhos cuja vinculação com o pensamento crítico é ainda tênue, quase que circunscrita a algumas considerações bastante gerais a respeito do Modo de Produção Capitalista, de seus mecanismos perversos de funcionamento, do processo de apropriação diferenciada do solo urbano pelas diversas classes sociais, etc. Apesar de seu pouco aprofundamento teórico, estes trabalhos já são bem representativos, entretanto, do grande esforço que vinha sendo realizado pelos geógrafos àquela época para dominar um quadro conceitual antigo, mas que só agora era incorporado pela Geografia. Finalmente, há que se referir também aos trabalhos de natureza quase que panfletária, cheios daquelas "saídas simplistas" e do "citacionismo descontextualizado" que eram objeto da crítica de Moraes (1980, p. 318-319) e que não merecem maiores menções aqui. Comentaremos, pois, apenas os dois primeiros tipos de contribuição.

Coube a um grupo de geógrafos, em sua maioria ligados à Universidade de São Paulo, o pioneirismo da introdução do pensamento crítico no estudo geográfico das cidades. Dentre esses merece destaque o nome de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que, com seu estudo sobre a lógica da especulação imobiliária (Oliveira, 1978), inaugura esta nova forma de pensar o espaço urbano. Nesse trabalho, que trata da questão da moradia na Grande São Paulo, o autor partiu da forma visível (no caso, o crescimento acelerado dos loteamentos periféricos e das favelas na metrópole paulistana), para demonstrar que não havia nada de "caótico" nesse processo, como queriam alguns. Ao contrário, ele era comandado por uma grande lógica, já bastante discutida pelos economistas clássicos e por Marx: a lógica da renda da terra. Chamando a atenção para os ilusionismos criados pelo "modo capitalista de pensar" (Martins, 1978), que separa forma e conteúdo para depois juntá-los através de chavões ideológicos comprometidos com os interesses das classes dominantes (como o do "caos urbano"), Oliveira conclui então seu trabalho conclamando os geógrafos a analisar a realidade a partir de uma nova ótica, e a assumir um compromisso explícito com a transformação da sociedade, men-

sagem que seria renovada pelo mesmo autor em artigo posterior (Oliveira, 1979).

Seguindo também esta forma de pensar, outros geógrafos propuseram-se a desbravar novas fronteiras explicativas do urbano, contribuindo com suas pesquisas para a afirmação desta Geografia Urbana Crítica no País. Ana Fani A. Carlos, por exemplo; debruçou-se sobre um tema teórico e, ao analisar a evolução dos modos de produção através da História, procurou recuperar a relação dialética existente entre espaço e sociedade em cada um deles, apontando ademais para o papel e o significado assumidos pela cidade nas diversas fases da evolução da sociedade de classes, especialmente no Modo de Produção Capitalista (Carlos, 1979). Esta última preocupação também orientou o trabalho de Pereira (1982), que discutiu como se estabelecia, no Modo de Produção Capitalista, a relação entre espaço, sociedade e renda da terra. Já Silva (1982) retomou essa discussão numa escala ampliada, situando-a dentro do marco conceitual oferecido pela teoria do capitalismo monopolista de Estado.

Milton Santos, por sua vez, que já havia contribuído com alguns trabalhos pioneiros para o estudo crítico do urbano (Santos, 1979a, 1979b, 1979c), viu a cidade (e principalmente a metrópole) como um grande instrumento de criação de mais-valia relativa, já que as infra-estruturas técnicas e físicas aí presentes facilitam a produção das empresas, diminuem-lhes os custos e aumentam-lhes, por conseguinte, os lucros. A partir dessas considerações, o autor abordou então o caso peculiar do Rio de Janeiro, uma cidade que compensava a saída de indústrias do seu território (e a desvalorização do capital produtivo em muitos dos seus ramos industriais) transformando-se ela mesma, enquanto mercadoria, em fator de valorização dos capitais nela empregados pelo setor imobiliário, contando para isso com a colaboração efetiva do Estado (Santos, 1982).

Outros autores preferiram entretanto a abordagem empírica e pretenderam, com suas pesquisas, analisar as diversas transformações que afetaram o espaço interno das cidades brasileiras a partir da década de 50, vinculando-as ademais às mudanças ocorridas na estrutura produtiva e na organização social do País nesse mesmo período. Desse es-

forço resultaram trabalhos também verdadeiramente pioneiros, que merecem ser destacados aqui.

Odette Seabra, por exemplo, relacionou a grande transformação ocorrida na morfologia urbana da cidade de Santos no pós-guerra - com a criação da "muralha que cerca o mar" - às mudanças ocorridas no comportamento das empresas de construção civil (especialmente as paulistanas), que rapidamente captaram o verdadeiro significado das transformações estruturais que afetavam a economia brasileira e incorporaram-no às suas lógicas de acumulação. Em outras palavras, a mudança dos padrões morfológicos santistas acabou sendo relacionada teoricamente não apenas à ação de processos que atuavam em escalas superiores de análise, como também a características singulares da cidade em questão, que lhe conferiam uma planta de potencialidades de apropriação de renda do solo toda peculiar (Seabra, 1980). Em trabalho posterior, a mesma autora ampliou essa discussão teórica, apontando para o papel fundamental que o Estado e o capital imobiliário passaram a ter nas grandes cidades, papel que os transformavam nos principais agentes de produção do espaço urbano no País (Seabra, 1982). Essa discussão seria retomada um pouco mais tarde por Corrêa (1983/84), em texto bastante didático.

O processo de instalação do complexo industrial da Fiat em Betim (MG) permitiu, por sua vez, que Maria Lúcia Estrada penetrasse na seara das relações Estado x Capital Monopolista, revelando quão vultosas e complexas são as transferências de recursos do primeiro para o segundo (Rodrigues, 1980). O mesmo objetivo norteou o trabalho de Scarlatto (1981), que demonstrou o caráter estratégico da indústria automobilística no desenvolvimento capitalista brasileiro e analisou as relações que se estabelecem entre a expansão desse setor e as transformações do espaço industrial, socioeconômico e físico da metrópole paulista.

Resta falar do "projeto coletivo de pesquisa", realizado a partir de 1977 por Arlete Moysés Rodrigues, Myrna T. Rego Vianna e Regina Célia Bega dos Santos, e que pretendeu estudar o processo de apropriação e consumo do espaço urbano a partir da sua

vinculação com o processo migratório (Rodrigues, 1980, 1981 e 1982; Vianna, 1980 e 1982; Santos, 1980 e 1983). Rejeitando as explicações oriundas da Teoria da Marginalidade e dividindo entre si diversas tarefas, essas geógrafas propuseram-se a repensar a questão da habitação nas cidades brasileiras, descartando, de antemão, as explicações que pretendiam atribuir o "caos urbano" simplesmente às migrações ou à crise da habitação. Ao contrário, a partir de um estudo minucioso, que acompanhou a trajetória de diversos migrantes desde seus locais de origem até à favela ou loteamento de periferia em que estavam residindo, elas puderam recuperar todo um processo de transformação de relações de produção e de trabalho ocorrido no Brasil pós-1950, processo esse que estava por trás do ato de migrar, e chamaram atenção, ademais, para a verdadeira luta travada por esses indivíduos para se inserir no mercado de trabalho paulistano e para apropriar-se de um pequeno pedaço de chão.

### *A Produção Contemporânea (1983/1989)*

Os trabalhos mencionados acima têm o mérito de serem pioneiros. Eles inauguraram uma trilha por onde passaram depois diversos outros geógrafos, que puderam então transformá-la em caminho sólido e permanente. Por esse caminho circulam hoje as mais diversas tendências críticas, e dele têm saído alguns trabalhos brilhantes. A seguir apresentamos as grandes linhas de investigação que caracterizam, na Geografia Brasileira atual, a pesquisa crítica sobre a cidade. Como veremos, a riqueza e diversidade das análises são bastante grandes. Todas têm em comum o pressuposto de que cidade (ou espaço urbano) e prática social são interdependentes entre si. Todas têm em comum, também, um compromisso com a transformação da sociedade que se estuda.

### **O Direito à Cidade**

Uma das grandes características da Geografia Crítica atual tem sido a ênfase dada à análise de como a classe trabalhadora participa do processo de construção do espaço urbano. O que está por trás de grande parte

dessa produção é a rejeição da ideologia do "caos urbano", que relaciona grande parte das carências e "males" urbanos às migrações, à falta de planejamento, etc. Ao contrário, o que se pretende com esta linha de investigação é demonstrar exatamente o contrário, isto é, que o aparente "caos urbano" reflete uma lógica bastante clara (que é a lógica da acumulação capitalista) e que aparente "desordem" que caracteriza grande parte das formas espaciais urbanas e dos processos sociais que se dão na cidade é apenas, como diria Carlos Nelson F. dos Santos, uma "ordem que exige uma leitura mais atenta" (Santos, 1982). E essa ordem seria a ordem do possível a cada momento, seria a maneira através da qual aqueles que produzem a cidade inserem-se nas suas diversas estruturas de poder (econômico, político, etc.), para exigir (pela prática ou pela força) o seu direito, também, à cidade.

Focos de concentração residencial das camadas populares, não é de se estranhar, pois, que tenham sido as favelas os bairros da periferia e os conjuntos habitacionais populares os grandes centros de atenção dos autores que se situam nesta linha de pesquisa. Pacheco (1984), por exemplo, estudou o processo de crescimento da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, reconstituindo (a partir do estudo de dois loteamentos) não apenas o cotidiano das populações que ali vivem, como também o alto grau de exploração a que estão sujeitas (tanto a nível das relações de trabalho como da capacidade de acesso a meios de consumo coletivo). A mesma temática foi abordada por Costa (1988), que recuperou todo o processo de implantação de um grande conjunto habitacional na periferia de Fortaleza, chamando atenção para as árduas lutas travadas por seus moradores para a obtenção de direitos urbanos mínimos.

Dentre esses direitos, aquele que estelece que todo homem deve ter uma moradia digna é, sem dúvida, o mais importante. E foi pela afirmação desse direito que, a partir do início da década de 80, e a roboque do processo de recuperação das liberdades políticas, as cidades brasileiras viram-se repentinamente tomadas pelos mais diversos tipos de movimentos organizados, que lutavam não apenas pelo acesso a meios de

consumo coletivo, mas também pelo próprio acesso à terra urbana. Como visto anteriormente, outros profissionais das Ciências Sociais já vinham se interessando por esta temática desde meados da década de 70. Os geógrafos chegaram um pouco atrasados (por razões já explicadas), mas quando chegaram também trouxeram uma contribuição valiosa, iniciada com uma reflexão preliminar realizada por Corrêa (1982a).

Bernardes (1983), por exemplo, debruçou-se sobre o empírico e analisou o Movimento Amigos de Bairro - MAB - (de Nova Iguaçu, RJ), relacionando o seu aparecimento com a agudização do processo de pauperização das periferias metropolitanas. A partir da recuperação da história desse movimento, a autora confrontou as estratégias por ele seguidas às características da base territorial que representava, indicando os pontos positivos a que se chegou e os impasses que não puderam ser resolvidos. Mizubuti (1987), por sua vez, acompanhou de perto o movimento associativo de bairro em Niterói e demonstrou toda a sua diversidade de formas e de conteúdos, conseqüência da heterogeneidade de bases sociais que estão aí representadas (movimentos de classe média, de periferia, etc.). Silva (1987), por outro lado, analisou o conteúdo das demandas desses movimentos (tal qual veiculados na imprensa periódica) e reconstituiu todo o processo de eclosão e desenvolvimento dos movimentos reivindicatórios urbanos em Fortaleza. Já Souza (1988) deslocou a discussão para o nível exclusivo da reflexão teórica e, a partir de uma análise das limitações e potencialidades do que ele denominou de "ativismo de bairro", introduziu todo o pensamento autonomista de Cornelius Castoriadis numa discussão que, até então, era predominantemente marxista-estruturalista.

A luta pela apropriação da terra urbana pelas camadas mais pobres da sociedade também despertou o interesse dos geógrafos críticos, levando-os inclusive a participar, de forma engajada, desse processo. Paraguassú et al. (1982) e Conceição (1982) foram os que primeiro chamaram a atenção para o significado (teórico e empírico) das invasões organizadas de terrenos, que cada vez mais ocorriam nas cidades brasileiras a partir do



início da década de 80. Ronchezel (1985) por sua vez, baseado em notícias de jornais, não apenas demonstrou que este processo já era antigo no Brasil, como recuperou (através de pesquisa direta) a evolução de três movimentos dessa natureza ocorridos no Estado de São Paulo. Coube entretanto a Arlete Rodrigues elaborar o estudo mais significativo desta linha de investigação. Realizando uma pesquisa participante (ou melhor, militante, como ela mesma afirma), essa autora acompanhou de perto todo o processo de ocupação coletiva de terra para moradia em Osasco (SP), um processo que, segundo ela, representou muito mais do que uma simples luta por moradia ou por equipamentos urbanos, já que constituiu, em última instância, um exercício riquíssimo de construção da cidadania (Rodrigues, 1988a).

Esta mesma temática da luta pelo direito à cidade deu origem ainda a outros trabalhos, que se diferenciaram dos que acabaram de ser mencionados pelo privilegiamento que deram à análise das relações estabelecidas entre cada movimento e o Estado. Kaupatez (1986), por exemplo, tratou do processo de periferização e chamou a atenção, a partir de estudos de casos selecionados, para a viabilidade da instituição no Brasil de uma prática de co-gestão (população/Estado) no processo de produção de moradias. Coutinho (1989), por sua vez, a partir da análise do "Projeto Recife", acompanhou e avaliou todas as fases de desenvolvimento dessa política de assentamento de populações de baixa renda, idealizada inicialmente com apoio do Banco Mundial e depois incorporada à prática de planejamento participativo de um governo municipal de esquerda. Nessa mesma linha, Bitoun e Droulers (1987) chamaram a atenção para as novas territorialidades urbanas que estão emergindo do processo de descentralização de decisões e de busca de maior participação popular, e que estão dando origem a toda uma nova geopolítica urbana. Finalmente, Pinheiro (1989) analisou a organização espacial da polícia civil no Grande Recife no período 1977/1986 e chegou à conclusão de que este órgão do aparelho de Estado é, ao mesmo tempo, um agente repressor/controlador da sociedade e um órgão assistencialista dos movimentos sociais.

## Os Agentes da Produção do Espaço

Um dos temas que mais têm despertado a atenção dos geógrafos nestes últimos anos tem sido o do papel exercido pelos mais diversos agentes no crescimento acelerado de diversas cidades brasileiras nas últimas décadas. Como já vimos antes, esta atração tem sido generalizada, tendo afetado também a produção neoliberal. A produção crítica se distingue desta última, no entanto, por ser produto de uma reflexão que é, ao mesmo tempo, mais preocupada com as vinculações teóricas; historicamente determinada; e por ter como objetivo final a demonstração da vinculação estreita que se estabelece entre o processo de expansão territorial e o processo maior de acumulação capitalista.

Nessa vinculação, os estudos até agora realizados têm destacado amplamente o papel exercido pelo Estado, que se transformou ultimamente (seja por ação direta, por ação indireta, ou por simples omissão) num dos principais agentes indutores (senão o principal) do crescimento urbano das cidades brasileiras, especialmente daquelas de porte médio. E isto se deve principalmente ao efeito imediato que as políticas públicas têm sobre a planta de valores do solo urbano. Com efeito, por ser mercadoria que gera rendas àqueles que a possuem e por ser também fixa no espaço, a terra urbana é extremamente sensível a qualquer variação que ocorra no seu entorno. Isto porque a renda que ela aufera a seu proprietário é diferencial, isto é, varia em função dos mais diversos fatores tais como, por exemplo, a presença ou ausência de bens urbanísticos os mais diversos. É por esta razão que os proprietários de terra irão tentar, pelos mais variados meios, influenciar a tomada de decisões do Estado a seu favor, atraindo para as áreas onde possuem terras as políticas que aumentem a sua capacidade de apropriação da renda territorial, e afastando delas qualquer decisão que possa resultar numa diminuição dessa capacidade.

Tentando demonstrar empiricamente como se estabelecem as vinculações acima referidas, Vilarinho Neto (1983) estudou o impacto do Projeto Cura-Cuiabá na estruturação interna daquela cidade e demonstrou que os investimentos realizados acabaram

por gerar efeitos perversos: beneficiaram apenas um setor da periferia urbana (exatamente aquele que já havia sido apropriado pela "classe dominante"); levou a uma febril atividade de especulação com terras, que passaram então por intenso processo de valorização; e acabaram, finalmente, por expulsar grande número dos moradores do local. Machado (1989) também se debruçou sobre uma questão semelhante e analisou as transformações recentes ocorridas em Aracaju. Segundo ela, o processo teve início com a transferência para a capital de Sergipe da Regional Nordeste da PETROBRÁS em meados da década de 60, fato que alterou profundamente as estruturas locais. A injeção de recursos externos numa economia urbana relativamente estagnada até àquela época e num período de intensa concentração de rendas, levou as elites locais a darem início a um intenso processo de especulação com terras, notadamente em direção às áreas praianas, que logo se esterilizaram tornando-se reserva de valor. Logo após, entretanto, o Estado resolveu beneficiar essas áreas com os mais variados projetos de provisão de infra-estrutura, implantando aí, inclusive, um Projeto Cura (Coroa do Meio), que, embora anunciado como de interesse social, resultou na prática num desenfreado processo de especulação imobiliária e na criação de um bairro destinado aos grupos de rendas mais altas.

Seguindo essa mesma linha de análise, outros autores estudaram o processo de expansão territorial recente de algumas cidades de porte médio e apontaram a estreita ligação que se estabelece, nesse processo, entre os interesses de diversas unidades do capital (especialmente o imobiliário) e o conteúdo das políticas de provisão de infra-estruturas urbanas. Assim, Sposito (1984) analisou o caso de Presidente Prudente (SP); Soares (1988), o de Uberlândia; e Lourenção (1988), o de Rio Claro (SP). Um destaque especial merece ser dado a este último trabalho pela originalidade de sua análise. Para testar a hipótese de que os interesses dos proprietários de terra e os interesses dos políticos eram, em grande parte, um só, a autora analisou o processo de expansão territorial em Rio Claro no período 1948-1982, levantando em arquivo os nomes de todos

os proprietários de terrenos situados na periferia da cidade e de todos aqueles que se envolveram em transações imobiliárias nessa área no mesmo período. A seguir, cruzou as informações obtidas com os nomes de todos aqueles que participaram do aparelho de Estado (executivo e legislativo) no período estudado, dando destaque, ainda, aos políticos que elaboraram projetos de extensão de infra-estrutura urbana aos loteamentos periféricos. Provou, finalmente, a existência do que ela chamou de "político-proprietário", isto é, o proprietário de terra urbana que, por exercer o poder político ou por ter grande influência sobre ele, tem capacidade de direcionar investimentos públicos para as áreas em que possui propriedades, internalizando benefícios que são pagos por toda a coletividade.

Finalmente, há que se falar daqueles trabalhos que deslocaram o foco da atenção do Estado e colocaram-no sobre outros participantes do jogo urbano. Campello (1983), por exemplo, estudou o impacto causado pela atividade de confecções no crescimento urbano e na estrutura/dinâmica do emprego/desemprego em Santa Cruz do Capibaribe (PE). Seguindo uma abordagem histórico-estrutural, a autora constatou que as pequenas unidades de produção familiar que surgiram nessa cidade nos últimos tempos cumprem um papel importante no processo de acumulação. Segundo ela, essas microempresas constituem um mercado importante para a produção das empresas do Sudeste, principalmente no que diz respeito ao refugo da produção dessas últimas. Ao se transformar em importante mercado consumidor dessas sobras de produção, a cidade acaba proporcionando emprego para a maior parte da população, e este emprego, ao proporcionar um bom salário, contribui para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. Araújo (1985), por sua vez, realizou análise semelhante, destacando o importante papel que a atividade de confecção de redes de dormir vem tendo na organização do espaço em Pedro II (PI). E Barros (1987) deslocou a temática para a análise do comércio ambulante em Campina Grande, chegando a conclusões parecidas.

### **A Produção/Destruição/Reprodução dos Espaços Intra-Urbanos**

No Modo de Produção Capitalista, o espaço intra-urbano está sujeito a uma contínua redefinição de formas e conteúdos, que dá lugar, por sua vez, a uma também contínua transformação da estrutura interna da cidade. O significado desta dinâmica intra-urbana só pode ser apreendido, entretanto, se a acoplarmos ao movimento geral da acumulação capitalista. Com efeito, conforme já demonstraram amplamente Folin (1977), Santos (1978b e 1987) e Harvey (1978, 1982 e 1985), dentre outros, a cidade capitalista constitui simultaneamente condição e meio de valorização do capital. Daí, espaços intra-urbanos que tiveram um papel importante no processo de acumulação verificado num determinado período podem deixar de exercer este papel no momento seguinte, ou podem mesmo transformar-se em meio de desvalorização do capital, em obstáculo à contínua acumulação. Por outro lado, certas áreas que foram consideradas como “desvalorizadas”, isto é, pouco geradoras de renda da terra numa determinada fase do processo de acumulação, podem logo a seguir transformar-se em verdadeiras “galinhas dos ovos de ouro”.

É a partir desses pressupostos teóricos, e atraídos pelas transformações radicais por que têm passado as cidades brasileiras (e em especial as metrópoles nacionais) nos últimos 100 anos, que alguns geógrafos têm dedicado especial atenção à recuperação do processo histórico subjacente a essas mesmas transformações, pretendendo com isso resgatar toda a complexidade subjacente ao processo de produção contínua do espaço urbano. Abreu (1986), por exemplo, analisou a questão da habitação popular no Rio de Janeiro do Século XIX e a relacionou às inúmeras contradições que o espaço urbano carioca apresentava àquela época, chegando à conclusão de que a reforma urbana carioca do início do Século XX, além de atacar obstáculos que a forma urbana antiga antepunha à produção e circulação do capital, constituiu também verdadeira estratégia de classe, destinada a implantar na cidade a forma espacial típica do capitalismo, baseada na separação de usos e de classes sociais. Esta temática foi retomada em artigo posterior pelo mesmo

autor (Abreu, 1987c), que tratou agora de recuperar todo o processo de produção dos bairros suburbanos no Rio de Janeiro no Século XIX, um processo que, pelo grau de exploração a que estava sujeita a população que aí residia (ou fora obrigada a residir), pouco difere daquele a que hoje estão sujeitos aqueles que habitam as periferias metropolitanas. Cardoso (1986), por seu lado, analisou o processo de produção planejada de dois bairros do Rio de Janeiro pelo capital imobiliário (Copacabana e Grajaú) e indicou como, a partir do final do Século XIX, a expansão da malha urbana contribuiu para o processo de acumulação capitalista na cidade.

Focalizando agora a cidade de São Paulo, Martin (1984) abordou a questão da “deterioração urbana” a partir de um estudo sobre o bairro do Brás. Rejeitando a concepção historiográfica tradicional, que insiste em tratar o bairro pelo lado folclórico, o autor parte do pressuposto de que a “deterioração” é produto das contradições capitalistas e, portanto, não pode estar referida à miséria (como queria Patrick Geddes, que criou o termo) e sim à riqueza e ao processo de acumulação. No intuito de buscar as “causas da deterioração”, Martin resgata então toda a dinâmica de acumulação do capital em São Paulo, desde finais do Século XIX até o momento atual, e a associa às transformações de forma e conteúdo verificadas no bairro. Chega à conclusão de que podem ser distinguidos dois momentos nesse processo: um de “deterioração espontânea”, ligado a fatores nitidamente de mercado (saída das indústrias que buscavam terrenos mais amplos à margem de rodovias; saída de população longamente estabelecida aí, que buscava um emprego melhor ou a casa própria); e um momento de “deterioração planejada”, em que o Estado, através de seus projetos de renovação urbana, passa a ter um papel cada vez mais direto nesse processo.

Scarlato (1989), por sua vez, também estudou um outro bairro “italiano” e descaracterizado de São Paulo (o Bexiga), mas revelou uma outra característica que as formas deterioradas podem ter: a de, contraditoriamente, serem também fator de valorização do capital. Transformado ultimamente pela mídia no símbolo da “velha São Paulo”, o Bexiga vem sendo vendido como “Bixiga”,

como uma imagem, como um bairro italiano que, na realidade, já não existe mais, posto que pouco sobrou de sua forma e conteúdo anteriores. Mas as formas que sobraram têm sofrido um intenso processo de valorização, e o bairro vem sendo invadido por usos que, apenas no imaginário, têm a ver com o espaço que outrora existiu. Numa cidade sem memória como São Paulo, onde a fúria da acumulação capitalista levou a processos de renovação urbana brutais, os resquícios de um tempo passado podem também ser objeto de lucro: basta fingir que as coisas não mudaram. É esta a "ideologia do Bixiga", um "bairro em transe" que Scarlatto tão bem analisa: utilizar a forma para vender um conteúdo que não existe mais.

Finalmente, há que se dar destaque também ao trabalho desenvolvido por Seabra (1987), que estudou o processo de constituição do mercado de terras em São Paulo e, em especial, o processo de incorporação das várzeas do Tietê e do Pinheiros à malha urbana. Baseada em ampla pesquisa documental, a autora recuperou toda a ação da Light no processo de retificação dos leitos e saneamento das várzeas desses dois rios que cortam a capital paulista e chegou a conclusões realmente instigantes. Demonstrando que, por contrato, caberiam à Light todos os terrenos que fossem obtidos a partir dos trabalhos que ela mesma executava nas várzeas do Pinheiros, Seabra apresentou indícios suficientes para que acreditemos que a estratégia que essa companhia adotou para apropriar-se de todas as rendas diferenciais por ela geradas nas margens do Pinheiros foi não só eficiente (para a companhia) como trágica (para as populações ribeirinhas). Posto que, como rezava o contrato, a área que poderia ser apropriada pela Light seria aquela compreendida na "linha da máxima enchente", a autora viu na grande enchente de 1929 uma verdadeira estratégia dessa companhia para definir a maior área possível de apropriação futura. Segundo ela, a liberação pela Light de um enorme volume de água de seus reservatórios situados a montante da capital, muito maior do que seria necessário para manter a segurança dos mesmos (razão alegada pela empresa), permitiu que a linha demarcatória fosse bas-

tante ampliada, garantindo, assim, uma base de apropriação também ampliada.

### **Espaço e Reprodução do Capital**

Sem dúvida alguma, a mais teórica de todas as vertentes da produção crítica contemporânea, esta linha de investigação pretende demonstrar que o capital é uma das categorias determinantes (senão a principal) da análise da cidade. O engate teórico que se estabelece é que o espaço urbano, por ser um produto social e histórico, só pode ser compreendido a partir de sua articulação com as determinações mais gerais que regem o Modo de Produção Capitalista na fase atual, isto é, a partir de sua articulação com os processos de produção e de reprodução (ampliada) do capital monopolista. Essa articulação, entretanto, não é linear, isto é, embora seja produto do processo produtivo, o espaço urbano constitui também condição geral desse mesmo processo, razão pela qual poderá vir a facilitá-lo ou, então, tornar-se um obstáculo à sua realização.

Indelevelmente ligada ao processo de reprodução do capital, a análise do espaço urbano pressupõe então dois momentos distintos de investigação: o da sua articulação com os processos de produção e de troca. Como é no primeiro processo que a mais-valia é produzida, a maioria dos pensadores marxistas do urbano tem enfatizado apenas este lado da moeda, esquecendo-se de que é na circulação, entretanto, que a mais-valia é realizada. Tentando resgatar a importância deste último circuito no processo de produção da cidade, alguns geógrafos vêm tentando estabelecer as conexões necessárias entre ambos, esforço que já tem resultado em contribuições significativas.

Amélia Damiani (1984), por exemplo, estudou o processo de acumulação do capital a partir de um estudo que, inicialmente, pretendia analisar apenas a proliferação de favelas em Cubatão (SP). Conforme a autora mesma relata, ao procurar as favelas ela acabou por encontrar o peão e o que ele significa no processo de reprodução ampliada do capital hoje. E, como resultado desse encontro, brindou-nos com uma análise realmente inovadora.

Cubatão é hoje conhecida por ser um dos maiores pólos petroquímicos do País. Estão aí instaladas diversas indústrias, que se caracterizam pela alta composição orgânica do capital e por seu papel motriz na economia brasileira. Poucos sabem, entretanto, que atuam aí também inúmeras indústrias de construção pesada e de montagem industrial que, por prestarem os mais diversos serviços às primeiras, possibilitam não apenas a manutenção do capital fixo, como viabilizam a sua expansão e acumulação. E isto se realiza a partir de uma extensa divisão do trabalho que se estabelece entre ambos os tipos de indústria e que permite que muitas obras de construção e de montagem de maquinaria, que eram inicialmente feitas pelas próprias indústrias pesadas, possam agora ser contratadas às empreiteiras. Estas, por sua vez, valem-se da subempreitagem para flexibilizar ainda mais a produção de seus serviços, resultando daí uma matriz de divisão do trabalho extremamente complexa. Nessa matriz, conforme demonstrou Damiani, o peão constitui o elo mais fraco. Como o ritmo de expansão da grande indústria é descontínuo, sujeito aos períodos de expansão e recessão da economia, qualquer alteração na demanda por serviços da grande indústria afeta, por efeito cascata, toda a matriz industrial de Cubatão. Nos períodos de expansão, a prática da subempreitagem se reforça, e ele circula constantemente de uma empresa a outra. Como geralmente dorme no emprego, o peão pouco tem oportunidade de travar contato com a cidade. Ao contrário, nos períodos de recessão este contato se torna maior, já que é aí - e nas favelas - que o peão se refugia, na esperança de ser novamente chamado para o trabalho, transformando Cubatão num verdadeiro "mercado de peões".

Ana Fani A. Carlos (1987), por sua vez, analisou o papel da indústria na transformação do espaço urbano de Cotia (periferia metropolitana da capital paulista). Seu trabalho, entretanto, não objetivou estudar Cotia, isto é, não pretendeu estudar este município enquanto palco de localização de indústrias. Ao contrário, o que se pretendeu foi, a partir da análise do lugar, recuperar a totalidade, representada neste caso pela metrópole paulista que, como sede da acu-

mulação capitalista, assume formalmente um papel dinâmico de comando e direciona todo o processo de reprodução do capital e de (re)produção do processo urbano. O espaço urbano cotiano só pode ser entendido, pois, enquanto processo de reprodução da metrópole paulista. E nesse processo, conforme demonstrou a autora, tornou-se cada vez mais imperiosa a necessidade de diminuição dos custos da circulação de mercadorias, razão pela qual o estado empreendeu uma série de investimentos no setor de transportes, tornando acessíveis agora ao capital industrial (que buscava lucros maiores), ao proletariado (que buscava moradia mais barata) e à classe média-alta (que buscava o bucolismo de "viver no campo") a extensa faixa periférica na qual se inclui Cotia. Conseqüentemente, reproduzem-se aí hoje muitas das contradições que caracterizam o conjunto da metrópole, numa clara confirmação de que o todo está em todas as partes e estas refletem o todo.

A relação da atividade comercial com o processo de reprodução ampliada do capital também foi abordada pelos geógrafos. Pintaudi (1982) analisou a transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios na Grande São Paulo, dando destaque ao aparecimento do supermercado como forma característica do processo de concentração e de centralização do capital comercial ocorrido a partir da década de 60. Demonstrando que a grande rotação de estoques que lhe é característica acaba por compensar (e muito) a taxa de lucro menor com que trabalha, a autora aponta então para a alta taxa de acumulação verificada nesse setor do comércio, que acabou por extinguir, ou segregar em áreas localizadas, as formas de comercialização características do período concorrencial do capitalismo. Gaeta (1988), por sua vez, estudou a difusão de uma forma mais recente (*shopping centers*) e indicou que, na atual etapa do capitalismo no Brasil (caracterizado pela concentração do capital industrial, bancário e, crescentemente, também do capital comercial), o papel determinante na dinâmica de acumulação está reservado aos investimentos, que passam a determinar também a dinâmica do mercado consumidor. Assim, explica ele, não são as exigên-

cias do mercado que estão por trás da proliferação de *shopping centers* no Brasil. Ao contrário, eles surgem como uma exigência da acumulação, quando empreendedores imobiliários e capitalistas do comércio, com o apoio do Estado, iniciam uma nova estratégia Locacional, uma estratégia mais condizente com a própria transformação do capitalismo no País, e que teve na dinamização do papel multiplicador de investimentos na área de bens de produção e na construção civil e seus pilares de sustentação.

### **Cidade e Acumulação do Capital no Campo**

As transformações que vêm ocorrendo no campo brasileiro nas últimas décadas têm também atraído a atenção dos geógrafos urbanos, já que seus efeitos cada vez mais se materializam nas cidades. Lencioni (1985), por exemplo, discutiu como o processo de mudança de relações de trabalho no campo teve impactos generalizados sobre as cidades do Estado de São Paulo, afetando inclusive as cidades pequenas e de economia estagnada, que viram crescer à sua volta um cinturão de pobreza. A redefinição da cidade como espaço de reprodução da força de trabalho do campo também foi abordada por Silva (1986), que analisou o caso de Ribeirão (PE), por Aquino (1988), que viu o caso de Garanhuns (PE), e por Rodrigues (1989) quanto a Bacabal. Barbosa (1982), por sua vez, após acompanhar o histórico de vida de diversos trabalhadores ligados à cultura fumageira em Arapiraca (AL), demonstrou ser intenso o grau de mobilidade do trabalho nesta atividade, que tem uma fase rural propriamente dita e outra urbana. Finalmente, Silva (1987) deslocou a análise para o campo da cultura e demonstrou como os migrantes que foram expulsos do campo reproduzem na cidade, e em especial nas periferias urbanas onde passam a residir, toda uma série de práticas culturais que trouxeram de seus locais de origem como, por exemplo, as Folias de Reis.

## **CIDADE E AMBIENTE**

Resta falar, para concluir esta avaliação da produção geográfica sobre as cidades, daqueles trabalhos que enfocaram o urbano

a partir da ótica ambiental. Trata-se de uma produção bastante recente e diferenciada, muito mais ligada à escola neoliberal do que à Geografia Crítica (ainda que as discussões teóricas sobre a questão ambiental em geral tenham tido aportes significativos desta última), e que tem avançado bastante o nosso conhecimento sobre o tema da qualidade de vida urbana. Os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, apesar de sua variedade, podem ser agrupados em grandes conjuntos e é a partir deles que iremos recuperá-los.

O papel exercido pela própria cidade, isto é, pelo ambiente construído, na alteração de condições de **conforto ambiental** tem atraído ultimamente a atenção de vários geógrafos. Da contribuição inicial de Monteiro (1976), mais ligada à climatologia, contamos agora com estudos que têm enfatizado o importante papel exercido pela vegetação (pelas áreas verdes em geral) na regulação dos microclimas urbanos, como demonstram, por exemplo, os estudos de Troppmair (1976), de Vasconcellos (1982) e de Carvalho (1982). Merece destaque, entretanto, o trabalho de Lombardo (1985) que, a partir de uma temática discutida também por Pazera Júnior (1976), demonstrou como as grandes metrópoles transformam-se em verdadeiras "ilhas de calor".

Abordando a questão pelo lado da **poluição**, outros geógrafos têm realizado estudos localizados sobre os mais diversos tipos de agressão ao meio ambiente urbano, ressaltando-se aqui os trabalhos realizados por Borges (1980, 1982) e Borges e Moura (1986) em Natal e o estudo de Troppmair (1977) sobre a capacidade que certos vegetais têm de indicar a presença de poluição do ar em áreas urbanas.

O problema da **degradação ambiental causada pela falta de planejamento adequado do uso do solo urbano** foi também discutido por diversos autores. Albuquerque e Coutinho (1987), por exemplo, a partir do caso de Aracaju, chamaram a atenção para a necessidade imperiosa de estabelecimento de uma política ambiental urbana, o mesmo ocorrendo com Suertegaray e Schäffer (1988), que analisaram a degradação ambiental na Grande Porto Alegre. Rocha (1987) e Baumgratz (1988), por seu lado, discutiram a valiosa contribuição que a Geomorfologia pode

dar ao planejamento urbano, especialmente no que toca à prevenção das chamadas catástrofes naturais (como as enchentes). Outras contribuições têm alertado, ainda, para a necessidade de se estabelecerem sistemas de monitoramento constante das condições ambientais urbanas, destacando o importante papel reservado à fotointerpretação (Bochicchio, 1982) e ao sensoriamento remoto nesse processo (Pitanga e Azevedo, 1980; Ferreira e Pereira, 1986; Kurkdjian, 1987; Foresti, 1987).

Apontando agora para situações concretas, Goldenstein e Carvalhaes (1984) discutiram a situação dramática de Cubatão, onde o estado consegue mobilizar enormes recursos de capital, mas nada faz para evitar que tanto as indústrias, como os migrantes por ela atraídos para o local deixem de ocupar "sítios inadequados". Chamadas semelhantes foram realizadas por Müller (1987), que apontou para o problema da degradação ambiental causada pelo parcelamento inadequado do solo na Região Metropolitana de São Paulo; por Mauro e Sanchez (1986/87), que estudaram o caso específico de um conjunto residencial em Rio Claro (SP); por Góes (1988), que analisou o impacto ambiental da urbanização sobre áreas de risco na Baixada de Sepetiba (RJ); e por Pinto et al. (1988), que discutiram como a dinâmica do uso do solo no Distrito Federal tem levado a diversas modificações ambientais na capital do País. Berrios Godoy (1986), finalmente, chamou a atenção para como certos problemas urbanos (como o do destino final do lixo) podem ser facilmente resolvidos, bastando para isso que haja planejamento e vontade política.

Para concluir, é preciso falar dos trabalhos que abordaram o ambiente urbano a partir da ótica da **Geografia da percepção e do comportamento**. As contribuições aqui são poucas, merecendo destaque o estudo de Mocellin (1977), que buscou identificar a imagem do Grande Rio a partir de seu "conteúdo, força e valor"; de Paschoal (1981), que tratou do grau de percepção que a população de um bairro da capital paulista tem dos riscos ambientais (no caso, enchentes) a que estão sujeitas; e de Bley (1982), que procurou detectar as coordenadas a partir

das quais os habitantes de Curitiba percebem a área central da capital do Paraná.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS<sup>16</sup>

Este trabalho pretendeu recuperar a produção realizada pelos geógrafos brasileiros sobre o espaço interno das cidades. Ao concluí-lo, não podemos deixar de salientar, logo de início, quão rica e fecunda tem sido essa produção, que já cobre cinco décadas de esforço intelectual permanente e conflui-se com a própria história da Geografia no Brasil.

Essa história foi bastante tumultuada nos últimos 20 anos, período em que a Geografia Brasileira, depois de uma longa fase de isolamento acadêmico, na qual manteve inalterada a sua vinculação com o positivismo clássico, abriu-se sucessivamente a novas propostas epistemológicas (principalmente ao neopositivismo e ao materialismo histórico e dialético), trazendo para dentro de si todo o acalorado debate que já afetava, há bastante tempo, as demais ciências sociais.

A abertura da Geografia a essas novas influências não foi obra do acaso, ou de uma evolução "natural" da disciplina. Ao contrário, ela acompanhou de perto o processo político/econômico nacional e internacional, numa clara demonstração da falácia do pensamento que prega a existência de uma ciência neutra, alheia e distanciada da realidade daqueles que a fazem. Refletindo esse processo, a polêmica que se instalou no seio da comunidade geográfica foi, como era de se esperar, bastante grande, e está parcialmente refletida numa série de avaliações críticas que foram realizadas ultimamente sobre a Geografia Brasileira e sua história (ver, por exemplo: Andrade, 1977; Monteiro, 1980; Corrêa, 1980b e 1982b; Geiser, 1980; Bernardes, 1982; Silva, 1983/84; Valverde, 1984; Faissol, 1987; Geiger, 1988). Está refletida também nas páginas deste estudo, já que é impossível dissociar a produção que os geógrafos fizeram sobre a cidade do movimento maior da disciplina.

Não é o lugar, aqui, de retomar esta polêmica. Ao contrário, o que se pretende é fazer

<sup>16</sup> Algumas idéias que são aqui discutidas foram apresentadas anteriormente em outro trabalho do autor (Abreu, 1989).

uma reflexão a partir dela e, com base no material que foi comentado neste trabalho (ou que apenas faz parte da bibliografia apresentada a seguir), indicar alguns pontos problemáticos que podem ser notados na Geografia Urbana que vem sendo feita atualmente no País. Dentre esses, dois parecem ser os mais sérios, e são agora discutidos.

O primeiro diz respeito à uma tendência observada de utilização de um "referencial teórico" marxista por estudos que são muito mais caracterizados como tradicionais, neoliberais, ou mesmo neopositivistas, e que tentam, através desse artifício, adquirir talvez um maior grau de atualidade, de cientificidade, ou mesmo de engajamento político. Não é preciso dizer que esta prática é não só condenável, como também que a emenda geralmente sai pior do que o soneto, ou seja, que é melhor fazer uma Geografia não marxista bem feita do que um arremedo de Geografia Crítica. Já é hora, ademais, de superarmos a idéia de que as sucessivas "novas geografias" surgem para substituir as "velhas", de que é preciso começar tudo de novo a cada instante porque uma nova proposta se impôs. Esta atitude, comum até há pouco tempo, parece ter sido consequência da abertura repentina da Geografia Brasileira a novas matrizes epistemológicas, que por chegarem praticamente ao mesmo tempo trouxeram também consigo os seus respectivos discursos de afirmação. Ora, a convivência simultânea de correntes teóricas diferentes, ou mesmo antagonicas, é uma característica comum a qualquer campo do conhecimento, e é a partir dos embates que se travam entre elas que a Ciência avança. É este avanço se dá por superação do conhecimento anterior, e não a partir da sua negação.

Em segundo lugar, é preciso refletir também sobre os caminhos que vem trilhando a própria Geografia Crítica. Não há dúvida de que é a partir dela que o estudo geográfico da cidade tem avançado mais; que é a partir dela que a produção teórica tem atingido patamares de qualidade significativos. Parece estar em marcha, entretanto, um processo semelhante àquele que atingiu a Geografia Neopositivista no final da década de 60 no Primeiro Mundo, e que acabou dando origem à sua crise de relevância. Só para lembrar, essa crise surgiu quando ficou patente que a Geografia Neopositivista, apesar dos avanços teóricos que realizou, não tinha capaci-

dade de dizer qualquer coisa que fosse significativa a respeito das bruscas transformações que ocorriam no mundo àquela época. E isto se deu porque, nos esforços de teorização que realizou, a Geografia dita "quantitativa" privilegiou a tarefa de construção de um arcabouço normativo do mundo que estudava e não de teorias explicativas da realidade. E esse foi um erro fundamental. Sendo normativos, os modelos e teorias desenvolvidos pela Geografia Neopositivista não tinham qualquer compromisso com a explicação da realidade, razão pela qual, quando a crise chegou, não puderam dar conta daquilo que lhes era cobrado a nível explicativo, a nível da compreensão do que realmente estava acontecendo no espaço real. Em outras palavras, os modelos normativos não pretendiam explicar a realidade mas, sim, indicar quanto o "mundo real" estava distante de uma situação ideal que, esta sim, era explicada e teorizada.

O processo ocorrido com a Geografia Neopositivista serve de ponto de partida para a reflexão que queremos agora lançar ao debate e que diz respeito também à relação que se estabelece entre o mundo da teoria e o "mundo real". O ataque que a Geografia Crítica fez ao empirismo da Geografia Tradicional e ao fetichismo espacial da Geografia Neopositivista centrou-se, basicamente, na oposição entre aparência e essência. Por privilegiar a análise daquilo que era visível, que se evidenciava na paisagem, a Geografia Tradicional teria ocultado as verdadeiras determinações que estão por trás dessa paisagem e que são eminentemente sociais, piores de conflitos de classe e comandadas pelas relações de produção que se estabelecem entre os homens a cada momento histórico. Por sua vez, ao transformar a paisagem numa rede de fixos e de fluxos, a Geografia Neopositivista teria feito o mesmo, só que sob uma aparência de pseudoneutralidade e de maior cientificidade.

Não discordamos dessas afirmações, ainda que seja preciso reconhecer que a ênfase nas determinações sociais descambou, muitas vezes, para o determinismo economicista. O que gostaríamos de argumentar é que, nesse esforço de teorização, de busca da "essência", está-se perdendo muitas vezes o caminho de volta à aparência, negando-se então a relação dialética que se estabelece entre as duas. Assim, o visível, a



variabilidade das formas, o lugar - dimensões inegavelmente importantes da análise geográfica - têm sido em muitos estudos bastante negligenciados, ou então explicados de forma determinista e, portanto, reducionista. A cidade, por exemplo, não raro tem sido vista como mero *locus* de reprodução da força de trabalho, e sua estrutura interna explicada apenas pelas teorias da renda da terra. Já os aspectos ligados à cultura têm sido muitas vezes reduzidos a expressões ideológicas menores, não muito dignas de atenção, posto que "determinados e não-determinantes".

A consequência imediata desse posicionamento tem sido a produção de estudos que conseguem trabalhar bem o movimento do social a nível das estruturas teóricas, que se apresentam como politicamente engajados, mas que não conseguem resolver de forma satisfatória (isto é, geograficamente) o rebatimento de tudo isso no espaço, a não ser segundo a forma mais simples: afinal, todo processo social ocorre no espaço. Os trabalhos que vêm sendo elaborados sobre a temática dos "movimentos sociais urbanos", por exemplo, ainda estão por resolver, a nosso ver, esta questão.

Doreen Massey, ao comentar processo semelhante ocorrido na Geografia Inglesa, observa que a crítica radical dos anos 70, ao rejeitar a diferenciação geográfica, a variabilidade das formas, cumpriu um objetivo que foi ao mesmo tempo intelectual e político. A nível intelectual, essa postura, segundo ela, foi determinada pela necessidade de contraposição tanto ao empirismo da Geografia Tradicional quanto ao fetichismo espacial da Geografia Neopositivista. Quanto ao nível político, pretendia-se chamar a atenção para a causa final, comum, da variedade de expressões espaciais. Em outras palavras, padrões espaciais - ainda que diferentes - estavam intimamente ligados entre si posto que eram determinados pelos **mesmos** processos sociais. Embora válidas, diz Massey, estas críticas foram, segundo ela, longe demais, já que a definição do espaço geográfico como um construtor social não pode levar à desvalorização da diferença, da variabilidade das formas, da particularidade, do lugar (Massey, 1985).

Não podemos deixar de concordar com esta argumentação. A busca da essência, isto é, das estruturas condicionantes do Modo de Produção Capitalista, não pode - e não deve - levar a explicações pasteurizadas e generalizantes sobre a paisagem, que negam qualquer importância à variabilidade das formas, à aparência. Isto porque, se esta é explicada, em suas determinações mais amplas pelo movimento das estruturas teóricas gerais, ela apresenta também um movimento próprio, distinto, que interatua com o movimento dessas estruturas e que não pode ser reduzido a simples expressão fenomênica de processos gerais.

Esta revalorização do particular, da paisagem, do lugar, não deve ser interpretada como uma proposta de volta a paradigmas anteriores como, por exemplo, o da diferenciação de áreas, já que ela deverá estar necessariamente acoplada à análise da totalidade maior, da dinâmica do Modo de Produção. O que queremos alertar é que já é hora de voltarmos a valorizar aquilo que tem sido o cerne da preocupação geográfica através dos tempos, isto é, nossa capacidade de explicar a variabilidade da paisagem.

Nessa tarefa, finalmente, não se pode ignorar todo o esforço conceitual e metodológico empreendido pela Geografia Tradicional e pela Geografia Neopositivista no trato da análise da forma, da aparência. Trata-se muitas vezes de contribuições significativas, que não podem simplesmente ser tachadas de imprestáveis posto que "comprometidas com a dominação burguesa". Esta postura tem resultado, a nosso ver, em retrocessos significativos no processo de produção do conhecimento geográfico sobre a cidade. De um lado, ela tem levado ao abandono de inúmeras temáticas importantes pela Geografia Crítica, apenas porque foram temáticas privilegiadas pelas Geografias Tradicional e Neopositivista. Por outro lado, e talvez por isso mesmo, tem resultado também na dificuldade já comentada de articular essência e aparência. É necessário dizer, entretanto, que algumas contribuições preliminares (e promissoras) já começam a surgir (ver, por exemplo, Corrêa, 1989b).

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Adilson Avansi de. As funções urbanas da zona do mercado central de São Paulo. *Boletim Geográfico* [do] IBGE, Rio de Janeiro, v.28, n. 211, p. 63-77, 1969.
- ABREU, Irlane Gonçalves de. *O crescimento da zona leste de Teresina* : um caso de segregação. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. 134 p. O capítulo IV foi publicado como: Teorias e teses sobre segregação espacial urbana em Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 75-110, 1983/1984.
- ABREU, Maurício de Almeida. *A geografia e os problemas urbanos*. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 102, p. 67-81, set./out. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Migration, urban labor absorption and occupational mobility in Brazil*. Columbus, Ohio, 1976. Tese (Doutorado) - The Ohio State University. 224 p. Parte deste trabalho foi publicado com o título: Labor market segmentation in Metropolitan Brazil: the case of São Paulo and Rio de Janeiro, está em BECKER, Bertha K. et al. (Orgs.). *Brazil: spatial organization*. (a contribution to the 24<sup>th</sup> International Geographical Congress - Tokyo, 1974). Rio de Janeiro: IBGE, 1980. p. 311-360.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas e estrutura interna das cidades: uma abordagem preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978. *Sessões dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978a. p. 13-21.
- \_\_\_\_\_. O estágio atual da geografia no Brasil: uma visão crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978b. p. 365-368.
- \_\_\_\_\_. Estado e espaço urbano: uma perspectiva histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 58-72.
- \_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 577-585, out./dez. 1981.
- \_\_\_\_\_. *O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema*. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. Conferência Regional Latino-americana, 2., 1982. *Sim-pósios e mesas redondas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. p. 197-201. Transcrito em: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 61-70.
- \_\_\_\_\_. Urban structure and the role of the State. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. Conferência Regional Latino-americana, 1. *Brazilian Geographical Studies*. [S.l.: s. n.], 1982b. p. 91-95. .
- \_\_\_\_\_. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-58, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO: Zahar, 1987a. 147 p.
- \_\_\_\_\_. A cidade do Rio de Janeiro: evolução urbana, contradições do espaço e estratificação social. In: BERNARDES, Júlia Adão (Org.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987b. p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro (1870/1930). *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 21, p. 12-38, 1987c.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre algumas críticas da Geografia Crítica*. 1989. Trabalho apresentado no I Encontro Estadual dos Profissionais de Geografia, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia/AGB, 9 a 12 de junho de 1989. Trabalho inédito.
- \_\_\_\_\_. DINIZ, Maria do Socorro. As causas do crescimento recente de Itaboraí - Venda das Pedras. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 79-110, 1970.
- AB'SABER, Aziz Nacib. A região de Santa Isabel. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 79-126, 1950/1951.

- AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade do Salvador - fotografias e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 11, p. 61-78, 1952.
- \_\_\_\_\_. A cidade de Manaus (Primeiros Estudos). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 18-45, 1953.
- \_\_\_\_\_. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Geografia*, São Paulo, n. 12, 1957.
- \_\_\_\_\_. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1958. v. 1: p. 169-245. (Estudos de Geografia Urbana).
- \_\_\_\_\_. O sítio da cidade do Salvador. In: SANTOS, Milton (Org.). *Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 11-12.
- \_\_\_\_\_. O sítio urbano de Porto Alegre. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 42, p. 3-30, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A estrutura metropolitana e o novo aeroporto de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1975.
- \_\_\_\_\_. COSTA JUNIOR, Miguel. O sudoeste goiano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 143-219, 1975.
- ACÁCIO, Wilson Guilherme. *A absorção de mão-de-obra nos bairros periféricos de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. 170 p.
- AGUIAR, Tereza Coni. *Urbanização em Mato Grosso: um exemplo, Rondonópolis*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981. 176 p.
- ALBUQUERQUE, Delma M., COUTINHO, Solange F. S. Refletindo sobre as condições de vida nos grandes centros urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 239-242.
- ALEGRE, Marcos. Apresentação (I Encontro de Geógrafos). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 18, p. 11-15, 1973.
- ALMADA, Ayrton Teixeira. O estado capitalista e o uso do solo urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 53-57.
- ALMEIDA, Elisa M. J. Mendes de, PINTO, Dulce Maria A. O desenvolvimento da área central. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 49-68.
- \_\_\_\_\_. LIMA, Olga Maria Buarque de. Análise fatorial de três áreas metropolitanas - Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 101-128, 1971.
- \_\_\_\_\_. RIBEIRO, Miguel Angelo C. Aspectos da estrutura industrial de 152 cidades brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 161-162.
- ALMEIDA, Elsinoe Elisa Ract de. *A organização espacial do setor metropolitano ocidental de São Paulo*. São Paulo, 1975. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1975. 199 p.
- ALMEIDA, Fernando Flávio M. de. O planalto paulistano. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 1: p. 113-167.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Onde estão os realmente pobres na Área Metropolitana do Rio no início dos anos 80? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 128-132.
- \_\_\_\_\_. *Atuação recente da incorporação imobiliária no município do Rio de Janeiro: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parte deste trabalho foi publicado com o título: Aspectos espaciais da ação recente dos incorporadores imobiliários no Município do Rio

- de Janeiro, na Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 297-316, abr./jun. 1982. Versão em inglês: Alternatives of real estate promotion in large urban centers: A Rio de Janeiro case-study, está em União Geográfica Internacional. Conferência Regional Latino-Americana, 1. Brazilian Geographical Studies, 1982, p. 97-107. Resumo em: Anais do 5. Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 345-347.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A promoção imobiliária no município do Rio de Janeiro: aspectos espaciais do fim da década de 70 e tendências futuras. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 67-85, 1986.
- \_\_\_\_\_, ALONSO, Delnida Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 381-430. jul./set. 1960.
- ALVES, Cláudia Lima E. Evolução do uso do solo urbano-rural no município de Itapeverica da Serra: estudo geo-cartográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 275-287.
- AMARANTE, Alberto Pires. Problemas de erosão e do escoamento das águas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 637-665, out./dez. 1960.
- AMORA, Zenilde Baimá. *As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1978. 101 p.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. Pequena história da Praça da República. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos nordestinos sobre crescimento urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 311-342.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Aspectos geográficos da Região de Ubá*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961. (Avulso, 1).
- \_\_\_\_\_. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 5-28, 1977. Transcrito em: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 181-201.
- \_\_\_\_\_. Da produção do espaço urbano: o caso do Recife. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 5-22, 1979a.
- \_\_\_\_\_. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1979b. 119 p.
- \_\_\_\_\_. Formação da aglomeração recifense. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos nordestinos sobre o crescimento urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 257-291.
- ANDRADE, Margarida Maria de. *Diadema: uma área de expansão da indústria, na metrópole paulistana*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 175 p.
- ANDRADE, Marily Bezerra de C. *O uso da terra em São José dos Campos: exemplos de transformações recentes*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 85 p.
- ANTUNES, Dioclécio de Paranhos. Transformações do quadro urbano e evolução do Rio de Janeiro. In: ASPECTOS da geografia carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962. p. 19-32.
- AQUINO, Denise Tomaz de. *Mudança no campo e fenômeno de urbanização: o caso de Garanhuns*. Recife, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1988.
- AQUINO, Maria de Fátima, NUNES, Elias. Aspectos ecológicos e sociais da área de deposição do lixo de Natal - RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 70.
- ARAÚJO, Ely Goulart Pereira de. A cidade de Olímpia (estudo de geografia urbana). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 5, n. 1. p. 41-57, 1950/1951. Publicado também em: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 9, p. 19-37, 1951.

- ARAÚJO, José Luis Lopes de. *A atividade de confecção artesanal de redes-de-dormir - como estratégia de sobrevivência - e a organização do espaço em Pedro II*. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.
- ARAÚJO, Joselita Maria dos Santos. *Contribuição ao estudo da pobreza urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. 100 p. Resumo publicado em: Anais do 4. Encontro Nacional de Geógrafos. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 461-466.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Andradina. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 3, n. 3, p. 59-63, 1943.
- \_\_\_\_\_. *A baixada do rio Itanhaém: estudo de geografia regional*. São Paulo, 1950. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1950. 123 p. O capítulo A vila de Itanhaém foi publicado em: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 6, p. 3-22, 1950.
- \_\_\_\_\_. Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 9, n. 1, p. 181-205, 1954/1955.
- \_\_\_\_\_. A população paulistana. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2: p. 167-247.
- \_\_\_\_\_. A expansão urbana de Santos. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965a. v. 3. p. 21-48.
- \_\_\_\_\_. As áreas funcionais de Santos. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965b. v. 3: p. 49-63.
- \_\_\_\_\_. *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1969. 200 p.
- \_\_\_\_\_. *O Porto de Vitória*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1974. 300 p.
- ARBOS, Philippe. Petrópolis, esquisse de géographie urbaine. *Révue de Géographie Alpine*, v. 26, n. 3. Publicado também em: Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 18-25, 1946; e Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, p. 133-146, 1946.
- \_\_\_\_\_. Geografia urbana. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34. p. 1288-1289, 1946.
- ÁREA metropolitana da Guanabara. Rio de Janeiro: Secretaria de Governo, 1968.
- ASARI, Alice Yatiyo, GOUVEIA, Silvia Lúcia. Do campo à periferia: características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 404-406.
- AUGUSTO, Mirna Lygia V. P. *Moradores e moradias na estrutura urbana de uma cidade média: Rio Claro*. São Paulo. Rio Claro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1983.
- AZEVEDO, Alba Regina O. de, BELTRÃO, Leila Maria V. O uso residencial do solo urbano em Presidente Prudente: exemplos de ocupação regularizada e não regularizada. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 130.
- AZEVEDO, Aroldo de. Goiânia, uma cidade "criada". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1. p. 3-19, jan./mar. 1941.
- \_\_\_\_\_. El reconcavo de la Bahia. *Revista Geográfica de América*. v. 18, n. 108, 1942. Publicado também em: Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [da] Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 38, 1944; e em: AZEVEDO, Aroldo de. Regiões e paisagens do Brasil. São Paulo: Nacional, 1952; e em Cahiers d'Outre Mer, Bordeaux, n. 15, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Estudo geográfico de uma cidade*. São Paulo: [s.n.], 1943a.

- AZEVEDO, Aroldo de. Subúrbios de São Paulo (primeiros estudos). *Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae*, São Paulo, 1943b.
- \_\_\_\_\_. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 59-69, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Subúrbios orientais de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1945a. Tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil, 184 p.
- \_\_\_\_\_. A Penha e suas "vilas" satélites. *Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae"*. São Paulo, 1945b.
- \_\_\_\_\_. A região de Juazeiro e Petrolina. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [da] Universidade de São Paulo, Geografia*. São Paulo, n. 2, 1946. Publicado também em: Anais do 10. Congresso Brasileiro de Geografia, 1944. Rio de Janeiro, 1952. v. 3, p. 290-317.
- \_\_\_\_\_. Barão de Cocais - estudo geográfico de um pequeno centro siderúrgico de Minas Gerais. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 37-76.
- \_\_\_\_\_. São Paulo, metrópole moderna. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, 1950.
- \_\_\_\_\_. São Luiz do Maranhão (Primeiros estudos). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 25-40, 1950/1951.
- \_\_\_\_\_. Teresina, capital do Piauí - fotografias e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 8, p. 59-67, 1951a.
- \_\_\_\_\_. Brazilian cities: a sketch of urban geography. *Révue Canadienne de Géographie*, v. 5, 1951b.
- \_\_\_\_\_. São Paulo, cidade tentacular. *Paulistânia*, São Paulo, v. 38, 1951c.
- \_\_\_\_\_. *Regiões e paisagens do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1952. 334 p.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá - estudo de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-66, 1952/1953.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, capital de Mato Grosso - fotografias e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 15, p. 69-79, 1953.
- \_\_\_\_\_. Saudação aos congressistas - I Congresso Brasileiro de Geógrafos. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 10-25, 1953/1954.
- \_\_\_\_\_. A geografia em São Paulo e sua evolução. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, p. 45-65, 1954. Publicado também em: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 12, n. 120, p. 272-328. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo, de 25/1/1954.
- \_\_\_\_\_. Vilas e cidades do Brasil colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-168, 1954/1955a.
- \_\_\_\_\_. Garanhuns: estudo de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 9-54, 1954/1955b.
- \_\_\_\_\_. Embrões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 25, p. 31-69, 1957a.
- \_\_\_\_\_. Arraiais e corrutelas. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 27, p. 3-26, 1957b.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958a. 4 v. (Estudos de geografia urbana).
- \_\_\_\_\_. São Paulo, cidade trilionária. In: *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958b. v. 1: p. 5-40.
- \_\_\_\_\_. Itaquera e Poá, subúrbios residenciais. In: *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958c. v. 4: p. 153-179.
- \_\_\_\_\_. Geografia das metrópoles brasileiras: os estudos existentes, seus caracteres e sua orientação. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 12, p. 131-148, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. Fisionomia da cidade do Salvador. In: SANTOS, Milton (Org.). *Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 5-54.

AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo: da vila quinhentista à metrópole atual. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 39, p. 12-46, 1961.

\_\_\_\_\_. (Coord.). A Baixada Santista - aspectos geográficos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1956a. 4 v.

\_\_\_\_\_. As cidades. In: AZEVEDO, Aroldo de. *O Brasil, a terra e o homem*. São Paulo: Nacional, 1956b. v. 2.

\_\_\_\_\_. MATOS, Dirceu Lino de. Viagem ao Maranhão. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [da] Universidade de São Paulo, Geografia*, São Paulo, n. 6, 1951.

AZEVEDO, Oswaldo Benjamim de. O comércio carioca: sua função regional e sua posição no âmbito nacional. A rede bancária. In: ASPECTOS da geografia carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962. p. 125-150.

BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 3-34, jan./mar. 1944a.

\_\_\_\_\_. Os fatos fundamentais da Geografia. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 399-403, 1944b.

\_\_\_\_\_. A planta atormentada da cidade. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 408-410, 1945a.

\_\_\_\_\_. Crescimento da cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 734-736, 1945b.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: densidade demográfica. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 946-948, 1945c.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: aspectos geológicos no tempo colonial. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 32, p. 1072-1074, 1945c.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: o cenário físico no tempo colonial. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, p. 1290-1292, 1946a.

\_\_\_\_\_. A geologia do Distrito Federal. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1383-1406, 1946b.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: primeiros delineamentos urbanos. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1415-1417, 1946c.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: primeiras explorações econômicas. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p. 1549-1551, 1946d.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: a população colonial da cidade. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 31-33, 1946e.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: a Lagoa Rodrigo de Freitas. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, p. 284-291, 1946f.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: a restinga de Marambaia. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, p. 442-445, 1946g.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: o litoral da Guanabara. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 972-981, 1946h.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: granito nos subúrbios. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 47, p. 1475-1477, 1947a.

\_\_\_\_\_. Geografia carioca: aspectos gerais da geologia do Distrito Federal. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, p. 41-46, 1947b.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 19. p. 53-62, 1978.

- BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha. A geografia urbana e a formação de arquitetos: um depoimento e convite à discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 470-473.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. 200 p.
- BALASSIANO, Helena Maria et al. Uma contribuição ao estudo dos migrantes nas regiões metropolitanas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 6., 1986, Rio de Janeiro. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 154.
- BARBOSA, Getúlio Vargas. Notas sobre o sítio e a posição de Belo Horizonte. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 17, p. 9-28, 1967.
- BARBOSA, Ignez C. B., PAVIANI, Aldo. Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica [del] Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, Mexico, D.F., v. 77, p. 85-94, 1972.
- BARBOSA, Jorge Luiz. As infra-estruturas do solo urbano e suas implicações no valor de uso e no valor de troca: o caso da Cidade Nova e da Avenida Chile (Rio de Janeiro). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 443-445.
- BARBOSA, Silvestre. *Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca, Alagoas*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Rio de Janeiro, 1982. 187 p.
- BARCELLOS, Marieta M. Ocupação humana e aproveitamento do município de Mangaratiba. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 63-102, jan./mar. 1959.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica espacial na área de Belém. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 73-76.
- BARREIRA, José. Crescimento urbano de Londrina: estruturação do setor terciário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 128.
- BARROS, Haidine da Silva. Fatores geo-econômicos do ressurgimento da cidade portuária de Angra dos Reis. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 14, p. 124-140, 1961.
- \_\_\_\_\_. População ativa e inativa. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 109-124.
- \_\_\_\_\_. MENEZES, Maria do Carmo R. Os velhos subúrbios e a periferia ocidental da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965, p. 61-68.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 372 p.
- BARROSO FILHO, Vantuil. Produção de território comunitário na Região Metropolitana do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 420-422.
- BAUMFELD, Carlos Minc. A cidade, a indústria e o cidadão: a síndrome do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 589-591.
- \_\_\_\_\_. Uma experiência de ampliação do espaço de intervenção do cidadão organizado - significado e limites do abastecimento direto, e atitude face ao aparelho de Estado. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 26-37, 1983/1984.
- BAUMGRATZ, Sonia Santos. O planejamento urbano de Belo Horizonte e seus problemas geomorfológicos. *Geografia*, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 117-131, 1988.



- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. As migrações para Salvador. *Boletim Baiano de Geografia*, v. 3, n. 7/8, p. 3-14, 1961.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Geography in Brazil in the 1980's: background and recent advances. *Progress in Human Geography*, v. 10, n. 2, p. 157-183, 1986.
- \_\_\_\_\_, MESQUITA, Myrian G. C. O Rio de Janeiro e as cidades serranas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965. p.17-28.
- BECKER, Bertha K. et al. Contribuição ao estudo de padrões de consumo alimentar urbano: o consumo de leite na Guanabara. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n.241, p. 73-109, 1974.
- BECKER, Olga Maria Schild. *Guaíba: comportamento de uma parcela da área metropolitana de Porto Alegre*. São Paulo, 1971. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1971. 96 p.
- \_\_\_\_\_, OLIVEIRA, Zuleika Lopes C. Proposição metodológica para análise dos diferenciais entre imigrantes e nativos nas áreas metropolitanas do Sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 3-43, abr./jun. 1975. Resumo publicado em: Anais do 2. Encontro Nacional de Geógrafos, Comunicações. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 173-189.
- BERGÓ, Maria Estela de Abreu. Estudo geográfico da cidade de Campinas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952. p. 641-694.
- BERNARDES, Júlia Adão. Nova Iguaçu: um espaço catástrofe. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 365-372.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e movimento reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. 229 p. Publicado com o mesmo título no Rio de Janeiro, por J. B. Bernardes em 1983.
- \_\_\_\_\_. et al. O processo de favelização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Notas sobre a cidade de Diamantina e seus habitantes. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 58-75, 1949/1950. Publicado também em: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 26-47, 1950/1951.
- \_\_\_\_\_. Nova Friburgo - uma cidade serrana fluminense. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 9-44, 1950/1951.
- \_\_\_\_\_. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 11, n. 1. p. 175-196, 1957/1958. Publicado também em: BERNARDES, Lysa Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 21-36.
- \_\_\_\_\_. Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2. p. 181-201, abr./jun. 1958.
- \_\_\_\_\_. Quadro sumário da nomenclatura das zonas urbanas. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 12: p. 217-218, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do Século XX. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1/2, p. 17-39, 1959. Transcrito em: Aspectos da Geografia Carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962. p. 45-64.
- \_\_\_\_\_. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1/2, p. 92/77, 1960a. Publicado também em: BERNARDES, Lysa Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 15-20.

- BERNARDES, Lysa Maria Cavalcanti. Elementos para o estudo geográfico das cidades: exemplos brasileiros. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v.18, n. 154, p. 41-48, 1960b.
- \_\_\_\_\_. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 495-525, jul./set. 1961a. Publicado também em: BERNARDES, Lysa Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 81-104.
- \_\_\_\_\_. As grandes vias de comunicação do setor ocidental da Baixa da Guanabara, nos primeiro século da colonização. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 57-63, 1961b. Publicado também em: BERNARDES, Lysa Maria Cavalcanti, SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 37-41.
- \_\_\_\_\_. A faixa suburbana da metrópole carioca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 65-68.
- \_\_\_\_\_. Geografia e poder nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 267-281, jul./set. 1966.
- \_\_\_\_\_. A faixa suburbana. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968a. p. 90-105.
- \_\_\_\_\_. Os deslocamentos diários da população. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968b. p. 155-170.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a posição geográfica de Belém. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 68-72.
- \_\_\_\_\_, DUARTE, Haidine S. B. Estrutura espacial e dinâmica interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos da PUC/RJ*, v. 21, 1974. p. 96-117. (Série História e Geografia, 1).
- \_\_\_\_\_, SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. 160 p.
- BERNARDES, Nilo. A cidade de Cruzeiro - notas de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45-60, 1951/1952. Publicado também em: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/2, p. 12-33, 1952.
- \_\_\_\_\_. Geografia e Planejamento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 26, n. 200, p. 65-68, 1967.
- \_\_\_\_\_. Geografia e Desenvolvimento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 28, n. 211, p. 107-112, 1969.
- \_\_\_\_\_. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982.
- BERRIOS GODOY, Manuel Rolando. *O lixo domiciliar: a produção de resíduos sólidos residenciais em cidade de porte médio e a organização do espaço - o caso de Rio Claro*. Rio Claro, 1986. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1986. 175 p. Resumo publicado com o título: O lixo domiciliar e seu destino na cidade de Rio Claro - SP, em *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 211-217, 1986/1987.
- \_\_\_\_\_. Planificação e planejamento ambiental no Brasil. *Terra Livre*, v. 3, p. 55-63, 1988.
- BERTONE, Leonor Ferreira. *Organização do espaço: formas de implantação do terciário na periferia sul do Distrito Federal*. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 1983.
- \_\_\_\_\_. O Estado e a urbanização do Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987. p. 51-71.
- BEZERRA, Vera Maria A. C., CRUZ, Jana Maria. Imigração e favelas: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 357-367, abr./jun. 1982. Resumo publicado em: Anais do 5. Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. v. 1: p. 399-400.
- \_\_\_\_\_ et al. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 51-92, jan./mar. 1983.

- BIAJOTI, Ruth Lavras. *Uma vila paulistana - Vila Palmeira*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 89 p.
- BICALHO, Ana Maria de S. Melo. Transformações na periferia urbana do Rio de Janeiro: crescimento e diversificação da pecuária leiteira. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 23. p. 35-64, 1971.
- \_\_\_\_\_ et al. Análise geográfica do consumo de leite "in natura" na Guanabara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 133-137.
- BIERMANN, Charles. Situation et site de Lausanne. *Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie*, v. 25. p. 122-149, 1916.
- BITOUN, Jan. Para uma geografia do centro do Recife. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos nordestinos sobre crescimento urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 127-139.
- \_\_\_\_\_, DROULERS, Martine M. Geopolítica da cidade - primeiros apontamentos teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 13-20.
- BITTENCOURT, A. Manaus: sua origem e desenvolvimento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 76, p. 285-395, 1949.
- BLANCHARD, Raoul. *Grenoble, étude de géographie urbaine*. Paris: Colin, 1911. 162 p.
- \_\_\_\_\_. Deux grandes villes françaises, Lille et Nancy. *La Géographie*, v. 30, p. 103-122, 1914/1915.
- BLANCHARD, Raoul. Annecy, esquisse de géographie urbaine. *Recueil des Travaux de l'Institut de Géographie Alpine*, v. 4, p. 369-463, 1916.
- \_\_\_\_\_. Bordeaux. *Revue de Géographie Commerciale*, v. 43, p. 323-337, 1917.
- \_\_\_\_\_. Trois grandes villes du sud-est. *Recueil des Travaux de l'Institut de Géographie Alpine*, v. 6, p. 153-210, 1918.
- \_\_\_\_\_. Une méthode de géographie urbaine. *La Vie Urbaine*. v. 4, p. 301-319, 1922. Transcrito em: *Revue de Géographie Alpine*, v. 16, p. 193-214, 1928.
- BLEY, Lineu. *Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba*. Rio Claro, 1982. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1983.
- \_\_\_\_\_, OLIVEIRA, Livia de. Percepção do centro de Curitiba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 75-103.
- BOCHICCHIO, Vincenzo R. Observações sobre experiência de aplicação de fointerpretação à pesquisa de informações urbanas a nível cadastral e de planejamento. Caso da cidade de Salvador, Bahia. *Revista do Departamento de Geografia [da] Universidade de São Paulo*, v. 1, p. 65-89, 1982.
- BORGES, José Carlos et al. População do solo e os aspectos geo-espaciais do lixo urbano - o caso de Natal, RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 493-496.
- \_\_\_\_\_. A qualidade da água consumida pela população de Natal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 439-440.
- BORGES, José Carlos, MOURA, Eider T. Aspectos geo-espaciais da poluição sonora em Natal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.
- BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 179 p.
- BOTELHO, Maria Emília T. C., CARDOSO, Maria Francisca T. C. Madureira - tentativa de determinação da área de influência de um subcentro da metrópole carioca. *Anais da Associação dos Geógrafos*

- Brasileiros*, São Paulo, v. 14, p. 187-209, 1960/1962. Publicado também em: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 31-47, 1965/1966.
- BOYNARD, Aluizio Peixoto, SOARES, Maria Thereza Ribeiro. Santa Teresa, um bairro residencial no centro do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1/2, p. 77-88, 1958.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. 124 p.
- BRITO, Maristella Azevedo. Estudo de uma área de segregação no Rio de Janeiro: a Cruzada São Sebastião. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975. p. 7-38.
- BRUNHES, Jean. *La Géographie Humaine*. 2. ed. Paris: Alcan, 1912. 802 p.
- \_\_\_\_\_, VALLAUX, Camille. *La Géographie de l'Histoire: Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*. Paris: [s.n.], 1921.
- BURGESS, Ernest W. The growth of the city, an introduction to a research project. In: PARK, R. E., BURGESS, E. W., MCKENZIE, R. D. (Orgs.). *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
- BUSCHEL, Elisabete C. C., BARROS, Irene R. M. Avaliação das condições físicas de uma área determinada para implantação de zonas de uso predominantemente industrial - ZUPI. *Revista do Departamento de Geografia [da] Universidade de São Paulo*, v. 2, p. 55-64, 1983.
- CALLEGARI, Regina Yara V. M. Considerações sobre a estrutura urbana de Caxias do Sul e o preço da terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 279-299.
- \_\_\_\_\_. Constituição da periferia em Caxias do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 12, 1984.
- CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*. Recife, 1983. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1983. 157 p.
- CAMPOS, Maria da Glória de Carvalho. Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na Baixa da Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 123-151, abr./jun. 1955.
- CANABRAVA, A. P. As chácaras paulistanas (Primeiros estudos). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 97-104, 1943/1950.
- CARDIERI, Francisca Luiza G. *O município de Jandira no conjunto metropolitano de São Paulo*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1980. 160 p.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. *O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú*. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. 182 p. Parte deste trabalho foi publicado com o título: O capital imobiliário e a produção de espaços diferenciados no Rio de Janeiro: o Grajaú, na *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 89-102, jan./mar. 1989.
- CARDOSO, Maria Francisca T. C. Aspecto geográficos da cidade de Cataguases. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 423-448, out./dez. 1955.
- \_\_\_\_\_. Campina Grande e sua função como capital regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 415/541, out./dez. 1963.
- \_\_\_\_\_. Caruarú: a cidade e sua área de influência. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4. p. 587-614, out./dez. 1965.
- \_\_\_\_\_. A expansão do espaço urbano e crescimento do aglomerado do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 202, p. 3-10, 1968a.
- \_\_\_\_\_. O crescimento do aglomerado. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968b. p. 15-26.
- \_\_\_\_\_, HEREDA, Maria da Glória C. As comunicações e os transportes. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 145-158.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Reflexões sobre o espaço geográfico*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 118 p.
- \_\_\_\_\_. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia [da] Universidade de São Paulo*, v. 1, p. 105-111, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A (re)produção do espaço: o caso de Cotia*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 438 p.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Indústria*. São Paulo: Contexto: Universidade de São Paulo, 1988. 70 p.
- CARTAXO, Maria Auxiliadora. *Campina Grande: a problemática do comércio de leite e a formação de sua bacia leiteira*. Recife, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 1981.
- CARVALHO, Anna Dias S. O crescimento recente da cidade do Salvador. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 77-101. Reproduzido em: SANTOS, Milton (Org.). *Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 79-89.
- \_\_\_\_\_. Feira de Santana e o comércio de gado. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 28, p. 14-36, 1958.
- \_\_\_\_\_. Salvador e a organização do seu espaço imediato. *Boletim Baiano de Geografia*, v. 2, n. 5/6, 1961.
- \_\_\_\_\_. São Luiz do Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros: IBGE, 1974. p. 39-78.
- \_\_\_\_\_, SANTOS, Milton. *A geografia aplicada*. Salvador: Universidade da Bahia, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1960. 34 p. Transcrito em: *Boletim Geográfico*, v. 24, n. 185, p. 249-258, 1965.
- CARVALHO, Delgado de. *Le Brésil meridional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910. 529 p.
- \_\_\_\_\_. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- \_\_\_\_\_. *Methodologia do ensino geográfico* (Introdução aos estudos de Geographia moderna). Petrópolis: Typ. das vozes de Petrópolis, 1925. 224 p.
- \_\_\_\_\_. A cidade de São Paulo. In: ASPECTOS geográficos da terra bandeirante. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. p. 289-295.
- \_\_\_\_\_. *Cidade e arredores do Rio de Janeiro: a jóia do Brasil*. Rio de Janeiro: Komos, [19 \_\_]. 160 p.
- CARVALHO, Eloísa de. Areia: aspectos de sua geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 99-109, 1951/1952.
- \_\_\_\_\_. Notas para estudo de Geografia Urbana. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 136, p. 71-82, 1957.
- CARVALHO, Leila Christina Dias. *Uma interpretação geográfica do acesso a recursos sociais: a saúde em Copacabana*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. 155 p. Resumo publicado da dissertação em: Anais do 4. Encontro Nacional de Geógrafos. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 563-564.
- \_\_\_\_\_. Access to social resources: health in a district of Rio de Janeiro. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. Conferência Regional Latino-Americana, 1. *Brazilian Geographical Studies*. [S.l.: s.n.], 1982. p. 199-203.
- \_\_\_\_\_. Sobre a política urbana no Estado: para além da Região Metropolitana. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 49-53, 1983/1984.
- CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. A cidade e o porto de Santos. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Santos e a geografia humana do litoral paulista*. São Paulo, 1944. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1944a.

- CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. O Porto de Santos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940. Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944b. p. 709-720.
- \_\_\_\_\_. As cidades brasileiras. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 63. p. 266-269, 1948.
- CARVALHO, Maria Eliza Cazzonato. *As áreas verdes de Piracicaba*. Rio Claro, 1982. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972. Publicado em português como: A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p.
- \_\_\_\_\_. *La question urbaine* (Postface). Paris: F. Maspero, 1975. Versão em português na coletânea: Seleção de textos 3. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo, 1977. p. 1-38.
- \_\_\_\_\_. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1983. 450 p.
- CASTILHO, Cláudio J. M. Pequena indústria e produção do espaço em Toritama - PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 275-280.
- CASTRO, Iná Elias de. Análise funcional do subcentro de Madureira. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, PUR, 1975. p. 38-63.
- \_\_\_\_\_. Remoção e fixação de população favelada: um estudo de caso no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 401-402.
- \_\_\_\_\_, SOARES, Willian G. Um estudo de avaliação da centralidade de dois subcentros da cidade do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 88-92.
- \_\_\_\_\_ et al. A centralização de um setor periférico do Grande Rio: o caso de Maricá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 106-111.
- \_\_\_\_\_, MACEDO, Maria Luiza Ramos. Moradia e mercado de trabalho - a inversão da distância e acessibilidade. Um estudo de caso no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 464-465.
- CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 85 p. Tese de concurso à cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Publicada também com o título: A cidade do Recife: ensaio de Geografia Humana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954. 106 p. Transcrito em: CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 153-128.
- \_\_\_\_\_. Estudo geográfico dos estabelecimentos humanos. In: CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 93-105.
- CASTRO, Therezinha de. Notas sobre a cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 184, p. 60-64, 1965a.
- \_\_\_\_\_. Evolução política e crescimento da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 569-586, out./dez. 1965b.
- \_\_\_\_\_. Aracaju: evolução e crescimento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 200, p. 48-65, 1967.

- CATALDO, Delnida Martinez. A cidade satélite de Taguatinga: alguns aspectos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros. p. 101-105.
- CAVALCANTE, Tércia Correia. *Barueri e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1978. 109 p.
- CAVALCANTI, Jerônimo. A geografia e sua influência sobre o urbanismo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 521-541, out./dez. 1940.
- \_\_\_\_\_. Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 20-53, jan./mar. 1941a.
- \_\_\_\_\_. A geografia urbana e sua influência sobre o tráfego. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 495-532, jul./set. 1941b.
- \_\_\_\_\_. A geografia urbana e sua influência sobre o urbanismo superficial e subterrâneo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 63-96, jan./mar. 1942.
- CHABOT, Georges. *Les Villes: aperçu de géographie humaine*. Paris: Colin, 1948.
- CHAVES, Eunice Almeida Pinto. O município e a cidade de Botucatu. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952. p. 584-622.
- COELHO, Êneo Jose L., OLIVEIRA, Márcio de. A formação dos subúrbios da Leopoldina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 466-467.
- COELHO, Maria do Socorro Alves. *A segunda habitação: reflexões sobre a expansão da metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. 118 p.
- CONCEIÇÃO, Jorge de Souza. Desenvolvimento urbano desigual: Salvador a partir de 1940. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 241-252.
- CONSIDERAÇÕES a propósito de um artigo de Bernard Kayser. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 51, p. 31-45, 1976.
- COPSTEIN, Gisela. *Tapes: cidade arrozeira na planície lagunar gaúcha*. São Paulo, 1971. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1971. 54 p.
- \_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da estrutura urbana de Porto Alegre. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 6, p. 1-20, 1977. (Série Geografia).
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre em busca de um modelo de estrutura urbana (nota prévia). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 301-304.
- \_\_\_\_\_. Estrutura urbana de Alegrete. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 8, 1980. (Série Geografia).
- \_\_\_\_\_. O centro de comércio e serviços de Porto Alegre. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 11, p. 10-11, 1983.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre - do final do século XIX ou do início do século XX. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 14, p. 22-27, 1986.
- \_\_\_\_\_. Estudo geográfico de uma cidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 15, 1987a.
- \_\_\_\_\_. Técnicas de pesquisa em Geografia Urbana: o exemplo de Dois Irmãos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 15, 1987b.
- COPSTEIN, Raphael. A distribuição de rendas em Rio Grande - 1876. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 1, p. 1-20, 1974. (Série Geografia).

- COPSTEIN, Raphael. Rio Grande: justificativa de uma situação geográfica (Contribuição à Geografia Histórica). *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 7, 1979. (Série Geografia).
- CORDEIRO, Helena Kohn. *Contribuição metodológica para o estudo do centro metropolitano de São Paulo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 305-308.
- \_\_\_\_\_. *O centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. Publicada com o mesmo título em São Paulo, pelo Instituto de Geografia da USP, em 1980. 2 v.
- \_\_\_\_\_. Tendências de expansão do centro metropolitano de São Paulo: In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS., 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 423-426.
- \_\_\_\_\_. *O processo de mudança no centro metropolitano de São Paulo e as atuais tendências de sua expansão*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alégre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 369-376.
- \_\_\_\_\_. *Sub-setorização da área de transição do centro metropolitano de São Paulo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 245-254.
- CORREA, Aureanice de Mello. Transformações do uso do solo urbano: rua Moreira César, bairro de Icarai, na cidade de Niterói. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 446-448.
- CORREA, Elza Maria Staciari e. *A expansão de Goiânia: uma abordagem cartográfica, 1933-1980*. Rio Claro, SP, 1981. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1981.
- CORREA, Luiz Ademar Carneiro. Associações de moradores no município de Porto Alegre (RS) - Estudo preliminar do associativismo comunitário. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 14, p. 43-50, 1986.
- CORREA, Roberto Lobato Azevedo. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93-116. Publicado também no: Simpósio de Geografia Urbana, 1966, Buenos Aires. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968. p. 173-206.
- \_\_\_\_\_. Localização inicial do imigrante na cidade: o caso do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Resumo de comunicações e guias de excursões*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 112-120.
- \_\_\_\_\_. A geografia urbana no Brasil - uma avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Sessões dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978a. p. 9-12.
- \_\_\_\_\_. Os processos espaciais e a cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978b. p. 281-285. Reproduzido, em versão ampliada em: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 100-110, 1979.
- \_\_\_\_\_. Classes sociais, habitação e o Grande Rio: apresentação do tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980a. p. 97-102.
- \_\_\_\_\_. Geografia brasileira: crise e renovação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980b. p. 329-336. Transcrito em: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 115-121.
- \_\_\_\_\_. Espaços e movimentos sociais urbanos: uma introdução. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 255-257.
- \_\_\_\_\_. Da "Nova Geografia" à "Geografia Nova". *Revista de Cultura Vozes*, v. 74, n. 4, p. 5-12, 1982b. (Número especial sobre Geografia e Sociedade).



- CORREA, Roberto Lobato. A produção e a organização do espaço urbano. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 111-123, 1983/1984.
- \_\_\_\_\_. A periferia urbana. *Geosul*, v. 1, n. 2, p. 70-78, 1986.
- \_\_\_\_\_. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, v. 3, p. 113/137, jul./set. 1989a.
- \_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989b. 94 p.
- \_\_\_\_\_. et al. A cidade de São Luís. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 34, n. 250, p. 61-111, 1976.
- CORREIA FILHO, Virgílio. Caxambu. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 319-348, jul./set. 1940.
- \_\_\_\_\_. Cidades serranas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 3-56, jan./mar. 1947a.
- \_\_\_\_\_. Lambari. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 521-533, out./dez. 1947b.
- COSTA, Célia Diogo A. *Contribuição ao estudo da mobilidade em Miguel Pereira: o caso dos trabalhadores de múltiplas ocupações*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. 136 p.
- COSTA, Eda Maranhão P. da. *Expansão urbana e organização espacial: uma área litorânea na Região Metropolitana do Recife*. Recife, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1981. Publicada com o título: *Expansão urbana e organização espacial*. Recife: Ed. Universitária, 1982. 248 p. Parte deste trabalho está também em: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos nordestinos sobre crescimento urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 301-311.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica populacional na Região Metropolitana do Recife. *Geografia*, Rio Claro, 1986, v. 11, n. 21, p. 111-119, 1986.
- \_\_\_\_\_. Migração intra-metropolitana: do centro para a periferia? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 121-128.
- COSTA, Emília Viotti da. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 4: p. 109-152.
- COSTA, Fernando Luiz B. M. Sobradinho - área de transição urbano-rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 153-176.
- COSTA, Inês Moraes, BRITO, Maristella A. Bairros tradicionais e expansão pelos vales e encostas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965. p. 69-74.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988. 295 p. Um resumo de parte deste trabalho está em: *Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 117.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. Delimitação da área central de uma cidade de porte médio: exemplo - a cidade de Santa Maria (RS). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 348-350.
- \_\_\_\_\_. Ex-avelados: o papel de um novo espaço. O caso da Vila do João/Projeto Rio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 201-213.
- COSTA, Yara Maria M. da. Tabira - notícia geográfica de uma cidade sertaneja. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 84-85.
- \_\_\_\_\_. Adamantina - núcleo urbano recente do oeste paulista. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 18, p. 173-178, 1973.

- COSTA, Yara Maria M. da. Turismo em grandes metrópoles: o caso de São Paulo. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 238-240, 1986/1987.
- COUTINHO, Maria Cristina. O planejamento urbano no contexto da abertura política: caso particular da cidade do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 399-403.
- \_\_\_\_\_. *As transformações do/no projeto Recife: redirecionamento no espaço. Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989. 191 p.
- CRUZ, E. Cameté: aspectos de sua formação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952. p. 535-583.
- CUNHA, Gersonete Sotero da. *Natal: o processo de expansão territorial urbana*. Rio Claro, SP, 1987. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1987.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Na busca das favelas o encontro do "peão" que permanece*. As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1984. 218 p.
- DANELLI, Gerson. *Aspectos da mobilidade espacial da população na região metropolitana da Grande São Paulo: um estudo de circulação numa paisagem urbana*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 231 p.
- DANTAS, Maria da Conceição et al. O crescimento urbano e o bem estar social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 195-201.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel. O centro industrial de Jundiaí em 1962. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 45-48.
- \_\_\_\_\_. Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 329-374, out./dez. 1966.
- \_\_\_\_\_. LIMA, Olga Maria Buarque de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan./mar. 1975.
- \_\_\_\_\_. Análise de aglomerações urbanas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 131-143.
- DEFFONTAINES, Pierre. Sorocaba, la ville des foires à mulôts du Brésil. *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, v. 91, p. 212-225, 1935.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, une grande victoire urbaine. *Revue d'Économie Politique*, Paris, p. 92-109, 1937.
- \_\_\_\_\_. The origin and growth of the Brazilian network of towns. *Geographical Review*, New York, v. 28, n. 3. p. 379-399, 1938. Publicado também em: *Bulletin de la Société de Géographie de Lille*, v. 82, n. 9, 1938. Transcrito em: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 2, n. 14, p. 141-148 e v. 2, n. 15, p. 299-308, ambos de 1944.
- \_\_\_\_\_. Geografia humana do Brasil: III. As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 34-46, abr./maio 1939. Transcrito em: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 47, p. 1453-1463, 1947.
- \_\_\_\_\_.<sup>4</sup> Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3/4, p. 30-33, 1959. Publicado também no: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 24, n. 184, p. 58-59, 1965.
- DIAS, Catharina Vergolino. Marabá: centro comercial da castanha. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 383-427, out./dez. 1958.

- DIAS, Leila Christina Duarte. A crise e a questão da saúde: a expansão da doença nos espaços metropolitanos. In: BERNARDES, Júlia Adão (Org.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. p. 74-82.
- DIAS, Otacílio. A cidade de Palmital e o município. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 588-603.
- DIAS, W. Florianópolis: ensaio de geografia urbana. *Boletim Geográfico do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia [de] Santa Catarina*. [Florianópolis], v. 1, n. 1, p. 64-75, jan. 1947; v. 1, n. 2, p. 1-73, jul. 1947; v. 2, n. 3, p. 41-63, jan. 1948.
- DICKINSON, R. E. *City, region and regionalism*. London: Kegan Paul, 1947.
- DIGIÁCOMO, Milton. *Ecologia fatorial da aglomeração de Florianópolis*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. 139 p.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. Aracaju, síntese de geografia urbana. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 65-123, 1962.
- \_\_\_\_\_ et al. Brasília e-sua periferia: problemas de relacionamento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 242, p. 40-47, 1974.
- DOLABELA, E. Abastecimento de Belo Horizonte em 1950. *Boletim Mineiro de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 289-295, 1956.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. Tentativa de delimitação da área central do Rio de Janeiro e problemas encontrados na escolha de um método. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos e teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965a. p. 69-71.
- \_\_\_\_\_. Estrutura da área central do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965b. p. 72-73.
- \_\_\_\_\_. A área central da cidade do Rio de Janeiro. In: DUARTE, Aluizio Capdeville (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967a. p. 11-42.
- \_\_\_\_\_. A função de direção. In: DUARTE, Aluizio Capdeville (Coord.) *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967b. p. 123-124.
- \_\_\_\_\_. O centro de atividade da metrópole. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 57-73.
- \_\_\_\_\_. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 220, p. 3-130, 1971.
- DUARTE, Haidine da Silva Barros. A Cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 53-98, jan./mar. 1974. Resumo publicado em: Anais do 3. Congresso Brasileiro de Geógrafos. Comunicações. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 84-87.
- \_\_\_\_\_, SOARES, Willian Gonçalves. Análise de critérios de população na identificação de zonas internas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 79-102, 1977/1978.
- EGLER, Claudio Antonio B. Considerações sobre o processo de metropolização. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 109-111.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Sessões dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. 104 p.
- ERTHAL, Rui. *Organização espacial das atividades terciárias em Niterói*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. 141 p.
- \_\_\_\_\_. O comércio informal em Niterói. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 180-186.

- ESTUDO ecológico da cidade. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5. p. 49-50, 1943.
- EVANGELISTA, Hélio de A. Reflexões sobre o espaço: caso da Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro (RJ). In: BECKER, Bertha K. (Org.). *Ordenação do Território: uma questão política?* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1984. Um resumo publicado em: Anais do 4. Congresso Nacional de Geógrafos. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 478-482.
- \_\_\_\_\_. Efeitos urbanos de movimentos reivindicatórios. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 34.
- \_\_\_\_\_. *Uma abordagem geográfica à reivindicação por equipamento sanitário*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. 143 p.
- FAISSOL, Speridião. A geografia na década de 80: os velhos dilemas e as novas soluções. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 7-37, jul./ago. 1987.
- FANTIN, Maria Eneida, DISPERATI, Joensen Terezinha L. Geografia eleitoral: bairro Jardim Social e Vila São Domingos. *Geografia*, Rio Claro, v. 13, n. 25. p. 69-92.
- FÈBVRE, Lucien. *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre, 1922. 471p.
- FELIPE, José Lacerda A. *Organização do espaço urbano de Mossoró*. Recife, 1982. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1982. 110p. Publicada com o mesmo título pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PRAEU, 1985. 110 p.
- FERNANDES, Nelson Nóbrega. Sentido espacial da renda da terra e espaço urbano. In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 151-158.
- FERREIRA, Agnes, PEREIRA, Cláudia V. Cartografia geotécnica aplicada ao planejamento na Grande São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 149.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 43-56.
- \_\_\_\_\_. Do rural ao urbano na periferia do Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e Metropolização*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.p. 145-162. Resumo publicado em: Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 121.
- FERREIRA, Maria do Rosário. *Industrialização dirigida e seus impactos em contexto regional arcaico e dependente: a experiência de Campo Grande - PB*. Rio Claro, São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, 1985.
- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Loteamentos irregulares de Londrina: In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 125.
- \_\_\_\_\_, HAYASHI, Carlos Alberto F. Formas de apropriação do espaço urbano de Londrina e as migrações intra-urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 129.
- FLORENÇANO, Paulo C., AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo, metrópole moderna - fotografias e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 5, p. 53-69, 1950.
- FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. México: G. Gili, [19\_\_]. 244 p.
- FONSECA, Vânia. *Manaus: pólo de desenvolvimento regional?* Rio Claro, [1982]. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, [1982]. 111p. Resumo publicado em: *Geografia*, Rio Claro, v. 7, n. 13/14, p. 75-89, 1982.

- FONTES, Izabel Cristina A. Estudo do papel de uma grande indústria na organização do espaço urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 116.
- FORESTI, Celina. Enfoque metodológico para o estudo da expansão e estruturação do espaço urbano na Área Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 325-334.
- FRANÇA, Ary. O quadro climático-botânico. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. p. 69-111.
- FRANÇA, Maria Cecília. *Pirapora do Bom Jesus: estudo geográfico de um centro de peregrinações no estado de São Paulo*. São Paulo: Colégio Estadual de São Paulo, 1961. 50 p. Tese de concurso à cadeira de Geografia Geral e do Brasil. Publicada também com o título: Pirapora do Bom Jesus, centro religioso do Alto Tietê, no Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 41, p.23-82, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Pequenos centros paulistas de função religiosa*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1972. 236 p. Publicada com o mesmo título pelo: Instituto de Geografia da USP, em 1975. 2 v.
- FRANCESCONI, Léa. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 113 p.
- FREDRICH, Olga Maria B. de Lima. Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Sessões dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 23-29.
- FREEMAN, T. W. *Geography and planning*. London: Hutchinson University Library, 1958.
- FREIRE, Gilberto. Geografia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr./jun. 1941.
- FREIRE, Lucy Abreu R. et al. Heterogeneidade de origem e instabilidade residencial dos moradores de conjuntos: conclusões preliminares sobre a Cidade de Deus. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 394-395.
- FRIZZO, Leoni Massochini. *A indústria de material de transporte em Caxias do Sul - RS*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. 196 p.
- FUJIMOTO, Edson Koz et al. Casarões, porões e meia-águas: o cortiço na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 38.
- FURLANETTO, Diva Almeida et al. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 27-56, abr./jun. 1987. Resumo publicado em: Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas. Campo Grande: Associação dos Geógrafos do Brasileiros, 1986. p. 150.
- GAETA, Antonio Carlos. *Acumulação e transformação do espaço urbano: o processo geral de formação dos shopping centers de São Paulo*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988. 234 p.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Fatores de localização industrial no Rio antigo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965a. p. 49.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Foteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965b. p. 5-16.
- \_\_\_\_\_. A zona industrial antiga do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Foteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965c. p. 35-43.

- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Os novos eixos de circulação e a transformação da fisionomia urbana do Rio de Janeiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965d. p. 75-80.
- GALVÃO, Marília Velloso et al. Áreas de pesquisa para a determinação de áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.
- GALVÃO, Roberto. Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 239-299, jul./set. 1955.
- GARCEZ, Luiz Armando. A Região Metropolitana de Curitiba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 99-101.
- GARCIA, Gilberto G. et al. A expansão urbana de Rio Claro - SP: uma aproximação quantitativa. *Geografia*, Rio Claro, v. 8, n. 15/16, p. 175-180, 1983.
- GARMS, Armando. *Paraguacú Paulista: contribuição para o estudo de um centro local do extremo sudoeste paulista*. São Paulo, 1977. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1977. 248 p.
- GARRIDO FILHA, Irene. Geografia do emprego em Manaus. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 153-178, out./dez. 1969.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Otoni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 403-452, out./dez. 1951.
- \_\_\_\_\_. Loteamento na Baixa da Guanabara. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 95-101, 1952.
- \_\_\_\_\_. Urbanização e industrialização na orla oriental na Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 495-522, out./dez. 1956.
- \_\_\_\_\_. Relação entre a população e a produção industrial das cidades brasileiras. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 12, p. 171-186, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 3-46, jul./set. 1960.
- \_\_\_\_\_. A metrópole do Rio de Janeiro e suas funções atuais. In: ASPECTOS da Geografia Carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962a. p. 65-79.
- \_\_\_\_\_. Esboço da estrutura urbana da área metropolitana do Rio de Janeiro. In: ASPECTOS da Geografia Carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962b. p. 81-104.
- \_\_\_\_\_. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. 462 p. Este trabalho foi resumido pelo autor e por Fany Davidovich e publicado com o título: Aspectos do fato urbano no Brasil, na Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 263-362, abr./jun. 1961.
- \_\_\_\_\_. Geografia e planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 111-118, jan./mar. 1967.
- \_\_\_\_\_. A importância do comércio e dos serviços. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968a. p. 143-154.
- \_\_\_\_\_. A Divisão de Geografia do Estado da Guanabara (Brasil) e a pesquisa sobre mobilidade da população. In: INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, Comissão de Geografia. Simpósio de Geografia Urbana, 1966, Buenos Aires. Rio de Janeiro: o Instituto, 1968b. p. 114-129.
- \_\_\_\_\_. Cidades do Nordeste: aplicação de "factor analysis" no estudo de cidades nordestinas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 131-171, out./dez. 1970.

- GEIGER, Pedro Pinchas. Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 87-104, jan./mar. 1973.
- \_\_\_\_\_. Evolução do pensamento geográfico brasileiro: perspectivas - ou, a geografia brasileira, da industrialização por substituição de importações à oitava economia do capitalismo: 1930-1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 337-355.
- \_\_\_\_\_. Industrialização e urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p. 59-84, 1988. Número especial.
- \_\_\_\_\_. MESQUITA, Myriam G. C. O loteamento. In: GEIGER, Pedro Pinchas. *Estudos rurais na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1956. p. 179-187.
- GEISLER, Walter. Beiträge zur Stadtgeographie. *Zeitschrift Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, 1920. p. 274-296.
- GEORGE, Pierre. Existe uma geografia aplicada? *Boletim Geográfico [do] IBGE*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 174, p. 290-296, 1963.
- \_\_\_\_\_. et al. *La Géographie active*. Paris: Press Universitaires de France, 1965. Versão em português: A geografia ativa. São Paulo: DIFEL, 1968.
- GIRARDIN, Paul. Fribourg et son site géographique: étude de géographie urbaine. *Bulletin dela Société Neuchâteloise de Géographie*, v. 20, p. 117-128, 1909/1910.
- GÓES, Maria Hilde de Barros. Impacto ambiental da urbanização sobre áreas de riscos na Baixa de Sepetiba (RJ). *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 18, n. 35/36, p. 39-73, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas: estudo sobre associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982. 171 p.
- GOLDENSTEIN, Léa. Cubatão e sua área industrial. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965a. v. 4: p. 11-65.
- \_\_\_\_\_. Cubatão e o impacto da industrialização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965b. p. 74-76.
- \_\_\_\_\_. *Estudo de um centro industrial satélite: Cubatão*. São Paulo, 1970. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1970. 328 p.
- \_\_\_\_\_. ROSSINI, Rosa Ester. O bairro industrial do Jaguaré, SP. *Boletim Paulista de Geografia, São Paulo*, v. 47, p. 30-72, 1972.
- \_\_\_\_\_. CARVALHAES, Stela G. Avaliação política da descentralização industrial: a experiência do complexo industrial da Baixada Santista. *Espaço & Debates*, v. 13, p. 47-58, 1984.
- GOMES, Edvânia Tôrres A. Estudos para um sistema de controle do uso do solo urbano metropolitano (caso, RMR). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 118-120.
- GOTTMAN, Jean et al. *L'aménagement de l'espace, planification régionale et géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- GRANDE, J. C. Pedro. Cidades que se unem. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 110, p. 565-566, 1952a.
- \_\_\_\_\_. João Pessoa versus Campina Grande. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 732-734, 1952b.
- \_\_\_\_\_. Fadário de capitais brasileiras. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 114, p. 278-280, 1953a.
- \_\_\_\_\_. Cidades que jamais foram vilas. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 116, p. 477-478, 1953b.
- GUERRA, Antonio Teixeira. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do Núcleo Colonial Seringal Empresa. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 13, n. 4, p. 547-576, 1951.

- GUIDUGLI, Odeibler Santo. *A geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso de Marília, SP*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 543 p. Parte desta tese foi publicada com o título: A migração em escala espacial micro: a migração intra-urbana, em *Geografia*, Rio Claro, v. 7, n. 13/14, p. 154-157, 1982.
- \_\_\_\_\_. Migração intra-urbana: alguns problemas para a implementação de projetos de investigação. *Geografia*, v. 12, n. 24, p. 155-158, 1987. Também publicado em: Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano. Comunicações. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, [1987]. p. 129-137.
- GUIMARÃES, Alisson Pereira. A cidade industrial. *Boletim Mineiro de Geografia*, v. 1, p. 38-54, 1957.
- GUIMARÃES, Edna Maia M. *Impacto da urbanização sobre a atividade pesqueira no município de Maricá, RJ*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 141 p.
- GUIMARÃES, Maria Rita da Silva. A função financeira. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 97-101.
- GUIMARÃES, Olmária. *As feiras livres da cidade de São Paulo*. São Paulo, 1968. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1968. Publicada com o mesmo título pelo Instituto de Geografia da USP.
- HACK, Paulo Norberto et al. Duque de Caxias, uma área dinâmica da faixa suburbana periférica do Grande Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 77-79.
- HARVEY, David. Revolutionary and counter-revolutionary theory in Geography and the problem of ghetto formation. In: HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973. p. 120-152. Versão em português em: HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 103-130.
- \_\_\_\_\_. The urban process under capitalism: a framework for analysis. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 2, n. 1. p. 101-131, 1978.
- \_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, v. 6, p. 6-35, 1982.
- \_\_\_\_\_. Money, time, space and the city. In: HARVEY, David. *Consciousness and the Urban Experience*. Oxford: Blackwell, 1985. p. 1-35.
- HASSERT, K. *Die Staedte geographisch betrachtet*. Leipzig: [s.n.], 1907.
- HAUSHOFER, A. Ouro Preto und Belo Horizonte: eine stadteographische Studie. *Mitt. der Geog. Gesell. in München*, v. 18, p. 293-311, 1925.
- HAUSMAN, A. Aspectos da geografia urbana de Porto Alegre. *Boletim Geográfico da Dir. Reg. Geogr.*, Porto Alegre, v. 7, n. 12, 1962/1963.
- HAYASHI, Carlos Alberto F., KRELING, Wagner Luiz. Mudanças na estrutura urbana de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 124.
- HETTNER, Alfred. Die wirtschaftlichen Typen der Ansiedlungen. *Geographische Zeitschrift*, v. 8, 1902.
- HIJJAR, Elizabeth Aiub. *Conjuntos habitacionais e deslocamentos para trabalho e compras*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. 145p. Publicado em: *Anais do 4. Encontro Nacional de Geógrafos*, 1979. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1979. p. 103-117.
- \_\_\_\_\_. Instituições bancárias e cadernetas de poupança: evolução no espaço do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 454-456.
- HINO, Maria Y., MANGANARO, Iclair C. D. Processo industrial de Londrina: fatores e características de sua transformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 365-366.



- IBGE. Serviço de Estudos Intra-urbanos. Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 123-131, jan./mar. 1981.
- ITO, Claudemira A., FONSECA, Maria Aparecida P. O uso residencial do solo urbano em Presidente Prudente: exemplos de ocupação clandestina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais... Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1986. p. 131.
- JAMES, Preston E. *Belo Horizonte and Ouro Preto: a comparative study of two Brazilian cities.* (Papers of the Michigan Academy of Science, Arts and Letters, 18). Publicado em português como: Belo Horizonte e Ouro Preto: estudo comparativo de duas cidades brasileiras. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, p. 1598-1609, 1947.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro and São Paulo. *Geographical Review*, v. 23, 1933. p. 271-298.
- JESUS, Fátima Cristina et al. Algumas áreas funcionais do centro da cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1982. p. 457-460.
- JOVIANO, Rômulo. Problemas de abastecimento do Rio de Janeiro em leite e carne. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 432-464, jul./ago. 1960.
- KARIYA, Utako Fujino. *Mizuho: uma colônia de imigrantes japoneses em processo de urbanização.* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1986.
- KATER, Graça. Reflexões sobre crescimento urbano e organização do espaço geográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO. Comunicações. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 33-37.
- KAUPATEZ, Rosmari Zenha. *Ajuda mútua: a participação da população no processo de produção de moradias.* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1986. 139 p.
- KOSSMANN, Hortense T., RIBEIRO, Miguel Angelo C. Em direção à compreensão das estratégias locais das grandes cadeias de lojas comerciais no espaço urbano: uma análise inicial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1982. p. 351-353.
- \_\_\_\_\_. Distribuição espacial do comércio varejista no Rio de Janeiro. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 54-66, 1983/1984.
- \_\_\_\_\_. Análise espacial das cadeias de lojas do comércio varejista no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 197-218, jan./mar. 1984. Resumo publicado em: *Anais do 4. Congresso Brasileiro de Geógrafos*, v. 2, n.1. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 418-426.
- KRÖCHER, Hans. *Ein Beitrag zur modernen Stadtgeographie.* Greifswald, 1913. Tese.
- KURKDJIAN, Maria de Lourdes N. Sensoriamento remoto orbital: um instrumento para monitorar o crescimento urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987, Recife. *Comunicações.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 405-408.
- LABASSE, Jean. *L'Organisation de l'espace: éléments de géographie volontaire.* Paris: Hermann, 1966. 605 p.
- LA CORTE, Judith de. Abastecimento de São Paulo em produtos hortifrutícolas: problemas e métodos de um estudo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 52, p. 29-53, 1976.
- LACORTE, Maria Helena C. Estrutura espacial do bairro de Copacabana. In: LONDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, PUR, 1975.
- \_\_\_\_\_, ANDRADE, Fernando M. de. O Rio e o recôncavo da Guanabara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das excursões.* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965. p. 29-34.
- \_\_\_\_\_, SANT'ANNA, Marina N. C. O modelo de Burgess e a organização espacial de dois bairros da zona sul do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações.* Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 78-83.

- LAGES, Nina Rosa. Distribuição geográfica das creches no município de Porto Alegre. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 14, p. 28-42, 1986.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio Claro, 1968. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1968. 2 v. Publicado com o título principal, no Rio de Janeiro, pelo IBGE, em 1971.
- \_\_\_\_\_. O sistema viário da aglomeração paulistana: apresentação geográfica da situação atual. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 3-38, abr./jun. 1971.
- \_\_\_\_\_. A indústria na estrutura urbana de São Paulo - colocação de problemas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974a. p. 93-94.
- LANGENBUCH, Jurgen Richard. *Os agrupamentos secundários de lojas e serviços em São Paulo (ensaio de determinação, dimensionamento e caracterização geográficas)*. Rio Claro, 1974. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1974b. 143 p.
- \_\_\_\_\_. Os vinte e cinco anos da Geografia em Rio Claro. *Revista de Geografia*, Rio Claro, v. 2, p. 1-11, 1983.
- LAVAREDA, José Hesketh. Abastecimento da cidade do Recife em carne e leite. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1/2. p. 11-26, 1961.
- LAVERDAN, Pierre. *Géographie des Villes*. Paris: Edition de La Nouvelle Révue Française, 1936. Parte deste trabalho foi publicada com o título: Geografia das cidades: evolução das cidades: cidades espontâneas. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p. 1535-1543, 1946.
- LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *A cidade de Salesópolis e suas relações com a metrópole*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1978. 268 p.
- LEITE, E. Teixeira et al. Veríssimo: o homem, o professor, o geógrafo. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3/4, p. 36-48, 1955.
- LEMONS, Amália Inês Geraiges de. *Cotia e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1972. 193 p. Algumas conclusões deste estudo foram publicadas como: Estudos dos processos de metropolização num centro da Grande São Paulo. *Anais do 2. Encontro Nacional de Geógrafos. Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 96-98.
- \_\_\_\_\_. *Um exemplo de processo de metropolização recente na periferia da Grande São Paulo: o município de Itaquaquecetuba*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1980. 203 p.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa participante em Geografia: uma linha de ação. Experiência na periferia de São Paulo (Brasil). *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p.285-288, 1986/1987.
- LICOCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1985. 175 p.
- LEVINVILLE, Jacques. *Rouen: étude d'une agglomeration urbaine*. Paris: [s. n.], 1913.
- LIBERATO, Pérola Emília. Caracterização e delimitação de centros intra-urbanos. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 3, p. 83-113, 1972. Publicado também em: *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 89-104, 1976.
- LIMA, Diva Medeiros de A. *Abastecimento hortícola de Recife: procedência dos produtos recebidos pela CEASA/PE*. Recife, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1984.

- LIMA, Lúcia Maria C. A. *Industrialização e organização do espaço urbano: o caso de Maceió*. Recife, 1982. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1982.
- LIMA, Marisa Davi. *Os conjuntos habitacionais: uma modalidade de ocupação do espaço urbano*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1980. 154 p.
- LIMA, Samuel do Carmo. Degradação ambiental da área do aterro sanitário de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 71.
- LIMEIRA, José Eduardo R., BAHIANA, Luis Cavalcanti C. Geografia urbana no Brasil: uma proposta de revisão crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 333-334.
- LINS, Rachel Caldas. Alguns aspectos originais do sítio urbano do Recife. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.) *Estudos Nordestinos sobre Crescimento Urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 343-352.
- LOJKINE, Jean. *Le marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. Versão em português: O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337 p.
- LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1985. 244 p.
- LÖSCH, August. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- LOURENÇÃO, Mirian Cláudia. As paredes são minhas, mas o chão não - a dinâmica do crescimento de Rio Claro - SP e o poder político. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 253-260.
- \_\_\_\_\_. *Coisas da terra: a expansão territorial de Rio Claro*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988. 302 p.
- LOWE, Stuart. *Urban social movements: the city after Castells*. Londres: Macmillan, 1986. 211 p.
- LUMMERTZ, Maria das Graças de O. Organização espacial da cidade de Guarabira - PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 435-436.
- MACHADO, Ewerton Vieira. Barão de Maruin: uma via de circulação em expansão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 363-364.
- \_\_\_\_\_. *Aracaju: paisagens e fetiches, abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente*. Florianópolis 1989. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. 282 p.
- MACHADO, Lirian G., NUNES, Elias. A ocupação do espaço urbano no conjunto Candelária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 122.
- MACHADO, Lucy Marion C. P., OLIVEIRA, Livia de. Como adolescentes percebem geograficamente o espaço através de pré-mapas e mapas. *Geografia*, Rio Claro, n. 9/10, p. 49-66, 1980.
- MACIEL, Angelo Dias, ALBANI, Vicente. A expansão atual da faixa pioneira urbana a noroeste do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 82-83.
- MADRUGA, Ana Glória C. *Mudança de ventos: redistribuição das funções no espaço de uma comunidade pesqueira*. Lucena, Paraíba. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1985. 133 p.
- MAGALHÃES, Erasmo d'Almeida. Praia Grande e Mongaguá. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord). *A Baixada Santista - aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965. v. 3: p. 65-77.

- MAGALHÃES FILHO, Jozé César de. O porto de Paranaguá. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 14, p. 141-185, 1960/1962.
- \_\_\_\_\_. Lenha e carvão vegetal para o Estado da Guanabara. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1/2, p. 27-60, 1961.
- \_\_\_\_\_. A função industrial em Petrópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumo de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 54-56.
- \_\_\_\_\_. A função industrial. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 93-96.
- \_\_\_\_\_. O porto: fator de expansão da cidade. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 27-44.
- MAGNANINI, Ruth L. da Cruz. A função cultural. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965a. p. 103-113.
- \_\_\_\_\_. A função recreativa. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967b. p. 115-122.
- MAGUILNIK, Raquel. Gestão do espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 147.
- MAIO, Celeste Rodrigues, MOCELLIN, Rachel S.J. Paula Mattos, uma comunidade italiana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 99-135, jan./mar. 1974. Publicado de forma resumida em: Lindgren, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia, 1974. p. 140-166.
- MAMIGONIAN, Armen. A indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas conseqüências na vida urbana. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3/4, p. 46-82, 1960.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Sessões Dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 31-36. Transcrito em: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 202-208.
- MAPA econômico da Guanabara, Rio de Janeiro: Secretaria de Economia, 1969. 2 v.
- MARCOLINI, Deborah. A função político-administrativa. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 73-75.
- MARCON, Maria Teresinha R. et al. Patologia urbana: favelização no aglomerado urbano de Florianópolis. *Geosul*, v. 2, n. 4, p. 53-64, 1987.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 166 p.
- MARTIN, André Roberto. Aspectos da crise urbana: a destruição do bairro do Brás em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 145-151.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de abordagem no estudo geográfico do fenômeno urbano*. Teoria e método da geografia (Borrador n. 1). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Secção local São Paulo, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O bairro do Brás e a "deterioração urbana"*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1984. 189 p.
- MARTINS, Angela Maria M. *O parcelamento da terra no município de Maricá, estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. 160 p.
- MARTINS, Gilda Campos I. de S. Contribuição ao estudo da estrutura interna da área metropolitana do Rio de Janeiro. O caso de Xerém (Duque de Caxias). *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 109-126, 1972.

- MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: HUCITEC, 1978. 82 p.
- MASSENA, Rosa Maria R. Nota prévia sobre relações entre o valor da terra e a expansão urbana do Rio de Janeiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belo Horizonte. *Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 112-113.
- \_\_\_\_\_. O impacto do metrô sobre a alocação dos recursos públicos em infraestrutura urbana no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 111-122, jan./mar. 1983.
- \_\_\_\_\_. A distribuição espacial da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48, n. 3, p. 285-330, jul./ago. 1986.
- MASSEY, Dorren. New directions in space. In: GREGORY, Derek, URRY, John (Orgs.). *Social relations and structures*. Londres: Macmillan, 1985. p. 9-19.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Jaboticabal: rápido estudo de um centro urbano. *Revista do Arquivo Municipal [de] São Paulo*, São Paulo, v. 78, p.59-78, 1942. Também publicado em: Anais do 9. Congresso Brasileiro de Geografia, 1940, Florianópolis. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. v. 3: p. 615-625.
- \_\_\_\_\_. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2: p. 49-100.
- MATSUMOTO, Shirley Y., SANCHES, Sônia B. Comércio e prestações de serviços no setor informal: Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 126.
- MATTOS, Dirceu Lino de. Principais aspectos da geografia urbana de Belo Horizonte. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v.4, n. 2, p.7-35, 1949/1950.
- \_\_\_\_\_. O parque industrial paulistano. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 3: p. 5-98.
- MAUNIER, René. *L'origine et la fonction économique des villes*. Étude de morphologie sociale. Paris: Giard et Brière, 1910. 325 p.
- MAURO, Cláudio A. de, SANCHEZ, Miguel C. Expansão de sítios urbanos: o descaso para as condições geo-ambientais: conjunto residencial Nosso Teto - Rio Claro, SP. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 240-246, 1986/1987.
- MAYER, Harold H. Geography in city and regional planning. *The Professional Geographer*, v. 7, n. 1, p. 7-12, 1954.
- MEDEIROS, Ana Maria S., SOUSA, Stélio E. Excursão pela cidade de Belém e seus arredores - aspectos morfológicos da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros: IBGE, 1974. p. 1-7.
- MEDEIROS, Diva B. Guarujá. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965b. v. 3: p. 113-152.
- \_\_\_\_\_. Bertioga. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965b. v. 3: p. 153-174.
- MELCHIORS, Celetista et al. Um estudo de pequenas cidades: o caso de Mata. *Geografia - ensino e pesquisa*, Santa Maria, n. 2, p.105-129, 1988.
- MELLO, João Baptista F. de. A transformação espacial do bairro do Catumbi (RJ) - dos laços de amizade aos laços de concreto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Anais....* Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 134.
- \_\_\_\_\_. A organização espacial da cidade do Rio de Janeiro vista pelos compositores da música popular brasileira. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p.203-206, 1986/1987. Resumo publicado em: Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros. p. 139.

- MELLO, Nilo David Coelho. Oferta de imóveis para aluguel: uma contribuição para o estudo de processo sócio-espaciais: In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 295-300.
- \_\_\_\_\_. Diferenciação residencial e classes sociais na cidade do Rio de Janeiro In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 118-127.
- \_\_\_\_\_. *Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de estratificação sócio-espacial*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981. 151 p.
- MELO, Mário Lacerda de. *Pernambuco: traços de sua geografia humana*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1940. 181 p. Tese de concurso à cátedra de Geografia do Ginásio Pernambucano.
- \_\_\_\_\_. Tipos de localização de cidades em Pernambuco. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3/4, p. 5-33, 1958.
- \_\_\_\_\_. Os problemas do estudo das metrópoles brasileiras. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 12, p. 119-129, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. *Metropolização e subdesenvolvimento: caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- MENDES, Auro A., SAMPAIO, Sílvia S. Dinâmica locacional intra-urbana das indústrias: o caso da cidade de Rio Claro, SP. *Geografia*, Rio Claro, v. 12, n. 24, p.61-84, 1987.
- MENDES, César Miranda. *A terra urbana palmense no seu processo de (re)construção*. Rio Claro, São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1988. Um resumo deste trabalho foi publicado com o mesmo título em: *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 18, n. 35/36, p. 75-86, 1988.
- MENDES, Renato da Silveira. Os bairros da zona norte e os bairros orientais. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958a. v. 3: p. 183-256.
- \_\_\_\_\_. Os bairros da zona sul e os bairros ocidentais. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958b. v. 3: p. 257-364.
- MENDONÇA, Francisco de Assis et al. O comércio ambulante em Goiânia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 167-176.
- MERINO, Graça Maria Ferreira. *Nazaré Paulista e suas relações com a região bragantina e a Grande São Paulo*. São Paulo, 1976. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1976. 247 p.
- MESQUITA, Myriam Gomes C. Aspectos geográficos do abastecimento do Distrito Federal em gêneros alimentícios de base. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 165-189, abr./jun. 1959. Publicado também em: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1/2, p. 40-65, 1959. Transcrito em: *Aspectos da Geografia Carioca*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962. p. 225-243.
- MESQUITA, Olindina V., SILVA, Solange T. A indústria na orla litorânea ocidental da baía e nos velhos eixos rodoviários da Guanabara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiros das Excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965. p. 45-52.
- MIRANDA, Luiz G., NEVES, Gervásio R. Estrutura da distribuição dos equipamentos locais no espaço urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 35-42.
- MIRANDA, Mariana Helena S. P. de. Organização espacial de uma área periférica da metrópole: Barra da Tijuca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Comunicações*. Belém: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1974. p. 95-100.
- \_\_\_\_\_. Baixada de Jacarepaguá - observações sobre a organização do espaço na Barra da Tijuca. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, 1975. p. 90-139.

MIRANDA, Mariana Helena S. P. de. *Expansão periférica da metrópole carioca: análise dos padrões residenciais na Barra da Tijuca e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. 171 p. Este trabalho foi parcialmente publicado com o título: Crescimento periférico da cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais da ocupação residencial, na Revista Brasileira de Geografia, v. 42, n. 2, p. 265-309, 1980. Resumo publicado em: Anais do 3. Encontro Nacional de Geógrafos. Comunicações. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 311-314.

MIZUBUTI, Satiê. *Itaboraí: estudos de geografia urbana*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1972. 82 p.

\_\_\_\_\_. Considerações em torno do estudo do espaço urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 75-84.

\_\_\_\_\_. Movimento associativo de bairro em fins dos anos 70 em Niterói - RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 33.

\_\_\_\_\_. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 291 p.

MOCELLIN, Rachel Silvia J. *Percepção do meio urbano: o caso do Grande Rio*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. 222 p.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Cultura Contemporânea: Paz e Terra, 1982. 199 p.

\_\_\_\_\_. MARTINEZ-ALIER, Verena. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudo de Cultura Contemporânea, 1978.

MOLD, Zilá Mesquita. *Padrões de localização industrial na área Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 1975. 251 p.

\_\_\_\_\_. Considerações preliminares sobre poder e conflito no uso do solo metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 293-294.

\_\_\_\_\_. O uso do solo: uma questão de política pública urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 92-95.

MONBEIG, Pierre. Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 78, p. 221-230, 1941a. Também publicado em: Anais do 9. Congresso Brasileiro de Geografia, 1940, Florianópolis. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 604-614.

\_\_\_\_\_. O estudo geográfico das cidades. *Revista do Arquivo Municipal [de] São Paulo*, v. 7, n. 73, 1941b. Transcrito em: Boletim Geográfico, v. 1, n. 7, p. 7-29, 1943, e em: MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957. p. 33-77. Posfácio do autor.

\_\_\_\_\_. Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 4, n. 38, p. 119-121, 1946.

\_\_\_\_\_. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: A. Colin, 1952. 376 p. Versão em português: *Pioneiros e plantadores de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984. 392 p.

\_\_\_\_\_. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 16, p. 3-29, 1954. Publicado originalmente em: O Estado de São Paulo em 25/1/1954. Transcrito em: Boletim Geográfico, v. 12, n. 119, p. 139-153, 1954, e em: MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957. p. 78-104.

- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *Teoria e clima urbano*. São Paulo, 1976. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1976. 181 p. Publicado com o mesmo título. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1976. 181 p.
- \_\_\_\_\_. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980. 157 p.
- \_\_\_\_\_. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1981. 135 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. A geografia tradicional e sua renovação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 306-319.
- \_\_\_\_\_. *Geografia: pequena histórica crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1983. 138 p.
- MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. À cidade de Teresina. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 31, n. 230, p. 3-185, 1972.
- MOTTANA, Carlos Eugenio. *Geografia e planejamento: o exemplo de Serra Negra*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1981. 267 p.
- MÜLLER, Nice Lecocq. Uma vila do litoral paulista: Icapara. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 1, p. 22-30, 1949a.
- \_\_\_\_\_. Oxford. Cidade de ontem e de hoje: primeiras observações. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 2, p. 19-31, 1949b.
- \_\_\_\_\_. Campina Grande: notas de geografia urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 9-34, 1951/1952.
- \_\_\_\_\_. Função econômica da cidade de Sorocaba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952. v. 3: p. 343-389.
- \_\_\_\_\_. Em menos de um século, a cidade de São Paulo viu alterar-se profundamente sua fisionomia urbana - fotografia e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, p. 75-85, 1954.
- \_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 22, p. 55-97, 1956.
- \_\_\_\_\_. A área central da cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 3: p. 121-182.
- \_\_\_\_\_. *A região de São Gabriel*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962. Avulso n. 4.
- \_\_\_\_\_. Taubaté: estudo de geografia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 71-109, jan./mar. 1965.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo do fato urbano e da organização do espaço no vale do Paraíba, estado de São Paulo*. São Paulo, 1967. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1967. 375 p. Publicada como: *O fato urbano na bacia do rio Paraíba: estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- \_\_\_\_\_. Evolução e estudo atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 1966, Buenos Aires. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968. p. 13-58. Publicado também em: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 28, n. 209, p. 28-64, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Jequié: estudo de geografia urbana*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1970. 80 p. (Avulso n. 7).
- \_\_\_\_\_. Excursão à cidade de Manaus. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 3., 1974, Belém. *Excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros: IBGE, 1974. p.79-106.
- \_\_\_\_\_. *Demographic growth and urban expansion in the Metropolitan Area of São Paulo*. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL/Grupo de Trabalho sobre Grandes Metrôpoles do Mundo. *Anais do 1. Seminário*, 1982, Brasília/Rio. Rio de Janeiro: UGI, 1983. p. 195-198.



- MÜLLER, Nice Lecocq. O problema da degradação ambiental pelo parcelamento inadequado do solo na Região Metropolitana de São Paulo. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos Nordestinos sobre Crescimento Urbano*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1967. p. 121-126.
- MÜLLER FILHO, Ivo Lauro. A propósito das pequenas unidades de análise em geografia urbana: a unidade de vizinhança como realidade geográfica intra-urbana. *Geografia*, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 61-89, 1985.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. Jardim do Sol: uma vila periférica de Londrina (um estudo de geografia urbana). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 18, p. 279-298, 1973.
- \_\_\_\_\_. ZIOBER, Denise Maria. Questões e metodologia sobre o uso do solo urbano em Londrina (1970/1981) In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...Porto Alegre*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 468-469.
- NATAL, Marília Carneiro. Difusão da inovação supermercados no Rio de Janeiro: um projeto de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 266-269.
- \_\_\_\_\_. O espaço das grandes organizações financeiras: uma proposta de estudo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...Porto Alegre*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 492-495.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. Estrutura urbana e apropriação do solo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 289-292.
- \_\_\_\_\_. Geografia política: estrutura urbana e poder. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...Porto Alegre*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982a. p. 339-340.
- \_\_\_\_\_. Alimentação ou ração? A questão alimentar nos centros metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...Porto Alegre*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982b. p. 341-342.
- OBERHUMMER, Eugen. Der Stadtplan, seine Entwicklung und geographische Bedeutung. *Verhandlungen des XVI deutschen Geographentages zu Nürnberg*, 1907. Berlin, 1907. p. 66-101.
- OLIVEIRA, Antônia Fernanda C. C. *Complexo Industrial de Sines: impactos e avaliações*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. 128 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica de especulação imobiliária. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 55, p. 75-92, 1978. Transcrito em: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p.131-146.
- \_\_\_\_\_. É possível uma "geografia libertadora" ou será necessário uma praxis transformadora? Reflexões iniciais ( I ). *Território Livre*, n. 1, p. 25-31. Também publicado na: Revista Vozes, v. 74, n. 4, p. 13-18, 1980. (Número especial sobre Geografia e Sociedade).
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. O processo de terciarização do espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuição científica*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 148.
- OLIVEIRA, Lúcia de. Os serviços de alojamento. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967a. p. 133-140.
- \_\_\_\_\_. Os serviços de alimentação. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967b. p. 141-144.
- OLIVEIRA, Márcio de, RAMIRES, Júlio César L. Algumas notas sobre o significado dos Projetos Rio e Imobiliário na organização do espaço suburbano. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-70, 1983/1984.
- OLIVEIRA, Maria Niedja Leite de. *Embú e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1972. Resumo publicado em: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 18, p. 284-286, 1973.

- OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. *O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso - a cidade Ocidental*. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia*. In: PAVIANI, Aldo (Org.) *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987. p. 125-144.
- OLIVEIRA, Zuleika L. C., VIANNA, Márcia C. Segadas. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 5-48, 1988.
- O'NEILL, Maria Mônica V. C. *Segregação residencial: um estudo de caso no Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 365-366.
- \_\_\_\_\_. *Segregação residencial: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. 173 p. Um resumo deste trabalho foi publicado com o título: Condomínios exclusivos: estudo de caso, na *Revista Brasileira de Geografia*, v. 48, n. 1, p. 63-81, 1986.
- \_\_\_\_\_. NATAL, Marília Carneiro. Modalidade residencial: alguns comentários. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 125-131, abr./jun. 1988. Resumo publicado em: *Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 152.
- PACHECO, Cláudia B., AZEVEDO, Dagmar B. A favela de Brasília Teimosa: os efeitos da dominação no espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 396-398.
- \_\_\_\_\_. *Crescimento urbano da cidade de Natal*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987, Recife. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 47-54.
- PACHECO, Susana Mara Miranda. *Produção e reprodução de loteamento na periferia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. 218 p.
- PAES, Maria Tereza D. *Crescimento populacional e desigualdades nas áreas urbanas*. *Revista de Geografia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho*, Rio Claro, v. 4, p.75-78, 1985.
- PANTALEÃO, Olga. A cidade de Catanduva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. v. 3: p. 599-609.
- PANTOJA, Maria Aparecida. Estudo funcional de um centro urbano: a cidade de Casa Branca. *Revista do Arquivo Municipal [de] São Paulo*, n. 84, p. 25-51, 1942. Também publicado em: *Anais do 9. Congresso Brasileiro de Geografia*, 1940, Florianópolis. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. v. 3: p. 566-585.
- PARAGUASSU, Marcos et al. *Invasões, produto e consumo do espaço urbano: caso de Salvador*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 373-382.
- PASCHOAL, Wanda. *As inundações no Cambuci: percepção e reação do habitante e usuário de uma área central da metrópole a um de seus problemas mais sérios*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1981. 159 p.
- PAVIANI, Aldo. *Mobilidade intra-urbana e organização espacial: o caso de Brasília*. Belo Horizonte, 1977. Tese (Livre Docência) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Tópicos para um sistema de planejamento urbano*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978a. p. 327-330.
- \_\_\_\_\_. *Problemas e perspectivas do crescimento populacional em Brasília*. *Urbis*, Recife, v. 1, n. 2, p. 12-19, 1978b.
- \_\_\_\_\_. *Algumas tendências da abordagem geográfica no estudo de cidades*. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 8, n. 16, p. 7-23, 1978c.

- PAVIANI, Aldo. Brasília anos 80: uma visão geográfica da organização urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 897-909, out./dez. 1980.
- \_\_\_\_\_. Brasília - vinte anos - crise e alternativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980b. p. 133-144. Publicado em: *Ciência e Cultura*, v. 33, n. 4, p. 530-534, 1981.
- \_\_\_\_\_. Urban development in Brasília: from the plano piloto to a multinucleated city. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL, Conferência Regional Latino-Americana, 1. *Brazilian Geographical Studies*, [S. l.: s. n.], 1982. p. 165-178.
- \_\_\_\_\_. Periferização urbana ao sul do Distrito Federal: o caso do "Pedregal", Luziânia (GO). *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 14, n. 27/28, p. 5-19, 1984a. Versão adaptada, publicada como: Periferização Urbana em: PAVIANI, Aldo. (Org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987. p. 33-39.
- \_\_\_\_\_. Geógrafo em atividade de planejamento urbano: Projeto Águas Claras, Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 81-100, 1984b. Publicado com o título: O Projeto Águas Claras: planejamento desperdiçado, em: PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Brasília: Universidade de Brasília, 1989. p. 73-98. Ver também: *Anais do 4. Congresso Brasileiro de Geógrafos*, v. 2, n. 2. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. p. 288-300.
- \_\_\_\_\_. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 57-79.
- \_\_\_\_\_. La urbanización en América Latina: el proceso de constitución de periferias en las áreas metropolitanas. *Revista Interamericana de Planificación*, México, v. 19, n. 73, p. 74-95. Reproduzido em: *Revista Humanidades*, Brasília, n. 13, p. 106-114, 1987.
- \_\_\_\_\_. Processo de periferização e pobreza urbana: uma abordagem. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 217-225, 1986/1987. Transcrito em: PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Brasília: Universidade de Brasília, 1989. p. 29-40.
- \_\_\_\_\_. Crescimento urbano. Questões em escala intra-metropolitana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 27-31.
- \_\_\_\_\_. Brasília: metropolização com periferização. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 40, n. 11, p. 1092-1098, 1988.
- \_\_\_\_\_. Terra urbana para especular. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989a. p. 41-45.
- \_\_\_\_\_. Expansão urbana de Brasília. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989b. p. 47-50.
- \_\_\_\_\_. Metropolização: rumo à periferia. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989c. p. 51-61.
- \_\_\_\_\_. Brasília: as duas faces da capital. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989d. p. 63-72.
- \_\_\_\_\_. Questões a respeito do planejamento urbano em Brasília. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989e. p. 99-105.
- \_\_\_\_\_. BARBOSA, Ignez Costa. Migração-problema e crescimento urbano no Distrito Federal Brasileiro. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 32, n.235, p. 5-15, 1973.
- \_\_\_\_\_. Cidades satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 242, p. 31-39, 1974.
- \_\_\_\_\_. FERREIRA, Ignez C. B. Brasília: organização interna da cidade. *Revista Brasileira de Planejamento*, n. 4, p. 55-61, 1977.
- \_\_\_\_\_. Urban poverty in Brazil. In: BECKER, Bertha K. et al. (Org.). *Brazil: Spatial organization a contribution to the 24<sup>th</sup> International Geographical Congress - Tokyo*, 1974. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. p. 415-457.

- PAZERA JUNIOR, Eduardo. A ilha de calor da cidade: fatores e atributos. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 34, n. 249, p. 51-57, 1976.
- \_\_\_\_\_. As relações cidade-campo em Cajazeiras, PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 241-244.
- \_\_\_\_\_. *Caieiras*: um município da faixa periférica da metrópole paulistana. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1982. 205 p.
- \_\_\_\_\_, BERNARDES, Laura Regina M. Antigas capitais do café do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 242, p. 88-102, 1974.
- PEGAlA, Uyvão Antonio. *A rede bancária da cidade de São Paulo*. São Paulo, 1965. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1965. 220 p.
- \_\_\_\_\_. Estudo geográfico dos cemitérios de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 44, p. 103-120, 1967.
- PELUSO JUNIOR, Victor A. Duas vilas no estado de Santa Catarina. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5/6, p. 5-15, 1948.
- \_\_\_\_\_. A vila de Ituporanga. *Boletim Geográfico [do] Departamento de Geografia e Cartografia [de] Santa Catarina*, v. 2, n. 3, p. 1-39, jan. 1948. Continuação do artigo no v.3, n. 5, p. 16-36, jan. 1949.
- \_\_\_\_\_. Ponte Alta - uma vila no planalto de Lajes, no estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952a, p. 3-18.
- \_\_\_\_\_. Lajes, a rainha da serra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10., 1944, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952b, p. 3-136.
- \_\_\_\_\_. Tradição e plano urbano: cidade portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, v. 14, n. 133, p. 325-357, 1953.
- PENTEADO, Antonio Rocha. Belém do Pará: primeiros estudos. *Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (1948-1949)*, p. 57-69, 1949.
- \_\_\_\_\_. Belém, metrópole da Amazônia: fotografia e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 9, p. 65-74, 1951.
- \_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da região suburbana de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 207-259, 1954/1955. Publicado com ligeiras modificações, e com o título: Os subúrbios de São Paulo e suas funções, em: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 4: p. 5-60.
- \_\_\_\_\_. Aix-en-Provence, uma cidade do mediterrâneo francês. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 30, p. 13-30, 1958a.
- \_\_\_\_\_. A área suburbana de São Paulo e sua caracterização. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 12, p. 207-215, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. A ilha de São Vicente. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965. v. 3: p. 11-19.
- \_\_\_\_\_. *Belém do Pará*: estudo de geografia urbana. São Paulo, 1966. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1966. 139 p. Publicada também pela: Universidade Federal do Pará, 1968. 2 v.
- \_\_\_\_\_, PETRONE, Paquale. São Caetano do Sul e Osasco, subúrbios industriais. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 4: p. 61-107.
- PEREIRA, Jose Veríssimo da Costa. Vitória, a cidade e o porto. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p. 1193-1197, 1944. Continuação no: v. 2, n. 21. p. 1198-1203, 1944.

- PEREIRA, Paulo César Xavier. Espaço, sociedade e renda da terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...*Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 406-422.
- PERIDES, Paulo Pedro. *Dois Córregos: um exemplo de centro local*. São Paulo, 1971. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1971. 156 p.
- PESSANHA, Stela de Sousa. *Um centro urbano - Campos*. Campos: S. S. Pessanha, 1941. 33 p. Tese de concurso à cátedra do Instituto de Educação de Campos.
- PETRONE, Pasquale. Ensaio sobre a função industrial de São Paulo. *Paralelos*, São Paulo, n. 6, 1947.
- \_\_\_\_\_. Anotações para um estudo da cidade de Santos: evolução histórico-espacial. *Filosofia, Ciência e Letras [da] Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 12, n. 10, 1948a.
- \_\_\_\_\_. Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo. *Filosofia, Ciências e Letras [da] Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 12, n. 12, 1948b.
- \_\_\_\_\_. Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 91-113, 1951/1952. Transcrito em: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 11, 1952, p. 3-32.
- \_\_\_\_\_. As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 14, 1953.
- \_\_\_\_\_. Crato, "capital" da região do Cariri. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 20, p. 31-55, 1955.
- \_\_\_\_\_. O homem paulista. *Boletim Paulista de geografia*, São Paulo, n. 23, p. 39-77, 1956.
- \_\_\_\_\_. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2: p. 101-165.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 12, p. 149-169, 1958/1959.
- \_\_\_\_\_. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 239-335, jul./set. 1959.
- \_\_\_\_\_. *A baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. São Paulo, 1961. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1961. 442 p. Publicada também pela: Universidade de São Paulo em 1966. Parte deste trabalho foi publicado como: Aspectos dos quadros urbanos da Baixada do Ribeira, SP, no *Boletim Paulista de Geografia*, n. 38, p. 21-37, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Pinheiros: aspectos geográficos de um bairro paulistano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1963. 196 p.
- PHILIPPONEAU, Michel. *Geographie et action: introduction à la géographie appliquée*. Paris: Armand Colin, 1960. 227 p. Versão em português: *Geografia e acção: introdução à geografia aplicada*. Lisboa: Cosmos, 1964. 303 p.
- PIERSON, Donald. O estudo da cidade. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 51-55, 1943.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1948. t. I: 595 p.
- PINCHEMEL, Philippe. Geographers and the city: a contribution to the history of urban geography in France. In: PATTEN, John (Org.). *The Expanding City: essays in honour of Professor Jean Gottmann*. London: Academic Press, 1983. p. 295-318.
- PINHEIRO, Antonio Carlos F. Urbanização e segurança pública na Região Metropolitana do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 241-247.
- \_\_\_\_\_. *A organização espacial da segurança pública na região metropolitana do Recife: o caso da Polícia Civil*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989. 274 p.

- PINTAUDI, Silvana Maria. *Os supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1982. Um resumo deste trabalho está no: *Boletim de Geografia Teórica*, v. 12, n. 23/24, p. 61-68, 1982, e outro em: *Geografia*, v. 9, n. 17/18, p. 37-54, 1984.
- PINTO, Dulce Maria Alcides. O desenvolvimento do centro do Rio de Janeiro visto através do levantamento de suas funções em diferentes datas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 86-88.
- \_\_\_\_\_. Guia de excursão à cidade do Rio de Janeiro. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 208-235, 1983/1984.
- \_\_\_\_\_. et al. Contribuição ao estudo dos padrões sócio-econômicos das favelas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 315-317.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica do uso do solo urbano no Distrito Federal: uma contribuição ao estudo de modificações ambientais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 31-75, 1988. Resumo publicado originalmente em: *Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.
- PINTO, Maria Novaes. A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 191-232, abr./jun. 1965.
- PITANGA, Jane F. S., AZEVEDO, Luiz Henrique A. Evolução do uso do solo da cidade do Rio de Janeiro: Brasil de 1972 a 1978. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1980. p. 506-509.
- POMPILIO, Maria José. *Segregação étnica e diferenciação residencial na cidade de Blumenau*. Rio Claro, SP, 1982. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1982.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Suzano e o impacto da industrialização*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 121 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 3, 1935. Publicado também em: *Revista do Arquivo Municipal [de] São Paulo*, v. 19, p. 223-237, 1936, e em: *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, p. 920-931, 1945.
- \_\_\_\_\_. Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo. *Estudos Brasileiros*, v. 7, n. 19/21, 1941. Publicado também em: PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 61-80, 1951/1952.
- QUELLE, Otto. Rio de Janeiro - Beitrag zur geographie einer tropischen grosstadt. *Zeitschrift gesellschaft fur Erdkunde zu Berlin*, v. 7/8, p. 241-257, 1931.
- RABHA, Nina Maria C. E. *Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. 255 p. Um resumo deste trabalho foi publicado em: *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, p. 35-43, 1985.
- RADESCA, Maria de Lourdes P. S. O problema da energia elétrica. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: NACIONAL, 1958. v. 3: p. 99-120.
- RAJA GABAGLIA, F. A. A propósito da geografia urbana. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 5-6, 1944.
- RAMBERT, Gaston. L'agglomération marseillaise, étude de géographie urbaine. *La Vie Urbaine*, v. 1, p. 311-328; p. 469-483, 1919/1921; v. 3, p. 245/271; p. 347-367, 1921.

- RAMIRES, Júlio C. et al. Da questão habitacional para a produção do espaço: o projeto Rio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...*São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 214-223.
- RAMOS, Beatriz de Carvalho. Estudo monográfico sobre Poços de Caldas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...*Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 560-565.
- RAMOS, Gracinda Clara P. *Análise de transporte coletivo urbano de Caxias do Sul*. Rio Claro, SP, 1983. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de São Paulo, 1983.
- RATZEL, Friedrich. *Anthropogeographie*. Stuttgart: Engelhorn, 1891. 781 p.
- \_\_\_\_\_. Die geographische Lage der grossen Stadte. Die Grosstadt - Vortraege und Aufsaezte zur Stadteaussetelung. *Jahrbuch der Gehe-Stiftung zu Dresden*, v. 9, 1903. Transcrito em: HELMOLT, Hans (Org.). *Kleine Schriften von Friedrich Ratzel*. Munique; Berlim: Oldenbourg, 1906. v. 2: p. 437-461.
- \_\_\_\_\_. *La géographie politique* (les concepts fondamentaux). Paris: Fayard, 1987. 220 p.
- REGUEIRA, Maria F. S. D., LEVY, Silvia H. Proposta de pesquisa exploratória da relação da população com a vegetação no Bairro do Recife, Recife-PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 409-413.
- RENK, Valquíria E. Migração e metropolização - o caso de Curitiba - Colombo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 153.
- REZENDE, Milton Braga de. *A área central de Lorena: um ensaio metodológico de delimitação*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 170 p.
- RIBEIRO, Maria da Conceição M. Franca. *Revista do Arquivo Municipal [de] São Paulo*, v. 77, p. 137-156, 1941. Também publicado em: *Anais do 9. Congresso Brasileiro de Geografia*, Florianópolis, 1940. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 586-598.
- RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. *Padrões de localização industrial e fluxos materiais na área metropolitana de Salvador*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982, 188 p. Parte deste trabalho foi publicado com o título: Principais linhas de abordagem e estudos empíricos a nível-urbano: uma resenha em torno da localização industrial, na *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3, p. 415-444, 1982. Outra parte, com o título: Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de Salvador, na *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 4, p. 591-637, 1982. Resumo publicado em: *Anais do 5. Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 354-358.
- \_\_\_\_\_, ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Padrões de localização espacial e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais da Área Metropolitana de Recife. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 203-264, abr./jun. 1980.
- \_\_\_\_\_. et al. Padrões de localização espacial e estrutura de fluxos materiais com as economias local, regional e nacional das indústrias da Área Metropolitana de Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 213-216.
- RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do espaço urbano de Aracaju*. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1985. Um resumo publicado em: *Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos*. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 119.
- \_\_\_\_\_. Crescimento urbano e mobilidade residencial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 147-151.

- ROCHA, Gilberto de Miranda. *Geomorfologia aplicada ao planejamento urbano: as enchentes na área urbana de Belém, PA*. Rio Claro, SP, 1987. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1987.
- ROCHE, Jean. Porto Alegre, metrópole do Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 19, p. 30-51, 1955.
- RODRIGUES, Adyr Aparecida B. *Águas de São Pedro: estância paulista. Uma contribuição à geografia da recreação*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1985, 300 p. Parte deste trabalho foi publicado com o título: *Águas de São Pedro - mito e realidade*, no *Boletim de Geografia Teórica*, v. 16/17, n. 31/34, p. 246-250, 1986/1987.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. O crescimento acelerado das favelas no município de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 414-416.
- \_\_\_\_\_. *Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1981. 185 p.
- \_\_\_\_\_. Sociedade, espaço e renda da terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 395-401.
- \_\_\_\_\_. A apropriação e produção do espaço urbano: as questões da política habitacional, do cotidiano e do confronto na produção do espaço pelos "sem terra". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 187-194.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos sociais e o Congresso Constituinte. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 39a.
- \_\_\_\_\_. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia - Osasco*. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988a. 417p.
- \_\_\_\_\_. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988b. 72 p.
- RODRIGUES, Luiz Melo. Vicente de Carvalho. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965. v. 3: p. 79-112.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes. *Uma forma de ocupação espontânea da Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. 146 p.
- RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. *A expansão industrial e o processo de produção do espaço em Betim*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1980. Publicada com o título: *Produção do espaço e expansão industrial*. São Paulo: Loyola, 1983. 150 p. Um resumo publicado com o título: *O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico*, no *Boletim Paulista de Geografia*, v. 60, p. 21-46, 1984, e transcrito em: SOUZA, Maria Adélia, SANTOS, Milton (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 71-90.
- RODRIGUES, Vanilda Loiola. *O crescimento de Bacabal e as relações campo-cidade na região do Mearim*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- RODRIGUEZ, Janete Lins. *Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa - Paraíba*. Recife, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1980.
- ROCHE, Jean. O "pequeno comércio" na cidade de João Pessoa - uma das suas atividades informais. *Boletim [do] Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba*, João Pessoa, n. 5, p. 74-86, 1984.
- \_\_\_\_\_. A evolução urbana de João Pessoa. *Boletim [do] Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba*, João Pessoa, n. 6, p. 71-80, 1985.



- ROCHE, Jean. A periferia de João pessoa: uma questão polêmica. *Boletim [do] Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba*, n. 8, p. 63-67, 1988.
- RONCHEZEL, José Antonio. *Invasão de imóveis para moradia: lutas populares pelo direito à cidade*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1985. 250 p.
- ROSS, Jurandyr L. S. A deterioração das águas subterrâneas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 107a.
- ROSSINI, Rosa Ester. *Serra Azul: o homem e a cidade*. São Paulo, 1971. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1971. 150 p.
- RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 448-460. Transcrito em: *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 9, 1981.
- RUEDA QUESADA, José Alberto. *El valor del suelo urbano: el caso de San José, Costa Rica*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. 170 p.
- SAMPAIO, Silvia Selingardi. *Geografia industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria-agricultura*. Rio Claro, SP, 1973. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1973. Publicada com o mesmo título pelo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1976. 199 p.
- \_\_\_\_\_. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. *Geografia*, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 1-60, 1987.
- SANCHES, Sonia Banaki. O lixo urbano e a degradação ambiental em Londrina. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 91-95, 1985.
- SANT'ANNA, Edna Mascarenhas. As transformações ocorridas no trecho ocupado atualmente pela área central. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967a. p. 45-48.
- \_\_\_\_\_. Os serviços prestados pelas profissões liberais. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967b. p. 125-131.
- SANT'ANNA, Marina del Negro C. Alguns aspectos da organização espacial de Laranjeiras. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, PUR, 1975. p. 167-203.
- \_\_\_\_\_. A periferização da população de baixa renda e relação ao mercado de trabalho. O caso do Conjunto Habitacional da Cidade Alta. *Anuário do Instituto de Geociências [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro*, p. 20-31, 1980.
- \_\_\_\_\_. Semelhanças das falhas dos programas habitacionais para famílias de baixa renda entre alguns países do Terceiro Mundo: uma revisão bibliográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982a. p. 392-393.
- \_\_\_\_\_. O distanciamento entre local de trabalho e residência: um resultado das leis tendenciais que comandam o próprio sistema capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982b. p. 502-503.
- \_\_\_\_\_. et al. Classificação dos municípios das regiões metropolitanas segundo níveis de urbanização. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 39, n. 4, p. 66-81, 1977.
- SANTOS, Adelmi F. et al. S. Conrado: um bairro periférico na zona sul de Aracaju. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987, Recife. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 39-45.

- SANTOS, Carlos et al. Posição da SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega) no circuito econômico da cidade do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 245-254.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 225 p.
- \_\_\_\_\_. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 165, p. 6-18, 1982.
- SANTOS, Elina O. *A industrialização de Sorocaba (bases geográficas)*. São Paulo, 1950. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1950. 116 p.
- \_\_\_\_\_. Ponta Grossa, capital regional do oeste do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 24, p. 57-80, 1956.
- \_\_\_\_\_. Tietê, o rio de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 1: p. 45-67.
- SANTOS, Márcia Mária D. Identificação de áreas pobres no espaço metropolitano de Belo Horizonte. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 11, n. 21/22, p. 19-45, 1981.
- SANTOS, Maria Cristina Siqueira dos. *Permanência e mudança no uso do solo: o bairro do Jardim Botânico - RJ*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985. 176p.
- SANTOS, Maria Sílvia, C. J. *Contribuição ao estudo geográfico das cidades pequenas do estado de São Paulo*. Rio Claro, SP, 1988. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1988.
- SANTOS, Milton Almeida dos. *Ubaitaba (estudo de Geografia Urbana)*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1954.
- \_\_\_\_\_. Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Bahiano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 9, n. 1, 1954/1955.
- \_\_\_\_\_. *Zona do cacau*. Salvador: Artes Gráficas, 1955. 114 p.
- \_\_\_\_\_. A cidade de Jequié e sua região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 71-112, 1956.
- \_\_\_\_\_. Ituberá, porto cacauero rejuvenescido pela indústria. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 119-131, 1955/1957.
- \_\_\_\_\_. Localização industrial em Salvador. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 245-276, 1958.
- \_\_\_\_\_. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. 196 p. Parte deste trabalho foi publicada como: Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade do Salvador, no *Boletim Paulista de Geografia*, n. 32, p. 17-30, 1959.
- \_\_\_\_\_. Uma definição da cidade do Salvador. In: SANTOS, Milton Almeida dos (Org.). *Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 125-128.
- \_\_\_\_\_. Alguns problemas das grandes cidades nos países subdesenvolvidos. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-37, 1962.
- \_\_\_\_\_. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 179 p.
- \_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977. Publicado em inglês em: *Antipode*, v. 9, n. 1, 1977. Transcrito em: SANTOS, Milton Almeida dos. *Espaço & sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 9-27.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978a. 236 p.
- \_\_\_\_\_. A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978,

- Fortaleza. *Sessões dirigidas*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978b. p. 37-50. Transcrito em: SANTOS, Milton Almeida dos. *Espaço & Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 36-54.
- SANTOS, Milton Almeida dos. *A pobreza urbana*. São Paulo: Recife: HUCITEC, 1978c. 119 p.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a. 345 p.
- \_\_\_\_\_. A periferia está no pólo: o caso de Lima, Peru. In: SANTOS, Milton Almeida dos. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979b. p. 59-100.
- \_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1980. 214 p.
- \_\_\_\_\_. Cidade, mais-valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 159-165.
- \_\_\_\_\_. Tradição, modernidade e cultura na cidade grande. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, p. 108-111, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1987. 124 p.
- \_\_\_\_\_. CARVALHO, Anna Dias da Silva. As indústrias da cidade do Salvador (Distribuição geográfica). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 103-118, 1955/1957.
- SANTOS, Regina Célia Bega dos. O acesso à habitação em alguns bairros periféricos do município de Osasco, na Grande São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 402-403.
- \_\_\_\_\_. *Osasco: migrações, condições de vida e apropriação do espaço*. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1983. 163 p. Um resumo deste trabalho foi apresentado com o título: Formas de sobrevivência e apropriação do espaço, nos Anais do 4. Congresso Brasileiro de Geógrafos. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 195-200.
- SCARLATTO, Francisco Capuano. *A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial na metrópole paulistana*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1981. 142 p. Publicada com o título: Metropolitização de São Paulo e o Terceiro Mundo. São Paulo: Iglu, 1987. 149 p.
- \_\_\_\_\_. *O real e o imaginário no Bexiga: autofagia e renovação urbana no bairro*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1989. 279 p.
- SCLÜTTER, Otto. Bemerkungen zur Siedlungsgeographie. *Geographische Zeitschrift*, Stuttgart, v. 5, p. 65-84, 1989.
- SEABRA, Manoel F. Gonçalves. Plano de coleta para a pesquisa sobre o abastecimento da cidade de São Paulo em gêneros alimentícios. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 209, p. 65-78, 1969.
- SEABRA, Odete Carvalho L. *A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1980. 122 p.
- \_\_\_\_\_. Os agentes da produção do espaço urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 385-394.
- \_\_\_\_\_. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 301 p.
- SELVA, Vanice Santiago F. Organização espacial urbana de Natal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 55-59.

- SELVA, Vanice Santiago F. *Organização espacial urbana de Natal*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- SERRA, Carlos Alberto T. A função portuária. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 69-71.
- SÉRVIO, Wanderley. *O abastecimento de produtos olerícolas em Teresina*. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.
- SETTE, Hilton. Origem e evolução urbana de Garanhuns. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1/2, p. 37-48, 1956a.
- \_\_\_\_\_. *Pesqueira*: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais. Recife: Sette, 1956b. 104 p.
- SIEGLER, Ireneu Antonio. Avenida Rondon Pacheco, canal aberto ou fechado. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 35-38, 1989.
- SILVA, Adevair Mendes. *O migrante rondonopolitano*. Rio Claro, 1988. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista de Mesquita Filho, 1988.
- SILVA, Ana Maria Calazans. *A desruralização e as transformações espaciais no município de Ribeirão: 1970-1980*. Recife, 1986. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1986. Parte deste trabalho foi publicado com o título: O comércio da cidade do Ribeirão e sua interligação com o setor rural, no 1. Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano, 1987. Comunicações. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 281-285.
- SILVA, Antonio Francisco da et al. A suburbanização dos velhos núcleos rurais do ramal de Santa Cruz no estado da Guanabara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 89-91.
- \_\_\_\_\_. O centro funcional de Madureira. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 242, p. 52-87, 1974.
- SILVA, Antonio Rodrigues da. "Folias de Reis" na baixada fluminense: reprodução das relações sócio-culturais do campo no tecido urbano. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. 192 p.
- SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e Ideologia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 52, p. 93, p. 93-99, 1976.
- \_\_\_\_\_. Sobrepopoamento e estrutura urbana. In: SILVA, Armando Corrêa da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1978a. p. 48-60. Um resumo deste trabalho foi publicado anteriormente em: Anais do 2. Encontro Nacional de Geógrafos. Comunicações. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 48-49.
- \_\_\_\_\_. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades: In: SILVA, Armando Corrêa da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1978b. p. 100-103.
- \_\_\_\_\_. A cartografia teórica como cartografia do concreto. O exemplo dos espaços absoluto, relativo e relacional de D. Harvey, referidos ao universo urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 613-621.
- \_\_\_\_\_. *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano* - o caso de São Paulo: o bairro da Consolação. São Paulo, 1982a. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1982a.
- \_\_\_\_\_. O valor geoeconômico do solo urbano como indicador do grau de monopolização do espaço nas metrópoles dos países de desenvolvimento capitalista dependente ou associado. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982b. p. 402-405.
- \_\_\_\_\_. A renovação geográfica no Brasil - 1976-1983 (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 60, p. 73-140, 1983/1984.

- SILVA, Carlos Frederico S. Atibaia (Aspectos físicos e humanos). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 543-569, 1949.
- SILVA, Elizabeth di Gesu V. O metropolitano e a renovação urbana do Catete. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 359-381, 1981.
- SILVA, Hilda da. A evolução do comércio varejista do centro do Rio de Janeiro e suas relações com o aparecimento dos subcentros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 92-94.
- \_\_\_\_\_. Campos (Notas decorrentes de uma pesquisa sobre migrações). *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 149-155, 1971.
- \_\_\_\_\_. A natureza da política habitacional para grupos de baixa e média renda no Rio de Janeiro e seus efeitos no modelo residencial da referida cidade. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 115-130, 1976.
- \_\_\_\_\_. et al. A função comercial. In: DUARTE, Aluizio C. (Coord.). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 77-91.
- SILVA, José Borzacchiolo da. Geografia urbana: algumas considerações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 472-477.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais em Fortaleza: uma abordagem geográfica*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987. 314 p.
- SILVA, Moacir M. F. Como se distribui a iluminação pública do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 547-572, 1945.
- SILVA, Raul de Andrada e. A cidade de Santo André e sua função industrial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 550-559.
- \_\_\_\_\_. São Paulo nos tempos coloniais. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958, v. 2: p. 5-48.
- SILVA FILHO, Manoel Feliciano da. *Cadastro municipal de intervenções públicas do solo*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- SILVEIRA, João Dias da. 9. Congresso Brasileiro de Geografia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 5 mar. 1940. Transcrito em: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 2, n. 2, p. 264-265, abr./jun. 1940.
- \_\_\_\_\_. A zona de Amparo e suas vizinhanças. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 604-630.
- SIMÕES, Ruth Mattos Almeida. Contribuição à geografia carioca: notas sobre a geografia do bairro Laranjeiras. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 171-206, 1952/1953.
- SINGER, Paul, BRANT, Vinicius C. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981. 230 p.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988. 222 p.
- SOARES, Douracy et al. Memória técnica e uso do solo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 427-484.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. A primeira vila portuguesa no Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1/2, p. 65-76, 1958a.
- \_\_\_\_\_. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3/4, p. 47-68, 1958b. Transcrito em: Aspectos da Geografia Carioca. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962. p. 105-124, e também em:

BERNARDES, Lysia M. C., SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 105-120.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Divisões principais e limites externos do Grande Rio de Janeiro. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 12, p. 187-205. Também publicado em: BERNARDES, Lysia M. C., SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 134-146.

\_\_\_\_\_. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 155-256, abr./jun. 1962. (Tese de Livre Docência não defendida). Um capítulo deste trabalho, com o título: A integração do recôncavo da Guanabara na Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro, foi transcrito em: BERNARDES, Lysia M. C., SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 42-67.

\_\_\_\_\_. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 329-387, 1965.

\_\_\_\_\_. A organização interna das cidades segundo seu estágio de desenvolvimento. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 203, p. 86-93, 1968a.

\_\_\_\_\_. Critérios de delimitação de áreas metropolitanas e a possibilidade de sua aplicação ao Brasil. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 1966, Buenos Aires. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968b. p. 91-106.

\_\_\_\_\_. As diversificações do espaço urbano. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968c. p. 47-56.

\_\_\_\_\_. Bairros, bairros suburbanos e subcentros. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968d. p. 74-89. Transcrito em: BERNARDES, Lysia M. C., SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p. 121-133.

\_\_\_\_\_, LIMA, Maria Helena Palmer. A ocorrência de favelas em pequenas e médias cidades do Estado do Rio de Janeiro: o caso de Teresópolis. *Anuário do Instituto de Geociências [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 1981. p. 42-55. Publicado também em: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). Estudos nordestinos sobre crescimento urbano. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 201-221. Resumo em: Anais do 5. Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 461-463.

\_\_\_\_\_ et al. Um indicador de qualidade de vida nas favelas do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 225-239. Também publicado em: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). Estudos nordestinos sobre crescimento urbano. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 101-120.

SOARES, Willian Gonçalves. Catete: exemplo de localidade central intra-urbana. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, 1975. p. 204-290.

\_\_\_\_\_. A política urbana no Estado: para além da Região Metropolitana. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-48, 1983/1984.

SOUSA, Francineide Bezerra de. Uma análise geográfica da política de desfavelamento de Fortaleza - o caso do Conjunto Palmeiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 37.

SOUTO, Celso Roberto R. O conjunto habitacional e as condições restritivas de uma política habitacional: considerações primárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 417-419.

SOUZA, Albenides Ramos de. *Estudo locacional para a implantação de escolas profissionalizantes de segundo grau no município de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. p. 138.

- SOUZA, Elza Coelho de. Águas da Prata, uma estância mineral. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 14-29, 1950.
- SOUZA, Gustavo de Oliveira C. Invasões urbanas e poder político. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 35.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. Agricultura peri-urbana e desruralização na Vargem Grande. *Espaço & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 71-74, 1983/1984.
- \_\_\_\_\_. Algumas palavras sobre a periferização carioca. In: BERNARDES, Júlia A. (Coord.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. p. 98-109.
- \_\_\_\_\_. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. 241p.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. Teoria e metodologia em geografia urbana. In: TEORIA e método da Geografia. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Secção São Paulo, 1982. (Borrador n. 1).
- \_\_\_\_\_. Produção e apropriação do espaço metropolitano: a Avenida Paulista em São Paulo. In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL/Grupo de Trabalho sobre Grandes Metrôpoles do Mundo. Anais do 1. Seminário (Brasília/Rio, 1982). Rio de Janeiro: UGI, 1983. p. 57-73. Transcrito em: SOUZA, Maria Adélia A. de, SANTOS, Milton (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 135-149.
- \_\_\_\_\_. *Governo urbano*. São Paulo: Nobel, 1988. 84 p.
- \_\_\_\_\_. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1989. 407 p.
- SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza: uma análise da estrutura urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978. Fortaleza. *Guias de excursões*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 61-114.
- SPADA, Sheila B. Salek. Contribuição à Geografia Médica: padrão espacial-temporal da meningite meningocócica no município do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 261-263.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Localização industrial em Presidente Prudente. *Revista de Geografia [da] UNESP*, São Paulo, n. 5/6, p. 83-102, 1986/1987.
- \_\_\_\_\_. et al. Transporte coletivo urbano em Presidente Prudente. *Revista de Geografia [da] UNESP*, São Paulo, n. 5/6, p. 143-181, 1986/1987.
- \_\_\_\_\_. O crescimento urbano e a questão habitacional em Presidente Prudente - SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987. *Comunicações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 105-106.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, SP, 1984. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p.
- STAMP, L. Dudley. *Applied geography*. Londres: Penguin Books, 1960.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Paquetá: ensaio geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. p. 697-727.
- STRAUCH, Lourdes M. M. Distribuição da população na Ilha do Governador. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 301-325, 1955.
- STROHAECKER, Tânia Marques. *O bairro de São Cristóvão: de arrabalde aristocrático a periferia do centro*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. 208 p. Parte deste trabalho foi publicada com o título:

A zona periférica ao centro: uma revisão bibliográfica, em *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, n. 4, p. 171-183, out./dez. 1988.

SUDO, Hideo, ASARI, Alice Y. A ação do poder público no esforço de uma industrialização planejada: o exemplo dos distritos industriais em Londrina - PR e Presidente Prudente - SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 359-360.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A., SCHÄFFER, Neiva Otero. *Análise ambiental: a atuação do geógrafo na sociedade*. Porto Alegre: a metrópole e seu delta. *Terra Livre* 3: 89-103, [19\_\_].

TEIXEIRA, Marise C. C. Avenida Paulista: de Champs Elísées, a 5th Avenue, a Wall Street, a .... In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984. p. 241-244.

TEIXEIRA, Marlene P. V. Relação residência-trabalho: Indústria naval no município de Niterói, RJ. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, PUR, 1975. p. 230-242.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da localização industrial - o caso de Niterói. *Anuário do Instituto de Geociências [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 54-61, 1979.

\_\_\_\_\_. O fortalecimento de pequenas cidades como alternativa para a crise nas regiões metropolitanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 437-440.

\_\_\_\_\_. Localização e realocação industrial - Região Metropolitana do Rio de Janeiro (setor oriental). *Anuário do Instituto de Geociências [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 12-39, 1982.

\_\_\_\_\_, SOARES, Willian G. Integração de Maricá à área metropolitana do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 79-98, 1973/1975.

\_\_\_\_\_, MACHADO, Rosa M. Conceito de bairro: unidade popular ou técnica? *Anuário do Instituto de Geociências [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 1986. p. 66-71. Resumo publicado em: Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos. Contribuições científicas. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 133.

TEULIERES, Roger. Favelas de Belo Horizonte. *Boletim Mineiro de Geografia*, v. 1, p. 7-37, 1957.

THOMAS, William (Org.). *Man's role in changing the face of the earth*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

TÍRICO, José Domingos. Contribuição à geografia urbana de Mogi das Cruzes. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-234, 1957/1958.

\_\_\_\_\_. Rua da Consolação, uma das artérias da capital paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 29, p. 20-56, 1958.

\_\_\_\_\_. Sosas, subúrbio de Campinas. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 35, p. 32-54, 1960a.

\_\_\_\_\_. A região do alto curso superior do Tietê. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 519-583, 1960b.

\_\_\_\_\_. Aspectos geográficos da indústria em Campinas. *Revista da Universidade Católica de Campinas*, v. 6, n. 18, p. 109-116, 1960c.

TOLEDO, Gil Sodero de. Aspectos da geografia urbana paulistana - aerofotointerpretação. *Orientação*, São Paulo, v. 1, p. 6-11, 1965.

TRICART, Jean. *Cours de Géographie Humaine*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1954. v. 2: L'Habitat Urbain. 295 p.



- TRICART, Jean. Contribuição ao estudo das estruturas urbanas. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 135, p. 473-481, 1954. Publicado originalmente em: *Révue de Géographie de Lyon*, v. 25, n. 3, p. 145-156, 1950.
- TROPMAIR, Helmut. Estrutura de um centro têxtil: Americana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 58-60.
- POMPILIO, Maria José. Contribuição ao estudo da indústria têxtil de Americana (estado de São Paulo). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 43, p. 62-82, 1966.
- POMPILIO, Maria José. Estudo biogeográfico das áreas verdes de duas cidades médias do interior paulista: Piracicaba e Rio Claro. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 63-78, 1976.
- \_\_\_\_\_. Estudo biogeográfico de líquens como vegetais indicadores de poluição aérea da cidade de Campinas (SP). *Geografia*, Rio Claro, v. 2, n. 4, p. 1-38, 1977.
- TSUKAMOTO, Ruth Youko. A estrutura sócio-econômica do Jardim do Sol - Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 135.
- TURNOWSKI, Salomon. A indústria no Estado da Guanabara: aspectos de sua implantação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Resumos de teses e comunicações*. Rio de Janeiro: Delta, 1965. p. 63-64.
- \_\_\_\_\_. *Deslocamento das indústrias cariocas*. Rio de Janeiro: Secretaria de Governo, Coordenação de Planos e Orçamento, 1967. 23 p.
- \_\_\_\_\_. A função industrial e a industrialização. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 125-142.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da geografia das indústrias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria de Governo, Coordenação de Planos e Orçamentos, 1969. 153 p.
- \_\_\_\_\_. ENÉAS, Yara Simas. Subúrbios industriais do eixo Linha Auxiliar, Rio d'Ouro e Bangú. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2., 1965, Rio de Janeiro. *Roteiro das excursões*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1965. p. 53-60.
- VACHER, A. Montluçon: essai de géographie urbaine. *Annales de Géographie*, Paris, v.13, p. 121-137, 1904.
- VALLADARES, Licia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 196 p.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 197 p.
- VALVERDE, Orlando. Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 509-526, out./dez. 1944.
- \_\_\_\_\_. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 477-534, out./dez. 1948.
- \_\_\_\_\_. Estudo regional da zona da mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958.
- \_\_\_\_\_. O noroeste da mata pernambucana (a região de Timbaúba). *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1/2, p. 5-68, 1960.
- \_\_\_\_\_. Os distritos meridionais do município de Colatina, Espírito Santo. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 178, p. 83-107, 1964.
- \_\_\_\_\_. O sítio da cidade. In: CURSO de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 3-14.
- \_\_\_\_\_. Carta aberta de Orlando a Orlando. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 60, p. 5-20, 1984.
- \_\_\_\_\_. et al. Geografia econômica do nordeste potiguar. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 3-42, jan./mar. 1962.

- VASCONCELLOS, Luiz G. Falcão. Algumas considerações sobre conforto ambiental, arborização e áreas verdes na cidade de Manaus - AM. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 516-524.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O trabalho informal nas metrópoles brasileiras: uma análise comparativa. *Geografia*, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 141-148, 1987.
- \_\_\_\_\_. Região Metropolitana de Salvador: elementos da sua estruturação espacial. *Revista de Urbanismo e Arquitetura-RUA*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 103-124, 1989.
- VELOSO FILHO, Francisco de Assis. A expansão urbana no Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 120.
- VETTER, David M., MASSENA, Rosa Maria R. O espaço e a apropriação dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 73-82.
- \_\_\_\_\_. et al. Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infra-estrutura do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1/2, p. 32-71, jan./jun. 1979.
- \_\_\_\_\_. A proposição dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através de ecologia fatorial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 457-576, out./dez. 1981. Publicado também em: Espaço & Debates, São Paulo, v. 4, p. 5-37, 1981.
- VIANA, Myrna T. Rego. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 57, p. 93-99, 1980. Transcrito em: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 125-130. Resumo publicado em: *Anais do 4. Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 407. Editorial: por que mudar?, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 51, p. 5-6, jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. São Miguel Paulista: o chão dos desterrados. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982. 131 p.
- VIANNA, Pedro C. Guedes, SANTOS, Marcos Antonio. Projeto Rio: uma análise crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 83-96.
- VIANNA, Márcia C. Segadas. Um estudo de renda de migrantes e naturais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Comunicações*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 201-206.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La géographie politique à propos les écrits de M. Frédéric Ratzel. *Annales de Géographie*, Paris, v. 7, n. 32, p. 97-111, 1898.
- \_\_\_\_\_. Les caractères distinctifs de la Géographie. *Annales de Géographie*, Paris, v. 22, n. 124, p. 289-299, 1913. Versão em português: As características próprias da geografia, na obra de CHRISTO-FOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 37-47.
- \_\_\_\_\_. *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1922. 327 p. Versão em português como: *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos. 461 p.
- VIEIRA, Sonia Bogado. Jurujuba: um estudo de caso de segregação urbana. In: LINDGREN, Carlos Ernesto (Org.). *Leituras em organização espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, 1975. p. 243-266.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *Projeto CURA - Cuiabá*: um exemplo da intervenção do Estado nas transformações do espaço urbano. Rio Claro, São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, 1983. 2 v. Resumo publicado em: *Anais do 6. Encontro Nacional de Geógrafos*. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 140.
- VILLAÇA, Flávio. *A estrutura territorial da metrópole sul-brasileira: áreas residenciais e comerciais*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979. 2 v.

- VINAGRE, Jane, SANT'ANNA, Marina del N. C. A intervenção espacial do governo e a política sócio-econômica: o caso do conjunto habitacional de Cordovil - Cidade Alta. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 390-391.
- \_\_\_\_\_, TEIXEIRA, Marlene P. V. Contribuição ao estudo da função turística - Mangaratiba (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. p. 379-381.
- VLACH, Vânia R. Farias. *A propósito do ensino da Geografia: em questão o nacionalismo patriótico*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988. 206 p.
- VOCABULÁRIO de Geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, 1971. 156 p.
- WADA, Carmelita Yoshiko. O setor informal de Londrina: o espaço público como locus dessa atividade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 127.
- \_\_\_\_\_, et al. Crescimento vertical de Londrina: uma questão a ser estudada. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. *Contribuições científicas*. Campo Grande: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 123.
- YOSHIOKA, Reimei. *Avaliação de implantação de núcleo urbano na Amazônia: exemplo de Nova Marabá, Pará*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1986. 188p.
- ZAMPIERI, Helvécio. *Birigui, cidade industrial do oeste paulista: exemplo recente da fabricação de calçados*. São Paulo, 1977. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1977.

## RESUMO

Este trabalho procura recuperar o processo de desenvolvimento da Geografia Urbana Brasileira, analisando criticamente a produção realizada sobre a organização interna das cidades. Identificando os diversos caminhos percorridos pelos geógrafos desde o início do Século XX, o trabalho discute os grandes temas abordados em cada fase de desenvolvimento do estudo geográfico da cidade no Brasil, contextualizando-os em relação à evolução do pensamento geográfico, por um lado, e em função do processo histórico de desenvolvimento da formação social brasileira, por outro. Aponta, ainda, as orientações teóricas e metodológicas predominantes a cada momento, indicando os impasses enfrentados e as soluções propostas. Oferece, finalmente, como subsídio a outros estudos, uma extensa bibliografia, que inclui livros, artigos, teses e comunicações em congressos.

## ABSTRACT

The city as an object of geographical enquiry in Brazil: evolution and evaluation

This article studies the development of Brazilian urban geography in the twentieth century. In attempting to attain this goal, the work identifies the main paths followed by geographers in their studies of urban structure, and relates them to the history of geographical thought, on the one hand, and to the process of Brazilian societal development, on the other. Theoretical and methodological bottlenecks faced by geographers are also discussed, along with the solutions they arrived at. The article includes a comprehensive bibliography, which contains most of the scientific production of Brazilian geographers in the last sixty years.

# A DINÂMICA URBANA E O USO DO SOLO EM BELÉM: ANÁLISE DE PROCESSOS ESPACIAIS EM ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO\*

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.\*\**

---

## INTRODUÇÃO

---

O estudo busca apresentar a produção do espaço e a concomitante diversidade do uso do solo em uma área do espaço urbano de Belém (PA) situada em zona periférica do núcleo central da cidade. Nesse sentido, mostra-se de que maneira o processo histórico imprime mudanças, acréscimos e substituições nessa fração do espaço que possui algumas peculiaridades no tocante ao seu sítio urbano original, posto que inclui-se entre aquelas áreas correspondentes ao nível da planície de inundação (áreas de baixadas).

A análise privilegia a relação espaço-tempo, na medida em que procura compreender o destino dado ao solo em momentos distintos do processo de construção da cidade. Evidencia, portanto, as motivações que imprimiram mudanças ou reforçaram a permanência das formas de utilização e de apropriação de um determinado lugar da cidade.

Localizada em zona periférica do núcleo central, a área objeto de análise vivenciou ao longo da produção do espaço da cidade processos espaciais<sup>1</sup> diversos, cujo reflexo nos dias atuais traduz-se em uma grande complexidade de usos da terra. Trata-se da área originariamente de baixada, situada parcialmente nos bairros do Reduto e Umarizal, de localização centralizada no âmbito do espaço urbano de Belém (Figura 1).

---

Recebido para publicação em 09 de novembro de 1993.

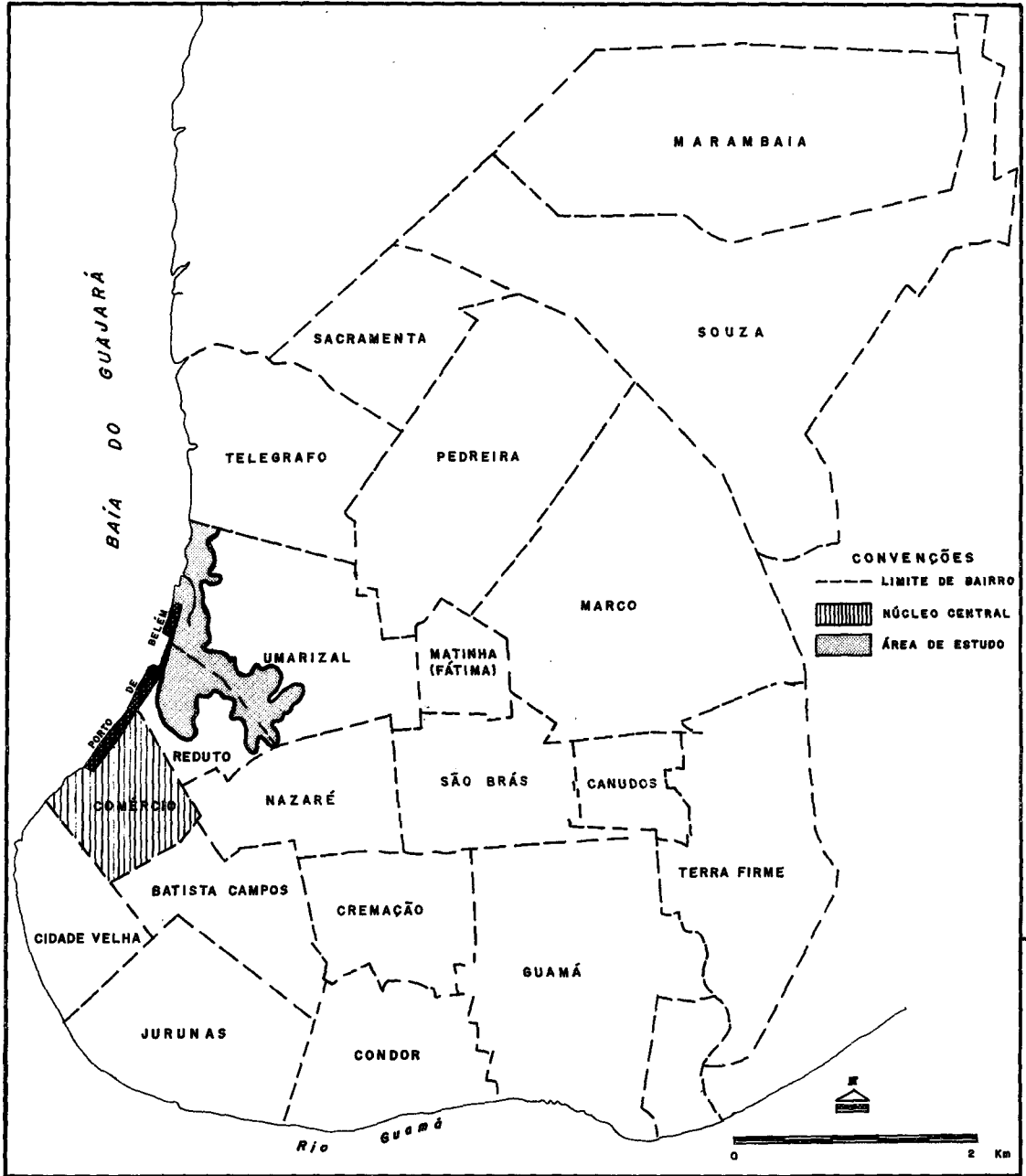
\* O artigo sintetiza a dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, intitulada "Produção do Espaço e Diversidade do Uso do Solo em Área de Baixada Saneada-Belém (PA)", sob a orientação do Prof. Roberto Lobato Corrêa (IBGE/UFPA).

\*\* Geógrafo, Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>1</sup> Como processos espaciais entende-se "um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade" (Corrêa, 1989, p.36). Corrêa (1979, 1989) elenca, ainda, os seguintes processos espaciais na cidade capitalista: centralização, descentralização, coesão, segregação, inércia e invasão-sucessão.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 56 (1/4): 123 - 133, jan./dez. 1994.

**FIGURA 1**  
**DISTRITO DE BELÉM**



Pelas características que apresenta, observa-se uma certa similitude da área em análise com o que se convencionou chamar nos estudos de Geografia Urbana de zona periférica do centro ou zona em transição (*frame, zone in transition*). Essa zona juntamente com o chamado núcleo central (*core, Central Business District* ou *CBD*) constituem a área central do espaço urbano, foco principal da cidade e de sua hinterlândia. Caracteriza-se principalmente pela diversidade e complexidade em relação ao uso do solo, cujos padrões são marcados pela descontinuidade espacial e pela combinação de usos de modos distintos nos diferentes setores da área (Strohaecker, 1988).

Tendo em vista esta caracterização, duas perguntas básicas norteiam o estudo:

a) O que levou essa área a apresentar uma complexidade de usos da terra?

b) Que processos foram responsáveis pela mudança ou permanência de determinados usos verificados no decorrer da produção do espaço?

Partindo da leitura de sua organização espacial foi possível identificar usos diversos por meio das formas espaciais<sup>2</sup> existentes na área enfocada. Com base nisso estabelecemos a caracterização da mesma, a partir de sua inserção na dinâmica urbana de Belém, de maneira a compreender sua especificidade e sua complexidade enquanto espaço socialmente produzido.

## AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao examinarmos a diversidade de usos do solo na cidade capitalista, observamos que esses usos são materializações de práticas sociais, historicamente constituídas, responsáveis pelo processo de produção e de configuração do espaço, segundo a lógica capitalista. A leitura da organização do espaço é, ao mesmo tempo, a leitura da dinâmica da sociedade que o produz; daí a

necessidade de uma base teórica e metodológica, a partir da qual se torne possível a discussão dos fenômenos espaciais em totalidade.

Uma maneira de se analisar o espaço urbano especialmente importante tendo em vista este estudo é indicada por Santos (1985). Para este autor, na compreensão da totalidade social espacializada, perpassa a relação dialética existente entre a FORMA (aspecto visível, exterior, de um objeto ou conjunto deles), a FUNÇÃO (tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto), a ESTRUTURA (natureza social e econômica de uma sociedade em dado momento histórico) e o PROCESSO (ação que se realiza continuamente visando a um resultado qualquer).

Tomados em separado, esses conceitos nos levam a uma falsa análise; daí a necessidade de levarmos em conta a inseparabilidade concreta e conceitual dessas categorias:

“Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo da combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos com o que a idéia de transformação nos escapa e as instituições se tornam incapazes de projetarem-se no futuro. Examinar forma e função sem a estrutura deixamos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a forma, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento” (Santos, 1985, p.56).

Há uma interação desses elementos no sentido de produzir e moldar o espaço. A totalidade em que se inserem é a própria formação econômico-social, totalidade esta cuja concretude é dada pelo espaço (Moreira, 1992), enquanto expressão territorial da sociedade.

<sup>2</sup> Segundo a abordagem de Santos (1985), a forma é o espaço visível de uma determinada coisa. Corresponde a um objeto ou a um arranjo ordenado de objetos. No espaço urbano, uma casa, uma favela, uma fábrica, um distrito industrial são exemplos de formas espaciais. Cada forma possui um significado social e frequentemente ela permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. Poderá, entretanto, assumir outros papéis em momentos históricos diferentes.

O conhecimento do movimento dessa totalidade, da formação econômico-social, através de sua síntese, e do espaço pressupõe a apreensão e a relação das categorias acima descritas - estrutura, processo, função e forma. Isso porque, a cada novo momento da divisão do trabalho, um novo movimento é atribuído à sociedade, através do qual assinala-se um novo elenco de funções e, simultaneamente, ocorre uma alteração qualitativa e quantitativa das funções antigas. A totalidade social se exprime por meio de processos diversificados, que se desdobram através de funções que, por sua vez, realizam-se através das formas espaciais (Santos, 1992).

A relação entre os elementos acima mencionados não é unidirecional, mas recíproca, devido à própria natureza dialética dessas categorias. Por serem as formações materiais sistemas de movimentos relativamente estáveis, não se expressa entre elas uma simples coexistência, mas uma reciprocidade de ação que provoca, igualmente, transformações mútuas e que estão, por conseguinte, em correlação e interdependência determinadas (Cheptulin, 1982). Nesse sentido, o espaço, a partir das alterações ocorridas na sociedade, responde e interfere neste por meio de suas próprias alterações.

A construção do urbano em Belém exigiu a inserção e a alteração de suas áreas alagadas. Nelas foram sendo anexadas formas espaciais que têm materializado o papel e o significado dos lugares na divisão econômica e social do espaço da cidade.

É o que podemos constatar na área objeto de análise. Por estar em contato com o núcleo central e com outros espaços de ocupação mais recente, a área em consideração vivenciou um pouco dos vários processos que marcaram a produção do espaço da cidade. Nesse sentido, o uso do solo já apresentado ao longo do tempo sintetiza processos vários que ocorreram não só nessa área, mas também na cidade como um todo, consubstanciados no território por meio das formas espaciais, identificadas da seguinte maneira: a) formas espaciais herdadas do passado, b) formas espaciais desaparecidas, e c) formas espaciais recentes.

## AS FORMAS ESPACIAIS HERDADAS DO PASSADO

As formas espaciais do passado que ainda subsistem refletem no espaço momentos diferentes de inserção da área na divisão econômica e social do espaço. São antigos prédios comerciais, residenciais e de unidades fabris; formas criadas em momentos em que o bairro do Reduto e do Umarizal desempenhavam funções comerciais e industriais marcantes e que o espaço urbano de Belém ainda não sentia os efeitos da integração regional que ocorreria a partir do final da década de 50.

Em Belém, o bairro do Reduto foi um dos primeiros a desempenhar a função comercial. Contribuiu para isso a prosperidade do comércio da borracha no final do século passado e início deste, que repercutiu na organização do espaço intra-urbano de Belém. Exemplo disso é a consolidação de seu núcleo central dinamizado pela atividade comercial.

Entre os fatores que contribuíram para o dinamismo comercial do bairro, destacam-se: a) a proximidade ao núcleo histórico, onde se originou a cidade; b) o contato com as vias de transportes fluviomarítimas; e c) as condições de externalidades positivas, como a atividade fabril e a portuária. Por outro lado, a perda desse dinamismo, a partir da década de 50, é justificada por fatores tais como: a) o surgimento de novos eixos de circulação intra e interurbanos distantes da área central; b) a redefinição da geografia comercial da cidade, que estabeleceu novos subcentros de comércio e serviços. Com isso, passa a haver uma descaracterização da área em evidência, momento em que ocorre uma mudança de escala na dinâmica urbana e se colocam outros esquemas de localização das atividades econômicas.

Hoje, além da permanência da atividade portuária, verificam-se antigos prédios de comércio, que vêm sendo utilizados para outras funções (residenciais ou mesmo de serviços).

A incipiente industrialização, já verificada no final do século passado e durante as primeiras décadas deste, legou formas espaciais ainda hoje existentes.

Até a década de 50, Belém apresentava um pequeno parque industrial que surgiu em decorrência do dinamismo da borracha e que se expandiu mesmo com o declínio daquela atividade, posto que houve uma canalização de investimentos de capitais para o setor fabril. Consistia num tipo de indústria que produzia bens de consumo voltados ao mercado local e mesmo produção de matérias-primas semimanufaturadas voltada ao mercado externo (Mourão, 1989).

Como repercussão espacial intra-urbana, a atividade industrial concentrou unidades fabris principalmente em bairros centrais, como os bairros do Reduto e Umarizal. A proximidade ao núcleo central e aos terminais de transporte, bem como a relação de dependência às externalidades existentes (comércio e serviços) favoreceram essa concentração.

Entretanto, a partir da década de 50, alguns elementos foram responsáveis pela descaracterização dessa área enquanto setor industrial. Com a política de integração da Região Amazônica ao restante do País, muitas empresas locais que constituíam esse setor industrial passaram a enfrentar a concorrência de empresas maiores e com isso desapareceram ou foram incorporadas por estas. Presencia-se, desde então, um gradativo processo de desregionalização da atividade industrial. À medida que a região se articulava ao Centro-sul, consolidava-se um setor fabril associado ou contratado por grupos econômicos extra-regionais (Mourão, 1989).

Além disso, o crescimento da malha urbana de Belém e a dinamização de novos meios de transportes intra e interurbanos dão início a uma descentralização articulada a um processo de mudança, com importante reflexos espaciais. A nova dimensão do urbano belenense e a escassez de terrenos na área central colocam o setor industrial do Reduto e do Umarizal em uma situação de perda gradativa de antigas funções distantes que passam a ficar dos novos eixos de circulação interurbanos.

Como parte desse processo passa a ocorrer a realocação de determinadas atividades. As industriais novas já nascem descentralizadas, ocupando espaços mais amplos na periferia distante e valorizando, em termos de localização, os eixos rodoviários de acesso à cidade. Dá-se, concomitantemente, a desocupação de várias fábricas antigas, notadamente no bairro do Reduto, ou transformação das mesmas em depósitos, por exemplo. Além disso, são destruídos ou alterados, com maior ou menor intensidade, os padrões das edificações, que apresentam hoje visíveis aspectos de deterioração, típica do setor de inatividade geral<sup>3</sup> que compõe a zona periférica do centro.

Como resultado, no passado, do processo de produção de habitações para uma população que vinha a se beneficiar das vantagens locacionais e das atividades ligadas à área central, a área em análise apresenta, ainda, formas residenciais antigas, na maioria das vezes servindo de moradia a uma população de baixo status.

Essas formas de habitação concentram-se particularmente nos limites circunscritos pelo bairro do Reduto, em setores que se caracterizam por apresentarem um processo de assimilação passiva.

A dinâmica da estrutura econômica regional e do espaço urbano de Belém estabeleceu para o bairro do Reduto, em especial, mudanças quanto ao seu papel da divisão econômica e social do espaço. A zona periférica do centro, de uso misto decadente da terra e em alguns setores, tem no processo de substituição de atividades econômicas e da população residente (processo de invasão-sucessão) um fator de mudança de seu conteúdo social. O decréscimo populacional que passa a ocorrer com a decadência econômica do bairro nada mais é do que um reflexo dos processos responsáveis pelas mudanças verificadas a nível das formas e do conteúdo. A partir da década de 50, o Reduto passou a apresentar uma perda gradativa de sua população, conseqüência da perda de antigas funções existentes no bairro. Essa tendência se dá até a década de 70. É o que

<sup>3</sup> Três setores distintos podem ser visualizados na zona periférica do centro, segundo Griffin & Preston Apud Strohaecker (1988), são eles: o de Assimilação Ativa, que apresenta usos do solo de alta qualidade e um lento e contínuo processo de invasão-sucessão; o de Assimilação Passiva, com um lento e tímido processo de invasão-sucessão, uso do solo de caráter eclético e muitas vezes de baixa qualidade; e o de Inatividade Geral, que se caracteriza pelo pouco dinamismo quando comparado aos demais setores, revelando uma força de permanência que se impõe à assimilação ou à conversão de outros usos que não aqueles existentes.



se constata com base nos dados dos Censos de 1960, 1970 e 1980.

Há não só uma emigração das pessoas para outros bairros, como também o Reduto deixa de despertar interesse imigratório, após sua decadência econômica. A expressão espacial desse processo passa a ser a deterioração de antigas formas (prédios industriais, comerciais e residenciais). Ressalta-se, entretanto, conforme teremos a oportunidade de analisar mais adiante, que essa realidade não é mais a mesma nos últimos anos, em especial devido aos processos de mudança que se têm feito notar em setores que se caracterizam pela assimilação ativa.

## AS FORMAS ESPACIAIS DESAPARECIDAS

Nem sempre é possível, através da paisagem, datar todos os objetos espaciais, uma vez que muitos deles são suprimidos. A supressão não significa que se deva desconsiderar sua importância; pelo contrário, ela justifica, muitas vezes, a existência da paisagem do presente. Uma paisagem é escrita sobre a outra, herança de momentos diferentes, não sendo a mesma inerme ou acabada, mas criada não só por acréscimos como por substituições (Santos, 1988).

Desvendar a dinâmica da produção do espaço única e exclusivamente a partir da paisagem atual é, assim, insuficiente, pois ela não revela por si só todos os dados que dinamizam o espaço produzido, dados estes nem sempre tão visíveis.

Este entendimento é possível de ser aplicado à análise que ora realizamos. Alguns elementos que compuseram o arranjo espacial da área estudada foram suprimidos da paisagem em razão de processos articulados em escalas mais amplas do espaço. Foi o que aconteceu com as vacarias (pequenas estâncias de gado fornecedoras de leite *in natura*) e com uma favela existente na área.

Além do fato de estarem localizadas em áreas de baixadas, as vacarias gozavam, em geral, de localizações privilegiadas em relação ao centro da cidade. A razão que explica a existência dessas vacarias no espaço intra-urbano está ligada às condições topográficas das áreas de baixadas, pouco propícias ao uso residencial. Por esse motivo, os terrenos existentes nessas áreas ficaram por algum tempo pouco aproveitados, sendo, em muitos casos, concedidos a título de aforamento<sup>4</sup> para a prática de atividades pastoris.

Essas formas espaciais ocupavam espaços exíguos no contexto da área estudada, em terrenos que hoje pertencem ao bairro do Umari-zal. Elas fizeram parte, como um contraste, da paisagem urbana até o momento da entrada do leite industrializado no mercado regional (década de 60). Até esse momento, o abastecimento de leite da cidade era realizado por essas pequenas estâncias, cuja permanência justificava-se pela barreira exercida pelos fretes marítimos e pelo relativo isolamento da Região Amazônica em relação ao Centro-sul do País; fatores estes que não permitiam o domínio em definitivo do mercado local pelo leite industrializado.

Se por um lado o desaparecimento das vacarias da paisagem da área e da cidade está ligado a alguns fatores relacionados à produção leiteira - baixo índice de produtividade do rebanho, baixa qualidade do leite, condições das instalações e localização das vacarias, doenças no gado e a falta de assistência técnica e financeira -, por outro lado, justifica-se pela entrada do leite industrializado proveniente do Centro-sul brasileiro, cujo domínio no mercado local foi facilitado pela construção da rodovia Belém-Brasília, tornando-se rentável para as empresas devido à larga escala da produção, responsável pelo barateamento do custo e pela facilidade de acesso via integração rodoviária (Penteado, 1968; Lamarão Corrêa, 1989).

Essa integração demoliu a barreira protetora da produção leiteira das vacarias locais, colocando no mercado o leite em pó em condições bem mais vantajosas que a do leite *in natura*. A repercussão desse processo ocorreu

<sup>4</sup> O contrato de aforamento, de enfiteuse ou de emprazamento é aquele pelo qual o proprietário ou senhorio de um imóvel atribui a outra pessoa o domínio útil, ficando esta última com o direito de possuir como próprio o mesmo imóvel, mediante o pagamento do foro (pensão anual, certa e invariável).

de forma marcante na paisagem intra-urbana de Belém, promovendo o gradativo desaparecimento das vacarias existentes.

Além das vacarias, uma outra forma espacial desapareceu da paisagem da área estudada. Tratava-se de uma favela, localizada em terrenos do bairro do Umarizal e que era denominada de vila Sarará. Essa favela formou-se ainda na década de 40 e teve seu crescimento acelerado na década de 60, em decorrência direta do rápido crescimento populacional da cidade e do modelo de desenvolvimento imposto à Região Amazônica a partir daquele momento. Viviam ali cerca de 266 famílias, num total de 1 267 pessoas, distribuídas em 262 barracos (COHAB-PA, 1965).

As condições socioeconômicas da população que habitava a vila Sarará assemelhavam-se em muito às de outras favelas existentes nas grandes cidades brasileiras, apresentando subabitações, falta de saneamento e serviços, insuficiência de equipamentos básicos, etc. Diferiam, entretanto, das favelas típicas das grandes cidades, em virtude de certas peculiaridades regionais da construção das habitações, do tipo palafitas.

Dentre os fatores que contribuíram para a sua formação, destacam-se:

a) a localização periférica ao núcleo central da cidade;

b) as condições topográficas da área - área de baixada -, o que contribuía para que os terrenos e as habitações fossem pouco valorizados;

c) o fato de os terrenos pertencerem à União; e

d) as facilidades apresentadas pelo local no que se refere à ocupação da mão-de-obra, notadamente no Terciário e, dentro deste, no baixo Terciário.

O desaparecimento dessa favela está diretamente relacionado às obras de saneamento da baixada existente e à política habitacional de erradicação de favelas, articulada pelo Plano Nacional da Habitação em âmbito nacional.

No início da década de 60, com a instalação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS - em Belém, começa a haver uma intervenção pública sistemática em diversas áreas de baixadas. A área de

baixada dos bairros do Reduto e Umarizal, objeto de nossa análise, foi incluída nesse programa de saneamento.

Devido à grandiosidade do programa, além do DNOS, outros órgãos participaram do processo de intervenção na área, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM -, o Governo do Estado do Pará - através da Companhia de Habitação do Pará - COHAB-PA no levantamento socioeconômico e no processo de remanejamento da população favelada - e a Prefeitura Municipal de Belém.

Na verdade, as intervenções públicas nessa área de baixada iniciaram-se ainda na década de 50. Através desse tipo de obra, buscava-se, segundo a justificativa colocada na época, combater a ameaça constante do transmissor da malária e da filariose que proliferavam naquele local, dadas as condições de insalubridade apresentada. Mas é com o DNOS, ao tomar frente na realização do saneamento da cidade, que, por volta de 1968, ocorre uma atuação mais sistemática nessa área de baixada para, em 1973, ser inaugurada a obra.

Os trabalhos incluíam a construção de um canal de drenagem com 1 200m de extensão por 10 e 20m de largura, revestido em concreto armado e com baterias de comportar automáticas com seis unidades; galeria de lançamento de água na baía de Guajará; construção de ponte e de três galerias-ponte em concreto armado; e construção de avenidas marginais.

As condições para o saneamento dessa área eram mais singulares quando comparadas a outras áreas também objetos de intervenção, devido à existência de um processo de favelização responsável pela existência da favela já mencionada - a vila Sarará.

Em 1968, após vários prazos concedidos para que os moradores deixassem o local e a resistência dos mesmos, extinguiu-se definitivamente a favela. Seus moradores foram remanejados, em sua maioria, para um conjunto habitacional construído pela COHAB-PA, na periferia distante de Belém (bairro da Nova Marambaia).

Na verdade, as intervenções urbanísticas e a política habitacional trouxeram repercussões importantíssimas para a estruturação do es-

paço metropolitano de Belém. Promovia, por exemplo, a valorização do espaço urbano em dois pólos. O primeiro, na área que estava sendo saneada, no momento em que retirava as famílias desse local e promovia a urbanização efetiva da área, fato este que abria amplas possibilidades de valorização de seu solo, alterando, por conseguinte, a dinâmica da segregação socioespacial. Ressalta-se que essa tendência mostrava-se bastante visível no momento do levantamento socioeconômico na favela, realizado pela COHAB-PA. No relatório apresentado por esse órgão observa-se o interesse bem definido em conferir ao solo urbano da área em questão outros destinos e formas de apropriação que não fossem aqueles existentes, cujo aproveitamento, segundo consta, não era o adequado.

Um outro pólo de valorização do espaço ocorreu na periferia distante, com a transferência da população favelada para o conjunto habitacional implantado pela COHAB-PA. Utilizou-se para isso a ação da população favelada, que seria a pioneira na produção de um novo espaço residencial, mas que nele não permaneceria, seja por sua localização distante do núcleo central, seja pelas dificuldades financeiras, impossibilitando-a de pagar as prestações do financiamento.

## AS FORMAS ESPACIAIS RECENTES

O efeito marcante das intervenções urbanísticas na área objeto de análise foi a gradativa mudança no uso do solo e a consequente valorização deste, passando a apresentar, por exemplo, formas espaciais novas e modernas.

A área em questão, por ser periférica ao núcleo central, inclui-se entre as frações do espaço urbano que possuem uma contínua reciclagem da infra-estrutura, uma vez que é para essas áreas que ocorre a canalização sistemática da maior parte dos investimentos públicos (Souza, 1992), sendo um espaço de transações lucrativas para o mercado de edificações, polarizando o interesse da promoção imobiliária como um todo. Um exem-

plo disso é o surgimento, na área em estudo, de condomínios residenciais verticalizados, voltados principalmente para uma demanda solvável da população belenense.

Os bairros do Reduto e Umarizal, juntamente com os bairros de Batista Campos e Nazaré, têm sido, nos últimos anos, as áreas de maior interesse do capital imobiliário. Aí estão concentrados, principalmente, os apartamentos chamados de primeira classe pelas empresas imobiliárias.

É por esse motivo que os terrenos desses bairros são mais disputados e chegam a custar de 10 a 15% do valor total da construção, diferentemente de outros bairros, vetores mais recentes da verticalização - como é o caso do bairro da Pedreira e o bairro do Marco -, onde o preço do terreno gira em torno de 7% do empreendimento e atende a uma demanda de menor poder aquisitivo (Belém, 1991).

Ressalta-se que a verticalização no conjunto da área estudada só começa a acontecer a partir da década de 70, intensificando-se posteriormente. Dentre os principais fatores que concorrem para esse processo na área, destacamos:

a) a intensificação da verticalidade no espaço urbano de Belém como um todo, estimulada por uma conjuntura favorável, tendo como fatores a fundação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH - ainda na década de 60 e o incremento generalizado na economia amazônica, via governo federal, na década de 70 (Oliveira, 1992);

b) a localização da área, próxima ao centro da cidade, vetor inicial do processo de verticalização em Belém, onde se verificam a concentração da infra-estrutura urbana e as vias nobres; e

c) as obras de drenagem e saneamento realizadas, responsáveis pela urbanização da área alagada ali existente. O que se observa nesse caso é a intensificação da verticalização a partir das obras de saneamento. A partir desse momento não só as áreas situadas em cotas inferiores passaram a ser mais aproveitadas, como também se verificou uma intensificação das construções verticais nas terras mais altas às proximidades da área saneada, posto que ocorreu uma melhoria substancial do sistema de esgoto, drenagem e pavimentação, fatores que an-

tes, pela insuficiência e/ou ineficiência, não estimulavam o lançamento de empreendimentos imobiliários.

Um elemento que expressa muito bem a verticalização na área analisada é o crescimento populacional do bairro do Reduto. Esse bairro, que vinha apresentando uma perda gradativa de sua população, a partir da década de 80, retomou seu crescimento populacional - de 6 332 habitantes em 1980, passou para 7 314 em 1991<sup>5</sup> -, representando uma certa revitalização do bairro, especialmente no aspecto do uso do solo para efeitos residenciais, através da ocupação e maior densidade populacional. Um fator dessa dinâmica é a própria verticalização, pois é na década de 80 que se verifica uma maior corrida da promoção imobiliária no bairro.

A exemplo do que aconteceu com o uso residencial, as lojas e os serviços que aí passaram a ser instalados estão basicamente voltados para uma clientela de alto e médio *status*. As atividades econômicas modernas estão particularmente concentradas em determinados setores que se caracterizam por serem de assimilação ativa - na área de contato com o bairro de Nazaré, um bairro considerado nobre no conjunto da cidade, e em torno da Avenida Visconde de Souza Franco, a principal da área em questão, e que sofreu melhorias consideráveis após as intervenções urbanísticas.

A instalação dessas atividades na área coincide, em sua maior parte, com o processo mais recente de valorização do espaço, quando então passaram a existir os condomínios verticalizados, após as intervenções realizadas pelo poder público.

Dos equipamentos existentes nesse setor, é possível destacar: hipermercado, lojas de móveis e de decorações, agências bancárias e de viagens, bares e restaurantes, casas de diversão, órgãos públicos, revendedoras e locadoras de automóveis, entre outros.

Há uma mudança qualitativa dos tipos de serviços que passam a existir e que se voltam para uma clientela mais selecionada e bastante diferente daquela que residia nessa área antes do processo de urbanização. Constata-

se, assim, que a instalação desses serviços, nessa área mais valorizada demonstra um caráter de apoio ao uso residencial do solo, caracterizado por ser de médio e alto padrão. Há, em conseqüência, não só uma redefinição desse espaço no contexto de uma divisão social, como também a nível da divisão econômica do espaço.

Ressalta-se, entretanto, que as condições locais dessa área contribuem para que a mesma seja ainda objeto de ocupações espontâneas, realizadas por grupos sociais de baixo *status*.

Esses grupos ocupam áreas exíguas, inproveitadas e pouco valorizadas, que pertencem, em geral, ao poder público. Na verdade, a população de baixa renda, ao ocupar terrenos carentes de infra-estrutura nessa área, o faz pelas vantagens locais que ela apresenta, comparativamente a outras áreas situadas na periferia distante do espaço metropolitano de Belém.

Essas formas espaciais são menos perceptíveis no conjunto da área estudada, mas sua existência não deixa de acrescentar mais um elemento em nossa análise, ao mesmo tempo em que mostra a diversidade do uso da terra nesse espaço e sua complexidade que o caracteriza enquanto zona periférica do núcleo central.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No âmbito do espaço urbano, os diversos lugares expressam-se como espaços que contêm em si e estão contidos em um conjunto de relações, e que são articulados entre si a partir das interações que a sociedade estabelece entre eles (Harvey, 1980).

No decorrer da análise apresentada procurou-se evidenciar essa relação. A análise de uma área em particular no espaço urbano de Belém expressa uma dinâmica que também é geral, expressando-se no âmbito da formação econômico-social, bem como ao nível do urbano. Essa dinâmica (re)define conteúdos e formas aos lugares, de acordo

<sup>5</sup> Dados preliminares do recenseamento do IBGE, 1991.

com os significados adquiridos por estes no conjunto da cidade e ao longo do processo de produção do espaço.

A variedade de usos da terra, atualmente, confere um processo de valorização que adquiriu significados diferentes. De um lado, a valorização se dá pelo uso intensivo do solo, como são exemplos as formas residenciais modernas. De outro, pela potencialidade de realização do valor de troca; neste caso, a valorização decorre não propriamente da exploração intensiva, mas do domínio sobre determinadas frações do espaço. Os terrenos, as formas e os objetos espaciais muito pouco otimizados exemplificam essa maneira de valorização. Há igualmente uma forma de valorização que se dá em termos relativos a outros espaços também não equipados de infra-estrutura básica. É o que acontece quando a população de baixa renda passa a ocupar certos terrenos carentes de infra-estrutura nessa área, devido às vantagens locacionais da mesma

comparativamente a outras áreas de ocupação situadas na periferia distante.

Por outro lado, esse mosaico constituído por usos da terra diferenciados representa a culminância de uma seqüência de processos espaciais, inerentes à produção do espaço urbano capitalista. As formas herdadas do passado (antigos prédios comerciais, industriais e residenciais), as formas desaparecidas (as varcarias e a favela) e as formas originadas recentemente (condomínios residenciais verticalizados, lojas e serviços modernos e as novas ocupações) não representam mais que singularidades espacializadas da dinâmica da cidade e de seu papel no conjunto da rede urbana regional.

Fruto da descontinuidade de padrões espaciais, a heterogeneidade dessas formas expressa usos da terra diferenciados, ao mesmo tempo em que materializa momentos diferentes da história de Belém e da história regional, responsáveis por sua especificidade enquanto zona em transição no conjunto do tecido urbano.

## BIBLIOGRAFIA

- BELÉM (PA). Prefeitura. *Plano Diretor de Belém - 1991; diagnóstico*. Belém: Coordenadoria Geral e de Planejamento, 1991. Versão Preliminar.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialético materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. (Coleção Filosofia).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.41, n.3, p.100-110, jul./set. 1979.
- \_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- LAMARÃO CORRÊA, Antônio José. *O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém*. Belém, 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 1989.
- LEVANTAMENTO sócio-econômico da localidade intitulada "Marechal Hermes". Belém: COHAB-PA, 1965.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: \_\_\_\_\_. *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.
- OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. *Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém (PA)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. 2 v.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SOUZA, Denise Gentil Ponte. *Intervenção estatal no município: o caso de Belém na década de 80*. Belém, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 1992.

STROHAECKER, Tânia Marques. A zona periférica ao centro: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n.4, p.171-183, out./dez. 1988.

## RESUMO

O trabalho discute a diversidade do uso do solo, mediante o processo de produção do espaço em zona periférica do centro, em Belém-PA. Analisa-se o surgimento, na paisagem, de formas espaciais que conferem um caráter complexo a essa área, em razão de acréscimos e substituições sucessivas de que foi objeto. A partir da análise dessas formas espaciais, assim como das funções que lhes são atribuídas, busca-se compreender os processos de mudança e de permanência no uso do solo, levando em conta as determinações mais gerais da formação socioeconômica expressas nesse contexto intra-urbano.

## RÉSUMÉ

Le travail discute la diversité d'utilisation du sol suivant le processus de production de l'espace d'une zone périphérique au centre, dans le contexte urbaine de Belém, Pará. Il Analyse l'apparition, dans le paysage, de forme spatiales qui donnent un caractère complexe à cette zone, en raison des ajouts et des remplacement successifs dont elle a été l'objet. À partir de l'analyse de ces formes spatiales ainsi que des fonctions qui leur sont attribuées, on essaie de comprendre les processus de changement et de permanence d'utilisation du sol, en tenant compte les déterminations plus générales de la formation socio-économique observées dans ce contexte intra-urbain.

# A TERRITORIALIDADE PENTECOSTAL: UM ESTUDO DE CASO EM NITERÓI\*

Mônica Sampaio Machado\*\*

Presenciamos hoje, no Brasil e mesmo mundialmente, o aparecimento de uma pluralidade de novos atores e movimentos, seja de caráter político, econômico ou ideológico, que têm atuado e se expandido de maneira significativa em todas as esferas do tecido social. Nesta multiplicidade, fruto de uma época considerada por alguns estudiosos como pós-moderna, a questão religiosa, principalmente no Brasil, tem sido foco de grande atenção pela maneira fragmentária e moderna com que as inúmeras crenças têm se difundido na sociedade. Dentre estas crenças, o pentecostalismo protestante ressalta-se, pela sua força de difusão, como a religiosidade de maior dinamismo.

Surgindo no Brasil no início do Século XX, o pentecostalismo alcança grande magnitude, especialmente na década de 80. Sua

expressão tem sido mais evidente junto às parcelas mais desprivilegiadas social e economicamente da população. Essa religiosidade popular, essencialmente urbana, vem se destacando nos meios de comunicação de massa como um dos fatos sociais de maior expressividade deste final de século, chamando atenção não apenas dos intelectuais como também da Igreja Católica.

Apesar de não estarem disponíveis, ainda, dados oficiais atualizados, fontes extra-oficiais indicam a existência de um total de 22 milhões de crentes pentecostais espalhados por todo o Território Nacional (Folha de São Paulo, 17/05/89). Isto significa, com base no Censo Demográfico de 1991, quase uma vez e meia a população total da Região Metropolitana de São Paulo<sup>1</sup>.

\* Recebido para publicação em 8 de fevereiro de 1994.

A realização deste trabalho deve-se, em grande parte, à orientação e ao empenho do professor Roberto Lobato Corrêa.

\*\* Professora substituta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>1</sup> Com relação a dados oficiais sobre a magnitude do pentecostalismo brasileiro, cabe informar que o Núcleo de Pesquisa do ISER (Instituto de Estudo da Religião) publicou, em dezembro de 1992, os primeiros comentários do Censo Institucional Evangélico-CIN realizado nesta instituição desde 1990, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que pode também subsidiar o expressivo crescimento desta religiosidade, apontado pelos dados não-oficiais. Essa publicação não apresenta, no entanto, o número de adeptos à crença pentecostal, mas sim suas instituições.

Segundo o CIN, baseado em uma pesquisa no Diário Oficial do Rio de Janeiro entre 1990 e 1992, o número de novas Igrejas organizadas no Estado é impressionante. "...em 1990, cerca de 141 novas igrejas foram criadas; em 1991, 262 novas igrejas; em 1992, até o fim do mês de outubro, 224. Isto nos dá uma média de 5 novas igrejas por semana, ou uma média de uma por dia útil no triênio. Embora estes sejam dados de todo o Estado do Rio de Janeiro, uma estimativa preliminar permite supor que mais de 80% delas estão na região metropolitana" (p. 8-10).

Ainda de acordo com o CIN, destas 5 novas igrejas protestantes que surgem, cerca de 91% são pentecostais.

Diante dessa trajetória ascendente, o movimento pentecostal tornou-se já na década de 50, objeto de estudo de muitos cientistas sociais, particularmente de sociólogos e antropólogos. Buscando dar uma contribuição também da Geografia, isto é, um "olhar geográfico" à compreensão deste fato social, foi desenvolvida durante quatro anos uma pesquisa no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que buscou estabelecer a relação entre espaço e religião. Tal investigação, concluída em 1992, teve como produto final a dissertação de Mestrado intitulada "A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói".

Em linhas gerais, o objetivo central deste estudo é demonstrar que um dos viés explicativos da força de difusão do pentecostalismo brasileiro encontra-se na apropriação espacial, isto é, na territorialidade desenvolvida por este movimento religioso. Conforme poderá ser verificado, o pentecostalismo possui e coloca em prática estratégias de difusão que abarcam nitidamente a dimensão espacial. Tais estratégias, vinculando-se diretamente à estrutura interna de organização das igrejas pentecostais, realizam uma específica forma espacial de controle social, essencialmente dinâmica, capaz de disputar e conquistar áreas até então consagradas a outros movimentos religiosos.

Em essência, este artigo vem trazer, sumariamente, o conteúdo das principais questões tratadas na referida dissertação. Ele está organizado em seis partes. A primeira procura expor e delimitar o pentecostalismo protestante brasileiro, assim como seu fundamento religioso e ético. A segunda aborda a trajetória histórica desta religião no Brasil. A terceira apresenta a organização interna, ou seja, a estrutura organizacional pentecostal, extremamente importante para o entendimento da apropriação espacial. Também serão tratados, neste momento, os conceitos de território e territorialidade. A quarta parte objetiva demonstrar a distribuição social e espacial do pentecostalismo, tendo como área de estudo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A quinta apresenta concretamente a territorialidade pentecostal através de uma investigação empírica desenvolvida no Largo da Batalha, bairro

periférico do Município de Niterói/RJ. E a última procura tecer considerações conceituais sobre a forma de apropriação espacial do pentecostalismo brasileiro, sobre sua territorialidade.

## O PENTECOSTALISMO PROTESTANTE BRASILEIRO

Muito se tem falado sobre a crença religiosa pentecostal, tanto sobre a atuação política e econômica, quanto sobre a inserção e expansão deste grupo religioso no Brasil. No entanto, é notória a confusão que cerca as discussões cotidianas a esse respeito. Um dos principais pontos controversos é a generalização que se faz do crente.

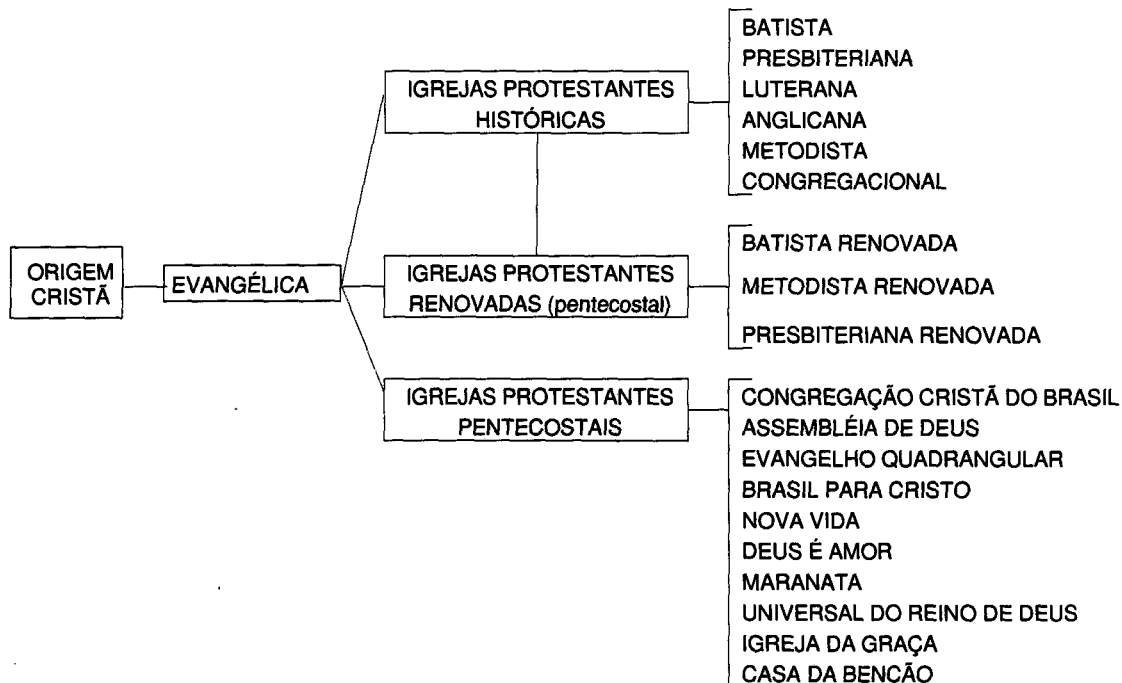
A grande confusão centra-se, basicamente, em se considerar todo cristão protestante um crente pentecostal. Nem todo protestante é pentecostal e nem todo pentecostal é protestante. Na verdade, em geral, pode-se dizer que o cristão pentecostal é um cristão protestante (pois somente no protestantismo o movimento pentecostal é expressivo). Mas o cristão protestante não é, necessariamente, um pentecostal.

Fundamentalmente, os protestantes ou evangélicos estão organizados em três grandes grupos: o Protestante Histórico, o Protestante Histórico Renovado (pentecostal) e o Protestante Pentecostal (Quadro 1). A cada um destes cabem várias denominações eclesiais (Igrejas) que, apesar de terem pontos em comum quando componentes de um mesmo grupo, guardam determinadas especificidades com relação às crenças e práticas religiosas.

O principal aspecto religioso que diferencia o pentecostalismo protestante dos ramos evangélicos tradicionais e católicos centra-se, basicamente, na ênfase dada à crença no ESPÍRITO SANTO. Esta é a crença maior, em torno da qual giram todas as demais crenças e práticas religiosas. A manifestação do Espírito Santo é, assim, a crença comum que integra os crentes ao conjunto pentecostal.



**QUADRO 1**  
**PRINCIPAIS DENOMINAÇÕES PROTESTANTES HISTÓRICAS**  
**E PROTESTANTES PENTECOSTAIS**



O fundamento das práticas e crenças pentecostais, portanto, reside em acreditar que o Espírito Santo derrama sobre os fiéis uma variedade de dons, repetindo-se, hoje, episódios do cristianismo primitivo. A base de credibilidade no Espírito Santo é retirada da Bíblia, sendo seus textos tomados ao pé da letra.

Com relação ao conteúdo ético da mensagem religiosa pentecostal brasileira, Marion Aubrée designa como três os importantes eixos em que este se estrutura: 1) "Louvar a Deus" apesar de todos os obstáculos, louvá-lo em qualquer circunstância, visto que só a ele pertence o conhecimento do que é bom ou mau para a salvação da alma e para a vida eterna; 2) "Submeter-se à autoridade", pois toda autoridade provém de Deus. Esse princípio implica a submissão, basicamente, ao pastor, ao patrão, ao governo e ao marido; e 3) "Respeitar as proibições": em geral, estas re-

lacionam-se a numerosos detalhes da vida cotidiana<sup>2</sup>.

Como orientadores de condutas sociais, e não carregando em seu cerne um potencial revolucionário, os eixos éticos vão auxiliar e propiciar a difusão desta religião em todo o Território Nacional.

**A TRAJETÓRIA DO**  
**PENTECOSTALISMO:**  
**UM BREVE HISTÓRICO**

O pentecostalismo emerge no Brasil através de duas denominações: a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus. A primeira nasce da cisão de evangélicos presbiterianos e surge em 1911 na capital paulista, no bairro do Brás, então densamente

<sup>2</sup> Aubrée, Marion. A penetração do protestantismo evangelizador na América Latina. *Comunicações ISER*, n.23, p.41, dez., 1986.

povoado de imigrantes italianos. A segunda, a Assembléia de Deus, resulta da dissidência de evangélicos batistas e aparece em 1911 em Belém do Pará. Emergindo em radical oposição aos movimentos reivindicativos, desde sua implantação, a crença pentecostal vai funcionar como um forte mecanismo de controle social.

A partir da década de 30, diante do quadro político, econômico e social, fruto do novo momento de acumulação do capital, que exige uma maior concentração da população nas cidades e, conseqüentemente, incentiva os fluxos migratórios, há um aquecimento no processo de difusão do pentecostalismo.

Pode-se observar, na Tabela 1, que já na década de 40 esta religiosidade marca definitivamente sua presença em todas as Grandes Regiões do Brasil.

Em 1950, o pentecostalismo já se difundia pelo Território Nacional através de mais duas grandes denominações, o Evangelho Quadrangular e o Brasil para Cristo, e de uma série de

igrejas menores. Registrava-se, neste momento, uma atomização das igrejas pentecostais, processo que se intensificou no último quarto da década de 60.

O final dos anos 60 e os anos 70 foi um período de forte expansão pentecostal. Em parte, isto pode estar correlacionado ao caráter ético predominante nesta religiosidade, facilmente conjugável aos interesses políticos e econômicos impostos com o Golpe Militar de 1968. Por outro lado, não se pode esquecer que, neste mesmo período, um fulminante desenvolvimento urbano e industrial se desencadeava no País, provocando um incremento expressivo dos fluxos migratórios em direção às cidades, trazendo modificações socioculturais, freqüentemente consideradas por estudiosos do pentecostalismo brasileiro como extremamente importantes para entender o contexto de implantação e difusão desta crença religiosa<sup>4</sup>.

Rolim estima que, já na década de 70, existia no Brasil um número de denominações

TABELA 1

**EVOLUÇÃO DOS TEMPLOS PENTECOSTAIS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - BRASIL - 1910/1970**

GRANDES REGIÕES	EVOLUÇÃO DOS TEMPLOS PENTECOSTAIS						
	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Brasil	3	50	267	912	1 924	4 582	11 118
Norte	1	16	57	87	149	285	498
Nordeste	-	11	71	303	505	1 064	2 237
Sudeste	2	22	84	367	862	2 158	4 892
Sul	-	1	55	149	369	878	2 164
Centro-Oeste	-	-	-	6	39	197	886

FONTES - Rolim<sup>3</sup>; IBGE, Boletins de Estatística do Culto Protestante do Brasil.

<sup>3</sup> Rolim, Francisco C. *Pentecostalismo: gênese, estrutura e funções*, tese de doutorado defendida no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, USP, 1976, p.37.

<sup>4</sup> "Entre 1940 e 1980 dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira (...). Nesses quarenta anos triplica a população total do Brasil, enquanto a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (...). Hoje a população urbana brasileira se aproxima de 75%. E, nesse processo, "... os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão" (Milton Santos, *Modernidade, Meio Técnico-Científico e Urbanização no Brasil*, artigo apresentado no Internacional Symposium on Latino American Urbanization, Tsukuba, 23-27, October 1989, p.1.

pentecostais superior a 70, dentre as quais destacavam-se as seguintes igrejas: Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular ou Cruzada Nacional de Evangelização, Brasil para Cristo, Nova Vida, Deus é Amor, Maranata e Universal do Reino de Deus<sup>5</sup>.

Na Tabela 2 pode-se observar o crescimento do número de crentes pentecostais a partir de 1930.

TABELA 2

**NÚMERO DE CRENTES PENTECOSTAIS NO BRASIL - 1930/1980**

ANO	CRENTES PENTECOSTAIS
1930	44 311
1960	705 031
1970	1 418 933
1980	3 863 503

FONTES - Rolim<sup>6</sup>; IBGE, Censo Demográfico de 1980.

Da década de 80 em diante, diante das constantes e profundas crises econômicas e da instabilidade política, o movimento pentecostal passa a despontar como um fenômeno social de grande expressão, preocupando não só os intelectuais e a classe política, como também a Igreja Católica e a Protestante Histórica, que começam a traçar novas linhas de ação para arregimentar mais fiéis e conter o avanço desta neo-religiosidade.

Atualmente, embora não haja dados oficiais que possam melhor indicar o crescimento do pentecostalismo brasileiro, fontes não oficiais, apesar das discordâncias, apontam para um explosivo crescimento dos pentecostais durante os últimos dez anos, indicando-o como o fenômeno social mais vigoroso deste final de século (Revista Veja, 16/05/90)<sup>7</sup>. Para melhor entender tal crescimento, cabe agora apresentar e detalhar a forma como estão internamente estruturadas as igrejas pentecostais.

## A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PENTECOSTAL

O modo pelo qual o pentecostalismo está estruturado, suas bases e dispositivos de expansão, sua hierarquia, suas instituições de poder, assim como seus principais agentes religiosos constituem o que será agora abordado, a estrutura organizacional.

Poderá ser averiguado que a organização interna das igrejas pentecostais difere das igrejas protestantes históricas e principalmente da Igreja Católica. Ela é menos rígida e não possui a mesma lógica hierárquica.

Isto não significa afirmar que não há rigidez ou hierarquia. As igrejas pentecostais possuem uma estrutura organizacional contraditória. Ao mesmo tempo apresentam-se hierarquicamente rígidas, descentralizadas e flexíveis.

A rigidez refere-se às instâncias de poder que esta estrutura assume. Tais instâncias caracterizam um governo legal-hierárquico, pois descrevem uma linha vertical onde os pontos mais baixos e intermediários são executores de diretrizes e orientações dos mais altos.

A descentralização e a flexibilidade encontram-se na forma, até certo ponto, "espontânea" de expansão das Igrejas Pentecostais. A espontaneidade referente à difusão pentecostal situa-se na sua divisão celular, isto é, situa-se no sentido de independência que as igrejas pentecostais apresentam. Não existe, como na Igreja Católica e na Protestante Histórica, um clero profissional que centralize todas as decisões. Apesar de haver um controle sobre as igrejas por parte das instâncias superiores de poder que configuram uma dada denominação, a difusão pentecostal não depende das determinações destas instâncias, mas do esforço individual de cada crente. Intimamente vinculada a esta descentralização está a questão da orientação laica. Diferindo também das igrejas supracitadas, a qualifi-

<sup>5</sup> Rolim, Francisco C. *Religião e classes populares*, Petrópolis: Vozes, 1980, p.145.

<sup>6</sup> Rolim, Francisco C. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*, Petrópolis: Vozes, 1985, p.104.

<sup>7</sup> A Folha de São Paulo (17/05/89), por exemplo, aponta a existência de um total de 22 milhões de adeptos em todo o Brasil, a Revista Veja (16/05/90) indica 20 milhões e o Jornal do Brasil (17/06/90) estima cerca de 16 milhões. Com relação ao número de denominações eclesiais pentecostais (igrejas), uma recente matéria veiculada pelo JB, em 20/10/91, chega a indicar, atualmente, a existência de 35 denominações de caráter nacional e 530 pequenas denominações.

cação para ser um dirigente, um pastor, não é acadêmica, mas, sim, prática. O que importa é a habilidade empírica de evangelizar e não a formação acadêmica. Não só os fiéis, mas também os pastores são "homens do povo". Eles constituem um grande exército leigo que lutam como soldados para difundir a mensagem religiosa pentecostal.

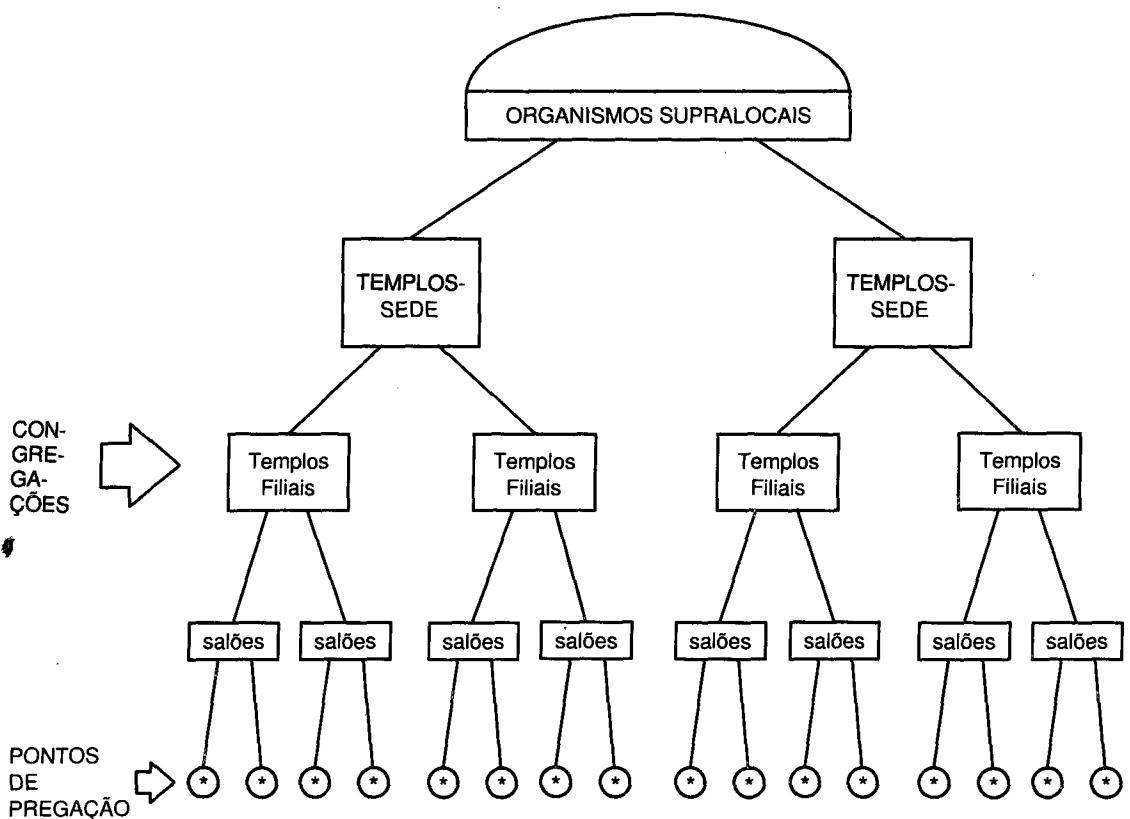
Estas duas faces aparentemente contraditórias, mas que são de fato complementares, caracterizam a estrutura organizacional pentecostal. Elas serão detalhadas a seguir, considerando-se a oposição entre rigidez e descentralização-flexibilidade.

Basicamente, a estrutura organizacional de cada denominação pentecostal é composta, hierarquicamente, das seguintes instâncias de poder: organismo supralocal, templo-sede ou igrejas-mãe, igrejas filiais, salões e pontos de pregação. No topo desta hierarquia situa-se o organismo supralocal e, na base, os pontos de pregação.

O organismo supralocal pode possuir alcance nacional ou regional e é constituído de crentes investidos das mais altas funções. Esta instância de poder rege e orienta as várias igrejas que compõem uma determinada denominação. Abaixo dessa instância e a ela subordinada, estão as igrejas locais. As principais igrejas locais atuam como sedes de poder local e, geralmente, são igrejas principais, isto é, templos-sede ou igrejas-mãe.

Por sua vez, cada templo-sede possui um complexo de igrejas menores e dependentes (os templos filiais), salões e pontos de pregação. Ou seja, cada igreja-mãe tem, sob sua direção, uma série mais ou menos extensa de templos menores (comumente chamados de congregações), de salões alugados e de grupos em nucleação, todos dependentes e subordinados ao templo-sede. O Quadro 2 demonstra de forma clara esta hierarquia.

**QUADRO 2**  
**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PENTECOSTAL**



Os templos-sede são presididos por pastores locais que estão encarregados, entre outras coisas, de atender e monitorar os templos filiados, os salões e os grupos de nucleação.

Os pontos de pregação, grupos de nucleação ou germinação constituem a base da hierarquia pentecostal. Eles são produtos de uma importante prática de evangelização bastante utilizada pelo pentecostalismo, originária da Igreja Assembléia de Deus - a prática da nucleação.

Em função da importância que esta prática evangelizadora desempenha na difusão pentecostal, convém aqui apresentar algumas considerações. A nucleação é uma prática informal, através da qual um crente ou um pastor reúne em sua própria casa, ou mesmo em qualquer outro lugar, um pequeno grupo de não-crentes curiosos em conhecer a Bíblia. Foi e continua sendo uma estratégia proselitista (estratégia de conversão) bem-sucedida que abarca de forma bem clara a dimensão territorial.

Atualmente, apesar do aumento do número de fiéis resultantes da veiculação da mensagem pentecostal pelos meios de comunicação de massa, a prática da nucleação continua sendo muito utilizada e de grande relevância para a difusão do pentecostalismo no Brasil.

Não obstante os pontos de pregação estarem submetidos às instâncias superiores de poder (templo-sede, templo filial), eles alimentam o ciclo de reprodução pentecostal e desempenham um importante papel na conquista de novos territórios.

Com o aumento do número de adeptos, os pontos de pregação passam a necessitar de um local fixo e maior, mudando então de ponto de pregação ao salão. Do salão alugado desabrocham os templos filiais, congregações. E dos templos filiais, quando estes começam a se tornar independentes, com um grande número de crentes e colaboradores, número superior a aproximadamente 500 membros ativos, surgem os templos-sede ou igrejas-mãe.

Os pontos de nucleação podem se originar tanto da iniciativa do pastor que preside uma igreja-mãe quanto da iniciativa de simpatizantes do credo pentecostal. Se a nu-

cleação resultar dos simpatizantes e se estes não forem membros de uma igreja já existente, o ponto de nucleação ou poderá originar uma nova denominação pentecostal, ou poderá ser incorporado ao templo-sede local, caso o pastor responsável concorde.

De toda maneira, à medida que for reunindo um número cada vez maior de adeptos, o ponto de pregação tende a se tornar independente e a se constituir em templo-sede, presidido por um novo pastor local, gerindo e organizando uma nova estrutura hierárquica. Este momento marca o ponto de saturação da igreja-mãe à qual pertencia. Esta saturação desencadeia todo um processo de descentralização.

A descentralização é a mola que impulsiona todo o ciclo de reprodução pentecostal. Segundo Read<sup>8</sup>, se o templo-sede não se descentralizar ele pode se fossilizar, perdendo a influência como agente de evangelização e de crescimento dinâmico. Portanto, a reprodução pentecostal se dá de forma descentralizada e essa descentralização se faz em processo contínuo.

Diferindo das Igrejas Protestantes Histórica e Católica, a estrutura organizacional pentecostal marca uma determinada linha estratégica que tem sido muito eficiente se for analisada do ponto de vista de sua difusão, isto é, se for analisada tendo como referência o percentual de crescimento, tanto das denominações quanto do número de crentes pentecostais.

Esta forma peculiar de expansão, nitidamente relacionada à estrutura organizacional pentecostal, passa a se materializar através de uma enfática atuação dos fiéis principalmente na esfera do cotidiano. Nesse sentido, a estratégia de expansão se reproduz por uma rede de ação estabelecida pelos crentes que pode ser identificada pela apropriação espacial que este movimento religioso realiza. Essa apropriação espacial nada mais é que sua territorialidade. Buscando dar uma contribuição para o entendimento da expansão desta crença, foi desenvolvida uma investigação empírica sobre a territorialidade pentecostal em uma escala local, em um bairro, e importantes reflexões puderam ser realizadas a partir desta pesquisa. Contudo, antes de apresentá-las, ca-

<sup>8</sup> Read, William. *Fermento religioso nas massas do Brasil*, Livraria Cristã Unida, 1967, p.175.

bem aqui algumas considerações sobre os conceitos de território e territorialidade.

Baseado em Robert D. Sack<sup>9</sup>, em termos geográficos a territorialidade, entendida como territorialidade humana, é uma forma espacial de comportamento social. É uma estratégia de afeto, influência e controle sobre um determinado espaço. A territorialidade está intimamente relacionada à utilização da "terra" por uma determinada sociedade, ela está diretamente relacionada à organização de uma dada sociedade no espaço e no tempo. Portanto, a territorialidade é um componente geográfico central para entender como a sociedade e o espaço estão intimamente relacionados.

Em linhas gerais, Sack define territorialidade como intenção de indivíduos ou grupos de produzir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e defesa de uma determinada área geográfica. Essa área é entendida como território. Nestes termos o quarto, a cozinha, a casa, o bairro, o campo, o escritório, a cidade e a região, apesar da diversidade de escalas, são instâncias da territorialidade, são territórios e merecem ser vistos como tais.

Ainda segundo o autor, o território é uma área demarcada como área de influência e controle. Um lugar pode ser um território em um determinado momento e não ser mais em outro, o que significa que o território pode criar/produzir um lugar. No entanto, para que tal lugar exista como território, este necessita ser monitorado, o que envolve não só uma ação presente, como também futura por parte de indivíduos ou grupos que estejam exercendo o seu controle.

Dentro dessa perspectiva, tanto a territorialidade quanto o território são construídos socialmente, isto é, contextos históricos particulares produzem e propiciam diferentes territorialidades e diferentes territórios, e ambos mudam no espaço e no tempo. Cumpre ainda salientar que a territorialidade é a principal forma espacial de tomada de poder; seu uso tem, historicamente, se apresentado de forma cumulativa. Isto significa dizer que a sociedade contemporânea emprega a territorialidade mais virtualmente do que empregava, por exemplo, a sociedade primitiva.

## A DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO PENTECOSTALISMO

A crença pentecostal tem se difundido no País social e espacialmente de maneira desigual. Primeiramente, com relação às camadas sociais, cumpre informar que esta neo-religiosidade é mais incidente naquelas mais desprivilegiadas do ponto de vista econômico. Em segundo lugar, com referência à sua distribuição espacial, cabe assinalar que a incidência pentecostal é maior no espaço urbano, tanto em termos relativos quanto absolutos. Assim, o perfil de distribuição socioespacial pentecostal pode ser resumido por sua maior concentração entre as camadas sociais urbanas mais pauperizadas.

Este perfil, contudo, vem apresentar dois aspectos distintos com relação à distribuição espacial. O primeiro refere-se, como pode ser averiguado na Tabela 3, à desigual distribuição na escala nacional. E o segundo, à desigual distribuição no âmbito intra-urbano. Neste ficará evidente que a concentração de crentes pentecostais é mais expressiva em áreas degradadas, segregadas, econômica, social e espacialmente da estrutura urbana. Isto pode ser aferido nas Tabelas 4, 5 e 6, que procuram, através de um estudo de caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostrar a localização diferenciada do pentecostalismo, correlacionando-a às condições socioeconômicas e espaciais da população.

TABELA 3

### IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS CRENTES PENTECOSTAIS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO BRASIL - 1980

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	CRENTES PENTECOSTAIS	
	Total absoluto	Relativo (por 1 000 hab.)
Total	3 863 503	32
Urbana	2 814 103	35
Rural	1 049 400	27

FONTE - IBGE, Censo Demográfico de 1980.

<sup>9</sup> Sack, Robert David. *Human Territoriality - its theory and history*, Cambridge University Press, 1986, p. 1-27.

Observa-se na Tabela 3 que, em cada grupo de 1 000 pessoas residentes no meio urbano, 35 aproximadamente são pentecostais, ao passo que no meio rural tem-se uma proporção de 27 pentecostais por 1 000 habitantes. Esta tabela vem ilustrar de forma evidente a maior concentração absoluta e relativa dos pentecostais no meio urbano, marcando o primeiro aspecto da distribuição espacial desigual.

O segundo aspecto da distribuição desigual, conforme apontado, refere-se à difusão do pentecostalismo no espaço intra-urbano. Antes de apresentar as tabelas que tratam a questão, cabe considerar que a região metropolitana foi subdividida em quatro faixas concêntricas, a saber: Núcleo, Periferia Imediata<sup>10</sup>, Periferia Intermediária e Perife-

ria Distante. O Núcleo concentra as funções centrais (econômicas, administrativas, financeiras e culturais), e apresenta os melhores padrões de infra-estrutura urbanística e de equipamentos urbanos, assim como o maior preço da terra. As outras três faixas apresentam-se hierarquicamente inferiores ao Núcleo<sup>11</sup>. (Mapas 1, 2 e 3).

A Tabela 4 mostra a percentagem da população com renda familiar inferior a 3 salários mínimos em 1980 e a População Economicamente Ativa (PEA), por faixas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Mapa 4).

A Tabela 5 mostra a relação entre população total e crentes pentecostais, segundo as faixas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Mapa 5).

TABELA 4

**IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO AS FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980**

FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		RELATIVA (B/A) (%)
	Total (A)	Com renda de até 3 salários mínimos (B)	
Total	7 162 014	5 746 460	80,24
Periferia distante	521 869	470 617	90,18
Periferia intermediária	3 195 393	2 792 307	87,39
Periferia imediata	2 194 148	1 685 701	76,82
Núcleo	1 250 604	797 835	63,79

FONTE - IBGE, Censo Demográfico - Rio de Janeiro, 1980.

TABELA 5

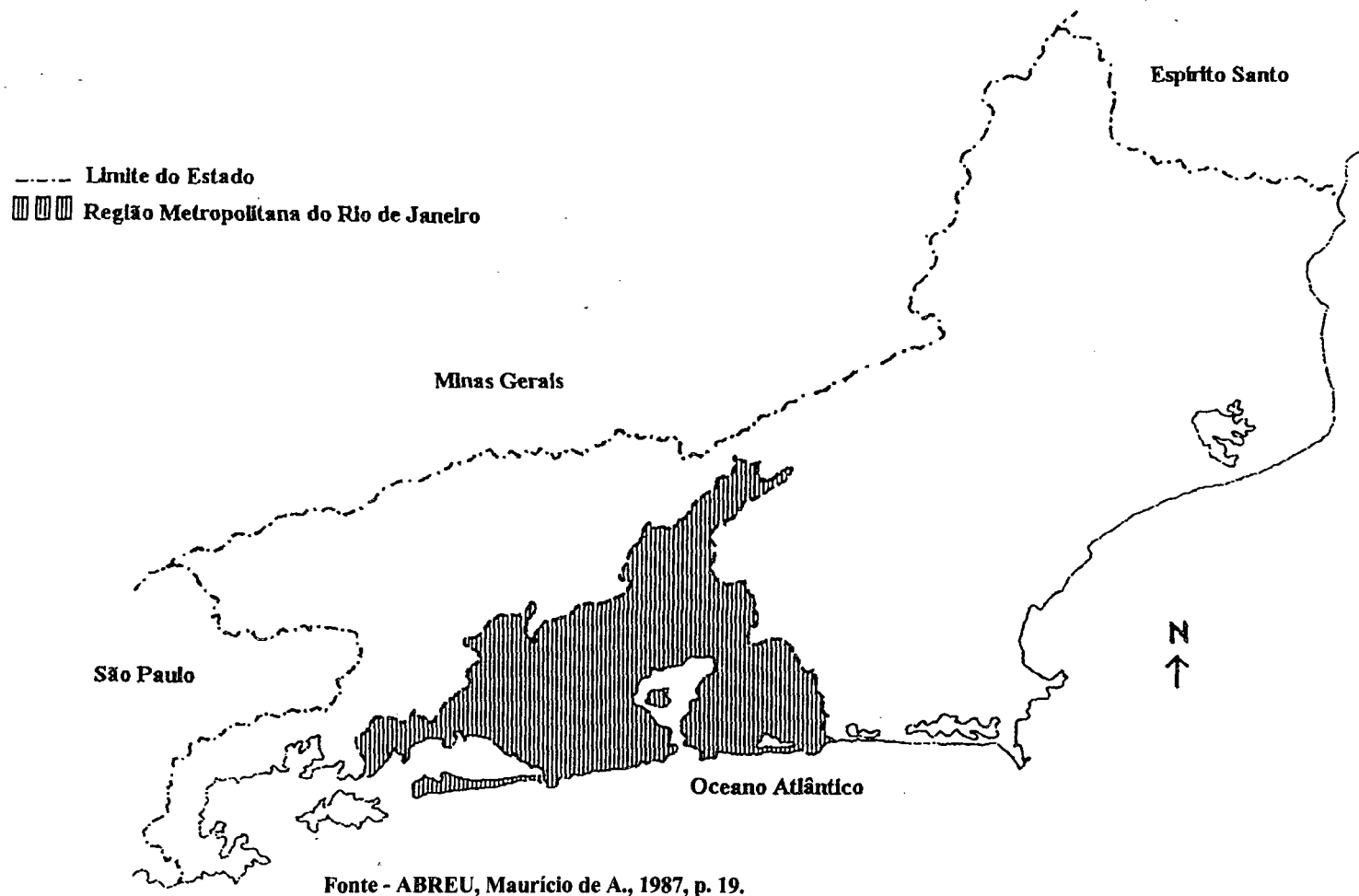
**IMPORTÂNCIA DOS CRENTES PENTECOSTAIS, SEGUNDO AS FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980**

FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	POPULAÇÃO TOTAL	CRENTES PENTECOSTAIS	TAXA (por 1 000 hab.)
Total	9 014 294	286 705	32
Periferia distante	690 062	36 933	54
Periferia intermediária	4 191 641	195 284	47
Periferia imediata	2 686 120	44 213	17
Núcleo	1 446 471	10 275	7

<sup>10</sup> Esta subdivisão teve como base a classificação estabelecida em Brasil, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Comissão Nacional das Regiões Metropolitanas e Política Urbana, Brasília IPEA/IBAM, 1976.

<sup>11</sup> A Periferia Imediata, não obstante apresentar importantes centros de prestação de serviços de alcance regional, está em relação de inferioridade ao Núcleo. Na Periferia Intermediária, os centros de serviços, a infra-estrutura, o preço da terra são qualitativamente inferiores à Periferia Imediata. E a Periferia Distante apresenta condições concretas, ainda hierarquicamente inferiores à Periferia Intermediária.

**MAPA 1**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA**



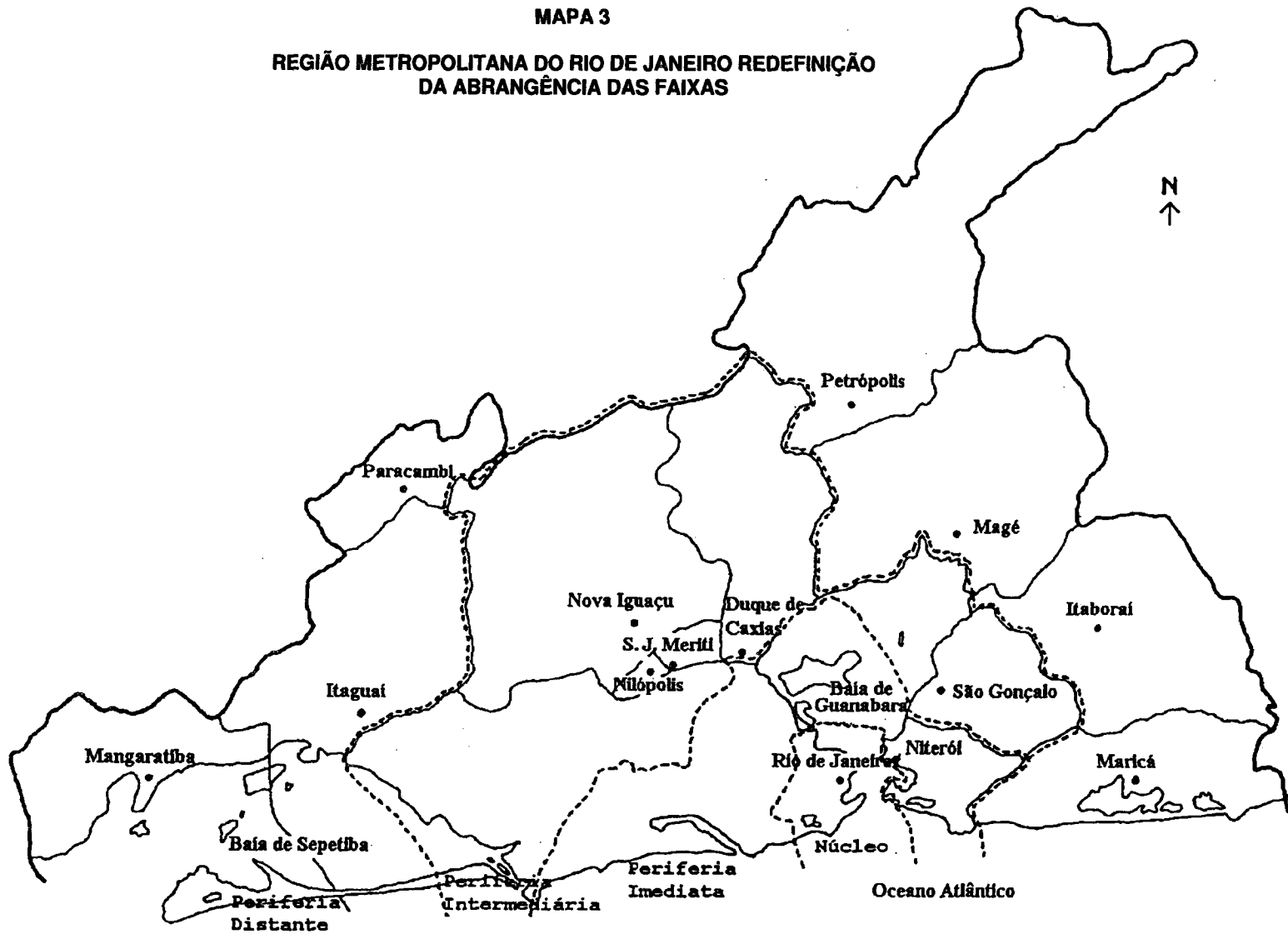


**MAPA 2**  
**REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**



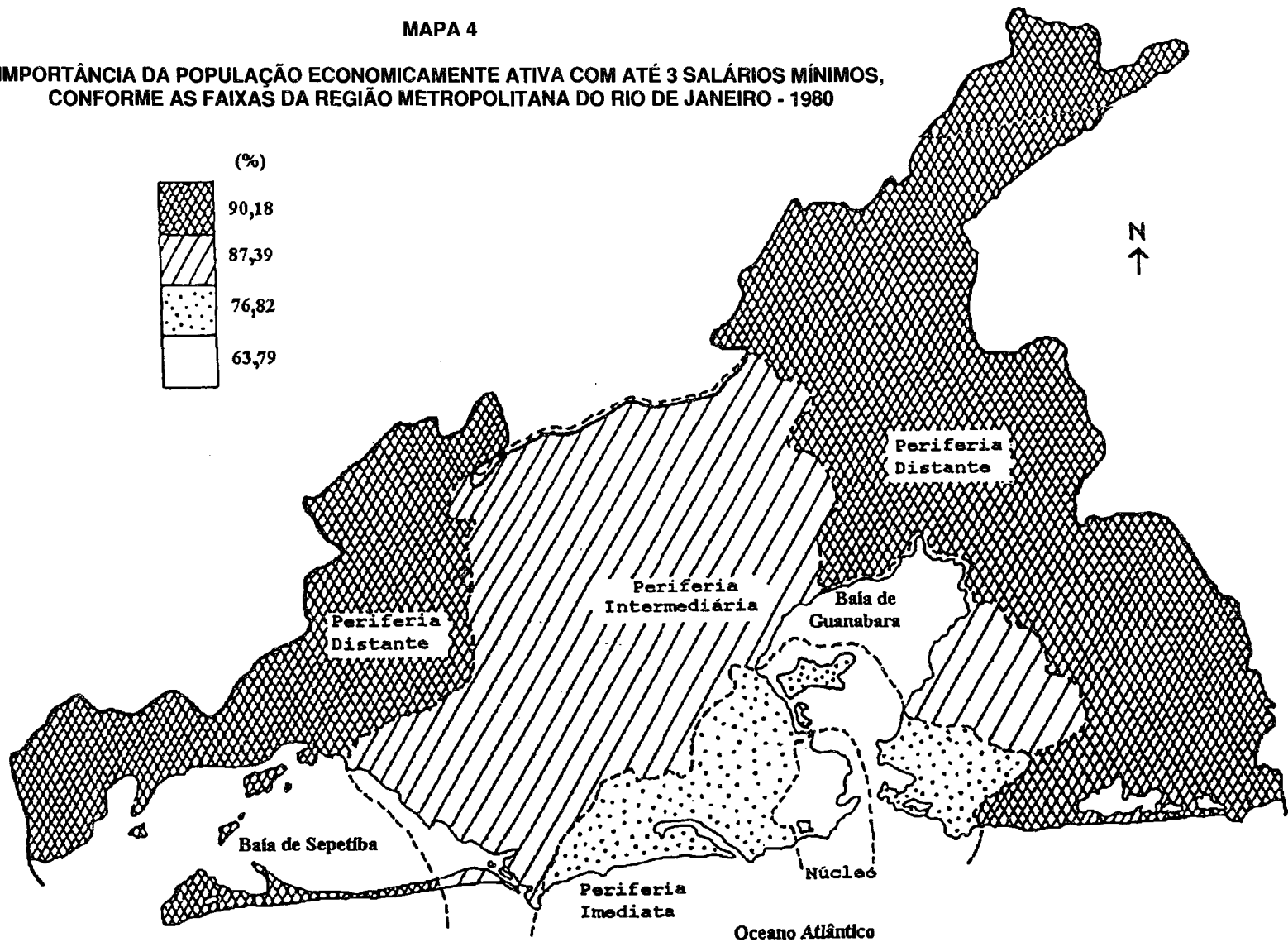
Fonte - ABREU, Mauricio de A., 1987, p. 20.

**MAPA 3**  
**REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO REDEFINIÇÃO**  
**DA ABRANGÊNCIA DAS FAIXAS**



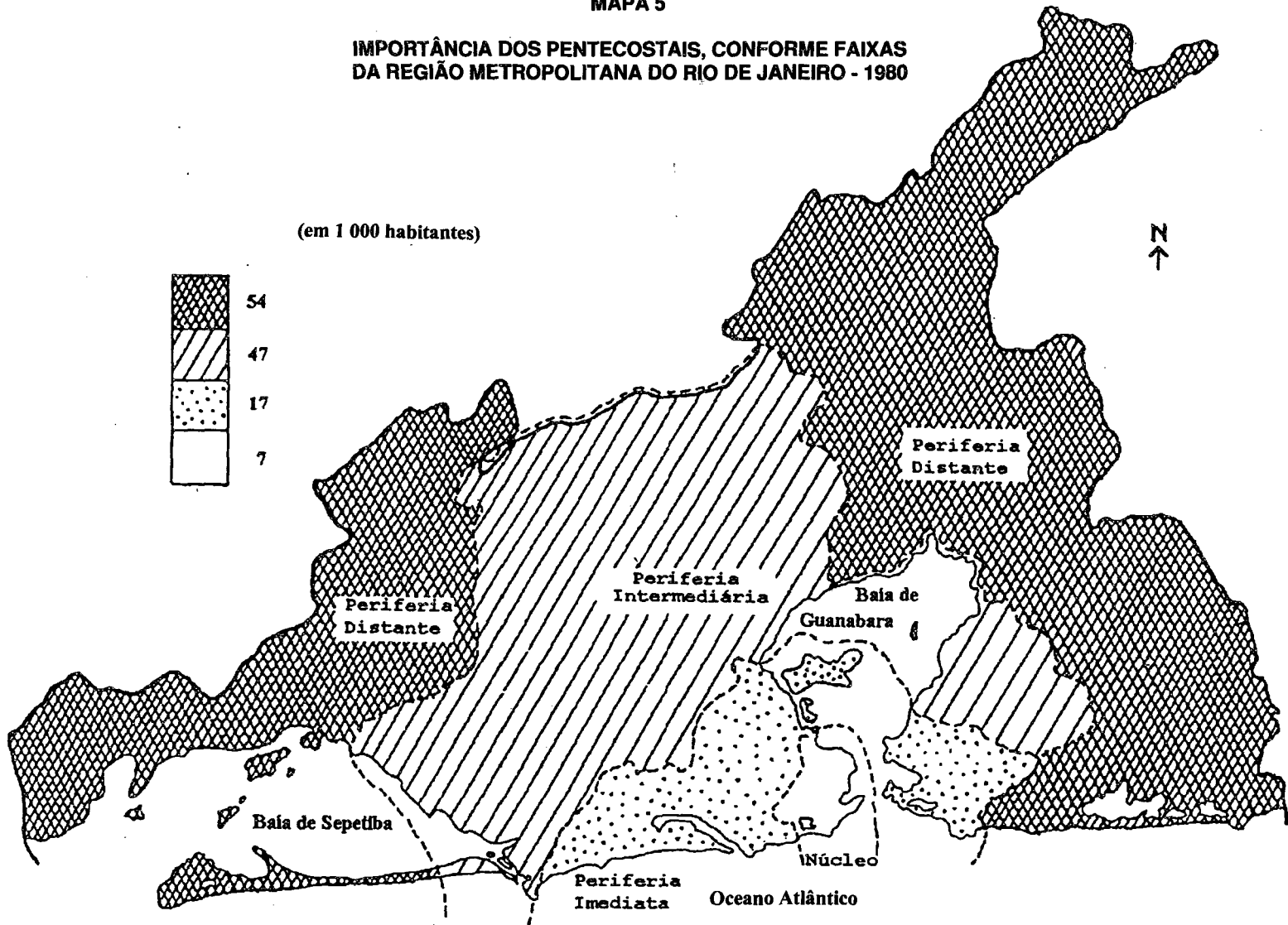
MAPA 4

IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS,  
CONFORME AS FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980



MAPA 5

IMPORTÂNCIA DOS PENTECOSTAIS, CONFORME FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980



Como se pode observar nas tabelas e nos respectivos mapas, as faixas que apresentam uma taxa mais elevada da PEA com renda familiar de 0 a 3 salários mínimos são as que apresentam também maior incidência de crentes pentecostais. Para a Periferia Distante, com 90% da PEA recebendo até 3 salários, tem-se cerca de 54 pentecostais entre 1 000 habitantes. Na Periferia Intermediária tem-se os seguintes valores: 87% da PEA para a população com até 3 salários mínimos e 47 pentecostais em 1 000 habitantes. Para a Periferia Imediata, os valores respectivos são 77% da PEA e 17 pentecostais. E, finalmente, no Núcleo tem-se 64% e 7.

Se for analisada a relação entre pentecostais e PEA com renda inferior a 3 salários mínimos, a correspondência acima indicada aparece de forma mais evidente. Isto pode ser observado na Tabela 6 que, tendo como referência a PEA que recebe até 3 salários, demonstra a importância relativa dos pentecostais nas diferentes faixas da região metropolitana (1980).

Baseando-se na Tabela 6, dentre 1 000 "pobres urbanos" que residem na Periferia Distante, 78 são pentecostais; na Periferia

também e principalmente que, dentre os "pobres urbanos", somente dentre estes, as taxas de crentes pentecostais são diferenciadas. A taxa de pentecostais dos "pobres" que residem na Periferia Distante é maior, por exemplo, que dos "pobres" que residem na Periferia Imediata.

Dessa forma, pode-se inferir que a difusão pentecostal guarda uma estreita relação com o local de moradia dos pobres urbanos. Tais locais, quanto mais carentes economicamente forem, melhor se constituirão como áreas estratégicas de materialização da mensagem pentecostal.

Foi dentro dessa perspectiva que se elegeu o bairro Largo da Batalha/Niterói como base territorial para a pesquisa empírica. Embora localizando-se na Periferia Imediata, este bairro possui condições socioeconômicas semelhantes às dos que se localizam, por exemplo, na Periferia Intermediária ou Distante. Procurar-se-á, portanto, no trabalho de campo, investigar e analisar a territorialidade do movimento pentecostal, buscando estabelecer concretamente a relação espaço e religião.

TABELA 6

**IMPORTÂNCIA DOS CRENTES PENTECOSTAIS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO AS FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980**

FAIXAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS		TAXA (por 1 000 hab.)
	Total	Crentes pentecostais	
Total	5 746 460	286 705	50
Periferia distante	470 617	36 933	78
Periferia intermediária	2 792 307	195 284	70
Periferia imediata	1 685 701	44 213	26
Núcleo	797 835	10 275	13

FONTE - IBGE, Censo Demográfico - Rio de Janeiro, 1980.

Intermediária o número de pentecostais cai para 70; enquanto que na Periferia Imediata cai para 26 e no Núcleo para apenas 13.

Os dados sistematizados acima demonstram, portanto, que não só é maior a incidência de crentes pentecostais na medida em que há um afastamento do Núcleo, mas

## O LARGO DA BATALHA: UM ESTUDO DE CASO

O Largo da Batalha localiza-se no 1º distrito do Município de Niterói, Estado do Rio

de Janeiro, na chamada região de Pendotiba<sup>12</sup> (Mapa 6). Este bairro foi eleito como área de investigação empírica não apenas pelas condições socioeconômicas e espaciais que apresenta, ou seja, pelo seu caráter periférico, mas sobretudo pela expressão que o pentecostalismo alcança no local.

Dentre os bairros que compõem a região supracitada, o Largo da Batalha tem se destacado não só pelo seu rápido crescimento urbano como também pela forma com que este vem se processando. Ele representa a área estratégica da região, localizando-se ali um grande subcentro comercial e um importante ponto de referência, contando com alguns equipamentos de consumo coletivo como escola, posto de saúde, igrejas, etc. Este núcleo comercial, além de situar-se no centro da região, constitui-se em um verdadeiro nó de entroncamento de três principais vias de circulação que dão acesso à região litorânea de Niterói e à região dos Lagos/RJ: Av. Rui Barbosa, Estrada Caetano Monteiro e Estrada Celso Peçanha (Mapa 7). Estas, de expressivo movimento, funcionam como eixos principais de ocupação, estendendo-se às suas margens a urbanização com as maiores densidades demográficas.

O bairro desempenha a função espacial de reprodução da força de trabalho e de reservatório de mão-de-obra barata. Aqui reside um numeroso contingente de “pobres urbanos” que trabalha, em geral, na própria área, realizando tarefas subalternas, sem continuidade temporal e espacial no mercado informal. Esta população caracteriza-se por apresentar rendimentos muito baixos e não estar inserida no mercado formal de trabalho, inviabilizando sua participação em movimentos sindicais ou qualquer outra representação classista, o que, de uma certa forma, vem fortalecer o movimento de bairro, representado pela Associação de Moradores e Amigos do Largo da Batalha (AMALB). Esta tem se mobilizado em torno da luta pela posse da terra (já que parcela ponderável da população é constituída

por posseiros urbanos) e por melhores condições de infra-estrutura, equipamentos e saneamento urbano.

Cumprе assinalar ainda que o Largo da Batalha não possui infra-estrutura básica. Não existe água encanada e o abastecimento se faz através de poços particulares e comunitários ou mesmo através de pipas d'água. Apesar de contar com rede oficial de energia elétrica, observam-se inúmeras ligações irregulares, os famosos “gatos”. O esgoto é lançado em valas negras, a céu aberto, desembocando em córregos que têm se transformado em verdadeiros valões não encanados. O recolhimento do lixo é precário; em geral, ele é queimado no próprio local ou jogado indiscriminadamente. Somando-se a estas características locais, pode-se ressaltar o problema vinculado à legalização da posse da terra. Este bairro apresenta numerosos conflitos que circulam ao redor da questão fundiária, envolvendo pequenos proprietários, comerciantes, poder público e posseiros.

### **a) Histórico de ocupação do bairro**

A situação fundiária de Pendotiba, de um modo geral, apresenta-se bastante complexa, destacando-se como um dos principais interlocutores da luta pela posse da terra a família Cruz Nunes, que vem desde o início do século realizando compra ou grilagem de terras e dando concessão de uso, não só nesta área, como também em todo o Município de Niterói. Esta família dispunha e continua dispondo de considerável poder político e econômico o que lhe confere fácil acesso ao poder judiciário e, por conseguinte, à documentação, nem sempre confiável, de propriedade das terras. Portanto, a região vem apresentando conflitos sociais em torno da posse da terra que datam desde o início do século.

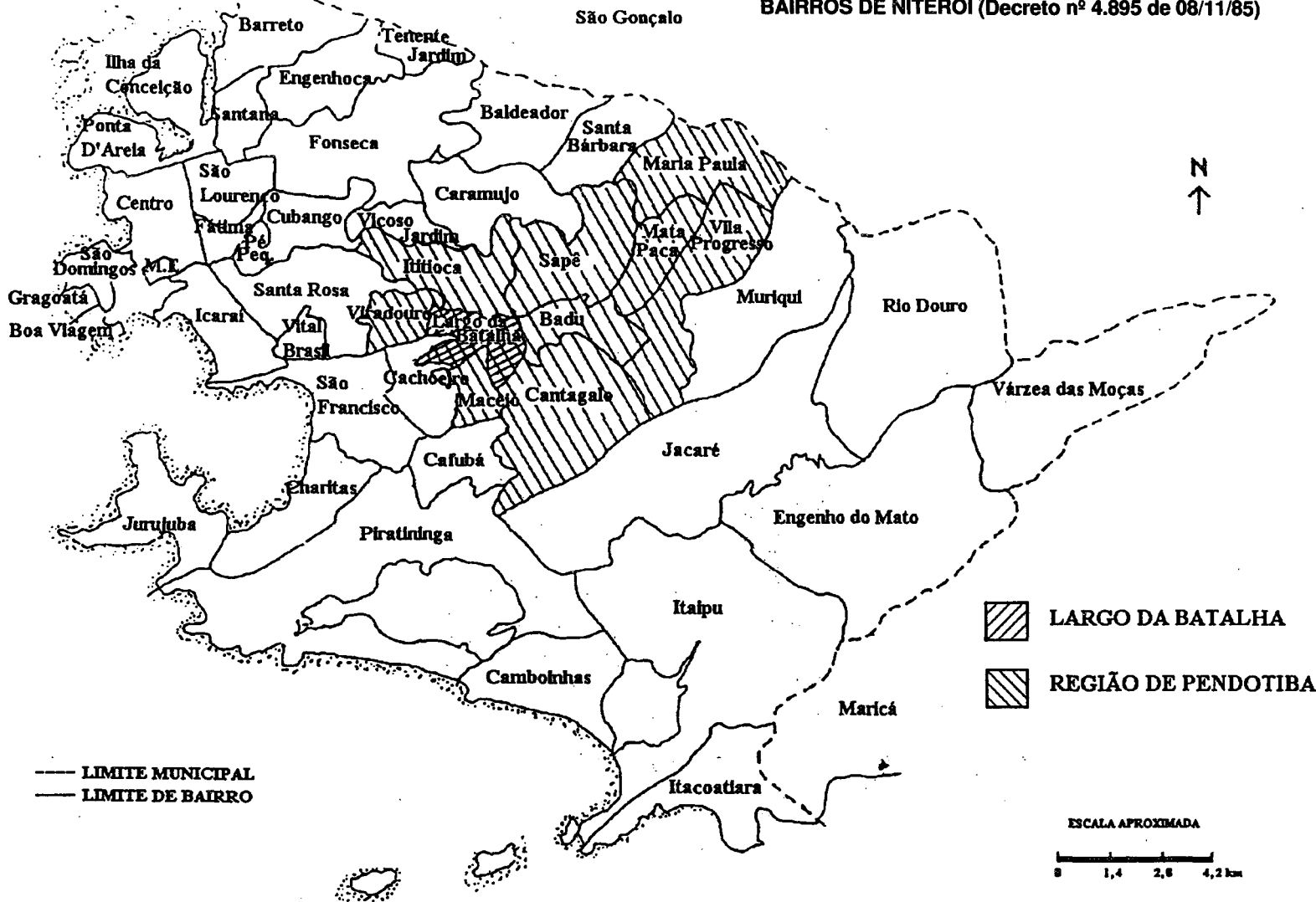
O uso da terra em Pendotiba até a década de 40 era predominantemente rural.

<sup>12</sup> A chamada região de Pendotiba, apesar de não ser uma área institucionalizada do ponto de vista político-administrativo, compreende os seguintes bairros de Niterói: Vila Progresso, Matapaca, Largo da Batalha, Sapê, Badu, Cantagalo, Maria Paula, Maceió, Ititioca. Cabe ainda informar que não há uma concordância com relação à área de abrangência desta região.

Limite de Município

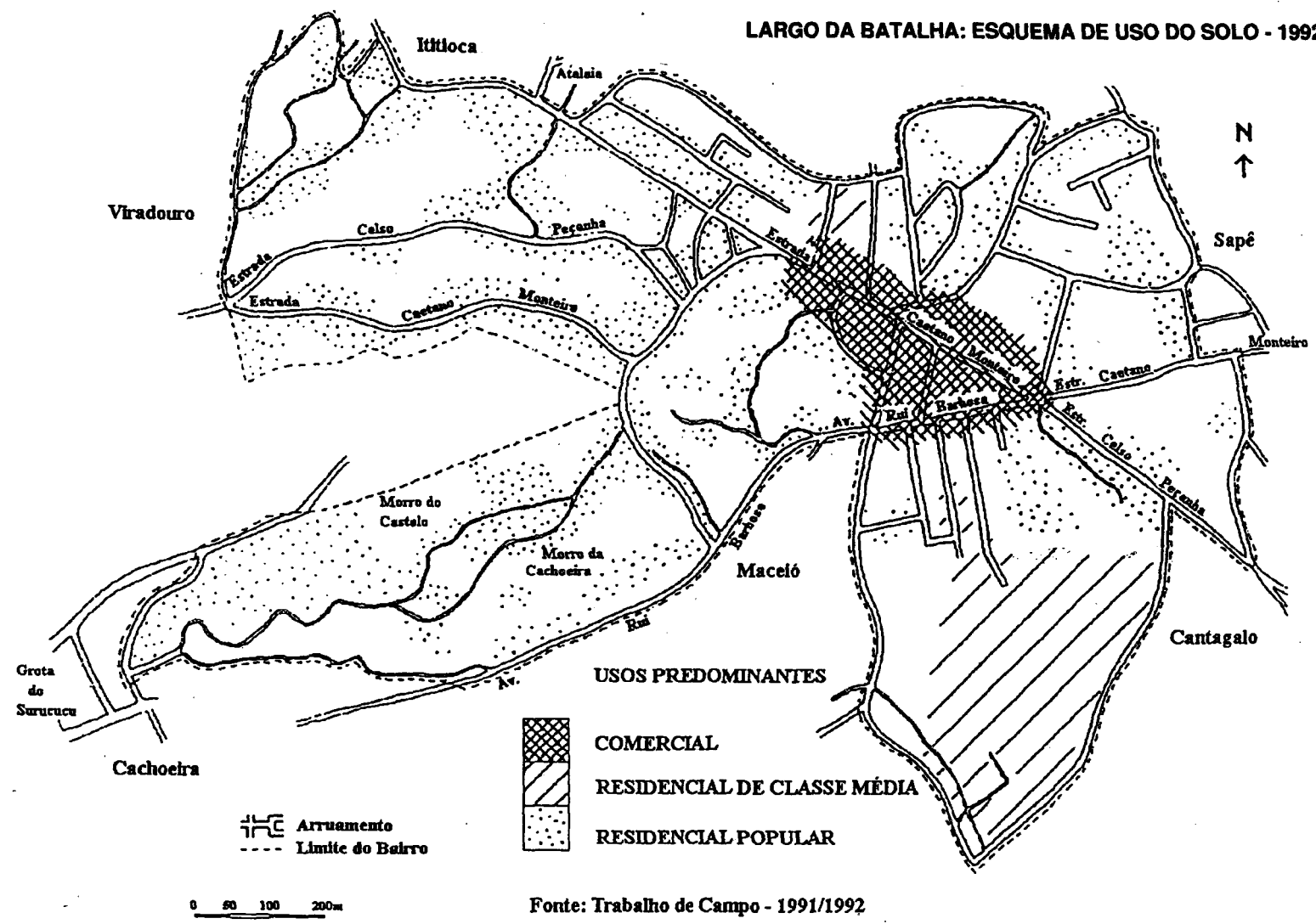
MAPA 6

BAIRROS DE NITERÓI (Decreto nº 4.895 de 08/11/85)



MAPA 7

LARGO DA BATALHA: ESQUEMA DE USO DO SOLO - 1992





A ocupação se fazia em pequenas unidades de produção, destacando-se sobretudo os cultivos de subsistência. Contudo, a partir desta década os Cruz Nunes iniciam um processo de desmembramento para loteamento de toda a região. Tal processo vem auxiliar a ocupação diferenciada do solo. Algumas áreas de Pendotiba começam a ser destinadas à classe média e alta, surgindo sítios e casas de alto padrão construtivo. O Largo da Batalha passa a despontar em torno do comércio, o que o torna uma área pouco visada para loteamentos de uso residencial de *status*.

No decorrer dos anos 50, sob os efeitos de um intenso fluxo migratório, Niterói, assim como toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sofre um significativo crescimento demográfico. Nesta década a proliferação de favelas começa a tomar peso, aumentando, dessa forma, o processo de invasão de terras em Pendotiba. No entanto será pós-década de 60 que o Largo da Batalha passará a ser ocupado de maneira mais contundente.

Nos anos 70 começa a se intensificar em toda a área de Pendotiba o processo de loteamento destinado à classe média e alta acompanhado, de perto, pelo aumento da favelização. Com a valorização da terra, com a dinamização do mercado de imóveis, fruto da especulação imobiliária, e com o elevado incremento migratório procedente do Estado do Rio de Janeiro em meados da década de 70, acirram-se os conflitos sociais vinculados à questão fundiária. O Largo da Batalha vira palco de reivindicações não só pela regularização da terra, como também pela luta por melhoria de infra-estrutura básica e dos transportes coletivos.

Durante a década de 80 o Largo da Batalha vai sendo praticamente todo ocupado por uma população migrante, de baixa renda e oriunda do Estado do Rio de Janeiro, que invade áreas ainda ociosas ou compra o direito de posse dos terrenos<sup>13</sup>. Seu núcleo comercial se vê fortalecido com uma maior diversificação das lojas e dos serviços.

Ocorre, por conseguinte, o adensamento e a ocupação definitiva de todo o bairro. Atualmente pode-se dizer que poucas são as áreas passíveis de serem edificadas. As que se encontram disponíveis são, em geral, bem íngremes e, portanto, configuram-se como áreas de risco. Nestes termos, em 1985 o bairro do Largo da Batalha ganha existência formal pelo Decreto-Lei Municipal nº 4.895 de 08/11/85.

A combinação das características locais, tais como ocupação recente, migrantes, população de baixa renda e problemas fundiários, indica que o Largo da Batalha constitui um campo fértil para a penetração e difusão do pentecostalismo.

## **b) A religiosidade: o pentecostalismo na área**

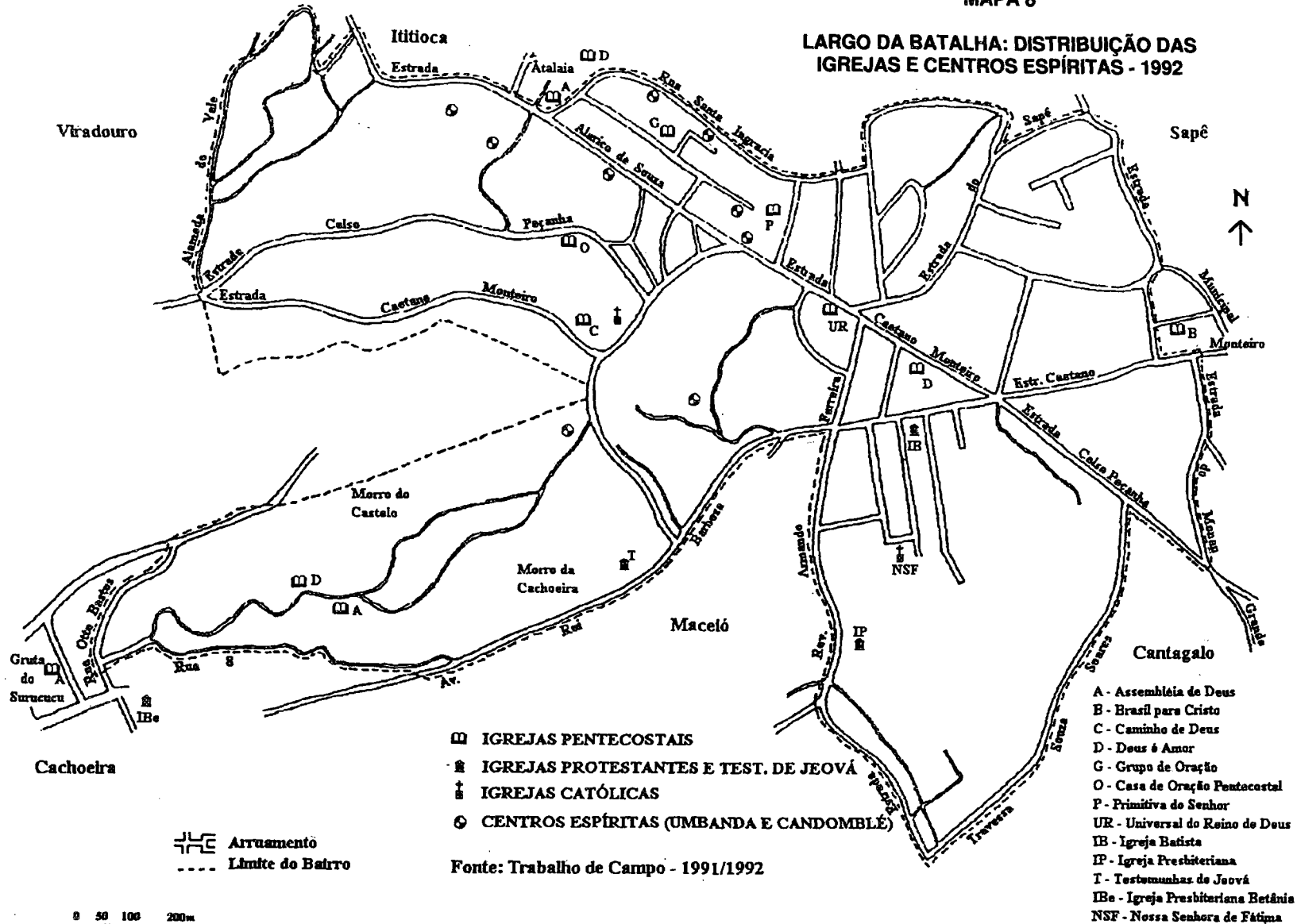
Antes de serem apresentados os resultados do trabalho de campo, cumpre salientar como este foi orientado. Três foram as questões centrais que nortearam a pesquisa empírica. A primeira refere-se às etapas de expansão do pentecostalismo na área. Para tanto foi necessário, inicialmente, levantar as crenças religiosas presentes e atuantes no bairro e, a partir de então, focalizar o pentecostalismo através de um levantamento histórico de cada denominação. Na segunda, procurou-se investigar os principais agentes de difusão desta religiosidade e a estrutura organizacional das igrejas. E, na última, os principais instrumentos de conversão utilizados pelo pentecostalismo no bairro.

Estão presentes no Largo da Batalha cinco diferentes grupos religiosos, a saber: Pentecostal, Protestante Histórico, Católico, Espírita e Testemunhas de Jeová. O grupo Pentecostal contabiliza atualmente 12 igrejas, não estando aqui incluídos os pontos de pregação dispersos pela área<sup>14</sup>. O grupo Protestante Histórico conta com três igrejas, o Católico com duas, o Testemunho de Jeová apenas com uma e o grupo Espírita soma um total de nove centros.

<sup>13</sup> Com relação à população migrante, vale apontar que os dados do Censo Demográfico do IBGE indicam que, entre os anos de 1970 e 1980, dos 71 128 novos migrantes entfados em Niterói, 49 670 procediam do Estado do Rio.

<sup>14</sup> Com relação aos pontos de pregação, vale destacar que os líderes religiosos de cada denominação pentecostal não sabem precisar o número nem o local de cada um. Em geral, eles tomam conhecimento do surgimento ou do desaparecimento destes através de um membro de sua igreja. Cabe ainda enfatizar que estes pontos de pregação caracterizam-se por uma grande mobilidade e podem desaparecer muito facilmente.

LARGO DA BATALHA: DISTRIBUIÇÃO DAS IGREJAS E CENTROS ESPÍRITAS - 1992



O grupo pentecostal, apesar de possuir 12 templos, é composto por oito denominações: Igreja Evangélica Caminho de Deus, Brasil para Cristo, Assembléia de Deus (três templos), Grupo de Oração Pentecostal, Casa de Oração Pentecostal ou Frente Evangélica e Missionária Marcos 16, Igreja Primitiva do Senhor, Deus é Amor (dois templos) e a Universal do Reino de Deus. Importa destacar que em todas estas denominações a maior parte dos membros é constituída por indivíduos de baixa renda que residem no bairro e nas suas proximidades<sup>15</sup>.

A primeira igreja pentecostal do Largo da Batalha foi a Evangélica Caminho de Deus. Dentre as denominações pentecostais supracitadas, esta é a única que surgiu no seio do próprio bairro. Ela foi implantada em 1966 e sua origem está vinculada à Igreja Metodista do Ponto Cem Réis, no bairro do Fonseca em Niterói. A matriz dessa denominação possui 14 filiais: 5 em áreas carentes do próprio Município de Niterói, 3 em São Gonçalo, 2 na Periferia Distante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as outras 4 distribuídas entre Região Centro-sul Fluminense, Espírito Santo, Recife e Bahia. A igreja do Largo da Batalha é de porte médio, possuindo cerca de 150 membros.

A Igreja Brasil para Cristo foi implantada em 1978. E é uma igreja de porte pequeno com um pavimento contando com aproximadamente 30 membros. A Igreja Brasil para Cristo do Largo da Batalha faz parte da congregação da Igreja Matriz do Barreto, bairro da zona norte de Niterói. É interessante observar que, não obstante esta ser uma igreja filial, o pastor responsável não é originário da própria denominação, mas sim da Igreja da Assembléia de Deus.

A Igreja da Assembléia de Deus possui três templos na área vinculados a duas congregações distintas: dois templos são filiais da Congregação de São Francisco, bairro de Niterói, e o outro é igreja matriz da congregação de Atalaia, limite norte do bairro. O templo mais antigo desta denominação foi aí implantado em 1974. O segundo em 1975 e refere-se ao templo localizado em Atalaia.

Esta congregação originou-se da Igreja Assembléia de Deus do bairro do Caramujo/NT e possui quatro templos filiais em bairros periféricos de Niterói. O terceiro templo surgiu em 1984 e pertence à Congregação de São Francisco. Este é de pequeno porte, contando com cerca de 40 membros. As outras duas igrejas são de porte médio, possuem um mesmo padrão de construção e contam com um número aproximado de 150 membros.

O Grupo de Oração Pentecostal não é propriamente uma igreja, embora esteja aberto para quem desejar assistir aos cultos. É constituído por um conjunto de casas pertencente a uma comunidade de migrantes oriunda da Região Sul. A comunidade vive no bairro desde 1984 e realiza cultos quase diariamente. Diferindo das outras crenças pentecostais presentes na área, esta é composta por indivíduos de melhores condições sociais e econômicas. O número de pessoas que para ali converge para a atividade religiosa é aproximadamente 60, sendo que destes metade reside no próprio local.

A Casa de Oração Pentecostal ou Frente Evangélica e Missionária Marcos 16 foi implantada no Largo da Batalha em 1985. Esta denominação surgiu de uma dissidência da Igreja Primitiva do Senhor no início da década de 80 na Favela do Sabão, bairro do Fonseca em Niterói. A Igreja do Largo da Batalha funciona em uma pequena casa com apenas um pavimento, possuindo cerca de 30 membros. Além destes dois templos, não há mais nenhum outro desta mesma denominação.

A Igreja Primitiva do Senhor tem sua origem vinculada à Igreja Batista. A igreja foi fundada na própria região de Pendotiba, no bairro Sapê, em 1965, transferindo-se para o Largo da Batalha em 1988. Ela possui 7 igrejas filiais instaladas nos seguintes locais: 2 em Itaboraí; 3 em São Gonçalo; 1 em Campos; e outra em território gaúcho. A Igreja Primitiva do Senhor é um templo de médio porte com capacidade para atender aproximadamente 150 pessoas. Não obstante predominar dentre seus fiéis indivíduos de baixo padrão econômico e social, pode ser observada nos cultos também a presença de

<sup>15</sup> Para detalhamento das denominações pentecostais presente na área de estudo, ver Mônica Sampaio Machado. A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992, Capítulo V.

peessoas de classe média e alta que residem em áreas mais nobres de Niterói, como Icaraí.

A Igreja Deus é Amor conta com três templos na área, todos da congregação da Rua São João, localizada no centro de Niterói. O primeiro templo foi instalado em 1988 e possui cerca de 60 membros. Em 1991 surgem outros dois templos, primeiramente em Atalaia, onde localizava-se o antigo templo da Brasil para Cristo e, em segundo lugar, no Morro do Castelo, onde havia o templo de uma denominação pentecostal conhecida como Jesus Novaliança. Ambos são de pequeno porte, com aproximadamente 15 membros cada um. Segundo o presbítero responsável, inúmeras são as dificuldades financeiras, necessitando vir dinheiro da Igreja-matriz e da igreja central, a sede mundial, localizada em São Paulo. Além das igrejas mencionadas existem, nas proximidades, mais duas outras igrejas desta denominação, uma no bairro de Piratininga e outra em Itioca.

A última igreja pentecostal que aparece no Largo da Batalha é a Universal do Reino de Deus (grande denominação que surge em 1977 e se expande nacionalmente de forma considerável). Ela foi implantada no final de 1991, na área comercial mais valorizada do bairro. É a única que promove cultos de 9:00 às 22:00 horas, inclusive aos domingos. O movimento deste templo é intenso, atraindo atenção de inúmeras pessoas que por ali circulam. O salão é capaz de comportar cerca de 150 membros. De maneira diferente das outras igrejas pentecostais, a Universal do Reino de Deus se instala no bairro já com uma organização bem sedimentada; não chega para se fortalecer, já chega consolidada, apresentando, portanto, melhores condições de expansão.

O grupo representado pelos Protestantes Históricos conta com três igrejas distintas, a saber: Primeira Igreja Batista de Pendotiba, Primeira Igreja Presbiteriana de Pendotiba e a Igreja Presbiteriana Betânia. A Igreja Presbiteriana de Pendotiba encontra-se no Largo da Batalha desde 1944, sendo uma igreja de pequeno porte. A Igreja Batista foi implantada em 1955, próximo ao centro comercial do bairro, na Av. Rui Barbosa; é uma igreja de médio porte. Já a Igreja Presbiteriana Betânia foi implantada na área mais recentemente, em 1982, e localiza-se também na Av. Rui Barbosa, próximo ao limite sudoeste do bairro, no bairro de Cachoeira; é uma igreja de médio porte. Vale ressaltar que a

Igreja Presbiteriana de Pendotiba difere-se das outras duas não apenas no seu tamanho, mas também por ser constituída de indivíduos mais desprivilegiados do ponto de vista social e econômico.

O grupo católico possui no bairro duas igrejas que fazem parte da mesma paróquia: Capela Nosso Senhor dos Aflitos e Igreja Nossa Senhora de Fátima. A primeira está no Largo da Batalha desde 1934. Esta igreja era a matriz e atualmente é filial da Nossa Senhora de Fátima. Cabe destacar que a Capela localiza-se ao lado da Igreja Pentecostal Caminho de Deus e da associação de moradores. Segundo o padre responsável pela paróquia, Tadeu Domanski, a Igreja Nossa Senhora de Fátima foi construída em 1965, com ajuda da comunidade local. É uma igreja de grande porte que passou recentemente por uma obra, ampliando consideravelmente sua área construída. Ela está localizada na parte mais elevada e, residencialmente, mais valorizada do bairro. Por estar iluminada com *néon*, pode ser vista de qualquer ponto do bairro.

A Igreja Testemunhas de Jeová possui apenas um templo de nome Salão do Reino, que foi implantado em 1950, no morro da Cachoeira; é uma igreja de médio porte com cerca de 100 membros.

Sob o domínio do espiritismo existem no bairro: uma rezadeira, bastante conhecida e presente na área desde 1970, D. Nadir, e oito centros divididos em umbanda e candomblé - Centro Espírita São Miguel do Arcajo (1949), Centro Espírita de Caridade São Gerônimo (1952), Centro Espírita de Ogum (1955), Centro Nossa Senhora de Nazareth (1960), Centro Espírita São Judas Tadeu (1968), Centro Espírita Raio de Sol (1970), Pai Noel de Angola (1974) e CEU - Cabana do Pai José (1985). Todos são pobres, de pequeno porte e, em geral, localizam-se no fundo da residência do responsável pelo centro. Em realidade o espiritismo, tal como está difundido no bairro, não está apoiado em organizações formais, caracterizando-se pela informalidade.

A Tabela 7 descreve o período de implantação na área de cada grupo religioso. Como instrumento analítico este quadro permitirá um melhor entendimento sobre as etapas de expansão da crença religiosa pentecostal no bairro.

**TABELA 7**  
**EVOLUÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS NO LARGO DA BATALHA,**  
**SEGUNDO OS TIPOS DE IGREJA - 1930/1990**

TIPOS DE IGREJA	EVOLUÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS							
	TOTAL	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990
Pentecostais	14	-	-	-	1	3	7	3
Protestantes Históricas	3	-	1	1	-	-	1	-
Católica	2	1	-	-	1	-	-	-
Centro Espírita	9	-	1	3	2	2	1	-
Testemunhas de Jeová	1	-	1	-	-	-	-	-

FONTE - Pesquisa de Campo, 1991-1992.

Ao se analisar a referida tabela pode-se constatar que o grupo pentecostal é o grupo religioso que mais se destaca em termos de surgimento de templo<sup>16</sup>. Apresentando uma trajetória crescente, esta crença religiosa vem aumentando de forma considerável, principalmente a partir da década de 70. Já os grupos protestante histórico e católico não apresentam grandes alterações, mantendo o mesmo ritmo de crescimento. Surgem duas igrejas católicas, uma na década de 30, outra na década de 60, e três igrejas protestantes, nas décadas de 40, 50 e 80. O grupo religioso que chama atenção, principalmente ao ter como contraponto o grupo pentecostal, é o grupo espírita. Sua trajetória demonstra que a década de 50 representou um marco no seu crescimento com o surgimento de três centros espíritas. Desta década em diante o grupo espírita passa então a apresentar um movimento decrescente, movimento inverso ao apresentado pelo grupo pentecostal.

Algumas considerações podem também ser tecidas relacionando-se a difusão do pentecostalismo, apresentada na tabela acima, ao desenvolvimento urbano local. É nos anos 60 que o bairro começa a ser ocupado por uma população migrante, tornando-se a ocupação mais efetiva no decorrer da década de 70. Assim, se nos anos 60 surge um templo pentecostal, na década seguinte, com o aumento demográfico no bairro, três novos templos

são aí instalados. Na década de 80, com o adensamento e a ocupação definitiva de todo o Largo da Batalha, principalmente pela população de baixa renda oriunda do Estado do Rio de Janeiro, surgem mais sete templos. E por último, na década de 90, decorridos apenas dois anos, o bairro vê o aparecimento de mais três igrejas pentecostais. Há, nesse sentido, uma contemporaneidade entre processos de difusão do pentecostalismo e da urbanização.

A investigação empírica no nível local veio demonstrar também uma singularidade do movimento pentecostal. Esta refere-se à sua dinâmica. O pentecostalismo vem se diferenciar das demais crenças religiosas em função da relativa mobilidade que apresenta. É com facilidade que uma denominação pentecostal se firma ou se muda de um determinado local. Em geral, os salões que são alugados pelas igrejas são aproveitados, em outras ocasiões, por diferentes denominações.

A Tabela 8 a seguir procura demonstrar a dinâmica do pentecostalismo na área. Ela apresenta a criação e o fechamento, por década, das diferentes denominações pentecostais. Como poderá ser observado, o fechamento do primeiro templo pentecostal se dá na década de 80, década marcada por um número maior de surgimento de templos.

<sup>16</sup> A Tabela 7 apenas demonstra o número de igrejas que surgiram por década na área, não indicando o número de igrejas que não se firmaram. O grupo pentecostal apresenta uma relativa mobilidade marcada pelo aparecimento e desaparecimento de igrejas e denominações. Conforme será demonstrado na Tabela 8, esta é uma das características de quem vem diferenciar este grupo religioso dos demais presentes no bairro.

**TABELA 8**  
**DINÂMICA DOS TEMPLOS PENTECOSTAIS - 1960/1992**

DENOMINAÇÃO	DINÂMICA DOS TEMPLOS PENTECOSTAIS								
	Total (1)	1960		1970		1980		1990	
		Criação	Fecha- mento	Cria- ção	Fecha- mento	Cria- ção	Fecha- mento	Cria- ção	Fecha- mento
Caminho de Deus	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Brasil para Cristo	1	-	-	1	-	1	1	-	-
Assembléia de Deus	3	-	-	2	-	1	-	-	-
Grupo de Oração	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Casa de Oração Pentecostal	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Jesus Novaliança	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Primitiva do Senhor	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Deus é Amor	3	-	-	-	-	1	-	2	-
Universal do Reino de Deus	1	-	-	-	-	-	-	1	-

FONTE - Pesquisa de Campo, 1991-1992.

(1) Dados referentes ao quantitativo de 1992.

A mobilidade relativa do movimento pentecostal pode ser vista como uma forma estratégica de concorrência entre denominações, isto é, como uma forma de disputar espaço e fiéis. Com o aumento do número de igrejas pentecostais na área estudada, é facilmente observável a disputa que as denominações estabelecem entre si pela mesma área de atuação, realizando cultos e atividades religiosas em horários análogos. Dentro desta perspectiva, pode se inferir que implantar novos templos é uma estratégia de reprodução de que as denominações pentecostais muito se têm utilizado. A isso soma-se o discurso diferenciado das igrejas que, onde se implantam, procuram estabelecer sua supremacia através da pregação de uma verdade absoluta, desvalorizando não só as outras igrejas pentecostais, como também qualquer instituição religiosa que ali esteja presente. É claro que esta postura ofensiva é muito mais direcionada às crenças religiosas não-pentecostais.

Com referência aos principais agentes responsáveis pelo aparecimento do pentecosta-

lismo no Largo da Batalha, será apresentado um quadro geral resultante da análise de informações obtidas nos trabalhos de campo, onde foram entrevistados pastores e fiéis.

Grande parte dos crentes e pastores entrevistados, embora não fosse praticante, pertencia, antes de se converter ao pentecostalismo, à religião católica. Alguns crentes largaram o espiritismo e aderiram à crença pentecostal após participarem dos cultos. Estes são os que pregam com mais veemência a crença pentecostal. Outros, após a conversão, ficam em um movimento pendular, ora aderem ao espiritismo, ora ao pentecostalismo. De toda forma, para ser membro de uma igreja pentecostal, é necessário aceitar suas doutrinas, seus preceitos e regulamentos, o que varia de denominação para denominação. Ao aceitar as imposições que são feitas pelas igrejas pentecostais, o crente fica sujeito às punições estabelecidas pela denominação a que aderiu, mas, por outro lado, pode também contar com apoio material e emocional oferecido pela igreja, isto é, pela comunidade religiosa que escolheu.

Pode ser igualmente averiguado que uma pessoa, ao procurar uma igreja pentecostal, via de regra busca uma segurança emocional capaz de lhe dar condições para continuar enfrentando todos os problemas materiais. Como o bairro analisado é, antes de mais nada, *locus* de reprodução dos trabalhadores pobres urbanos, ali reside uma população carente em todos os sentidos - econômico, cultural e político - que, ao não dispor de nenhum tipo de atendimento, nem por parte do Estado, nem por parte da iniciativa privada, se torna alvo facilmente atingível por instituições que atuem de maneira contundente à escala local, como é o caso da igreja pentecostal.

Com relação à atuação das igrejas pentecostais no que diz respeito à conversão religiosa, os trabalhos de campo realizados no bairro vieram demonstrar que os principais agentes responsáveis pela expansão do pentecostalismo são os próprios membros da igreja, crentes e pastores. Estes, em geral, são pessoas de baixa renda que residem na área ou em suas proximidades. São pessoas simples que acreditam ser portadoras da "palavra de Deus", acreditam, de fato, que são escolhidos por Deus para levarem a salvação àqueles que ainda não conhecem o verdadeiro caminho da vida eterna, sem sofrimentos e dores. São, nesse sentido, não só os principais agentes, como também os principais instrumentos vetores da expansão do pentecostalismo localmente.

Crentes e pastores, por surgirem no seio da própria população local, passam um discurso simples, informal, direto e pouco elaborado para uma população que reconhecidamente possui um baixo nível de instrução. O pastor é um ser comum, igual a qualquer outro, com hábitos semelhantes aos das pessoas que vivem e participam do mesmo espaço. Dessa maneira, fica aberta a possibilidade da ascensão social a qualquer indivíduo que ali resida, oportunidade que dificilmente surgiria dentro de outro grupo religioso ou mesmo em nível profissional. E mais, para uma população carente não só do ponto de vista econômico, mas também em termos de equipamentos de consumo coletivos e culturais, esta oportunidade não pode ser negligenciada.

Para os pentecostais, como para os cristãos em geral, todos são "irmãos em Cristo", todos são iguais perante a Deus, independente do nível social e econômico. Esta ideologia da igualdade é passada pelos pentecostais com muita eficácia porque é transmitida de forma espontânea tendo sido incorporada ao cotidiano, não ocorrendo o mesmo com o protestantismo histórico e o catolicismo. Em relação ao catolicismo, adicionando-se às dificuldades de formação de padres brasileiros, registra-se, também, um grande distanciamento entre os padres e a população local. Como, de modo geral, a população brasileira tem na sua formação cultural básica um forte componente cristão, ou seja, um campo preparado para receber o cristianismo, o grupo que mais próximo chegar às condições materiais de existência da população, identificando-se com ela, melhor conseguirá atraí-la, como ocorre com o pentecostalismo.

Vai sendo tecida assim a rede de ação dos pentecostais, na qual cada crente desempenha um papel fundamental na difusão e materialização dessa crença. Pode-se inferir, nesse sentido, que o pentecostalismo é marcado por uma grande mobilidade, não havendo limites ou mesmo fronteiras. Isto, conforme será apresentado mais adiante, irá definir uma específica forma de ocupação do território, mais solta e menos controlável. Enquanto agentes da evangelização, os fiéis são portadores de uma mensagem religiosa que tem possibilidades de se materializar muito facilmente em vários e distintos espaços. Isto é viabilizado em função da sua peculiar estrutura organizacional que vem possibilitar não só esta mobilidade, como também a ampla participação dos crentes nas decisões da igreja à escala local.

Com referência à estrutura organizacional, isto é, à organização interna das igrejas pentecostais, a investigação empírica veio apontar a existência de dois tipos distintos de denominações: as que surgem no local e as que se instalam no local. Embora a lógica de reprodução seja a mesma marcada, basicamente, pela descentralização, simplicidade, informalidade, espontaneidade e mobilidade, as primeiras estão mais vinculadas que as segundas à realidade política e social que se impõe ao local. Outro ponto que tam-

bém vem diferenciar é a centralização de decisões. As denominações que surgem no local, até por não possuírem uma base econômica solidificada, não centralizam tanto as tomadas de decisões quanto as que vieram de fora e ali se instalaram. Assim, a expansão das denominações que surgiram no bojo do próprio bairro se faz de forma bem menos controlada.

Da mesma maneira, é interessante observar que o nível de articulação política estabelecido por esses dois tipos de denominações também é realizado diferenciadamente, isto é, em dois níveis diferentes de escala. Enquanto as denominações que surgem no local estabelecem vinculações com políticos locais, como vereadores, as denominações que vierem de fora estabelecem relações em outra escala que não a local, com políticos que ocupam cargos mais elevados dentro da esfera política brasileira. Esta relação é estabelecida por líderes religiosos que ocupam cargos mais elevados dentro da denominação, como pastores responsáveis por uma dada região, ou mesmo seus próprios fundadores, como o Missionário David Miranda da Igreja Deus é Amor e o Bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus.

Com relação aos instrumentos mais utilizados para a difusão do pentecostalismo, pode-se detectar que as igrejas pentecostais presentes na área, de uma forma geral, não apresentam grande diversificação com relação aos instrumentos utilizados para difusão de sua mensagem religiosa.

Conforme visto, um dos principais instrumentos de expansão e materialização utilizados por todas as igrejas pentecostais presentes na área, centra-se nos próprios crentes e pastores que, como portadores de mensagem religiosa, funcionam como eficazes vetores de difusão. Contudo, as igrejas que vieram de fora e ali se instalaram dispõem de instrumentos de comunicação bastante poderosos que vêm auxiliar também a expansão desta crença localmente: o rádio e a televisão. Através desses meios de comunicação de massa são veiculados, além de vários testemunhos dos novos converti-

dos, programas de pregação, louvor e músicas religiosas, anunciando ainda o local, a data e a hora em que novos templos irão ser inaugurados.

Outros instrumentos podem ser também apontados. Estes referem-se às atividades que são realizadas e oferecidas pelas igrejas pentecostais. Observa-se que, não obstante algumas igrejas oferecerem cursos bíblicos dominicais para adultos e crianças e realizarem cultos em áreas públicas, os cultos efetuados no interior da própria igreja constituem-se na atividade mais importante e freqüente desenvolvida no Largo da Batalha.

Tais cultos são de extrema importância para a reprodução pentecostal, principalmente se se analisa sob a ótica local, pois funcionam como alternativas de lazer. Além do mais, oferecem à comunidade uma certa dose de segurança material e emocional. Se por um lado a igreja impõe a seus membros determinadas atribuições financeiras e linhas de conduta, por outro ela oferece, através dos cultos, um espaço de lazer seguro, onde é permitido dançar, gritar, chorar, conversar sobre angústias e problemas. Dessa forma, vai sendo estabelecida e configurada uma teia de relações sociais que se sustenta através da comunidade religiosa, coisa eminentemente coletiva.

Cabe ainda informar que a igreja pentecostal, enquanto instituição religiosa, procura deixar claro o seu não envolvimento com atividades que fujam desta função, isto é, da função religiosa. Em geral, somente alguns membros participam de movimentos associativos como a associação de moradores, porém tal participação se faz de forma individual e moderada.

A partir da análise, algumas considerações podem ser agora apresentadas. Em primeiro lugar, importa salientar que a crença pentecostal apresenta-se espacialmente de forma diferenciada dos outros movimentos religiosos. De fato, existe uma estratégia de ação espacial que é peculiar às igrejas pentecostais e esta, por sua vez, é de muita eficácia. Ela é dinâmica, incisiva e descentralizada, o que vem permitir muito



facilmente sua difusão. Enquanto, por exemplo, a Igreja Católica tem um território e uma territorialidade definida e até certo ponto estática, a igreja pentecostal desenvolve uma estratégia espacial que vem apontar para um outro tipo de território e de territorialidade, essencialmente informal e transitório. Acredita-se que tal informalidade e transitoriedade são elementos fundamentais desta crença religiosa, que determinam não só seu sucesso em termos de expansão, como também uma específica configuração espacial, configuração esta que não tem limites nem fronteiras.

## A TERRITORIALIDADE INFORMAL E FUGAZ DO PENTECOSTALISMO

A partir da investigação empírica mediada pelo referencial conceitual apresentado sobre território e territorialidade, pode-se inferir que a territorialidade pentecostal é marcada pela descentralização de decisões e por uma informalidade que facilita de maneira considerável a difusão desta crença no espaço. Tais características vêm permitir ao pentecostalismo não só o acompanhamento, mas, sobretudo, a adaptação às casualidades e às transformações inerentes e imanentes à sociedade contemporânea.

A territorialidade e o território pentecostal não são definidos *a priori*, mas sim momentaneamente. Sua lógica baseia-se na transitoriedade e mobilidade. Dessa forma, são delimitados, a cada momento, uma nova área geográfica de atuação pentecostal, um novo território, podendo, inclusive, haver superposições. Ao se tomar como contraponto a Igreja Católica, pode-se observar que uma outra lógica rege a sua territorialidade e seu território. Estes, caracterizados por áreas geográficas, agentes e instrumentos mais precisos e definidos de maneira apriorística, não comportam mecanismos capazes de promover um ajustamento às transformações advindas da sociedade moderna.

Foi elaborado um esquema que elucida bastante o acima exposto. Trata-se de dois diferentes modelos de ocupação espacial, isto é, de territorialidade e território. O primeiro refere-se à Territorialidade Formal e Perene que define a maneira de atuação espacial da Igreja Católica. O segundo refere-se à Territorialidade Informal e Fugaz que vem definir a peculiaridade da expansão espacial do pentecostalismo (Quadro 3).

Tal esquema aponta que a Igreja Católica tende a não apresentar mudanças no tempo e no espaço em sua área de atuação. Uma coisa completamente diferente ocorre com as Igrejas Pentecostais. Mudando temporal e espacialmente, as igrejas pentecostais conseguem difundir-se de maneira bastante significativa. Portanto seria falso afirmar que o pentecostalismo não possui uma territorialidade e um território. Este movimento religioso possui e desenvolve uma específica forma espacial de controle social essencialmente dinâmica, caracterizada pela transitoriedade e efemeridade. O território e a territorialidade pentecostal são estabelecidos momentaneamente com mobilidade e transitoriedade que permitem acompanhar o movimento estabelecido pela sociedade contemporânea.

A Territorialidade Informal e Fugaz marca, portanto, uma específica forma de apropriação espacial fundamentalmente dinâmica, transitória, efêmera e, mais ainda, hodierna, capaz de marchar, lado a lado, com a experiência ambiental da modernidade, a qual, segundo Marshall Berman,

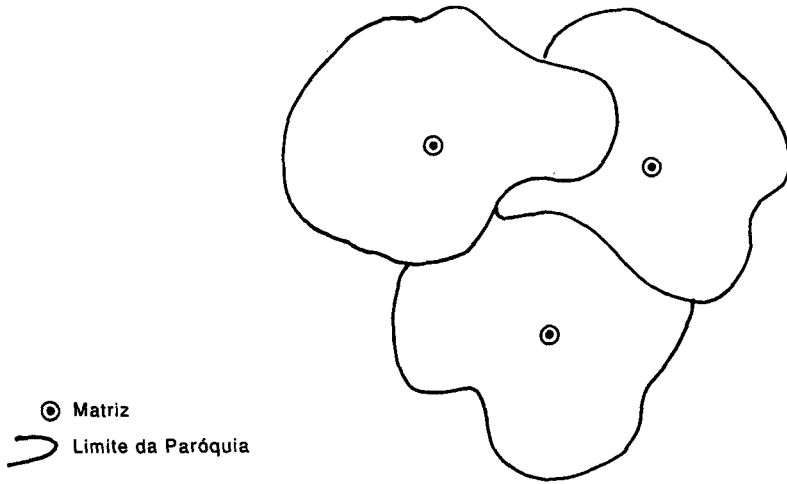
"... anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte do universo no qual, como disse Marx, '...tudo que é sólido desmancha no ar' "17.

<sup>17</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.15.

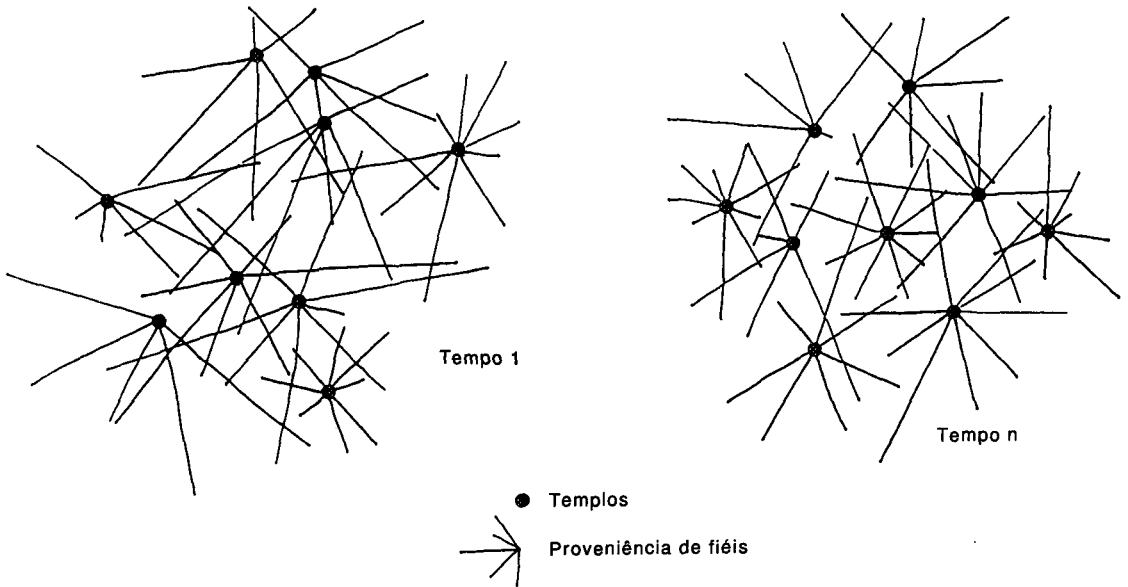
### QUADRO 3 RELIGIÃO E TERRITORIALIDADE - UM ESQUEMA

#### I - Territorialidade Formal e Perene (Igreja Católica)

(Tempo 1..... Tempo n)



#### II - Territorialidade Informal e Fugaz (Igrejas Pentecostais)



## BIBLIOGRAFIA

- AUBRÉE, Marion. Les orixas et le saint-esprit au secours de l'emploi - deux stratégies d'insertion socio-économique dans le nordeste brésilien. *Cahiers des Sciences Humaines*, Bondy, v. 23, n. 2, p. 261-272, 1987.
- \_\_\_\_\_. A penetração do protestantismo evangelizador na América Latina. *Comunicações ISER*, n. 23, p. 35-44, dez. 1986.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN: Zahar, 1987. 147 p.
- BERGER, P. L., LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* 7. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. 247 p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. *A imperial cidade de Niteróy*. Niterói: Serviços Gráficos Impar, 1988. 355 p.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 291 p.
- GONÇALVES, M. D., PINTO, M. N. F. *A resistência dos posseiros na luta pela posse da terra em Pentotiba (NT/RJ)*, Niterói, 1984. Dissertação (Mestrado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 1989. 120 p.
- GOLVEIA, Gualberto L. N. *Segregação urbana: o espaço pentecostal em expansão*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990. 69 p. mimeogr.
- KONG, Lily. Geography and religion: trends and prospects. *Progress in Human Geography*, v. 14, n. 3, p. 355-371, 1990.
- LEITE, F. Tácio da G. *As novas seitas neopentecostais*. Rio de Janeiro:JUERP, 1990. (Coleção as seitas de nosso tempo, v. 3).
- MACHADO, Mônica Sampaio. A lógica da reprodução pentecostal e sua expressão espacial. In: SANTOS et al. (Orgs.). *O novo mapa mundo: fim de século e globalização*. Rio de Janeiro: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993. p. 224-234.
- \_\_\_\_\_. *A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- READ, W., MONTERROSO, V., JOHNSON, H. *O crescimento da igreja na América Latina*. São Paulo: Mundo Cristão, 1969.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. Igreja pentecostal Deus é Amor. *Cadernos ISER*, n. 23, p. 59-63, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1965. 260 p.
- \_\_\_\_\_. *Religião e classes populares*. Petrópolis: Vozes, 1980. 207 p.
- SACK, Robert David. *Human territoriality: it's theory and history*. Cambridge: Cambridge University, 1986. 256 p.
- \_\_\_\_\_. *Critical human geography: conceptions of space in social thought: a geographic perspective*. London: Basingstoke, 1980.
- SANTOS, Milton. Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil. In: INTERNACIONAL SYMPOSIUM ON LATINO AMERICAN URBANIZATION, Oct. 1989, Tsukuba. p. 23-27. mimeogr.
- SCARLATO, Capuano Francisco. Da noção de bairro à busca de sua identidade. In: \_\_\_\_\_. *O real e o imaginário no Bexiga: autofagia e renovação urbana no bairro*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. p. 178-232.

WEHRS, Carlos. *Niterói cidade sorriso: história de um lugar*. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica e Vida doméstica, 1984. 366 p.

WOLCH, J., MICHAEL, Dea. *The power of geography: how territory shapes social life*. London: Academic Division of Unwim Hyman, London: 1989.

CENSO Institucional Evangélico (CIN) 1992: primeiros comentários. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1992.

NOTA - Utilizados, na pesquisa, os periódicos: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Veja e Isto É*.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como preocupação central investigar a inserção e difusão de uma crença religiosa popular que, em pouco tempo, se expandiu expressivamente por todo o Brasil - o pentecostalismo protestante. A difusão desta neo-religiosidade tem sido veiculada pelos meios de comunicação de massa como um fato social de maior magnitude deste final de século. Não só intelectuais, mas, também, a Igreja Católica procuram respostas para tal acontecimento.

Buscando também, através do "Olhar de Geografia", dar uma contribuição à compreensão deste fenômeno, pretende-se, aqui, estabelecer a relação entre espaço e religião via dois importantes componentes geográficos - território e territorialidade. Pretende-se, portanto, investigar a territorialidade pentecostal, demonstrando que esta crença religiosa, para dar continuidade à sua reprodução, coloca em prática estratégias de ação dinâmicas que contemplam nitidamente a dimensão espacial. Dando complementaridade a esta proposta será, em uma escala local, num bairro, investigado concretamente a territorialidade deste movimento religioso.

## ABSTRACT

This study aims to investigate the insertion and diffusion of a popular religious belief which has expanded itself throughout Brazil in short time - protestant pentecostalism. The diffusion of this new religiosity has been shown through the mass-media as the greatest social fact of the later years of this century. Not only the intellectuals but also the Roman Catholic Church seek answers for such happening.

Searching also through the "Geographical Eye", to provide a contribution to the comprehension of this phenomena, its intended hereby to establish a relationship between space and religion by using two main geographical components - territory and territoriality. Its intended, therefore, to investigate a pentecostal territoriality, showing that this religion, to keep itself existing, uses dynamic action strategies which show quite clearly the spatial dimension. In addition to this, there will be concretely investigated, in a local scale, in a neighbourhood, the territoriality of this religious movement.

# MAPEAMENTO AUTOMATIZADO: EXPERIÊNCIAS COM O PROGRAMA SURFER\*

*Jaimeval Caetano de Souza\*\*  
Barbara-Christine Nentwig Silva\*\*\**

---

## INTRODUÇÃO

---

O objetivo deste artigo é o de testar um programa computacional de isolinhas chamado SURFER, descrevendo detalhadamente os passos de sua utilização, através de vários fluxogramas, com a intenção de facilitar a entrada de novos usuários na cartografia automatizada.

A título de exemplo demonstrativo, foram usados dados que se referem à região de Ilhéus-Itabuna, no Estado da Bahia. Em um estudo anterior (Silva, Silva e Leão, 1987) foi delimitado o subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna através da aplicação de um modelo potencial. Na base desta delimitação, confirmada posteriormente com pesquisa de campo, a referida região é formada por 49 municípios e dirigida, de forma conjunta, pelas cidades de Ilhéus e Itabuna

com 135 117 e 170 434 habitantes, respectivamente, no ano de 1991.

Afastamos, assim, a idéia de se trabalhar com dados fictícios, preferindo testar o desenho automatizado com dados da realidade para tentar resolver os eventuais problemas que poderiam surgir com dados bem diferenciados que ocorrem nesta região e com municípios pequenos ao lado de grandes municípios, problemas estes de larga difusão e que precisam sempre de uma atenção especial na cartografia.

---

## TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO DE DENSIDADES DEMOGRÁFICAS

---

Escolhemos para o desenho automatizado os dados das densidades demográficas de 1991. Para representar cartograficamente esta

\*Recebidos para publicação em 23 de agosto de 1993.

\*\*Professor do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana - (UEFS).

\*\*\*Professora do Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia - (UFBA).

variável pode-se recorrer geralmente a duas técnicas diferentes. Normalmente constrói-se um cartograma coroplético das densidades, onde, na base de uma classificação, os valores calculados para as densidades são agrupados em  $n$  classes. A cada classe é designada uma cor ou uma hachura, seguindo uma gradação desde as classes de mais baixos valores até as de mais altos valores. Assim, trabalhando na base de municípios, a cada uma destas unidades é atribuída uma cor ou uma hachura correspondente à densidade.

Embora sabendo que as densidades mudam num determinado espaço constantemente (pelo menos teoricamente), a técnica não pode representar esta variação da densidade intramunicipal. Um município mostra cartograficamente a mesma densidade em toda a sua extensão e esta, por sua vez, muda (ou pode mudar) abruptamente de município para município. Ocorrem, desta forma, variações nas densidades de forma brusca nos limites das unidades municipais.

As densidades demográficas mudam de intensidade no espaço, permitindo dizer que elas se comportam como um *continuum* uma vez que elas são, com raras exceções (desertos ou altas montanhas, por exemplo), sempre presentes no espaço. A técnica cartográfica de excelência para retratar um *continuum* ou uma variável que se comporta como um *continuum*, é a de isolinhas que são linhas que ligam pontos de uma superfície que possuem valores de igual intensidade.

Tradicionalmente, os dados de um *continuum* são coletados em determinados lugares (nas estações de meteorologia, por exemplo, quando se quer coletar dados referentes à precipitação ou à temperatura). Através de interpolação entre esses dados medidos em pontos específicos, determina-se o desenho das isolinhas, cujos valores com ou sem equidistância são determinados na base de uma classificação.

Surge na cartografia, em relação aos dados de densidade, ou variáveis similares, o problema de que eles foram calculados para áreas (normalmente  $\text{hab./km}^2$ ) e não medidos em pontos, o que implica o fato de que não existem pontos com os respectivos valores que permitem a interpolação das

isolinhas. Saindo do pressuposto que as densidades municipais calculadas representam a densidade média do município podem-se colocar, para fins cartográficos, esses valores calculados no meio do município. Desta maneira o ponto central do município representa o respectivo valor da densidade municipal, possibilitando o desenho das isolinhas através desses pontos de apoio. Através da técnica de isolinhas se constrói cartograficamente uma superfície contínua que reflete a variação também contínua das densidades demográficas no espaço. Não surge na representação através dessa técnica a abrupta mudança de densidades passando de um município para o outro.

As isolinhas podem ser desenhadas nas representações em duas dimensões ou, com a cartografia automatizada, surgem propostas de desenho em três dimensões. Neste último caso, os valores da densidade são representados no eixo  $z$ , determinando, em analogia ao relevo, maiores ou menores "elevações" no desenho. A superfície representada não é mais um *continuum* concreto, controlável na natureza, como é o relevo, mas representa um fenômeno abstrato como no exemplo das densidades.

Normalmente, os desenhos indicam o Norte na parte superior do mapa e o Sul na parte inferior, mas com os desenhos em três dimensões tornou-se muitas vezes necessário mudar as direções de observação da região para evitar que pequenas intensidades do fenômeno, representadas através de também pequenas elevações, sejam escondidas atrás de grandes intensidades representadas por meio de grandes elevações. O ângulo de observação dessas representações cartográficas em três dimensões é oblíquo, podendo-se visualizar a área a partir do Norte, Leste, Sul ou Oeste ou a partir de outras combinações destas direções.

## APRESENTAÇÃO DO SOFTWARE SURFER

O programa SURFER foi elaborado pela Golden Software, sendo a versão que utili-

zamos a 4.15 do ano de 1990. Custa em torno de US\$ 400, mas para instituições educacionais há um abatimento de US\$ 100, tornando-se, assim, um *software* bem acessível a estudantes, pesquisadores e outros usuários que trabalham com a cartografia e ciências afins. O programa pode ser instalado em um microcomputador IBM-PC ou compatível que tenha no mínimo 256K de memória RAM e, de preferência, um *winchester*. Este sistema opera no ambiente do sistema operacional DOS versão 2.0 ou acima. É necessário também acoplar ao conjunto uma impressora, sendo que as impressoras de última geração permitem a produção de mapas em boa qualidade. Vale destacar que estas características mencionadas para o equipamento constituem as mínimas exigências para o funcionamento do sistema, contudo é possível adaptar ao mesmo outros suportes visando a um melhor desempenho, como por exemplo, um co-processador aritmético.

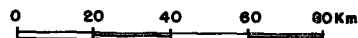
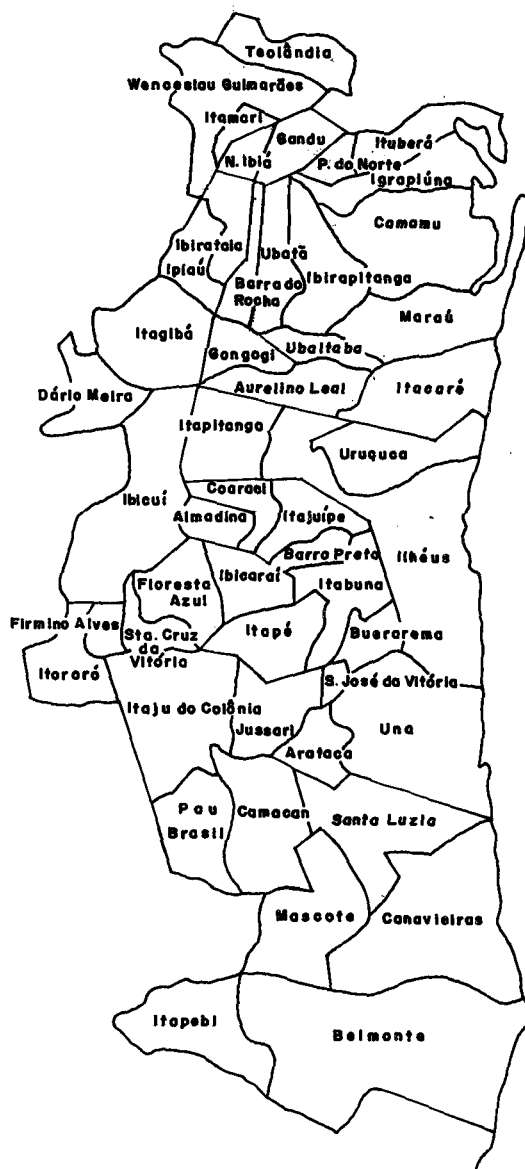
O SURFER é um dos raros programas computacionais que permite de maneira relativamente simples a produção de mapas de isolinhas e de blocos-diagrama ou de superfícies estatísticas. Assim, as representações podem ser feitas em duas dimensões ou através de superfícies tridimensionais sendo as últimas difíceis, se não impossíveis, de serem executadas à mão livre. O programa permite também outras operações como: superposição das representações em duas e três dimensões, construção de perfis topográficos nas direções desejadas e o desenho de mapas com símbolos expressando qualidades ou quantidades.

## ISODENSIDADES ATRAVÉS DO DESENHO AUTOMATIZADO

### Preparação dos dados

No nosso exemplo trabalhamos com as densidades demográficas de 1991 relativas a 49 municípios da região de Ilhéus-Itabuna segundo a definição anterior (Figura 1). Calculamos também as densidades de 12 municípios vizinhos a esta região que serviram como apoio para o desenho correto das isolinhas nas áreas periféricas.

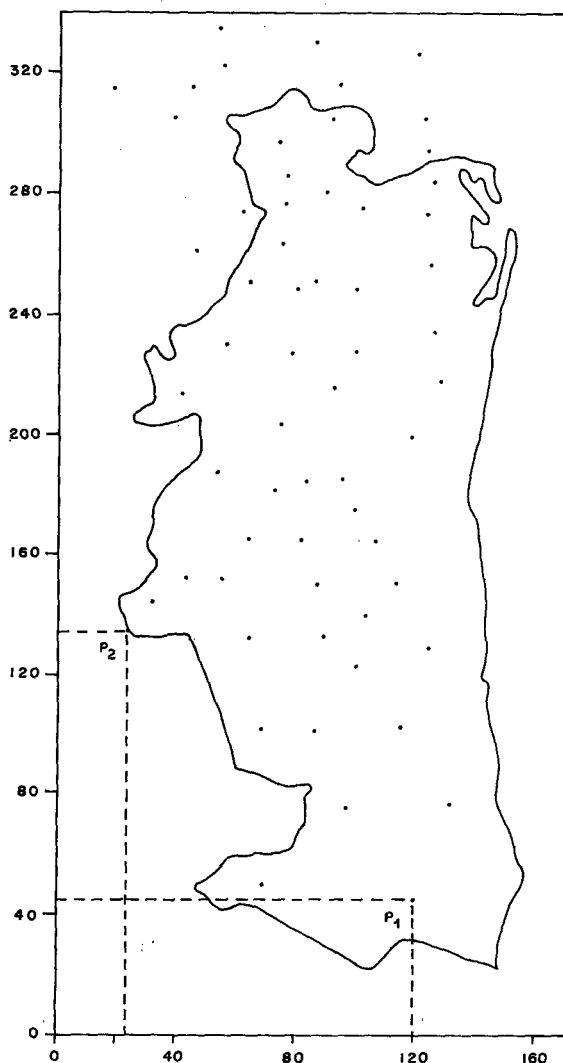
FIGURA 1  
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE  
ILHÉUS - ITABUNA



Segundo a discussão metodológica anterior optamos por colocar cada valor de densidade aproximadamente no meio da área municipal correspondente, determinando, assim, os pontos de referência necessários para o desenho das isolinhas.

A partir de um mapa escolhido na escala de 1: 2 000 000 definimos as coordenadas de todos os pontos que representam os valores das densidades dos municípios da região em estudo. Para encontrar as coordenadas utilizamos um papel milimetrado transparente superposto ao mapa com a indicação dos municípios que permitiu assim localizar cada ponto em relação aos eixos x e y, sendo que a origem do sistema de coordenadas deve estar localizado no canto inferior esquerdo (Figura 2).

**FIGURA 2**  
**LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS NO SISTEMA**  
**CARTESIANO**



De acordo com a escala escolhida mantivemos a mesma relação nas escalas dos eixos x e y, ou seja, 1 centímetro corresponde a 20 quilômetros.

A Figura 2 indica a distribuição dos 61 pontos que representam as densidades nos municípios que integram a região e sua periferia. O processo de determinação das coordenadas de cada ponto pode ser visto também nesta figura, a exemplo do ponto P<sub>1</sub>.

A Tabela 1 mostra a nossa base de dados construída segundo os passos até aqui descritos. Na coluna A colocamos os nomes dos municípios para o nosso controle, as colunas B e C representam as coordenadas x e y respectivamente e a coluna D indica os valores das densidades, variando de 8 hab./km<sup>2</sup> a 317 hab./km<sup>2</sup>. Esta base de dados será armazenada, como veremos mais tarde, em um arquivo no programa SURFER para ser usado nos passos seguintes.

Elaboramos, simultaneamente, um outro arquivo com o objetivo de definir, também na base de coordenadas mantendo a mesma rede para a localização dos pontos, o limite da região em estudo. Procedemos da mesma maneira explicada anteriormente para localizar um grande número de pontos que permitisse o traçado do contorno da região. Este processo de determinação de pontos é executado segundo uma sistemática, ou seja, segue-se uma seqüência a partir de um ponto escolhido num sentido preestabelecido até voltar ao ponto inicial. É importante lembrar que este ponto inicial deve figurar também no final da seqüência dos pontos para fechar o contorno da região. Quanto maior o número de pontos determinados mais preciso será o desenho do contorno, uma vez que o SURFER liga posteriormente os pontos na seqüência levantada. É preciso observar aqui que esses pontos não figuram posteriormente no desenho dos limites. Eles são utilizados apenas como referência para o traçado do contorno da região.



**TABELA 1**  
**COORDENADAS DOS PONTOS DE REFERÊNCIA E**  
**RESPECTIVAS DENSIDADES DEMOGRÁFICAS**

(continua)

LINHA	COLUNA			
	[A]	[B]	[C]	[D]
[ 1]	Almadina	72	182	62
[ 2]	Arataca	100	122	34
[ 3]	Aurelino Leal	92	218	36
[ 4]	Barra do Rocha	80	250	44
[ 5]	Barro Preto	100	176	75
[ 6]	Belmonte	120	46	11
[ 7]	Buerarema	114	150	102
[ 8]	Camacan	86	102	55
[ 9]	Camamu	124	258	43
[10]	Canavieiras	132	78	24
[11]	Coaraci	82	186	120
[12]	Dário Meira	42	214	36
[13]	Firmino Alves	44	152	37
[14]	Floresta Azul	64	164	33
[15]	Gandu	90	282	98
[16]	Gongogi	78	228	32
[17]	Ibicarai	82	166	107
[18]	Ibicuí	54	188	14
[19]	Ibirapitanga	100	250	44
[20]	Ibirataia	76	264	110
[21]	Igrapiúna	122	274	25
[22]	Ilhéus	126	176	130
[23]	Ipiaú	64	252	164
[24]	Itabuna	106	164	317
[25]	Itacaré	128	218	25
[26]	Itagibá	56	232	27
[27]	Itaju do Colônia	64	132	8
[28]	Itajuípe	96	186	77
[29]	Itamari	78	286	100
[30]	Itapé	88	150	34
[31]	Itapebi	70	50	17
[32]	Itapitanga	74	204	20
[33]	Itororó	32	144	82
[34]	Ituberá	126	284	59
[35]	Jussari	90	134	24
[36]	Maraú	126	236	21
[37]	Mascote	98	76	19
[38]	Nova Ibiá	78	278	59
[39]	Pau Brasil	68	102	32
[40]	Pirai do Norte	102	276	41
[41]	Santa Cruz da Vitória	56	152	33
[42]	Santa Luzia	116	104	21
[43]	São José da Vitória	104	140	165
[44]	Teolândia	92	306	38
[45]	Ubaitaba	100	228	234

**TABELA 1**  
**COORDENADAS DOS PONTOS DE REFERÊNCIA E**  
**RESPECTIVAS DENSIDADES DEMOGRÁFICAS**

(conclusão)

LINHA	COLUNA			
	[A]	[B]	[C]	[D]
[46]	Ubatã	86	252	65
[47]	Una	124	130	18
[48]	Uruçuca	118	200	68
[49]	Wenceslau Guimarães	74	298	28
[50]	Apuarema	62	276	50 *
[51]	Cravolândia	54	324	16 *
[52]	Itaquara	46	316	41 *
[53]	Itiruçu	18	314	40 *
[54]	Jaguaquara	40	306	48 *
[55]	Jitaúna	46	262	66 *
[56]	Nilo Peçanha	124	296	31 *
[57]	Presidente Tancredo Neves	94	316	45 *
[58]	Tapuruá	122	306	38 *
[59]	Valença	120	326	52 *
[60]	Mutuípe	86	330	57 *
[61]	Santa Inês	54	336	35 *

(\*) Pontos de controle/ajuste fora dos limites da região.

A Tabela 2 indica as coordenadas referentes aos pontos que fornecerão o contorno da região. No nosso exemplo elaboramos o contorno com 126 pontos. Esse número deve constar na 1ª linha e coluna (A1) do arquivo. O valor da 1ª linha e da 2ª coluna (B1) pode ter apenas dois valores, 0 (zero) ou 1 (um). O valor 0 (zero) quer dizer que o processo deve eliminar as partes das isolinhas

a serem desenhadas que avançam para fora da área definida pelo conjunto de pontos e o valor 1 (um) o contrário, ou seja, o processo deve eliminar as partes das isolinhas que estão dentro da área. No nosso caso, colocamos o valor 0 (zero) para eliminar no desenho as partes das isolinhas que extrapolam os limites da região.

**TABELA 2**  
**PONTOS PARA DEFINIÇÃO DO LIMITE DA REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA**

(continua)

LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA	
	[A]	[B]		[A]	[B]		[A]	[B]		[A]	[B]
[ 1]	126.00	0.00	[ 7]	98.00	24.00	[13]	56.00	40.00	[19]	74.00	60.00
[ 2]	146.00	20.00	[ 8]	92.00	26.00	[14]	48.00	50.00	[20]	80.00	62.00
[ 3]	116.00	32.00	[ 9]	87.00	31.00	[15]	54.00	53.00	[21]	82.00	66.00
[ 4]	111.00	29.60	[10]	78.00	37.00	[16]	59.00	57.00	[22]	85.00	71.00
[ 5]	109.00	25.00	[11]	67.00	42.00	[17]	62.00	59.00	[23]	84.00	76.00
[ 6]	104.00	22.00	[12]	61.00	42.00	[18]	68.00	61.00	[24]	87.00	84.00

**TABELA 2**  
**PONTOS PARA DEFINIÇÃO DO LIMITE DA REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA**

(conclusão)

LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA		LINHA	COLUNA	
	[A]	[B]		[A]	[B]		[A]	[B]		[A]	[B]
[ 25]	79.00	83.00	[ 51]	56.00	292.00	[ 77]	146.40	247.00	[103]	86.00	309.20
[ 26]	74.00	84.00	[ 52]	60.00	300.00	[ 78]	150.00	260.00	[104]	90.00	312.00
[ 27]	70.00	87.00	[ 53]	55.00	306.00	[ 79]	150.00	268.00	[105]	98.00	311.60
[ 28]	66.00	87.00	[ 54]	54.00	308.00	[ 80]	153.00	270.00	[106]	106.00	305.20
[ 29]	46.00	207.00	[ 55]	59.00	307.20	[ 81]	154.00	266.00	[107]	105.00	296.00
[ 30]	30.00	204.00	[ 56]	131.00	295.00	[ 82]	152.00	252.00	[108]	99.20	298.00
[ 31]	25.00	205.00	[ 57]	145.00	292.00	[ 83]	63.00	89.00	[109]	96.00	292.00
[ 32]	27.00	208.00	[ 58]	144.00	286.00	[ 84]	47.00	134.00	[110]	104.00	286.00
[ 33]	34.00	211.00	[ 59]	146.40	282.00	[ 85]	40.00	134.00	[111]	116.00	287.00
[ 34]	32.00	220.00	[ 60]	145.60	279.00	[ 86]	35.00	132.00	[112]	124.00	292.00
[ 35]	29.00	228.00	[ 61]	141.00	282.00	[ 87]	30.00	133.00	[113]	148.00	240.00
[ 36]	33.00	232.00	[ 62]	140.00	288.00	[ 88]	24.00	134.00	[114]	145.00	230.00
[ 37]	35.00	226.00	[ 63]	136.40	286.40	[ 89]	21.00	147.60	[115]	147.00	224.00
[ 38]	40.00	226.00	[ 64]	133.00	290.00	[ 90]	30.00	151.00	[116]	138.00	181.00
[ 39]	38.00	232.00	[ 65]	132.00	286.00	[ 91]	34.00	158.00	[117]	142.00	169.60
[ 40]	38.00	236.00	[ 66]	143.60	275.00	[ 92]	30.00	163.00	[118]	144.00	127.00
[ 41]	39.00	237.40	[ 67]	144.00	272.00	[ 93]	34.00	171.00	[119]	142.00	117.40
[ 42]	46.00	237.40	[ 68]	140.40	272.40	[ 94]	34.00	181.00	[120]	144.00	118.40
[ 43]	56.00	247.00	[ 69]	137.00	274.00	[ 95]	40.00	186.00	[121]	148.00	92.00
[ 44]	56.00	250.00	[ 70]	137.00	263.00	[ 96]	48.00	193.00	[122]	148.00	76.00
[ 45]	58.00	257.20	[ 71]	144.00	264.00	[ 97]	49.00	198.00	[123]	155.00	67.00
[ 46]	62.00	262.00	[ 72]	146.00	265.00	[ 98]	63.00	310.00	[124]	157.00	52.00
[ 47]	65.00	267.20	[ 73]	146.40	252.00	[ 99]	68.20	309.00	[125]	152.00	42.00
[ 48]	70.00	274.00	[ 74]	137.00	244.00	[100]	74.00	315.40	[126]	150.00	32.00
[ 49]	63.00	284.00	[ 75]	140.00	242.00	[101]	80.00	314.00	[127]	146.00	20.00
[ 50]	62.00	288.00	[ 76]	142.00	246.00	[102]	82.00	310.00			

É preciso observar que o ponto da 2ª linha (146.00; 20.00) se repete na última linha como explicado anteriormente. Assim, a partir da linha 2, a coluna A refere-se à coordenada x e a coluna B à coordenada y dos pontos que definirão o limite da região.

Devemos destacar que os passos efetuados até aqui envolvem procedimentos que exigem tempo e devem ser bem controlados pelo pesquisador, uma vez que essas informações servirão de base para as próximas etapas.

### Introdução dos dados no surfer

Utilizamos o próprio editor do SURFER para entrar os dados apresentados na Tabela 1. Para tal fim escolhemos o módulo GRID o qual dispõe de um editor para a criação de arquivos através dos itens *Random, Input*. A introdução dos dados é realizada em quatro colunas, ou seja, os nomes dos municípios na coluna A com respectivas coordenadas de localização (x e y) nas colunas B e C e os valores das densidades na

coluna D. Este arquivo, que representa um banco de dados disponível para diversos usos, nomeamos de BASEDADO.DAT. No Fluxograma 1 seguem todas as operações

realizadas para tal fim. Se o SURFER já está carregado podemos entrar imediatamente no módulo GRID e executar as operações do referido fluxograma.

## FLUXOGRAMA 1

### INTRODUÇÃO DA BASE DE DADOS

INSTRUÇÃO	COMANDO
Criar arquivo BASEDADO.DAT (Tabela 1)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não precisa dar nome ao arquivo agora, tecla &lt;ENTER&gt;</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o editor para criar o arquivo BASEDADO.DAT</li> </ul>	[GRID] <u>R</u> andom Function Modify Environ [Random] <u>I</u> nput Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] <u>E</u> dit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform Save
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o nº de colunas (no exemplo utilizamos 4)</li> </ul>	<i>Number of columns to allocate:</i> 4 <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrar com os dados</li> </ul>	Coluna A para nome dos municípios Colunas B e C para coordenadas X e Y respectivamente Coluna D para os valores de Z (densidades demográficas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar tecla &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>S</u> ave
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o <i>drive</i> de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B:BASEDADO.DAT <ENTER> <i>Use commas to delimit?</i> No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> <i>Exit GRID?</i> Yes <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]

Observação: Deixamos, na coluna COMANDO, todas as instruções em inglês, tal como aparecem na tela. As opções escolhidas na coluna COMANDO são as sublinhadas. A escolha pode ser feita com as setas seguidas da tecla <ENTER> ou então pressionando-se a primeira letra da opção.

Em seguida, para gerar a rede quadriculada, não precisamos dos nomes dos municípios da coluna A, mas unicamente dos dados das colunas B, C e D. Para tanto, a partir do arquivo BASEDADO.DAT eliminamos a coluna A, gerando assim um novo arquivo denominado DENILIT.DAT, o qual constitui-se em um arquivo-base para o desenho com o programa SURFER. O Fluxograma 2 indica os

passos para a criação desse arquivo. A estrutura deste novo arquivo ficou da seguinte forma: as colunas A e B referem-se às coordenadas *x* e *y* respectivamente e a coluna C aos respectivos valores das densidades. Vale destacar que a criação do arquivo DENILIT.DAT tem por finalidade manter intacto o arquivo BASEDADO.DAT para uso em outras oportunidades.

**FLUXOGRAMA 2**

**CRIAR ARQUIVO PARA GERAR A REDE QUADRICULADA**

INSTRUÇÃO	COMANDO
Criar arquivo DENILIT.DAT	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o arquivo BASEDADO.DAT</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B: BASEDADO.DAT <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apagar a coluna com nome dos municípios</li> </ul>	[Random]_Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] Edit Xternal Insert <u>Delete</u> Copy Move Format Transform Save [Random Input Delete] Row <u>Column</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar a coluna A</li> </ul>	<i>First column to delete:</i> A <ENTER> <i>Last column to delete:</i> A <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>Save</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o <i>drive</i> de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B:DENILIT.DAT <ENTER> <i>Use commas to delimit?</i> No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> <i>Exit GRID?</i> Yes <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]

Para a construção do contorno da região introduzimos no SURFER o conjunto dos dados da Tabela 2, segundo os passos des-

critos no Fluxograma 3. Este arquivo, denominado CONTORN1.BLN, fornecerá o limite da região em estudo.

### FLUXOGRAMA 3

#### CRIAR ARQUIVO PARA DELIMITAR A REGIÃO

INSTRUÇÃO	COMANDO
Criar arquivo CONTORN1. BLN (Tabela 2)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não precisa dar nome ao arquivo agora, tecla &lt;ENTER&gt;. Caso apareça o nome de um arquivo, apague com &lt;DEL&gt;</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o editor para criar o arquivo CONTORN1. BLN</li> </ul>	[GRID] <u>R</u> andom Function Modify Environ [Random] <u>I</u> nput Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] <u>E</u> dit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform Save
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o nº de colunas (no exemplo utilizamos 2)</li> </ul>	<i>Number of columns to allocate:</i> 2 <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrar com os dados</li> </ul>	Primeira linha, coluna A: 126.00; coluna B: 0.00 Linha 2 em diante: colunas A e B para coordenadas X e Y, respectivamente
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar tecla &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>S</u> ave
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o <i>drive</i> de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B: CONTORN1. BLN <ENTER> <i>Use commas to delimit?</i> No <ENTER>

## ELABORAÇÃO DA REDE QUADRICULADA

Introduzidos os dados no SURFER, conforme foi demonstrado, a etapa seguinte consiste em uma fase demorada que envolve somente cálculos efetuados pelo programa usando o arquivo DENILIT.DAT.

Para esse procedimento entramos novamente no módulo GRID. Nesta etapa o programa calcula, a partir das densidades fornecidas, na base de uma rede quadriculada, valores intermediários para toda a área através de interpolação. No momento de fornecer os limites da rede quadriculada observe que o SURFER calcula estes automaticamente colocando os menores e maiores valores de x e y encontrados no arquivo especificado. É im-

portante verificar que as coordenadas desses pontos permitem o traçado de uma área (retângulo ou quadrado) cobrindo toda área em estudo. No nosso caso, indicamos as coordenadas mínimas e máximas de x como 0 (zero) e 170 e as coordenadas mínimas e máximas de y como 0 (zero) e 330, valores estes inferiores aos valores mínimos das coordenadas e valores superiores aos valores máximos das coordenadas contidas no arquivo DENILIT.DAT.

Para especificar o número de linhas na rede quadriculada deve ser levado em conta o tempo e a distribuição dos dados no espaço. No nosso caso, dentre as tentativas que fizemos, optamos pelos valores indicados no Fluxograma 4.

### FLUXOGRAMA 4

#### PREPARAÇÃO DA REDE QUADRICULADA

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Gerar a rede	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser utilizado (DENILIT.DAT)</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT.DAT <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo para a rede quadriculada</li> </ul>	[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin <i>Name of output grid [.GRD]:</i> B:DENILIT.GRD <ENTER> <i>Output format (Binary or ASCII):</i> Binary <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar os limites da rede quadriculada</li> </ul>	[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search <u>Limits</u> Columns Begin <i>Minimum X of grid (Auto, Value):</i> 0 <ENTER> <i>Maximum X of grid (Auto, Value):</i> 170 <ENTER> <i>Minimum Y of grid (Auto, Value):</i> 0 <ENTER> <i>Maximum Y of grid (Auto, Value):</i> 330 <ENTER> <i>Discard data outside limits:</i> No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o número de linhas da rede quadriculada</li> </ul>	[Random] Input Output Duplicate <u>GridSize</u> Method Search Limits Columns Begin <i>Number of grid lines in X dimension:</i> 52 <ENTER> <i>Number of grid lines in Y dimension:</i> 100 <ENTER> <i>Distance in data units between X grid lines:</i> 3.333333 <ENTER> <i>Distance in data units between Y grid lines:</i> 3.333333 <ENTER> 1.0 Y units equal 1 X unit(s) <ENTER>

## FLUXOGRAMA 4

## PREPARAÇÃO DA REDE QUADRICULADA

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especificar o método</li> </ul>	<pre>[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin Gridding method (InvDist, Kriging, MinCurv, All): InvDist &lt;ENTER&gt; InvDist weighting power: 3 &lt;ENTER&gt; MinCurv maximum absolute error: N/A &lt;ENTER&gt; MinCurv maximum number of iterations: N/A &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar o processo</li> </ul>	<pre>[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns <u>Begin</u></pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando o processo for concluído pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<pre>&lt;ESC&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eliminar as partes das isolinhas que extrapolam os limites da região</li> </ul>	<pre>[GRID] Random Function <u>Modify</u> Environ [Modify]Smooth <u>Blank</u> Math Input grid file [.GRD]: B:DENILIT.GRD &lt;ENTER&gt; First row of input grid: 1 &lt;ENTER&gt; Last row of input grid: 32767 First column of input grid: 1 Last column of input grid: 32767 Output grid file [.GRD]: B:DENILIT2.GRD Output format (Binary or ASCII): Binary Last row of input grid: 32767 &lt;ENTER&gt; First column of input grid: 1 &lt;ENTER&gt; Last column of input grid: 32767 &lt;ENTER&gt; Output grid file [.GRD]: B:DENILIT2.GRD &lt;ENTER&gt; Output format (Binary or ASCII): Binary &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicar o arquivo com os pontos que delimitam a região</li> </ul>	<pre>Blanking file [.BLN]: B:CONTORN1.BLN &lt;ENTER&gt; Begin creating grid with current parameters? Yes &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aguarde a finalização do processo para proceder à suavização das isolinhas</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suavização da rede</li> </ul>	<pre>[Modify] <u>Smooth</u>Blank Math [Modify Smooth] <u>Spline</u> Matrix Input grid file [.GRD]: B:DENILIT2.GRD &lt;ENTER&gt; First row of input grid: 1 &lt;ENTER&gt; Last row of input grid: 32767 &lt;ENTER&gt; First column of input grid: 1 &lt;ENTER&gt; Last column of input grid: 32767 &lt;ENTER&gt;</pre> <pre>Output grid file [.GRD]: B:DENILIT3.GRD &lt;ENTER&gt; Output format (Binary or ASCII): Binary &lt;ENTER&gt;</pre>
	<pre>X expansion factor: 2 &lt;ENTER&gt; Y expansion factor: 2 &lt;ENTER&gt; New X columns: N/A &lt;ENTER&gt; New Y columns: N/A &lt;ENTER&gt;</pre>
	<pre>Begin creating grid with current parameters? Yes &lt;ENTER&gt;</pre>



**FLUXOGRAMA 4**

**PREPARAÇÃO DA REDE QUADRICULADA**

(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aguarde a finalização do processo</li> <li>• Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<pre>&lt;ESC&gt; &lt;ESC&gt; &lt;ESC&gt; Exit GRID? Yes &lt;ENTER&gt; [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]</pre>

A elaboração da rede quadriculada baseou-se no procedimento *Random*, uma vez que o nosso conjunto de dados constitui-se de pontos (x,y,z) irregularmente distribuídos. Dentro deste procedimento escolhemos o método da distância inversa (InvDist) com fator de ponderação 3 por ser este, dentro das várias opções que o programa oferece, o que fornece os melhores resultados, segundo a nossa experiência.

No Fluxograma 4 seguem os passos que executamos objetivando a construção da malha quadriculada que é armazenada no arquivo DENILIT.GRD, que, por sua vez, passamos na rotina *Modify* para proceder algumas modificações, ou seja: a) combinar o arquivo DENILIT.GRD com o arquivo CONTORN1.BLN para introduzir o contorno da região e eliminar as partes das isolinhas que extrapolam os limites da mesma. Esta modificação é realizada através do código 0 (zero) indicado na linha 1 coluna B da Tabela 2 (arquivo CONTORN1.BLN). Denominamos de DENILIT2.GRD o arquivo para armazenar o resultado destas modificações, sem perder o arquivo anterior (DENILIT.GRD); b) a partir do arquivo DENILIT2.GRD promover a suavização das isolinhas, para um melhor efeito visual. O resultado será o arquivo DENILIT3.GRD para não eliminar o arquivo DENILIT2.GRD. O arquivo DENILIT3.GRD, por sua vez, é a base das representações em duas e três dimensões.

**CRIAÇÃO DOS MAPAS EM DUAS DIMENSÕES**

**Criação do mapa dos pontos de referência**

Antes da elaboração do mapa de isolinhas, recomenda-se a impressão de um mapa com a localização dos pontos de referência usados e os seus respectivos valores, permitindo, assim, observar a sua distribuição na região em estudo.

Por outro lado, em determinados casos, este tipo de mapa pode ser também importante para que um usuário conheça a realidade da rede dos pontos possibilitando, assim, avaliar a confiabilidade do traçado das isolinhas, evitando-se dessa forma chegar a conclusões erradas.

Para a criação deste mapa construiremos o arquivo DENILIT2.DAT, que apresenta somente os 49 pontos que se referem às densidades da região de Ilhéus-Itabuna, sem considerar os 12 pontos em torno da região e que serviram de apoio para a construção da rede quadriculada. Os passos da elaboração deste arquivo, baseado no arquivo DENILIT.DAT, são indicados no Fluxograma 5. O arquivo DENILIT2.DAT serve de base para o desenho dos pontos com os respectivos valores das densidades conforme mostra a Figura 3.

## FLUXOGRAMA 5

## CRIAÇÃO DO ARQUIVO DENILIT2.DAT

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar o arquivo DENILIT2.DAT</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carregar o arquivo DENILIT.DAT</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT.DAT <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carregar o editor para modificar o arquivo</li> </ul>	[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] Edit Xternal Insert <u>Delete</u> Copy Move Format Transform Save [Random Input Delete] Row Column Workseet
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apagar as linhas com pontos que não devem aparecer no mapa. No caso apagamos as linhas assinaladas com asterisco (*) na Tabela 2. O exemplo ao lado é para apagar a linha 52. Repetir esta operação para os demais pontos</li> </ul>	<i>First row to delete:</i> 52 <ENTER> <i>Last row to delete:</i> 52 <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>Save</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Especificar o <i>drive</i> de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B:DENILIT2.DAT <ENTER> <i>Use commas to delimit? No</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> <i>Exit GRID? Yes</i> <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]

**FIGURA 3**  
**REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA**  
**DENSIDADES DEMOGRÁFICAS - 1991**



para construir a nossa escala, procedemos da mesma forma que fizemos para traçar o contorno da região, ou seja, determinamos um conjunto de pontos, com as suas respectivas coordenadas, necessário para o traçado da escala gráfica. Em analogia ao desenho dos limites, estes pontos são invisíveis no traçado da escala.

Existem diferentes modalidades de se traçar uma escala gráfica. O desenho da escala, tal como aparece nas figuras a seguir, é formado por vários segmentos definidos por pontos. As coordenadas desses pontos figuram na Tabela 3, onde o número de pontos que compreende cada segmento é indicado na coluna A, antes das coordenadas dos pontos que formam cada segmento. Nessas linhas, na coluna B, é colocado sempre o número 1 que, em comparação ao discutido em relação à Tabela 2, é o fator recomendável para este caso.

**TABELA 3**

**PONTOS PARA O DESENHO DA ESCALA**

(continua)

COLUNA		
[A]	[B]	
5,00	1,00	(desenho do traçado da escala gráfica)
20,00	3,00	
80,00	3,00	
80,00	5,00	
20,00	5,00	
20,00	3,00	
2,00	1,00	(define linha de divisão do meio da escala)
40,00	4,00	
60,00	4,00	
2,00	1,00	(define a marca do valor 0 da escala)
20,00	3,00	
20,00	7,00	
2,00	1,00	(define a marca do valor 20 da escala)
40,00	3,00	
40,00	7,00	

Um problema que não foi de fácil solução foi o desenho da escala gráfica. Procuramos um meio para substituir o modelo de escala feito pelo programa SURFER, uma vez que este não condiz com a forma de apresentação geralmente usada no Brasil.

Uma grande desvantagem do programa é que ele não permite, neste caso, o aproveitamento do desenho dos elementos da escala gráfica do programa SURFER. Desse modo,

**TABELA 3**  
**PONTOS PARA O DESENHO DA ESCALA**  
(conclusão)

COLUNA		
[A]	[B]	
2,00	1,00	(define a marca do valor 40 da escala)
60,00	3,00	
60,00	7,00	
2,00	1,00	(define a marca do valor 60 da escala)
80,00	3,00	
80,00	7,00	

Devemos ressaltar que o conjunto de pontos não se constitui em mais um arquivo, mas é uma continuação do arquivo que contém os pontos do contorno da região, ou seja, ele foi anexado ao arquivo CONTORN1.BLN.

Com o objetivo de indicar na escala gráfica o valor real das distâncias correspondentes às distâncias no mapa, elaboramos um arquivo que denominamos de ESCALA.DAT. Na Tabela 4 consta o conjunto de informações ne-

cessárias para este fim. As duas primeiras colunas (A e B) representam as coordenadas de localização dos valores 0, 20, 40, 60 e da sigla da unidade de medida da escala, no caso km (quilômetros). Esses valores e sigla, por sua vez, figuram na terceira coluna (C) e são especificados, quando inseridos no programa SURFER, como caracteres alfanuméricos. Para tanto, no momento de entrada, digitamos uma apóstrofe antes destes valores para que eles sejam reconhecidos como *label*. Os procedimentos da criação dos arquivos necessários para o desenho da escala gráfica são vistos no Fluxograma 6.

**TABELA 4**  
**PONTOS COM AS POSIÇÕES DOS**  
**VALORES NA ESCALA GRÁFICA**

COLUNA		
[A]	[B]	[C]
20	7	0
40	7	20
60	7	40
80	7	60
90	7	km

## FLUXOGRAMA 6

### INTRODUÇÃO DOS DADOS PARA O DESENHO DA ESCALA GRÁFICA

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Anexar ao arquivo CONTORN1.BLN o conjunto de pontos para o traçado da escala gráfica (Tabela 3)	
• Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)	SURFER <ENTER>
• Selecionar o módulo GRID	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
• Carregar o arquivo CONTORN1.BLN	Filespec to pass to program (Enter if none): B:CONTORN1.BLN <ENTER>
• Carregar o editor para anexar os dados da escala (Tabela 3)	[Random] Input Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform Save

FLUXOGRAMA 6

INTRODUÇÃO DOS DADOS PARA O DESENHO DA ESCALA GRÁFICA

(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrar com os dados da Tabela 3</li> </ul>	Colunas A e B para coordenadas X e Y, respectivamente
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar tecla &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>Save</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o drive de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	Name of file to save [.DAT]: B:CONTORN1.BLN <ENTER> Use commas to delimit? No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> Exit GRID? Yes <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<p>Criar arquivo com os valores da escala gráfica (ESCALA.DAT) (Tabela 4)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não precisa dar nome ao arquivo agora, tecla &lt;ENTER&gt;. Caso apareça o nome de um arquivo, apague com &lt;DEL&gt;</li> </ul>	Filespec to pass to program (Enter if none): <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o editor para entrar com os valores da escala gráfica (Tabela 4)</li> </ul>	[GRID] <u>R</u> andom Function Modify Environ [Random] <u>I</u> nput Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] <u>E</u> dit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>S</u> ave Number of columns to allocate: 3 <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrar com os valores da Tabela 4</li> </ul>	Colunas A e B para coordenadas X e Y, respectivamente Coluna C para os valores e unidade de medida, colocando um apóstrofo antes dos valores
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar tecla &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>Save</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o drive de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	Name of file to save [.DAT]: B:ESCALA.DAT <ENTER> Use commas to delimit? No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> Exit GRID? Yes <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]

Todos os passos até aqui descritos consistuem-se em procedimentos preliminares para a elaboração da Figura 3. Seguindo o

Fluxograma 7, entramos agora no módulo TOPO o qual permite o desenho em duas dimensões.

### FLUXOGRAMA 7

#### CRIAÇÃO DO MAPA DOS PONTOS DE REFERÊNCIA

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Gerar o mapa	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar o módulo TOPO</li> </ul>	[GRID <u>TOPO</u> SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especificar o arquivo a ser utilizado (DENILIT3.GRD)</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT3.GRD <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especificar a unidade de medida</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output <u>Environ</u> [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor <u>Units</u> <i>Inches or Centimeters:</i> Centimeters <ENTER>  [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir estilo e padrões do mapa</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Omitir as isolinhas</li> </ul>	[TOPO] Input <u>Level</u> Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicar valores fora da amplitude dos dados</li> </ul>	<i>Minimum contour:</i> 400 <ENTER> <i>Maximum contour:</i> 500 <ENTER> <i>Contour interval:</i> 100 <ENTER> <i>Level file [.LVL]:</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir o tamanho do mapa</li> </ul>	[TOPO] Input Level <u>Scale</u> Conline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ <i>Length of longest side of map in cm:</i> 16,5 <ENTER> <i>Number of X data units per cm:</i> 20 <ENTER> <i>1.0 Y units equal 1.0 X unit(s)</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adicionar título ao mapa</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline <u>Text</u> Border XYLine Mesh Post Output Environ [Text] <u>MapTitle</u> BorderTitles EditText RetrieveText Legend <i>Map title:</i> REGIÃO DE ILHÉUS/ITABUNA <ENTER> <i>Title symbol set number:</i> 0 <ENTER> DEFAULT.SYM <i>Title position (Auto or X,Y):</i> Automatic <ENTER> <i>Title angle in degrees:</i> 0 <ENTER> <i>Title character height:</i> 0.2 <ENTER> <i>Map title color:</i> 1 <ENTER>  [Text] MapTitle <u>BorderTitles</u> EditText RetrieveText Legend <i>Left border title:</i> <ENTER> <i>Bottom border title:</i> <ENTER> <i>Top border title:</i> DENSIDADES DEMOGRÁFICAS - 1991 <ENTER> <i>Right border title:</i> <ENTER> <i>Title symbol set number:</i> 0 <ENTER> DEFAULT.SYM <i>Title character height:</i> 0.2 <ENTER> <i>Title color:</i> 1 <ENTER>

FLUXOGRAMA 7

CRIAÇÃO DO MAPA DOS PONTOS DE REFERÊNCIA

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione&lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Eliminar borda</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Conline Text <u>Border</u> XYLine Mesh Post Output Environ</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Responder no primeiro campo com não (No)</li> </ul>	<p><i>Plot map border: No</i> &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apagar as letras L,R,T,B no terceiro campo e pressione &lt;ENTER&gt; neste campo e nos demais</li> </ul>	<p><i>Tic sides (L,R,T,B):</i> &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenho do limite da região</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border <u>XYLine</u> Mesh Post Output Environ</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo com o contorno da região (CONTORN1.BLN)</li> </ul>	<p><i>Boundary file [.BLN]:</i> B:CONTORN1.BLN &lt;ENTER&gt;  <i>Boundary line color:</i> 1 &lt;ENTER&gt;  <i>Clip to region:</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Colocar pontos de referência</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh <u>Post</u> Output Environ          [Post] <u>EditBlock</u> RetrieveBlock</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressione qualquer tecla</li> </ul>	<p><i>Press any key to continue</i></p> <p><i>Current post block (0 - 9):</i> 0 &lt;ENTER&gt;  <i>Delete this block:</i> No &lt;ENTER&gt;  <i>Data file [.DAT]:</i> B:DENILIT2.DAT&lt;ENTER&gt;  <i>X,Y,Label,Symbol,Angle,Columns (0 if none):</i> 1,2,3,0,0 &lt;ENTER&gt;  <i>Include points outside grid:</i> No &lt;ENTER&gt;</p> <p><i>Symbol code if not in file:</i> 41 &lt;ENTER&gt;  <i>Symbol angle if not in file:</i> 0 &lt;ENTER&gt;  <i>Centered symbol set number:</i> 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM  <i>Centered symbol height (Sqrt, Lin, Value):</i> 0.15 &lt;ENTER&gt;  <i>Centered symbol color:</i> 1 &lt;ENTER&gt;</p> <p><i>Label format (Char,Fix,Exp,Gen):</i> Character &lt;ENTER&gt;  <i>Number of decimal digits:</i> 2 &lt;ENTER&gt;  <i>Label symbol set number:</i> 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM  <i>Label height:</i> 0.15 &lt;ENTER&gt;  <i>Label angle:</i> 0 &lt;ENTER&gt;  <i>Label color:</i> 1 &lt;ENTER&gt;  <i>Relative position (Auto or X,Y):</i> Automatic &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar as fontes de caracteres</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output <u>Environ</u>          [Environ] <u>Fonts</u> DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units  <i>Font 0 symbol set file [.SYM]:</i> DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt;  <i>Font 1 symbol set file [.SYM]:</i> SET1.SYM &lt;ENTER&gt;  <i>Font 2 symbol set file [.SYM]:</i> DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt;  <i>Font 3 symbol set file [.SYM]:</i> DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt;  <i>Font 4 symbol set file [.SYM]:</i> DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt;</p>

## FLUXOGRAMA 7

## CRIAÇÃO DO MAPA DOS PONTOS DE REFERÊNCIA

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação dos valores da escala</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Contline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ  [Post] EditBlock RetrieveBlock  Current post block (0 - 9): 1 &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressione qualquer tecla</li> </ul>	<p>Press any key to continue</p> <p>Delete this block: No &lt;ENTER&gt;  Data file [.DAT]: B:ESCALA.DAT &lt;ENTER&gt;  X, Y, Label, Symbol, Angle, Columns (0 if none): 1,2,3,0,0 &lt;ENTER&gt;  Include points outside grid: No &lt;ENTER&gt;</p> <p>Symbol code if not in file: 126 &lt;ENTER&gt;  Symbol angle if not in file: 0 &lt;ENTER&gt;  Centered symbol set number: 1 &lt;ENTER&gt; SET1.SYM  Centered symbol height (Sqrt, Lin, Value): 0.15 &lt;ENTER&gt;  Centered symbol color: 1 &lt;ENTER&gt;</p> <p>Label format (Char, Fix, Exp, Gen): Character &lt;ENTER&gt;  Number of decimal digits: 2 &lt;ENTER&gt;  Label symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM  Label height: 0.15 &lt;ENTER&gt;  Label angle: 0 &lt;ENTER&gt;  Label color: 1 &lt;ENTER&gt;  Relative position (Auto or X, Y): Automatic &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar dimensões e origem da tela</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Contline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ  [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units  Graphic card (Auto, CGA, EGA, Hercules, Olivetti, VGA): Automatic &lt;ENTER&gt;  Screen plotting width in cm: 35.56 &lt;ENTER&gt;  Screen plotting origin in cm: -2.54, -2.00 &lt;ENTER&gt;  Eliminate snow (will slow output): No &lt;ENTER&gt;  Use BIOS for screen output: No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Para observar o resultado na tela, pressione &lt;F2&gt;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se o resultado na tela não for satisfatório tente outros valores para os itens <i>Screen plotting width</i> e <i>Screen plotting origin</i>. Pressione &lt;F2&gt; para observar o novo resultado</li> </ul>	



**FLUXOGRAMA 7**

**CRIAÇÃO DO MAPA DOS PONTOS DE REFERÊNCIA**

(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar ao item Environ do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Para salvar o desenho, pressione &lt;F4&gt;</li> </ul>	<p><i>Text file [.TXT]:</i> &lt;ENTER&gt;  <i>Post file [.PST]:</i> B:FIG3.PST &lt;ENTER&gt;  <i>Command file [.CMD]:</i> B:FIG3.CMD &lt;ENTER&gt;  <i>Save settings:</i> Yes &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar arquivo de impressão (FIG3.PLT)</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Contline Text Border XYLine Mesh Post <u>Output</u> Environ  <i>Name of plot file [.PLT]:</i> B:FIG3.PLT &lt;ENTER&gt;  <i>Scale factor:</i> 1 &lt;ENTER&gt;  <i>Page position:</i> 7.0, 7.0 &lt;ENTER&gt;  <i>Plot file format (Binary, ASCII):</i> Binary &lt;ENTER&gt;  <i>File write mode (Overwrite, Append):</i> Overwrite &lt;ENTER&gt;  <i>Number of decimal digits in file:</i> 3 &lt;ENTER&gt;  <i>Send plot to installed output device:</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde processamento</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;  <i>Exit TOPO?</i> Yes &lt;ENTER&gt;            [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Imprimir o desenho</li> </ul>	<p>[GRID TOPO SURF VIEW <u>PLOT</u> UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser impresso (FIG3.PLT)</li> </ul>	<p><i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:FIG3.PLT &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to shift the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to scale the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde o processamento, prepare a impressora e pressione qualquer tecla</li> </ul>	

Observação: A operação para salvar as instruções pode ser realizada em qualquer momento do trabalho. Se o usuário deseja em outro momento retomar as instruções definidas neste fluxograma deverá, ao entrar no módulo TOPO, especificar no campo *Filespec to pass to program (Enter if none)* a seguinte instrução: /CMD=B:FIG3, ou seja, designar o drive e o arquivo de comando indicado na operação de salvamento. Esta operação é válida também para os fluxogramas que se referem aos desenhos em duas e três dimensões.

O arquivo básico a ser utilizado nesta etapa é o DENILIT3.GRD cuja elaboração foi descrita anteriormente. Neste momento aconselha-se fazer a mudança da unidade de medida de polegadas, padrão definido pelo programa SURFER, para centímetros, unidade usada no Brasil.

Uma vez que se trata de um mapa dos pontos de referência determinamos a omissão das isolinhas. Para conseguir isso, escolhemos para o mínimo e máximo contorno, valores fora da amplitude dos nossos dados que é de 20 a 300 hab./km<sup>2</sup> respectivamente. Definimos, nesse caso, visando à elaboração da Figura 3, valores para as isolinhas de 400 para o mínimo e 500 para o máximo contorno e para o intervalo de contorno pode-se, nesse caso, atribuir um valor qualquer, mas evidentemente que este deve estar dentro dos limites suportados pelo SURFER. Portanto, sendo os valores indicados fora da amplitude dos dados, as isolinhas não podem ser desenhadas uma vez que elas não existem. O erro é acusado quando da impressão do desenho do mapa na tela ou na impressora, mas pressionando-se <ENTER> o mesmo prossegue sem maiores problemas e o resultado é o mapa sem as isolinhas.

Determinamos que o maior lado do desenho seja de 16,5 centímetros e, em função desta medida, o item em seguida no Fluxograma 7 é automaticamente calculado.

O programa reserva para o título somente uma linha com até 79 caracteres, entretanto, no nosso exemplo, o título extenso em uma linha não combinaria visualmente com o desenho. Assim, esteticamente é mais recomendável, nesses casos, dividir o título em duas linhas. Desse modo, colocamos na linha definida para o título do mapa o texto REGIÃO DE ILHÉUS-ITABUNA e usamos, com resultado satisfatório, a linha reservada para o título da borda superior - *BorderTitles*, dentro da opção *Top Border Title* - para complementar o título, isto é, para acrescentar, com letras de características idênticas das usadas no título, o texto DENSIDADES

DEMOGRÁFICAS - 1991. Optamos, no nosso exemplo, pelo posicionamento automático do título, uma vez que este é centralizado em função da borda superior, combinando, assim, com o posicionamento do título principal. No nosso caso, como utilizamos o título da borda superior para o título principal, devemos responder não (*No*) na linha *Plot map border* da opção *Border*, isto por medida de estética visto que o título da borda superior fica muito próximo desta e o programa não permite o seu deslocamento.

Segundo o Fluxograma 7, o passo seguinte consiste em especificar no tópico *XYline*, dentro do módulo TOPO, o arquivo CONTORN1.BLN que contém os pontos do limite da região e do desenho da escala gráfica.

Objetivando colocar os pontos de referência e os respectivos valores das densidades dentro da região de estudo definimos o número 0 para o primeiro *Current Post Block* a ser utilizado. Assim, indicamos o arquivo DENILIT.DAT contendo os pontos que desejamos representar e atribuímos aos pontos e seus respectivos valores, segundo a escolha nas tabelas de código de caracteres do SURFER, o código do símbolo 41.

Tendo em vista que o conjunto DEFAULT.SYM é uma fonte de caracteres onde os valores a serem representados são sempre acompanhados dos seus respectivos símbolos, definimos para as informações do arquivo ESCALA.DAT um novo conjunto de símbolos no item *Environ Fonts*. Como desejamos para a escala representar apenas os valores sem nenhum símbolo, escolhemos uma nova fonte, a de número 1, que corresponde ao conjunto de símbolos SET1.SYM do programa SURFER. Assim, especificamos um novo *Current Post Block* dentro do módulo TOPO conforme o item *indicação dos valores da escala* (Fluxograma 7). No nosso exemplo colocamos o número 1 para este novo *Current Post Block*, uma vez que ao primeiro (que se refere aos valores da densidade) foi atribuído o número 0. Como precisamos indicar para a escala apenas os valores contidos no arquivo ES-

CALA.DAT devemos no item *Centered symbol set number* colocar o número 1 que corresponde ao conjunto SET1.SYM e para o item *Symbol code if not in file* o número 126, que corresponde no SET1.SYM à ausência do símbolo (ponto).

Em relação à especificação das dimensões e da origem da tela (item *Environ ScreenType*) algumas considerações devem ser feitas: No item *Screen plotting width*, recomenda-se, para o nosso exemplo, colocar o valor de 35,56 centímetros, para uma apresentação satisfatória do resultado na tela. A origem do sistema de coordenadas na tela é definida no programa SURFER no canto esquerdo inferior. Porém pode-se alterar tanto a dimensão da tela como a origem do sistema de coordenadas para outras posições, tendo como objetivo destacar determinada parte do desenho ou deslocar o desenho inteiro.

Desse modo, seguindo os passos do Fluxograma 7, elaboramos a Figura 3 com indicação de todos os pontos de densidades dentro dos limites da região. A distribuição irregular dos pontos é resultado dos diferentes tamanhos dos municípios. Assim, no norte da região de Ilhéus-Itabuna, os valores dos muito pequenos municípios quase se superpõem no desenho. Por outro lado, como veremos mais tarde, o programa permite a omissão de pontos e seus respectivos valores na representação, o que pode ser vantajoso nesses casos específicos. Devemos ressaltar, ainda, que a retirada de um ponto nesse momento não interfere no desenho das isolinhas uma vez que todos os pontos já foram utilizados no processo de interpolação.

A Figura 3 é um documento de controle do pesquisador que somente em determinados casos é elaborado para fins de publicação.

### Criação do mapa de isolinhas

Antes do desenho do mapa de isolinhas elaboramos um arquivo contendo os valores das isolinhas a serem projetadas no mapa,

segundo uma seqüência que permitisse rotular aquelas que se mostrassem mais significativas para o nosso exemplo. A Tabela 5 mostra a estrutura desse arquivo, o qual chamamos de ISODEN.LVL. Segundo a nossa definição queremos colocar as isolinhas de 20, 60, 100, 140, 180, 220, 260 e 300, sendo que apenas os valores de 20, 60 e 100 devem constar nas respectivas isolinhas, porque com a equidistância de 40 os valores mais altos se deduzem facilmente e, assim, não sobrecarregam o desenho.

**TABELA 5**  
**VALORES DAS ISOLINHAS**

VALORES	
20	(valor indicado na isolinha correspondente)
140	
180	
60	(valor indicado na isolinha correspondente)
220	
260	
100	(valor indicado na isolinha correspondente)
300	

Note-se que os valores 20, 60 e 100, mostrados na Tabela 5, foram estrategicamente espaçados (em intervalo de quatro em quatro, ou seja, primeiro valor 20, quarto valor 60 e oitavo valor 100) de tal forma a possibilitar que somente estes valores sejam indicados nas respectivas isolinhas.

Definimos, também, por colocar alguns pontos de referência com os respectivos valores no mapa. Considerando a pequena escala e a distribuição irregular dos pontos, escolhemos apenas determinados pontos a serem representados após prévia avaliação do mapa com os pontos de referência (Figura 3). Para tal fim usamos o arquivo DENILIT2.DAT e retiramos os pontos que não devem figurar no mapa. Esse novo arquivo recebeu a denominação de DENILIT3.DAT. O Fluxograma 8 indica os passos para elaboração dos arquivos contendo os valores das isolinhas e os pontos a serem representados.

## FLUXOGRAMA 8

## CRIAÇÃO DOS ARQUIVOS ISODEN.LVL E DENILIT3.DAT

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Criar arquivo ISODEN.LVL (Tabela 5)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não precisa dar nome ao arquivo agora, tecle &lt;ENTER&gt;</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o editor para criar o arquivo ISODEN.LVL</li> </ul>	[GRID] <u>R</u> andom Function Modify Environ [Random] <u>I</u> nput Output Duplicate GridSize Method Search Limits Columns Begin [Random Input] <u>E</u> dit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>S</u> ave
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar apenas 1 coluna</li> </ul>	Number of columns to allocate: 1 <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrar com os valores das isolinhas a serem desenhadas</li> </ul>	Coluna A para os valores das isolinhas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar tecle &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>S</u> ave
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o drive de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B: ISODEN.LVL <ENTER> <i>Use commas to delimit? No</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> <i>Exit GRID? Yes</i> <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
Criar o arquivo DENILIT3.DAT	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo GRID</li> </ul>	[GRID] TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o arquivo DENILIT2.DAT</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT2.DAT <ENTER>

## FLUXOGRAMA 8

## CRIAÇÃO DOS ARQUIVOS ISODEN.LVL E DENILIT3.DAT

(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apagar os valores dos pontos com suas respectivas coordenadas que não devem aparecer no mapa</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao finalizar, tecla &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Salvar o arquivo</li> </ul>	[Random Input] Edit Xternal Insert Delete Copy Move Format Transform <u>Save</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o drive de trabalho e o nome do arquivo</li> </ul>	<i>Name of file to save [.DAT]:</i> B:DENILIT3.DAT <ENTER> <i>Use commas to delimit?</i> No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt; três vezes</li> </ul>	<ESC> <ESC> <ESC> <i>Exit GRID? Yes</i> <ENTER> [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]

Depois de criar esses dois arquivos podemos seguir o Fluxograma 9 que mostra todos os passos para o desenho do mapa de isolinhas. Ele repete, como pode ser visto, muitos itens do Fluxograma 7, uma vez que

a maioria dos procedimentos definidos neste fluxograma se aplicam também para o desenho do mapa das isolinhas, como, por exemplo, a escala e o título que não sofrem alterações.

## FLUXOGRAMA 9

## DESENHO DO MAPA DE ISOLINHAS

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Gerar o mapa	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo TOPO</li> </ul>	[GRID <u>TOPO</u> SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser utilizado (DENILIT3.GRD)</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT3.GRD <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar a unidade de medida</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output <u>Environ</u> [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor <u>Units</u> <i>Inches or Centimeters:</i> Centimeters <ENTER>  [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>

## FLUXOGRAMA 9

## DESENHO DO MAPA DE ISOLINHAS

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir o tamanho do mapa</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level <u>Scale</u> Conline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ Length of longest side of map in cm: 16,5 &lt;ENTER&gt; Number of X data units per cm: 20 &lt;ENTER&gt; 1.0 Y units equal 1.0 X unit(s) &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir as isolinhas</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input <u>Level</u> Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output Environ</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressione &lt;ENTER&gt; nos três campos seguintes, mesmo se estes tiverem algum valor</li> </ul>	<pre>Minimum contour: &lt;ENTER&gt; Maximum contour: &lt;ENTER&gt; Contour interval: &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicar o arquivo ISODEN.LVL</li> </ul>	<pre>Level file [.LVL]: B:ISODEN.LVL &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir características das isolinhas</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level Scale <u>Conline</u> Text Border XYLine Mesh Post Output Environ [Conline] <u>Labeled</u> Unlabeled Conlab Smooth Zones of Color Labeled contour line frequency: 4 &lt;ENTER&gt; Labeled contour line color: 1 &lt;ENTER&gt; Labeled contour line dash length: 0 &lt;ENTER&gt; Bold labeled line thickness: 0 &lt;ENTER&gt; Labeled contour hachure length: 0.05 &lt;ENTER&gt;  [Conline] Labeled Unlabeled <u>Conlab</u> Smooth Zones of Color Label format (Fix, Exp, Gen): General &lt;ENTER&gt; Number of decimals digits: 0 &lt;ENTER&gt; Label height in inches: 0.15 &lt;ENTER&gt; Contour label color: 1 &lt;ENTER&gt; Contour label symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM Label curve tolerance: 1.015 &lt;ENTER&gt; Label to label distance in inches: 2 &lt;ENTER&gt; Label to edge distance in inches: 0.5 &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<pre>&lt;ESC&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adicionar título ao mapa</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level Scale Conline <u>Text</u> Border XYLine Mesh Post Output Environ [Text] <u>MapTitle</u> BorderTitles EditText RetrieveText Legend Map title: REGIÃO DE ILHÉUS/ITABUNA &lt;ENTER&gt; Title symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM Title position (Auto or X,Y): Automatic &lt;ENTER&gt; Title angle in degrees: 0 &lt;ENTER&gt; Title character height: 0.2 &lt;ENTER&gt; Map title color: 1 &lt;ENTER&gt;  [Text] MapTitle <u>BorderTitles</u> EditText RetrieveText Legend Left border title: &lt;ENTER&gt; Bottom border title: &lt;ENTER&gt; Top border title: DENSIDADES DEMOGRÁFICAS - 1991 &lt;ENTER&gt; Right border title: &lt;ENTER&gt; Title symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM Title character height: 0.2 &lt;ENTER&gt; Title color: 1 &lt;ENTER&gt;</pre>

## FLUXOGRAMA 9

## DESENHO DO MAPA DE ISOLINHAS

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Eliminar borda</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline Text <u>Border</u> XYLine Mesh Post Output Environ
<ul style="list-style-type: none"> <li>Responder no primeiro campo com não (No)</li> </ul>	<i>Plot map border: No</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apagar as letras L,R,T,B no terceiro campo e pressione &lt;ENTER&gt; neste campo e nos demais</li> </ul>	<i>Tic sides (L,R,T,B):</i> <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenho do limite da região</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border <u>XYLine</u> Mesh Post Output Environ
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo com o contorno da região (CONTORN1.BLN)</li> </ul>	<i>Boundary file [.BLN]:</i> B:CONTORN1.BLN <ENTER> <i>Boundary line color:</i> 1 <ENTER> <i>Clip to region:</i> No <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Colocar pontos de referência</li> </ul>	[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh <u>Post</u> Output Environ [Post] <u>EditBlock</u> RetrieveBlock
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressione qualquer tecla</li> </ul>	<i>Press any key to continue</i>  <i>Current post block (0 - 9):</i> 0 <ENTER> <i>Delete this block:</i> No <ENTER> <i>Data file [.DAT]:</i> B:DENILIT3.DAT <ENTER> <i>X,Y,Label,Symbol,Angle,Columns (0 if none):</i> 1,2,3,0,0 <ENTER> <i>Include points outside grid:</i> No <ENTER>  <i>Symbol code if not in file:</i> 41 <ENTER> <i>Symbol angle if not in file:</i> 0 <ENTER> <i>Centered symbol set number:</i> 0 <ENTER> <i>Centered symbol height (Sqrt, Lin, Value):</i> 0.15 <ENTER> <i>Centered symbol color:</i> 1 <ENTER> DEFAULT.SYM  <i>Label format (Char,Fix,Exp,Gen):</i> Character <ENTER> <i>Number of decimal digits:</i> 2 <ENTER> <i>Label symbol set number:</i> 0 <ENTER> DEFAULT.SYM <i>Label height:</i> 0.15 <ENTER> <i>Label angle:</i> 0 <ENTER> <i>Label color:</i> 1 <ENTER> <i>Relative position (Auto or X,Y):</i> Automatic <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>

## FLUXOGRAMA 9

## DESENHO DO MAPA DE ISOLINHAS

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar as fontes de caracteres</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output <u>Environ</u> [Environ] <u>Fonts</u> DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units Font 0 symbol set file [.SYM]: DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt; Font 1 symbol set file [.SYM]: SET1.SYM &lt;ENTER&gt; Font 2 symbol set file [.SYM]: DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt; Font 3 symbol set file [.SYM]: DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt; Font 4 symbol set file [.SYM]: DEFAULT.SYM &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<pre>&lt;ESC&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação dos valores da escala</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh <u>Post</u> Output Environ [Post] <u>EditBlock</u> RetrieveBlock Current post block (0 - 9): 1 &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressione qualquer tecla</li> </ul>	<pre>Press any key to continue  Delete this block: No &lt;ENTER&gt; Data file [.DAT]: B:ESCALA.DAT &lt;ENTER&gt; X,Y,Label,Symbol,Angle,Columns (0 if none): 1,2,3,0,0 &lt;ENTER&gt; Include points outside grid: No &lt;ENTER&gt;  Symbol code if not in file: 126 &lt;ENTER&gt; Symbol angle if not in file: 0 &lt;ENTER&gt; Centered symbol set number: 1 &lt;ENTER&gt; SET1.SYM Centered symbol height (Sqrt, Lin, Value): 0.15 &lt;ENTER&gt; Centered symbol color: 1 &lt;ENTER&gt;  Label format (Char,Fix,Exp,Gen): Character &lt;ENTER&gt; Number of decimal digits: 2 &lt;ENTER&gt; Label symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM Label height: 0.15 &lt;ENTER&gt; Label angle: 0 &lt;ENTER&gt; Label color: 1 &lt;ENTER&gt; Relative position (Auto or X,Y): Automatic &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<pre>&lt;ESC&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especificar dimensões e origem da tela</li> </ul>	<pre>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post Output <u>Environ</u> [Environ] Fonts DataPath PlotDev <u>ScreenType</u> MenuColor ViewColor Units Graphic card (Auto, CGA, EGA, Hercules, Olivetti, VGA): Automatic &lt;ENTER&gt; Screen plotting width in cm: 35.56 &lt;ENTER&gt; Screen plotting origin in cm: -2.54,-2.00 &lt;ENTER&gt; Eliminate snow (will slow output): No &lt;ENTER&gt; Use BIOS for screen output: No &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para observar o resultado na tela, pressione &lt;F2&gt;</li> </ul>	



**FLUXOGRAMA 9**

**DESENHO DO MAPA DE ISOLINHAS**

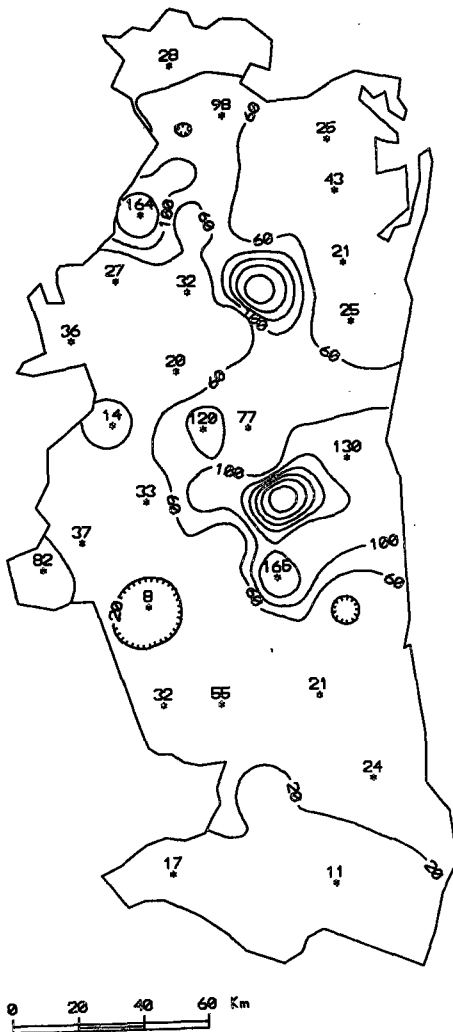
(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se o resultado na tela não for satisfatório tente outros valores para os itens <i>Screen plotting width</i> e <i>Screen plotting origin</i>. Pressione &lt;F2&gt; para observar o novo resultado</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar ao item Environ do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Para salvar o desenho, pressione &lt;F4&gt;</li> </ul>	<p><i>Text file [.TXT]:</i> &lt;ENTER&gt;  <i>Post file [.PST]:</i> B:FIG4.PST &lt;ENTER&gt;  <i>Command file [.CMD]:</i> B:FIG4.CMD &lt;ENTER&gt;  <i>Save settings:</i> Yes &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo TOPO, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar arquivo de impressão (FIG4.PLT)</li> </ul>	<p>[TOPO] Input Level Scale Conline Text Border XYLine Mesh Post <u>Output</u> Environ  <i>Name of plot file [.PLT]:</i> B:FIG4.PLT  <i>Scale factor:</i> 1 &lt;ENTER&gt;  <i>Page position:</i> 7.0, 7.0 &lt;ENTER&gt;  <i>Plot file format (Binary, ASCII):</i> Binary &lt;ENTER&gt;  <i>File write mode (Overwrite, Append):</i> Overwrite &lt;ENTER&gt;  <i>Number of decimal digits in file:</i> 3 &lt;ENTER&gt;  <i>Send plot to installed output device:</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde processamento</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;  <i>Exit TOPO?</i> Yes &lt;ENTER&gt;  [GRID TOPO SURF VIEW <u>PLOT</u> UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Imprimir o desenho</li> </ul>	<p>[GRID TOPO SURF VIEW <u>PLOT</u> UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser impresso (FIG4.PLT)</li> </ul>	<p><i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:FIG4.PLT &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to shift the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to scale the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde o processamento, prepare a impressora e pressione qualquer tecla</li> </ul>	

Indicamos na instrução *definir características das isolinhas* no item *Labeled contour line frequency* o valor de 4, o que significa que somente cada quatro valor da Tabela 5, ou seja, os valores 20, 60 e 100, figurarão no desenho e no item *Label to label distance* o valor 2 para que os valores das isolinhas escolhidas distanciem-se de 2 em 2 centímetros.

Seguindo os passos anteriormente descritos, chegamos ao resultado apresentado na Figura 4, obtido numa impressora *laser* que permite uma impressão em melhor qualidade. A carta reflete as nossas determinações discutidas anteriormente.

**FIGURA 4**  
**REGIÕES DE ILHÉUS - ITABUNA**  
**DENSIDADES DEMOGRÁFICAS - 1991**



Em relação a este desenho queremos ainda fazer algumas observações: as áreas abaixo de 20 hab./km<sup>2</sup> foram desenhadas com uma simbologia conhecida nas cartas topográficas como indicador de depressão. Como se trata, no nosso caso, de “depressões demográficas” achamos conveniente adaptar esta simbologia, uma vez que ela facilita a interpretação destacando imediatamente as áreas escassamente povoadas cercadas de áreas de maiores densidades.

Uma crítica que deve ser feita neste momento ao programa SURFER é que ele não oferece muita opção quanto à localização nem à quantidade de valores repetidos na mesma isolinha, interferindo, assim, na harmonia do desenho. O programa permite somente que sejam indicados os valores nas isolinhas escolhidas e a distância entre estes valores, sendo que esta distância é uniforme para todo o mapa, o que é muito desvantajoso em áreas de rápida mudança do fenômeno em questão onde as isolinhas são muito próximas umas das outras.

Ainda assim devemos ressaltar que o programa atende satisfatoriamente às exigências cartográficas envolvendo o desenho com isolinhas, visto que o resultado final depende em muito dos objetivos e da particularidade de como o fenômeno estudado se distribui no espaço.

### Representação em três dimensões

Com o uso do computador surgiram, nos últimos anos, programas computacionais que facilitam a representação do relevo em três dimensões através de isolinhas, substituindo a trabalhosa tarefa de construção manual de blocos-diagramas. Em analogia à representação do relevo que é, como discutimos anteriormente, um *continuum* concreto foram feitas propostas de desenhar em três dimensões um *continuum* como a precipitação ou um fenômeno que se comporta como um *continuum* a exemplo da densidade demográfica. Desta maneira, aplicado para o nosso caso, altas densidades seriam reconhecidas na representação em três dimensões como grandes elevações, enquanto que as baixas densidades seriam depressões. Cria-se, assim, uma superfície es-

tatística em três dimensões que facilita muito a análise e a interpretação visual, constituindo-se, deste modo, novos métodos de representação cartográfica baseados em desenho automatizado, o que seria praticamente impossível de ser realizado manualmente.

Para gerar o desenho em três dimensões seguimos os mesmos passos indicados nos

primeiros quatro fluxogramas, cujo resultado é o arquivo DENILIT3.GRD que vai servir também de base para a representação em três dimensões. Seguindo o Fluxograma 10, perceberemos que a princípio as etapas são quase semelhantes àquelas utilizadas para a elaboração dos desenhos em duas dimensões.

### FLUXOGRAMA 10

#### CONSTRUÇÃO DA SUPERFÍCIE EM TRÊS DIMENSÕES

(continua)

INSTRUÇÃO	COMANDO
Gerar o mapa	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carregar o SURFER (caso não o tenha feito ainda)</li> </ul>	SURFER <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Selecionar o módulo SURF</li> </ul>	[GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser utilizado (DENILIT3.GRD)</li> </ul>	<i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:DENILIT3.GRD <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar a unidade de medida</li> </ul>	[SURF] Input View LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post Output Environ [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor <u>Units</u> <i>Inches or Centimeters:</i> Centimeters <ENTER>  [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo SURF, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estilo e padrões do mapa</li> </ul>	[SURF] Input <u>View</u> LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post Output Environ <i>Projection (Ortho, Perspective):</i> Orthographic <ENTER> <i>Rotation about Z axis:</i> 225 <ENTER> <i>Tilt after rotation:</i> 30 <ENTER> <i>Surface-eye distance (Auto or Value):</i> Automatic <ENTER> <i>Remove hidden lines:</i> Yes <ENTER> <i>Visible surface (Upper, Lower, Both):</i> Upper <ENTER>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir título</li> </ul>	[SURF] Input View LineTyp Base <u>Text</u> Axes Size XYLine Post Output Environ [Text] <u>PlotTitle</u> AxisTitle EditText RetrieveText Legend <i>Plot title:</i> DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DA REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA - 1991 <ENTER> <i>Title symbol set number:</i> 0 <ENTER> DEFAULT.SYM <i>Title position (Auto or X,Y):</i> 5.516, 11.711 <i>Title angle in degrees:</i> 0 <ENTER> <i>Title character height:</i> 0.2 <ENTER> <i>Title color:</i> 1 <ENTER>  [Text] PlotTitle AxisTitle EditText RetrieveText <u>Legend</u> <i>Plot orientation legend:</i> Yes <ENTER> <i>Legend position (Auto or X,Y):</i> Automatic <ENTER> <i>Legend color:</i> 1 <ENTER>

## FLUXOGRAMA 10

## CONSTRUÇÃO DA SUPERFÍCIE EM TRÊS DIMENSÕES

(continuação)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o tamanho do mapa</li> </ul>	<pre>[SURF] Input View LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post Output Environ Length of longest side of base in cm: 16.5 &lt;ENTER&gt; Number of X data units per cm: 20 &lt;ENTER&gt; 1.0 Y units equal 1.0 X unit(s) &lt;ENTER&gt; Z scale factor (Auto, Value): 0.4 &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adicionar pontos de referência</li> </ul>	<pre>[SURF] Input View LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post Output Environ [Post] EditBlock RetrieveBlock</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressione qualquer tecla</li> </ul>	<pre>Press any key to continue  Current post block (0 - 9): 0 &lt;ENTER&gt; Delete this block: No &lt;ENTER&gt; Data file [.DAT]: B:DENILIT4.DAT &lt;ENTER&gt; X, Y and Label columns: 1,2,3 &lt;ENTER&gt;  Label format (Char, Fix, Exp, Gen): Character &lt;ENTER&gt; Number of decimal digits: 2 &lt;ENTER&gt; Label symbol set number: 0 &lt;ENTER&gt; DEFAULT.SYM Label height: 0.15 &lt;ENTER&gt; Label angle in degrees: 0 &lt;ENTER&gt; Label color: 1 &lt;ENTER&gt; Relative position (Auto or X, Y): Automatic &lt;ENTER&gt; Length of label line in inches: 1 &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo SURF, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<ESC>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar dimensões e origem da tela</li> </ul>	<pre>[SURF] Input View LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post Output Environ [Environ] Fonts DataPath PlotDev ScreenType MenuColor ViewColor Units Graphic card (Auto, CGA, EGA, Hercules, Olivetti, VGA): Automatic &lt;ENTER&gt; Screen plotting width in cm: 35.56 &lt;ENTER&gt; Screen plotting origin in cm: -2.54, -2.00 &lt;ENTER&gt; Eliminate snow (will slow output): No &lt;ENTER&gt; Use BIOS for screen output: No &lt;ENTER&gt;</pre>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Para observar o resultado na tela, pressione &lt;F2&gt;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se o resultado na tela não for satisfatório tente outros valores para os itens <i>Screen plotting width</i> e <i>Screen plotting origin</i>. Pressione &lt;F2&gt; para observar o novo resultado</li> </ul>	

FLUXOGRAMA 10

CONSTRUÇÃO DA SUPERFÍCIE EM TRÊS DIMENSÕES

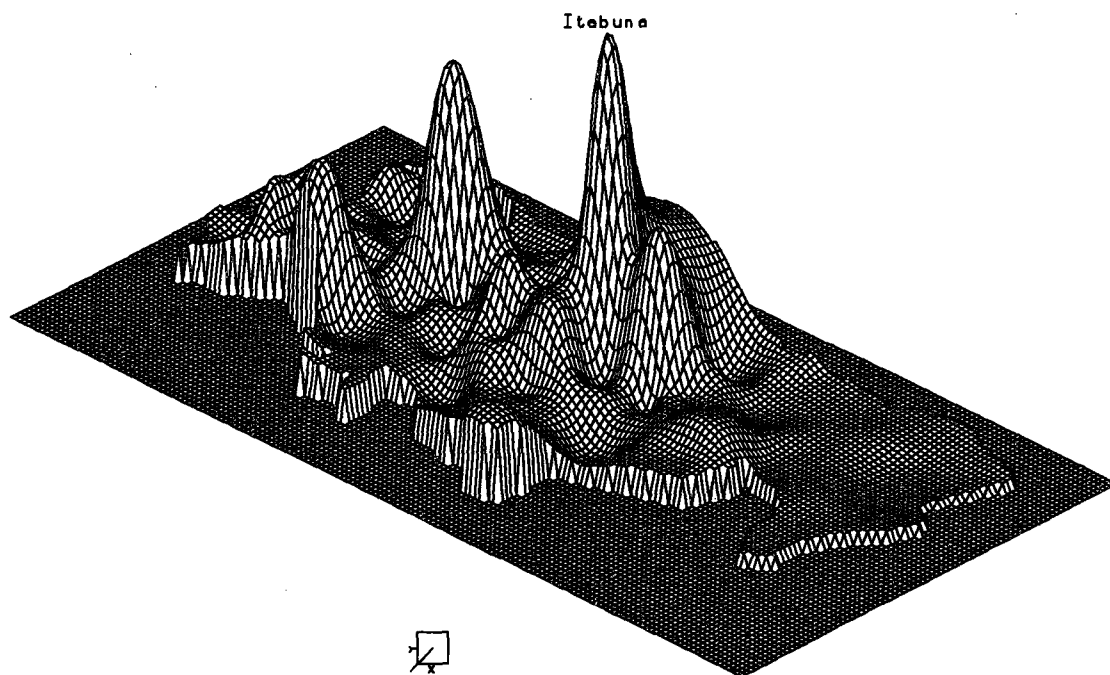
(conclusão)

INSTRUÇÃO	COMANDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar ao item <i>Environ</i> do módulo SURF, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Para salvar o desenho, pressione &lt;F4&gt;</li> </ul>	<p><i>Text file [.TXT]:</i> &lt;ENTER&gt;  <i>Post file [.PST]:</i> B:FIG5.PST &lt;ENTER&gt;  <i>Command file [.CMD]:</i> B:FIG5.CMD &lt;ENTER&gt;  <i>Save settings:</i> Yes &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela do módulo SURF, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar arquivo de impressão (FIG5.PLT)</li> </ul>	<p>[SURF] Input View LineTyp Base Text Axes Size XYLine Post <u>Output</u> Environ  <i>Name of plot file [.PLT]:</i> B:FIG5.PLT &lt;ENTER&gt;  <i>Scale factor:</i> 1 &lt;ENTER&gt;  <i>Page position:</i> 2.0, 2.0 &lt;ENTER&gt;  <i>Plot file format (Binary, ASCII):</i> Binary &lt;ENTER&gt;  <i>File write mode (Overwrite, Append):</i> Overwrite &lt;ENTER&gt;  <i>Number of decimals digit in file:</i> 3 &lt;ENTER&gt;  <i>Send plot to installed output device:</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde processamento</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Retornar à tela principal, pressione &lt;ESC&gt;</li> </ul>	<p>&lt;ESC&gt;  <i>Exit SURF?</i> Yes &lt;ENTER&gt;  [GRID TOPO SURF VIEW PLOT UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Imprimir o desenho</li> </ul>	<p>[GRID TOPO SURF VIEW <u>PLOT</u> UTIL]</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificar o arquivo a ser impresso (FIG5.PLT)</li> </ul>	<p><i>Filespec to pass to program (Enter if none):</i> B:FIG5.PLT &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to shift the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;  <i>Do you wish to scale the entire plot?</i> No &lt;ENTER&gt;</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aguarde o processamento, prepare a impressora e pressione qualquer tecla</li> </ul>	

O programa SURFER permite a visualização do desenho em diferentes ângulos que podem ser definidos em graus a partir do eixo X positivo em direção contrária ao movimento dos ponteiros do relógio. Podemos indicar também outros elementos de

efeitos visuais como, por exemplo, o tipo de projeção, que, em nosso caso, é a ortográfica. Estas indicações são feitas dentro da opção View conforme mostra o fluxograma 10, onde definimos inicialmente o ângulo de 225° para elaborar a figura 5.

FIGURA 5  
DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DA REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA - 1991



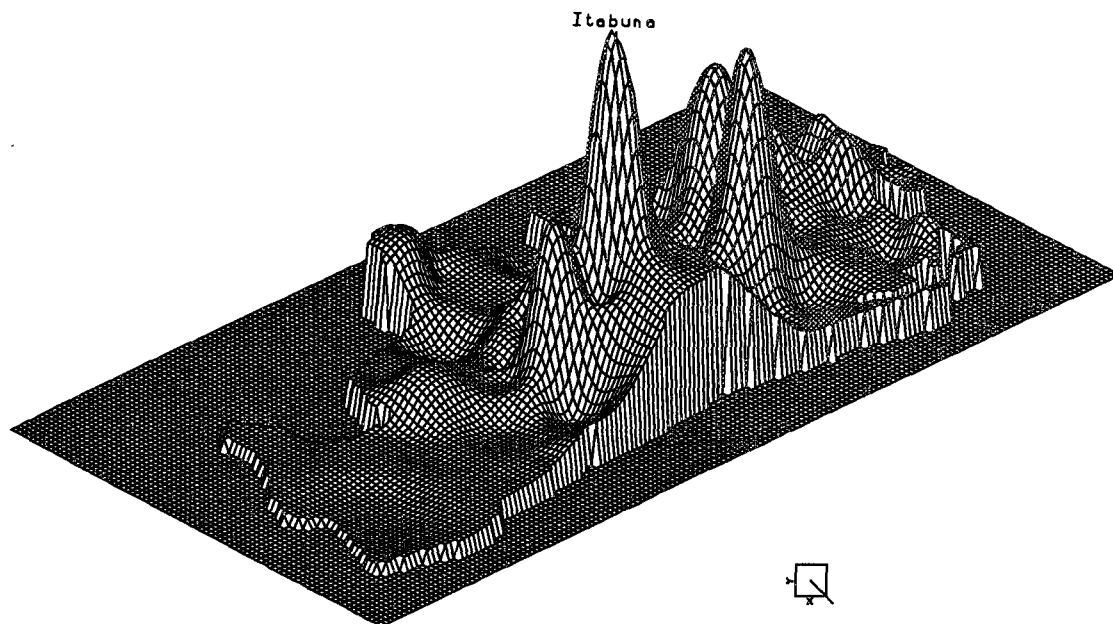
Devemos destacar que, no módulo SURF, a exemplo da representação em duas dimensões, só dispomos de uma única linha para colocar o título. Neste caso não há outra alternativa, ou seja, a possibilidade de utilizar o título da borda superior, a exemplo da representação em duas dimensões, uma vez que nesta situação esta não existe. Contudo, como o SURFER permite um título com até 79 caracteres, o título do nosso exemplo cabe numa linha e combina esteticamente com a representação.

No item *especificar o tamanho do mapa* (Fluxograma 10), deve ser feita a experimentação para encontrar o melhor fator para a escala vertical (z) evitando exagero ou demasiada suavização do fenômeno a ser representado. No nosso exemplo, definimos o fator de 0.4.

Diferentemente do desenho em duas dimensões, recomenda-se indicar, nas representações em três dimensões, pontos de referência somente para as mais altas elevações que correspondem aos mais altos valores. A exemplo do arquivo DENILIT3.DAT criado para plotar alguns pontos de referência

escolhidos para a representação em duas dimensões, podemos criar, para a representação em três dimensões, um outro arquivo DENILIT4.DAT contendo as coordenadas x e y nas colunas A e B e os respectivos valores das densidades na coluna C. Existe também a opção de indicar, nesta última coluna, atributos como, por exemplo, os nomes dos municípios com ou sem as suas respectivas densidades. Destacam-se, nesta representação, as variações das diferentes densidades da região de Ilhéus-Itabuna através de uma superfície estatística em três dimensões. A mudança do ângulo para 45° dá como resultado a Figura 6, que, como discutimos anteriormente, permite, a partir de uma outra direção, visualizar com maior enfoque áreas não bem destacadas na Figura 5. A experimentação de escolher o melhor ângulo de visão é uma tarefa importante e interessante e a escolha definitiva deve ser atribuída à modalidade do fenômeno em estudo e à ocorrência de sua intensidade no espaço. Muitas vezes, as melhores tomadas de visão são aquelas nas direções diagonais, ou seja, NE, SE, NO, SW.

FIGURA 6  
DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DA REGIÃO DE ILHÉUS - ITABUNA - 1991



## CONCLUSÃO

O programa SURFER não exige complexos equipamentos computacionais de última geração, permitindo assim o seu uso por pessoas e instituições que não dispõem ainda de equipamentos mais sofisticados, a exemplo do nosso caso. Sua aplicação também não é de grande complexidade para os novos usuários do sistema.

Antes do desenho automatizado propriamente dito, devem ser definidos manualmente, como mostramos, as coordenadas dos pontos de referência, da mesma maneira como os pontos que formarão o contorno da região, permitindo, assim, a introdução das informações necessárias. Com o uso de uma mesa digitalizadora teríamos uma mais rápida definição das coordenadas. A tarefa realizada manualmente constitui uma fase trabalhosa e demorada.

Da mesma maneira, a disponibilidade de melhores equipamentos influencia na rapidez

da elaboração do desenho que demora bastante na fase do *gridding* se não se dispõe de co-processador. No nosso exemplo, onde utilizamos um PC-286, sem co-processador, precisamos de aproximadamente 60 minutos para completar esta etapa. Em um PC-486, com co-processador, este tempo fica em torno de 10 minutos, para este mesmo exemplo. Todos os outros procedimentos da elaboração dos mapas apresentados são rápidos e de fácil operação.

Como vimos, precisa-se criar vários arquivos no decorrer das diversas etapas até chegar ao resultado final. Isto exige um grande controle e atenção por parte do usuário do programa SURFER, visto que, no início do desenvolvimento do trabalho, recomenda-se preservar os arquivos de base dando-se nomes diferentes aos arquivos posteriores. Se isso não é feito, perde-se o arquivo de base implicando a impossibilidade de sua reutilização caso se queira fazer novos testes de desenho.

Uma desvantagem do programa que sentimos é que ele não permite tirar ou adicionar

determinados valores para as isolinhas no desenho em duas dimensões. Aqui o programa é pouco flexível, possibilitando somente a tomada de decisões globais. Assim, como pode-se observar na Figura 4, o valor de algumas isolinhas foi repetido sem necessidade em curtas distâncias que, por sua vez, são definidas por nós. Contudo, se decidimos aumentar estas distâncias, as isolinhas, com extensão inferior a esta distância, ficariam sem o valor atribuído.

Devemos ser conscientes, também, de que na Geografia nem sempre é possível se basear somente em uma interpolação numérica no desenho das isolinhas porque determinadas variáveis são correlacionadas com outras, como a precipitação com o relevo. Nestes casos, o programa SURFER não permite pequenas mudanças no traçado das isolinhas considerando estas relações. Por outro lado, tal situação pode ser contornada através do intercâmbio com outros programas, a exemplo do AUTOCAD e FREELANCE.

A representação em três dimensões deu resultados satisfatórios que não poderiam ser atingidos de maneira manual, tornando-se ainda muito mais fascinante em vista da possibilidade de experimentar diferentes ângulos

de visão do mesmo desenho para posteriormente escolher o mais indicado para o seu objetivo. Assim, abrem-se, com o desenho automatizado em três dimensões, novas perspectivas para a cartografia temática, aplicáveis a vários outros temas relacionados com o espaço.

Devemos ainda reforçar que a qualidade do mapa é influenciada significativamente pela distribuição dos pontos de referência. Quanto mais densamente e regularmente distribuídos estes pontos, mais preciso será o mapa. Cabe ao pesquisador oferecer este pré-requisito para o programa SURFER. Os desenhos elaborados pelo programa apresentam ainda melhor qualidade visual quando se trabalha com monitor colorido e com impressoras de última geração.

Por outro lado, sua aplicação à região de Ilhéus-Itabuna revelou-se bastante eficiente na medida em que conseguiu expressar sinteticamente as grandes variações espaciais da complexa distribuição das densidades demográficas.

Finalmente, a aplicação do programa SURFER pode ser considerada de grande importância para o desenvolvimento da análise espacial com base no mapeamento automatizado.

## BIBLIOGRAFIA

- CINTRA, J.Pimentel, FRANÇOSO, M.T. Experiência de aplicação do programa SURFER em modelagem digital de terreno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 15., 1991, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. v. 2: Coletânea de trabalhos técnicos, p. 381-393.
- SILVA, S.C.Bandeira de Mello, SILVA, B.C. Nentwig, LEÃO, S. de Oliveira. *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna*. Recife: SUDENE, 1987.
- SURFER information manual. Colorado: Golden Software, 1990.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é o de testar detalhadamente um programa computacional de isolinhas chamado SURFER, tentando motivar e ampliar o número de usuários na área da cartografia automatizada. Como exemplo, foi demonstrada a representação cartográfica das densidades demográficas da região de Ilhéus-Itabuna/Bahia. Após a apresentação geral do programa, foram desenvolvidas as seguintes etapas: preparação dos dados, introdução dos dados no programa, elaboração da rede quadriculada e desenho dos mapas de isolinhas em duas e três dimensões. O programa SURFER não necessita de equipamentos sofisticados e representa um importante recurso para o desenvolvimento da análise espacial através da cartografia automatizada.

## ABSTRACT

This paper tests detailly an isoline computer program called SURFER aiming to facilitate the entrance of new analysts in the automated cartography. As a practical example, the representation of the demographic densities of the Ilhéus-Itabuna/Bahia region was demonstrated. After the general program pre-



sentation, the following stages were developed: data presentations, insertion of the data in the program, elaboration of the squared grid and design of the maps (isoline maps in two and three dimensions). The SURFER program does not need sophisticated hardware and represents an important tool to the development of the spatial analysis toward automated cartography.

# A PROPRIEDADE SANTA: O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DA ORDEM DE SÃO BENTO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO\*

Fania Fridman\*\*

## INTRODUÇÃO

O acúmulo da propriedade da terra pelas diversas ordens religiosas no Brasil desde o início da colonização deve-se ao fato de que na Monarquia portuguesa, a partir dos Séculos XI e XII, os direitos da Coroa eram confundidos com os da Igreja. A Ordem de Cristo, que tinha o direito de receber o dízimo eclesiástico de todos os produtos da terra, o dízimo de Deus, era responsável pela administração e a jurisdição espiritual nas terras conquistadas por Portugal. A bula de Júlio III de 1550 (Avelar, 1970) incor-

porou perpetuamente à Coroa o Grão-Mestrado de Ordem de Cristo, acrescido das Ordens de Santiago e São Bento de Avis.

O dízimo cobrado pela Coroa era condição para propagar a fé, construir igrejas, pagar as despesas do culto religioso e sustentar os eclesiásticos seculares através da cônica, remuneração que deveria ser suficiente para a sobrevivência<sup>1</sup>. Entretanto o sustento de uma ordem religiosa dependia também de sua *fábrica*, isto é, do organismo que administrava o patrimônio e os rendimentos de uma paróquia e zelava pela conservação e seus bens móveis e imóveis (Thomas, 1991)<sup>2</sup>. Os jesuítas eram

\* Recebido para publicação em 7 de abril de 1994.

\*\* Economista, professora-adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Doutorado em Economia Política na Universidade de Paris VIII, França.

A autora agradece a D. Mateus Ramalho Rocha que abriu todas as portas do Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Agradece também a dedicação de Isis Volpi de Oliveira, Mônica Castro de Oliveira e Ieda Cristina Alves Ramos que participaram dos primeiros levantamentos de dados juntamente com Teresa Cristina de Almeida Faria, que elaborou a primeira versão dos mapas, a Maristela Turl Medeiros, pesquisadora, Maria Isabel de Jesus Chrysóstomo, Patrícia de Zousa Carvalho, Filomena Corrado e Valter Luis de Macedo, bolsistas de iniciação científica, que finalizaram a coleta e digitação dos dados primários e elaboraram *devotamente* os mapas, e à Teresa Mavignier, responsável pelo centro de processamento de dados do IPPUR.

Este texto é parte da pesquisa "Legislação, propriedade fundiária e produção do espaço do Rio de Janeiro" realizada junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e financiada pelo CNPq e pela SR-2 da UFRJ.

<sup>1</sup> Havia as miúças que eram os dízimos das coisas miúdas como galinhas, ovos, cabritos, etc., que eram repassados à Santa Casa da Misericórdia.

<sup>2</sup> As ordens religiosas acumularam muitas propriedades porque os primeiros povoadores eram extremamente religiosos e acreditavam que oferecendo terras e bens aos religiosos suas almas estariam protegidas (Coaracy, 1988). Havia a crença de que os acontecimentos terrenos poderiam ser influenciados pela intervenção sobrenatural, ainda que nem sempre as preces pudessem ser atendidas por Deus. "A doutrina da Igreja era inequívoca a esse respeito: as preces podiam obter resultados práticos, mas não eram garantidas" (Thomas, 1991, p.47).

auxiliados pela Coroa, as demais ordens dependiam exclusivamente de sua fábrica e de auxílios irrisórios para compra de hóstias, de vinho e de combustível para lâmpadas para as missas, denominados ordinárias.

Com o crescimento do patrimônio religioso o Governo intensificou a cobrança dos dízimos eclesiásticos a todas as ordens. Até então estavam isentas de pagá-los se referentes a bens patrimoniais doados, aos frutos de suas hortas, aos alimentos de seus animais e às terras não cultivadas.

A relação visceral entre Igreja, Estado e povo, que nem sempre era tão pacífica quanto se pretendia, teve vigência no Brasil até a República. A Igreja secular era dominada pelo Estado através do Padroado Régio, isto é, os cargos eclesiásticos, ainda que eleitos, eram submetidos à aprovação do papa pelo rei. O clero regular, que era representado pelas ordens, não se submetia a tal interferência por causa da isenção pontifícia.

A Igreja sofria interferência do Estado tanto em assuntos estritamente religiosos quanto, e principalmente, em relação às suas propriedades. Nestes quatrocentos anos, a história das ordens religiosas é uma história de conflitos e acordos com o Estado e de conflitos com o povo. O povo das cidades por vezes se rebelava contra os privilégios das ordens. Havia ainda um conflito que colocava o povo e o clero secular de um lado e o clero regular, das ordens, do outro<sup>3</sup>.

Murilo Marx (1991) apontou a importância para o espaço urbano brasileiro desse aspecto institucional negligenciado que é a relação Estado/Igreja. Segundo ele, o clero sempre impôs recomendações expressas que interferiram no desenho urbano, ao contrário do que ocorria com as Ordenações, genéricas ou pouco explícitas no que diz respeito à edibilidade. Os assentamentos coloniais expressaram essas determinações eclesiásticas principalmente quando a aglomeração surgia espontaneamente. O Rio de Janeiro, apesar de ter nascido cidade - por fundação real - corrobora este aspecto.

Do ponto de vista urbano, as ordens religiosas tiveram um papel importante. Abriram ruas em troca de terras, forneceram água em suas carroças para a população em caso de invasões estrangeiras, ofereceram bois ao Governador para alimento de sua casa e comitiva, foram responsáveis pela educação, pela saúde e pela hospedagem dos romeiros pobres nos *hospícios* e *hospedarias*. Além disso, o adro das igrejas acolhia os fugitivos por estarem acima das leis seculares. Possuíram engenhos, fazendas de gado, olarias, estaleiros, armazéns e propriedades. Além disso, seu patrimônio fundiário e imobiliário, acumulado através de doações de famílias nobres e da Coroa como também de compra, induziu os caminhos da expansão da cidade<sup>4</sup>.

Essa imbricação entre a Igreja e o Estado acarretou formas espaciais específicas para as nossas cidades, distintas das ibero-americanas. Assim, além de propagar a fé, os religiosos exerciam um importante papel político, social, normativo e institucional. O Concílio de Trento (1545 a 1563) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (redigidas em 1707 e publicadas em 1719) regeram a vida religiosa e mundana brasileira até a República.

Essas constituições recomendavam que as construções dos locais sagrados estivessem em *lugares decentes*, em sítios altos e livres de umidade. Caso já houvesse ocupação na vila, as igrejas deveriam se instalar onde pudessem passar as procissões. Outra recomendação dizia respeito ao adro - área livre em frente da igreja, praticamente uma *piazza* - que, como vimos, poderia tornar-se refúgio para os foragidos.

As Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) provinham da alta Idade Média, portanto de inspiração feudal. As cidades ao serem fundadas tinham seu termo e rossio demarcados (Fridman e Ramos, 1991). O termo, onde se estabeleciam as instituições e as residências, tinha seis léguas em quadra<sup>5</sup> para cada lado fixadas a partir do pelourinho, centro que simbolizava a autonomia municipal. O termo era doado em ses-

<sup>3</sup> Havia o dito popular "as Ordens são ricas e os frades são pobres" (Macêdo, 1981, p. 20, v. 4).

<sup>4</sup> Os bens da Igreja eram considerados pelo Estado como *bens de mão morta*, ou seja, aqueles que não se alienavam ou trocavam de mãos.

<sup>5</sup> As léguas de sesmarias eram iguais a 3 000 braças ou 6 000 metros em quadra porque tinham a mesma extensão de frente e de fundo, ou, eventualmente, com fundo maior.

mariares ou em datas a quem o requeresse. O rossio era uma reserva de expansão do termo e utilizado pela população na extração de lenha e de madeira para a construção, como pasto e como terra de plantio. Eram terras livres, áreas destinadas ao uso público no interior do termo. A sua gestão era empreendida pelos vereadores porque parte do rossio e as ruas, conhecidos como logradouro público, pertenciam ao poder público. Essas terras, apesar da legislação, foram apropriadas privadamente em um curto período de tempo.

Em vilas litorâneas, os mangues eram utilizados como combustível para os engenhos de beira-mar e os pobres dali retiravam seu alimento, permissão dada pela Carta Régia de 6 de dezembro de 1678, a despeito da oposição dos padres da Companhia de Jesus e dos beneditinos (Fazenda, 1923).

A temática geral abordada neste texto é a reconstituição histórica dos patrimônios territoriais, isto é, o processo de acumulação primitiva nas terras cariocas através do caso da ordem beneditina no Rio de Janeiro. Meu objetivo é explicar a constituição do embrião urbano e das grandes parcelas fundiárias acumuladas pelas ordens religiosas e seu processo de distribuição e partilha. A hipótese trabalhada refere-se à propriedade fundiária determinando a paisagem, isto é, da relação entre os homens e o espaço surge um tipo de *lugar* que vai se transformando ao longo do tempo<sup>6</sup>.

Podemos verificar as grandes propriedades territoriais pertencentes às ordens religiosas e ao Senado da Câmara na cidade do Rio de Janeiro, do Século XVI a meados do Século XIX, no Mapa 1 (encartado)<sup>7</sup>.

## A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO

A ordem de chegada dos religiosos no Brasil foi a seguinte: jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos, todos no Século XVI. Os beneditinos chegaram em 1581/82 em Salvador e no Rio de Janeiro entre 1586/89. Aportaram em Olinda, em 1592, em João Pessoa em 1596 e em São Paulo em 1598.

A prelazia do Rio de Janeiro, independente de Salvador, foi instituída em 1575, o que desgostou a população por causa da proibição da escravidão dos índios<sup>8</sup>. Ao chegarem ao Rio de Janeiro os beneditinos hospedaram-se na ermida N. S. do Ó na atual Praça XV e, de todas as ofertas recebidas, escolheram um monte que obtiveram em 1590. Esta sesmaria pertencia a Manuel de Brito, colaborador de Estácio de Sá, e era uma península, cuja restinga era conhecida pelo nome de Praia de Nossa Senhora, depois Prainha.

A área da sesmaria ia da encosta do morro da Conceição, onde hoje se encontra o Serviço Cartográfico do Exército e cujo topo estava ocupado pelos capuchinhos que ali possuíam uma horta e um poço, passava pelas Ruas Visconde de Inhaúma (conhecida por Rua dos Pescadores), Alcântara Machado e ladeira de João Homem, atingindo, em linha reta, as Ruas Acre (então Prainha), Sacadura Cabral e o Beco do Escorrega até o Morro de São Bento. O Morro de São Bento tinha água potável e material para a construção das primeiras casas. Havia uma horta que foi "durante muito tempo o celeiro do novo estabelecimento urbano" (César e Castro, 1989, p.10) é uma roça de algodão deixada por Manuel de Brito<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Este texto estará priorizando as propriedades do Mosteiro de São Bento na área central do Rio de Janeiro, de acordo com a hipótese de trabalho sugerido. Entretanto a riqueza dos dados primários obtidos junto ao Arquivo do Mosteiro de São Bento permitirá desdobramentos em textos futuros, relativos ao patrimônio territorial e imobiliário fora do perímetro central.

<sup>7</sup> *No Século XVI os carmelitas construíram casas ao redor do convento, possuíam terras no atual Largo da Carioca e no Boqueirão da Carioca - entre as atuais Ruas Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes - e terras agrícolas no atual bairro de Irajá. Os franciscanos receberam doações de terras no pé dos morros do Castelo e do Carmo e próximas da Lagoa de Santo Antônio onde construíram o convento. Os jesuítas tinham casa de sobrado no centro da cidade, fazendas em São Cristóvão, Inhaúma, os engenhos Novo e Velho em Andaraí Pequeno e Andaraí Grande, além de grandes propriedades em Niterói.*

<sup>8</sup> Houve dois envenenamentos com morte - um ocorrido em 1598 e outro em 1629 - e um atentado em 1631 contra autoridades eclesásticas.

<sup>9</sup> Os beneditinos, através de Dom Mateus Ramalho Rocha, acham exagerada essa afirmativa e contam que inicialmente os religiosos beneditinos viviam de esmolas até a Fazenda de Iguaçú, no atual Município de Duque de Caxias, se desenvolver.

Ainda no termo da cidade do Rio de Janeiro foi doada aos beneditinos em 1589 a Ilha das Cobras, antiga Ilha da Madeira. Lá exploravam madeira e pedra e, a partir de 1638, passaram a aforar as terras para lavoura e pastagem.

Em 1618 os frades beneditinos solicitaram à Câmara que lhes fossem concedidas 20 braças da pedra no morro hoje conhecido como Morro da Viúva, em Botafogo, para extrair material para a construção de sua igreja. Nesta localidade, que na época compreendia os *bairros* da Carioca e de Botafogo, os beneditinos compraram e ganharam várias propriedades<sup>10</sup>.

No período entre 1590 e 1650, segundo os dados primários obtidos em levantamento dos códices avulsos, das escrituras e dos livros de foros disponíveis no Arquivo do Mosteiro de São Bento, os beneditinos obtiveram grandes datas de terras: a propriedade da sesmaria doada por Manuel de Brito em 1568 com 25 braças, cuja escritura de medição do terreno foi feita em 1611, e o aforamento da Pedreira em Botafogo em 1618 com 20 braças. Na principal artéria urbana, a Rua Direita, atual Primeiro de Março, construíram casas para aluguel.

Por doação em 1667, os beneditinos obtiveram no rossio os Engenhos de N. S. do Desterro e de Jacarepaguá, terras na cabeceira do Rio Guandu em Vargem Grande, em Vargem Pequena e em Camorim. No final do Século XVII, foi legado à O.S.B. um engenho de açúcar na atual ilha do Governador<sup>11</sup>.

Voltemos ao termo da cidade. No primeiro século de ocupação da cidade, as casas chegavam até o sopé do Mosteiro. "A cidade crescia em direção ao convento, fazendo pressão

sobre a área livre dos terrenos dos monges" (Rocha, 1991, p. 40). Em 1642 as casas da cidade atingiam o pé do Morro de São Bento e já eram comuns casas de tijolos, cal, pedra e cobertas de telhas, sendo algumas assobradadas. Entre 1645 e 1647 a Câmara iniciou a venda de terrenos à beira-mar. As casas que foram ali construídas possuíam duas partes - lojas e quartos - ligados por um corredor e áreas intermediárias.

A hipótese relativa à urbanização que pode ser sugerida refere-se ao processo de ocupação dos vazios urbanos entre as propriedades religiosas, extremamente privilegiadas do ponto de vista da existência de água potável, de ar puro, de terra fértil ou localizada próxima ao mar. Cabe considerar que relativamente às propriedades urbanas beneditinas a proximidade ao porto facilitava o abastecimento e o escoamento de mercadorias. Além destes fatores, a defesa era o elemento fundamental nas construções religiosas na cidade, o que garantia a segurança dos cidadãos. A ocupação que se vai estabelecendo pela população e pelos diversos agentes econômicos é decorrente da influência econômica, política e ideológica exercida pela Igreja Católica e suas ordens.

Contrariamente aos vetores decisivos para os processos urbanos como a atividade imobiliária que inicia sua atuação no final do Século XIX, verificamos durante o período colonial até praticamente à República, determinantes distintos para tal ocupação. Consideramos serem as ordens religiosas, seus patrimônios imobiliários e fundiários os elementos fundamentais<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> As propriedades dos beneditinos eram: uma chácara em 1666 que ia da água dos marinheiros, hoje Praça José de Alencar, até a praia João de Souza, atual praia de Botafogo na altura do caminho velho de Botafogo ou estrada da Pedreira, hoje Senador Vergueiro. Possuíam também uma sesmaria junto ao rio Catete até o morro do Mundo Novo, através do terreno hoje ocupado em parte pelas Ruas Paissandu, Senador Corrêa, Nery Ferreira, Conde de Baependi e Praça José de Alencar. Detinham também terras compradas em 1681 que ficavam entre as Ruas Senador Vergueiro e o Morro da Viúva. Finalmente terras "vendidas sem ônus algum para o Mosteiro" na praia de Botafogo. A chácara da pedra ou granja de S. Bernardo, ou, ainda, sítio de Botafogo, terra aforada à Câmara, teve exploração agrícola e "industrial" e foi abandonada. O Mosteiro, a partir de 1764, iniciou o aforamento deste sítio onde hoje se encontra o Colégio da Imaculada Conceição. De 1764 a 1880 o Mosteiro assinou 102 termos de aforamento e arrendamento das terras da Chamada Pedreira. Entre 1798 e 1940 o Mosteiro assinou 33 escrituras e termos de aforamento em seus terrenos de Botafogo - domínio direto (Octávio, 1929). A Rua de Botafogo ou o Caminho Novo de Botafogo, hoje Rua Marquês de Abrantes, só foi aberta ao trânsito em 1796. É interessante a constatação da abertura de uma rua se dar após a ocupação da localidade através dos contratos de arrendamento dos monges. A chácara da Rainha, pertencente aos beneditinos e localizada na praia de Botafogo entre as atuais Ruas Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes, foi doada ao imperador D. Pedro I. Este imóvel havia sido construído para residência da rainha D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI. A Fazenda Real vendeu este terreno ao Marquês de Abrantes em 1828.

<sup>11</sup> Martim Afonso de Sá, Gonçalo de Sá e sua filha Vitória possuíam uma enorme sesmaria e a dividiram entre si, de Camorim até Guaratiba. As terras contíguas pertenciam aos jesuítas. Dona Vitória legou aos beneditinos sua herança territorial. Há uma controvérsia quanto aos engenhos de N. S. do Desterro e Jacarepaguá, cuja propriedade os religiosos beneditinos não reconhecem como sua (Rudge, 1983).

<sup>12</sup> Entre inúmeros exemplos podem ser citados os dois acordos entre a Câmara e os carmelitas para preservar livre de construções o terreiro do Carmo, primitivo rossio da cidade, hoje Praça XV.

Senão vejamos: o patrimônio religioso tinha como pressuposto a necessidade de manter e construir as igrejas e as demais despesas das ordens. Os recursos provinham dos aforamentos e/ou dos arrendamentos de parcelas de terras e habitações, bem como de sua produção agrícola. Segundo M. Marx (1991), esse crescimento à custa do patrimônio religioso era o mecanismo físico da expansão da localidade e o próprio instrumento social de obtenção de um lugar para morar por parte da população não-nobre.

A natureza jurídica dos contratos efetuados era definida pela enfiteuse, ou aforamento, e/ou pelo arrendamento. A enfiteuse recaía nas terras não cultivadas ou naquelas destinadas à construção de casas e edifícios. Os arrendamentos, rias terras cultivadas ou nos contratos de locação de casas. Até a promulgação do Código Civil em 1917 os aforamentos tinham caráter perpétuo (Fridman e Ramos, 1991).

Um conflito, dos mais importantes ocorridos entre os populares, o Estado e os religiosos beneditinos, decorrente desta situação privilegiada, data de 1611. Os monges, que já haviam construído casas na Prainha, receberam solicitação do Provedor para doarem o desembarcadouro que ficava nos seus domínios com a justificativa de que as terras pertenciam ao Senado da Câmara. O conselho da Câmara, não satisfeito com a negativa dos monges, resolveu colocar as casas abaixo, medida que foi apoiada pela população, que as incendiou à noite (Fazenda, 1921). Em 1616 foi feito um acordo, com a intermediação do rei, pelo qual o Mosteiro cedia 20 braças ao longo da Prainha, terreno que se constituía do lado esquerdo da Prainha e atingia todo o morro da Conceição. Entretanto em 1628 aquelas casas de aluguel dos religiosos que haviam sido reconstruídas foram, mais uma vez, destruídas por ordem da Câmara sob o pretexto de atrapalharem o embarque e desembarque da população. O prelado excomungou os oficiais e houve uma comoção popular (Rocha, 1991).

Cabe citar também o conflito entre as duas classes dominantes relativo à confor-

mação urbana a partir de 1630. Os dirigentes civis e militares eram partidários do insulamento da cidade e os possuidores de riqueza - produtores, donos de armazéns, dos trapiches e dos mercados - preconizavam a expansão da cidade através da conquista de sua área baixa, pouco ocupada por habitações e mal defendida. A população se aliou à classe mais rica e lutou contra o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, que se abrigou no Mosteiro de São Bento. A expansão pela várzea iniciou-se em 1639, quando o Senado da Câmara deixou o Morro do Castelo (Andrade, 1966).

Quando a vida urbana irradiou-se do Morro do Castelo à esplanada, muitas ruas foram abertas pelo poder público, pelas ordens religiosas e por particulares em troca de datas. Assim podemos verificar que a abertura de ruas no Rio de Janeiro Colonial era também um atributo da *iniciativa privada*. Os beneditinos, os capuchinhos e os jesuítas visavam não apenas a facilitar o acesso ao núcleo administrativo e à área da Prainha, como também a atingir os engenhos, cuja produção era a principal atividade econômica.

Desde o início do Século XVII os monges beneditinos serviram esporadicamente como monges capelães da Armada. Nesta relação visceral com o poder, os religiosos oferecem *prestimosos auxílios* como bois, cavalos e escravos para a expedição da armada portuguesa que foi libertar Angola em 1648. Em 1668 participaram do esforço de fortificação da cidade do Rio de Janeiro ameaçada pelos holandeses, com a doação de 400 bois, muitos cavalos e muitos escravos (Galvão, 1872). Em 1670, com vistas na construção de um arsenal para a produção de fragatas para a Coroa e para a Companhia Geral da Junta do Comércio, o Mosteiro vendeu parte de suas terras na Ilha Grande (Luna, 1947)<sup>13</sup>. O Mosteiro doou madeira de sua fazenda de Iguazu para a construção de fragatas e terrenos na cidade para a construção do Arsenal da Marinha, como veremos adiante. Ainda, no levante popular de 1660, originado pelo lançamento de um imposto predial, o governador vai procurar abrigo no Mosteiro de São Bento.

<sup>13</sup> As demais terras no local, como a Ilha da Jipóia, só foram vendidas na segunda metade do Século XVIII.

Nos dois primeiros séculos a produção econômica dos beneditinos se baseava nos engenhos de açúcar e de farinha da Fazenda de Iguaçú, fora dos limites da cidade, e no gado das três fazendas de Jacarepaguá, todas fora do limite do termo da cidade do Rio de Janeiro. Os demais produtos não chegavam a ser representativos para a sua renda<sup>14</sup>. A produção das terras nos campos de Goitacazes na Província do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do Século XVII, superou os rendimentos de Iguaçú. Durante o Século XVII e parte do Século XVIII o Mosteiro fabricou cal com sambaquis e tijolos na Fazenda de Iguaçú para serem utilizados em suas construções. Ainda possuíam na citada fazenda duas olarias que se tornaram uma fonte de renda significativa para o Mosteiro a partir de 1743. É interessante perceber que o Mosteiro acompanhava os movimentos da economia colonial, de base açucareira, como também as necessidades impostas pelo processo de urbanização da cidade, principalmente de matérias-primas para construções, além das próprias moradias.

O Mosteiro aumentou seu patrimônio em 1674-1675, com a compra de casas nas ruas dos Quartéis e dos Pescadores. Esta última vinha sendo povoada desde meados do século, às margens do riacho de São Bento. Talvez por isso, em maio de 1675, o Provedor-Mor da Fazenda intimou o Mosteiro a informar os rendimentos obtidos com suas fazendas, engenhos e aluguéis com o intuito de obrigá-lo a saldar sua dívida relativa ao pagamento dos dízimos. O acúmulo de grandes extensões territoriais levou à imposição, a partir de 1690, do foro anual para todas as terras, o que conformou uma nova forma de apropriação - o domínio útil do bem, que, como assinalamos acima, no Brasil tornou-se perpétuo (Fridman e Ramos, 1991). O valor anual era de mil réis para cada três braças (Morales de los Rios, 1970).

No final do Século XVII, em 1696, os beneditinos doam ao Governo os terrenos e os imóveis (casas e armazéns) que ficavam no início da ladeira de São Bento, construídos por eles em 1650, para o Arsenal da Marinha e edifícios adjacentes (Luna, 1947). Estes terrenos estavam aforados à Companhia Geral da Junta de Comércio desde 1656 pela quantia de 12 mil réis anuais (Rocha, 1991). Na verdade esta doação beneditina substituiu uma virtual desapropriação que estaria apoiada no alvará de 2 de setembro de 1681 que proibia construções ou lavoura nos terrenos adjacentes às linhas de defesa da cidade<sup>15</sup>.

Em 1711 os franceses invadem o Rio de Janeiro pela Ilha das Cobras, de lá bombardeando o Mosteiro e a cidade. Apesar da resistência, o Mosteiro é invadido pelos franceses que o transformam em um de seus principais pontos de apoio. É desta época a destruição da biblioteca e de parte do arquivo. Durante a invasão francesa os beneditinos doam ao Governo a quantia, para a época exorbitante, de 1:575\$680 (Galvão, 1872), cem caixas de açúcar e gado como parte do resgate imposto pelo invasor. Ainda no Século XVIII o governador Luís Vahia Monteiro, o Onça (1725/1732), que não reconhecia a propriedade do Mosteiro sobre a Ilha das Cobras, mandou destruir o curral onde a carne era retalhada para ser vendida no açougue dos beneditinos. Os monges pretendiam construir uma fortaleza, necessidade imposta pela invasão francesa. A razão apontada pelo governador era de que através da Ilha das Cobras e da cerca do Mosteiro entrava o contrabando na cidade<sup>16</sup>. O governador aprofundou ainda mais suas divergências com os padres de São Bento ao acusá-los de roubo pelo extravio do quinto e pela cunhagem de barras de ouro. Cabe esclarecer ao leitor que no Século XVIII não existiam bancos e as casas religiosas, locais seguros, eram as guardiães das economias<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Na Província do Rio de Janeiro os beneditinos possuíam terras em Campos dos Goitacazes, doadas em 1646 por um dos sete capitães, que concedeu metade de suas terras que iam da Vila de Parati até as margens dos rios Paraíba e Itabapoana. Além destas terras, uma sesmaria na Ilha Grande recebida em 1598. Em 1633 foi doada aos beneditinos a sesmaria de Maricá. Eram proprietários desde 1591 da Fazenda de Iguaçú, no atual Município de Duque de Caxias que, a partir de 1615, aumentou sua extensão com a compra de mais braças. Em 1596 foram doados a ermida e o patrimônio da Irmandade de N. S. da Conceição situados no rio Saracuruna. A área somava meia légua de terra de largura ao longo do rio por 1 300 braças de comprimento para o sertão.

<sup>15</sup> Este alvará foi mais tarde transformado em decreto, de 8 de fevereiro de 1708, e na provisão de 13 de outubro de 1740, medidas explicitadas no artigo 22 do regulamento provisório do Real Corpo de Engenharia de 12 de fevereiro de 1812 (Fazenda, 1923).

<sup>16</sup> Do ponto de vista legal as terras da Ilha das Cobras permanecem até o início do Século XX nas mãos da ordem.

<sup>17</sup> A População mais rica aplicava suas economias em prédios, em escravos ou guardavam nos conventos a juros. Quando da invasão francesa os inimigos roubaram do Convento de Santo Antônio 2 milhões de cruzados (Edmundo, 1956).

Nesta época a área urbanizada era constituída pela região que ficava entre os Morros do Castelo e de São Bento. As demais localidades eram consideradas arredores até que, ainda na primeira metade do Século XVIII, em 1737, o Mosteiro constrói, com os recursos provenientes dos aluguéis e do gado, casas para alugar e um armazém na Prainha cortando parte de sua cerca. Seus terrenos vagos da Prainha e no Morro da Conceição foram aforados.

Os dados primários que recolhemos sobre as propriedades beneditinas entre 1651 e 1750, relativos à área central da cidade, que já vinha sofrendo processos de parcelamento simultaneamente à expansão urbana, nos dão conta de mais de 37 terrenos e de 48 casas de aluguel, que podem ser visualizadas no Mapa 2 (encartado).

A atuação urbana dos beneditinos é ampliada entre 1743 e 1775, quando foram erigidas 29 casas na Rua Nova de São Bento. Esta rua, que ia da Prainha à Rua dos Pescadores, foi aberta pelos religiosos a partir de uma Carta do Senado da Câmara de 14 de setembro de 1743 com recursos obtidos por empréstimos. Era interesse do Mosteiro servir à *necessidade pública*, imposta pelo cotidiano da cidade. Em 1745 foi concluída a travessa de Santa Rita, conhecida por Beco dos Cachorros, que comunicava o coração da cidade ao bairro da Prainha. Para tal arruamento parte da horta foi aforada. A indenização pelos terrenos pertencentes ao Mosteiro foi compensada pela doação de parcelas de terra nas novas ruas onde, como observamos, foram construídas moradias de aluguel. Na segunda metade do Século XVIII o Mosteiro afora ou arrenda chãos e casas na Rua dos Pescadores, na época já uma importante artéria urbana.

Um elemento interessante a ser mencionado refere-se à obrigação dos mestres empreiteiros que construíram as casas da Rua de São Bento de comprar os tijolos e as telhas das olarias dos beneditinos (Rocha, 1991). Nas demais ruas as casas foram erigidas pelos seus escravos.

Os conflitos entre o Mosteiro e populares reiniciaram-se em 1760 quando foreiros do Morro da Conceição negaram-se a pagar o foro, por acreditarem ser a Câmara a proprietária das terras. Em 1770 o conflito foi resolvido com ganho de causa para o Mosteiro.

No Século XVIII, com a exportação de ouro como principal atividade econômica, a cidade viveu o fim dos seus atoleiros e de algumas lagoas e brejos que impediam a expansão urbana. A cidade pôde se expandir nas direções sul e norte. Com a acumulação de riqueza as construções ficaram mais confortáveis e bem cuidadas, geralmente de um ou dois andares. Os prédios de três pavimentos ainda eram raros. Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o Governo empreendeu mudanças na paisagem urbana que permitiram controlar a saída do ouro e proteger a cidade das invasões. Cabe acrescentar a introdução da iluminação pública, que ficava sob a responsabilidade da Câmara e outros melhoramentos como o calçamento das ruas principais, a abertura de novas ruas e edificações.

A ocupação entre a Prainha e a Praia Formosa se deu em fins do Século XVIII. O Mosteiro construiu ali edificações e armazéns e os arrendou. Neste local instalaram-se os armadores, os traficantes de escravos, os pescadores e os marinheiros (Cézar e Castro, 1989).

A urbanização intensa que a cidade viveu reverteu aos proprietários de terra e de moradia recursos adicionais. Os rendimentos do Mosteiro, que nos Séculos XVII e XVIII proviham primordialmente dos produtos de suas fazendas, a partir do início do Século XVIII são acrescidos dos aluguéis, "superando, às vezes, os das três fazendas de gado e dos três engenhos" (Rocha, 1991, p. 80).

Apesar do Mosteiro fornecer a madeira para a construção da nau São Sebastião, fabricada por ordem de S. Majestade em 1767, a animosidade das autoridades locais contra as ordens religiosas persistiu com o Marquês de Lavradio (1769/1779). Este governador acusava o Mosteiro de se tornar proprietário de grande parte das marinhas da cidade, que teriam sido reservadas para reais serviços (Fazenda, 1923).

## A CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO BENEDITINO

No Século XVIII o governo do Marquês de Pombal preconizava uma política econômica de fomento à indústria e ao comércio entre Portugal e Brasil. Do ponto de vista social, suas posições eram anticlericais. Uma de



suas medidas mais conhecidas foi a expulsão dos jesuítas e a apreensão de todos os seus bens. Esta norma foi apoiada pelos beneditinos que, por exercerem influência política maior que os jesuítas, mantinham com eles uma postura hostil (Fazenda, 1920). As demais ordens religiosas também sofreram perseguições, um pouco mais brandas, através de leis que proibiam as heranças paternas e maternas e as doações de terras depois da morte do proprietário<sup>18</sup>.

A fiscalização das propriedades religiosas por parte do Governo Português pode ser avaliada pela exigência feita ao Mosteiro de São Bento, em 1763, de uma relação criteriosa dos 40 títulos dos bens de raiz rurais e urbanos. Entretanto tal controle é abrandado em 9 de setembro de 1769 através de uma Provisão real que trouxe de volta a permissão das heranças e das doações de terra (Avelino, 1884). Esta situação favorável aos religiosos não teve vida longa, pois em 1772 o Mosteiro foi obrigado a enviar uma relação ampliada com os 63 títulos de propriedades de fazendas<sup>19</sup>.

A melhoria das relações Estado-Igreja finalmente se deu com a publicação do alvará de julho de 1790 onde foi proibida a denúncia dos bens em poder de corporações religiosas, prática utilizada comumente com o intuito de seqüestrar bens eclesiásticos.

O restabelecimento da troca de favores com a Coroa Portuguesa ocorreu em 1799 quando o Mosteiro vendeu 17 casas (Rocha 1991) para ajudar o governo da Metrópole na Guerra do Sacramento. Ainda, em 1804, foram oferecidos 70 mil cruzados como subsídio à luta enfrentada quando da invasão francesa em Portugal. Como um outro tipo de favor, pode ser citada a doação à Fazenda de 100 mil cruzados em moeda, com o objetivo explícito de evitar a pressão pela venda de seu patrimônio urbano (Galvão, 1872).

Tal situação favorável às ordens não foi interrompida com a chegada de D. João VI

ao Brasil<sup>20</sup> quando o Mosteiro de São Bento, como reconhecimento, tratou de hospedar a corte. O rei solicitou a instalação na sua hospedaria da Real Academia dos Guardas-Marinhas, que ali permaneceu por 31 anos. Alguns cavaleiros e fidalgos palacianos foram alojados em casas mandadas construir em seus terrenos, e outros em casas alugadas na rua da Prainha. Os demais "se aboletavam no Mosteiro de São Bento, no consistório da Igreja do Rosário, na casa da ópera de Manuel Luis e pelos estabelecimentos públicos" (Cruls, 1965, p. 297), sem nenhuma despesa para o Estado. Além da habitação o Mosteiro garantia a alimentação. Além disso é construído um grande imóvel na propriedade da Ilha do Governador para receber em veraneio o príncipe regente e sua comitiva, que de fato lá estiveram a passeio inúmeras vezes. Tal obra constituiu uma enorme dívida para os beneditinos, calculada em 100 mil cruzados.

Se para as ordens a situação era de trégua, o mesmo não se pode dizer para a população. Foram muitos os casos de confisco de propriedades urbanas para alojarem membros da comitiva real. O impacto da chegada da Corte de 10 000 pessoas no Rio de Janeiro, com população de 50 000 habitantes, sendo a metade de escravos, pode ser avaliada pela construção de 600 casas e pela abertura de 100 chácaras entre 1808 e 1818. Para incentivar a construção de moradas na Cidade Nova - local que ligava o centro aos arredores e onde ficavam as chácaras - o Governo concedeu isenção da décima urbana pelo Decreto de 26 de abril de 1811.

D. João estabeleceu no Rio de Janeiro o pagamento da décima predial urbana, a siza - imposto de 10% sobre o valor das vendas dos imóveis urbanos - e os impostos sobre mercadorias. Tais medidas ilustram a intensa vida urbana que já vinha se estabelecendo na cidade pelo menos desde as décadas finais do século anterior<sup>21</sup>. As casas eram geralmente de um ou dois

<sup>18</sup> Ainda durante o período de Pombal proibiram-se os noviciados em 1764, medida revogada em 1777 com sua saída.

<sup>19</sup> Fora do perímetro central eram proprietários de sítios - 2 na Ilha do Governador, 9 em Botafogo e 4 em Jacarepaguá; de terrenos - 7 em Botafogo e 9 em Jacarepaguá; e chácaras - 2 em Botafogo.

<sup>20</sup> Houve uma Carta Régia em 1799 (possivelmente de maio) que exigia a avaliação das propriedades dos religiosos e sua venda em hasta pública. Os produtos dessas vendas tornar-se-iam empréstimos à Fazenda Real com juros de 4%. Tal medida foi promulgada com a intenção de ajudar na guerra da Colônia de Sacramento. Os beneditinos chegaram a vender uma casa na rua da Alfândega, mas, como já haviam contribuído com 64 mil cruzados para o empréstimo da Capitania do Rio, o Príncipe Regente suspendeu a medida e considerou a quantia como donativo gratuito à Coroa (Macêdo, 1981).

<sup>21</sup> Em 1815, com o intuito de garantir o abastecimento de água para a cidade, D. João determina a defesa das matas e de todos os terrenos em torno de nascentes que abasteciam o Aqueduto da Carioca.

pavimentos, raras eram as de três e raríssimas as de quatro (Edmundo, 1939).

Nas freguesias rurais mais próximas, como Botafogo e Laranjeiras, foi iniciado o retalhamento das fazendas com o objetivo de se transformarem em chácaras de fim de semana e em moradias permanentes. A ocupação se adensa em direção ao sul, nos bairros da Lapa, Catete e Glória e ao norte, na Cidade Nova e em São Cristóvão. Com o crescimento populacional e o adensamento na área urbana, a terra mais bem localizada se tornou um bem mais valorizado. Neste sentido foi promulgada uma vereação de 1º de outubro de 1814 que fixou o foro em 5% do valor do terreno. Anteriormente este era fixado com critérios que não o da terra, pois era *infinita* e doada a quem a requeresse. A urbanização tornava, aos poucos, as melhores terras escassas, ainda que a concessão de sesmarias e de datas permanecesse até julho de 1822.

Nesta época, para a área vizinha à Prainha, deslocaram-se muitos estabelecimentos comerciais (casas comerciais e trapiches) e fabris (atividades manufatureiras e estaleiros). Este local entre o mar e o mangue do Saco de São Diogo, hoje ocupado pelos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, tornou-se também espaço para as moradias de trabalhadores livres e dos escravos de ganho. Na virada do século nas imediações da Prainha já havia imóveis em cujo térreo estavam estabelecimentos comerciais e no segundo pavimento, as residências individuais ou coletivas. As grandes transformações - a construção de trapiches, de armazéns e um aterro que foi feito em 1835 para ampliar os limites do largo - devem-se à expansão do comércio do café (César e Castro, 1989).

Com a valorização das terras centrais os monges beneditinos destruíram suas casas na Rua Nova de São Bento e os terrenos leiloados. Neste local estavam há vários anos alojadas quatro companhias que foram transferidas. Autores como V. Fazenda afirmam que, em compensação, foram oferecidos a D. João VI os tijolos e as telhas de tal demolição para a construção de um quartel no Campo de Santana.

A intensa urbanização ocasionou, como contrapartida político-administrativa, a Carta de Lei de 1º de outubro de 1828, cujo objetivo foi regulamentar e padronizar o funcionamento das Câmaras. Foi transferida às Câmaras Municipais a regulamentação a respeito da polícia e da economia das povoações, bem como a gestão do chão público referente ao alinhamento, limpeza, conservação e reparos. Além dessas medidas foram exigidos dois livros: um para as posturas e um outro para as leis edilícias (Marx, 1989).

Retornemos às tensões entre o Governo e as ordens que perduraram ao longo do Século XIX quando os governantes ainda mantiveram uma relação de hostilidade com os religiosos entremeada com rápidas tréguas. Pelo Decreto de 16 de setembro de 1817, D. João VI regularizou a propriedade e a posse de todos os bens das ordens. Com tal medida acabaram-se com os processos de denúncias que permitiam às pessoas comuns requererem as terras dos religiosos. Esta lei, por outro lado, impunha a obrigação do pagamento dos direitos de chancelaria referentes às licenças com as respectivas avaliações para a confirmação das posses. Para a Ordem de São Bento tais despesas só foram possíveis com um empréstimo de 6 contos e o arrendamento de propriedades localizadas na esquina da Rua dos Pescadores com a Rua Direita.

Logo após a Independência, esta aproximação com o Poder Real aparentemente pouco salutar para as receitas da Igreja pode ser avaliada pela eleição de 8 deputados em 22 de setembro de 1822 nas dependências do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano o Mosteiro doa a quantia de 400\$000 para a construção da fragata Niterói.

Em 1827 são criadas no Brasil a Ordem de Cristo e a Ordem Beneditina, que se tornaram independentes de Portugal. O Imperador obteve autorização da Santa Sé de arrecadar os dízimos do Brasil, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Os Cavaleiros da Ordem de Cristo, homens de *status* social elevado - muitos tabeliães e desembargadores - eram os responsáveis pela administração dos dízimos, e recebiam a assistência espiritual dos beneditinos do Rio de Janeiro (Octávio, 1929). Não se sabe o que este fato significou para a O.S.B.

A animosidade entre os religiosos e o poder real é retomada em 13 de novembro de 1830, quando foi promulgada a lei que suprimia as ordinárias, ajuda que o Governo pagava aos beneditinos e aos carmelitas da Corte. No mês seguinte, a lei de 9 de dezembro proibia a alienação de bens e a celebração de qualquer contrato oneroso por parte das ordens religiosas sobre bens imóveis e móveis de seu patrimônio sem licença do Governo. O Mosteiro foi obrigado a elaborar uma lista em 1830 e uma outra em 1833 com a confirmação (exibição dos títulos) de suas propriedades. Estas medidas aumentaram os arrendamentos de longo prazo para serem evitados os constantes pedidos e licenças, e em segundo lugar não foram mais feitas alienações de bens. Outra consequência foi lavrar os contratos particulares apenas nos Livros do Mosteiro (Macêdo, 1981), que foram pesquisados por nós.

Não se sabe se foi retaliação, mas o fato é que as tropas alojadas pelo Mosteiro são retiradas em 1831 (Galvão, 1872), fato citado logo acima. Neste mesmo ano foi suspensa a arrecadação dos dízimos eclesíasticos e o Aviso de 9 de dezembro proibiu, mais uma vez, a admissão de noviços.

Ainda do ponto de vista da hostilidade do Governo contra a propriedade de *mão morta* e de controle dos patrimônios religiosos, a Lei de 23 de outubro de 1832 impôs às ordens a penalidade de uma segunda décima nas propriedades urbanas (Fridman e Ramos, 1991). Os conventos no lugar de pagarem o imposto de 12% da renda como os particulares tiveram a taxação de 22%. Entretanto, o Capítulo Geral de 1841 permitiu que os mosteiros da O.S.B. aforassem as terras das fazendas no perímetro urbano sem pedir licença aos órgãos públicos superiores. Foi a maneira encontrada para evitar os pedidos às autoridades, já que vigorava uma lei que exigia a licença do Poder Executivo ou do Parlamento até para o aluguel de casas, o que dificultava a administração dos bens. Esta medida agradava ao Poder Temporal que se julgava proprietário dos bens eclesíasticos. Neste sentido houve um aumento dos pedidos de arrendamento de casas, o que não surpreende tendo em vista o dito processo de urbanização que a cidade vinha passando a partir do início do ciclo do café.

O rigor governamental ainda permaneceu ambíguo com a Lei nº 369 de 18 de setembro de 1845, quando se permitiu às ordens a venda de seus bens, contanto que a quantia arrecadada fosse convertida em apólices intransferíveis da dívida pública. Estas apólices concediam abatimento da siza.

Foi assinado um contrato em 1813 entre a Ordem Beneditina e a Câmara Municipal para a abertura de ruas no terreno ocupado pela sua horta. Entretanto as Ruas dos Beneditinos e Municipal (hoje Mayrink Veiga) só foram efetivamente abertas em 1843, pelo Decreto assinado em 6 de março, no terreno entre a Rua Nova de São Bento e a Travessa de Santa Rita, então Beco dos Cachorros. Foi permitido aos beneditinos que nestas ruas aforassem terrenos a particulares e construíssem "grandes edifícios". Já eram comuns na cidade os prédios com três ou quatro andares, estando as lojas no térreo e nos andares de cima moravam os negociantes. Pode-se perceber que a horta dos beneditinos foi parcelada no momento em que a cidade vivia um intenso processo de urbanização. Ao parcelamento dessas terras correspondeu a construção de moradias e/ou armazéns.

A partir de 1830 é crescente o número de aterros e de armazéns na região que ia da Prainha até o Valongo, no atual bairro da Saúde. Os principais trapiches do comércio do café localizavam-se na Rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma), em uma área conhecida como Chacrinha, que partia da Prainha, passava pela Rua Nova de São Bento em direção ao núcleo da cidade, região cujos principais proprietários, senão os únicos de grande porte, eram os monges beneditinos.

De 1751 a 1850, na área central do município, a O.S.B. acumulou mais de 203 casas de aluguel, mais de 29 terrenos foreiros, pelo menos 2 prédios e um armazém. Era ainda proprietária de 7 lojas. O leitor pode verificar estes dados no Mapa 3 (encartado).

O Aviso de 19 de maio de 1855 do Ministro da Justiça proibiu os noviçados. O poder monárquico visava com isso a reverter à Coroa os bens de todas as ordens. A consequência mais danosa daquela medida foi o despovoamento dos conventos. Em 1868

a Ordem Beneditina do Brasil possuía 11 mosteiros e apenas 41 religiosos, sendo 15 no Rio, 11 na Bahia e 4 em Olinda. Ainda assim, neste mesmo ano de 1855, por ocasião da epidemia da cólera, os beneditinos oferecem tratamento para os pobres nas suas fazendas de Iguaçu e Camorim, além de abrigar por oito meses no Mosteiro as tropas.

Durante a Guerra do Paraguai, delegados do Imperador dirigiram-se às fazendas beneditinas para propor aos escravos servirem como voluntários: o Mosteiro alforriou todos os seus escravos que se alistaram no Exército. Ainda em 1866 foram libertados todos os filhos de escravas e aqueles com mais de 50 anos. Finalmente em 1871, libertou todos os seus escravos (em número de 4 000 em todo o Brasil), antecipando-se em muitos anos à Lei Áurea (Galvão, 1872). Sem a mão-de-obra gratuita muitas fazendas entraram em decadência e passaram a ser ocupadas por grileiros<sup>22</sup>.

Muitas ordens religiosas, como os carmelitas e os beneditinos, transferiram a administração de seus bens a leigos que também preferiram libertar os escravos a vendê-los e ter que aplicar os recursos nas apólices. A Lei nº 1.225 de 20 de agosto de 1864 permitiu que as instituições de *mão morta* vendessem seus bens sem licença do Governo, mas mantendo a exigência de transformar o produto desta venda em apólices. Em 1870 dois decretos foram marcantes: o 4.553, de 12 de janeiro, que exigiu novo rol das propriedades, onde o Governo reitera sua postura de controle absoluto sobre ordens, e o de junho, que dava 10 anos para que todos os bens eclesiásticos fossem convertidos em apólices intransferíveis da dívida pública<sup>23</sup>. Entretanto tal medida foi regulamentada anos depois pelo Decreto nº 9.994 de 22 de dezembro de 1883, determinação que gerou um processo de defesa por parte do Mosteiro de São Bento que ganhou a causa no ano seguinte e se viu livre para administrar seu patrimônio.

Tal patrimônio gerou em 1884 rendimentos de aluguéis de 32:926\$000. Outras ordens, como as carmelitas, as religiosas de N. S. da Ajuda e de S. Thereza, arrecadaram 7:265\$601, 10:114\$460 e 3:398\$692, respectivamente. O Mosteiro neste ano pagou de imposto predial 82:000\$000 e o Convento do Carmo, 22:000\$000 (Avelino, 1884), o que mais uma vez demonstra a grandeza do patrimônio beneditino. Um aspecto que salta aos olhos é o pagamento ao fisco ser bem superior à renda gerada pelos aluguéis e pelos aforamentos dos imóveis, dificuldade que vai persistir até o final do Século XIX e primeiras décadas do Século XX quando o Mosteiro mudou sua estratégia de atuação no mercado imobiliário.

Para saldar sua dívida com o fisco, pelos impostos devidos de seus prédios urbanos, o Mosteiro em 1891 vendeu as fazendas de Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena e Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro. Grande parte da importância recebida desta venda ficou retida pelo Tesouro para pagamento de impostos atrasados (Rocha, s.n.t.)<sup>24</sup>. Esta venda foi favorável aos compradores, pois no governo de Campos Salles (1898-1902) havia uma política de incentivo agrícola visando à melhoria do abastecimento da cidade.

Apesar de haver uma pequena tendência à especialização do espaço da cidade do Rio de Janeiro com a chegada da Corte Portuguesa, até o final do Império as construções não se distinguem por um uso específico. Havia negócios convivendo com moradias. O governo municipal tratou de regulamentar as construções (recuo das fachadas, entre outros) visando ao alargamento das ruas. A expansão da trama urbana pode ser verificada pelo número de ruas: os 75 logradouros em 1808 se elevam para 2 000 em 1890, com iluminação a gás e calçamento em muitas delas. Cabe lembrar que a partir de 1853 grandes obras foram iniciadas na cidade, como aquelas do Porto do Rio de Janeiro, concluídas em 1876. Ainda visando a melhorar os transportes, as estradas de ferro são construídas para ligar a cidade com as fazendas do café na província.

<sup>22</sup> Foi o caso da Fazenda Iguaçu que, com a construção da E. F. Leopoldina, virou um pantanal. Apenas em 1922 foi desapropriada e finalmente dragada.

<sup>23</sup> Em 1875 o Governo Imperial seguindo ainda uma política de retaliação do clero edita um Aviso em que não reconhece as profissões religiosas feitas no estrangeiro, forma alternativa que os mosteiros tinham encontrado para manter o noviciado.

<sup>24</sup> A dívida que era de 40 contos de réis foi saldada com a venda à Companhia de Engenho Central de Açúcar e Alcool e ao Banco de Crédito Móvel S/A. Os recursos obtidos totalizaram 240 contos de réis.

## AS PROPRIEDADES BENEDITINAS NO SÉCULO XX

Cabe ressaltar que a partir de 1890 são feitas novas obras de melhoria do Porto do Rio de Janeiro, na área que ia da Prainha até a Enseada da Gamboa. A gestão de Pereira Passos, reconhecida pela sua reforma urbana, marca a transferência e a modernização do porto.

A animosidade contra o clero foi abrandada com a Proclamação da República, quando a Igreja se separou do Estado e as ordens religiosas transformaram-se em sociedades administradoras de seus bens. Há, contudo, um fato ocorrido em maio de 1903 precedido por uma intensa campanha de órgãos da imprensa sobre a situação de conflito entre os abades do Rio de Janeiro e Salvador. Nesta data o Abade Ramos participou de um comício na Praça Tiradentes contrário à entrega do Mosteiro aos estrangeiros, cuja consequência foi a invasão do Mosteiro por Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, e populares. Os beneditinos cariocas foram escoltados para o Morro da Conceição enquanto a multidão gritava "morram os frades" e invadia a abadia. Os padres fugiram e o exército ocupou o Mosteiro durante semanas.

Ainda relativamente à reforma urbana de Pereira Passos no início do Século XX citamos o surgimento no centro da cidade dos imóveis próprios para lojas e escritórios e dos edifícios mais altos. Data de 1906 o início da construção de um prédio de uso misto que em 1916 tornou-se o primeiro estritamente comercial da cidade: a Casa Mauá, Proprietário: o Mosteiro de São Bento<sup>25</sup>. Com a abertura da Avenida Rio Branco e o alargamento de várias ruas, o Mosteiro foi desapropriado e se comprometeu a construir vários prédios em novos terrenos que foram doados e a reformar outros anteriormente interditados pela Prefeitura.

Senão vejamos: para o alargamento das Ruas dos Pescadores, dos Quartéis, do Bragança e da Prainha (que nesta época passou a se chamar rua do Acre), bem como

para a abertura da Av. Central e para os trabalhos de melhoria do Caias do Porto, foram feitas desapropriações de 43 casas nas Ruas São Bento, Quitanda, Pescadores, Prainha e no Beco dos Cachorros. Para a abertura da Rua D. Gerardo prédios inteiros foram destruídos nas Ruas dos Quartéis, Conselheiro Saraiva e São Bento. Com as obras, já ficaram pertencendo ao Mosteiro terrenos nas Ruas da Prainha, São Bento, Conselheiro Saraiva e na futura D. Gerardo.

Das 194 casas do Mosteiro, em 1903, restaram, em 1911, 99, das quais 23 foram construídas, 38 reconstruídas, 12 reformadas e 17 compradas. O Governo havia desapropriado 83 casas e o Mosteiro vendera 24 delas. Parte do dinheiro das desapropriações foi aplicada em terrenos e casas nos subúrbios, como na zona da E. F. Leopoldina, local de moradia proletária, e nos bairros da Tijuca e Alto da Boa Vista, na zona norte, de tradição aristocrática. Estes novos imóveis rendiam de 18 a 20%, enquanto os desapropriados por serem considerados decadentes, apenas 5 a 6%.

Tal decisão demonstra o sentido de oportunidade dos beneditinos, pois, a partir da reforma de Pereira Passos, consolidou-se a tendência de segregação espacial das classes. As menos favorecidas expulsas do centro migraram para os subúrbios da zona norte onde a atividade de parcelamento de terras rurais consolidava-se. O déficit habitacional popular que já existia se viu incrementado com dita reforma que destruiu casas e cortiços (Abreu, 1987 e Benchimol, 1992).

As indenizações, segundo o Mosteiro, foram irrisórias, porém os religiosos beneditinos receberam terrenos na Av. Central (hoje Av. Rio Branco, cujo metro quadrado é um dos mais altos da cidade), com a obrigação de construir em dois anos. Essas obras só foram possíveis através de empréstimos na praça de Londres. Esses empréstimos foram considerados desastrosos por causa da desvalorização da moeda e da crise econômica. Eles tiveram início em 1903 quando a Ordem Beneditina obteve a carta de arrematação de um espólio no Alto da Tijuca e comprou imóveis pertencentes à Cia. de Loterias Nacionais do Brasil no mesmo bairro, continuaram em 1905 para obtenção

<sup>25</sup> Como as fachadas eram estreitas, a Prefeitura promoveu um concurso para a escolha do melhor projeto. O vencedor foi um prédio neogótico, de propriedade do Mosteiro, denominado Casa Mauá, de 4 pavimentos, 192 salas e 19 lojas térreas. Este prédio deu lugar recentemente ao Rio Branco 1, prédio de última geração construído pela João Fortes Engenharia que comprou o terreno ao Mosteiro em troca de andares inteiros no prédio.

de recursos utilizados no alargamento da Rua do Acre, antiga Rua da Prainha, onde a Ordem possuía o domínio direto dos terrenos, em 1907 com a hipoteca de vários bens urbanos e, finalmente, em 1913, empréstimos por debêntures para a construção de prédios na Rua D. Gerardo (ver A.M.S.B. código Empréstimo de Londres). As dificuldades para o pagamento dos juros obrigaram o Mosteiro a vender parte de seus bens a partir de 1914.

Em 1º de setembro de 1906 foi assinado um acordo entre a Prefeitura e o Mosteiro onde se reconheceu a propriedade do Mosteiro na área que ia da Capitania dos Portos até a Travessa de Santa Rita, antigo muro dos limites do Mosteiro de São Bento, chegando à atual de Inhaúma. Contudo, por esse acordo, foi imposto ao Mosteiro assinar a escritura de doação de todo o terreno aforado que o Arsenal ocupava desde o cais dos Mineiros até a Praça Mauá, incluindo a Ilha das Cobras (Macêdo, 1981).

O Código Civil de 1917 extinguiu os aforamentos perpétuos que passaram a ser considerados como arrendamentos. Mesmo assim os foros ficaram cada vez menores, o que resultou na venda de vários imóveis em 1930. Esta situação, desfavorável aos proprietários fundiários e imobiliários que se dedicavam à acumulação rentista, se degrada ainda mais a partir da legislação de 1942 que controlou os preços dos aluguéis.

Entre 1924 e 1943 o Mosteiro empreendeu várias transações relativas à exploração agrícola. Foram vendidas e compradas fazendas e sítios, todas experiências fracassadas e que acarretaram muitos prejuízos. Como solução, a O.S.B. solicitou à Santa Sé a permissão para, aos poucos, ir remindo os terrenos onde ainda se encontravam foreiros.

Entre 1851 e 1950 o Mosteiro acumulou os seguintes imóveis e terrenos na área central: pelo menos 187 prédios, mais de 54 terrenos e de 6 casas, 5 lojas, mais de 4 salas comerciais e de 12 armazéns<sup>26</sup>. Um

detalhe importante a ser citado diz respeito à existência na cidade, em 1885, de 31 trapiches em atividade. Segundo Macêdo (1981) a *dilapidação* do patrimônio da O.S.B. foi decorrente de má administração, que mantinha os contratos de aluguéis dos melhores prédios a baixos preços e a prazos longos. Os dados encontram-se no Mapa 4 (encartado) onde tivemos de optar em não desenhar a avenida Central, hoje Rio Branco, para não causar problemas de visualização.

No início dos anos 50 o Mosteiro ainda restaurou algumas de suas casas antigas, derubou outras e construiu novas edificações visando à locação. Entretanto esta renda deixou de ser atrativa a partir de meados dos anos 60 quando a atividade de construção civil de cunho capitalista, a chamada promoção imobiliária, consolidou-se no Rio de Janeiro apoiada pela concentração de renda, pelas políticas de remoção de favelas que criam novos espaços para a construção de moradias para as classes média e alta e pela criação do Sistema Financeiro Habitacional. Uma das conseqüências foi o aquecimento do setor que acarretou um processo de especulação no preço dos imóveis, na queda do valor dos aluguéis concomitantemente ao surgimento de alternativas de investimento mais estimulantes, sobretudo aquelas relacionadas ao mercado financeiro.

Uma das saídas que coube ao Mosteiro foi de permutar seus terrenos aforados no centro por salas comerciais, ficando a reboque das decisões do setor imobiliário capitalista, que se tornou o agente fundamental nas determinações dos caminhos de expansão da cidade.

Podemos, através dos dados a seguir, verificar o patrimônio beneditino de 1950 até 1992 na área central da cidade: 2 casas e sobrados, 23 prédios, 70 salas de escritórios, 51 lojas, 4 armazéns, 10 terrenos, 21 andares em prédios comerciais e 3 apartamentos, elementos que podem ser observados no Mapa 5 (encartado)<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Fora do eixo central, nos bairros de Botafogo e Flamengo, possuía terrenos e apartamentos. No Alto da Boa Vista, 2 prédios. Ainda possuía terrenos na Estrada da Gávea, na zona sul e em Camorim e Vargem Grande, zona oeste.

<sup>27</sup> Em bairros contíguos ao centro como a Lapa e a Saúde, vários imóveis. Fora do centro, na zona sul da cidade, apartamentos e terrenos aforados na Barra, em Copacabana, em Botafogo, no Flamengo, em Laranjeiras, no Catete e na Glória. Na Barra possui ainda uma loja. Na zona norte, na Tijuca, em Benfica e em Inhaúma, várias propriedades. Finalmente, na zona oeste, no bairro de Paciência, os beneditinos venderam uma grande propriedade para a construção de moradias populares através da COHAB/RJ. O Mosteiro possui ainda 117 hectares de terrenos aforados em Campos e em Niterói.

## CONCLUSÕES

O Tema de discussão colocado pelo trabalho refere-se ao papel indutor da conformação urbana colonial desempenhado pelas ordens religiosas no Rio de Janeiro, como também nas demais vilas, povoados e cidades do Brasil até a promulgação da Lei de terras em 1850. Na verdade esta indução se estende até a proclamação da República: a concessão de datas continuou apesar da lei declarar as terras devolutas propriedades do Estado.

Este domínio relaciona-se ao poder político exercido pelos religiosos. Podem ser lembrados os conflitos entre a Câmara e as ordens religiosas quanto à utilização dos espaços da cidade, e os acordos feitos com o Poder Central também relativos ao uso do solo.

Entendemos que a utilização da terra sempre determina seu valor. O desenho de uma cidade reflete os processos de parcelamento e de acumulação do patrimônio territorial tanto público quanto o privado, assim como também reflete as forças em jogo de uma sociedade.

O Mosteiro de São Bento ao receber datas de terras era obrigado, segundo a legislação das sesmarias, a ocupá-las para não perder a posse. No caso urbano essa ocupação se deu através de aforamento das terras ou da edificação de moradias, que eram arrendadas. Essa prática foi favorecida pela produção, nas fazendas agrícolas, das matérias-primas básicas para a construção. A renda originada pelo pagamento dos aluguéis tornou-se uma das principais fontes de rendimentos para a Ordem. Devemos apontar para a auto-suficiência das

ordens religiosas: da produção agrícola à produção manufatureira de matérias-primas para moradias, à acumulação da renda fundiária urbana.

Cada ordem dominava uma determinada parcela dos territórios urbanos e rurais. Essa dominação se expressava não apenas pela produção econômica, como também pela influência ideológica e social exercida. Na cidade do Rio de Janeiro a área de influência dos beneditinos estava localizada próxima ao porto - um dos locais mais valorizados em decorrência do modo de acumulação dominado pelo capital comercial português. Tal fato vem a corroborar a idéia de seu poderio econômico.

A influência na evolução da cidade pelos religiosos em geral, e os beneditinos particularmente, também pode ser percebida pela criação de normas urbanísticas relativas à localização dos edifícios sacros que, por sua vez, determinaram no Rio Colonial os caminhos da expansão da cidade.

Esse vetor de expansão representado pelas ordens foi substituído pelos setores capitalistas da produção imobiliária e do espaço da cidade do Rio de Janeiro no final do Século XIX.

Finalmente, com a valorização dos imóveis e a desvalorização dos aluguéis habitacionais, o Mosteiro iniciou a venda de alguns de seus terrenos no perímetro central urbano em troca de salas comerciais extremamente valorizadas em um contexto de afirmação do capitalismo industrial e da forma mais sofisticada da produção imobiliária via promotores imobiliários.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, M.A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

AFORAMENTOS, inventário sumário. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987. (Coleção Biblioteca Carioca, v.2).

ALMEIDA, C.M. *Direito civil eclesiástico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1866.

ANDRADE, F.P. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola Politécnica, 1966.

- OS ANTIGOS conventos e seus bens em face da constituição de 24 de fevereiro de 1891 e da lei de 10 de setembro de 1893. São Paulo: Cardozo Filho, 1911.
- ANNUÁRIO DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: DISTRITO FEDERAL. Rio de Janeiro: Directoria Geral da Política Administrativa, v. 2, 1910/1911.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Directoria de Estatística e Archivo, v. 3, 1912/1916.
- AVELAR, H.A. Organização e vida político-administrativa e eclesiástica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 288, 1970.
- AVELINO, J. *Questões sociais, conversão dos bens do Convento*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1884.
- BARREIROS, E.C. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio, 1565/1965*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.
- BENCHIMOL, J.L. *Pereira Passos: um Hausmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- CASTRO, M. Parcelamento territorial do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 288, 1970.
- CÉZAR, P.B., CASTRO, A.R.V. *A Praça Mauá na memória do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ex. Libris, 1989.
- COARACY, V. *Memórias do Rio de Janeiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- COSTA, N. *O Rio através dos séculos a história da cidade no seu IV centenário*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- CRULS, G. *Aparência do Rio de Janeiro* (notícia histórica e descritiva da cidade), Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. 2v.
- DOCUMENTOS que comprovam o domínio direto do Mosteiro de São Bento sobre as terras situadas em Botafogo em 1734. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, [19 \_\_?]
- EDMUNDO, L. *A corte de D. João no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. 3 v.
- \_\_\_\_\_. *O rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1956. 3v.
- FAZENDA, J.V. Antiquarhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 88, 1920.
- \_\_\_\_\_. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 89, 1921.
- \_\_\_\_\_. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 93, 1923.
- FRIDMAN, F., RAMOS C.A.F. A história da propriedade da terra no Brasil. *Cadernos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, dez. 1991.
- GALVÃO, R. Apontamentos históricos sobre a Ordem Benedictina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N.S. de Monteserrate da Ordem Patriarcha S. Bento desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, t.35, 1872.
- \_\_\_\_\_. *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro: Abbadia Nullius de N.S. do Monserrate: o seu histórico desde a fundação até o ano de 1927*. Rio de Janeiro: Ribeiro, 1927.
- Gerson, B. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Souza, 1954.
- LACOMBE, L.L. Ordens religiosas, irmandades e confrarias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 288, 1970.
- LIVRO do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, t. 82, 1962.



- LUNA, J.G. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.
- MACÊDO, D.L. *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento*. Rio de Janeiro: Lumen Chisti, 1981. 5 v.
- MARX, M. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Universidade de São Paulo: Nobel, 1991.
- OCTAVIO, R. O patrimônio territorial do Mosteiro de São Bento em Botafogo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.159, 1929.
- OLIVEIRA, O. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil: período da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.
- REGIMEN legal dos bens das ordens religiosas perante a constituição e mais leis brasileiras. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1912.
- RIO DE JANEIRO, uma cidade no tempo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- RIOS, A. Morales de los. Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII: 1567-1699. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.288, 1970.
- ROCHA, M.R. *Guia documental das antigas fazendas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro em Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande*. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, [19\_\_?].
- \_\_\_\_\_. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio H.M.F., 1991.
- RUDGE, R.T. *As sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo: Kosmos, 1983.
- THOMAS, K. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TOMBO dos bens pertencentes ao Convento de N.S. do Carmo na capitania do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional*, t.57, 1937.

## RESUMO

O objetivo do texto é relacionar a constituição do embrião urbano carioca e das grandes propriedades territoriais acumuladas pela ordem beneditina. Durante o período colonial, prolongando-se até a Proclamação da República, os grandes patrimônios fundiários e imobiliários - sobretudo os religiosos - foram os vetores fundamentais da ocupação e dos caminhos de expansão da cidade. Verificamos, através de dados primários levantados junto ao arquivo do Mosteiro de São Bento que se tornaram base para a elaboração dos mapas apresentados, que os monges beneditinos acompanharam os movimentos da economia como também as necessidades impostas pelo processo de urbanização. Esse vetor de expansão representado pelas ordens religiosas foi substituído pelos setores capitalistas da produção imobiliária no século XX, principalmente a partir dos anos 60.

# O COMÉRCIO DE RUA NA FRONTEIRA NOVA DIMENSÃO DE UMA PRÁTICA TRADICIONAL\*

*Neiva Otero Schaffer\*\**

No processo de urbanização latino-americano e brasileiro a presença do comércio de rua é um fenômeno comum. Há mais de duas décadas sua expansão vem sendo apontada em metrópoles do País. O papel dessa atividade no conjunto das atividades econômicas, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e as perspectivas de renda geradas nesse âmbito da produção são questões polêmicas.

As referências ao comércio de rua e à presença de ambulantes em cidades do País, bem como os estudos realizados sobre essa modalidade de comércio em cidades do Rio Grande do Sul, indicam, para o contexto atual, novos aspectos que revestem e modificam as características mais tradicionais dessa atividade e seu papel na organização dos espaços centrais das cidades. Entre estes situam-se:

- a ampliação do número de camelôs em relação à população trabalhadora e o aumento significativo daqueles que se dedicam à venda de manufaturados (roupas, calçados, brinquedos, material esco-

lar, etc.), sobretudo de eletroeletrônicos (os "camelôs eletrônicos" que se abastecem no Paraguai), em relação aos que vendem artesanato, flores ou verduras e que predominavam até períodos recentes;

- a complexidade da trama de relações com a indústria e com o comércio regularmente estabelecidos e a extensão, sobre o território, da rede de abastecimento, definindo vínculos regionais de complementaridade econômica, anteriormente não registrados ou, pelo menos, não na intensidade atual;
- a fluidez espacial e a agilidade de deslocamento territorial de um dado segmento de ambulantes, acompanhando o fluxo de consumidores, como se verifica em relação aos locais de veraneio e à fronteira meridional do País, no momento presente;
- a diversidade e inconsistência de tratamento do poder público local (das municipalidades) na mediação dos interesses que conflitam as relações entre ca-

\* Recebido para publicação em 30 de maio de 1994.

\*\* Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 56 (1/4): 219 - 238, jan./dez. 1994

melôs e comércio formal e entre came-lôs e moradores; e

- a resistência que esta forma de ocupação representa à escassez de postos de emprego e às dificuldades impostas pelo estado à regularização do trabalho, para determinados segmentos da população urbana, bem como as perspectivas de acumulação que comporta para outros segmentos.

Entende-se, como Azevedo (1993, p.99), que a produção e as atividades informais não correspondem a situações transitórias, mas a "*...um fenômeno estrutural com características singulares, ...e que reflexões engajadas em uma realidade concreta bem podem contribuir para um conhecimento mais fino de questões teóricas relativas a seu funcionamento...*", na medida em que o setor informal é "*...uma construção social...*" cuja representação ocorre "*...no âmbito de conjunturas e de histórias locais*".

A partir desse entendimento, pretende-se, neste texto, situar alguns elementos do comércio de rua pertinentes ao seu crescimento e às suas características em relação à configuração tradicional, tomando como exemplo situações verificadas no Rio Grande do Sul e, em especial, o caso de Uruguaiana, principal centro de passagem de argentinos em trânsito no Brasil e onde houve o crescimento rápido da presença de camelôs<sup>1</sup>, enquanto uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhando a forte desvalorização da moeda brasileira em relação à platina a partir de 1990.

## PARA ENTENDER OS CAMELÔS: AS REFERÊNCIAS AO SETOR INFORMAL

Os estudos sobre o setor informal da economia urbana, segundo Cavalcanti (1987,

p. 499) e Barros (1988, p.105), foram introduzidos no Brasil no início dos anos 70. Ainda que tenham apresentado progressos, carecem de atualização, sobretudo em face das dimensões que vem apresentando o comércio de rua em muitos centros, mesmo não metropolitanos, e das interligações que mantém com outros setores da economia urbana e regional. Barros (1993) faz uma avaliação bibliográfica sobre o setor informal indicando a atenção especial que é dada à potencialidade do setor em oferecer condições de renda, com reduzido investimento em capital, a uma quantidade considerável de força de trabalho.

Enquanto uma revisão teórica, o trabalho de Azevedo (1985, p.7) retoma e discute diversos autores que trataram o tema, salientando as abordagens mais significativas, ao mesmo tempo em que aponta "*...o alto nível de generalização do que é chamado de setor informal, sendo ignorada, portanto, a grande heterogeneidade interna que ele apresenta*".

Cavalcanti (1987) reforça essa afirmativa. Admite que há uma "*...imprecisão conceitual e uma variedade de interpretações que fazem da noção de setor informal uma esfera de grandes embates teóricos, metodológicos e de pesquisa empírica*". Os diversos termos coletados pelo autor para o setor (economia subterrânea, economia oculta, irregular, invisível, negra, não-estruturada, desprotegida, tradicional, clandestina, informal, etc.) que inclui a venda de rua (o camelô), são, segundo ele, indicativos de uma economia que "*...obedece, em muitos casos, a regras de comportamento que fogem à racionalidade do modelo econômico convencional*" (p.500), economia esta que está mal conhecida e que "*...opera às claras, com múltiplas conexões, inclusive com os circuitos superiores...*". Para o autor (p.503) "*...a impressão que se tem no contato com a vasta literatura sobre o setor informal é a de que não se pensa a respeito*

<sup>1</sup> Os termos camelô e ambulante têm sido empregados sem maiores preocupações de delimitação conceitual para os vendedores que usam as ruas como espaço de trabalho. Em estudo sobre o setor informal na cidade de Lima, Soto (1986, p. 104) delimita o "comércio ambulante": "*...duas atividades definidas: a do vendedor que perambula pela cidade oferecendo produtos ou serviços sem um lugar fixo para se estabelecer, e a do comerciante que exhibe mercadorias ou presta serviços a partir de um ponto fixo na via pública. (...)* Conseqüentemente, o termo 'comércio ambulante' é ambíguo, dado que nem todos os 'ambulantes' perambulam, mas é a denominação mais difundida". Neste trabalho, o termo camelô será usado para designar vendedores de rua que ocupam regularmente um mesmo ponto de venda e também para todos aqueles que trabalham na área conhecida como "Baixada", em Uruguaiana, seja mantendo um ponto, seja perambulando na área para vender mercadorias.

nessa categoria como sendo algo tão extenso quanto parece ser na realidade".

Posição similar assume Sorj (1993, p.42) ao tratar o comércio de rua no Rio de Janeiro. Afirma que "...os ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida sociologicamente..." e que hoje "...estão muito distantes da população típica do setor informal construída pelo senso comum e pelos estudos sociológicos da década de 70" (p.43). Para a autora, de modo geral, "...o setor informal é visto com as seguintes características: 1. ser receptáculo dos desempregados do setor formal da economia; 2. promover a sobrevivência em bases extremamente precárias; 3. permitir acesso fácil devido aos baixos níveis de exigência desta atividade; 4. atrair uma população com traços particularmente acentuados, como baixa escolaridade, recém-egressos do meio rural, mulheres, velhos e crianças" (Sorj, 1993, p.42). Tais características, segundo a autora, não mais correspondem ao perfil do universo de camelôs em atividade.

Para a maioria dos pesquisadores, sobretudo para os que publicaram seus trabalhos na década de 80, é acentuada a relação entre o aumento de ambulantes e a redução dos empregos no setor formal. Independente dos enfoques e do material empírico que sustentam a argumentação, naqueles estudos está presente a importância crescente do setor no que tange à ocupação de trabalhadores urbanos. Cacciamali (1989) assinala esse fato ao analisar trabalhos sobre o setor informal na América Latina e ao mostrar os dados sobre o crescimento do trabalho por conta própria entre a População Economicamente Ativa (PEA) urbana em todas as regiões do País, no período de 1979/86.

Baseada naqueles trabalhos, a autora questiona o enfoque majoritário que é dado ao papel do setor, enquanto espaço de ocupação de trabalhadores que não conseguem se vincular a um emprego no setor normal, por escassez dos mesmos. Nessa perspectiva, o setor informal, entre os quais se incluem os camelôs, "...tenderia a desaparecer (...) com o crescimento econômico". A autora (p.46) contrapõe-se a esse enfoque argumentando via forma de inserção na produção e pelo fato de que o setor possui "...um espaço permanente na teia das re-

lações capitalistas de produção". Da mesma forma posiciona-se Sorj (1993, p.42), para quem "...a análise do comércio ambulante ...não pode ficar presa à variável desemprego..." e que "...a grande maioria se desligou voluntariamente da ocupação anterior, o que contraria a afirmação de que este setor reúne os desempregados ou aqueles que não obtêm colocação no mercado formal".

Numa linha similar de raciocínio, Azevedo (1985, p.79) desenvolve sua argumentação. Para a autora "... a distribuição de mercadorias realizadas pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam acesso a eles. (...) Seria o caso dos camelôs, (...) Esses trabalhadores nada mais são do que uma espécie de extensão das empresas capitalistas, uma vez que se constituiriam em um último elo da cadeia de sua comercialização". Em trabalho mais recente, no qual trata da pequena produção manufatureira, Azevedo (1993, p. 98) critica a visão do setor informal como um desvio em relação à expectativa de um processo linear de modernização, que decorreria de "...uma concepção etnocêntrica e hierarquizada de desenvolvimento, fundada em uma imagem mítica dos países subdesenvolvidos".

O trabalho de Santos (1979), analisando a economia urbana tendo em vista a especificidade do espaço do Terceiro Mundo, representa uma referência indispensável. Os conceitos de circuitos (superior e inferior) da economia urbana dos países subdesenvolvidos e a caracterização que dos mesmos faz o autor, estão presentes na maioria dos trabalhos sobre o setor informal na economia urbana, já que fornecem indicativos indispensáveis para a análise sobre o comércio de rua nesses países.

O papel desse comércio no conjunto das atividades econômicas, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e as perspectivas de renda geradas nesse âmbito da produção são temas polêmicos. Vilorio (1991) é exemplar no sentido de questionar o conceito de "informalidade", de viés econômico, para as diferentes formas ("multiformalidade") de resistência e de sobrevivência das camadas menos favorecidas, e

de questionar a visão reducionista que relaciona informalidade com pobreza urbana, tão freqüentes nos estudos que tratam do tema.

O que se depreende da leitura dos trabalhos já elaborados é a complexidade e a diversidade de formas e enfoques que circundam a temática, a par de uma escassez de estudos concretos que procurem analisar suas diferentes manifestações e seus efeitos socioespaciais. As referências teóricas ao comércio de rua nas cidades latino-americanas conduzem, por outro lado, a raciocinar em termos de sua permanência e consolidação, em face do contexto econômico e do papel do estado (burocrata e tributarista). Este comércio posiciona-se como uma via alternativa à forte ingerência do estado na formalização e uma atividade produtiva e ao crescimento vagaroso dos setores ditos legais.

## OS CAMELÔS NA FRONTEIRA: A SITUAÇÃO EM URUGUAIANA

Tratar da importância que assume o comércio na origem e no desenvolvimento de núcleos urbanos situados junto ou próximos às linhas de fronteira não implica nova contribuição. Bentancor (1993, p.2), ao tratar do comércio de fronteira generaliza, afirmando que *"...el sistema fronterizo se basa en el intercambio comercial (legal y ilegal). La base de este intercambio se nutre de las diferencias de: a) precios de las mercaderias por las diferentes escalas de las economias envueltas; b) del regimen cambiario; c) de las diferencias de costos; etc..."*. Esse tipo de assertiva está presente em diversos autores.

Nesse comércio de fronteira e atuando paralelamente ao comércio regular, a presença dos camelôs nunca foi um fenômeno alheio à fronteira. Não há registros, no entanto, de que eles tenham chegado a constituir mais que alguns elementos esporádicos no conjunto dos trabalhadores daquelas cidades. Porém, o que se verifica nos últimos anos é o estabelecimento de bancas/pontos de vendas com uma freqüência maior, mar-

cando determinadas áreas e promovendo o debate quanto à sua permanência e quanto à legalidade dessa função. Não são raros os conflitos com o comércio formal.

Em relação ao Rio Grande do Sul, como situação concreta de análise neste trabalho, há uma face específica do comércio de rua na fronteira a ser considerada. Ao comércio regular efetuado ao longo da linha de fronteira com o Uruguai e com a Argentina, desde os primórdios da ocupação territorial, associa-se, no momento, uma situação cambial privilegiada para compras no Brasil, o que tem intensificado o comércio de fronteira. Esta intensificação comercial, por sua vez, faz com que um número significativo de camelôs convirjam para essas cidades fronteiriças, influenciando na evolução das mesmas.

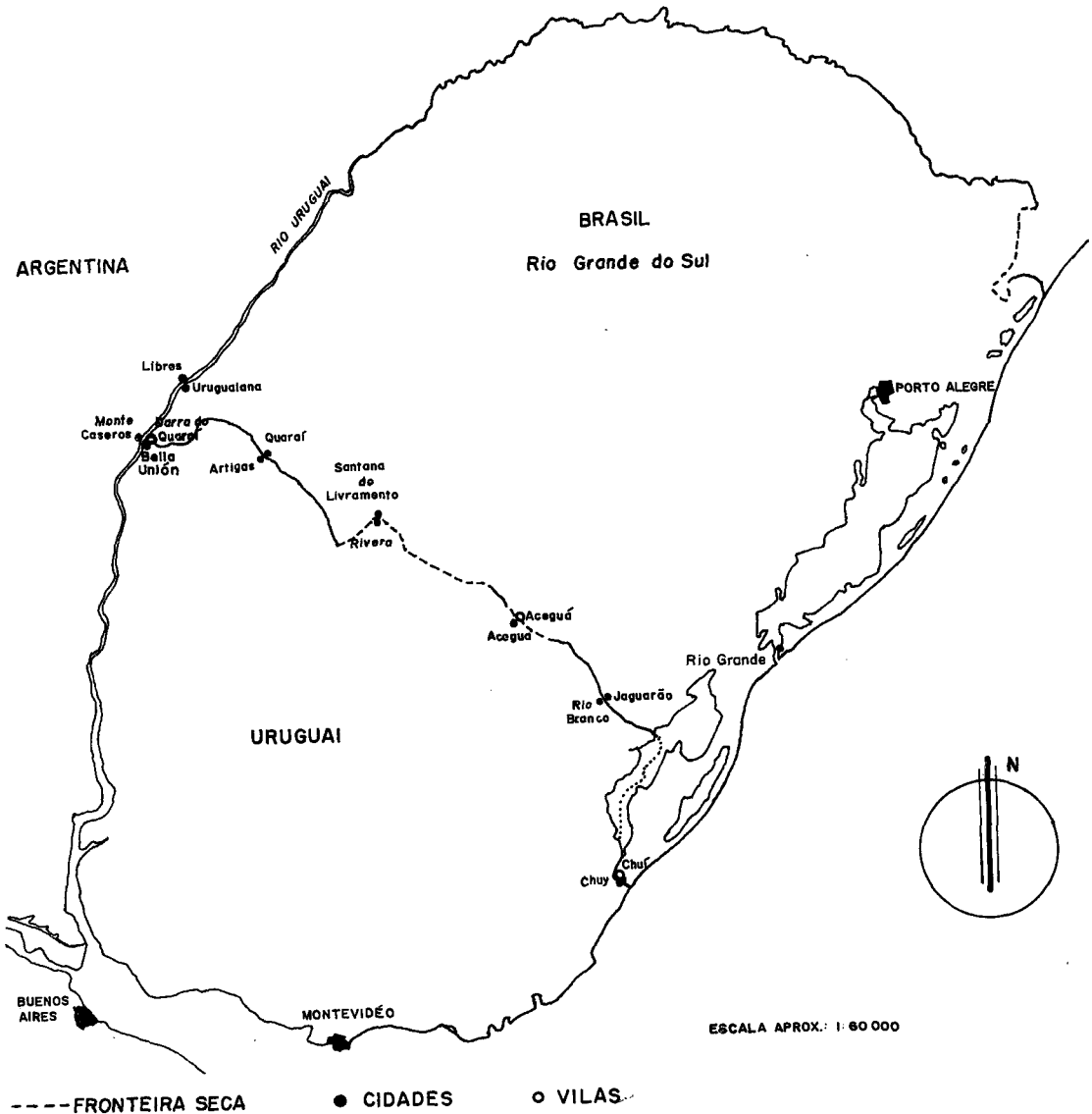
Na fronteira meridional do Rio Grande do Sul, é em Uruguaiana, cidade localizada junto ao rio Uruguai e a segunda maior cidade brasileira na fronteira com a Argentina, que o aumento dos camelôs assume um caráter excepcional, com reflexos de diversas ordens sobre a estrutura e o funcionamento da cidade.

No Mapa 1 estão indicados os núcleos da fronteira meridional do Rio Grande do Sul, além da Capital e da cidade de Rio Grande, citadas no texto para comparação com Uruguaiana.

Soto (1986, p.102), ao analisar os dados estatísticos referentes aos ambulantes existentes em Lima, em 1985, conclui que *"...a contribuição do comércio ambulante para a economia do País é considerável"*. Eram 91 455 ambulantes para uma população de mais de 4 milhões de habitantes, ou seja, havia um ambulante para cerca de 50 habitantes. Em Uruguaiana, em 1992, esse valor correspondia a um camelô para menos de 20 habitantes, o que dimensiona o setor na cidade.

Os camelôs que hoje atuam em Uruguaiana correspondem aos vendedores de rua que Santos (1979, p.172) denomina de *"sedentários"*, isto é, aqueles que têm um local fixo de vendas, que têm um ponto em calçada ou que perambulam exclusivamente pelas ruas centrais da cidade.

### MAPA 1 NÚCLEOS URBANOS NA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI



Tanto em Uruguaiana como na cidade argentina próxima (Paso de los Libres), até o início dos anos 80, a presença de ambulantes acompanhava o movimento pendular do

comércio de fronteira, definido pelas variações cambiais. Estabeleceram-se nas áreas mais próximas à ponte internacional, isto é, junto ao principal fluxo de eventuais

compradores, em território do País cuja moeda estivesse momentaneamente desvalorizada. Comercializavam basicamente os produtos de seus respectivos países<sup>2</sup>. Essa "economia básica flutuante" resulta, então, da forte dependência da fronteira para com a desvalorização da moeda que, sob a forma de "crise", chega rapidamente a uma das fronteiras e vivifica, de forma aparentemente paradoxal, as atividades de comércio que ali se desenvolvem. No dizer de um comerciante local: *"...a fronteira vai bem quando o país está mal"*. A depreciação da moeda nacional atrai compradores do país limítrofe e favorece o comércio e os serviços locais.

Em Uruguiana, o comércio realizado por camelôs e envolvendo centenas de pessoas existe há mais de uma década, conforme Pires e Lopes Filho (1993, p.2). Estes autores historiam o surgimento do "camelódromo": *"No começo as pessoas vendiam suas mercadorias no centro da cidade, oferecendo-as nas mãos ou estendidas nas calçadas. Há cerca de dois anos foi determinado que os camelôs deveriam vender em um só local... Foi escolhido um local para que fosse feito um camelódromo, mas não havia no centro uma área para abrigar tantos camelôs. Primeiramente foram cadastrados 500..."*.

Portanto, foi a partir do início dos anos 80, com melhores condições de compra para a moeda argentina, que os camelôs passaram a se concentrar em Uruguiana, ocupando as ruas que dão acesso à ponte. Os três últimos anos (1991 a 1993), com situações de maior valorização do peso argentino, responderam pelo aumento do número de barracas no lado brasileiro, muitas das quais atendidas por camelôs que não são naturais da cidade, mas que provêm de migração recente para a cidade<sup>3</sup>. A atuação desses camelôs gerou a formação de uma área identificada como "Baixada".

## OS CAMELÔS EM OUTROS NÚCLEOS DO SUL DO ESTADO

Ainda que neste texto pretenda-se destacar a presença de camelôs em Uruguiana não é irrelevante, porém, o crescimento desse segmento em outros núcleos da fronteira. O estudo de Albornoz (1993) aponta as características recentes de localização e expansão dos camelôs em Sant'Ana do Livramento e Quaraí - cidades conurbadas, respectivamente, com Rivera e Artigas, no Uruguai. São numerosos também os camelôs em Jaguarão e na vila do Chuí.

Fixam-se junto à linha divisória em Sant'Ana do Livramento. Misturam-se camelôs brasileiros e uruguaios sem preocupação com os limites territoriais. A maioria das barracas está no Brasil, mas 57% delas é atendida por uruguaios (riverenses). Destes, por sua vez, 30% moram em Sant'Ana do Livramento aproveitando as melhores condições, no momento, para aluguel/compra da moradia no lado brasileiro, peculiaridade muito própria de uma "fronteira seca", como ali ocorre. Em Quaraí, apesar da prefeitura ter estabelecido um local para o comércio de rua, os camelôs procuram a proximidade da ponte entre as duas cidades.

Ambas as cidades (Sant'Ana do Livramento e Quaraí) salientam-se pelo crescimento no número de barracas em relação a períodos precedentes e pelo aumento do número de camelôs em relação à população trabalhadora, quando comparadas com outros centros urbanos gaúchos, não fronteiriços. No entanto, nelas, o número de camelôs fica muito aquém dos que atuam no comércio de rua em Uruguiana. Tal fato pode-se observar na tabela que segue e que indica a relação entre o número de habitantes e de camelôs em algumas cidades do estado.

<sup>2</sup> Os trabalhos sobre ambulantes até a década de 80, ao indicarem as mercadorias comercializadas, apontam alimentos, roupas de baixa qualidade, artesanato. Os textos atuais salientam a presença majoritária de produtos industrializados e dos "eletrônicos importados", demonstrando a alteração da fonte de abastecimento: da produção doméstica, informal, para a indústria sediada em pontos distantes do território e, mesmo, fora do Território Nacional.

<sup>3</sup> Os levantamentos de campo para o trabalho foram realizados no período de agosto a outubro de 1992. Foram aplicados 64 questionários entre camelôs estabelecidos em Porto Alegre e 65 em Uruguiana e que trabalham com os mesmos produtos. Em Uruguiana, além dos questionários, foram realizadas 12 entrevistas não-diretivas com camelôs. Para a aplicação dos questionários houve a participação de alunos da disciplina Geo-181 do Departamento de Geografia da UFRGS. Os demais dados foram obtidos através de entrevistas com lojistas, consumidores, sindicato e junto às prefeituras locais.





## ÁREA OCUPADA PELOS CAMELÔS EM LIVRAMENTO E JAGUARÃO

Martins (1993), identificando o crescimento de camelôs no centro da cidade de Rio Grande, aponta menos de 80 camelôs para uma população de cerca de 150 mil habitantes. Segundo o autor "...situam-se na Praça Tamandaré. Embora ocupem essa área, o alvará obtido junto à Prefeitura indica, como área permitida para atuação, vilas e bairros da cidade". A presença do balneário de Cassino, bairro da cidade, comporta uma realidade diferenciada: a do camelô que acompanha o fluxo de veranistas (consumidores) e atua no período de férias (dezembro a março). Naquele balneário, de acordo com o mesmo autor, há três áreas onde os camelôs se fixam: uma no "calçadão", com alvará municipal para o funcionamento de 30 barracas, e outras duas áreas privadas: o estacionamento de um supermercado, onde atuam cerca de 80 camelôs, e um terreno da igreja católica, com cerca de 60. Nesses dois casos os camelôs pagam um aluguel pelo espaço que utilizam (Tabela 2).

A presença de camelôs que não são naturais da cidade onde trabalham é bem maior nas cidades da fronteira e na capital

(20 a 40% do total). É significativa ainda a informação sobre o caráter recente dos camelôs na fronteira. A maior parte deles está no "ponto" há menos de três anos. Por outro lado, é entre eles que se observa uma maior ocorrência de troca ou transferência do ponto original.

## COMÉRCIO DE RUA: POBREZA URBANA OU RESISTÊNCIA E ACUMULAÇÃO?

Se a estatística quanto ao número de barracas e de camelôs é difícil de ser feita, sobretudo naqueles centros onde houve expansão desses vendedores, a obtenção de dados sobre a rentabilidade desse comércio de rua é quase impraticável. As possibilidades de informações seguras obtidas em pesquisa por amostragem são restritas. As respostas são evasivas, quando não propositalmente distorcidas.

É comum que, em teoria, o comércio de rua esteja associado a situações de pobreza do morador urbano. O quadro de deterioração econômica da América Latina, associado a um padrão de distribuição espacial da população que privilegia a concentração urbana, tem sido apontado por diversos autores como fator de promoção do setor in-

**TABELA 2**  
**NATURALIDADE DOS CAMELÔS E OCUPAÇÃO DOS PONTOS,**  
**EM NÚMEROS RELATIVOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1993**

MUNICÍPIOS	NATURALIDADE DOS CAMELÔS (%)	OCUPAÇÃO DOS PONTOS (%)	
		Com 3 anos de ocupação	Com 1 ocupante
Porto Alegre (1)	60	23	85
Uruguaiana (1)	64	83	64
Sant'Ana do Livramento/Rivera	78	83	60
Quaraí	66	80	60
Rio Grande	95	38	70

FONTE - Bibliografia:

NOTA - Os dados sobre Rio Grande são de Martins (1993) e os de Sant'Ana do Livramento/Rivera e Quaraí são de Albornoz (1993).

(1) Dados obtidos em amostra realizada em outubro de 1992.

formal e, nele, o do comércio de rua, nas últimas décadas.

Nessa perspectiva de pobreza urbana, Santos (1979, p.36) afirma que no circuito inferior, onde se inclui a atividade dos camelôs *"...a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família"*. Já Cacciamali (1989, p.34) apresenta outra abordagem. Para a autora as atividades informais *"...não obrigatoriamente estão associadas a baixos níveis de renda, encontrando-se mais vinculadas a estratégias de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas"*.

Se a argumentação de Santos é válida para alguns dos camelôs localizados em Uruguaiana, a situação não pode ser generalizada. Com frequência, essa atividade vai bem além da subsistência, permitindo um variável nível de acumulação e aproximando-se das colocações de Cacciamali (1989, p.25-48). Nesse caso estão os agentes indiretos envolvidos no funcionamento do "camelódromo", como os atacadistas e outros intermediários. Estão, também, aqueles que são proprietários de lojas na cidade, e mesmo em outras cidades da fronteira, e que agenciam vendedores, mantendo um controle sobre várias barracas. Estão, ainda, os que se envolvem em atividades paralelas ao comércio de rua, como é o caso do tráfico de drogas e da prostituição.

As possibilidades de ganhos nesse comércio não permitem situá-lo, exclusivamente, como uma mera estratégia de subsistência dos setores mais desprotegidos, ainda que grande parte dos trabalhadores de rua estudados incluam-se nesses casos. Há diversos elementos facilmente identificáveis que apontam no sentido da acumulação. No caso da cidade em estudo, o valor de negociação dos imóveis e de obtenção dos pontos no "camelódromo", a renovação urbana na área e o nível de consumo de alguns camelôs são sugestivos de processos que fogem à situação de mera resistência à escassez de trabalho.

O valor de "venda" do ponto e da barraca, que girava entre um mil e 20 mil dólares, em

1992<sup>4</sup>, bem como o aumento continuado do número de vendedores (cerca de seis mil barracas nos finais de semana, um pouco menos nos demais dias, quando em Porto Alegre, com uma população 12 vezes maior que Uruguaiana, o número de camelôs não chega a 1 000), indicam o papel que a venda de rua vem assumindo, enquanto atividade econômica urbana naquele ponto da fronteira.

O que se verifica com a expansão dos camelôs em Uruguaiana, especificamente, aponta para algumas estratégias de acumulação, ainda que as de sobrevivência estejam presentes no trabalho individual e, não raro, familiar nas barracas. A grande maioria dos camelôs trabalha por conta própria. Mais de 90% deles trabalham sozinhos ou com até mais um companheiro de ocupação que, via de regra, é membro da família. Há, no entanto, camelôs que declaram sua vinculação funcional a empresários do setor formal, mesmo que não disponham de registro ou vínculo empregatício. A situação é similar em Porto Alegre.

O levantamento realizado entre camelôs de Uruguaiana e entre os que têm ponto no centro de Porto Alegre, bem como os trabalhos de Albornoz (1993) e Martins (1993), cujos resultados estão indicados nas tabelas anteriores, orientam algumas reflexões quanto ao perfil desses trabalhadores.

O que difere, de forma clara, os camelôs que atuam em Uruguaiana e os que estão estabelecidos em Porto Alegre é o tempo de ocupação do ponto e o rodízio do mesmo entre eles. Naquela amostra, de 65% do total de camelôs estabelecidos em Uruguaiana, estavam no ponto há menos de um ano, indicando o caráter extremamente recente e rápido de implantação desse comércio de rua. Outro aspecto a considerar diz respeito ao manejo da propriedade ou domínio dos pontos. A grande maioria dos camelôs entrevistados em Porto Alegre estabelecera seu ponto de vendas em locais onde antes não era exercida essa atividade. No caso dos de Uruguaiana, um número significativo (36%) havia adquirido o ponto de outro usuário, pagando por esta "transferência", conforme depoimento dos mesmos.

<sup>4</sup> Soto (1986) aponta valor em torno de US\$ 1 000 para a transferência de ponto em área central da cidade de Lima.

Em parte, essa situação se explica através da origem (naturalidade) dos camelôs e da busca de certa segurança, através da utilização da "Concessão do Uso de Área" <sup>5</sup>, obtida pela "compra" desse documento de um camelô que o tenha conseguido na Prefeitura Municipal, por ser residente e atender aos critérios estabelecidos pela municipalidade.

Enquanto na capital 91% dos camelôs nascidos fora da cidade viviam na mesma havia mais de 10 anos e 100% havia mais de cinco anos, em Uruguaiana esses valores eram de, respectivamente, 47% e 63%. Quase 40% deles vivem na cidade há menos de cinco anos e, destes, uma quarta parte chegou à cidade há menos de três anos. Na maioria destes casos, o tempo de trabalho no "camelódromo" coincide com o tempo de residência na cidade. Entrevistas realizadas exemplificam essa migração direcionada ao comércio de rua e situam atuais residentes que, naturais da capital, deslocaram-se para a fronteira com a decisão de - e os recursos para - instalar-se na "Baixada".

Nesta origem está um elemento diferenciador em relação aos dados sobre os camelôs levantados em estudos sobre outras cidades do estado. Há uma migração para essa cidade que se reflete, em parte, na taxa de crescimento demográfico recente de Uruguaiana, superior à taxa média do estado e às taxas das demais cidades fronteiriças. Na amostra realizada, foi possível verificar que 35% dos camelôs não são naturais da cidade. Destes, uma quarta parte é estrangeira. Entre os migrantes de origem estrangeira predominam os palestinos, o que não é uma ocorrência incomum na fronteira gaúcha, bem como os platinos. Aqueles que a população local denomina genericamente de "coreanos" resultam de uma migração de comerciantes que se origina em

São Paulo. Nesse caso, nem todos são efetivamente estrangeiros, mas brasileiros descendentes de coreanos.

A questão do emprego/desemprego é polêmica em relação à expansão desse comércio. O contato com os camelôs põe em pauta a noção de atividade temporária, daquilo que se faz na lacuna do emprego, no espaço do desemprego. Para muitos deles nunca houve o emprego formal, sempre houve trabalho. Para outros, as perspectivas de trabalho assalariado responderiam por ganhos situados entre um e dois salários mínimos <sup>6</sup>, em face da baixa qualificação do trabalhador e da escassez de empregos. As informações sobre essa questão, embora difíceis de serem obtidas, indicam que a revenda dos produtos adquiridos em viagens semanais ao Paraguai, com mínimos investimentos, representaria uma renda mensal de cerca de cinco a sete vezes o salário mínimo nacional, permitindo, ainda, tempo livre para envolvimento em outras fontes de renda.

Há que se considerar, também, o trabalho de menores, de aposentados e de pensionistas, que complementam a renda individual e/ou familiar com participação nesse comércio. Pires e Lopes Filho (1993, p.4) analisam o trabalho dos menores na "Baixada" e os efeitos decorrentes dessa ocupação para o rendimento e a evasão escolar na cidade. Segundo os autores muitas crianças e adolescentes "...trabalham neste comércio e dele sobrevivem, trabalhando como vendedores, como guardadores de mercadorias, como guardadores de carros e em outras funções...". Segundo os autores, parte desses menores. "...não sabem ler, mas entendem muito bem de dinheiro, até mesmo de dinheiro de outros países, como o dólar ameri-

<sup>5</sup> A "Concessão de Uso de Área" é uma permissão de uso de espaço público (calçadas), concedida a pessoas que residam há mais de um ano na cidade e que preencham o cadastro específico. Implica o pagamento à Prefeitura Municipal de uma taxa mensal calculada segundo a metragem da barraca e que toma por base para o m<sup>2</sup> a UPR (Unidade Padrão de Referência), que era de cerca de 10 dólares em outubro de 1993, o que representa uma receita adicional aos cofres públicos.

A análise de Soto (1986, p.112) sobre os ambulantes de Lima, ao abordar o que se refere à segurança e à necessidade de reconhecimento formal da atividade, indica uma forma de pagamento de imposto municipal denominado *sisá*, que confere ao indivíduo o direito de exercer o comércio sobre ruas e calçadas, sem dar-lhes qualquer direito sobre aquele espaço (direito de uso, mas não direito de posse). Segundo o autor, corresponde a um instrumento valioso de segurança e estabilidade e, por isso, os ambulantes mostram-se atentos ao pagamento e ao porte do recibo. Por outro lado, as autoridades têm interesse na *sisá*, porque o valor cobrado por m<sup>2</sup> de área de uso concedido aos ambulantes é superior ao cobrado aos comerciantes regularmente estabelecidos, representando uma receita não desprezível.

<sup>6</sup> Salário mínimo, no Brasil, em cerca de 70 dólares à época da aplicação dos questionários (outubro de 1992).

cano, o peso argentino, o peso uruguaio. Pelo nosso cruzeiro real não demonstram interesse". A análise é exemplificada com o estudo de diversos casos. Desses exemplos cabe retirar o de um adolescente responsável pela montagem diária da barraca e carregamento de mercadorias, cujo rendimento semanal era de US\$ 50, o que diz bem do valor desse trabalho para a renda familiar e explica seu afastamento da escola.

O trabalho no "camelódromo" de Uruguaiana representa, como nas demais cidades, fonte de renda básica ou complementar a uma parcela significativa da população ativa do município: cerca de 5% diretamente, um percentual maior se somarmos os dependentes. Ainda que o emprego seja visto como um caminho de maior segurança (férias, garantia de renda mensal via remuneração, previdência) não vislumbra e não expressam a intenção do vínculo regular, em face das colocações anteriores. O trabalho, em grande parte dos casos, mal garante a sobrevivência e se faz em condições bastante duras, em que o trabalhador está sujeito às intempéries e à insegurança do trabalho não-regular (*"Todo o dia a mesma coisa, montar e desmontar tudo"*. Pires e Lopes Filho; 1993, p.3). No entanto, na maioria das entrevistas houve rejeição à idéia do emprego, por diversas razões: rendimento corroído pela inflação ao final do mês, consciência da baixa qualificação para aspirar a funções de melhor remuneração, sujeição a horários e patrões. Não há, nesses termos, a intenção do emprego regular, o que corresponde ao que afirma Barros (1988, p.110) de que *"...não se pode considerar adequadamente o ambulante como um refúgio temporário ao desemprego"*.

Nesse entendimento pensar a temporalidade do "camelódromo" é, no mínimo, problemático. A perspectiva formal do emprego/salário ou de investimento/lucro, presente nas classes médias e nas análises acadêmicas, toma aqui outra dimensão: a de ocupação e renda.

## O INTRA-URBANO: OS IMPACTOS DO "CAMELÓDROMO"

A análise das transformações geradas no ambiente urbano pela presença concentrada de camelôs toma caráter diferenciado em cada cidade, mesmo que ocorram situações comuns. A área hoje tomada pelos camelôs, em Uruguaiana, serve de exemplo das transformações decorrentes desse uso.

A área primitiva de ocupação junto à Ponte Internacional, que liga Uruguaiana à cidade argentina de Paso de los Libres, rompeu seus limites, o que resultou na expansão dos camelôs sobre as calçadas das quadras próximas, num avanço que se direcionou à própria área central da cidade.

As primeiras barracas fixaram-se na rua Vasco Alves (mapa que segue), com riscos de acidentes para vendedores e compradores, visto que naquele trecho passam os trilhos da via férrea. Dali estenderam-se sobre as ruas perpendiculares (Flores da Cunha, Conde de Porto Alegre, Sete de Setembro, General Câmara e Domingos de Almeida). Ocupando a Duque de Caxias formaram aí a maior concentração de barracas, a ponto de resultar o fechamento do trânsito do trecho entre a Vasco Alves e a Monte Caseros. Mas os pontos de venda continuam avançando em direção à rua Tiradentes, quase chegando à praça. Nesta quadra há um permanente controle, através de policiamento, para que os limites da ocupação não sejam ultrapassados e que os camelôs não venham a tomar a área central (praça e calçadão).

É grande o número de barracas que se aglomeram naquelas quadras. Adensam-se, tornando quase inviável sua contagem efetiva no movimento dos compradores. Soma-se a essa dificuldade a variação diária do número de barracas por fatores diversos: condições de tempo; maior circulação de moeda em final de semana e de mês ou por desvalorização maior do cruzeiro; proximidade de alguma data festiva, como Natal. A presença de ambulantes, que circulam carregando suas mercadorias para venda, é outro complicador. A estatística dos envolvidos com esse comércio torna-se, assim, problemática (Figura 2).

FIGURA 2  
ÁREA OCUPADA PELOS CAMELÔS EM URUGUAIANA

URUGUAIANA - área central



A área hoje tomada pelos camelôs, na cidade, cobre mais de uma dezena de quadras de forma contínua. Em parte delas tornara-se inviável o trânsito de veículos<sup>7</sup>, porque os pontos de venda ocupam tanto as calçadas quanto os leitos das ruas. Também a circulação de pedestres é problemática, devido à aproximação das barracas. As situações de violência e de tráfico de drogas, que com frequência a população associa ao crescimento deste comércio, geraram a denominação de "Baixada Fluminense" ou simplesmente "Baixada" para a área da cidade ocupada pelos camelôs, numa referência à

área do País que é identificada nacionalmente pelas situações de criminalidade e violência.

Evitando esse termo de cunho pejorativo, a imprensa local tem preferido o termo "camelódromo" ao referir-se à área ocupada pelos vendedores de rua, ainda que os termos "Baixada" e "Baixada da Duque" (neste caso uma referência à topografia daquela via) sejam de uso mais corrente.

O estabelecimento dos camelôs conduz a uma primeira inferência no sentido da desvalorização dos imóveis para uso residen-

<sup>7</sup> Acerto entre a Prefeitura Municipal e a Associação daqueles trabalhadores, em 1993, possibilita atualmente a circulação de carros de polícia, bombeiros e ambulâncias.

cial, função de todas as quadras até o surgimento dos primeiros pontos, no início dos anos 80. As barracas nas calçadas, impedindo inclusive o acesso aos portões das moradias (a maioria delas de bom padrão construtivo, visto tratar-se de área central da cidade), o movimento contínuo, o barulho e a sujeira ao término do dia, não correspondem à qualidade de ambiente desejado para o espaço de morar.

Desfazer-se das residências tem sido uma prática comum entre os proprietários. Mas, a possibilidade de venda concretiza-se com certa facilidade e a valores compensadores, sobretudo para os imóveis mais simples, já que os próprios camelôs (ou agenciadores de) interessam-se pela aquisição da área construída. Informações colhidas junto a proprietários e à prefeitura local indicam valores em torno de US\$50 mil para a compra de propriedades simples, o que seria inegociável não fosse a perspectiva de uso comercial das propriedades. Dessa forma, as propriedades passam imediatamente a abrigar comércio.

Assim, como um dos efeitos espaciais imediatos à implantação/expansão da "Baixada", ocorreu o processo de depreciação das construções próximas para o uso residencial e sua valorização para o comércio, promovendo uma rápida alteração do uso do solo nas quadras tomadas pelas barracas. Num curto espaço de tempo, as moradias transformaram-se em pontos de venda, em pequenos comércios. Ampliada a porta de entrada, cada propriedade e, em alguns casos, cada peça da residência constituiu-se numa nova loja. Não raro, as propriedades interligaram-se dando a idéia de galerias.

Nas peças dos fundos é comum que se abriguem os próprios camelôs, visto que parte deles, como já foi apontado, não é natural da cidade, mas ali está movido por uma migração recente de diferentes pontos do estado, do País e mesmo do exterior. Uma prática comum tem sido também o aluguel de garagens, utilizadas como lojas. A construção próximo à "Baixada" de galerias comerciais, envolvendo um setor imobiliário, é outra prática espacial associada a esta expansão do comércio de rua naquela cidade (Foto).

#### FOTO



Na rua Duque de Caxias, em Uruguaiana (RS), as barracas dos camelôs ocupam integralmente as calçadas e o leito da rua.

## CAMELÔS X COMERCIANTES X CONSUMIDORES

A aproximação física dos camelôs resulta de uma estratégia de atração aos compradores. Beneficiam-se na concorrência. Significa, também, um procedimento de autodefesa que os torna mais fortes ante o comércio formal. Este, ao sentir-se prejudicado, hostiliza os camelôs e mobiliza o poder público. O aspecto autônomo desse comércio de rua e seu caráter invasivo, conforme Costa (1989, p.114) *"...acabam por gerar uma relação conflituosa com o poder público e as instâncias sociais"*.

Para os comerciantes regularmente estabelecidos os camelôs representam uma concorrência insustentável. Diversas alegações são colocadas na busca da erradicação ou da realocação do "camelódromo": não pagamento de taxas e impostos, aquisição irregular de mercadorias, ocupação ilegal de espaço público, sujeira e transtorno à área central, insegurança.

Se a relação com o comércio regularmente estabelecido tem o conflito marcado pela concorrência e pela diferente participação nos encargos da municipalidade, a relação com a sociedade local, vista sob o ângulo de residente e de consumidora, é ambígua. De uma parte, os moradores expressam uma preocupação com questões como a preservação de uma certa qualidade do espaço central, em termos de patrimônio, circulação e segurança, apresentando reservas e mesmo oferecendo resistência aos camelôs em face da transformação do espaço e em face dos problemas vinculados a drogas, assaltos e prostituição. De outra, reconhecem o papel dessas vendas na redução do custo final dos produtos, na medida em que os atuais consumidores não mais e restringem aos provenientes dos setores de baixa renda.

A possibilidade de comprar bens diversos de origem industrial, com valores bem abaixo dos praticados no comércio, é absorvida por todas as camadas. No caso de Uruguaiana, não raro o próprio comércio local, forçado pela concorrência dos camelôs, apresenta preços menores que em cidades próximas, direcionando o comércio regional para aquele ponto da fronteira.

A venda de produtos contrabandeados do Paraguai<sup>8</sup>, via compras em Ciudad del Este, é feita por grande parte dos camelôs. A evolução das cidades da fronteira está pontilhada por eventos que indicam a importância do comércio e do contrabando, mas nunca o mesmo se fez de forma tão ampla como se verifica naquele comércio de rua.

O reduzido número de estabelecimentos industriais na cidade não condiz com a diversidade de mercadorias oferecidas e com a quantidade de produtos que, sabidamente, provêm do Paraguai, sob a forma de contrabando. Para abastecer esses vendedores, associa-se um outro fenômeno novo à cidade: a presença de "atacados". Na verdade, são entrepostos que repassam aos camelôs os produtos que irão ao consumo através da venda de rua. Esses atacados tanto são extensões de indústrias regularmente estabelecidas no País, como é o caso das têxteis de Santa Catarina, quanto depósitos de intermediários que negociam produtos da indústria nacional e estoques obtidos na fronteira paraguaia.

Martins (1993), tratando do abastecimento dos camelôs que atuam no centro de Rio Grande e tomando por base as declarações dos mesmos, diz que São Paulo e Paraguai representam as principais áreas de abastecimento (65%); 25% se abastecem na própria cidade. No entanto, o autor alerta que *"...embora os ambulantes insistam que seus produtos são comprados em São Paulo, existem claras evidências de que se tratam de produtos adquiridos no Paraguai"*.

A análise de Martins (1993), sobre Rio Grande, e a de Albornoz (1993), sobre Sant'Ana do Livramento e Quaraí, reforçam essa vinculação

<sup>8</sup> Conforme Bendlin (1992), o Paraguai tem-se destacado, nos últimos anos, por sua economia aberta. Segundo a autora *"...las fronteras de nuestro País se han desdibujado, y una economía informal subterránea se ha desarrollado hasta adquirir dimensiones impresionantes"*. Essa estrutura tem permitido o ingresso, através do contrabando de fronteira para o Brasil, de produtos manufacturados provenientes, sobretudo, dos novos países industrializados do leste asiático e que são comercializados através do comércio de rua.

espacial: Paraguai (Ciudad del Este) e São Paulo (capital) funcionam como as áreas de abastecimento. A informação de que se abastecem na própria cidade, quando visivelmente a mercadoria é "importada" mascara duas situações: a prática do "bate e vira" ou "bate e volta"<sup>9</sup> e a compra em intermediários que mantêm estoques de produtos "eletrônicos" para o abastecimento dos camelôs.

A possibilidade de ampliar o poder aquisitivo da renda familiar, através das compras feitas no Brasil, é a razão maior do grande número de argentinos entre os compradores do "camelódromo" em Uruguiana. A diversidade de mercadorias e a origem de grande parte delas, provenientes da aquisição no Paraguai de uma vasta gama de produtos da indústria eletroeletrônica estabelecida fora da América, aproximam o consumo da população local (argentina e brasileira) de padrões que não correspondem aos dos itens básicos à sobrevivência das camadas menos favorecidas apontados nos textos que abordam esse setor do circuito inferior. Esses vendedores (identificados na imprensa como "camelôs eletrônicos") diferenciam-se, assim, daquele modelo tradicional de comércio centrado em bancas, barracas ou estandes para venda de gêneros alimentícios, de artesanato e de roupas e calçados de baixo padrão de elaboração, que está na origem mesmo do termo camelô.

A afirmativa de Santos (1979, p.28) de que *"...a participação num consumo 'moderno' tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas..."* encontra, na expansão desse setor de comércio naquela cidade, a forma concreta de realização dessa participação.

A grande maioria dos aspectos que, segundo Santos, dá o caráter ao circuito inferior da economia urbana é encontrada na prática dos camelôs concentrados em Uruguiana. É o caso do baixo investimento em capital e tecnologia; do predomínio de autônomos e da

escassa situação de assalariamento; dos estoques reduzidos e da baixa qualidade dos mesmos; das relações diretas com a clientela; dos baixos custos operacionais; da facilidade de mudança de ramo e de realocização espacial do ponto de vendas.

Há, no entanto, características do circuito inferior que não se configuram no espaço do "camelódromo". Nessa situação está a que diz respeito ao fato de que esse circuito *"...encontra os elementos de sua articulação na cidade e na região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região"*. (Santos, 1979, p.37). A dinâmica desses camelôs da fronteira ensaia uma trama que impede uma classificação clara dentro de um desses circuitos. É o caso da articulação regional. O "camelódromo", situado numa área específica de uma cidade de fronteira, estende seus interesses a vários pontos do espaço. As compras delimitam uma área que atinge as zonas de produção industrial do Sul (Região Metropolitana de Porto Alegre, zona industrial de Caxias do Sul, vale do Itajaí, Região Metropolitana de Curitiba) e do Sudeste (em especial São Paulo e Rio de Janeiro), além do Paraguai. Para as vendas concorrem os compradores locais (Uruguiana e Paso de los Libres somam mais de 150 mil habitantes), e os dos municípios próximos, mas sobretudo os argentinos, beneficiados no contexto da desvalorização da moeda brasileira em relação à platina (Mapa 2).

## A AMBIGÜIDADE DO PODER PÚBLICO

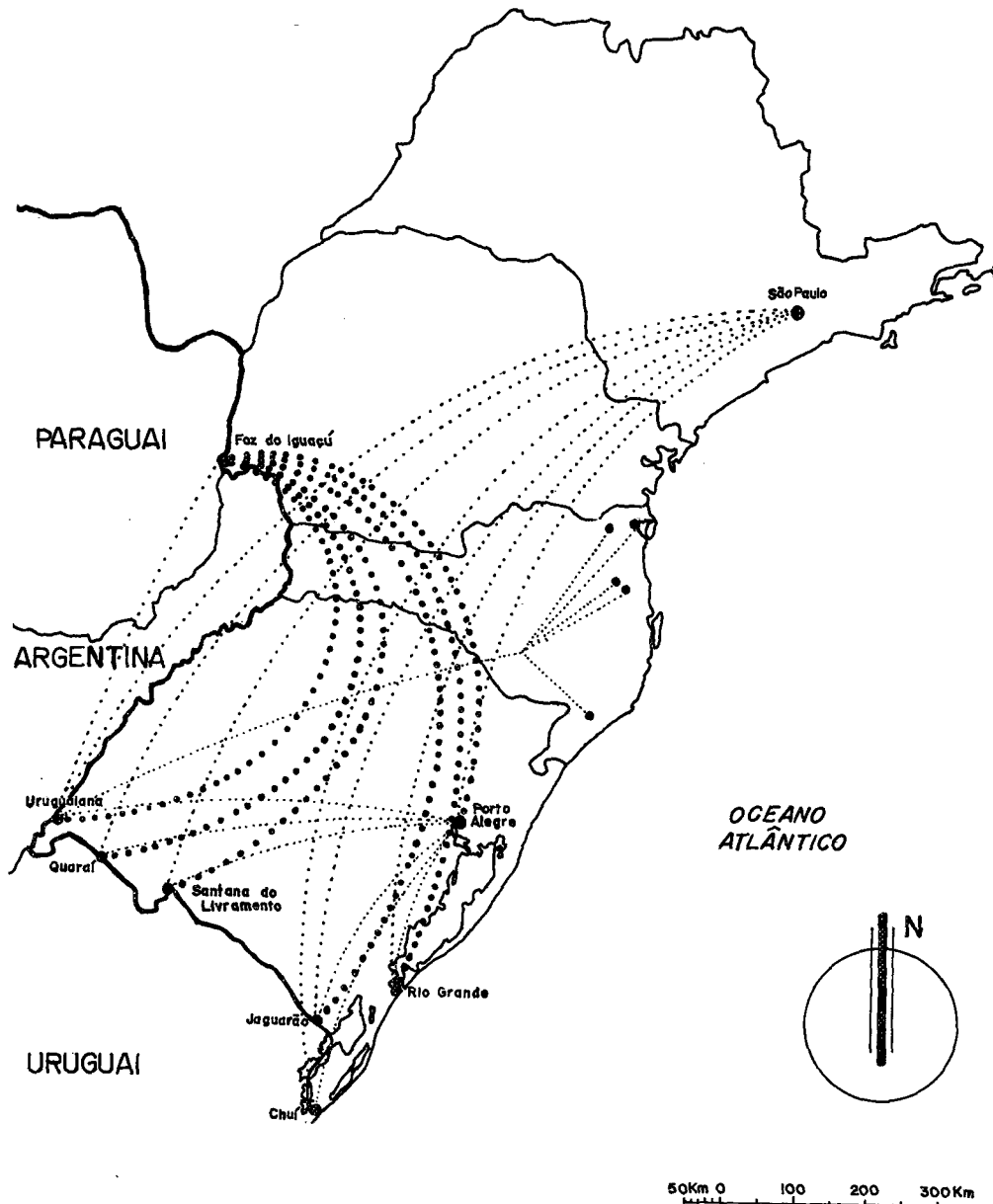
A presença dos espaços centrais ocupados por camelôs põe em pauta o papel da atividade na economia regional e o papel do poder público diante das estratégias adotadas pelos camelôs na utilização do espaço público; diante do não atendimento de exigências legais para o exercício da atividade; e diante dos conflitos daí resultantes.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Excursões de compras que seguem ao Paraguai, a São Paulo e ao sudeste de Santa Catarina e retornam, sem pernoite, após as compras. Em Santa Catarina não raro as fábricas abrem as portas durante a madrugada para atender a esses compradores, conhecidos como "sacoleiros" pelo baixo volume de compras que realizam a cada excursão.

<sup>10</sup> Reclamações do representante da revenda de cigarros de Sant'Ana do Livramento (Zero Hora; 03-02-94) indica o conflito entre o comércio regular e os camelôs. Segundo aquele representante, as vendas de cigarros nos estabelecimentos caíram em 80%, enquanto circula abertamente na cidade a venda de cigarros brasileiros, tipo exportação, e que, comprados no Paraguai, sem as taxas e impostos que recaem sobre a mercadoria para o consumo nacional, têm preços muito reduzidos.



MAPA 2  
LOCAIS DE ABASTECIMENTO DOS CAMELÔS



A Prefeitura Municipal de Uruguaiana, na medida em que os camelôs foram aumentando em números e em que os conflitos começaram a surgir, tanto com os comerciantes estabelecidos quanto com os residentes da área central, passou a adotar algumas medidas de cunho fiscalizador. Mas, nunca houve medidas mais restritivas ou punitivas ao uso da área pública.

A primeira medida adotada foi o estabelecimento da "Concessão de Uso de Área". Ainda que os camelôs paguem regularmente essa taxa, a impossibilidade de fiscalização gera vários desvios. Entre eles o mais comum é a venda do ponto para novos moradores da cidade e para aqueles que já têm um ponto. Entre outubro de 92 (término da pesquisa) e outubro de 93 (atualização dos dados) não houve alteração do número

de camelôs, segundo a Prefeitura Municipal, mas o número de concessões de "Uso de Área" passou de 1 309 para 1 360. No período, a inflação encareceu os produtos, mesmo para os compradores argentinos, o que implicou o término da expansão da atividade e atrasos no pagamento da taxa de concessão por parte de alguns camelôs, o que raramente era verificado nos dois primeiros anos do "camelódromo".

A questão da autorização ou licenciamento dos camelôs é um ponto polêmico. A ação do poder público municipal, conforme contato com diversas prefeituras do estado, se faz de forma inconsistente. Alteram-se atitudes e períodos de maior controle e repressão, com fiscalização intensificada, multas, cassação de licenças e apreensão de mercadorias (rapidamente repostas), com períodos "permissivos" em que o controle não vai além do mero cadastro.

O fornecimento de licença, com ou sem cobrança de taxa pelo uso do espaço público para o desempenho da atividade, não é uma prática em todas as prefeituras. Mais freqüente é o estabelecimento de locais específicos para a instalação dos pontos de venda, o que atende, em parte, aos interesses do comércio regularmente estabelecido, mas que nem sempre é acatado pelos camelôs, na medida em que, via de regra, a localização da área não atende às expectativas. A definição de área tem representado, em diversas cidades, uma fonte contínua de conflito entre os dois segmentos do comércio e a municipalidade. A existência de associação de classe de ambulantes<sup>11</sup> resulta numa forma de organização capaz de arregimentar forças e argumentos em defesa dos interesses nos embates com o comércio regular, intermediados pelo poder público.

Em Porto Alegre, a administração municipal diferencia o ambulante, que pode dispor de alvará pagando uma taxa anual de cerca de US\$ 60 à prefeitura (valor em outubro de 93), do camelô que não recebe um alvará, porque não tem base legal para esse licen-

ciamento. No entanto, desde 1991 os camelôs vêm sendo cadastrados e sua expansão tem sido controlada. O alvará fornecido aos ambulantes os autoriza a vender produtos nacionais: confecções, calçados, bijuterias, artesanato, etc. Circulam pela cidade, eventualmente mantendo um ponto. Existem cerca de três mil ambulantes cadastrados em Porto Alegre, o que supera o número daqueles que efetivamente se utilizam dessa atividade.

Em relação aos camelôs, com dificuldades para fiscalização e tomada de decisão, a Prefeitura mantém apenas um controle sobre os pontos de venda. Cerca de 800 camelôs atuam diariamente no centro de Porto Alegre. Pouco mais de 500 estão cadastrados. Outros 200 estão cadastrados e trabalham em duas áreas de importante movimento comercial, fora do centro, número que se eleva nos finais de semana e de mês.

A comercialização de produtos trazidos do Paraguai, presentes em grande parte das barracas, corresponde a um contrabando sujeito à ação da Polícia Federal. Às eventuais "batidas", com retirada das mercadorias, no entanto, os camelôs respondem com a reposição quase imediata dos produtos, indicando a vinculação desse abastecimento por setores mais fortes, que garantem os estoques, que são guardados em hotéis de baixa categoria e em salas alugadas em prédios centrais.

A falta de visibilidade que o setor informal, e nele o camelô, tem perante o estado, e que é apontada por diversos autores, decorre de sua inexistência jurídica, já que, como afirma Azevedo (1985, p.34) esse comércio "...se caracteriza pela reduzida formalização jurídico-institucional..." Analisando a questão, Cacciamali (1989, p.34) considera que "...a invisibilidade frente ao Estado representa a forma como, nesta década, os agentes econômicos estão enfrentando a instabilidade política e social do País e a estagnação do nível da atividade econômica".

É difícil, senão impossível, estabelecer o *quantum* de participação do setor informal

<sup>11</sup> No Rio Grande do Sul funciona um Sindicato de Ambulantes, com sede em Porto Alegre, que coordena algumas delegacias regionais, como a de Uruguaiana. As dificuldades para sindicalizar e, por essa via, cadastrar os que atuam no comércio de rua são enormes. Um dos embates com as municipalidades diz respeito à concessão de alvará sem a devida quitação do imposto sindical, fonte básica de renda do Sindicato. O número de camelôs constante no cadastro do Sindicato diverge muito da realidade, mas permitem uma aproximação ao total dos camelôs em algumas cidades: são 700 os cadastrados em Uruguaiana.

na renda de um país ou de uma cidade. Valores em torno de 50% são citados com frequência e têm sido utilizados como argumento para desenvolver programas voltados à promoção de microempresas. Bendlin (1992, p.3), diz que "*...en los últimos años la típica actitud hostil y apática de los gobiernos y otros sectores de la sociedad hacia el sector informal ha dado un giro hacia un deseo de apoyo y respuestas a sus necesidades*". Para a autora "*...los gobiernos de América Latina, casi sin excepción, se encuentran en diferentes etapas de desarrollo de políticas y programas favoreciendo el sector informal*." Pode-se, no entanto, pensar que essas medidas representam, junto a outros objetivos, a possibilidade de fazer aflorar esta produção, tornando-a visível e capaz de ser tributada.

## CONCLUSÕES

Mesmo que este trabalho represente uma primeira aproximação à realidade do comércio de rua, tomando como exemplo principal uma cidade da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul; que os dados coletados sejam incipientes e que, pelas características dessa atividade, problemáticos; é possível concluir-se pela complexidade e dinamicidade das situações e dos efeitos socioespaciais que estão envolvidos na origem e na expansão desses camelôs que atuam na fronteira, problematizando as referências existentes. Os dados levantados permitem, ainda, refletir quanto à permanência desse comércio, como atividade plenamente inserida no contexto da dinâmica socioeconômica de nossas cidades, nesse final de século, em especial devido à capacidade em oferecer condições de renda com baixos investimentos em capital. Mas, apontam, paralelamente, a efemeridade da dimensão que assumiu, na fronteira, como reflexo de uma dada conjuntura econômica.

O aumento significativo dos camelôs na fronteira põe em pauta o papel da atividade na economia regional e na transformação do espaço urbano. É exatamente essa dimensão espacial (fronteira) que tumultua a análise sobre a permanência ou a efemeri-

dade do comércio de rua nas condições que se apresenta nos centros urbanos da fronteira meridional. Ao mesmo tempo conduz à necessidade de refletir sobre a presença dos camelôs no cotidiano da cidade e sobre a trama de relações mantida entre esses camelôs, a indústria e o comércio regularmente implantados, identificando os vínculos regionais estabelecidos para atender ao abastecimento desse comércio de rua.

No caso da fronteira, as possibilidades de negócio extravasam os limites do urbano e o comércio de rua, assim como o formal, oscila ao sabor da conjuntura cambial. Esta dinâmica perturba a avaliação e concorre para situá-los em uma outra perspectiva: o da efemeridade e o da variação cíclica. Por outro lado, se acompanharmos o raciocínio de Bentancor (1993, p.5) quando afirma que "*...si tenemos en cuenta que la integración tiende a eliminar las diferencias, estaríamos ante un impacto de gran gravitación sobre las zonas fronterizas, de amplio espectro de consecuencias socio-econômicas...*", problematiza-se sobremaneira o pensar/planejar essas cidades e o enfrentar o futuro quanto à ocupação e renda para esse segmento da população.

Uma análise mais consistente, que subsidie a gestão pública e norteie as ações dos agentes envolvidos, deve ser promovida. Nesse sentido torna-se indispensável o conhecimento mais profundo de como se comporta no espaço concreto, na realidade local, o entrelaçamento da ação dos camelôs com o setor legal (pequenos e grandes empresários, atacadistas, lojistas) e com outros setores da informalidade; quanto desta trama (sobretudo em serviços complementares) se estabelece no âmbito da cidade; e quanto pode representar em riqueza gerada para a comunidade.

De outra parte o convívio entre os diferentes segmentos sociais, conseqüentemente entre diferentes interesses, implica a necessidade de uma análise sobre os elementos de coesão que existem entre esses camelôs e as práticas que adotam no confronto com o setor formal e com o estado, bem quanto às aspirações e perspectivas que encaminham suas ações.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBORNOZ, V. P. L. *Trabalhadores em comércio de rua em Quaraí e na fronteira Livramento-Rivera - origem e relações de trabalho*. Sant'Ana do Livramento: URCAMP, 1993. datilogr.
- ANUÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1987.
- AZEVEDO, B. R. Z. A produção não capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985. (Teses, n.10).
- \_\_\_\_\_. A pequena produção manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. *Ensaio da Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1993.
- BARROS, N. C. Migrações, urbanização e setor informal: estudo sobre as formas de comercialização em área de emigração para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.66, p.105-112, 1988.
- \_\_\_\_\_. Território e setor informal: avaliação bibliográfica. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro, n. 9, 1993.
- BENDLIN, C. *Procesos de integración y la regularización de la economía informal en ciudades de frontera*. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos de Fronteira, Uruguiana, 1992.
- BENTANCOR, G. Mercosur - *adecuación a la integración regional: perspectivas desde un área fronteriza*. Comunicação no Colóquio Internacional Identidade Cultural e Formas de Colaboração em Áreas de Fronteira, promovido pela AEBA, Instituto Goethe e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, novembro/1993.
- CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, p.25-48, 1989. Número especial.
- CAVALCANTI, C. Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 5/6, p. 499-504, 1987.
- COSTA, E. G. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella, 1989.
- MARTINS, S. F. *Ambulantes na área central de Rio Grande e no Cassino*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1993. datilogr.
- NEVES, G. *Fronteira, identidade regional e integração*. Comunicação apresentada no II Seminário Técnico de Integração da América Latina. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- PIRES, K. S. B., LOPES FILHO, O. V. *A influência que o comércio ambulante exerce no menor quanto à marginalidade e à evasão escolar*. Uruguiana: FAFIUR/ Campus II da Pontifícia Universidade Católica, 1993.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SCHÄFFER, N. Fronteira: comércio, contrabando, camelôs. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 4., 1993. *Memória*. Mérida, Venezuela: [s. n.], 1993.
- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- SORJ, B. Vendedores ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v.15, n. 269, maio/jun. 1993.
- SOTO, H. *Economia subterránea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- VILLORIA, A. M. L. La construcción de la informalidad: el valle de Chalco. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 3., 1991. *Memória*. Toluca, México: [s. n.], 1991. p.130-144.

## RESUMO

As referências ao comércio de rua em cidades do País têm destacado o papel dessa atividade, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e a multiplicidade de formas que assume. Sua expansão recente, as perspectivas de renda e os efeitos sobre o urbano são questões polêmicas. Estudos recentes indicam, para o contexto atual deste comércio, novos aspectos que revestem e modificam as características mais tradicionais da atividade e seu papel na organização dos espaços centrais das cidades. O texto aborda o crescimento do comércio de rua, as características que apresenta em relação à configuração tradicional desse comércio e seus efeitos socioespaciais, tomando como exemplo situações verificadas na fronteira do Rio Grande do Sul. Analisa, em especial, o caso de Uruguaiana, segunda maior cidade na fronteira Brasil-Argentina, onde houve um crescimento rápido da presença de camelôs, como uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhando a forte desvalorização da moeda brasileira em relação à platina, nos últimos anos.

## ABSTRACT

The references to the street trade in the cities of the Country have emphasized the role of this activity, its relationship with the employment of urban workers and the multiplicity of forms that it takes. Its recent expansion, the income perspectives and the effects into the urban are polemic questions. Recent studies show, for the actual context of this trade, new aspects that attire and modify the most traditional characteristics of the activity and its role in the organization of the cities central areas.

The article approaches the street trade growth, the characteristics that it presents in relation to the traditional aspects of this kind of trade and its social and spatial effects, taking as an example the street trade in the boarder of Rio Grande do Sul. It especially analises the case of Uruguaiana, second biggest city in the Brazil-Argentina boarder, where there was a fast growth in the peddler's presence, as a strategy that reached into the meridional boarder, following the strong devaluation of the Brazilian currency in relation to the argentinian and to the uruguaiian currency in the last years.

# PAPEL DAS CIDADES NO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA REAVALIAÇÃO\*

*Sylvio Bandeira de Mello e Silva\*\**

A questão relacionada com a associação entre cidades e o crescimento econômico-social em uma dimensão regional, nacional ou ainda mundial é um tema que está sendo intensamente debatido em nossos dias como decorrência do contínuo processo de urbanização, com suas múltiplas repercussões, e dos mecanismos de globalização/fragmentação em um contexto de profundas transformações tecnológicas e institucionais que se processam em todo o mundo. Neste sentido, torna-se necessário fazer uma revisão teórico-conceitual que possa contribuir para a compreensão dos atuais encaminhamentos e de suas tendências a médio prazo. É este o principal objetivo deste trabalho.

---

## PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E SEUS DESDOBRAMENTOS

---

Historicamente, pode-se dizer que os estudiosos não foram, em geral, muito precisos, mas, de qualquer modo, acabaram por provo-

car o amplo reconhecimento de que existiria uma associação entre o nível de urbanização e o nível de desenvolvimento econômico, como diretamente o fez, por exemplo, Berry (1961), no âmbito da Geografia. Entretanto, o que não foi aprofundado foi o conhecimento preciso da relação causal entre cidades e desenvolvimento (Ayeni, 1978).

Esta questão foi pioneiramente tratada pelos pesquisadores Redfield e Singer (1954), que classificaram as cidades em, respectivamente, centros de transformações ortogênicas e heterogênicas. A primeira categoria refere-se a centros pré-industriais, em geral muito antigos e lugares de grandes tradições, como, por exemplo, as cidades pré-coloniais dos Yoruba e dos Hausa-Fulani na região que mais tarde se transformaria na Nigéria sob domínio inglês. As cidades da segunda categoria resultam da difusão global da civilização ocidental, como a antiga Edo, no Japão, produziu a moderna Tóquio.

Um pouco mais tarde, Hoselitz (1955) introduziu seu conceito de cidades "parasíticas" e cidades "generativas" (*parasitic and*

---

\* Recebido para publicação em 24 de agosto de 1994.

\*\* Professor do Mestrado em Geografia e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Professor do Doutorado em Geografia - Convênio UNESP/UFS. Pesquisador IA - CNPq.

*generative metropolises*) argumentando que as cidades de transformações heterogenéticas tendem a gerar crescimento econômico e mudança cultural em suas regiões, enquanto que os centros de transformações ortogenéticas tendem a limitar e até impedir as mudanças. Assim, as cidades ortogenéticas não são necessariamente parasíticas, mas as cidades de transformações heterogenéticas foram vistas como o fator principal na mudança para o desenvolvimento, como Hoselitz ressaltou, sendo apoiado, mais tarde, por Friedmann (1969), Friedmann e Wulff (1971), McGee (1971) e revisto por Friedmann e Weaver (1979). Sintomaticamente, ou seja, revelando uma mudança profunda em sua contribuição, Friedmann (1992) já não trata mais desta questão, preferindo um outro caminho teórico-metodológico, como veremos mais adiante.

Harvey (1973), por sua vez, levantou várias críticas no momento em que o tema urbanização e desenvolvimento estava sendo objeto de debates. Harvey chama a atenção de que se deveria olhar mais as relações de produção, mais do que a urbanização propriamente dita e isto como explicação fundamental das mudanças na economia espacial e dos processos sociais que foram agregados ao estudo da urbanização. E pergunta ainda: a quem beneficia o crescimento? É a hinterlândia da cidade ou uma região ainda mais ampla? Ou, ainda, não seriam as pessoas que controlam os meios de extração dos excedentes de todo o mundo na sociedade? Segundo ele, as cidades geram crescimento econômico para elas mesmas e, neste caso, todas seriam parasíticas. Além disso, quando uma cidade é olhada sob uma perspectiva histórica, ela pode ser identificada, em um determinado momento, como parasítica e, em outro, como generativa, ou vice-versa. E aí vem a pergunta: quando uma cidade deixa de ser parasítica e começa a ser generativa? Mais recentemente, Harvey (1989 e 1992a) traz outra contribuição sobre esta questão sobre a qual falaremos mais adiante.

McGee (1971) chama a atenção de que, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a produção de uma estrutura teórica que considere a cidade como o principal catalisador da mudança deveria ser descartada. Para entender o papel das cidades de uma forma

apropriada, deveria ser pesquisada a condição do subdesenvolvimento que caracteriza esses países, condição da qual as cidades são apenas uma parte.

Neste sentido, as cidades seriam centros catalisadores de desenvolvimento quando fosse interrompido o processo de subdesenvolvimento e instaurado o processo de integração nacional e de crescimento socioeconômico.

A partir daí, surge o debate em torno da forma e da integração do sistema das cidades, fundamentado nos padrões da teoria das localidades centrais, formulada por Christaller em 1933 (Berry e Garrison, 1958). Mais tarde, Berry (1961) em sua exploração indutiva das relações entre a distribuição tamanho-hierarquia e desenvolvimento mostra que uma distribuição tamanho-hierarquia perfeita não é uma prerrogativa das economias desenvolvidas mas também ocorre em áreas de longa e estável história da urbanização. Foi assim que Mabogunje (1971) mostrou que o sistema urbano tradicional seguiria a regra da distribuição tamanho-hierarquia. Mas, essa regra diz pouco sobre a dinâmica do processo e sobre as relações entre as cidades. Assim, é possível dizer que o processo de modernização da Nigéria rompeu a estrutura do estável sistema urbano precedente e instaurou fortes mecanismos de metropolização em Lagos e em Ibadan, que cresceram exageradamente em detrimento do resto do sistema urbano-regional. Estes centros tornaram-se, sobretudo, centros de consumo de massa e até de ostentação, transformando-se mais em centros periféricos do sistema econômico global do que em centros funcionalmente dinamizadores de suas regiões de influência. São espaços metropolitanos hiperurbanizados em detrimento de vastas áreas sem um adequado apoio urbano. É neste sentido que Mabogunje (1968) pode considerar estas cidades como "parasíticas", no que não foi apoiado por Ayeni (1978) que prefere falar em limitações urbanas ao processo de crescimento econômico, destacando que algumas cidades yorubas são centros agrícolas com certo dinamismo.

A imediata comparação com Salvador e a Bahia é inevitável. Tradicionalmente, a estrutura primário-exportadora produziu, no Recôncavo e na Bahia como um todo, uma organização primaz, com Salvador sendo o princi-

pal centro de uma rede urbana dendrítica, historicamente importante, de quem drenava a maioria dos recursos e a quem pouco retribuía. Com as mudanças na estrutura econômica nacional e regional, passando cada vez mais para um maior contexto de industrialização, e no relacionamento espacial de economia, que passa a ter progressivamente um caráter nacional, ocorrem alterações significativas no processo de urbanização do Estado da Bahia (Silva, Silva & Leão, 1989 e Silva & Silva, 1991). Cresce sensivelmente a urbanização no interior e, apesar do processo de metropolização, reduz-se a primazia de Salvador, no Recôncavo e com relação ao Estado da Bahia como um todo. Muda também o seu papel: de uma metrópole tradicional pouco dinâmica, incompleta, como já afirmou Milton Santos em várias ocasiões, Salvador passa, sobretudo a partir dos anos 70, para uma situação de crescimento acelerado e com funções mais diversificadas com relação à região e ao contexto nacional como um todo. "A cidade cresce por falta de dinamismo próprio" (Santos, 1959, p. 186). Estrategicamente, Salvador é, então, induzida a se transformar em um *pólo de crescimento*, de expressão nacional, de que o projeto do complexo petroquímico de Camaçari é o melhor exemplo. Apesar de toda a discussão em torno do caráter de enclave que um processo de industrialização deste tipo traz em seu bojo - capital intensivo, ocupador de mão-de-obra, alta tecnologia, fontes regionais e do exterior de matérias-primas e insumos, mercados externos para seus produtos finais, sobretudo bens intermediários - é inegável que o seu impacto foi grande na anteriormente frágil economia urbana e regional. Neste sentido, muda o papel de Salvador que assim passa de uma situação mais próxima do modelo de cidade "parasítica" para uma outra mais adequada ao contexto de uma cidade "generativa", embora, certamente não de uma maneira tão abrangente como, por exemplo, ocorreu com São Paulo nas décadas de 40 e 50.

A comparação em curso com a Nigéria merece ser aprofundada em dois pontos: o impacto da industrialização e da modernização da agricultura no Brasil foi muito maior, de um lado, e, de outro, o contexto urbano-regional na Bahia foi bastante afetado com sua crescente integração ao dinâmico

contexto econômico nacional. No caso da Nigéria, toda a tradicional estrutura econômico-espacial do País foi fortemente abalada pelo extremamente rápido processo de metropolização de Ibadan e de Lagos, sobretudo desta última, sem uma base econômica compatível. A sustentação do crescimento econômico nigeriano, com efeito, em seu período mais expressivo, foi uma decorrência do setor petrolífero que não conseguiu se internalizar efetivamente e nos setores onde isso ocorreu - o da limitada industrialização, por exemplo - houve uma maior concentração em Lagos pelas facilidades portuárias e pelas economias de aglomeração e de poder.

A esta altura, é possível afirmar, em resumo, que os pesquisadores se dividem em dois grupos, o primeiro valorizando mais os aspectos positivos na relação entre *cidade e desenvolvimento* e o outro destacando fortemente os aspectos negativos desta mesma relação. Assim, McGee (1971) escreve que a estrutura da economia colonial não permitia que as cidades fossem geradoras de crescimento econômico. Um representante da corrente mais otimista é, sem dúvida, Rondinelli (1983). Segundo ele, um sistema eficiente de cidades intermediárias ligadas aos grandes e pequenos centros e a uma rede de serviços rurais e de mercados urbanos pode trazer uma contribuição importante para atingir um difundido crescimento econômico e uma justa distribuição de seus benefícios, tanto em um sistema capitalista como em um sistema socialista. Sua associação com a Teoria das Localidades Centrais é clara e precisa e sua defesa do papel das cidades médias é fervorosa, opondo-se à hiperconcentração metropolitana e à pulverização nos pequenos centros e meio rural. "Um desconcentrado, articulado e integrado sistema de cidades oferece, como consequência, acesso potencial para as pessoas vivendo em qualquer parte do país ou da região e constitui um padrão balanceado de urbanização. [...] Apesar de que nem todas as economias desenvolvidas têm distribuição de cidades segundo o padrão tamanho-hierarquia - as que têm um pequeno espaço tendem a ter altos índices de primazia - e nem todos os países subdesenvolvidos têm uma estrutura primaz de povoamento



parece existir algum relacionamento entre desenvolvimento econômico e distribuição tamanho-hierarquia. Em sua revisão de distribuições tamanho-hierarquia, Chetwynd (1976) nota que as primazias mais elevadas “tendem a ser associadas com condições de subdesenvolvimento, isto é, orientação para exportação, baixa renda *per capita*, alta proporção da força de trabalho na agricultura e rápido crescimento populacional” (Rondinelli, 1983, p. 19). Moseley (1977) também merece ser citado como representante do pensamento otimista.

Já bem antes, Johnson (1970, p. 171), outro importante analista desta corrente, tinha observado que “nos países desenvolvidos, a variada hierarquia dos lugares centrais não somente tornou possível uma quase completa comercialização da agricultura, mas também facilitou uma ampla difusão espacial da indústria leve, de atividades de processamento e de serviços. Estes estabelecimentos oferecem empregos com uma variada diferenciação, utilizando, desse modo, a habilidade manual de alguns trabalhadores como também o cuidado, a precisão e a avaliação de outros envolvidos em atividades administrativas e executivas”. Rondinelli (1983, p. 20) acrescenta que isto teria não somente acontecido nos países ocidentais industrializados como também nas economias mais avançadas do mundo subdesenvolvido. “Países pobres sem estes sistemas espaciais não podem atingir um desenvolvimento amplamente distribuído e reduzir as disparidades regionais e rural-urbana, porque, faltando um sistema integrado de cidades intermediárias, pequenas cidades e centros de mercado, os produtores não podem vender seus excedentes, obter insumos, modernizar sua tecnologia e adaptar produtos para as demandas do consumo. Também não podem obter facilmente os serviços necessários para tornar desejável a vida nas áreas rurais” (Rondinelli, 1983, p. 20).

Johnson também contribuiu nessa direção: “a falta relativa de uma determinada infra-estrutura em países subdesenvolvidos conduz a sérios prejuízos. Porque o campo é inadequadamente estruturado com centros de mercado acessíveis, onde o produto rural pode prontamente ser vendido e onde as lojas abastecidas com bens de consumo podem

exercer tentadoramente seus “efeitos demonstrativos”, os incentivos para produzir mais para o mercado e para investir em melhores instrumentos, fertilizantes ou espécies animais, visando a gerar um maior excedente para o mercado, são fracos” (Johnson, 1970, p. 171).

As contribuições analíticas de Johnson e Rondinelli, que sintetizam uma série de autores de vários países, também conduzem, fortemente, a uma perspectiva normativa já que levantam importantes questões sobre a eficiência e a equidade da estrutura econômico-espacial. Santos (1971, p. 120-137), por outro caminho, já havia igualmente chamado a atenção para este aspecto ao tratar do papel do Estado no crescimento da economia urbana, particularmente o papel do planejamento na alteração da hierarquia urbana. Santos trabalha, nesta época, também com a noção de *take-off* urbano tentando fazer um balanço entre crescimento demográfico e crescimento econômico na cidade. Ocorreria o *take-off* urbano quando o crescimento do produto urbano fosse mais rápido que o da população urbana e isto de maneira durável, provocando uma diversificação crescente das atividades (Santos, 1971, p. 140).

Assim, em geral, as contribuições clássicas ressaltaram, mesmo sob diferentes enfoques, a relação entre as cidades e o processo de crescimento/desenvolvimento regional e nacional e isto de uma forma bastante adequada. Não foi possível aprofundar, entretanto, uma conclusão definitiva sobre a emergência de uma precisa relação causal entre o quadro urbano e o desenvolvimento.

Neste sentido, Rondinelli (1983) tem razão em afirmar, considerando as dificuldades intrínsecas a essa busca de uma relação causal entre cidade e desenvolvimento, que, “na realidade, nenhum padrão espacial particular é, *a priori*, universalmente ótimo ou desejável. O valor de um padrão de povoamento sobre outro somente pode ser avaliado em relação aos objetivos estratégicos nacionais e às metas de desenvolvimento” (Rondinelli, 1983, p. 20). E Rondinelli, baseada agora em Richardson (1977), afirma que se a equidade inter-regional é um objetivo importante, um disperso sistema urbano com grandes metrópoles regionais em cada região pode ser detectado como sendo ai-

tamente eficiente. Entretanto, se a rápida industrialização é a meta, o tamanho e a dispersão espacial das cidades podem não ser importantes, o objetivo seria o de atingir alvos industriais em áreas urbanas com vantagens locacionais, sem se preocupar com seu tamanho ou localização. Em países ou regiões onde o desenvolvimento agrícola e do meio rural é pelo menos tão importante quanto a industrialização, a criação de uma hierarquia das localidades centrais, com uma rede puntiforme de centros rurais de serviço e de centros maiores até chegar à metrópole regional, irá determinar a eficiência do padrão de povoamento.

De qualquer maneira, é possível afirmar que tradicionalmente fica a idéia da importância do papel positivo dos centros urbanos, incorporando contribuições teóricas locacionais e referentes ao funcionamento da economia a nível espacial, quanto ao crescimento regional e nacional, apesar da existência de uma diversidade sobre a natureza dessa associação. Como tem evoluído esta questão recentemente?

## REVISÕES ATUAIS, SUAS BASES E PERSPECTIVAS

Nos últimos anos, tem havido um recrudescimento dos debates em torno da questão urbanização e desenvolvimento, no bojo das rápidas e profundas mudanças observadas no mundo real e no mundo das idéias sobre a natureza de nossa contemporaneidade.

É possível situar, na Geografia e áreas afins, o início de uma insatisfação com o paradigma cidade-crescimento/desenvolvimento, anteriormente apresentado, já no início da década de 70, com a expansão do pensamento crítico, de base marxista. Neste sentido, o livro de David Harvey (1973), *Social Justice and the City*, já citado anteriormente, pode ser apresentado como um marco da transição entre uma abordagem neopositivista (na qual ele foi um expoente com *Explanation in Geography*, 1969) e uma outra perspectiva crítica. A primeira parte do livro de 1973 é ainda uma apresentação que

se aproxima da perspectiva teórico-quantitativa e a segunda parte foi desenvolvida com base na dialética marxista, área que passou a ser a opção do referido autor.

Na mesma época, pode ser citado como um exemplo da abordagem crítica na Sociologia Urbana, o texto de Manuel Castells (1972), *La Question Urbaine*, onde a questão urbana é definida, basicamente, como uma questão decorrente da estrutura da sociedade. "A questão urbana, tal como se formula na prática social e nas 'teorias sociológicas e urbanísticas', é uma questão ideológica no sentido de que confunde num mesmo discurso a problemática das formas espaciais, a que se refere ao processo de reprodução da força de trabalho, e a da especificidade cultural da 'sociedade moderna'" (Castells, 1983a, p. 458). O autor, por conseguinte, "liga intimamente a análise da organização ecológica às características de cada modo de produção, de cada período dentro de um modo de produção e de cada combinação particular no seio de uma formação social" (Castells, 1979, p. 297). Da contribuição destes dois autores (e de outros que seguiram esta corrente) fica clara a dependência de alterações estruturais profundas para se atingirem novos patamares de crescimento/desenvolvimento. É o que Castells afirma: "O tema *política urbana* deve combinar o estudo das intervenções do sistema político sobre os problemas urbanos com a análise da luta de classes relativa a esses problemas; o que significa que planejamento urbano e movimentos sociais são dois temas inseparáveis em cada situação concreta, embora num caso se parta das estruturas e, no outro, das práticas. Observar através de que afrontamentos, de que interesses e de que situações de poder se chega à organização, sempre provisória, instável, em transformação, de uma área dos problemas urbanos, permite ligar estreitamente a problemática teórica urbana ao estudo da estrutura social geral, através das análises dos processos qualitativos de mudança, que são necessariamente políticos" (Castells, 1979, p. 298).

Santos (1971 e 1979) também contribuiu para a introdução de novas abordagens ao propor uma análise urbana baseada na valorização dos dois circuitos da economia ur-

ana nos países subdesenvolvidos. Com isso, a análise do papel da cidade no contexto do crescimento/desenvolvimento redireciona-se para uma perspectiva mais processual, ou seja, para o dinamismo das relações dialéticas entre os principais setores da economia urbana e regional. "Para que o circuito moderno tenha um crescimento capaz de influenciar a região e de incorporar as populações novas a um nível de vida mais elevado, é preciso que este circuito possa se 'comunicar' com o circuito tradicional, não de forma hierárquica, já que as relações de dominação equivalem sempre a uma retirada antecipada. Isto só poderá ser evitado se o circuito - por inteiro ou por setores bem escolhidos - adquirir, em uma sociedade urbana econômica em constante evolução, melhores condições para conseguir contrariar o embaraço hierárquico e a competitividade" (Santos, 1971, p. 416).

Desta forma, há uma mudança significativa nas abordagens clássicas para as mais recentes: pode-se dizer que as primeiras *eram mais formais e funcionais*, enquanto que as novas são mais de *natureza estrutural e processual*, utilizando uma terminologia também proposta por Santos (1985, p. 49-59).

A partir daí, desenvolveu-se um processo crítico com relação ao papel das cidades quando visto somente pelos ângulos da formalidade e da funcionalidade, sem uma amarração com as questões estruturais e processuais. O maior alvo das críticas foi, sem dúvida, o conjunto teórico-conceitual que combina *polarização, centralidade e difusão*.

Assim, as clássicas relações cidade-campo e a tradicional hierarquia urbana são criticadas por Santos (1988), sobretudo apoiado no papel dos progressos na área de transportes e comunicações.

Da mesma forma, Corrêa (1982 e 1986b) criticou e reavaliou a contribuição locacional na Geografia chamando a atenção para a necessidade de recuperá-la e de reenforcá-la de acordo com as novas realidades de nosso tempo.

Ainda sob este aspecto, Silva (1988) fez um resumo geral do debate sobre centralidade/polarização, particularmente sobre os problemas de aplicabilidade deste conjunto teórico à realidade dos países subdesenvolvidos.

Nos últimos anos, essa questão cidade e desenvolvimento tem evoluído de uma forma bastante instigante, no contexto dos debates sobre a natureza de nosso *fin-de siècle* e as perspectivas para o próximo milênio. Creio que é possível apresentar algumas diretrizes não obstante a presença de certas dificuldades em delinear-las em razão dos inúmeros problemas de percepção sobre a clareza dos desdobramentos ora em curso, sobretudo em seus rebatimentos socioespaciais.

Com efeito, as mudanças estão sendo, ao mesmo tempo, muito profundas e rápidas, atingindo todo o globo, permitindo a Harvey (1992a) cunhar a expressão "compressão têmporo-espacial" para "indicar processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos" (p. 219). Harvey argumenta, com base em Marx, que uma das características dinâmicas do capitalismo tem sido a "aniquilação do espaço pelo tempo", ou seja, uma propensão para acelerar a rotação do capital segundo também o que foi denominado de "convergência têmporo-espacial" (Janelle, 1969; Silva, 1982). Assim, tem havido uma aceleração do ritmo de vida (por exemplo, as grandes transformações políticas e geopolíticas a partir de 1989) e tem havido uma superação cada vez maior das barreiras espaciais. O mundo parece, assim, ter encolhido, ele é hoje muito menor, uno e aceleradamente dinâmico.

As profundas mudanças que se processaram sobre uma realidade relativamente bem assentada sobre a bipolarização ideológica, ou seja, sobre uma certa ordem mundial (divisão leste-oeste, divisão norte-sul, uso ilimitado de recursos, etc.) provocaram a proposição de um novo conceito para a nossa contemporaneidade. É assim que cresce o debate do pós-modernismo *versus* modernismo, de onde emergem questões sobre o pós-fordismo, sobre a globalização *versus* fragmentação, sobre o fim da História, sobre desenvolvimento auto-sustentável, sobre o novo papel do Estado, sobre o papel dos movimentos sociais, etc.

Toda essa dinâmica tem provocado, no meu entender, o que se poderia chamar de

uma inusitada *convergência teórico-conceitual* em torno dos problemas urbanos e de questões de crescimento/desenvolvimento. Ou seja, onde havia uma irreconciliável divisão entre as escolas, sobretudo entre funcionalistas e marxistas, há, hoje, grandes aproximações. É possível admitir, por hipótese, que o próprio dinamismo do mundo real forçou um realinhamento das idéias predominantes, já que estas, progressivamente, foram sendo reconhecidas como pouco flexíveis e não totalmente adequadas à compreensão das novas realidades em rápido e contínuo processo de mutação. Isto não significa, por outro lado, que há uma total coincidência entre os autores que se envolvem com essas questões. Há, e isto já é extremamente significativo, uma expressiva aproximação entre diferentes contribuições.

Parece que a experiência humana de produção e transformação do espaço geográfico forçou uma reconceituação do próprio espaço e de muitas questões decorrentes. Em um outro contexto, isto já foi colocado por Harvey, em 1973, quando ele diz "... o problema da conceituação do espaço é resolvido através da prática humana com relação a ele próprio. Em outras palavras, não há respostas filosóficas às perguntas filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço - as respostas se encontram na própria prática humana" (p. 13).

E esta tem sido a verdadeira essência da convergência teórico-conceitual e que desemboca na *praxis*, ou seja, o reconhecimento de que a análise das diversificadas ações humanas em sua realização espacial, no local, no urbano, no regional, no nacional e no global, deve ser a questão central na produção de um novo e mais adequado corpo explicativo, básico para a formulação de novas estratégias.

É assim que, a partir das contribuições de alguns autores representativos, poderíamos expressar a *convergência teórico-conceitual* da seguinte forma:

a) David Harvey evoluiu de uma posição radical, trabalhando com a ligação do processo social à forma espacial, desde o seu *Social Justice and the City* (1973, 2ª parte), a uma posição menos radical, mais flexível, expressa, destacadamente, em dois de seus

trabalhos (1989 e 1992a). Parece que Harvey (e outros geógrafos radicais) seguiu o conselho de Lefèbvre: "A dialética está novamente em pauta. Mas já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...). A dialética de hoje já não se apega à história e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como 'tese-antítese-síntese' ou 'afirmação-negação-negação da negação' (...). Reconhecer o espaço, reconhecer o que 'está acontecendo' ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço" (Lefèbvre, 1976, p. 14 e 17) (*apud* Soja, 1993, p. 57).

Harvey, em seu trabalho de 1989, faz uma análise bastante aberta e flexível sobre os novos caminhos do governo urbano que bem poderia ter sido feita, em termos gerais, por um geógrafo não-marxista. Harvey mostra a importância da mudança de uma gestão urbana tradicional (*urban government*) para uma gestão social do urbano, de natureza política mas não estatal, mais inovadora e empreendedora (*urban governance*).

Diz Harvey: "... a reificação das cidades, quando combinada com uma linguagem que vê o processo urbano como um aspecto ativo mais do que um aspecto passivo no desenvolvimento político-econômico, coloca sensíveis perigos. Faria ver as cidades como se as 'cidades' pudessem ser agentes ativos quando elas são meramente coisas. A urbanização deveria ser, então, olhada como um processo social, especialmente fundamentado, no qual um amplo espectro de diferentes atores, com objetivos e agendas bem diferentes, interage em direção a uma configuração particular de práticas espaciais convergentes" (Harvey, 1989, p. 5).

Este conceito de urbanização é, agora, bastante diferente do que o próprio Harvey apresentou em 1983 para o *Dicionário do Pensamento Marxista*, todo ele - o conceito - relacionado com as questões da divisão do trabalho e distribuição de classe e com as contradições do capitalismo (Bottomore, 1988, p. 396).

O segundo trabalho, de 1992 no Brasil, mas publicado também em 1989 na Inglaterra, analisa a questão da pós-modernidade em seus múltiplos aspectos. Neste amplo trabalho

de revisão cultural, Harvey inclui um sub-capítulo sobre a crise do materialismo histórico, falando no surgimento de uma nova esquerda “em luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo ‘ortodoxo’ e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos, etc.) [...]”. Ela abraçou novos movimentos sociais [...]; o materialismo histórico começa a levar a sério a sua geografia” (Harvey, 1992a, p. 319-321).

Finalmente, o próprio autor faz uma atraente “colagem” de suas obras *Social Justice and the City* e *The Condition of Postmodernity*. Nesta auto-avaliação de sua jornada acadêmica, Harvey argumenta sobre a relevância da crítica às noções universais de justiça e racionalidade, não importa se referentes ao mercado ou a um capitalismo de Estado de Bem-Estar Social, e valoriza as concepções alternativas de justiça e racionalidade tais como produzidas dentro dos novos movimentos sociais nas duas últimas décadas (Harvey, 1992b, p. 600).

b) Manuel Castells evoluiu também de uma posição teórica ligada ao materialismo histórico-estruturalista, de base althusseriana, em que a “finalidade última das tarefas empreendidas [seria a de] romper os mitos tecnocráticos e/ou utopistas sobre o ‘urbano’ e mostrar os caminhos precisos da articulação das práticas subjacentes às relações sociais, quer dizer, à luta de classes”, no texto de 1972 (edição brasileira de 1983a, p.465), para uma posição mais abrangente em que “as cidades são sistemas vivos, feitas, transformadas e experimentadas pelo novo” (Castells, 1983b, p. XV). E logo a seguir acrescenta “as formas e as funções urbanas são produzidas e gerenciadas pela intersecção entre espaço e sociedade, isto é, pelo relacionamento histórico entre consciência humana, matéria, energia e informação”.

Nesta mudança, o papel dos movimentos sociais como expressão das contradições sociais evolui de uma posição importante mas ligada à superestrutura, ou seja, estruturalmente secundária, no sentido de que não colocam em questão as leis fundamen-

tais do modo de produção, para uma outra em que assume um caráter fundamental para a compreensão da cidade e de sua dinâmica. Castells reconhece que sua matriz intelectual, à de tradição marxista, foi de pequena ajuda no momento em que ele adentrou no terreno incerto dos movimentos sociais urbanos, já que, por definição, o conceito de movimento social urbano como agente da transformação social é estritamente impensável na teoria marxista (Castells, 1983b, p. 296-299). “Em todo o mundo, pessoas conscientes têm continuado a se mobilizar coletivamente para mudar suas vidas e propor uma nova ordem contra os que querem preservar a velha ordem. E o povo se mobiliza em uma variedade de contextos históricos e de estruturas sociais, sem partidos, por sobre os partidos, com partidos, contrapartidos e pelos partidos. [...] Então, enquanto a teoria marxista pode não ter espaço para movimentos sociais que não sejam a historicamente predizível luta de classes, os movimentos sociais persistem. Assim, a experiência foi certa e a teoria marxista errada neste ponto e a tradição intelectual no estudo da mudança social deve ser reformulada” (p. 299-300). Com essas observações, Castells acompanha seu mestre Alain Touraine que declarou o seguinte, já em 1979: “Quem ainda se lembra? Foi ontem. Mas como essa época parece longínqua... Na França, o marxismo dominava como uma fortaleza a planície das ciências sociais. Inúmeros cursos, provavelmente a maioria do aprendizado, eram transmitidos numa linguagem codificada, fora da qual os estudantes se sentiriam tão perdidos quanto se desembarcassem na Finlândia ou em Java. Bruscamente, em três ou quatro anos, essa fortaleza, que parecia de concreto, mostrou que era feita de areia. E o marxismo ruiu por terra” (*Veja*, 6/6/79, p. 40).

C) outro autor bastante expressivo na Geografia e áreas afins, sobretudo no campo do Planejamento Urbano e Regional, é John Friedmann, já citado anteriormente, cujas idéias evoluíram também de forma bastante significativa.

Friedmann tornou-se muito conhecido em meados da década de 60 pela sua grande contribuição na formulação e aplicação de uma teoria do desenvolvimento polarizado,

avançando nas idéias locacionais e de funcionamento da economia a nível espacial, sobretudo as de Perroux, Boudeville, Myrdal e Hirschman. No seu trabalho de 1966, Friedmann desenvolve uma teoria centro-periferia, ilustrada com exemplos da Venezuela. Destaca a necessidade de uma teoria do desenvolvimento regional através da qual fosse possível esclarecer o reordenamento das relações espaciais que se efetuam sob condições de crescimento e explica a influência mútua dos padrões espaciais sobre o crescimento de todo o sistema. O reordenamento se daria, basicamente, através da ativação de pólos de crescimento potenciais em áreas periféricas visando a romper a dominação da área central. A repercussão dessas idéias foi muito expressiva, particularmente na América Latina. E o Brasil foi justamente apontado por Becker & Eglar (1993, p. 148) como um dos países que mais aplicou o modelo dos pólos de crescimento.

Em 1979, Friedmann (junto com Clyde Weaver) reconhece, após uma reavaliação crítica de várias experiências negativas, que os pólos de crescimento estavam deixando de ser uma idéia atraente (1979, p. 173). Neste texto, a alternativa da estratégia das necessidades básicas é valorizada no sentido da "soma de reivindicações recíprocas em uma sociedade territorialmente integrada" (p. 190). Este texto já representa uma transição para uma nova e importante contribuição do autor, o que vai ocorrer em seu livro de 1992.

Friedmann observa, inicialmente, que "as recentes mudanças convulsivas na organização do capitalismo - sua abrangência global, suas inovações tecnológicas revolucionárias, sua centralização em corporações gigantescas e instituições financeiras - têm resultado na exclusão virtual de um vasto número de pobres de uma efetiva participação política e econômica" (Friedmann, 1992, p. 14). Como decorrência, o autor expressa sua decepção com os megamodelos de desenvolvimento econômico em função de sua inviabilidade em enquadrar e dar respostas efetivas aos problemas da pobreza mundial e da questão ambiental. O pesquisador aprofunda esta análise detalhadamente e parte para buscar uma alternativa

real que possa oferecer um novo e importante subsídio para a questão do desenvolvimento. "Um desenvolvimento alternativo é centrado nas pessoas e em seu ambiente mais do que em produção e lucros. E assim como o paradigma dominante aborda a questão do crescimento econômico a partir da perspectiva da firma, o que é fundamental na economia neoclássica, um desenvolvimento alternativo, baseado no que deve ser o espaço de vida, aborda a questão da melhoria da condição de vida e de sua sustentação a partir da perspectiva da família" (Friedmann, 1992, p. 31).

Esse desenvolvimento alternativo tenta fortalecer as unidades familiares e seus membros individuais nos aspectos sociais, políticos e psicológicos:

- o poder social refere-se a certas bases da produção doméstica como informação, conhecimento e habilidades, participação em organizações sociais e recursos financeiros;

- o poder político diz respeito ao acesso de membros individuais ao processo de tomada de decisões, particularmente nas questões que afetam seu próprio futuro; não é só voto, é voz e ação coletiva; e

- o poder psicológico é descrito como um senso individual de potência expresso através da autoconfiança.

Assim, este processo surge das bases e é fundamentado em formações territorialmente constituídas, como uma microrregião, uma pequena cidade ou um bairro. Com isto, os setores enfraquecidos da sociedade adquirem voz diante das forças do mercado e do Estado. Desta forma, "um desenvolvimento alternativo não nega a necessidade de um crescimento continuado em uma dinâmica economia mundial. Seria absurdo [...] reduzir todas as questões de desenvolvimento às microestruturas domésticas e locais [e assim], apesar de sua defesa de políticas apoiadas em sólidas bases, um desenvolvimento alternativo requer um sólido Estado capaz de implementar suas políticas [...]; é um Estado que se firma no forte apoio a uma democracia participativa na qual os poderes para administrar os problemas, que são melhor geridos localmente, têm sido devolvidos às unidades locais de governo e à própria

população, organizada em suas comunidades" (Friedmann, 1992, p. 34-35).

d) Por último, mas não por menos importante, é possível alinhar a contribuição de vários outros autores que têm contribuído significativamente para a já mencionada convergência teórico-conceitual. Destacariamos os seguintes autores:

- Milton Santos, em vários de seus trabalhos recentes, tem contribuído para a compreensão do que ele mesmo chamou de "aceleração contemporânea" através de uma reflexão sobre o "tempo mundo" e sobre o "espaço mundo" (Santos, 1993 b). Ele destaca, de forma pertinente, que "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora; todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial; quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares" (Santos, 1993 b, p. 16). E, assim, "a dimensão fragmentada é a *tribu* - união de homens por suas semelhanças - e o lugar, união dos homens pela cooperação na diferença. A grande revolta se dá através do espaço e do lugar, até onde a *tribu* descobre que não é isolada, nem pode estar só. Esse lugar tanto pode chamar Ngoro Karabad como Los Angeles. O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar" (Santos, 1993 b, p. 20);

- ainda no Brasil, Bertha Becker também tem dado uma relevante contribuição na direção de convergência teórico-conceitual, já apontada, através de uma valorização e aprofundamento de uma abordagem geopolítica sobre a gestão do território. "A região na escala local parece hoje substituir a região subnacional como escala espacial ótima tanto para a organização de movimentos reivindicatórios - regionalismo - como para a política espacial do Estado, tentando criar novos limites territoriais para a arena política associados a um padrão de descentralização na organização do espaço" (Becker, 1983, p. 9). A autora destaca que, diante do conflito Estado-Empresa, "aguçam-se e/ou geram-se novas contradições, que se expressam pela resistência das populações à manipulação dos seus territórios, gerando movimentos sociais em base territorial contra a incapacidade do Estado em atender a seus interesses" (Becker, 1983, p. 13); e

- Sergio Boisier, economista chileno, propõe, ao mesmo tempo, a rejeição da estratégia dos pólos de crescimento e que se trabalhe com a construção social e política das regiões; assim, junta-se às tradicionais funções de alocação de recursos e de redução das externalidades negativas uma terceira função, a da ativação social que seria a questão crucial do desenvolvimento regional (Boisier, 1992; Borello, 1992).

Muitos outros autores brasileiros e estrangeiros (com suas contribuições) poderiam ser citados nesta revisão que aponta para uma convergência teórico-conceitual em torno do integrado e diversificado devir social (incluindo o individual) sobre o espaço, agora tomado de forma aberta, flexível e não dependente de posições sectárias e deterministas. Entretanto, a revisão aqui feita já aponta para a formação de um novo, dinâmico e promissor conjunto teórico-conceitual, com repercussões nos níveis metodológico e aplicado. É importante também destacar a contribuição de autores que não se enquadram (ou se enquadrariam com muitas dificuldades) no esquema proposto. O esforço deles em tentar avançar outras formas de pensamento sobre o urbano e o desenvolvimento é altamente meritório na perspectiva geral da crítica e da busca de novos paradigmas. É o caso, dentre outros, da contribuição de Edward Soja, Richard Walker, Michael Storper, Allen Scott, José Luis Coraggio, Alejandro Rofman e Carlos de Mattos.

## EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

Como vimos, a questão da associação entre cidades e o crescimento econômico-social evoluiu bastante nos últimos anos. A própria formulação tradicional da questão, como resultado dos debates, deve ser questionada no sentido de que hoje seria preciso entendê-la, essencialmente, como parte do papel dos segmentos da sociedade como um todo em sua criação/recriação dos espaços de vida. Assim, o reconhecimento da emergência da sociedade civil, entendida de forma ampla e dinâmica, nos processos políticos e econômicos tem sido de uma im-

portância crescente nos trabalhos diretos e/ou indiretamente ligados à temática da cidade e desenvolvimento. Desta forma, aos trabalhos sobre o papel do Estado e do Capital na organização/reorganização do espaço, somam-se cada vez mais intensamente os trabalhos sobre o papel da sociedade civil e de sua dinâmica no ambiente urbano e regional.

No caso específico da Geografia, este importante câmbio fez reacender a questão do papel do lugar no contexto do global, ou seja, a questão do *continuum* local-global (Meyer *et al.*, 1992 e Kuklinski, 1990).

Neste campo, observa-se, como decorrência, a retomada do "coração do lugar [através da] ressurreição da localidade em uma era de hiperespaço" (Swyngedouw, 1989).

Assim, "a ressurreição da localidade e a reconstrução da coerência socioespacial local é um produto das condições da *praxis* política e da organização socioeconômica do capitalismo neste final do Século XX. Deste modo, a nova retórica 'local' e *praxis* - a preocupação discursiva com a distinção, fragmentação e unicidade - é, nós defendemos, embutida e associada com a dinâmica contraditória e crescente tendência do capital livre e móvel procurar localizações vantajosas em um mosaico fragmentado e desarticulado no qual os lugares competitivos tentam assegurar um lucrativo nicho de desenvolvimento" (Swyngedouw, 1989, p. 31).

No Brasil, já há vários exemplos concretos da retomada do significado estratégico da localidade. Pacheco (1992) relata a importante experiência da iniciativa econômica local na área do ABC paulista. Um outro exemplo expressivo é o de Santa Rita do Sapucaí/MG que levanta, inclusive, a relevância de ações individuais: "na década de 50, Luzia Rennó Moreira, casada com um embaixador, trouxe da passagem do marido por um posto no Japão a idéia de doar à cidade uma escola técnica de alto nível [...]. Ao consultar professores, decidiu-se pela Eletrônica. Surgiu a Fundação Mindoca Rennó Moreira [... e daí] brotou a Escola Técnica de Eletrônica, ETE, [... e dela] saiu o Instituto Nacional de Telecomunicações, INTEL. Da união da ETE com o INTEL surgiu uma enorme prole de empresas. [...] Santa Rita virou um Vale do Silício mineiro. [...] E o município, além de café e leite, passou a produzir

componentes eletrônicos" (Veja, 30/9/92, p. 76-77), inclusive para exportação.

Neste sentido, reaparece também como altamente relevante a questão da escala na Geografia Humana (Watson, 1978 e Meyer *et al.*, 1992, este último trabalho valendo tanto para a Geografia Humana como para a Geografia Física). De nossa parte, temos notado o crescimento de "movimentos regionais" (a rigor, microrregionais) na Bahia, ou seja, de movimentos organizados sob uma específica base territorial, socialmente complexos, e que visam à consecução de objetivos de interesse bastante amplo. Um indicador disto é a proliferação de seminários de desenvolvimento urbano-regional, como o de Jacobina, realizado em dezembro de 1991, objeto de uma dissertação de mestrado em andamento sob a orientação do autor (Fonseca, 1994).

Watson (1978) defende a idéia de que, para desenvolver uma teoria adequada, é preciso combinar análises a nível macro e micro em uma só pesquisa. "Isto irá possibilitar a complementaridade que falta, fará crescer o conjunto de informações contidas em nossos modelos e reduzirá o número de decisões arbitrárias que precisam ser tomadas para facilitar a pesquisa" (Watson, 1978, p. 36). E Meyer *et al.* (1992, p. 274) concluem que "o desafio para a Geografia é o de descobrir meios para integrar o local e o global no regional".

Esta questão, aliás, extrapola a Geografia e áreas afins. Dos movimentos ambientalistas surgiu a palavra-de-ordem "pensar globalmente e agir localmente" que teve e tem ainda grande apelo. Recentemente, um conhecido analista das tendências mundiais, John Naisbitt (1994), reconhecendo o paradoxo de que "quanto maior a economia global mais poderosos são os seus protagonistas menores, nações, empresas e indivíduos", inverte, de forma significativa, o ditado: "pensar localmente e agir globalmente". É o cientista político Putnam (1994) defende a idéia do capital social existente em uma comunidade, ou seja, do grau de engajamento cívico dos cidadãos, como sendo uma questão fundamental para entender o desenvolvimento local.

Isto converge, expressivamente, para o mesmo paradoxo reconhecido por tantos geógrafos, como Harvey, Soja, Swyngedouw, Santos, Becker e pesquisadores próximos como



Castells e tantos outros, de que "a elevada importância da globalização não apaga o significado das diferenças, ela requer, ao invés disso, sua recomposição" (Meyer *et al.*, 1992, p. 263).

É neste contexto, portanto, que devemos situar o novo quadro do papel das cidades no crescimento/desenvolvimento que está sendo agora construído em todo o mundo. A expectativa, em nossos dias, é a de que a partir da convergência teórico-conceitual ora em curso (e também das necessárias divergências) surjam novas e consistentes propostas capazes de captar, com mais eficiência, toda a dinâmica e a energia das mudanças em andamento a nível local, regional e mundial. Com isto, podemos finalizar com uma expressão de James E. Meade, Prêmio Nobel em Economia, de 1977, "as utopias estão mortas, vivam as semi-utopias!" Ou ainda, com uma contribuição do geógrafo Torsten Hagerstrand, "estou procurando de todas as formas um caminho para achar uma coerência conceitual na compreensão geográfica do mundo humano, da casa ao mundo e do dia-a-dia ao tempo de vida da existência do homem" (1978, p. 29).

Finalmente, o autor assume, também na busca de um novo enquadramento da questão cidade e desenvolvimento, uma mudança em seu percurso acadêmico com relação à abordagem da dinâmica espacial. Assim, de uma posição em que o espaço geográfico-econômico era sobretudo visto como "o resultado das decisões locacionais dos agentes econômicos" (Silva, 1976, p. 1), o autor advoga cada vez mais a perspectiva da convergência teórico-locacional aqui levantada. Ou seja, o autor tem se preocupado com uma análise que privilegie o complexo de relações entre indivíduos, grupos e classes sociais sob uma perspectiva espacial, em diferentes níveis, escalas e setores, sem desmerecer o papel do Estado e do Capital, pelo contrário, reincorporando-os, sob novas formas, à ótica da dinâmica da dimensão socioespacial (Silva, 1994). Com estas idéias, parece importante, para o autor, a revalorização das análises geográficas comparadas - a matriz espacial - com o objetivo de discernir melhor as respostas diferenciadas que estão sendo dadas às questões colocadas pela globalização e, a partir daí, tentar produzir um corpo teórico coerente sobre as relações entre a sociedade e o espaço.

## BIBLIOGRAFIA

- A AFLIÇÃO Marxista. *Veja*, São Paulo, v. 12, n. 561, p. 40-46, 6 jun. 1979.
- AQUI há governo. *Veja*, São Paulo, v. 25, n. 1254, p. 74-81, 30 set. 1992.
- AYENI, M. A. O. Patterns, processes and problems of urban development. In: OGUNTOYINBO, J. S. et al. (Ed.). *A geography of Nigerian development*. Ibadan: Heinemann Educational Books, 1978. p. 156-174.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: \_\_\_\_\_, COSTA, R. H. da, SILVEIRA, C. B. (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. p. 1-21.
- \_\_\_\_\_, EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- \_\_\_\_\_, BERRY, B. J. L. City size distributions and economic development. *Economic Development and Cultural Change*, v. 9, p. 528-558, 1961.
- \_\_\_\_\_, GARRISON, W. L. Alternate explanations of urban rank-size rule. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 48, n. 1, p. 83-91, 1958.
- BOISIER, S. La construcción de una región: interacción entre teoría y práctica del desarrollo regional en América Latina. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA UNIVERSIDAD DE VARSOVIA SOBRE AMÉRICA LATINA, 2., 1991. *América Latina local y regional: memorias del II Simposio Internacional de la Universidad de Varsovia sobre América Latina*. Varsovia: CESLA: Departamento de América Latina, Instituto de Países en Desarrollo, U. de v., 1992. t. 1: p. 149-206.

- BORELLO, J. A. The question of identity and the generation of knowledge in Latin America regional planning theory: Coraggio, Boisier, Rofman and De Mattos. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 16, n. 4, p. 602-622, dez. 1992.
- BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Tradução de Lemos de Azevedo. 2. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1979. 300p.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *The city and the grassroots*. London: E. Arnold, 1983b.
- CORREA, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 167-184.
- \_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986a.
- \_\_\_\_\_. O enfoque locacional na Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 62-66, 1986b.
- CHETWYND JUNIOR, E. *City size distribution, spatial integration and economic development in developing countries: an analysis of some key relationships*. Dissertação (Mestrado) - Duke University, 1976.
- FONSECA, A. A. M. da. Crise regional e estratégias políticas: o exemplo do movimento regional de Jacobina/Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. *Anais ... Curitiba*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994.
- FRIEDMANN, J. *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge: The MIT Press, 1966.
- \_\_\_\_\_. The role of cities in economic development. *American Behavioral Scientist*, v. 12, p. 13-21, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Urbanización, planificación y desarrollo nacional*. México: Editorial Diana, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- \_\_\_\_\_, WULFF, R. *The urban transition: comparative urban studies of newly industrializing societies*. Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning, 1971.
- \_\_\_\_\_, WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*. London: E. Arnold, 1979.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1991. 177 p.
- HAGERSTRAND, T. Survival and arena: on the life history of individuals in relation to their geographical environment. In: CARLSTEIN, T. et al. (Eds.). *Timing space and spacing time*. London: [s. n.], 1978.
- HARVEY, D. *Explanation in Geography*. New York: St. Martin's Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Social justice and the city*. London: E. Arnold, 1973.
- \_\_\_\_\_. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 71B, n. 1, p. 3-17, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992a.
- \_\_\_\_\_. Social justice, postmodernism and the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 16, n. 4, p. 588-601, dez. 1992b.
- HOSELITZ, B. F. Generative and parasitic cities. *Economic Development and Cultural Change*, v. 3, n. 3, p. 278-279, 1955.
- JANELLE, D. Spatial reorganization: a modal and a concept. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 59, p. 348-364, 1969.
- JOHNSON, E. A. J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

- JOHNSTON, R. J., HAUER, J., HOEKVELD, G. A. *Regional geography: current developments and future prospects*. London: Routledge, 1990.
- KUKLINSKI, A. (Ed.). *Globality versus locality*. Warsaw: University of Warsaw, 1990.
- LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. da Frota, NABUCO, M. R. (Orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; [S. l.]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993.
- LEFÈBVRE, H. *The survival of capitalism*. London: Allison and Busby, 1976.
- MABOGUNJE, A. L. *Urbanization in Nigeria*. London: University Press, 1968.
- \_\_\_\_\_. Growth poles and growth centres in the regional development of Nigeria. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development Report, 1971.
- McGEE, T. G. Catalizador o Cancer? El papel de las ciudades en la sociedad asiática. In: JAKOBSON, L., PRAKASH, V. *Urbanization and national development*. Beverly Hills: Sage, 1971. p. 157-181.
- MEYER, W. B. et al. The local-global continuum. In: ABLER, R. F., MARCUS, M. G., OLSON, J. M. (Eds.). *Geography's inner worlds*. New Jersey: Rutgers University Press, 1992. p. 255-279.
- MOSELEY, M. J. *Centros de crecimiento en la planificación espacial*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.
- NAISBITT, J. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Campos, 1994.
- PACHECO, R. S. Iniciativa econômica local: a experiência do ABC. In: LODOVICI, E. S., BERNAREGGI, G. R. (Orgs.). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais*. São Paulo: Summus, 1992.
- PIQUET, R. *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- \_\_\_\_\_, RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- PUTNAM, R. D. *A era do egoísmo*. VEJA, v. 27, n. 1340, p. 7-10, maio 1994. Entrevista.
- RANDOLPH, R. et al. Solidariedade e gestão territorial: indagações sobre a atuação das organizações não-governamentais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., 1991, Salvador. *Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território*. Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano Regional: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1993.
- REDFIELD, R., SINGER, M. The cultural role of cities. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 3, p. 53-73, 1954.
- RICHARDSON, H. W. *City size and national spatial strategies in developing countries*. Washington: World Bank, 1977. (World Bank Staff Working Paper, 252).
- RONDINELLI, D. A. *Secondary cities in developing countries*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Les villes du Tiers Monde*. Paris: Editions M. - Th. Génin, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993a.

- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993b. p. 15-22.
- SCOTT, A. J., STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 30-44, 1988.
- SILVA, S. B. de M. e. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976.
- \_\_\_\_\_. Cartografia da acessibilidade e da interação no Estado da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, v. 7, n. 13/14, p. 51-73, out. 1982.
- \_\_\_\_\_. Em torno de um debate sobre centralidade/polarização. *Geografia*, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 133-139, abr. 1988.
- \_\_\_\_\_. Reavaliando os principais problemas de Salvador. *Cadernos de Geociências*, Salvador, UFBA, 1994. (no prelo).
- \_\_\_\_\_, LEÃO, S. de O., SILVA, B. C. N. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador, 1989.
- SILVA, B. C. N., SILVA, S. B. de M., *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. A. A., SANTOS, M., SCARLATO, F. C., ARROYO, M. *O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993.
- STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (Coord.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1990.
- SWYNGEDOUW, E. A. The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 71B, n. 1, p. 31-42, 1989.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Coleção TRANS).
- WATSON, M. K. The scale problem in Human Geography. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 60B, n. 1, p. 36-47, 1978.

## RESUMO

Este trabalho analisa, a partir da contribuição de vários autores, a questão da associação entre cidades e crescimento econômico-social em uma dimensão regional, nacional e mundial. Este tema está sendo intensamente debatido como decorrência do contínuo processo de urbanização, com suas múltiplas repercussões, e dos mecanismos de globalização/fragmentação em um contexto de profundas transformações tecnológicas e institucionais que se processam em todo o mundo. O trabalho destaca, concluindo, a emergência da importância dada ao papel das formas diferenciadas de organização da sociedade sobre o espaço e a valorização da questão do local no contexto do global.

## ABSTRACT

This paper analyses, based on contributions of several authors, the question of the association between cities and socio-economic growth in a regional, national and in a global dimension. This theme is being now intensely discussed as a consequence of the continuous urbanization process, with its multiple repercussions, and of the globalization/fragmentation mechanisms and, finally, in the context of the relevant technological and institutional transformations in action all over the world. This paper concludes showing the emergence of the importance given to the role of differentiated organizational forms of society over the space and the growing valorization of the locality perspective in the context of the global scene.

# URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REDISCUTINDO O URBANO E A URBANIZAÇÃO COMO FATORES E SÍMBOLOS DE DESENVOLVIMENTO À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA RECENTE\*

*Marcelo José Lopes de Souza\* \**

## INTRODUÇÃO: PARA RECONCEITUAR O “DESENVOLVIMENTO”

Criticar a redução do conceito de desenvolvimento ao chamado desenvolvimento econômico não constitui novidade alguma. Esse tipo de reducionismo, característico das chamadas teorias do crescimento e da modernização (onde os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico são vistos assim quase como que “conseqüências naturais” dos processos de crescimento e modernização, sem se admitir a necessidade de implementação de *políticas* de distribuição da riqueza e de combate à pobreza), não está, é bem verdade, extinto, e pode ser observado justamente no campo prático das estratégias e dos programas de “desenvolvimento” dos mais diferentes países do “Terceiro Mundo”. Entretanto, a

comunidade acadêmica já vem há bastante tempo gerando anticorpos contra tal limitação, e não somente da parte dos teóricos marxistas da dependência e do imperialismo. Críticas às teorias da modernização podem ser encontradas o mais tardar a partir dos anos 70 como produto do crescente descrédito destas também entre setores não necessariamente integrantes da esquerda do espectro ideológico: vide, por exemplo, o enfoque *redistribution with growth* (cujo nome deriva de uma coletânea exatamente com este título, publicada em 1974 sob os auspícios do Banco Mundial), ou a vertente enfatizadora da satisfação de necessidades básicas. Tornou-se cada vez mais aceito entre diferentes economistas não-socialistas que a erradicação da pobreza não depende apenas de altas taxas de crescimento e do progresso técnico. Inicialmente imaginou-se que alcançar determinados níveis de renda por parte de grupos-alvo bem delimitados (enfoque *redistribution with growth*) seria a meta a ser perseguida, a

\* Recebido para publicação em 16 de setembro de 1994.

\*\*Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador do CNPq.

qual, revelando-se ainda um pouco vaga, desembocou na convicção de que, ainda mais concretamente, a satisfação de necessidades básicas (através de políticas compensatórias e programas específicos: habitação popular, saneamento básico, etc.) representaria o verdadeiro objetivo a ser perseguido por uma estratégia de desenvolvimento. Modernização tecnológica e crescimento do PIB, caso não sejam acompanhados (ou não proporcionalmente) por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades básicas materiais e não-materiais, não deveriam, portanto, ter legitimidade como indicadores de desenvolvimento, entendido este de um modo não economicista, e sim "social".

*Não obstante - e este é o ponto - não é suficiente objetar à idéia e às estratégias de desenvolvimento legadas pelas teorias da modernização e do crescimento. Deve-se admitir que é a própria concepção capitalista de desenvolvimento que deve ser questionada de maneira mais profunda. Em primeiro lugar, porque a experiência histórica dos países desenvolvidos não se deixa imitar massivamente; infelizmente, as limitações a nível da dinâmica do sistema mundial capitalista para promoções do tipo país periférico → país semiperiférico → país central, tal como apresentadas por Immanuel Wallerstein (Wallerstein, 1986), e que se contrapõem à crença embutida na ideologia modernizante (p.ex.: no popular esquema teórico de Rostow) e à euforia amiúde associada ao sucesso econômico dos "quatro tigres asiáticos", vem sendo muitas vezes negligenciadas em meio ao presente clima de "pós-queda do Muro de Berlim". Uma segunda razão para se admitir a própria concepção capitalista de desenvolvimento deve ser radicalmente questionada prendendo-se à circunstância de que os países ditos desenvolvidos merecem, eles mesmos, ter sua natureza modelar posta em dúvida - aliás, em vários sentidos.*

É necessário fazer, agora, uma importante ressalva. Este texto não tenciona encarnar

qualquer defesa do que ficou conhecido como "socialismo real". Pelo contrário, no entendimento do autor das presentes linhas, a derrocada do "socialismo realmente existente", iniciada em fins de 1989 com a queda do Muro de Berlim, não deve ser *em si mesma* pranteada. No entanto, o fato de que o "socialismo" burocrático entrou em colapso não deve servir de antolhos para o fato de que, por outro lado, o *capitalismo não ofereceu solução para os graves problemas por ele mesmo gerados*. Diante do colapso igualmente da modernização capitalística, bem como perante a crise da economia mundial (ver, sobretudo, Kurz, 1991), a retomada e o aprofundamento da discussão estratégica a propósito da injustiça social e do caráter antiecológico inerentes ao modelo civilizatório do capitalismo apresentam-se como irrecusáveis e inadiáveis.

É preciso insistir em que o "subdesenvolvimento" só pode ser concebido em relação com o "desenvolvimento"; aquele surge apenas como subproduto deste. Trata-se, com isto, de reiterar a convicção de um fato, para alguns trivial, que a presente conjuntura ideológica de exaltação triunfalística do capitalismo tenta caracterizar como ultrapassada (chegando-se até a teses como a do "fim da história"): a de que o "subdesenvolvimento" é um processo histórico situado no contexto de formação do sistema mundial capitalista.<sup>1</sup>

Além dos empecilhos de caráter estrutural existentes no âmbito do capitalismo a um desenvolvimento social em sentido amplo, definido este como eliminação das barreiras postas à satisfação de necessidades materiais e espirituais e à concretização da tão decantada "igualdade de oportunidades" no interior de cada país, e ainda como superação efetiva dos mecanismos de opressão a nível internacional, deve-se atentar para o absurdo ecológico embutido na tese modernizante da propagação do estilo de vida ocidental - "desenvolvido" pelo "Terceiro Mundo" afora.<sup>2</sup> Restam, na verdade, ao intelectual as seguintes opções: ou se sim-

<sup>1</sup> Essa argumentação possui uma longa tradição, desde os teóricos clássicos do imperialismo (p. ex.: Lenin, 1982), passando pelos autores vinculados à assim chamada Teoria da Dependência (p. ex.: Furtado, 1974; Cardoso, Faletto, 1984) e chegando às análises de Immanuel Wallerstein sobre a formação do sistema mundial capitalista (Wallerstein, 1979; 1986; 1989).

<sup>2</sup> Sobre isso já se havia externado Celso Furtado no começo dos anos 70 (Furtado, 1974), rejeitando contudo o alarmismo - tão em voga entre ambientalistas europeus - que adverte sobre os perigos ecológicos embutidos no desenvolvimento capitalista do "Terceiro Mundo", superestimando de muito as possibilidades de difusão desse "Desenvolvimento" e de estilo de vida consumista nos países ditos subdesenvolvidos e, além do mais, sem oferecer alternativas que contemplem os interesses dos tão citados 3/4 da humanidade.

patiza com a perspectiva de uma "ecoditadura" das grandes potências a serviço da manutenção dos atuais padrão de vida e nível de desperdício no "Primeiro Mundo" com a concomitante penúria do "Terceiro",<sup>3</sup> ou, se se rechaçar a hipocrisia pseudo-ecológica contida em um certo discurso ambientalista, cabe acatar a idéia de que o desenvolvimento precisa ser *radicalmente* repensado enquanto desafio *planetário*.

"Desenvolvimento" é um termo que, devido à conotação teleológica, etnocêntrica e capitalística que essa palavra tem carregado, soa excessivamente pesado e comprometido para um número crescente de estudiosos.<sup>4</sup> A palavra *desenvolvimento* pressupõe, naturalmente, uma valoração, bem como a determinação de uma meta (que, conforme o autor e sua visão de mundo, poderão ir do crescimento do PIB à "igualdade"). No entanto, isto não significa que os fins precisem representar um *télos*, um "estágio final", da mesma forma que não é necessário que um determinado paradigma e uma determinada direção "evolutiva" (p. ex.: uma crescente "dominação da natureza") sejam os únicos possíveis. O autor do presente ensaio reconhece que não é nada fácil libertar o termo *desenvolvimento* de seu ranço historicista, de sua carga ideológica marcada pela idéia de uma missão civilizadora do Ocidente capitalista e industrial; talvez a palavra em tela (a exemplo de outras, como "socialismo"), de tão desgastada, realmente mereça ser posta gradativamente de lado, uma vez que pode criar mal-entendidos.<sup>5</sup> Pelo menos provisoriamente, entretanto, a remoção da pesada crosta historicista e europeicêntrica do termo parece ser, na falta de uma palavra melhor, uma tarefa necessária.<sup>6</sup> É curioso que mesmo aqueles autores que, com competência e grande acuidade crítica, desvelam

os comprometimentos da palavra em questão, nem sempre dela abdicam (é o caso do próprio Castoriadis, 1986, p.174).

O que dever-se-ia compreender, porém, por um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico? Um tal conceito "liberto" precisa grifar a idéia de que cada povo, cada grupo social deve possuir a *autonomia* necessária para definir o conteúdo da *idéia* de desenvolvimento de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais - ou, no limite, mesmo para nem sequer tematizar a questão (caso das sociedades tribais, ditas impropriamente "sem história"). Autonomia que, inclusive, haverá de ter uma dimensão espacial, ou melhor, *territorial*: a autonomia de uma coletividade para gerir seu espaço, para gerir os recursos dentro dos limites de seu território. *O fundamental, enfim, é que toda coletividade humana tenha a chance de evitar o ou livrar-se do "subdesenvolvimento"*, o qual pode ser essencialmente definido como uma caricatura, prenhe de exploração e disparidades exacerbadas, de opressão e de destruição traumática de identidades culturais, no âmbito do avanço de interesses econômicos, poderes políticos e da pasteurização cultural encarnados pelo modelo civilizatório capitalista. Um conceito de desenvolvimento cuja crosta teleológica foi removida não pode, é evidente, furtar-se a perseguir objetivos específicos. Os "fins" do desenvolvimento, no entanto, que no universo do historicismo aparecem como a direção "natural" da história no contexto de um "processo civilizatório", devem, sob um ângulo antiteleológico, ser concebidos como uma trajetória de *luta e negociação*, de competição entre concorrentes visões de desenvolvimento no bojo de um processo aberto à contingência e onde o lugar da criatividade humana e da criação histórica (no sentido

<sup>3</sup> Ver, sobre a questão de uma "ecoditadura" nesses moldes, Greenpeace, 1993.

<sup>4</sup> Ver, para uma "arqueologia" e uma crítica da idéia de desenvolvimento, Castoriadis, 1986; Esteva, 1993.

<sup>5</sup> Idéia, aliás, partilhada pelo marxismo (vide, de Marx, o eloqüente testemunho de seus artigos sobre a colonização britânica na Índia: Marx, 1982a e Marx, 1982b), a despeito do fato de que, na concepção histórico-materialista do "socialismo científico", o capitalismo teria o papel de meramente aplainar o terreno para o "socialismo". A diferença entre as interpretações do "fim da história" em Marx e Fukuyana é meramente quanto à definição de qual seria o "estágio mais elevado", e nos lembra a disputa teológica entre judaísmo, cristianismo e islamismo.

<sup>6</sup> Talvez o alemão seja uma exceção entre as modernas línguas ocidentais, pois, ao lado de "Entwicklung" (equivalente a *desenvolvimento, development, développement, desarrollo*, etc.) há também o termo "Entfaltung", passível de designar algo como um "desenvolvimento endógeno e aberto", fruto do esforço (de um indivíduo de um grupo social) para *criar* potencialidades e espaços de manobra e *explorá-los*. Para esta peculiaridade me chamou a atenção meu amigo Dr. Fridolin Birk.

radical apontado por Castoriadis, 1978) é bem maior do que os teóricos da modernização e os marxistas admitem.<sup>7</sup>

A margem de manobra para se aplicar um tal conceito de desenvolvimento às realidades urbano-metropolitanas do “Terceiro Mundo” em geral e da América Latina em particular é hoje em dia, na verdade, bastante reduzida, uma vez que a América Latina já é um tipo de realidade profundamente marcado e transformado pelo modelo civilizatório capitalista. Refletir sobre o papel das grandes cidades para o “desenvolvimento nacional” tem de passar não apenas pela crítica dos efeitos sociais e ambientais negativos da urbanização capitalista a nível nacional, regional e, claro, local (alterações da qualidade de vida dos moradores das metrópoles), mas igualmente pelo difícil esforço de imaginar formas de “refuncionalizar”/“reestruturar” a espacialidade urbano-metropolitana capitalista (“refuncionalização”/“reestruturação” entendidas, aqui, não como maquiagem ou conjunto de pequenos remendos, mas como superação dialética). Antes, porém, é conveniente recordar as visões que algumas correntes de pensamento, academicamente representativas ou politicamente influentes, tiveram ou têm do significado da urbanização e das cidades para o processo de desenvolvimento, sendo este entendido, nem é preciso dizer, de maneiras às vezes muito discrepantes entre si.

## A DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE O SIGNIFICADO DA URBANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E SEUS ECOS NO BRASIL

### Da “urbanofilia” de Friedrich Ratzel à “urbanofobia” da Geopolítica haushoferiana

O fato de que a Geografia Urbana furtou-se, até os anos 70, a refletir *estrategica-*

*mente* sobre a cidade e a urbanização, vale dizer, sobre as conexões entre urbanização, “desenvolvimento” e “segurança” (fortalecimento do poder político estatal), não nos deveria impedir de notar uma pequena mas interessante exceção, saída da pena do fundador da “Antropogeografia”, Friedrich Ratzel. Trata-se do escrito “A posição geográfica das grandes cidades” (Ratzel, 1906).

A Ratzel interessavam, além da questão da relevância da função defensiva para a fundação (escolha do sítio) e evolução das cidades, a significância política das urbes enquanto “centros da vida e monumentos” - “entre todos os assentamentos humanos os mais duradouros”. No fundo, o que a ele importava era a relevância das cidades para o *fortalecimento do Estado*:

*“Quando os assentamentos se tornaram tão grandes e sólidos que o conquistador vitorioso de um país não conseguia mais destruí-los, deu-se um grande progresso na vida dos povos: Estados não puderam mais ser inteiramente desenraizados e povos não mais puderam ser dispersados; mesmo após a mais profunda derrota povos e sobretudo Estados continuaram existindo.”* (Ratzel, 1906, p.461)

Aliás, já em sua *Politische Geographie* traíra Ratzel, por assim dizer, sua verdadeira motivação político-ideológica para debruçar-se sobre o tema da urbanização:

*“A força vital das cidades é muito maior que a das áreas rurais. O poder concentrado no interior dos muros de uma cidade pode, contudo, através de uma tamanha destruição como aquela que Tiro e Cartago experimentaram, ser completamente quebrado; os habitantes estão passíveis de serem desalojados e suas orgulhosas construções destruídas ao rés do chão. Uma área rural não pode ser arrasada e despoçada em tão elevado grau; a própria natureza não o permite, pois ela deixa os campos pisoteados tornarem-se novamente verdejantes. Mas uma população rural que tenha sido dispersada e reduzida só muito*

<sup>7</sup> O médico e biólogo Konrade Lorenze (1986) empregou, no contexto de sua crítica da teologia na teoria da evolução, o termo *teleonomia* para expressar o aparecimento de realidades funcionalmente úteis mas, de modo algum, filogeneticamente predeterminadas. No terreno social-histórico, também tematizado por Lorenze em sua crítica à “falsa religião do progresso”, o “sentido utilitário” de que nos fala o cientista alemão e as metas perseguidas não são necessariamente universalmente consensuais, “objetivos”, mas sim *valorações*, variáveis conforme o universo cultural e mesmo no interior de um dado universo cultural, em função de fatores de ordem econômica ou política.



vagorosamente volta a se adensar, e dificilmente alcançará novamente o patamar de poder que foi perdido. Justamente isso é o que é o historicamente significativo com as cidades, com os homens concentrando-se no mesmo lugar, seja por costume, seja por sede de lucros ou por necessidade de proteção, tanto que, a despeito de todos os reveses, p.ex.: Roma jamais perdeu completamente seu sítio e sua significativa posição.” (Ratzel, 1903, p.422)

A Geopolítica haushoferiana é comumente encarada como uma espécie de prosseguimento da doutrina de Ratzel (com a mediação de Rudolf Kjellén) e de seu espírito imperialista e determinista (Wittfogel, 1977; Schöller, 1977). Isso pode ser verdade a maior parte do tempo, mas não no que concerne à valoração do urbano e da urbanização, onde se nota uma nítida diferença entre as posições de Ratzel, de um lado, e de Karl Haushofer e outros geopolíticos, de outro.

As condições históricas diferenciadas não devem ser negligenciadas. Ratzel foi, é inquestionável, um entusiasta do imperialismo alemão, o qual, durante o Terceiro Reich, na esteira da política expansionista de Hitler, atingiu o seu clímax. Não obstante isso, Ratzel foi o representante da ideologia nacionalista de uma Alemanha do fim do século passado - de uma Alemanha que se industrializara tardiamente, e que se esforçava para alcançar e suplantear a Inglaterra e a França. Como se poderia, num tal contexto, e encarnando um patriotismo chauvinista, não ter inveja do brilho civilizatório de uma Paris ou de uma Londres?

Os geopolíticos da era nazista viveram uma Alemanha bem distinta. Uma Alemanha na qual as grandes cidades já haviam servido por diversas vezes de palco para greves e levantes socialistas (Liga Espártaco); uma Alemanha cujas grandes cidades refletiam com uma clareza particularmente atroz a dureza do pós-Primeira Guerra: pobreza, desemprego, inflação e hiperinflação... Dado que as cidades, além do mais, eram também sinônimo de concentração de vários grupos sociais, que segundo a ideologia nazista maculariam a pureza da pátria - judeus, homossexuais, intelectuais e militantes de esquerda etc., é

lógico que o nazismo valorou as cidades, sobretudo as grandes, antes negativa que positivamente. Ainda que se concedesse que nas cidades é que se concentravam a cultura e o poder político (Hellpach, 1933, p.232), em última análise a “superurbanização [Überstädterung], a formação de grandes cidades” seria sem sombra de dúvida “um processo ameaçador da vida de um povo, e, para uma cultura, provavelmente o sinal de sua morte próxima” (Hellpach, 1933, p.233).

Seja como for, Hellpach pertenceu ao grupo dos mais moderados, uma vez que, no seu entender, seria um erro ver a grande cidade como completamente malévola (Hellpach, 1933, p.233). Karl Haushofer, o mais conhecido e influente dos geopolíticos alemães, não enxergou, de sua parte, praticamente nada de positivo no fenômeno da grande cidade: esta seria, com efeito, nada além de uma “devoradora da vida sobre a superfície terrestre” (Haushofer, 1933b, p.102).

Para os geopolíticos era a correlação entre urbanização e queda da taxa de natalidade particularmente importante e preocupante. Aí residiria um grande perigo, uma vez que a pátria necessitava cada vez mais de homens, como trabalhadores, soldados e representantes da “raça ariana”. Hans Harmsen (1933a) publicou na *Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica)* um ensaio bastante ilustrativo, no qual ele chamava a atenção para a correlação positiva entre urbanização e despovoamento na França. O mesmo fez Albrecht Haushofer, no mesmo número da *Zeitschrift für Geopolitik*, com relação à Grã-Bretanha.

Não raramente foi o objetivo de se alcançar um elevado número de habitantes justificado com advertências sobre perigos de ordem biológica ou antropológica, bem como dando origem ele a prescrições como as contidas nesta passagem extraída de um artigo de Burgdörfer (1933, p.113):

*“No interesse da manutenção da saúde biológica e da preservação do povo alemão, no interesse da afirmação do solo pátrio alemão através e para o povo alemão, se afigura necessário acima de tudo fixar os descendentes das populações rurais na terra por meio de assentamentos camponeses e*

agrícolas. Ao lado disto é igualmente imperativo buscar a maior descentralização possível da indústria e o afrouxamento das grandes cidades, especialmente através da implantação de assentamentos suburbanos que ofereçam empregos complementares.”

A citação acima não deixa dúvida quanto ao fato de que os geopolíticos do Terceiro Reich não eram contrários a toda forma de industrialização e modernização, o que obviamente teria sido insustentável. Em realidade foram eles apologistas de um outro modelo de organização espacial, em cujos marcos “uma reagrarização com o fito de restaurar um equilíbrio adequado entre agricultura e indústria no contexto de nossa economia”, como escreveu Burgdörfer (1933, p.110), deveria receber prioridade. Nada secundária foi, ademais disso, a questão da autonomia nacional no terreno da produção de alimentos, revelando uma preocupação que trai um enfoque a serviço de uma estratégia de preparação para a guerra (vide Burgdörfer, 1933, p.110).

Tudo isso junto mostra até que ponto a “urbanofobia” nazi-fascista<sup>8</sup> se deixa reportar ao pano de fundo político. Uma “urbanofobia” que, aliás, o próprio Adolf Hitler expressara com toda a contundência: “a razão mais profunda para as desgraças da Alemanha e do mundo reside no fato de que homens demais perderam seus vínculos com o solo, vivem amontoados em grandes cidades e, com isso, são mais duramente atingidos por qualquer mudança na economia do que o homem que possuiu sua própria terra.” (apud Burgdörfer, 1933, p.112)

## A visão marxista do urbano e da urbanização

No campo da esquerda, o interesse pelas grandes cidades enquanto campos de tensão sociopolítica desenvolveu-se a partir da formação de uma “Economia Política Urbana” segundo os moldes da Economia Política marxista. Para essa formação contribuíram tanto sociólogos (a Sociologia Urbana marxista francesa, que se tornaria famosa, surgiu no começo dos anos 70, e a

publicação do *A questão urbana* de Manuel Castells em 1972 é o seu marco mais importante), quanto geógrafos (p.ex.: David Harvey - vide Harvey, 1973) e outros cientistas sociais.

Do ponto de vista de Sawers (1984) a análise urbana convencional tenderia a ver as cidades separadas de seu contexto histórico-social.

*“This leads to an ahistorical, ethnocentric view of urbanization. Cities which were founded at the dawn of civilization or in medieval France are seen to be organized in the same principles as Phoenix in the 1980s. The same kind of policies that work in Cincinnati or Tokyo are applied to Lima or Dakar.”* (Sawers, 1984, p.5)

E mais:

*“The lack of a class analysis leads to an error which might be called the fetishism of space. Conventional urbanologists often speak in such terms as they city versus the suburb, the competition of Dallas and Fort Worth, or the zone of deterioration expanding into the encircling ring of independent workmen’s homes. These are fundamental distortions of the reality. Two parts of the Earth’s inanimate surface cannot have opposing interests. History is made only when groups of people have interests opposed to those of other groups of people. Spatial fetishism plays a prominent role in confusing the important social relations which shape urban space.”* (Sawers, 1984, p.7)

A “Economia Política Urbana” representou a renovação do interesse do marxismo pelo urbano. Nem Marx nem Engels se ocuparam propriamente com “problemas urbanos” no sentido de um objeto de conhecimento em si mesmo; nos marcos do imaginário de sua época os problemas a nível da esfera do consumo (ou seja, dificuldades de acesso a infra-estrutura de serviços e acesso a moradia, hodiernamente tema de reivindicações por parte dos ativismos de bairro) ainda não se haviam, por assim dizer, emancipado da questão da exploração na esfera da produção, nem teoricamente, nem na prática política (vide, sobre isso, Souza, 1988b). No

<sup>8</sup> Também o fascismo italiano incluiu um conteúdo marcadamente “urbanóforo”. Declarações e a política populacional de Mussolini serviram mesmo de fonte de inspiração para geopolíticos alemães (p.ex.: Harmsem, 1933b).

entanto, os fundadores do "socialismo científico" não deixaram de realizar uma reflexão sobre o significado histórico da urbanização, bem como sobre o significado da contradição cidade/campo (Marx e Engels, 1982a; e, sobretudo, Marx e Engels, 1982b). O que ocorre é que a posição de Marx a respeito do assunto é bastante insatisfatória e, vista com os olhos de hoje, até mesmo contraditória.

Não se pode esquecer que se Marx foi, por um lado, um opositor implacável do modo de produção capitalista, ele foi ao mesmo tempo um filho do iluminismo e um homem do Século XIX. O reconhecimento do significado positivo do processo de desenvolvimento capitalista relativamente à criação de uma base material, a qual poderia ser utilizada em benefício e no contexto de uma futura sociedade socialista (caso contrário haveria, segundo ele, tão-somente uma "socialização da miséria"), foi desde o começo indubitavelmente uma componente essencial do edifício intelectual marxista. A análise de Marx das conseqüências da introdução do capitalismo na Índia (Marx, 1982a; 1982b), onde os britânicos aparecem como uma espécie de "heróis-civilizadores" (em que pese Marx ser sensível aos dramas sociais contidos no processo), dá um testemunho cabal da valoração positiva do modelo civilizatório capitalístico no interior do materialismo histórico. Algo como uma "volta à natureza" era completamente estranho a Marx, ainda que ele criticasse a contradição entre cidade e campo e anunciasse a sua superação no âmbito de uma sociedade comunista (Marx e Engels, 1982b, p.44; 1982a, p.125). O seguinte trecho do "Manifesto" não deixa dúvidas sobre em que conta Marx e Engels tinham a vida rural:

*"A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face à rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia [Idiotismus] da vida rural."* (Marx e Engels, 1982a,111)

Marx e Engels entendiam muito bem que a urbanização e a lógica do capitalismo estavam entrelaçadas. Marx defendeu, é fato, a substituição da burguesia pelo proletariado como classe dominante (fase do so-

cialismo, da ditadura do proletariado) e, em última instância, a supressão das classes (estação final: comunismo); ele se opunha ao modo de produção capitalista, mas não exatamente ao modelo civilizatório industrialista, "dominador da natureza", "desacorrentador de Prometeu" do qual o capitalismo é a ponta de lança econômica. Como bem mostrou Castoriadis (1978), Marx não possuía uma concepção alternativa do desenvolvimento econômico-tecnológico, e qualquer marxista coerente recusará uma preocupação dessa ordem como romântica ou utópica.

Dado que a crítica do capitalismo foi até recentemente quase que monopolizada pelos marxistas (isto é, até o marxismo entrar em sua mais profunda crise até hoje, após os acontecimentos de 1989-90), não deve ser de espantar que as premissas filosóficas de Marx tenham sido assumidas sem maiores interrogações. Os marxistas mais consistentes (vale dizer, perante o legado de Marx) são antes "urbanófilos" que "urbanófobos", ainda que as conseqüências da urbanização capitalista (segregação socioespacial, pobreza urbana) sejam criticadas energicamente. A maioria absoluta dos marxistas rechaçou toda tentativa de colocar em questão o sentido intrinsecamente positivo da sociedade industrial e de sua tecnologia. As seguintes colocações de Berndt são, a esse respeito, bastante representativas:

*"O desejo de um modo de vida 'natural' não significa apenas um 'pessimismo romântico'. Ele é reacionário na medida em que se dirige contra toda forma de viver urbana. Pois nenhuma pessoa que se tenha acostumado às comodidades da civilização moderna gostaria de retroceder a um estado onde a luta pela sobrevivência era travada com ferramentas de pedra, e a pequena esperança de vida tinha a ver sobretudo com a elevada mortalidade infantil."* (1978, p.37)

E, de maneira lapidar:

*"A oposição entre a natureza, enquanto o originário e o bem, e a cidade e a sociedade, enquanto o artificial e o mal, é ideologia."* (1978, p.39)

Até mesmo o "heterodoxo" Henri Lefèvre, que escreveu sobre a substituição da sociedade industrial pela "urbana" e que,

com sua análise do esmaecimento do papel político do proletariado nesta "sociedade urbana" (Léfèbvre, 1983) atraiu contra si a ira de todos os ortodoxos, ponderou que ser cidadão e poder gozar o ambiente urbano em liberdade é um privilégio, um *direito*: "le droit à la ville" (Léfèbvre, 1969), em que pesem todas as perversões da urbanização capitalista.

No que diz respeito aos autores brasileiros é preciso ter a coragem de admitir que a maioria deles, representantes de uma ciência reflexa perante o "Primeiro Mundo", não foi ou é particularmente autônoma do ponto de vista intelectual. Não se está a fazer referência, aqui, somente aos "intelectuais engajados" de partidos comunistas ortodoxos, mas também à maior parte dos "heterodoxos" que povoam/povoaram as universidades. As idéias, os conceitos e as teorias de um Manuel Castells, de um Jean Lojkine, de um Christian Topalov, de um Jordi Borja, de um David Harvey, às vezes também de Henri Léfèbvre, foram recebidas, mas raras vezes foram elas retrabalhadas criticamente, e em vários casos foram objeto inclusive de banalização.

## As teorias da modernização e a Geopolítica brasileira do Regime de 64

Tampouco no campo dos autores conservadores pode-se distinguir propriamente uma "urbanofobia". Antes defenderam e defendem, ainda, medidas profiláticas e corretivas, após ter se constatado que a urbanização *em si* não é um unívoco indicador de progresso. O teórico da modernização Bert Hoselitz (1960b, p. 185) frisou que a urbanização é até mesmo uma *precondição* para o desenvolvimento, concedendo porém que a urbanização pode ser problemática - a saber, nos assim denominados "países em desenvolvimento", em relação aos quais seria excessivamente simplificador (e, no fundo, errado) imaginar que sempre existe uma correlação positiva e forte entre industrialização e urbanização. Esses países são marcados por enormes disparidades: as indústrias se concentram em poucas cidades, as quais surgem como ilhas de industrialização em meio a grandes áreas essencialmente rurais.

Hoselitz não esteve, é bem verdade, de acordo em se considerar as cidades dos países subdesenvolvidos generalizadamente como "parasitárias" perante as áreas rurais. Esta seria a posição dos chamados "tradicionalistas", em contraste com os "modernistas" mais acríticos, que superestimam o caráter benéfico da urbanização capitalista no Terceiro Mundo e "alegam que é necessária a concentração contínua do crescimento econômico nas grandes cidades para obter economias de escala e aumentar externalidades sob forma de custos indiretos e infra-estrutura social e econômica porque estas, por sua vez, são os pré-requisitos do crescimento subsequente necessário para proporcionar os recursos exigidos para superar as deficiências sociais" (Berry, 1978, p.51). Na opinião de Hoselitz não é correto julgar o urbano dos países subdesenvolvidos simplística e unilateralmente, seja como "parasitário", vale dizer, meramente sugador de recursos, seja muito menos como "gerador", ou seja, estimulador do desenvolvimento. Hoselitz propôs, assim, considerar determinadas cidades como *parasitic*, outras como *generative*:

*"A city will be designated as generative if its impact on economic growth is favorable, i.e., if its formation and continued existence and growth is one of the factors accountable for the economic development of region or country in which it is located. A city will be considered as parasitic if it exerts an opposite impact."* (Hoselitz, 1960b, p. 187-6)

Essa tentativa de classificar as cidades é, porém, excessivamente simplificador. Hoselitz estava, é bem verdade, consciente de que o meio exterior à cidade desempenha um papel importante e de que as cidades assumem uma posição particularmente relevante nesse contexto: a saber, como "chief centers of cultural contact" entre os assim chamados países desenvolvidos e os "em desenvolvimento" (Hoselitz, 1962a). O que a ele interessava, porém, era saber o quanto as cidades são capazes de assimilar valores culturais favoráveis ao desenvolvimento (em sentido ocidental, capitalista e, além do mais, economicista) oriundos do estrangeiro e através da sua influência contribuir para a superação de valores tidos como tradicionais (aqueles da "folk-like soci-

ety"). Hoselitz visualiza os problemas dos "países em desenvolvimento" antes enquanto tradições que obstaculizam o desenvolvimento e que serão superadas na esteira do processo de ocidentalização e modernização, do que como problemas cujos fatores devem ser buscados na formação histórica e na reprodução do sistema mundial capitalista. O processo de desenvolvimento urbano nos "países em desenvolvimento" repetiria, em última análise, a trajetória percorrida pelos países hoje "desenvolvidos" (Hoselitz, 1960a, p.172). Ele não consegue, por conseguinte, ver ou conceber como a transferência de valores "modernos", capitalistas, não necessariamente contribui para o desenvolvimento (aqui entendido em sentido mais amplo). Tampouco ele percebe perfeitamente até que ponto os centros do sistema mundial capitalista e as elites capitalistas dos países subdesenvolvidos lucram com determinados processos de tipo "parasitário" - os quais nem sempre impedem a modernização tecnológica e o crescimento econômico: vide o caso do Brasil.

De um modo geral pode-se dizer que as teorias da modernização acreditavam que a urbanização é em última instância algo essencialmente positivo, a exemplo do próprio *status quo* capitalista. Frequentemente colocase a questão, porém, de se direcionar e disciplinar o processo de urbanização e de desenvolvimento (este entendido em sua acepção economicista), a fim de se minimizar determinados problemas. Os problemas - pobreza, carência de moradias, desemprego, criminalidade, poluição ambiental etc. - não são vistos como o que de fato são no contexto do modo de produção capitalista, isto é, inevitáveis e essenciais, mas sim como meras *imperfeições*, as quais seriam, para os neoclássicos, reportáveis a "imperfeições de mercado", portanto como problemas quase que *naturais*, ao invés de *historicamente condicionados*.

O instrumento adequado para a minimização ou superação de tais "imperfeições" seria o *planejamento*: planejamento urbano, regional, econômico, familiar, ambiental... A crença amiúde exagerada nas possibilidades do(s) planejamento(s) deixa-se, inclusive, caracterizar como uma ideologia específica, a *ideologia do planejamento*, de corte tecnocrático. Com isto é o significado

da dimensão *política* em comparação com a dimensão *técnica* subestimado: trata-se da crença na *racionalidade* do planejamento, capaz de garantir harmonização de interesses e a superação de conflitos. Além disso, fatores supralocais (internacionais, nacionais e regionais) de problemas manifestados no nível local não são seriamente considerados, e problemas sociais são reduzidos a problemas "espaciais", o que é freqüente entre urbanistas (um bom exemplo é Le Corbusier, 1979).

As diretrizes recomendadas para se alcançar o desenvolvimento urbano poderiam variar: *slum up-grading*, planejamento familiar, estímulo ao desenvolvimento de pequenas e sobretudo médias cidades como alternativas visando à descompressão das metrópoles, melhoria da qualidade de vida no campo... No entanto, a maioria dos analistas que enfatizam tais diretrizes passam ao largo das causas profundas. "Melhoria da qualidade vida no campo" permanece via de regra uma receita vazia, caso não se esteja entendendo por isso uma verdadeira *reforma agrária*. Iguamente pouco elogiáveis são as tentativas de descomprimir metrópoles através do apoio a cidades de porte médio, caso não fique claro que uma tal medida isoladamente - ou seja, sem os efeitos positivos de uma reforma agrária - não será suficiente. Planejamento familiar pode contribuir para a queda do número absoluto de famintos, mas não para a superação das causas da fome e para a diminuição do nível de concentração de renda.

A ideologia do planejamento tem uma longa história no Brasil. O que aqui interessa registrar, porém, são não apenas as receitas passadas pelos intelectuais mas, também, como essas receitas foram recebidas e eventualmente reelaboradas e aplicadas pelo poder do Estado. E no Brasil o poder teve (e, ainda que indiretamente, continua tendo) muito a ver com as *Forças Armadas*. Não deveria surpreender, portanto, fazer referência ao papel do pensamento militar - Geopolítica, planejamento estratégico - no contexto da elaboração das políticas de desenvolvimento em geral e do desenvolvimento urbano em particular no Brasil, especialmente no que toca ao período entre 1964 e 1985.

Os geopolíticos brasileiros da primeira metade deste século não se pronunciaram acerca de “problemas urbanos” e do fenômeno da urbanização. Isto não é, porém, de espantar, mesmo quando se considera o fato de que a Geopolítica alemã era um modelo para os militares brasileiros. Até mesmo o civil Everardo Backheuser, um dos principais introdutores do pensamento geopolítico alemão no Brasil e conhecedor de problemas urbanos, jamais tratou estes de um ponto de vista estritamente “geopolítico”.<sup>9</sup> Esse silêncio tem a ver evidentemente com o fato de que problemas sociais nas grandes cidades brasileiras de então ainda tinham um significado meramente *local*, excetuando-se algumas greves de trabalhadores. O Brasil ainda era um país essencialmente rural, no qual questões como “urbanização explosiva” ainda não se tinham tornado relevantes.

Espelhando a realidade do momento histórico em que ele escreveu seu livro “Brasil - Geopolítica e destino”, o general Carlos de Meira Mattos, conhecido geopolítico do período do Regime de 64, mostra-se entusiasmado com a urbanização do país. Isso seria, na sua opinião, um claro sinal de que o Brasil estaria a se aproximar de seu destino de grande potência:

*“Os modelos de modernização da sociedade oferecem como referência de progresso econômico e social o aumento progressivo na urbanização das populações. A proporção de 1/4, como referência entre a população urbana e rural, é considerada índice de atraso, de subdesenvolvimento; a razão de 1/2 é menos atraso; a empate 1/1, a que chegamos, já indica bom impulso desenvolvimentista; daí em diante, 2/1 e 3/1 são índices de muito desenvolvimento no mundo de hoje.”* (Mattos, 1975, p.145)

Nem sempre assim tão ingênuos foram os ideólogos. Sob o governo do general Geisel - ele próprio não sendo um geopolítico, mas o mais arguto e preparado dentre os generais presidentes, e tendo como ministro-chefe da Casa Civil o general Golbery do Couto e Silva, o mais importante geopolítico do pós-Segunda Guerra - foi preparado o II

Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), o qual refletiu as preocupações com os então sociopoliticamente já bastante visíveis problemas das grandes cidades:

*“A excessiva concentração urbana, que ocorre sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, está acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social.”* (II PND, p.86, grifado por M.J.L.S.)

A terapia, trazida para o terreno do planejamento estratégico, compreenderia várias metas, as quais deveriam ser perseguidas diferenciadamente conforme a região (as cinco macrorregiões geográficas definidas pelo IBGE), e deixando-se viabilizar com a ajuda de um arcabouço institucional representado, por exemplo, pela implementação efetiva das nove regiões metropolitanas sob coordenação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU.

A crescente consciência acerca dos “perigos” representados pelas grandes aglomerações urbanas não significa, contudo, que os militares ou os tecnocratas a serviço do Regime de 64 fossem particularmente urbanófilos. A valoração positiva da urbanização, representada simplisticamente pelo general Meira Mattos, não foi negada. Os problemas que, no Brasil, acompanham essa urbanização, não passaram, porém, despercebidos, ainda que suas causas sociais mais profundas sejam intencionalmente negligenciadas. Soa, assim, exagerado, quando Francisco de Oliveira (1989, p.124) escreve que a ideologia do Regime de 64 era, “em suas grandes linhas”, “uma ideologia de classe média que postulava algo como uma ‘ruralização’ do País: o horror às cidades naquilo que estas expressavam a possibilidade do poder político do proletariado”. Nem sempre o conservadorismo resvala para uma decidida “urbanofobia”, como já o exemplo de Ratzel o demonstrara. O pensamento acerca da urbanização e das grandes cidades produzido pelos geopolíticos e tecnocratas de alto escalão do Regime de 64 constitui uma assimilação da

<sup>9</sup> Ele mesmo escreveu, quando jovem engenheiro no começo do século, um relatório ao então Presidente da República sobre a questão habitacional no Rio de Janeiro, onde ele adverte para as tensões e os conflitos sociais a que essa problemática poderia levar (Backheuser, 1906, p.126). Todavia ele não retomou essa temática mais tarde, fazendo a ponte com o pensamento geopolítico.

substância das teorias da modernização por parte das instâncias de poder e de planejamento estratégico de um regime militar.

## AS MÚLTIPLAS FACETAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA HOJE

### A “funcionalidade” das cidades e da urbanização do ponto de vista do sistema de dominação

Se as teorias da modernização acentuavam o papel positivo desempenhado pelo sistema urbano no bojo do processo de desenvolvimento, isto não era, cumpre dizer, inteiramente falso. O problema é que a verdadeira natureza dessa “positividade” é distorcida no interior do discurso ideológico da modernização capitalista. Para John Friedmann (1971), por exemplo, as cidades são tanto indicadores quanto fatores de progresso, e isso pelas seguintes razões: 1) o ambiente urbano apresentar-se-ia como um caldo de cultura especialmente propício às invenções e inovações; 2) as oportunidades de satisfação de necessidades aumentariam no urbano, sendo tanto maiores quanto maior for a cidade em questão; 3) a urbanização favoreceria o surgimento de contra-elites e a mudança social.<sup>10</sup> Tudo isso parece ser bastante evidente, e não se trata, no presente estudo, de negar essas afirmações,<sup>11</sup> mas de contextualizar as questões do progresso técnico, da satisfação de necessidades da população e da mudança social de um modo menos abstrato.

A “funcionalidade” das cidades para o desenvolvimento capitalista foi bem sintetizada, sob um ângulo crítico, pelos marxistas Armstrong e Mcgee (1985) através das expressões “teatros de acumulação” e “centros de difusão”. Como falar, com efeito, de

“parasitismo”, uma vez que se percebe que as cidades do Terceiro Mundo desempenham papéis relevantíssimos como *loci* da acumulação de capital, em vários casos (sobretudo nos chamados *New Industrializing Countries*) com uma participação muito grande de empresas multinacionais na formação do produto, e ao mesmo tempo pontos de apoio para a introdução (num país ou, no caso de cidades de menor hierarquia no sistema urbano nacional, numa região ou sub-região) de valores, modas e tecnologias “modernos”? Em face da importância estratégica dos centros urbanos dos países subdesenvolvidos para o sistema mundial capitalista, trata-se de uma falsa questão, a despeito de problemas como os tão mencionados “urban bias”, a de saber se essas cidades são essencialmente “geradoras” ou “parasitárias”; a interrogação deve ser, isso sim, a seguinte: a quem servem a “difusão de inovações” e a gestão econômica e política que se apóiam nessas “cabeças-de-ponte” do capital que são os centros urbanos, das metrópoles aos núcleos menores?<sup>12</sup> Faz-se mister ainda registrar que, no Brasil, Roberto Lobato Corrêa (1982, 1989) vem realizando estudos tematicamente próximos e tão importantes quanto o acima citado de Armstrong e Mcgee, chamando a atenção para as funções de *drenagem de recursos* do campo para as cidades (e das cidades menores para as maiores, até se chegar às “cidades mundiais” dos países centrais) e de *difusão de bens, serviços e valores* exercidas pelas redes urbanas dos países capitalistas subdesenvolvidos.

É necessário, contudo, ressaltar que nem toda posição conservadora acalentará um grande otimismo a propósito do papel positivo da urbanização. Um autor como o indiano Shanti Tangri (1964), que não é nenhum entusiasta de uma alternativa ao capitalismo enquanto modo de produção, criticou os sociólogos e economistas ociden-

<sup>10</sup> Anteriormente o autor já havia externado muito claramente uma opinião positiva sobre o papel da urbanização em Friedmann, 1964.

<sup>11</sup> As quais todavia merecem, eventualmente, ser relativizadas. É o caso das cidades enquanto *loci* privilegiados da invenção e da inovação. Isto é, de fato, uma característica das sociedades modernas, mas Morse (1971) já criticara Friedmann por este ter generalizado excessivamente o alcance do postulado. Richard Morse, um historiador que conhece profundamente a realidade histórica latino-americana, cita, em sua réplica a Friedmann, o exemplo do Brasil colonial, onde o campo (os engenhos), e não as cidades, era o principal *locus* da inovação técnica e cultural.

<sup>12</sup> Armstrong e Mcgee (1985, p.50 e seguintes) oferecem um quadro interessante e diferenciado das funções exercidas pelos núcleos urbanos do Terceiro Mundo conforme sejam eles metrópoles nacionais, centros regionais ou pequenas cidades (cidades locais).

tais que sublinharam a influência benéfica mútua entre urbanização e desenvolvimento econômico. Tangri preocupa-se com os custos sociais da urbanização e, sobre os fundamentos de uma crítica da importação de tecnologias e valores, assume uma postura basicamente “urbanófoba”. Sua posição, mescla de nostalgia ruralófila conservadora (um pouco aquilo que era o alvo das críticas de Berndt [1978], mencionadas páginas atrás) e *small is beautiful*, pode até não ser exatamente anti-capitalista, mas atrita com a realidade da crescente globalização, da internacionalização do capital e das necessidades assim criadas. Uma alternativa à urbanização capitalista, a qual é encarada pelo autor indiano com muitas reservas, só é possível fora do modelo civilizatório capitalista - e esta conclusão um intelectual conservador como Tangri decerto não estaria disposto a extrair.

Não é por acaso que os “regional scientists”, que não deixavam de estar vinculados à mesma matriz ideológica modernizante/europeicêntrica do sociólogo Hoselitz, secundarizavam a discussão sobre o que este havia denominado de o caráter “parasitário” de algumas cidades. Na Regional Science a urbanização considerada como positiva na sua essência, sendo um incontestável indicador de desenvolvimento; seria necessário simplesmente cuidar para evitar ou reverter situações como um sistema primaz ou uma concentração muito grande de população em algumas cidades, o que geraria deseconomias de urbanização. As desvantagens de uma excessiva desconcentração foram, no entanto, também ressaltadas, por exemplo pelo economista neoclássico W. Alonso. Alonso sublinhou que indicadores como nível de educação, renda *per capita*, percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza (absoluta) e oportunidades de bons empregos teriam uma resposta mais positiva do que em cidades menores, aspecto que compensaria o fato, por ele reconhecido, de que, realmente, em centros urbanos de grande porte haveria, é certo, uma maior incidência de “condições patológicas”, para usar sua expressão (Alonso, 1972, p.113). Daí a sua ênfase em que o estímulo ao desenvolvimento de cidades de porte médio seria mais razoável que a criação de novas pequenas ci-

dades com o intuito de se alcançar uma desconcentração demográfica e econômica do sistema urbano. Alonso chegou mesmo a defender o fenômeno da megalópole como uma forma de se ganhar em eficiência, graças à possibilidade de se ter especialização e fáceis ligações entre áreas urbanas, sem arcar com os ônus decorrentes do tamanho exagerado de uma única cidade (Alonso, 1972, p.117). Outros autores, como Richardson, também relativizaram o caráter negativo da primazia urbana, exatamente à luz da conveniência de se otimizar a inserção no sistema mundial capitalista e se acelerar a modernização:

*“(...) high levels of primacy may be critical in certain historical stages of economic development. If the world city system is considered as a hierarchical diffusion mechanism, the larger the primate city the higher the rate of technology transfer and innovation adoption from abroad.”* (Richardson, 1981, p.276)

A falta de senso crítico da maioria dos *regional scientists* em relação à funcionalidade do urbano para o capitalismo é flagrante. A função de *centers of diffusion*, para seguir a terminologia dos marxistas Armstrong e Mcgee, é visualizada deformadamente, como se as “inovações” exportadas para o Terceiro Mundo de fato representassem conhecimentos de vanguarda e tecnologias de ponta, quando na verdade a “difusão de inovações” amiúde pode ser comparada a uma estratégia de vendas (Santos, 1979) dos países centrais para repassar tecnologias já não mais de ponta (e estratégicas), conforme já no começo dos anos 70 denunciara Celso Furtado (1974). Tampouco eram as questões da degradação ambiental, da geração de novas formas de dependência e, além disso, liberador de mão-de-obra (desemprego tecnológico por conta da disseminação de tecnologias intensivas de capital), não eram adequadamente avaliados. Este foi, durante muito tempo, o caso em relação às tecnologias associadas à “Revolução Verde” (mecanização da agricultura, difusão do uso de fertilizantes químicos e pesticidas, variedades de alta produtividade extremamente sensíveis a pragas e dependentes de fertilizantes e agrotóxicos). Ainda no que respeita à “difusão de inovações”, a superestimação do



papel do sistema urbano em si mesmo (exemplo cabal de fetichização do espaço) e a negligência para com as relações de dependência a nível internacional, como acontece com Harry Richardson no trecho transcrito anteriormente, são falhas sérias, só explicáveis pela miopia imposta pela matriz teórica e pelo universo ideológico do autor.

No que concerne à função de *theaters of accumulation*, a postura da *Regional Science*, da Economia Urbana neoclássica e da Geografia Urbana neopositivista é semelhante. O crescimento econômico e a industrialização, e por conseguinte a urbanização, expressão e ao mesmo tempo apoiadora da modernização, são vistos como bons *em si mesmos*. Tratava-se, conforme já colocado na Introdução, de se ver a melhoria dos indicadores sociais - notadamente a diminuição da concentração de renda, acompanhável p.ex. através da evolução do índice de Gini - como uma consequência quase que natural do crescimento econômico. Associado à teoria do crescimento desequilibrado de Albert Hirschman (enfoque utilizado não poucas vezes no "Terceiro Mundo" para justificar a concentração de renda a fim de se criar mercado para certos bens), esse pensamento recebeu, no Brasil, o apelido de "teoria do bolo": primeiro seria preciso esperar o "bolo crescer", para só depois então reparti-lo.

As questões da acumulação e da "difusão de inovações" foram articuladas uma com a outra por Celso Furtado numa exposição por ele feita em 1972 (reproduzida em Furtado, 1991, p.212-213):

*"Na periferia capitalista, a industrialização privilegiou minorias que se habituaram às formas de vida dos países ricos. E tudo isso foi feito com a supervisão técnica e o controle financeiro das empresas multinacionais. A muitos pareceu que a concentração de renda gerada por esse processo de industrialização constituiu uma necessidade a fim de elevar a taxa de investimento. Ora, nada mais longe da realidade. A renda concentrou-se exacerbadamente no Brasil no decênio dos anos 60 sem que a taxa de poupança se haja modificado. É de notar que esse processo normalmente se dá em benefício do consumo da minoria que reproduz as formas de viver dos países de elevados padrões. Trata-se de uma concen-*

*tração dos gastos em consumo, a fim de possibilitar a introdução de novos produtos. Assim, reforçam-se mutuamente os interesses das firmas multinacionais, que se empenham em reproduzir nos países pobres os padrões de consumo dos países ricos, e os das minorias privilegiadas, que se arvoram em intérpretes dos interesses nacionais."*

A função básica enquanto pontos de apoio para a drenagem de recursos estava, é bom lembrar, vinculada às cidades brasileiras desde o período colonial. Além disso, as cidades e vilas coloniais eram também lugares onde se localizava o aparato burocrático-administrativo da Coroa portuguesa, e ademais disso pontos de apoio para a introdução e difusão de valores europeus. Nas palavras de Darcy Ribeiro, a função do urbano era, então, a de "administrar o empreendimento colonial, conformá-lo como possessão portuguesa, plasmá-lo dentro dos cânones da cultura lusitana e totalmente fiel à Igreja católica apostólica e romana" (Ribeiro, 1995, p.125). A colonização refletiu-se no espaço, dentre outras coisas, sob a forma de uma concentração da dinâmica econômica e das atividades de gestão em alguns poucos centros urbanos, em torno dos quais se verificam enormes forças centrípetas. Isto teve por consequência típicas disparidades socioespaciais e altas taxas de primazia urbana em toda a América Latina. As potências coloniais forçaram o crescimento das metrópoles, na medida em que foram elas erigidas em centros políticos, militares e econômicos, a partir dos quais a exploração da periferia por meio de uma rede de infraestrutura orientada para as metrópoles foi organizada e dirigida (vide Hennings et al., 1980, p.12; ver também Singer, 1985). Conforme coloca Singer (1985, p.100), o sistema urbano latino-americano foi "criado com o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial". De toda sorte, conforme observa Singer, durante a fase inicial da colonização

*"(...) o papel das cidades era essencialmente estéril. Não se havia estabelecido uma verdadeira divisão do trabalho entre campo e cidade. Esta absorvia uma parte do excedente extraído do campo, mas nada lhe*

fornecia em troca que tivesse valor econômico”.

Para Paul Singer, portanto, a cidade desse período, tal qual um enclave, exerceria um “parasitismo” sobre o restante do território. A independência política não veio, em princípio, alterar fundamentalmente esse estado de coisas, uma vez que a seu reboque não veio uma verdadeira transformação das relações de produção. A “cidade comercial”, para usar a expressão de Singer, não representaria, do ponto de vista do “parasitismo” do urbano sobre o campo, algo de muito diferente relativamente ao que ele denomina “cidade da conquista”, mesmo após a independência política, dado o seu “caráter fundamentalmente colonial”:

*“Ela utiliza sua hegemonia política sobre o campo para impor a liberdade de trocas, que favorece seus ganhos de intermediação às custas da manufatura nativa. A partir da cidade começam a ser construídos sistemas de transporte que servem, de um lado, à penetração das atividades de exportação em novas áreas e, do outro, à solidificação da unidade política nacional. Por estes sistemas penetram também as mercadorias estrangeiras cujo triunfo nos mercados do interior é assegurado pela redução nos custos do transporte.” (Singer, p.107)*

Não é outra a razão de Singer escrever que, “no fundo, o caráter parasitário da cidade, após a independência, se acentuou” (p. 106). Sem dúvida, desde o início a cidade não era simplesmente “parasitária”, uma vez que através dela penetravam bens, valores e ideologias, e nela se instalavam as administrações e burocracias. Do ponto de vista das necessidades do capitalismo - inclusive do sistema mundial capitalista - as cidades, desde o começo, serviram como apoiadoras do processo de incorporação de áreas e controle territorial. Em face disso, “parasitismo” parece ser uma metáfora biológica pouco adequada. Mas é verdade que, somente com o início da industrialização - com o advento da “cidade industrial” - e a constituição de uma efetiva divisão do trabalho entre a cidade e o campo, ter-se-á uma situação qualitativamente nova.

*“Sendo a indústria uma atividade eminentemente urbana, o seu aparecimento e expan-*

*são torna a cidade latino-americana, pela primeira vez desde a conquista, produtiva. No seu intercâmbio com o campo, a cidade pode finalmente, oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar.”*

O conjunto das transformações da economia ao longo do Século XX (industrialização, modelo de substituição de importações, passagem do *desarrollo hacia afuera* para o *desarrollo hacia adentro*) acarretaram uma complexificação crescente da sociedade brasileira e uma margem de manobra econômica e política cada vez maior, ainda que em certo sentido tenham vindo meramente complexificar, *sofisticar* as relações de dependência. É sobretudo neste novo contexto que qualquer tese sobre o “parasitismo” do urbano carece de rigor científico. Como bastiões da ocupação do território, da difusão de bens (muitos dos quais com o fito de otimizar a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra), de difusão de estilos de vida, valores culturais e idéias políticas, como centros-suporte da dependência dos agricultores perante o sistema bancário (via sistema de crédito), a cidade não será apenas uma estéril consumidora de excedentes econômicos, mas sim um *locus* da organização da produção capitalista do espaço. Admitir isto não significa acalantar qualquer juízo de valor favorável à incorporação e produção de espaço e à modernização capitalista que têm nos centros urbanos importantes pontos de apoio, uma vez que não se está fechando os olhos às consequências sociais e ambientais negativas desse processo.

### **A “disfuncionalidade” das metrópoles e o significado da “miseropolização” enquanto questão (geo)política**

A análise crítica em torno da “funcionalidade” das cidades para o sistema capitalista, nos moldes de Armstrong e Mcgee (1985) e Corrêa (1982, 1989), se por um lado permite superar pela esquerda os esquemas interpretativos maniqueístas que se propõem a classificar as cidades rigidamente em “geradoras” ou “parasitárias”, traz por outro lado o risco de não se perceber a dialética da urbanização terceiro-mundista em toda a sua real complexidade, ao se deslocar

a argumentação para uma distinção linear entre *quem ganha* e *quem perde*.

Sem deixarem de notar uma crescente heterogeneização dos países subdesenvolvidos em termos de potencial econômico, também uma “convergência gradual nos padrões de urbanização/industrialização dos grandes centros metropolitanos” da América Latina atual foi apontada por Armstrong e Mcgee (1985, p.84-85), convergência essa que se relacionaria com a integração das economias nacionais no mercado mundial e com o papel costurador do grande capital. Do estilo de industrialização e modernização da infra-estrutura até os espigões com seu estilo arquitetônico internacional, várias seriam as facetas dessa convergência - que é uma expressão da globalização -, sendo especialmente visível no que concerne à difusão de padrões de consumo “modernos”. Mais do que isso, porém - deseja o autor do presente texto aduzir -, talvez precisamente o agravamento dos conflitos sociais na cidade, por conta do aumento da pobreza e dos contrastes sociais, represente um fator de aproximação. A metropolização no âmbito do “capitalismo periférico” em geral e sob as condições da crise do endividamento externo em particular tornou as diversas metrópoles latino-americanas, de Buenos Aires ao Rio de Janeiro, de Caracas à Cidade do México, extremamente parecidas em seus problemas.

O agravamento dos conflitos sociais nas mais diversas cidades brasileiras e latino-americanas a partir dos anos 80 está relacionado com dois fatores básicos: ao lado da já aludida crise da dívida externa, o colapso do modelo de industrialização por substituição de importações. O aumento brutal do desemprego aberto e do subemprego força uma relativização da “funcionalidade” da pobreza para o sistema capitalista; a dimensão real do “exército industrial de reserva”, em comparação com a massa crescente de famintos e estropiados que, de tão degradados, estão irremediavelmente fora da competição por postos de trabalho, não deve ser exagerada. Marx e Engels contrapuseram ao clássico proletariado (ou seja, aqueles dos quais se extrai a mais-valia, fundamentalmente os trabalhadores industriais reduzidos a funções de pura execução) um *Lumpenprole-*

*ariat* quantitativa e sociopoliticamente pouco significativo (a não ser, eventualmente, como sustentáculo brancaleônico de um tirano como Napoleão III [Marx, 1978]). Essa negligência para com o subproletariado tem, porém, de ser repensada diante das legiões de subempregados, biscateiros, camelôs, etc., existentes nas cidades brasileiras de hoje, indivíduos que em boa parte descem mais tarde para a indigência e a mendicância ou transformam-se em delinqüentes. No que concerne à criminalidade, deve-se salientar a importância cada vez maior, especialmente no Rio de Janeiro (mas também em outras cidades, e não somente metrópoles), do crime organizado (tráfico de tóxicos), que corrompe e coopta uma parcela não desprezível da juventude pobre.

Não se deseja, com isso, dar um passo atrás e retroceder até a primeira metade dos anos de 70, ignorando a crítica magistral do “mito da marginalidade” encetada por Janice Perlman (1981), a qual descortinou a funcionalidade da pobreza favelada para o sistema capitalista. Além disso, também não se trata propriamente de concordar com os teóricos latino-americanos da dependência que, como NUN (*apud* Bennholdt-Thomsen, 1979, p.49), consideravam a massa de desempregados como uma “massa marginal”. Como Janice Perlman mostrou, a “marginalidade urbana”, nos termos da ideologia que vê nos favelados “vagabundos”, “criaturas desajustadas”, em suma, indivíduos não-integrados ao sistema, é um mito. Mesmo a maior parte dos desempregados e subempregados poderia ser considerada como integrante do “exército industrial de reserva”, pelo que as análises dos dependentistas latino-americanos criticados por Bennholdt-Thomsen se afiguram, de fato, um tanto simplistas. Além disso, é lógico que nem todas as estratégias de sobrevivência e ocupações não-capitalistas são afuncionais para o sistema: basta citar os exemplos do campesinato (cuja exploração permite manter baixos também os salários dos trabalhadores urbanos) e das donas-de-casa, lembrados por Bennholdt-Thomsen.

A preocupação do presente ensaio, porém, não é com as donas-de-casa ou com o campesinato, mas sim com a mendicância e, principalmente, a criminalidade. Embora

fazendo uma boa análise da produção de “superpopulação relativa” na esteira do desenvolvimento tecnológico capitalista (estando afinada, dessa maneira, em pontos importantes com a argumentação da “escola regulacionista” que à mesma época surgia na França), Bennholdt-Thomsen subestima a possibilidade da aparição de fenômenos interpretáveis na conta de “afuncionais” e mesmo “disfuncionais” a reboque da evolução do sistema capitalista, sobretudo nos países periféricos. Os qualificativos “afuncional” e “disfuncional” não traem, aliás, *necessariamente* uma visão funcionalista, incompatível com uma abordagem dialética, como apressadamente sugere Bennholdt-Thomsen em sua crítica a NUN e outros dependentistas. Retomando a própria lógica da autora alemã, trata-se simplesmente de constatar que a produção de “superpopulação relativa” num país periférico (onde mecanismos de seguridade social faltam ou são precários), atingindo certos níveis, pode agravar problemas como a criminalidade até um nível que a converta em um fenômeno sociopolítico da maior relevância. O conceito de “exército industrial de reserva” não deve funcionar como uma cama de Procusto, torcendo-se a realidade para adaptá-la à teoria. A massa de indigentes, embora possa ser até entendida, cinicamente, como um “mal menor” para o sistema (afinal, os indivíduos que hoje esmolam poderiam estar assaltando), não deixa de ser, a rigor, “afuncional” relativamente à função essencial do “exército industrial de reserva” segundo Marx (contribuir para manter baixos os salários dos trabalhadores empregados), pois não será jamais absorvida pelo sistema produtivo (nem mesmo pelo setor informal). O destino dessa massa de homens e mulheres expelidos para fora do sistema enquanto “supérfluos” é, em muitos casos, a morte a curto prazo, com causas variadas, do frio e da fome às doenças e à violência. Os “delinqüentes”, de sua parte, colocam uma ordem qualitativamente diferente de problemas. Quanto aos delinqüentes eventuais, esses muitas vezes possuem também algum tipo de ocupação não-criminosa, e, amiúde tendo sido arrastados para a criminalidade devido precisamente ao desemprego, ao desespero e à falta de perspectivas, pelo menos teoricamente existe uma chance de que parte deles possa

vir a ser absorvida pela economia legal e abandonar a criminalidade. Já o crime organizado, notadamente o tráfico de drogas, emprega uma boa quantidade de indivíduos que migraram, sem grandes chances de retorno, para o circuito da criminalidade, no interior do qual são devorados mais e mais pelo círculo vicioso da violência. A “disfuncionalidade” da criminalidade para o sistema - deixando de lado a corrupção e descontando-se a positividade da escalada da violência para certos setores específicos (como os fabricantes de armas e as empresas de segurança) - mostra-se atualmente flagrante, com uma visibilidade sociopolítica não suspeitada por Bennholdt-Thomsen.

Por que rejeitar, então, o adjetivo *disfuncional*? É óbvio que não se pretende sugerir que as metrópoles como um todo ou a metropolização em si sejam disfuncionais; postular isso equivaleria a fetichizar o espaço da forma mais grosseira. As metrópoles, muito principalmente as duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, encerram, contudo, por conta do que já foi exposto, uma crescente *dimensão de disfuncionalidade*, onde as contradições inerentes ao capitalismo afloram com particular virulência. A *realidade* altamente contraditória das metrópoles brasileiras da atualidade contrasta, por conseguinte, tanto com a visão otimista dos cientistas regionais e de outros analistas conservadores de outrora, onde urbanização e metropolização eram tomadas, sem maiores ressalvas, como pressupostos e símbolos do “desenvolvimento”, quanto igualmente com a imagem excessivamente simples de alguns teóricos marxistas, que enfatizam a dimensão de funcionalidade da pobreza urbana (e do urbano e da urbanização) para o sistema capitalista. Falta, a estes marxistas, a percepção de que a ultrapassagem de certos limites críticos no que diz respeito às taxas de criminalidade e à corrupção pode levar a dolorosos desordenamentos e reordenamentos sociais e territoriais (emergência de novas elites econômicas envolvidas com negócios ilícitos, deterioração do clima social por conta do aumento do sentimento de insegurança, multiplicação de enclaves territoriais controlados por organizações criminosas), os quais podem ser perfeitamente indesejáveis

do ponto de vista da maior parte da burguesia - quando menos por ameaçarem, não o capitalismo em si, mas as atuais correlações de forças e regras do jogo, introduzindo elementos imponderáveis.

Os "mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas", que é como Marx define de modo enxuto no *18 Brumário de Luís Bonaparte* o "lumpen-proletariado" (Marx, 1978, p.119), pertenceriam decerto à "superpopulação relativa", mas não propriamente ao "exército industrial de reserva". Ao descrever "o mais profundo sedimento da superpopulação relativa", aquele que "vegeta no inferno da indigência, do pauperismo", Marx reconhece que vários dos seus integrantes fariam parte do "exército industrial de reserva" - os órfãos, os aptos para o trabalho etc. -, mas tem o cuidado analítico de pôr de lado aquilo que ele chama, depreciativamente, de o "rebotalho do proletariado" (Marx, 1980, p.746-747). Essa "putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade" (vale dizer, do campesinato desenraizado), que é como Marx e Engels definem o subproletariado no *Manifesto Comunista* (Marx e Engels, 1982, p.116), tende, especialmente no contexto de um capitalismo periférico e na esteira do avanço da modernização tecnológica dependente, sobretudo no contexto de uma séria crise econômica como a que é experimentada hoje no Brasil, a adquirir uma magnitude numérica e uma dimensão sociopolítica que não podem ser adequadamente captadas por um discurso moralista e obcecado pela pretensa missão histórica do proletariado *strictu sensu*, como o discurso dos fundadores do "socialismo científico".

A socióloga Marilene Di Flora demonstrou, através de um estudo empírico (Flora, 1987), que os mendigos valorizam positivamente a categoria "trabalho", e se envergonham por serem pedintes. Por outro lado, como se pode ignorar, conforme salienta a própria autora, que o esmolar torna-se, diante dos salários de fome comuns no Brasil, algumas vezes mais atraente que o assalariamento? Aliás, problema análogo se observa a propósito do tráfico de drogas, onde os traficantes de favela (elo mais exposto ao perigo

e ao mesmo tempo mais pobre da cadeia do comércio ilegal de tóxicos), conscientes da baixa esperança de vida associada ao seu estilo de vida, preferem viver pouco e encurralados, mas desfrutando do consumo de certos bens, que arrastar por décadas a fio uma existência medíocre de trabalhador de salário-mínimo.

O proletariado *strictu sensu* perde, nos países centrais, em importância quantitativa, e ademais disso sua acomodação política é flagrante já há muitos decênios.<sup>13</sup> No Brasil, assim como em outros países "subdesenvolvidos", esse proletariado industrial tende a representar uma pequena e privilegiada parcela da classe trabalhadora, ao passo que o subproletariado se expande rapidamente, a ponto de tornar-se, às vezes, um sério fator de instabilidade sociopolítica. Uma imagem particularmente impressionante dessa disfuncionalidade é aquela contida no prognóstico feito por William da Silva Lima, o "Professor", um dos fundadores da organização criminosa Comando Vermelho, quando de um depoimento gravado em 1991 por um detetive da Divisão Anti-Seqüestro do Rio:

*"Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente elas serão três milhões de adolescentes, que matarão vocês [a polícia] nas esquinas. Já pensou o que serão três milhões de adolescentes e dez milhões de desempregados em armas? Quantos Bangu I, II, III, IV, V... terão que ser construídos para encarcerar essa massa?"* (apud Amorim, 1993, p.255)

A questão do ascendente significado sociopolítico da criminalidade no Brasil, notadamente do tráfico de drogas, ocupou o autor do presente ensaio, pela primeira vez, por ocasião de sua pesquisa de Doutorado. Sua dissertação doutoral, publicada em 1993 (Souza, 1993a), não compreendeu uma longa discussão teórico-conceitual da "disfuncionalidade" - a isto foi dedicado pouco espaço (pp. 71-72), e Bennholdt-Thomsen foi mencionada apenas pela apresentação que faz das idéias dos autores que trabalharam a idéia da "afuncionalidade" e "disfuncionalidade" da

<sup>13</sup> Vide, para uma crítica de conceito marxista de "proletariado" - e da idéia de proletariado como a "classe revolucionária" -, Castoriadis, 1983, p.28-31. Sobre a crise do movimento operário e o "ajustamento" político do operariado, ver as excelentes análises de Castoriadis (1985) e Bernardo (1987).

“massa marginal” -, mas contém inúmeros exemplos empíricos das “disfuncionalidades” produzidas pela “ordem” do capitalismo periférico brasileiro. De qualquer modo, a referida dissertação já deixa nítida a recusa do autor tanto do “mito da marginalidade”, quanto de eventuais simplificações na esteira do rechaçamento desse mito. É por isso que, sem insinuar que a totalidade dos indivíduos não inseridos, enquanto trabalhadores, na economia capitalista formal, seja inútil ou mesmo nociva para o sistema, a afuncionalidade e, particularmente, a disfuncionalidade de certos fenômenos fora já então sublinhada. Já em 1991 havia sido publicada a brilhante análise de Robert Kurz do “colapso da modernização”, a qual apresenta vários pontos de afinidade com a interpretação do autor deste artigo e representa um avanço para além do enfoque do tipo de Bennholdt-Thomsen. Esforços de reinterpretção da funcionalidade da pobreza para o sistema capitalista vêm sendo, também no Brasil, realizados por outros autores (p.ex. Ribeiro, 1993). Infelizmente, porém, às vezes tem-se a impressão de que a certos exames falta equilíbrio, e o uso indiscriminado ou retórico de expressões como “exclusão” dá a impressão de que, em alguns casos, corre-se o risco de se passar a subestimar a funcionalidade de uma parcela dos assim chamados excluídos e retroceder aquém de Perلمان.<sup>14</sup>

Muitos têm, atualmente, uma sensação de “desordem” diante da realidade socioespacial de uma metrópole como o Rio de Janeiro, percepção essa que se reflete em expressões popularizadas pela mídia como “caos urbano”, “miseropolização” e “clima de guerra civil”. Tal sensação é causada, em parte, pelos impactos sociais negativos da evolução da “ordem” econômica sobre o nível de emprego, via uma modernização caracterizada por um progresso técnico poupador de mão-de-obra: a modernização do campo libera trabalhadores que, di-

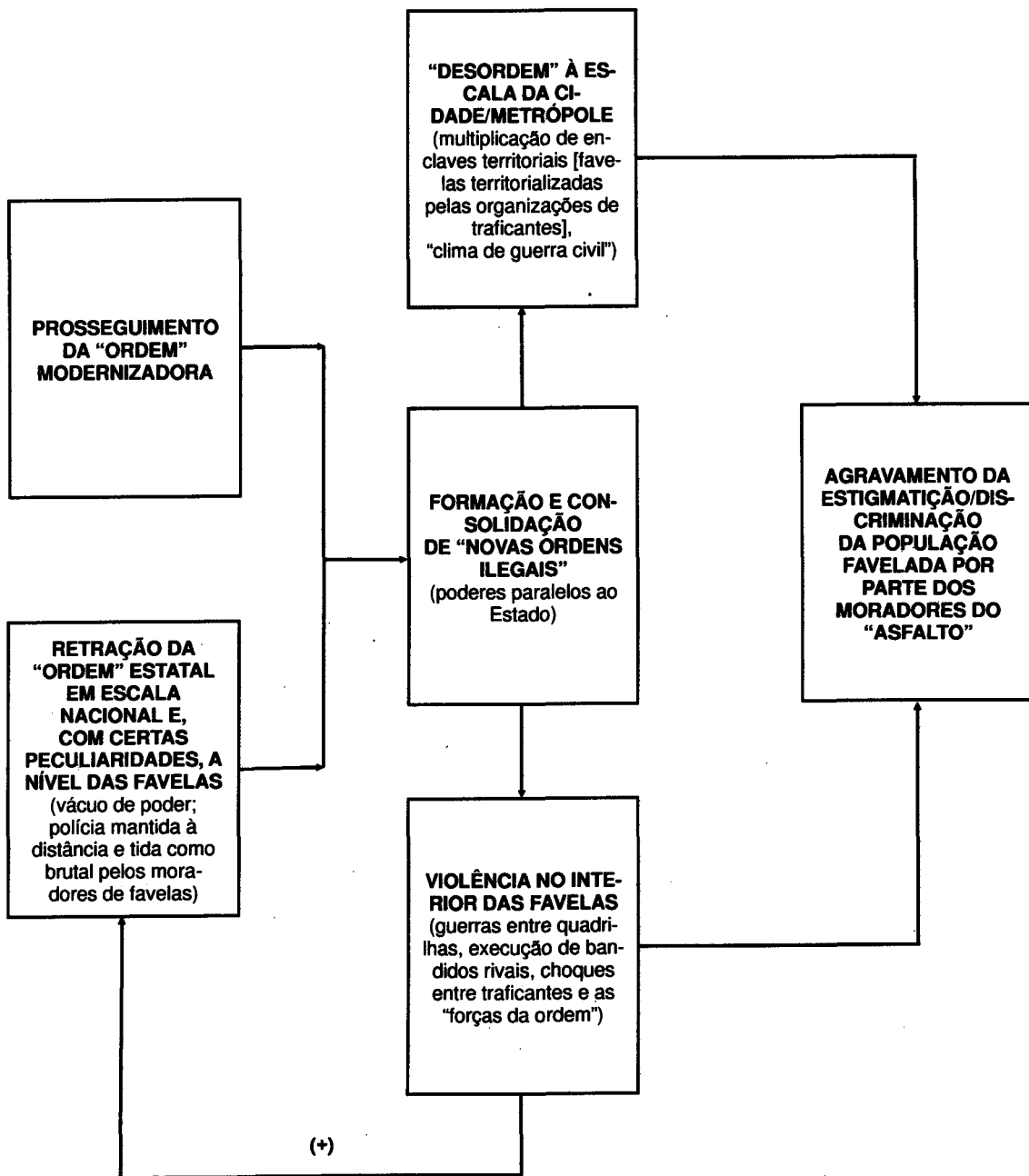
ante do limitado potencial de geração de postos de trabalho no setor formal, ver-se-ão freqüentemente confrontados com o desemprego e o subemprego. Este é um descompasso que acompanha cronicamente as economias periféricas e semiperiféricas (da mesma forma que os níveis elevados de concentração de renda e fundiária), sendo portanto um problema estrutural. Recentemente, a partir dos anos 80, as consequências sociais negativas desse processo (pobreza, tensões, conflitos) vêm sendo agravadas pela retração da “ordem” estatal, tanto em escala nacional (diminuição da presença e do amparo estatais em setores como saúde e educação) quanto especificamente nas favelas, por exemplo no Rio de Janeiro. Esta retração possui causas relacionadas não só com fatores supralocais, como o colapso do modelo de industrialização por substituição de importações, base da *state-centred matrix* (na expressão de Cavarozzi, 1992), secundado pelo assanhamento do discurso neoliberal do “Estado mínimo”, da desregulamentação e das privatizações. Nas favelas do Rio de Janeiro, um fator contingente como a eleição de Leonel Brizola para governador do estado em 1982, com a subsequente implantação de uma política de restrição das incursões da polícia nos morros com o intuito de se evitar brutalidades contra moradores comuns cometidas por policiais (“paz no morro”), acabou, mesmo sem querer, aplainando o terreno para a consolidação de certos espaços dos pobres (territorializados pelo crime organizado) enquanto pontos de apoio logístico para o tráfico de drogas. A territorialização das favelas pelos traficantes de tóxicos leva mesmo, enfim, para além da estigmatização dos moradores de favelas (“favelado=traficante”), a um abandono ainda maior desses espaços por parte da polícia e do Poder Público em geral, definindo logo um *feedback* positivo.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Deve ficar sempre claro *em relação a que* se está postulando a existência de exclusão. Tomar a expressão exclusão como sinônimo de pobreza ou privação (exclusão do consumo de certos bens e serviços, interdição de um pleno exercício da cidadania) não merece objeções. O problema é que o emprego abusivo da palavra pode confundir, uma vez que a grande parte dos ditos excluídos está, como *trabalhador*, como *consumidor ao nível do circuito inferior da economia urbana*, etc., *incluída*, integrada de maneira perfeitamente funcional nas engrenagens de reprodução do sistema.

<sup>15</sup> No momento em que estas linhas são escritas apresenta-se como certa a privatização da Ligth. Infelizmente, raramente encontram-se alusões ao impacto negativo sobre a qualidade de vida dos pobres urbanos, especialmente das populações faveladas, que advirão com essa privatização, em decorrência da substituição de uma lógica prestadora de serviços de interesse social ( e dessa maneira tolerante para com coisas tais como “gatos” de energia elétrica) por uma lógica orientada estritamente para a maximização de lucros.

Esquemáticamente, teríamos:

FIGURA 1



**Feedback positivo:**  
 círculo vicioso de truculência policial (e negligência estatal) e legitimação relativa e consolidação da posição dos traficantes aos olhos dos moradores de favelas

As conseqüências sociopolíticas da “misero-polização”, isto é, da metropolização marcada pela pobreza ou mesmo miséria de uma parcela crescente da população, podem, a partir de certos limites, transcender o nível local, adquirindo então uma importância *geopolítica*. Isto ocorre a partir do instante em que, uma vez ultrapassados certos “níveis de tolerância”, a tensão e os conflitos passam a chamar a atenção de um segmento-chave no contexto da política brasileira como as Forças Armadas, devido às inter-relações entre os “problemas urbanos” e a problemática da “ordem pública” - e, por extensão, da “segurança nacional”. É o momento em que, em meio à crise de desenvolvimento nacional e da crise social e política geral, os problemas de “desenvolvimento urbano”, sobretudo nas metrópoles, deixam de ser apenas os fatores usuais de deseconomias de aglomeração (congestionamentos, saturação da infra-estrutura), a carência de equipamentos de consumo coletivo nos espaços das populações pobres e a escassez de moradias populares, para dar origem a uma complexa situação de tensão e conflito, de “clima de guerra civil”, com resultados como as intervenções do Exército no combate à criminalidade no Rio de Janeiro em fins de 1994 (Operação Rio I) e em 1995 (Operação Rio II). A “ingovernabilidade das metrópoles”, nesse contexto, surge como símbolo do cenário de “ingovernabilidade” do país construído há alguns anos por Jaguaribe (1990). Isto por serem as metrópoles os centros da vida política nacional, os espaços onde se concentram a riqueza e os chamados segmentos formadores de opinião (classes médias). Além disso, é nas metrópoles que se manifestam de maneira concentrada algumas das mais dramáticas expressões da pobreza, das disparidades e dos conflitos sociais. A “questão urbana”, embora desde o início não fosse privilégio de apenas algumas poucas cidades, e fosse ela mesma o fruto localizado num ponto do espaço - a cidade - de problemas cujos fatores surgem e operam em diferentes escalas, deixa, desse modo, definitivamente de ser um assunto local, para entrar na agenda de debates de instâncias político-administrativas e organizações supralocais, incluindo as Forças Armadas.

Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), conforme examinado anteriormente (seção 1.3.), refletiu uma preocupação por parte do regime militar para com a ameaça do “equilíbrio social” advinda como subproduto da “excessiva concentração urbana”. Em meados dos anos 70, porém, nem mesmo Rio de Janeiro e São Paulo suscitavam manchetes sensacionalistas no estilo “guerra civil”, ainda que a “desordem”, enquanto informalização da ocupação do espaço urbano (favelização, periferização)<sup>16</sup> e mesmo de reações “não-políticas” dos desprivilegiados (criminalidade, quebra-quebras), já estivesse presente. Se comparada com a questão agrária, a questão urbana tinha um *status* geopolítico claramente inferior, ainda que o II PND sublinhasse que “(...) o desenvolvimento urbano passa a ter interação cada dia mais profunda com a própria estratégia nacional de desenvolvimento.” (p. 85). À medida que a urbanização avançava e seus problemas se acumularam, diversos intelectuais conservadores passavam a externar sua preocupação com o crescimento urbano (vide p.ex. Velloso, 1978). Também a Escola Superior de Guerra foi se debruçando mais e mais sobre o tema, via seu Departamento de Estudos, promotor de conferências sobre o assunto (p.ex. Garcia, 1984; Pereira, 1988). Em artigo publicado em 1988 na *Revista da Escola Superior de Guerra*, o então Comandante e Diretor de Estudos da ESG, general Oswaldo Muniz Oliva, deixa transparecer a muito maior importância que os problemas sociais das grandes cidades passam a ter para a reflexão geopolítico-estratégica na segunda metade dos anos 80. De lá para cá essa importância só fez aumentar, até se atingir o atual ponto crítico no Rio de Janeiro (e com clara deterioração também em outras cidades), onde mesmo as primeiras intervenções do Exército na luta contra o tráfico de drogas não conseguiram impedir o prosseguimento da escalada da violência. Pelo contrário: a ousadia dos traficantes ficou até mesmo maior, e agora a polícia passou a ser perseguida pelos bandidos no próprio “asfalto”, criando um quadro inacreditável (falsas *blitz* organizadas por

<sup>16</sup> “Desordem”, especialmente aqui entre aspas, pois se trata da *ordem* (e da “lógica”) segregacionista. Como disse Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1982), referindo-se exatamente a esta questão, “a desordem é apenas uma ordem que exige uma leitura mais atenta”.



bandidos em ruas da cidade, à procura de policiais para executar; policiais civis que se entrincheiram em suas delegacias, com medo de ataques de traficantes).

### **As respostas do Estado e das elites às reações da população pobre - e as consequências dessas respostas**

O problema não reside, do ponto de vista do autor do presente ensaio, na "desordem" em si. Colocar a questão assim, tão simplisticamente, pressuporia uma defesa intransigente e acrítica da "ordem" capitalista, o que não é o caso aqui. O problema, sob um ângulo crítico em relação ao regime social capitalista, está, isso sim, no *tipo de desordem* que impera e nas conexões da dinâmica da produção da desordem com o recrudescimento real e potencial da ordem heterônoma, socialmente injusta. A denominada Teoria do Caos nos arrosta com o fato de que a "desordem", o "caos", constituem, mesmo na natureza, o turbilhão que permite o florescimento de soluções originais e da criatividade que dá a luz ao *novo*.<sup>17</sup> Sendo, neste sentido, "revolucionária", a desordem é condição de movimento, de transformação e mesmo de vida (vide, a esse respeito, Morin, 19—).

No terreno social-histórico, porém, há que se qualificar muito bem a "desordem" à qual estamos nos referindo. Política e concretamente falando, a "desordem" tanto pode apontar para uma verdadeira ruptura com a velha ordem heterônoma quanto para um *rearranjo* da ordem heterônoma, onde se processou uma transição de um estado a outro sem que se possa propriamente falar em avanço sociopolítico ou de-

envolvimento. Trata-se de uma questão de escala: uma mudança qualitativa, que traga novas correlações de forças, novos temores, novos atores e novas territorialidades não precisa vir na esteira de uma superação progressista do regime social capitalista. Não foi, afinal, a velha ordem heterônoma do Império Russo substituída pela igualmente heterônoma nova ordem do "socialismo real"? E, na verdade, nem é preciso ir tão longe ou fundo como na situação deste exemplo. A pergunta pertinente é, por conseguinte: é a desordem provocada pelo questionamento explícito e político da ordem opressora ou trata-se, antes, da desordem e das disfuncionalidades que, sendo engendradas pela própria ordem heterônoma (e, em certos casos, pelo vácuo deixado pelo seu recuo ou pelo seu colapso), manifestam-se como violência despolitizada (ainda que não destituída de uma dimensão política implícita),<sup>18</sup> contribuindo mais para esgarçar o tecido social do que para mobilizar e mesmo parir agentes de mudança? A ironia da "desordem despolitizada" é que, instaurando um clima de terror, ela pode, ao menos a curto e médio prazo, contribuir tremendamente para o recrudescimento da ordem heterônoma que produz disfuncionalidades - p.ex. o colapso da democracia representativa e, como já ocorre de modo emblemático no Rio de Janeiro, o aumento da insegurança e a "militarização da questão urbana" (Souza, 1993b).

Luiz Eduardo Rezende assinou, em 15/3/1992 um artigo no *Jornal do Brasil* ("Perigo diante do caos") alertando para os riscos para a democracia que residiriam em o Exército se imiscuir no combate à criminalidade, uma tarefa de competência da polícia. Na realidade, desde então o Exército vinha sendo ligeiramente pres-

<sup>17</sup> O que não quer dizer, em absoluto, que se está a subestimar, aqui, as diferenças que a interpretação da *criação* no mundo natural e no domínio social-histórico deve contemplar (vide, a esse respeito, Castoriadis, 1985b).

<sup>18</sup> Esse é o sentido em que se utiliza, neste ensaio (ver também Souza, 1993a), a expressão reações "não-políticas" dos desprivilegiados: a despeito do fundo político que salta aos olhos do observador crítico (a fome, no caso dos saques; a falência da polícia e do Judiciário, no caso dos linchamentos; a carístia e/ou o desrespeito para com os usuários de equipamentos de consumo coletivos, no caso dos quebra-quebras; a injustiça social de um modo geral, no caso da maioria dos tipos comuns de criminalidade), tais reações não se orientam como tentativas organizadas e sistemáticas de alterar as regras do jogo (o "estilo de desenvolvimento", o modelo civilizatório, as políticas [re]distributivas estatais, etc.), influenciando (liberalismo, social-democracia), refuncionalizando radicalmente (marxismo) ou suprimindo (anarquismo) o Estado, e/ou conscientizando e transformando a própria Sociedade Civil. É nisso que esse heterogêneo conjunto de manifestações de descontentamento e revolta se distingue da ação político-partidária, dos movimentos sociais em sentido forte e mesmo da ação organizada de grupos de pressão: o horizonte das reações "não-políticas" é muito estreito, sua tendência é esgotamento rápido de seus efeitos e mesmo a de provocar consequências que antes fortalecerão do que enfraquecerão a ordem econômica. Por último, seu conteúdo programático é nulo ou rarefeito, e sua contribuição em termos de conscientização política dos próprios oprimidos é reduzida ou inexistente.

sionado a dar uma contribuição na luta contra o crime organizado. Diante da falência do aparato policial, mal-equipado, mal-remunerado e em boa parte corrompido, uma parcela da opinião pública passou a enxergar nas Forças Armadas as únicas instituições moral e militarmente em condições de dar combate ao crime organizado, não levando em conta que os soldados, sejam recrutas inexperientes ou mesmo combatentes bem preparados, são treinados para a guerra, que é uma missão completamente diversa da ação policial em áreas densamente habitadas.

O desejo da classe média e também de uma grande parte da classe trabalhadora de intervenções das Forças Armadas no combate à criminalidade é algo que se deixa esclarecer em grande medida com a ajuda do pano de fundo que é a cultura política brasileira. Esta está eivada de contradições, as quais demonstram a inconsistência do "desejo de democracia" de muitos brasileiros. Por um lado externaram 43% dos entrevistados, quando de uma pesquisa de opinião pública conduzida em São Paulo em 1988, sua aprovação da democracia, tida por eles como melhor que qualquer outro regime (Muszynski e Mendes, 1990, p.70). Entretanto, o percentual daqueles que ponderaram ser um governo não-democrático preferível sob determinadas condições também foi elevado (21%), bem como o percentual daqueles para os quais o tema é irrelevante (26%). Igualmente o percentual dos que não responderam é significativo: 10%. De toda sorte, nada menos que 80% colocaram que o melhor sistema de governo é aquele que se baseia em eleições diretas (p. 71).

As causas dessas contradições se relacionam, no fundamental, com a pobreza e suas conseqüências: analfabetismo, semi-analfabetismo, dificuldades de acesso a informações, etc. Além do mais, é preciso admitir que a "Nova República" pouco contribuiu para uma maior legitimidade da democracia representativa aos olhos da população, em parte sob pressão de um fator

exógeno (crise da dívida externa), em parte devido à permanência de problemas estruturais internos e seculares. A isso se acrescenta que a experiência da maioria dos brasileiros com o seu regime militar foi menos dolorosa que a experiência dos argentinos, uruguaios e chilenos com as suas ditaduras.<sup>19</sup> É bastante sintomático que a maioria dos entrevistados, no momento da supra-referida pesquisa de opinião, tenha julgado a performance do primeiro governo civil sob José Sarney tanto na área do *crecimento econômico* como no terreno da *segurança* inferior ao desempenho do Regime de 64. Por outro lado, o regime democrático representaria "*mais democracia*" (o que é uma autêntica tautologia!), "*mais prestígio internacional*" e "*mais liberdade*" (aspectos menos relevantes para o homem comum do que o desempenho econômico de um regime ou a sua capacidade de garantir a integridade física dos indivíduos).

A ignorância e o desespero parecem, destarte, trabalhar como coadjuvantes pelo solapamento da democracia, ao não se perceber que os problemas econômicos e socioeconômicos que desembocam em tensões sociais e minam a legitimidade da "Nova República" foram em larga medida engatilhados durante o regime militar. Por solapamento da democracia não se está entendendo apenas o colapso institucional da frágil e limitadíssima democracia representativa hoje existente no Brasil, mas igualmente na lenta deterioração dos padrões de sociabilidade e da convivência democrática no cotidiano. A violência, a insegurança e as desconfianças tendem a minar as bases do exercício da cidadania, pondo empecilhos inclusive para o exercício do alienável direito de ir e vir. Além do mais, é a própria psicologia dos cidadãos que está em jogo: o aumento do *stress*, da neurose urbana, da desconfiança, do medo, das situações de pânico; quiçá tudo isso tende a ter, para além dos distúrbios psíquicos individuais, conseqüências social-psicológicas. Seria o carioca um ótimo exemplo de algo como uma "mutação antro-

<sup>19</sup> "Unlike the Urugayan, Chilean, or Argentine cases, the political crimes of the Brazilian authoritarian regime affected relatively small sectors, particularly in the middle class and the intellectual 'milieu', and they were less visible, given the size of the country." (Souza, 1989, p.364-365).

pológica"?<sup>20</sup> Este depoimento de um líder comunitário parece bastante representativo: "nós não nos parecemos, a não ser remotamente, com aquilo que fomos: alegres, engraçados".<sup>21</sup>

O Estado e as elites têm dado vários tipos de respostas a esse quadro preocupante, nenhuma delas construtiva. A resposta típica do Estado vem consistindo em incrementar a repressão - repressão não só à criminalidade, mas a todas as atividades vistas como nocivas ao sistema formal, por exemplo, a camelotagem.<sup>22</sup> A questão social permanece, destarte, sendo tratada como um caso de polícia no Brasil, na falta de medidas profiláticas de largo alcance que eliminem as causas profundas da escala da violência urbana.

Na verdade, o aumento do uso da violência estatal para reprimir a violência urbana que se dissemina e intensifica parece estar associado a uma perda de *poder*, no sentido em que Hannah Arendt define este conceito.<sup>23</sup> Ora, a crise de autoridade e legitimidade do estado, por conta do fracasso de uma "democracia" que não promove reformas sociais capazes de garantir um mínimo de cidadania ao conjunto da população, não constitui outra coisa que não uma perda de poder em sentido arendtiano. E, como disse Arendt (1985, p.49) com muita propriedade, "(...) toda diminuição de poder é um convite à violência". Eis o dilema da "Nova República": não realizando reformas estruturais de grande alcance redistributivo e sobre a qualidade de vida da população (agrária, urbana...), atacando assim as raízes da "desordem despolitizada", o regime é compelido a responder à violência

que se origina da "violência estrutural" (aproveitando a expressão popularizada por Johan Galtung - ver p.ex. Galtung, 1975) que é a injustiça social com mais violência - violência policial -, fazendo deteriorar ainda mais o clima social. Pois o alegado epítome do fascismo, "a violência gera a compreensão", revela uma terrível confusão: a violência pode gerar o ódio e o abafamento temporário de tensões, as quais explodirão mais adiante com virulência ainda maior, mas não a compreensão, que é fruto de um processo racional de persuasão.

A democracia brasileira, embebida em injustiças sociais e atravessada por vetores oligárquicos dos mais retrógrados, se enreda numa trama suicida, que ameaça o magro espaço de liberdade existente. Ameaça, inicialmente no plano cotidiano, com a deterioração do clima social e a "cultura do medo", para comprometer talvez num momento posterior a própria sobrevivência das instituições e regras do jogo democrático-representativas. Ademais, não se deve perder de vista que a brutalidade da polícia, especialmente contra os pobres - temperada, essa truculência policial, por preconceitos de fundo racista -, acaba contribuindo para aumentar a deslegitimação do Estado e suas instituições aos olhos dos explorados, segregados e estigmatizados. Isso acaba levando a um aumento da tolerância dos favelados para com os traficantes instalados nas favelas cariocas, que, a despeito dos incômodos causados pela presença das quadrilhas (guerras entre bandos rivais tendo como palco as favelas, arbitrariedades da parte de alguns chefes contra os moradores, etc.), terminam, sob efeito da demagogia redistributiva e do paternalismo,

<sup>20</sup> Castoriadis (1982) se interroga sobre "o tipo antropológico, a espécie de indivíduo" que o regime totalitário da ex-União Soviética fabricava e que sua existência continuada e sua reprodução regular pressuporiam (p. 236). Tratava-se, lá, da cristalização, no povo russo, de padrões comportamentais resumidos por Castoriadis como "guerra de todos contra todos". Não me parece, sem querer comparar o Brasil de hoje com a ex-URSS, absurdo postular para o cañoca uma espécie de transformação da psicologia coletiva - logo, sociológica, "antropológica" -, caracterizada por um aumento da desconfiança da agressividade, por uma diminuição do bom humor e da extrorsão. Formulo isto aqui, é claro, a título de hipótese, que não será comprovada neste trabalho. Mas as evidências disso são mais que numerosas.

<sup>21</sup> Maurício de Magalhães Carvalho, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Cosme Velho, entrevistado por mim em 18/07/91.

<sup>22</sup> Conquanto a camelotagem seja, em última análise, bastante funcional para o próprio sistema formal, dado que esta modalidade de atividade econômica não-registrada oculta legal (segundo a terminologia de Rocha, 1989) é uma válvula de escape perante o desemprego, sem significativos impactos negativos diretos sobre o tecido social, ao contrário da criminalidade.

<sup>23</sup> "O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas se o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece" (Arendt, 1985, p.24).

conduzindo os moradores a identificarem-se mais com eles do que com a polícia.<sup>24</sup>

A expansão e a consolidação do poder do narcotráfico nas favelas cariocas é o melhor exemplo no Brasil urbano contemporâneo de uma “ordem paralela” que se consolida graças ao conteúdo antipopular do binômio *ordem capitalista-modernizadora + lacunas deixadas pela retração da ordem estatal*, ao que se pode adicionar a intensificação da violência policial contra os pobres. Esse tipo de “ordem ilegal”, a despeito de suas eventuais práticas “populistas”, constitui essencialmente uma instância *sistêmica* (no sentido de Habermas, 1981) e *capitalística*, que destrói uma grande parte da juventude favelada, arrastada para servir o “narcocapital”, em última análise, por falta de opção de vida. Essa instância sistêmica coopta e asfixia associações de moradores, reestrutura o cotidiano, o “mundo da vida”, o *Lebenswelt* das favelas cariocas. Um indicador de sua importância são suas inter-relações corruptoras com as instâncias sistêmicas legais, notadamente o aparelho de Estado, da polícia aos políticos (vide, a esse respeito, por exemplo Pedrosa et al., 1990; Amorim, 1993).

Sem querer fantasmagorizar (ou fetichizar) o Estado, apresentando-o como um juiz neutro, fazendo-o pairar acima das classes e grupos sociais como no delírio dos economistas neoclássicos, é conveniente analisar particularizadamente as reações dos privilegiados da sociedade brasileira, enquanto moradores e sujeitos econômicos, às (re)ações dos não-privilegiados. As respostas tradicionais dos privilegiados têm sido, via de regra, individualistas ou “corporativistas”. Pode-se resumí-las como um incremento do consumo e da sofisticação dos *dispositivos de segurança* - os quais, definidos em termos sociológicos e geográficos e não tecnológicos, abrangem desde guarda-costas até prédios dotados de diversos esquemas de proteção -, aquecendo assim o que Brigagão (1988) denomina “mercado da segurança”. Alguns dados fornecidos por Brigagão em 1988, por mais expressivos que ainda soem, certamente subestimam a realidade de 1995: as classes média e alta de Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais dispenderiam, segundo ele, em média

15% de sua renda familiar anual com o item segurança; ademais, somente nas metrópoles já existiriam mais de 3 milhões de armas em mãos de civis (p.160-161). O *Jornal do Brasil* informou, em matéria de 5/4/1992 (*Revista de Domingo*, matéria “E quem segura o segurança?”), que entre 1982 e 1992 o número de empresas privadas de vigilância no Estado do Rio de Janeiro pulou de 30 para 84; e o número de vigilantes, que em 1982 era de 30 000, em 1992 já alcançara 70 000. Com isto havia em 1992 quase duas vezes mais seguranças privados que policiais (na época a polícia militar contava com 32 000 homens, e a civil com 12 000). Ainda que real, a disfuncionalidade da criminalidade organizada é *sistêmica*, isto é, diz respeito à dinâmica social geral; para se evitar a falácia lógica de divisão é imperativo reconhecer que, para o “mercado da segurança”, a escalada da violência é altamente *funcional*.

A incubadora perfeita para a expansão do “mercado da segurança”, a ditadura militar, a mesma que involuntariamente propiciou o surgimento do “Comando Vermelho”, ao misturar presos políticos com prisioneiros comuns (vide uma análise detalhada da gênese do “Comando Vermelho”, ainda que em estilo jornalístico, em Amorim, 1993). Essa ligação da “militarização da sociedade” com o Regime de 64 é examinada por Brigagão (1988), que detectou nessa militarização um escapismo típico de governos incapazes de equacionar a questão social.

A “militarização da sociedade” - “militarização da ‘questão urbana’”, poder-se-ia precisar -, tal como examinada por Brigagão, refere-se mais à questão dos seguranças e vigilantes particulares ou da compra de armas de fogo por civis do que à organização espacial e suas relações com o recrudescimento da “questão urbana”. Um dos melhores exemplos de artigo vendido no “mercado da segurança” é, contudo, justamente a forma de habitar denominada “*condomínio exclusivo*”, encontrável paradigmaticamente nas metrópoles do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, no município do Rio) e de São Paulo (complexo de Alphaville, nos Municípios de Barueri e Santana de Parnaíba), mas também em outras metrópoles

<sup>24</sup> Foi o que pude constatar durante a maioria de minhas entrevistas com líderes favelados no ano de 1991(Souza, 1993a). o que de resto pode ser perfeitamente acompanhado através da leitura dos jornais - por exemplo os relatos de ira e consternação de moradores de favelas quando da morte de certos traficantes pela polícia. Com isso não se quer sugerir, contudo, que um elemento de temor esteja ausente das relações entre traficantes e moradores comuns. As proporções de paternalismo e tirania pura e simples variam de acordo com a favela (a quadilha) e o momento, dificultando generalizações.

brasileiras. Símbolo máximo da *auto-segregação*, os “condomínios exclusivos” são atraentes para a burguesia e a classe média alta não apenas devido a fatores como a eventual presença de amenidades naturais e cênicas (como no caso da Barra da Tijuca: praia, lagoas, vista dos maciços da Pedra Branca e Tijuca), o *status* e a “exclusividade”, mas também em razão precisamente do fator *segurança*. Os condomínios incorporam toda uma gama de dispositivos de segurança: muros e guaritas com seguranças, porteiros, interfone para que o porteiro possa comunicar-se com o morador de cada apartamento.<sup>25</sup> A seguinte observação do já citado presidente da Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho pretendeu ter alcance mais amplo, mas aplicada aos “condomínios exclusivos” soa perfeita: “o carioca vive em presídio, e só se sente livre no presídio”.<sup>26</sup>

É lógico que, quem pode, escapa da situação de “presídio”. Muitos já deixaram o Rio de Janeiro rumo a municípios distantes algumas dezenas de quilômetros do núcleo metropolitano (mas relativamente próximos para quem possui automóvel), como Maricá ou Petrópolis. Isto configura um tímido esboço daquilo que os europeus chamam de “ex-urbanização” ou “suburbanização ampliada” (Gaebe, 1987). No limite, cidades de outros estados são buscadas como alternativa. Ao menos uma parcela de responsabilidade pelo decréscimo acentuado das taxas de crescimento demográfico médio anual das metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, e principalmente dos seus municípios-núcleo,<sup>27</sup> deve ser imputada à queda da qualidade de vida nesses espaços, incluído aí o fator insegurança, o que atua como desestímulo à migração para eles (a qual se dirige então para outros centros) e incentivo à realocização de segmentos dotados de maior mobilidade espacial, como profissionais de nível superior. A “miseropolização” seria, assim, uma das causas da “involução metropolitana” de que fala Milton Santos (1993).

A espiral da retroalimentação positiva, para usar uma expressão consagrada pela Teoria dos Sistemas, parece ser, assim, fatal. Os problemas sociais objetivos (pobreza, segregação residencial, estigmatização dos favelados), sob a mediação de aspectos culturais e social-psicológicos e de uma conjuntura política favoráveis, têm conduzido, no Brasil contemporâneo, a diversos tipos de reação por parte dos desprivilegiados, dos saques de supermercados ao associativismo de bairro, dos quebra-quebras à criminalidade (ver, a propósito, Souza, 1993b, e Souza, 1993a). O Estado e as elites, de sua parte, não enfrentam as raízes mais profundas da violência - vale dizer, a “violência estrutural” que são as gritantes disparidades socioeconômicas e socioespaciais -, normalmente respondendo ao crescimento das tensões e dos conflitos urbanos, notadamente das reações “não-políticas” dos desprivilegiados, através de uma exacerbação da estigmatização, da discriminação dos desprivilegiados, da auto-segregação e por meio da repressão policial. Este tipo de resposta irá desembocar, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, em mais tensões, em mais conflitos, em mais violência urbana, contribuindo, destarte, para agravar mais ainda a “questão urbana”. É este *feedback* positivo que tem sido constatado nos últimos anos nas metrópoles brasileiras.

O esquema gráfico abaixo permite visualizar os aspectos essenciais da dinâmica acima descrita. No sistemograma da Figura 2, *A*, *B*, *C*, e *D* representam, respectivamente, as escalas internacional, nacional, sub-regional e local - ou seja, as quatro escalas fundamentais para a apreensão dos fatores da “questão urbana” em qualquer cidade brasileira. Simplificadamente, pode-se entender esses níveis escalares como correspondendo a quatro sistemas socioespaciais. *A* é o *Sistema Mundial Capitalista*, em cuja escala os fatores “exógenos” do “subdesenvolvimento” e os fatores de alcance internacional das problemáticas urbanização e metropolização no chamado Terceiro Mundo podem ser detectados. *B* é o *sistema*

<sup>25</sup> Vide, sobre os “condomínios exclusivos” O'Neill, 1986, e, sobre a auto-segregação em geral, Souza, 1993a.

<sup>26</sup> Da entrevista de 18/07/91 com Mauricio de Magalhães Carvalho.

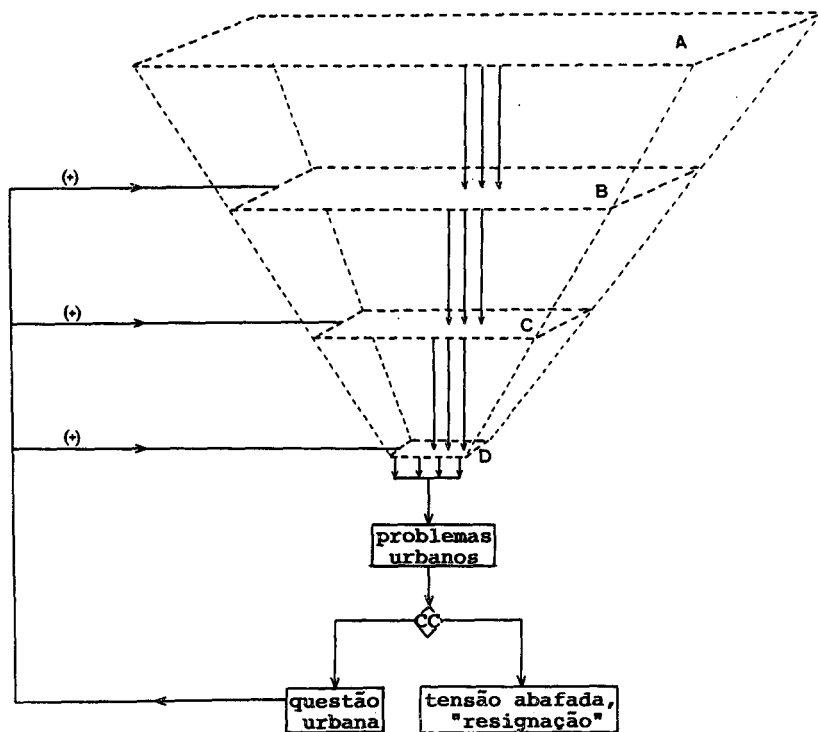
<sup>27</sup> Segundo dados retirados dos Censos Demográficos do IBGE, a taxa média geométrica de crescimento anual caiu, no Município do Rio de Janeiro (que foi aquele que mostrou a desaceleração mais acentuada), de 2,70% entre 1960 e 1970, 1,82% entre 1970 e 1980 e 0,43% entre 1980 e 1991. A taxa de crescimento médio do Município de São Paulo foi também baixa no período 1980/1991: 1,00%. Quando à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a taxa média anual de crescimento diminuiu de 3,62% entre 1960 e 1970 para 2,45% entre 1970 e 1980, atingindo o baixo valor de 0,82% para o período compreendido entre 1980 e 1991. Para a metrópole paulistana os valores são, respectivamente, 5,53%, 4,45% e 1,73%.

*socioespacial* nacional, <sup>28</sup> em cujo âmbito certos problemas, que determinam o caráter particularmente agudo da questão urbana no Brasil, se formam. Muito embora *B* seja na verdade somente um subsistema de *A* dentre outros (e *B* é assim um *B1*, ao lado de um *B2*, de um *B3*, etc.), ele comporta especificidades e uma dinâmica que lhe é própria (fatores "endógenos" nacionais do subdesenvolvimento). O mesmo vale para *C* - para o sistema *socioespacial sub-regional* -, em cuja escala encontramos os problemas de desenvolvimento particulares de um determinado estado da Federação, bem como para *D* - para o sistema *socioespacial local* -, em cuja escala operam os problemas de desenvolvimento específicos de um município (ou ainda de uma metrópole). Em certas situações, o recorte espacial que corresponde ao estado pode assumir importância muito maior que a escala propriamente regional, que seria in-

termediária entre *B* e *C*. Isto se dá, como no caso do Rio de Janeiro (Souza, 1993a; 1993b), sobretudo quando o nível regional tende a confundir-se com um recorte excessivamente heterogêneo e artificial - como a macrorregião Sudeste definida pelo IBGE -, enquanto que o estado, que não é meramente um recorte formal, por corresponder a uma instância político-institucional e encarnar a força de inércia *socioespacial* reportável a séculos de história, bem pode encerrar uma enorme diversidade econômico-espacial e socioeconômico-espacial. Em outras situações, porém, a questão da pujança ou da falta de pujança econômica do contexto regional tem de ser considerada, pelo que se deve acrescentar um quinto plano escalar (p.ex. correspondendo ao Nordeste, se se estiver investigando uma de suas metrópoles)<sup>29</sup> (Figura 2).

FIGURA 2

### FEEDBACKS RELATIVOS À DINÂMICA DA "QUESTÃO URBANA"



<sup>28</sup> Sob *sistema socioespacial nacional* entende-se, sinteticamente, o complexo das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, bem como a dinâmica no interior desses dois componentes da sociedade brasileira. As fronteiras desse sistema socioespacial correspondem em princípio - ou seja, ignorando-se aspectos tais como influências geopolíticas - às fronteiras do Território Nacional. O mesmo vale para os subsistemas de *B*.

<sup>29</sup> O conceito de região é, a bem da verdade, complexo e controverso, e o nível regional não precisa ser maior que o nível estadual - é o caso, por exemplo, da Campanha Gaúcha, investigada por Costa, 1988.

Cada um dos sistemas está representado como uma "caixa preta". Os seus elementos, assim como os possíveis ou existentes efeitos resultantes do *feedback* positivo<sup>30</sup> (os fluxos de retroalimentação estão assinalados com o sinal de mais), não figuram no sistemograma. Os fatores individuais e a complexidade de suas inter-relações foram minuciosamente analisados em Souza (1993a) e resumidamente apresentados em Souza (1993b) e no presente trabalho. Sua representação esquemática só seria possível a expensas da simplicidade do esquema, e mesmo assim nada substituiria a riqueza de informações permitida pelo tratamento verbal.

Cada subsistema é, evidentemente, influenciado pelos sistemas de nível mais alto (propriedades emergentes do todo ou simplesmente decisões tomadas fora do subsistema), mas também pelo efeito agregado complexo das ações dos sistemas de nível hierárquico inferior. Cada subsistema possui uma dinâmica própria; em cada subsistema podem ser encontrados fatores "endógenos", que são ou podem ser influenciados por fatores "exógenos" operando em outros subsistemas de mesmo nível ou no âmbito de um nível escalar mais abrangente.

CC significa as *condições de contexto*, ou seja, a instância que determina se os "problemas urbanos" terão por consequência graves tensões sociopolíticas e conflitos. Essas condições de contexto são, conforme já dito (ver também Souza, 1993a; 1993b),

de ordem sociocultural/social-psicológica (percepção intersubjetiva dos "problemas urbanos" como expressão de *injustiça social* ou não), bem como de ordem política ("fatores de abafamento" nos marcos de uma conjuntura política nacional autoritário-repressiva, ou uma margem de manobra política ampliada sob um regime democrático-representativo). Caso determinados requisitos não sejam satisfeitos (ou só muito insuficientemente), existirão, ao invés de uma significativa "questão urbana", apenas tensões abafadas - se pelo menos os requisitos socioculturais/social-psicológicos forem preenchidos -, ou, no caso negativo, meramente estratégias de adaptação/ajustamento, sublimações e "resignação".<sup>31</sup>

O uso de uma terminologia retirada da Teoria dos Sistemas - terminologia que reflete bem a circularidade dialética que se pretende mostrar - não significa, porém, que aqui se esteja a endossar uma abordagem de engenharia social (variante cibernética da Teoria dos Sistemas, positivisticamente entendida como Teoria Geral dos Sistemas, como se pudesse se tratar de uma abordagem formal aplicável sem adaptações a qualquer conteúdo/objeto). O horizonte do presente trabalho não é o de uma busca da "manutenção do sistema", do "controle social", do "equilíbrio" (pois não pode haver "equilíbrio" em sentido forte enquanto houver *assimetria estrutural* - divisão de classes, exploração, opressão, *heteronomia*).<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Neste caso complexo pode-se, em realidade, falar tanto de vários *feedbacks* positivos (relativamente aos efeitos sobre os problemas/atores encontráveis nos diversos níveis), quanto de um *feedback* positivo geral (relativamente ao efeito total sobre a "questão urbana" numa cidade ou metrópole em particular).

<sup>31</sup> CC não é um simples elemento ou subsistema do sistema "questão urbana" (pode-se entender o conjunto do modelo da Figura 2 na conta de um "sistema"). CC concerne aos fatores que conformam e influenciam os elementos do sistema, mas que não se restringem a esse "sistema", ou sequer ao meio urbano. CC é simultaneamente parte do sistema e meio exterior - ou melhor: uma instância transistêmica. No entanto, enquanto instância de retrabalhamento, CC não deve ser confundido com uma instância regulatória ("controller") no sentido da variante cibernética da teoria dos sistemas. Não se trata de um mecanismo homeostático com o fito de manter ou recuperar um "estado ideal" ("equilíbrio"), mas sim do retrabalhamento de problemas objetivos e da definição da intensidade e das formas das reações dos atores aos problemas objetivos.

<sup>32</sup> Sem poder me estender aqui em considerações epistemológicas e teórico-metodológicas, seja aqui apenas observado o seguinte, a fim de se evitar um desnecessário mal-entendido: o problema de uma abordagem "sistêmica", de um ponto de vista crítico-social e de teoria do conhecimento sobre o Social, não é que ela não permita a representação de dinâmicas não-lineares, dialéticas. Pelo contrário, ela permite uma didática representação gráfica do "esqueleto" de dinâmicas não-lineares (conforme já sublinhado pelo presente autor em Souza, 1993, e admitido pelo filósofo marxista Karel Kosik [1985, p.36-38]). O problema está em que uma abordagem sistêmica, de tipo "cibernético" ou qualquer outra, fará isto de forma *funcionalista*. Uma dialética aberta, radicalmente histórica, pode beneficiar-se do emprego de conceitos oriundos da Teoria dos Sistemas, com a condição de: 1) não desvincular completamente o método do Objeto, e relativizar e mesmo rejeitar, à luz da realidade social, conceitos e idéias como "equilíbrio"; 2) se admitir a possibilidade da existência de contradições (em sentido dialético, como a contradição capital X trabalho) no interior de sistemas sociais ou socioespaciais (problema que não se coloca para sistemas físicos, químicos ou biológicos); 3) não se confundir uma modelagem sistêmica, conveniente sobretudo em termos didáticos, a qual pode de alguma forma incluir a representação formal de elementos do cotidiano, com o conceito de sistema trabalhado, por exemplo, por Habermas (1981), referente a instâncias como o Estado e o mercado e oposta ao "mundo da vida", ao *Lebenswelt* (com exceção do Sistema Mundial Capitalista, o qual corresponde essencialmente a uma instância sistêmica no sentido de Habermas, tanto os "sistemas" nacional, sub-regional e local são representações altamente abstratas de complexas realidades que incluem, evidentemente, a instância do "mundo da vida", em interação com as demais para conformar a dinâmica sociopolítica da crise urbana); e 4) se inserir modelagens sistêmicas num contexto teórico-metodológico mais amplo *não-funcionalista*, ou seja, que não tenha a veleidade de reduzir realidades sociais a "sistemas".

Pelo contrário: parece que a própria dinâmica do sistema nacional, conjugada com a natureza de sua inserção no Sistema Mundial Capitalista, conduz a um impasse, a um agravamento dos conflitos urbanos (e outros tipos de conflito). Interiormente a essa ordem sistêmica - com a manutenção de suas estruturas básicas enquanto tais: Estado nacional, Sistema Mundial Capitalista - é possível, talvez, fazer "algo", com a condição de que as estruturas existentes sejam, pelo menos, reformadas. Não se trata, aqui, de "reformismo programático", pois esse percurso apresenta sérias limitações (aceitação das regras de jogo gerais em termos tecnológicos, imperativo de crescimento, exploração capitalista). Trata-se, porém, de uma perspectiva pragmática, voltada para o que parece ser possível no âmbito da escala nacional e a médio prazo, considerando-se não haver hoje ambiente, em termos de conjuntura política e ideológica internacional, para se investir a médio prazo numa saída de tipo revolucionária (aliás, o próprio conteúdo do termo "revolução" precisa ser repensado, no que tange a fins e meios). A médio prazo, o que se afigura cogitável é uma certa correção de rumos nos marcos do Estado nacional e do Sistema Mundial Capitalista, a qual pode e deve, porém, *servir para acumular massa crítica para uma mudança estrutural mais profunda a longo ou longuíssimo prazo*. O futuro de uma nova ordem mais justa se prepara no presente, embora de maneira modesta, "molecular", investindo-se na organização da Sociedade Civil. Sem esse horizonte mais crítico, que vá além do mero ajuste, qualquer pragmatismo revelar-se-á, mais cedo ou mais tarde, inócuo, e portanto menos realista do que se supunha.

Todavia, mesmo o que é aparentemente possível a médio prazo não é, na prática, nada fácil, por reclamar uma dinâmica de natureza *sinérgica*. Um cenário de contraste onde a escalada da violência urbana seja interrompida e, por tabela, igualmente a "militarização do cotidiano", só é concebível caso diversos requisitos sejam satisfeitos. Esses requisitos concernem à solução de fatores de bloqueio do desenvolvimento socioespacial brasileiro que podem ser agrupados em duas categorias, a saber, uma

*problemática exógena e uma problemática endógena*.

A problemática exógena possui seu núcleo na questão da dívida externa, a qual, ao contrário das aparências e do discurso governamental, não foi plenamente superada pela renegociação da dívida em abril de 1994. O pagamento do serviço da dívida permanece representando uma sangria e o seu montante uma espada de Dâmoqueos a pairar sobre a economia brasileira, conquanto o saldo da dívida externa líquida tenha caído de US\$ 73,5 bilhões, em junho de 1993, para US\$ 48,3 bilhões em junho de 1994, como resultado do processo de acumulação de reservas internacionais e dos efeitos da renegociação da dívida (Boletim do Banco Central do Brasil, 1994, p.28). Mesmo em termos de uma simples consolidação da dívida total no contexto do Plano Brady resta ainda muito por fazer. Essa reestruturação alcançada em 1994, portanto, não significa uma ultrapassagem definitiva do problema, o qual precisamente pressionou pelo aumento da dívida pública interna e, por tabela, do déficit público, à medida que se tornava impossível obter fundos externos adicionais (ver Pereira, 1992). Além de se avançar mais ainda no tocante a uma solução para o problema da dívida externa, é imprescindível enfrentar também outro gargalo, que é o desafio para a economia nacional de alcançar uma melhor inserção no contexto da economia-mundo globalizada e modernizar-se tecnologicamente. Tanto a questão da dívida externa quanto a da posição frágil e difícil da economia brasileira enquanto semiperiferia mostram que a distinção entre "exógeno" e "endógeno" é puramente didática, já que o que se tem sempre é uma imbricação dialética entre as duas componentes ao longo da história: a crise da dívida incluiu (ir)responsabilidades e fatores internos e externos, e o melhor posicionamento de uma economia nacional a nível global, se de uma parte depende do oferecimento de oportunidades pela dinâmica do sistema mundial, precisa encontrar correspondência em um esforço interno de ajustamento.

A problemática endógena é multifacetada, mas seu núcleo reside nas disparidades sociais e socioespaciais estruturais existentes,



simbolizadas pela brutal concentração de renda e pela não menos brutal concentração fundiária. Superar a problemática endógena exige a realização de reformas de base de largo alcance social, mas também o difícil esforço de compatibilização da modernização capitalista, contemporaneamente pautada por um paradigma tecnológico e por um modo de regulação "pós-fordista" geradores de desemprego e desigualdades (mesmo no "Primeiro Mundo"), com um desenvolvimento socioespacial mais autêntico. A mesma ressalva vale, aliás, para a questão de uma maior e melhor integração internacional, que não deve se dar em detrimento da atenção para com o mercado interno e através da geração de enclaves exportadores.

Soluções para as problemáticas exógena e endógena se completam mutuamente, e *precisam ser alcançadas mais ou menos concomitantemente*: Sem uma solução para o problema da dívida externa, eliminando ou reduzindo muito substancialmente a remessa de divisas para o exterior, não será viável - porque não financiável - um programa de reformas, no âmbito do que é politicamente possível num contexto "democrático"; de onde sairiam os recursos para se investir em habitação popular, saúde, educação, saneamento básico etc. maciçamente e a longo prazo, para se indenizar os atingidos por desapropriações no âmbito das reformas urbana (diretamente vinculada à solução da "questão urbana") e agrária (indiretamente ligada à crise urbana, devido ao êxodo rural)? Ao mesmo tempo acrescenta-se o imperativo de aumentar as exportações de produtos industrializados com alto valor agregado, auferindo mais divisas na esteira da modernização tecnológica. As medidas limitadas que poderiam ser tomadas sem soluções duradouras para o conjunto da problemática exógena tenderiam a se dissipar, a se esgotar sem acarretar impactos que representassem uma verdadeira mudança qualitativa (Figura 3-A). Por outro lado, sem a realização de reformas estruturais - inclusive do aparelho de Estado -, a disponibilidade de recursos por conta da solução da problemática exógena tenderia a não reverter em benefício da desconcentração de renda e da melhoria da qualidade de vida dos pobres urbanos, havendo, pois, também aqui, uma tendência à dissipação dos ganhos (Figura 3-B). Apenas uma interação en-

tre as soluções nas duas frentes - exógena (internacional) e endógena (nacional) - oferece verdadeiras chances de sucesso, alcançando-se uma massa crítica econômico-financeira e político-institucional que permitiria um "desenvolvimento sustentável" em prol da superação da crise urbana (Figura 3-C).

Caso uma tal dinâmica não seja atingida a tempo, ter-se-á apenas uma exacerbação da "militarização da 'questão urbana'". O cenário da "militarização do cotidiano" é, na verdade, nada mais que um prosseguimento e agravamento do quadro já instalado nas metrópoles brasileiras e, assim, uma realidade em processo de concretização gradual, mais que um simples cenário tendencial. Um outro cenário, para cuja concretização a crise urbana poderia contribuir (claro que não isoladamente, mas como um dentre muitos outros fatores) seria, ao invés de uma deterioração gradual do clima social no interior da ordem democrático-representativa, uma ruptura institucional e um *comeback* dos militares - ou seja, um *putsch*. Este cenário, ainda pouco provável apesar de certos temores, deve ser interpretado antes como um cenário tendencial que aprofundaria o cenário (ou a realidade!) da "militarização do cotidiano" do que como um cenário alternativo a essa militarização.

Mas, mesmo o pragmatismo de se voltar a falar do imperativo de modernização nos marcos globais do "colapso da modernização" (Robert Kurz), de se tentar tomar o bonde da "Terceira Revolução Industrial", de fazer a economia brasileira internacionalmente mais competitiva, é uma perspectiva talvez pouco realista. Como conciliar a superação de desigualdades através de uma complexificação tecnológica e de uma mudança no modo de regulação (desregulação do mercado de trabalho, demolição do sistema previdenciário, "flexibilização da jornada de trabalho", etc.) que trazem em si o espectro de maiores desigualdades? Entretanto, não parece haver, por enquanto, uma alternativa radical ao referencial capitalista. O desafio da sinergia positiva a ser alcançada com as soluções para as problemáticas exógena e endógena não é, por conseguinte, "apenas" o da concomitância, mas o de se ter de compatibilizar coisas pouco compatíveis. Possivelmente uma

certa compatibilização é factível, ainda que não sem atritos, preservando-se ao mesmo tempo o horizonte crítico que nela não tem sua finalidade maior, mas sim nela vê meramente um meio, um expediente inarredável. Em face do dilema que impõe uma difícil escolha entre um anticapitalismo puritano, capaz de enxergar os problemas essenciais mas condenado ao imobilismo e o qui-

xotismo por força da conjuntura, e um pragmatismo criticamente embasado, que se arisca todavia a ser inócuo, o autor do presente ensaio prefere apostar na segunda via. Se a massa crítica intelectual e a sabedoria política necessárias a essa missão hercúlea realmente estão disponíveis, quanto a isso pode-se, de toda sorte, ter sérias dúvidas.

FIGURA 3

3-A

**Não-solução da problemática exógena**  
(fardo da dívida externa, inserção desfavorável na economia internacional);  
**tentativa de solução da problemática endógena**  
(mecanismos internos de geração e reprodução de gritantes disparidades sociais)



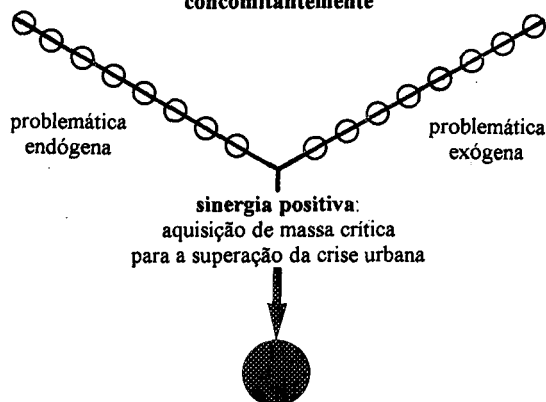
3-B

**Solução da problemática exógena**  
(ou ao menos da questão da dívida externa); **não-solução da problemática endógena**



3-C

**Fatores exógenos e endógenos de bloqueio do desenvolvimento sócio-espacial neutralizados concomitantemente**



## BALANÇO: O URBANO E A URBANIZAÇÃO, FATORES E SÍMBOLOS DE DESENVOLVIMENTO?

Após a longa discussão das páginas precedentes cabe admitir que não existe uma única resposta para a pergunta sobre se as cidades, a urbanização e o sistema urbano devem ser vistos como fatores e símbolos de desenvolvimento ou não. O conteúdo que se venha atribuir à expressão “desenvolvimento”, extremamente variável segundo a visão de mundo, a matriz epistemológica e o referencial disciplinar do analista, é que determinará a resposta à questão. Basicamente pode-se agrupar as possíveis respostas em três grandes tipos, que se passa agora a apresentar sinteticamente.

Para aqueles que continuam se limitando ao “desenvolvimento” em sua versão economicista, ou seja, ao desenvolvimento econômico (modernização tecnológica + crescimento do PIB), a resposta será, com certeza, positiva, dada a funcionalidade do urbano para a economia capitalista. Não que a pobreza, principalmente a absoluta, não venha a ser levada em conta; mas ela será vista, aqui, na conta de um problema superável automaticamente na esteira do crescimento. Diversos tipos de problemas serão reduzidos a “imperfeições de mercado” passíveis de correção - isto é, desde que o Estado não venha a interferir na dinâmica do mercado, o qual, para os neoliberais, está em condições de resolver seus próprios problemas -; as “disfuncionalidades” tenderão a ser encaradas como deformações localizadas, contornáveis nos marcos do *status quo* - seja pela via da realocação de empresas, para driblar deseconomias de aglomeração, seja através de mais repressão policial, para diminuir os níveis de violência urbana, e outras medidas do gênero, que não chegam a constituir sequer reformas, ao menos em sentido progressista. A perspectiva neoliberal é potencialmente suicida: as coisas irão essencialmente bem, desde que a economia vá bem, sendo as “disfuncionalidades” engendradas pelo sistema subestimadas ou, quando isto não for viável, sufocadas por

meio da repressão, sem que suas causas profundas sejam combatidas. O corolário disso só pode ser o acúmulo de mais e mais tensão, a qual, na falta de condições para ser canalizada politicamente, se transferirá furiosamente para o próprio tecido social, esgarçando-o e dando origem ao agravamento das reações “não-políticas” (criminalidade violenta, saques, quebra-quebras) que produzem, sobretudo na classe média, a sensação de “caos”, de “desordem” no ambiente urbano-metropolitano brasileiro.

Caso seja adotada uma perspectiva de “desenvolvimento social” razoavelmente crítica, embora não avessa ao modelo civilizatório capitalista, as causas das “disfuncionalidades” serão levadas mais a sério, sem que, de qualquer maneira, se toque em alguns problemas fundamentais. Reformas estruturais, políticas redistributivas e compensatórias serão bem-vindas, com o objetivo de se desconcentrar a renda e garantir a satisfação das necessidades básicas da maioria da população. Com isso pode-se, uma vez obtido um razoável sucesso na espinhosíssima tarefa de conciliar desenvolvimento econômico capitalista, maximização do desenvolvimento social e minimização da degradação ambiental (objetivos parcialmente contraditórios, especialmente num país [semi]periférico), minimizar bastante as injustiças sociais. Entretanto, uma vez que o modelo civilizatório capitalista, o paradigma tecnológico dominante e o Sistema Mundial Capitalista não serão radicalmente questionados, problemas como desemprego tecnológico e subemprego, a atomização e a massificação inerentes à espacialidade urbana capitalista, pasteurização e colonização culturais, para não falar da alienação e da exploração, serão subestimados. A resposta à pergunta sobre se as cidades são um fator de desenvolvimento será, para o reformista “programático”, mais matizada que no caso do neoliberal, mas ainda assim criticável: a urbanização tende a ser um fator de queda da qualidade de vida das populações urbanas e de instabilidade sociopolítica a partir do momento em que as “disfuncionalidades” assumem uma proporção muito acentuada, passando então a dominar um “clima social” geral de medo nas ruas, desconfiança de todos contra todos e

“desordem”. Porém, desde que reformas profundas sejam realizadas, o sistema urbano poderá desenvolver-se mais harmonicamente, as cidades não “incharão” descontroladamente e mesmo as metrópoles se transformarão em lugares dignos de fruição. (No caso do marxismo, soaria para muitos um pouco estranho colocá-lo no mesmo plano em que foi posto o reformismo de tipo social-democrata. À luz do que se discutiu anteriormente, contudo, o marxismo partilha com seus adversários “burgueses” a adesão ao modelo civilizatório capitalístico, o que o levou a superestimar o papel da “revolução socialista” e a subestimar a negatividade inerente à espacialidade urbana capitalista e aspectos como pasteurização cultural, alienação e opressão. Mesmo os compromissos de movimentos, partidos e Estados auto-intitulados “socialistas” com a lógica do Sistema Mundial Capitalista, no seio do qual eles foram gerados, foram amiúde subestimados, como bem salientou Wallerstein [1989]).

Finalmente, a crítica radical do modelo civilizatório capitalista distancia-se, por um lado, do caminho das soluções de médio prazo possíveis - macrorreformas a nível nacional, a produzir resultados positivos desde que acopladas a mudanças no plano internacional (de uma solução definitiva para a questão da dívida externa até a redução do protecionismo econômico muitas vezes adotado pelos países centrais) -, mas por outro permite que nossa reflexão não seja limitada pelos antolhos de um pragmatismo ensimesmado. Se se compreender realmente que nem o espaço nem a tecnologia são neutros, e que a espacialidade capitalista (as cidades, as metrópoles) e o paradigma tecnológico a serviço da reprodução da economia e das relações sociais numa sociedade capitalista têm sua materialidade modelada pelos interesses ligados à alienação, à exploração e ao antiecológico imperativo de crescimento, verificar-se-á que não basta refuncionalizar superficialmente espaços e tecnologias. É preciso *refuncionalizar/reestruturar em profundidade* a tecnologia e o espaço herdados, a fim de se criar um novo paradigma tecnológico e uma nova espacialidade. A própria divisão do trabalho entre cidade e campo, entre trabalho

intelectual e manual, as diferenças de espessura técnico-científica entre os espaços, as metrópoles verticalizadas e apinhadas: tudo isso deverá ser posto em questão. A urbanização capitalista, se traz alguns aspectos positivos em termos de concentração e sofisticação do saber e da cultura, de outra parte arrasta, em sua materialidade mesma, problemas que tornam estes aspectos positivos muito relativos: a pobreza (e não só a absoluta!) e a segregação socioespacial tornam o acesso à cultura, à ciência, à educação, ao lazer e à saúde extremamente diferenciado de acordo com as classes e os grupos sociais; o ritmo frenético da vida diária, a atomização e massificação dos homens, a poluição ambiental e outros subprodutos da urbanização capitalista criam problemas de saúde física e mental, individual e coletiva - *stress*, neurose urbana, cefaléia etc.; a medicina moderna, aparentemente a solução para tais males, insere-se num quadro de mercantilização da saúde e de abuso das ferramentas da modernidade tecnológica (produtos químicos, tratamento radioterápico) para combater doenças que a própria civilização estimula; a cultura, apesar de ser por um lado mais e mais sofisticada, atinge por outro níveis surpreendentes em matéria de superficialidade, desinformação, alienação e desenraizamento - a escola emburrece, a mídia imbeciliza. Para ser um “fator” de desenvolvimento, ou seja, para ser um ambiente cuja materialidade propicie o desenvolvimento num sentido mais pleno e generoso que o prometido no modelo civilizatório capitalista, a cidade demanda um contexto social substancialmente novo. Neste contexto, quem sabe, talvez a própria idéia de “cidade” como sinônimo de artificialidade e desnaturalização, em contraposição a um “campo”, perca a sua razão de ser, da mesma maneira como a idéia de um “Estado” enquanto instância de poder separada do restante da sociedade. A materialidade capitalista impregnou (deformou), contudo, tão formidavelmente a superfície terrestre, que não se pode conceber um processo de humanização dessa materialidade, sobretudo da espacialidade urbano-metropolitana, que se proponha a fazer simplesmente tábula rasa dela. A humanização radical do espaço urbano capitalista, em se concretizando algum dia, só poderá vir na

esteira de um processo lentíssimo de refuncionalização e reestruturação graduais, no âmbito do qual macrorreformas viáveis a médio prazo, como as que foram mencionadas na seção "A resposta do Estado e das elites às relações da população pobre e as conseqüências dessas respostas", terão um papel a desempenhar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, W. The question of city size and national policy. In: FUNCK, R. (Org.): *Recent developments in regional science*. Londres: [s. n.], 1972.
- AMORIM, C. *Comando vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- ARMSTRONG, W., MCGEE, T. G. *Theatres of accumulation: studies in Asian and Latin American urbanization*. New York: Methuen, 1985.
- BERRY, B. Tamanho das cidades e desenvolvimento econômico: síntese conceitual e problemas de política, com especial referência ao Sul e Sudeste da Ásia. In: FAISSOL, S. (Org.): *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- BACKHEUSER, E. *Habitacões populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. Marginalität in Lateinamerika - eine Theoriekritik. *Lateinamerika: Analysen und Berichte Berlin*, v. 3, p. 45-85, 1979.
- BERNARDO, J. Capitalismo dos sindicatos. In: \_\_\_\_\_. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo: Vértice, 1987. p. 13-66
- BERNDT, H. *Die Natur der Stadt*. Frankfurt: [s. n.], 1978.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 30, n. 9, set. 1994.
- BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento, 2., 1975-1979. [S. l.: s. n.], 1974. (Rio de Janeiro: Serv. Graf. do IBGE). 149p.
- BRIGAGÃO, C. Autonomia militar y democracia: el caso brasileño. In: VARAS, A. (Org.) *La autonomia militar en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.
- BURGDÖRFER, F. Stadt oder Land? Berechnungen und Betrachtungen zum Problem der deutschen Verstädterung. *Zeitschrift für Geopolitik*, Berlin, n. 1/6. p. 105-113, 1933.
- CARDOSO, F. H., FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: Maspéro, 1972.
- \_\_\_\_\_. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley; Los Angeles: The University of California Press, 1993.
- CASTORIADIS, C. Technique. In: \_\_\_\_\_. *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Diante da guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A questão da história do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.
- \_\_\_\_\_. O domínio social-histórico. In: \_\_\_\_\_. *Os destinos do totalitarismo & outros escritos*. Porto Alegre: L & PM, 1985b.
- \_\_\_\_\_. Réflexions sur le "développement" et la "rationalité". In: \_\_\_\_\_. *Domaines de l'homme. Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil, 1986.

- CAVAROZZI, M. Beyond transitions to democracy in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 24, n. 3, 1992.
- Le CORBUSIER. *Städtebau*. Stuttgart: [s. n.], 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, Milton (Org.): *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- ESTEVA, G. Entwicklung. In: SACHS, W. (Org.) *Wie im Westen so auf Erden*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, 1993.
- FRIEDMANN, J. Cities in social transformation. In: \_\_\_\_\_, ALONSO, William (Orgs.): *regional development and planning a Reader*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1964.
- \_\_\_\_\_. The role of cities in national development. In: MILLER, J., GAKENHEIMER, R. A. (Org.). *Latin American urban policies and the Social Sciences*. Beverly Hills: Sage, 1971.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Conferência.
- GAEBE, W. *Verdichtungsräume*. Stuttgart: B. G. Teubner, 1978.
- GALTUNG, J. *Strukturelle Gewalt*. Beiträge zur Friedens- und Konfliktforschung: Hamburgo, 1973.
- GARCIA, W. M. *O fenômeno da urbanização e suas implicações para o Brasil no ano 2000*. Texto da conferência apresentada em 2/7/1984 na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.
- GREENPEACE Ökodiktatur: Mit Gewalt die Erde retten? Die letzte Front. *Greenpeace - Magazin für Umwelt und Politik*, Hamburgo, p. 10-15, mar./maio 1993.
- HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handels*. Frankfurt: Suhrkamp, 1981.
- HARMSEN, H. Verstädterung und Entvölkerung Frankreichs. *Zeitschrift für Geopolitik*: Berlim, n. 1/6, p. 117-122, 1933a.
- \_\_\_\_\_. Das bevölkerungspolitische Programm Mussolinis: "Entvölkerung der Städte" und "Verländlichung". *Zeitschrift für Geopolitik*, Berlim, n. 1/6, p. 123-125, 1933b.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.
- HAUSHOFER, A. Die ländliche Entvölkerung in Grossbritannien. *Zeitschrift für Geopolitik*, Berlim, n. 1/6, p. 98-100, 1933a.
- HAUSHOFER, K. Zum Fragenkreis der Verstädterung, I. *Zeitschrift für Geopolitik*, Berlim, n. 1/6, p. 100-102, 1933b.
- HELLPACH, W. Ethno- und geopolitische Bedeutung der Grosstadt. *Zeitschrift für Geopolitik*, Berlim, n. 1/6, p. 226-234, 1933.
- HENNINGS, G. et al. Dezentralisierung von Metropolen in Entwicklungsländern Eine Strategie zur Förderung von Entlastungsorten. *Raumforschung und Raumordnung*, Colonia, v. 38, n. 1, p. 12-26, 1980.
- HOSELITZ, B. The role of cities in the economic growth in underdeveloped countries. In: \_\_\_\_\_. *Sociological aspects of economic growth*. Illinois, [s. n.] 1960a.
- \_\_\_\_\_. Generative and parasitic cities. In: \_\_\_\_\_. *Sociological aspects of economic growth*. Illinois: [s. n.], 1960b.
- JAGUARIBE, H. *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KURZ, R. *Der Kollaps der Modernisierung*. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie. Frankfurt: Eichborn, 1991.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

- LEFÈBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madri: Alianza, 1993.
- LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982. 1. ed. 1917.
- LORENZ, K. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 1. ed. 1852.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 1, v. 2. 1. ed. 1867.
- \_\_\_\_\_. A dominação britânica na Índia. In: \_\_\_\_\_. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982a. t. 1. 1. ed. 1853.
- \_\_\_\_\_. Resultados futuros da dominação britânica na Índia. In: \_\_\_\_\_. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982b. 1. ed. 1853.
- MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982a. t. 1. 1. ed. 1848.
- \_\_\_\_\_. Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982b. t. 1. cap. 1: A ideologia alemã. 1. ed. 1845/1846.
- MATTOS, C. de M. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
- MORIN, E. *O método*. Mira-Sintra: Europa-América, [19 \_\_]. v. 1: *A natureza da natureza*.
- MORSE, Richard Planning, history, politics. Reflections on John Friedmann's "The role of cities in national context". In: MILLER, J., GAKENHEIMER, R. (Orgs.). *Latin American urban policies and the social sciences*. Beverly Hills: Sage, 1971.
- MUSZYNSKI, J., MENDES, A. M. T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: [s. n.], 1990.
- OLIVA, O. M. ESG: opções político-estratégicas para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 9-15, 1988.
- OLIVEIRA, F. de. Expansão capitalista, política e estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro. In: \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- O'NEILL, M. M. Condomínios exclusivos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 63-81, jan./mar. 1986.
- PEDROSA, F. et al. *A violência que oculta a favela: o dia-a-dia nas favelas do Rio*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1990.
- PEREIRA, L. C. B. A macroeconomia perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *A crise do estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1992.
- PEREIRA, L. M. R. *As características das megalópoles e seus problemas específicos*. Texto e materiais distribuídos antes a conferência apresentada na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, no contexto do "Ciclo de Extensão Desenvolvimento Urbano".
- PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- RATZEL, F. *Politische Geographie: Geographie der Staaten, des Verkehrs und des Krieges*. 2. ed. Munique: [s. n.], 1903.
- \_\_\_\_\_. Die geographische Lage der grossen Städte. In: *Kleine Schriften von Friedrich Ratzel, zweiter Band*. Munique: [s. n.], 1906.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JUNIOR, O. A. Das desigualdades à exclusão social, da segregação à fragmentação: os novos desafios da reforma urbana. *Cadernos do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 7, n. 1, p. 53-61, abr. 1993.
- RICHARDSON, H. National urban development strategies in developing countries. *Urban Studies*, Glasgow, v.18, n.3, p. 267-288, 1981.

- ROCHA, Sonia. *Economia informal: algumas considerações sobre conceituação e mensuração*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1989. 24p. (Textos para discussão interna, n. 181).
- SANTOS, C. N. F. dos. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 32, n.165, 1982.
- SANTOS, M. Subdesarrollo y polos de crecimiento económico y social. *Eure*, Santiago, v.3, n. 9, p. 105-115, 1974.
- \_\_\_\_\_. *The shared space: the two circuits of the urban economy in Underdeveloped Countries*. Londres: Methuen, 1979a.
- \_\_\_\_\_. Difusão de inovações ou estratégia de vendas? In: \_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979b.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SAWERS, L. New perspectives on the urban political economy. In: TABB, W., SAWERS, L. (Org.): *Marxism and the Metropolis: New perspectives in urban political economy*. New York, 2. ed. [s. n.], 1984.
- SCHÖLLER, P. Wege und Irrwege der Politischen Geographie und Geopolitik. In: MATZNETER, J. (org.): *Politische Geographie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977.
- SINGER, P. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: \_\_\_\_\_. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.
- \_\_\_\_\_. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: \_\_\_\_\_. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985b.
- SOUZA, M. C. C. de. The Brazilian New Republic: under the Sword of Damocles. In: STEPAN, A. *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York: Oxford University Press, 1989. 404p.
- SOUZA, M. J. L. de. Espaciologia: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). *Terra Livre*, Rio de Janeiro e São Paulo, n. 5. p. 21-45, 1988a.
- SOUZA, M. J. L. O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista, Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988b.
- \_\_\_\_\_. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 139-172, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Armut, sozialräumliche Segregation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro*. Ein Beitrag zur Analyse der "Stadtfrage" in Brasilien. Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 1993a.
- \_\_\_\_\_. "Miseropolização" e "clima de guerra civil": sobre o agravamento e as condições de superação da "questão urbana" na metrópole do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993b.
- \_\_\_\_\_. *Modernização tecnológica, "ordem" e "desordem" nas metrópoles brasileiras: os desafios e suas escalas*. No prelo
- TANGRI, Shanti. Urbanization, political stability, and economic growth. In: FRIEDMANN, John, ALONSO, William (Orgs.) *Regional Development and Planning: a reader*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1964.
- VELLOSO, J. P. R. Idéias para a distensão urbana. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 149, p. 83-87, 1978.
- WALLERSTEIN, I. Dependence in an interdependent world: The limited possibilities of transformation within the capitalist world-economy. In: \_\_\_\_\_. *The capitalist world-economy*. Londres; [s. n.], 1986a.
- \_\_\_\_\_. *Das moderne Weltssystem*. Frankfurt: Syndikat, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *Der historische Kapitalismus*. 2. ed. Hamburgo: Argument, 1989.
- WITTFOGEL, K. Geopolitik, geographischer Materialismus und Marxismus. In: MATZNETTER, J. (Org.) *Politische Geographie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977.



## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo retomar uma antiga discussão, buscando atualizá-la e sobre ela lançar uma nova luz: a saber, a questão da conexão entre urbanização e desenvolvimento.

Na introdução é discutido o controvertido conceito de "desenvolvimento". A seguir, no primeiro capítulo, procede-se a um exame retrospectivo de diversas visões/interpretações da relação entre urbanização e "desenvolvimento", do pensamento do geógrafo alemão Friedrich Ratzel até a Geopolítica brasileira da época do Regime de 64, passando pela Geopolítica alemã do período do Terceiro Reich, pelo pensamento marxista e pelas teorias da modernização. No segundo capítulo são analisadas as questões da "funcionalidade" e da "disfuncionalidade" da pobreza urbana (e da urbanização) para o desenvolvimento capitalista, além de ser focalizado o significado do dramático agravamento da "questão urbana" no Brasil.

## ABSTRACT

The main purpose of this paper is to focus the contribution of urbanization to development in the "Third World", and particularly in Brazil.

In the introduction of this study, the author discusses the concept of "development". The first chapter deals with different views on the relationship between urbanization and development in the past: The "urbanophilia" of Friedrich Ratzel, the "urbanophobia" of the German geopoliticians of the 30s, the Marxist approach, and so on. The second chapter of the article concentrates on the analysis of the questions of "functionality" and "dysfunctionality" of urban poverty (and urbanization) in relation to capitalist development, and on the significance of the increasing dramatic "urban question" in Brazil.

# ORIGEM E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA BRASILEIRA: ALGUMAS NOTAS\*

Roberto Lobato Corrêa\*\*

Em primeiro lugar cumpre explicitar o que entendemos por rede urbana. Em termos genéricos a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros<sup>1</sup>.

A analogia acima necessita esclarecimentos. O tipo de rede a que nos referimos, a rede urbana, é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução.

Em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, da qual a rede urbana é simultaneamente um reflexo e uma condição, verifica-se a existência de diversos tipos de redes urbanas de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede. Os trabalhos de Smith e Gottman<sup>2</sup> constituem exemplos de estudos que evidenciaram a existência de redes urbanas em diversos contextos histórico-espaciais. Neste sentido não aceitamos os modelos formais de Christaller, Lösch e Zipf como referências dotadas de universalidade<sup>3</sup>. Semelhantemente, não endossamos a tese da existência de redes urbanas organizadas e desorganizadas, tese que está apoiada em parâmetros arbitrários, derivados de modelos hipotético-de-

\* Recibo para publicação em 25 de outubro de 1993.

\*\* Analista especializado em Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e professor visitante do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

<sup>1</sup> Veja-se a este respeito HAGGETT P. e CHORLEY R. J. *Network analysis in geography*. New York: Saint Martin Pres, 1969. Os autores identificam três tipos de redes que interessam à geografia em geral: rede em árvore, em circuito e em barreiras. As duas primeiras descrevem arranjos espaciais da rede urbana.

<sup>2</sup> Consulte-se SMITH Carol A. *Causes and consequences of central-place types in Western Guatemala* e *Exchange systems and the spatial distribution of elites: the organization of stratification in agrarian societies*. In: -, (org.). *Regional Analysis*. New York: Academic Pres, 1976, respectivamente nos volumes 1 e 2. Veja-se também GOTTMANN Jean *Orbits: Ancient Mediterranean Tradition of Urban Network*. In: -, HARPER, Robert A. (org.). *Since Megalopolis*. Baltimore: John Hopkins University Press 1990. Nesse artigo Gottmann considera a vida urbana na região do Mediterrâneo oriental, cerca de 1500 anos a.C.

<sup>3</sup> CHRISTALLER W., *Central places in Southern Germany*. Engle-wood Clifles: Prentice-Hall, 1966 (original de 1933); LÖSCH A. *The economics of location*, New haven: Yale University, 1954; e ZIPF, G.K. *Human behavior and the principle of least effort*, Cambridge: Addison-Wesley, 1949.

ditivos e normativos ou apoiada em visão etnocêntrica, européia e norte-americana, da urbanização.

Entendemos que para haver rede urbana três condições mínimas devem ser satisfeitas. Primeiramente tratar-se de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isto pressupõe uma mínima divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar deve haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade das transações serem realizadas. Em terceiro lugar deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e ratificam uma diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva entre eles<sup>4</sup>.

Todas as sociedades que apresentam as condições acima especificadas possuem redes urbanas. Assim, pode-se falar de uma rede urbana no mundo greco-romano ou na Baixa Idade Média, cada uma delas apresentando características próprias, inseridas nas respectivas organizações espaciais.

Na organização espacial do capitalismo do final do Século XX, caracterizada entre outros aspectos pela globalização-fragmentação, o mundo exhibe grande diversidade de redes urbanas, assim como o fato de cada centro urbano participar simultaneamente, ainda que com intensidades diferentes, de diversas redes urbanas. Em cada uma delas desempenha um papel distinto. As grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, estruturadas em redes, desempenham poderoso papel na (re)definição funcional dos centros e na natureza e intensidade da integração de cada rede na economia global que possui poucos centros de gestão do território, cabeças de redes urbanas de abrangência mundial<sup>5</sup>.

A rede urbana brasileira, pela sua amplitude e diversidade, constitui-se em rico labo-

ratório para o estudo da dinâmica espacial da sociedade brasileira. Vamos, nestas notas, ressaltar as seguintes características articuladas entre si: a complexidade genética, os diversos padrões espaciais, a crescente complexidade funcional de seus centros e os diversos tipos e intensidade de integração interna e externa. As características acima apontadas resultam de um processo complexo de criação e evolução dos centros urbanos, processo esse que tem sido marcado por uma desigual espaço-temporalidade.

## A COMPLEXIDADE GENÉTICA

A rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do Século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 80, enquanto outras mais serão criadas no início do Século XXI, na ainda não esgotada "fronteira do capital", a Amazônia. A rede urbana brasileira não está, assim, totalmente elaborada.

A coexistência, no presente, de núcleos urbanos criados em momentos diversos atesta a ação de diversos processos capazes de gerarem centros urbanos em tempos distintos. Delineia-se então uma complexidade genética da rede urbana brasileira<sup>6</sup>.

A complexidade traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação.

A criação de núcleos estrategicamente localizados e sob a proteção de um forte, à entrada de uma baía ou junto à foz de um rio, constitui-se em um padrão de criação urbana visando à proteção do litoral e da via de penetração para o interior que em breve seria conquistado e povoado. Salvador, Rio de Janeiro e Belém são exemplos dessas criações urbanas coloniais.

<sup>4</sup> CORRÊA, R.L. *A Rede urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

<sup>5</sup> SANTOS, M. Os Espaços da globalização: In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais ... Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1993; ... CORRÊA, R. L. Corporação e espaço: uma Nota, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 1, p. ..., 1991.

<sup>6</sup> Sobre a origem das cidades brasileiras consulte-se AZEVEDO, A. de. "Vilas e Cidades do Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Humana Retrospectiva". *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 9, n. 1, 1957 e GEIGER, P. P. *A Evolução da rede urbana brasileira*, Rio de Janeiro, CBPE, 1963, que analisam o assunto para o conjunto das cidades do país.

A criação de núcleos ou o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica foi regra geral na gênese da rede urbana brasileira: junto a uma sede de engenho de açúcar, de um seringal, de uma mina ou garimpo, de uma capela em fazenda, de uma fábrica têxtil, a uma pousada de tropas de burros ou no entroncamento de rotas de comércio. Os exemplos são numerosos e, muitas vezes, revelados pela toponímia urbana.

Entre os agentes criadores de cidades estão a Coroa portuguesa e o Estado brasileiro. As Províncias e os Estados da União também criaram núcleos urbanos, alguns dos quais com o propósito de transferir velhas e acanhadas capitais provinciais ou estaduais: Teresina em lugar de Oeiras, Aracaju em substituição a São Cristóvão, Belo Horizonte substituindo Ouro Preto e Goiânia a Goiás.

As empresas de colonização também criaram cidades. Londrina no norte do Paraná é um exemplo; outras estão localizadas no Planalto Ocidental paulista<sup>7</sup> e outras, mais recentes, na fronteira amazônica, como se exemplifica com Ouro Preto do Oeste em Rondônia e Alta Floresta e Sinop em Mato Grosso.

Empresas industriais e de mineração criaram cidades, *company towns*, estreitamente dependentes de suas atividades e decisões: João Monlevade (Belgo Mineira), Volta Redonda (CSN), Harmonia (Klabin), Carajás (CVRD) e Porto Trombetas (Mineração Rio Norte) são apenas alguns dos muitos exemplos.

Finalmente, anônimos fazendeiros, "peões" rurais, camponeses, comerciantes, madeiros e garimpeiros criaram centenas e centenas de núcleos urbanos espalhados por todo o Território Nacional.

A complexidade genética da rede urbana brasileira, aqui apenas esboçada, é reveladora da existência de diversos padrões espaciais, da crescente complexidade funcional de seus centros e da complexa integração interna e externa dos centros da rede urbana.

## OS DIVERSOS PADRÕES ESPACIAIS

A rede urbana brasileira não pode ser descrita a partir de um único padrão espacial, seja ele tipicamente *christalleriano*, dendrítico ou oferecendo algum tipo particular de arranjo espacial; as densidades de centros, por sua vez, variam desde as altas densidades de certas áreas do Sudeste, como a região urbano-industrial paulista, do Sul, como as zonas "coloniais" antigas gaúcha e catarinense, e do Nordeste como o Agreste pernambucano, às baixas densidades de centros das regiões escassamente povoadas como o Sertão nordestino.

Os diversos padrões espaciais são reveladores, ora de uma superposição, ora de uma justaposição, de processos criativos de núcleos urbanos verificados em momentos distintos e com propósitos também diversos, configurando no presente uma rede extremamente complexa<sup>8</sup>.

Ao que tudo indica o primeiro padrão espacial da rede urbana brasileira foi o padrão dendrítico, caracterizado por uma cidade litorânea criada para ser primeiramente um ponto de defesa do litoral e de uma via de penetração para o interior; posteriormente transforma-se em ponto de apoio à penetração e conquista do interior. A partir dela são criadas outras cidades subordinadas de modo sistemático a centros urbanos localizados a jusante ou na direção da cidade litorânea: as cidades "Bocas de Sertão" e "Pontas de Trilhos" são exemplos de centros do interior.

A rede urbana amazônica até 1960, aproximadamente, caracterizava-se por apresentar um padrão espacial dendrítico, comandada por Belém. As transformações verificadas na Amazônia, sobretudo a partir de 1970, introduziram maior complexidade à rede urbana, originando novos padrões espaciais não mais definidos pela rede fluvial nem por ligações exclusivas com a capital paraense<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Veja-se o clássico *Pioneiro e fazendeiros de São Paulo* de MONBEIG, P. São Paulo: HUCITEC-Polis, 1984, que analisa o processo de valorização do oeste paulista (e norte paranaense), incluindo a gênese da rede urbana.

<sup>8</sup> Sobre o assunto em pauta consulte-se o clássico estudo de HARRIS, C. D. e ULLMAN, E. *the nature of cities* de 1945 e reimpresso em *Readings in urban geography*, org. por MAYER, H. M. e KOHN, C. F. Chicago: The University of Chicago, 1959.

<sup>9</sup> Sobre a rede urbana amazônica ver CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 3, 1987.

A rede urbana das áreas industriais do Sudeste, especialmente aquelas do Vale do Paraíba e da área próxima à metrópole paulista - Santos, Jundiaí, Sorocaba e Campinas - assim como pelo eixo que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, caracteriza-se por forte tendência a uma coalescência física e forte integração funcional. Trata-se de um padrão espacial de áreas urbano-industriais originador de "corredores" urbanizados.

Assim, padrão espacial e complexidade funcional são correlatos, indicadores de um processo de transformação da sociedade e de sua organização espacial, da qual a rede urbana é uma de suas mais importantes manifestações e condicionantes.

## A CRESCENTE COMPLEXIDADE FUNCIONAL DOS CENTROS

A rede urbana brasileira caracterizava-se até a 2ª Guerra Mundial por um limitado grau de diversificação funcional de seus centros. Diferenciavam-se entre si sobretudo no que se refere ao papel que desempenhavam como lugares centrais, distribuindo bens e serviços, e como centros de comercialização e beneficiamento da produção rural de suas hinterlândias. Alguns centros dispunham, adicionalmente, de forte função de residência de fazendeiros, enquanto outros tinham atividades industriais ou outra função pouco usual.

Através da posição de um dado centro na hierarquia urbana derivava-se a sua importância na rede de cidades. A divisão territorial do trabalho era, em termos gerais, dada pelas funções centrais distribuídas segundo um modelo hierárquico do tipo christalleriano.

A industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas, levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. A posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere suas *especializações funcionais*, sejam industriais ou vin-

culadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente.

A divisão territorial do trabalho entre os centros urbanos amplia-se. Potencialidades funcionais submersas emergem ou são efetivamente criadas. Ao mesmo tempo muitos centros perdem parte de suas funções. São pequenos núcleos urbanos que tinham sido criados sob determinadas condições de demanda e circulação. Muitos pequenos centros, antigos e novos, caracterizam-se como reservatórios de força de trabalho rural.

A complexidade funcional crescente vai traduzir-se, entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais e na qual cada centro tem uma posição (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros. Um exemplo é suficiente: a cidade paulista de Franca é simultaneamente um centro sub-regional subordinado a Ribeirão Preto e um centro industrial especializado na produção de calçados masculinos para o mercado nacional e internacional.

Complexidade funcional implica em diversos tipos e graus de integração dos centros.

## A INTEGRAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Qualquer rede urbana tem entre seus atributos necessários alguma integração interna e externa que, em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, vai se traduzir, segundo as diversas redes urbanas, em tipos e intensidades distintas. Este é, sem dúvida, o caso dos diversos segmentos da rede urbana brasileira.

A integração, contudo, é relativamente recente quando se pensa em rede urbana nacional. Criada a partir de cidades litorâneas fundadas antes da constituição de suas respectivas hinterlândias, formou-se uma organização urbana descrita pela metáfora de um arquipélago no qual, no âmbito de cada

“ilha”, foi instituída uma rede do tipo dendrítico, centrada na cidade litorânea.

O desfazer desse padrão dendrítico foi gradual e desigualmente realizado, pressupondo uma similar recriação através das cidades “Bocas de Sertão” e “Pontas de Trihos” do interior. A crescente divisão territorial do trabalho e a necessária ampliação das articulações inter-regionais - via telefônica, ferroviária, rodoviária e pelas modernas e sofisticadas redes de comunicações - gerou uma rede urbana efetivamente nacional. Foi no pós-guerra e sobretudo a partir do forte processo de industrialização da década de 50, que a rede urbana brasileira foi efetivamente integrada. Nesta integração duas metrópoles nacionais emergiram, Rio de Janeiro e São Paulo, resultantes de processos que se realizaram em tempos e espaços distintos, mas que tiveram uma parcial sincronia e que foram focalizados em dois centros urbanos distintos.

A partir da década de 70 a rede urbana brasileira, caracterizada por uma complexidade genética, por diversos padrões espaciais e por uma crescente complexidade funcional, caracteriza-se por uma integração que apresenta novos padrões de desigualdades. Vejamos alguns aspectos dessa integração desigual.

A integração da rede urbana é mais complexa e intensa. Não mais é marcada exclusivamente por interações do tipo descrito pela teoria das localidades centrais, mas inclui também interações de complementaridade no âmbito de uma mais complexa divisão territorial do trabalho na qual há numerosas especializações funcionais que definem inúmeros centros urbanos.

A complexidade envolve tipos de relações que, se já eram existentes no passado, “tornaram-se mais intensas, operacionalmente mais modernas e eficazes” e, ainda mais, generalizadas por todo o Território Nacional<sup>10</sup>.

Passaram também a realizar-se “em diferentes direções, abrangendo centros que se situam em regiões não-contíguas entre si. Intensidade, generalização e não-contigüidade, que foram viabilizados pela difusão de modernos e eficazes meios de comunicação implantados pelo Estado<sup>11</sup>.

A complexidade da integração envolve, por outro lado, o fato de cada centro urbano fazer parte de várias redes de cidades, redes vinculadas aos múltiplos papéis que desempenha e em parte associados às grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, elas próprias organizadas sob a forma de rede. Assim, uma capital regional que em passado não muito distante relacionava-se quase que exclusivamente com uma única metrópole regional, atualmente relaciona-se também com outras metrópoles, diversas capitais regionais e mesmo com alguns pequenos centros longinquamente localizados<sup>12</sup>.

A continuidade do processo de industrialização que se difundiu parcialmente pelo interior, a modernização do campo gerando o seu esvaziamento de homens ao mesmo tempo que introduzia novas demandas nas cidades, as transformações na estrutura comercial, as novas vias de circulação de mercadorias e os novos meios de telecomunicações, constituem um conjunto articulado de fatores vinculados ao grande capital e à ação do Estado, que afetaram os tipos e a intensidade da integração da rede urbana brasileira.

A integração é, assim, desigual. A metrópole paulista emergiu claramente como centro maior da rede urbana. Assim, à guisa de exemplo, em 1990 São Paulo apresentava número maior de ligações telefônicas internacionais que o Rio de Janeiro: a relação era de 100 para 70. Com as demais capitais estaduais a relação favorecia mais ainda a metrópole paulista: 100 e 45<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Estas relações são as seguintes: migrações rurais-urbanas e entre cidades, comercialização e beneficiamento da produção rural, drenagem da renda fundiária rural, investimentos em áreas rurais e urbanas, distribuição de bens e serviços e difusão de ideais e valores. Sobre o assunto consulte-se CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*, e ainda do mesmo autor *Novas Dimensões Geográficas do Urbano no Brasil*, Conferência apresentada no II Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio Claro, outubro de 1991 e publicada no *Boletim de Geografia Teórica*, v. 21, n. 42, 1991.

<sup>11</sup> Veja-se CORRÊA, R. L. *Novas dimensões geográficas do urbano no Brasil*.

<sup>12</sup> Sobre o assunto consulte-se SANTOS, Milton, *Metamorfoses do espaço habitado*, São Paulo: HUCITEC, 1988, sobretudo o capítulo 4 e CORRÊA, R. L. *Novas dimensões geográficas do urbano no Brasil*,

<sup>13</sup> NACIF, Cristina Lontra, *Rede Urbana do Sudeste: uma análise através dos fluxos telefônicos*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1993.

A rede urbana do Sudeste, por outro lado, apresenta-se mais integrada que os outros segmentos da rede urbana nacional. As ligações entre São Paulo e as capitais regionais de sua hinterlândia são mais intensas que aquelas entre as demais metrópoles regionais e suas respectivas capitais regionais.

No âmbito do Sudeste, contudo, a intensidade das interações espaciais também varia, evidenciando um conjunto urbano-industrial que, tendo como foco a metrópole paulista, irradia-se para a Baixada Santista, o Vale do Paraíba paulista, a cidade de Sorocaba e o "corredor" constituído por Jundiá, Campinas, Americana - Santa Bárbara do Oeste (e uma extensão na direção de Piracicaba), Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. As interações espaciais nesta região são intensas, evidenciando relações de subordinação e complementaridade. Assim, as in-

terações entre Ribeirão Preto e Araraquara, Campinas e Piracicaba e São José dos Campos e Taubaté são mais intensas que aquelas entre Belo Horizonte, de um lado, e Montes Claros, Juiz de Fora, Governador Valadares e Teófilo Otoni, de outro<sup>14</sup>.

A desigual integração da rede urbana brasileira, que foi ampliadamente ratificada nos últimos 20 anos, revela claramente os resultados de um processo de desenvolvimento capitalista que, longe de gerar uma tendência à homogeneização social e da organização espacial, acentua as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira, revelando, através da rede urbana, uma efetiva integração de parte da população ao sistema social e, simultaneamente, uma menor integração, senão exclusão, de parcela importante da população.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia humana retrospectiva. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 9, n.1, 1957.
- CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- CORRÊA, R.L. Conferência inaugural: novas dimensões geográficas do urbano no Brasil. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v.21, n. 42, p.12-17, 1991. Número especial que inclui os trabalhos apresentados no Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2., Rio Claro, outubro de 1991.
- \_\_\_\_\_. Corporação e espaço: uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p.137-145, jan./mar. 1991.
- \_\_\_\_\_. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.43, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- \_\_\_\_\_. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- GEIGER, P.P. *A evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: CBPE, 1963.
- GOTTMANN, J. Orbits: ancient mediterranean tradition of urban network. In: GOTTMANN, J. Orbits, HARPER, Robert A. (Org.). *Since megalopolis*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.
- HAGGETT, P., CHORLEY, R.J. *Network analysis in geography*. New York: Saint Martin Press, 1969.
- HARRIS, C. D., ULLMAN, E. The nature of cities in 1945. In: MAYER, H. M., KOHN, C. F. (Org.). *Readings in urban geography*. Chicago: The University of Chicago, 1959.
- LÖSCH, A. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- MONBEING, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC: Polis, 1984.

<sup>14</sup> NACIF, Cristina Lontra, op. cit..

- NACIF, C. L. *Rede urbana do sudeste: uma análise através dos fluxos telefônicos*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- SANTOS, M. Os espaços da alfabetização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SMITH, C.A. Causes and consequences of central-place types in western Guatemala. In: REGIONAL analysis. New York: Academic, 1976a. 2v.
- \_\_\_\_\_. Exchange systems and the spatial distribution of elites: the organization of stratification in agrarian societies. In: REGIONAL analysis. New York: Academic, 1976b. 2 v.
- ZIPF, G.K. *Human behavior and the principle of least effort*. Cambridge: Addison - Wesley, 1949.

## RESUMO

A rede urbana brasileira apresenta enorme complexidade genética, diversos padrões espaciais, crescente complexidade funcional de seus centros e uma desigual integração interna e externa que resultam de um complexo processo de criação e evolução.

## ABSTRACT

Brazilian urban network has been developed through a complex genetic process, has various spatial patterns, an increasing functional complexity and an unequal internal and external integration, which are due to a complex process of creation and evolution.



# REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, UMA ABORDAGEM PRELIMINAR\*

*Fany Davidovich\*\**

Direta ou indiretamente, o tema tem estimulado a reflexão em diferentes correntes de pensamento. Num sentido lato e até mesmo literal, a refuncionalização do espaço geográfico faz pressupor a idéia de um novo papel desse espaço ou, melhor dizendo, da elaboração de um novo espaço-tempo. Idéia essa que encontra certamente um respaldo na importância que adquiriu, no mundo das finanças e dos negócios, o vetor velocidade, atrelado ao progresso técnico-científico e à informatização. Pôde-se aludir, assim, ao fim da geografia, a partir de tendências de uma "homogeneização" crescente do planeta, ou a fenômenos de desterritorialização que, em última instância, se acoplam à concepção do primado do tempo sobre o espaço. Mas, por outro lado, cada vez mais se impõe a idéia do novo papel ou de novas funções que o espaço geográfico assume, como componente da diferenciação de sociedades e de lugares, referenciada a fatos de natureza política e econômica, ética, religiosa e cultural, através dos quais se expressam adaptações,

ajustes ou resistências ao processo de globalização do mundo de nossos dias.

A análise de corte econômico leva à reflexão para a ótica da globalização do capital. Mais precisamente, tal análise faz recortar um vetor, ou seja, considerar funções do espaço geográfico no novo padrão de acumulação: o do capital flexível, que se substitui à chamada produção fordista. Como se sabe, essa mudança tem envolvido crise e recessão, que se associa ao esgotamento do sistema de produção em massa, com seu corolário de incompatibilidade entre produtividade e saturação de mercados, bem como de defasagens tecnológicas e de pressões salariais e inflacionárias. Condições essas que se agravaram em países ditos de desenvolvimento desigual, ou mal desenvolvidos ou de renda média, com as dificuldades financeiras do estado e a queda de investimentos externos. Excede, porém, aos limites dessa apresentação o aprofundamento da reflexão teórica a respeito. Pretende-se, quando muito, introduzir algumas linhas de interpretação, basicamente referenciadas à

\* Recebido para publicação em 30 de novembro de 1994.

Texto de participação na mesa redonda A Refuncionalização do Espaço-Geográfico - Encontro Internacional "Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo": ANPEGE, São Paulo - 8 a 10 de setembro de 1994.

\*\* Pesquisadora do laboratório de gestão do Território do Instituto de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

relação Globalização/Local, enquanto componente de interesse do capital flexível.

## O TÓPICO DA REFUNCIONALIZAÇÃO...

Um texto recente de M. Storper (1994) oferece subsídios para a interpretação de uma refuncionalização do espaço geográfico, ainda que não direcionado explicitamente para a temática em questão. A importância que atribui à *capacidade endógena de produção* introduz novos aspectos a respeito do Local, já que não o associa apenas ao ideário neoliberal, à afirmação do indivíduo e da privatização, ou à descentralização *tout court*.

Sem desprezar outras variáveis, algumas atividades são apontadas como propulsoras da elevação da renda *per capita*, da qualidade de vida e de um desenvolvimento capaz de estimular efeitos regionais:

- Sobressai, primeiro, a capacidade de produção tecnológica e científica, que se opõe a meros procedimentos de adaptação e de imitação e que estimula a criatividade. Essa capacidade constitui suporte de uma dinâmica econômica crescentemente mobilizada por imperativos de produtividade e de competitividade, pela pressão da constante diversificação de produtos e de manter a dianteira ante à concorrência. Conhecimento e saber tornam-se bens escassos e sujeitos ao monopólio; nessas condições, eles são dificilmente transferíveis. Para tanto, contribui também o *risco da incerteza*. Mais do que o controle de mercados, inovações tecnológicas e modernos padrões de gerenciamento e de organização enfrentam o problema da imprevisibilidade provocada pela velocidade das mudanças nas preferências do mercado e da própria criação de ciência e tecnologia.

- Um outro aspecto, defendido por Storper, diz respeito à relevância da cooperação e de relação de interdependência entre *agentes locais* como um fator de elaboração e de sustentação de um ambiente social, cultural e profissional indispensável para o progresso econômico e para a inovação tecnológico-científica. Trata-se, portanto, de bases comportamentais locais, que capacitam um desen-

volvimento com valores próprios e diferenciados, mas que não descartam a troca de informações e de experiência com outros complexos de natureza local.

São atributos que atendem a requisitos do capital flexível e da moderna concepção de pólos tecnológicos, na medida em que se definem pela cooperação entre diferentes atores e em bases institucionais e organizações locais. O conceito de pólos tecnológicos opõe-se, deste modo, ao de Distritos Industriais, já que estes remetem ao planejamento "de cima para baixo", marco de um outro momento histórico.

A partir dessas colocações, a refuncionalização do espaço geográfico pode ser pensada através de uma redefinição da idéia de território e de territorialidade, a um determinado nível de generalização.

- Primeiro, é preciso levar em conta implicações da diferenciação entre a dinâmica econômica atual e a do contexto que prevaleceu até uma parte dos anos 70. Havia, então, fluxos de tecnologia dos centros avançados para outros países, principalmente aqueles que dispunham de mercados nacionais amplos. Essa transferência foi facilitada pelo sistema de produção em massa, sobretudo no setor de bens de consumo estandarizados. Foi, também, facilitada pelo ritmo relativamente lento das transformações do produto. Não se estabeleceram, portanto, grandes defasagens tecnológicas entre países desenvolvidos e aqueles que lograram atingir a posição de potências emergentes, a exemplo do Brasil.

O Território Nacional constituiu uma função essencial do espaço geográfico, como base material, estratégica, política e ideológica de um projeto de desenvolvimento integrado da economia. Contraditoriamente, porém, o modelo gerou grande concentração do produto, da indústria e da força de trabalho, dando margem a um sistema de relações distorcidas entre centralização e descentralização, entre núcleo e periferia.

Não é preciso insistir sobre as iniquidades sociais que converteram o Brasil em triste expoente no cenário mundial.

- No contexto atual, afirmam-se, porém, tendências de "descolamento" crescente entre áreas de produção avançada e áreas de uma

chamada "produção rotineira", colocando-se em posição intermediária, menos excludente as áreas onde o estado deu impulso a um determinado grau de progresso técnico e tecnológico.

A refuncionalização do espaço geográfico vem superar as relações centro/periferia e o Território Nacional como "função" fundamental. Sob a ótica das atividades propulsoras, afirmam-se tendências de territorialização que se associam ao local e que implicam uma dualidade com a desterritorialização. Essas tendências dizem basicamente respeito:

- A lugares que possuem disponibilidades de recursos específicos, não encontrados em outros lugares. São atributos que têm abrangência em países desenvolvidos, onde existem amplas bases estruturais de natureza cultural, intelectual e social, ao contrário do que ocorre em países do Terceiro Mundo. Neste, as tecnologias avançadas estão geralmente confinadas a um ou outro ponto no espaço geográfico. No Brasil, pode-se citar o exemplo da aeronáutica em São José dos Campos e o papel estratégico do vale do Paraíba do Sul no vetor científico e tecnológico, desenvolvido durante o regime militar.

- A idéia de territorialização se aplica, também, à especialização de lugares, mobilizada pelo comércio exterior; interesses da exportação, no Brasil, a despeito das dificuldades de penetrar no circuito internacional, envolvem problemas de modernização e de competição entre portos público e privado, e o redesenho espacial das retroáreas desde as zonas de produção.

- A territorialização encontra forte estímulo lá onde se desenvolvem coordenação endógena e densidade de inter-relações entre diferentes setores locais; cria-se, assim, ambiente propício para parcerias e negociações, que viabilizam e potencializam consensos em torno de regras e de ações e conseqüente abertura para soluções diferenciadas. No Brasil, tendências a esse formato, ainda que incipientes, podem ser identificadas em políticas de interiorização do saber empresarial, da informatização e de outras práticas de modernização, que têm lugar principalmente no Sudeste e no Sul. Veja-se o projeto do "trem científico" no Estado de São Paulo, ou o de pólos tecnológicos no Rio

Grande do Sul e em outros estados, nos quais se procura conjugar interesses da universidade, do setor público e privado e de diversas forças locais.

- A importância da contigüidade física reafirma-se no resgate das economias de aglomeração para a territorialização de atividades econômicas. Impe-se aí o lastro de encadeamentos e de nexos específicos entre diferentes setores, que favorecem o desenvolvimento de complexos de informação, da telemática e dos chamados serviços produtivos modernos. A relevância de localizações enraizadas para a eficiência econômica tem se concretizado nos países centrais; nos países da porção sul do planeta, são as metrópoles mais desenvolvidas que têm possibilidade de contar com ambiente propício para a aquisição de tecnologias propulsoras e de recursos avançados de organização e de gestão.

Contudo, mesmo que não abriguem esses atributos, as aglomerações urbanas representam certa defesa contra os riscos da incerteza, uma grande vilã da moderna revolução científica. Verifica-se, assim, que a agenda de política urbana, elaborada pelo Banco Mundial para os anos 90 (sobretudo para países chamados de renda média), indica a concentração urbana como motor do crescimento econômico, e não mais como expressão de patologia urbana.

No Brasil, tem prevalecido a importação de tecnologia para uso da produção; não há, porém, como negar a potencialidade demonstrada em alguns projetos, como os da Embraer, de armamentos (hoje em declínio), do Proálcool, do petróleo, e do complexo agroindustrial, que conquistaram nichos no mercado internacional. Mais recentemente, cabe menção a projetos tecnológicos da pequena empresa, que tem atraído o interesse estrangeiro, a exemplo do sistema *Virtuous* de informatização de estoques, já contratado, pelo Pentágono (Davidovich, 1993).

Nos dias de hoje, o circuito financeiro conjugado ao de telecomunicações constitui um elo da maior importância entre as principais metrópoles brasileiras e a globalização do mercado: veja-se a Embratel e o Teleporto no Rio de Janeiro ou o *World Trade Center*, na metrópole paulistana; conglomerados fi-

nanceiros pontuam várias aglomerações, como Porto Alegre (RS), por exemplo.

Mas outros movimentos de refuncionalização do espaço *vis-à-vis* à globalização podem ser apontados, no Brasil:

- É válido mencionar implicações do Mercosul em modificações de funções espaciais que já se anunciam em cidades e na área incluída no projeto; ou mencionar, também, a refuncionalização do espaço que está em curso na Amazônia, movido por interesses econômicos e políticos, de nível regional, nacional e internacional, que colocam principalmente em pauta a dimensão geopolítica da questão ambiental;

- O turismo é igualmente um vetor de refuncionalização do espaço geográfico, fazendo destacar, particularmente, o NE. Essa atividade insere-se no contexto global através do sistema Galileu, que detém o controle de agências e serviços em todo o mundo, inscrevendo-se, como empresa, na racionalidade do mercado global.

## O REVERSO DA MEDALHA...

Uma segunda observação, nessa apresentação, coloca em causa o problema da *disfunção* do espaço geográfico ou o reverso da medalha. Segundo reflexões de Derrida, recentemente divulgadas (Bentes, 1994), o contexto da sociedade de hoje remete, antes de tudo, à profunda crise das democracias ocidentais, que enfrentam problemas jamais vivenciados pela humanidade: em termos de opressão econômica, de desigualdades sociais e pobreza, desemprego e violência, a que se somam os êxodos em massa, os conflitos étnicos e religiosos e as perversões do poder, configuradas nas proporções conquistadas pela droga, pela máfia, pelo contrabando.

Este quadro sem precedente na história da humanidade se vê agravado pelos contrastes de uma coexistência paradoxal com novos aparatos econômicos, com o sofisticado instrumental tecnológico e científico e com o poder inquestionável da mídia. Mostram, assim, pouca visibilidade as perspectivas de uma ordem mundial, pelo menos dentro dos horizontes e conceitos conhecidos.

A idéia de Disfunção pode ser aferida pelo montante das massas de expatriados, que contribuem para a desterritorialização

de países e regiões. Mas, projeções de crescimento populacional para os próximos 20 anos indicam que a Ásia deverá contar com 60% do total mundial, enquanto à Europa e aos Estados Unidos caberão apenas 5%, cada qual. Nas áreas desenvolvidas, o consumo de energia e de recursos naturais por habitante é, porém, 20 vezes superior ao de habitantes dos países da porção sul do planeta.

No Brasil, aspectos de disfunção do espaço se multiplicam; empiricamente, pode-se aludir ao vulto de investimentos que se fazem necessários para recuperação do atraso em vários setores da infra-estrutura. Rodovias, por exemplo, dado ao mau estado de conservação, perfazem 40% dos custos operacionais do transporte de carga no País; essa deterioração ameaça um patrimônio estimado em R\$135 bilhões.

As metrópoles mais importantes do País respondem por um ambiente onde se desenvolvem modernas práticas empresariais e nas relações de trabalho de alguns setores, bem como importantes avanços na área cultural e em outros segmentos da vida urbana. São Paulo, principalmente, representa uma face da cidade global. Mas as metrópoles também se converteram em redutos da pobreza e da violência, da expansão de poderes paralelos, do crime, da droga e de gangues que, junto a invasões e a outras formas clandestinas de ocupação da cidade, elaboram domínios territoriais próprios, trazendo à evidência a inoperância e impotência da autoridade oficial. Fala-se, assim, na despolíticação de uma "desordem disfuncional" da metrópole, que nada tem a ver com a idéia do caos renovador, concebido por Gramsci.

Sem estender demasiado o assunto, vale questionar até que ponto a disfunção do espaço geográfico se associa à refuncionalização como a sua face contraditória; ou até que ponto a disfunção converge para rupturas no contexto da globalização, constituindo, deste modo, uma trajetória em si mesma.

Além de outros fatores, a última questão encontra um possível apoio nos obstáculos que criam para o capital, o bloco de países convertidos em repositório de imenso passivo do sistema financeiro internacional, em função da dívida externa. São constrangimentos que retardam tanto a rapidez exigida, atualmente, pela rotação do capital, como o próprio

fluxo de inovações (Becker e Egler, 1993). Esses constrangimentos rebatem, portanto, nas dificuldades de transferência de tecnologia entre países avançados e os demais, como foi antes mencionado. Investimentos que se fazem necessários para a produção de tecnologias de ponta (microeletrônica, biotecnologia, informática, entre outras) implicam não só grandes montantes de capital, como alto risco, a que se acrescentam gastos de longa maturação em pesquisa e desenvolvimento.

Na última seção cabe, deste modo, levantar algumas indagações a respeito.

É possível contar com perspectivas de tecnologias avançadas para países como o Brasil?

No pensamento de Storper (1994), perspectivas positivas residem na busca de vias diferenciadas de reestruturação produtiva, que devem se aplicar a cada cidade e a cada País. Mas, em termos da globalização, essa positividade implica, também, evitar a inserção dominante no circuito financeiro e, ao contrário, privilegiar a inserção no circuito produtivo. No primeiro caso, requisitos de otimização local, como as economias de aglomeração, tendem a ser suprimidos, dando lugar à mera agregação de empresas que consti-

tuem elos de redes globais de informação e de negócios. No segundo caso, abrem-se possibilidades de desenvolvimento de inovações tecnológicas que podem influir na diminuição das desigualdades sociais e na ampliação da cidadania, o que não é favorecido na situação precedente.

No Brasil as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro estão se aparelhando para atender ao circuito financeiro global: *World Trade Center*, Teleporto. Mas, paralelamente, é preciso considerar as experiências de democracia direta que vêm se difundindo em grandes aglomerações e cidades, propiciando uma refuncionalização inédita do espaço urbano, no País.

Uma palavra final faz recorrer, mais uma vez, a Derrida (Bentes, 1994) que pregoniza o imperativo da crítica radical; crítica essa que implica "desconstrução" permanente de conceitos correntes, tais como: "democracia, estado, nação, público e privado". Nessa perspectiva, cabe questionar até que ponto se está assistindo à superação da própria idéia de mercado e dos valores a ele associados, particularmente postos em cheque com as dificuldades erguidas por parcelas consideráveis do espaço geográfico mundial.

## BIBLIOGRAFIA

- BECKER, B. K., EGLER, C. A. *Brasil, uma nova potência regional da economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p.267.
- BENTES, I. O Hamlet de Derrida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1994. Caderno Idéias.
- DAVIDOVICH, F. Tendências e problemas da urbanização no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., Rio de Janeiro, 1993. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- \_\_\_\_\_. Linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil: uma contribuição. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. (No prelo).
- LA CROIX, L. M., OLIVEIRA, E. X. de. *Áreas industriais: uma contribuição à reengenharia do Serviço de Estatística Nacional*. Rio de Janeiro: IBGE, maio 1994.
- SMOLKA, M. O. *A nova agenda do Banco Mundial para a política urbana*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. p.8. mimeogr.
- SOUZA, M. J. Lopes de. Funcionalidade e desfuncionalidade das metrópoles para o desenvolvimento brasileiro. Questões para uma política urbana que proponha a ser crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., Curitiba, 1994. *Anais...* Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994. v.1, p.530-537.
- SPOLIDORO, R. As tecnópoles e um projeto nacional para o futuro. In: COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE TECNÓPOLES, 2., 1993. *Anais...* Goiânia: [s.n.]. 1993. mimeogr.
- STORPER, M. *Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento*. In: QUEIROZ, L., RIBEIRO C. de, SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.23-63.
- TAVARES, H. M. Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. *Cadernos do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 39-51, abr. 1993.

## RESUMO

O tema leva a pressupor um espaço-tempo em elaboração, no qual se conjugam processos de globalização do mercado e de diferenciação de lugares, seja por dificuldades de ajuste à nova ordem econômica, seja pelas características políticas, étnicas, religiosas e culturais.

Na refuncionalização do espaço geográfico, sobressai o papel da "capacidade endógena de produção" (Storper, 1991), que implica: a absorção da inovação tecnológica e científica, essencial para imperativos de competitividade e produtividade; a cooperação e relações de interdependência entre agentes locais; e o desenvolvimento de valores próprios e diferenciados.

Nesse contexto, a refuncionalização do espaço geográfico pode conduzir a uma redefinição da idéia de território: como base política, estratégica e ideológica do projeto de desenvolvimento econômico integrado, o Território Nacional constituiu função essencial do espaço geográfico; nas condições atuais, haveria tendências de crescente "descolamento", entre áreas de produção avançada e as de "produção rotineira". A refuncionalização do espaço geográfico pode, assim, superar relações centro/periferia e o Território Nacional como "função" fundamental; novas territorialidades se associam à especialização de locais em atividades propulsoras. Exemplos foram apontados no Brasil, com realce à aglomeração metropolitana, sede das modernas telecomunicações, e às implicações espaciais do Mercosul e do turismo.

No tópico "o reverso da medalha" assinalaram-se problemas de proporções jamais vivenciadas pela humanidade: opressão econômica, conflitos de toda natureza e ameaças aos ideais democráticos. Nas metrópoles brasileiras e, também, em outros países, coexistem práticas avançadas de modernidade, em vários setores, e redutos de pobreza e de poderes paralelos, violência e insegurança, que podem sinalizar para uma despolitização da sociedade. Mas são, também, as metrópoles, em particular, que sediam experiências de democracia direta, a par de manifestações culturais, que propiciam uma refuncionalização inédita no espaço geográfico.

## ABSTRACT

The paper deals with new ways of time-space structuring arising out of the conjunction of market globalization and place differentiation. The whole process is conditioned by problems in adapting to the new economic order, as well as by political, religious and cultural traits.

"Endogenous capacity of production" (Storper, 1991) constitutes a main factor in the refunctionalization of geographical space; its implications lie on: the absorption of technological and scientific innovations, aiming at competitiveness and productivity; the co-operation and inter-dependency between local agents; the development of differentiated values and creativity on their own. A redefinition of the idea of territory itself arises in such a context: national territory represented an essential function of geographical space, as a political, strategic and ideological basis for an integrated economic development project; at present, trends of progressive "divorce" between areas of advanced production and areas of traditional production may be observed. Thus, refunctionalization of geographical space can superate center-periphery relations and national territory as a fundamental "function". New territorialities develop associated with local specializations on propulsive activities. In Brazilian examples, mention is made to metropolitan agglomerations, as the place of modern telecommunications, as well as to spatial implications of the South Cone Market (Mercosul) and of tourism.

As a "reserve of the coin", there are huge problems at proportions never known before in human society: economic oppression, conflicts, menaces to democratic ideals. In Brazilian metropolises, there is a coexistence between advanced practices on modernity and poverty, organized crime, violence and insecurity, taken as signs of "depolitization" of the population. But, on the other hand, the metropolis represents the "locus" of direct democracy experiences, together with cultural expressions, that may produce a new kind of refunctionalization of geographic space.

# INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS

Os originais entregues para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1 - O texto deve ser editado, preferencialmente, em *Word*, sem formatação (*default*), acompanhado da respectiva impressão, ou datilografado em papel branco formato A4 (21cm x 29,7cm), em um só lado, em espaço duplo, com margem de 30mm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.

O texto em *Word* terá sua edição facilitada, agilizando a publicação do mesmo;

2 - As laudas deverão ser numeradas seguidamente;

3 - A primeira página do original (folha de rosto) deve conter título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas, dos órgãos a que estão vinculados, do endereço para correspondência, bem como colaboradores, agradecimentos e auxílios recebidos;

4 - O artigo deve ser acompanhado de um Resumo informativo, de no máximo 200 palavras, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografados em espaço duplo, em folha separada, em português e inglês;

5 - Notas explicativas devem ser numeradas numa seqüência única, listadas no pé da página onde se encontram;

6 - Fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação e desenhadas a nanquim, em

papel vegetal ou plástico, à parte, numeradas ou indicadas no texto por ordem de entrada;

7 - Tabelas e quadros devem ser apresentados com títulos que permitam perfeita identificação, numerados e com ordem de indicação de entrada no texto.

No caso de listagens e tabelas extensas, e de outros elementos de suporte, podem ser empregados apêndices;

8 - As fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrastadas, de preferência em tamanho 6 x 9 cm, nunca superior a 12 x 18 cm; os gráficos desenhados a nanquim, em papel branco ou vegetal: os dados e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;

9 - O formato de impressão máximo de encartes estabelecido para os documentos cartográficos da RBG é de 50 x 55 cm. Sempre que haja reprodução ou ampliação do documento cartográfico original, deverá constar deste apenas a escala gráfica.

O desenho original deve ser feito em material estável. No caso de documentação cartográfica de precisão ou quando a densidade de informações contidas num mapa

ou cartograma dificulte a sua leitura, será excepcionalmente permitida a impressão em cores. Em caso contrário, os valores cor serão substituídos por hachuras, retículas ou símbolos gráficos compatíveis com a escala.

Os documentos cartográficos devem ser precedidos de títulos que permitam perfeita identificação e em suas legendas devem constar: classificação, nomes ou siglas das Unidades da Federação representadas, ano da publicação, escala, projeção (exceto nos cartogramas) e as convenções cartográficas menos conhecidas.

A documentação cartográfica utilizada com o nome ou sigla da fonte e outros elementos complementares compatíveis à escala devem ser descritos de modo sucinto. No caso de mapas e cartogramas, deve existir flexibilidade na disposição dos títulos, legendas e outras referências, utilizando-se os espaços vazios oferecidos pelo próprio desenho. Deve ser estabelecida uma graduação de importância, adotando-se diferentes tamanhos de tipos nos dizeres da legenda.

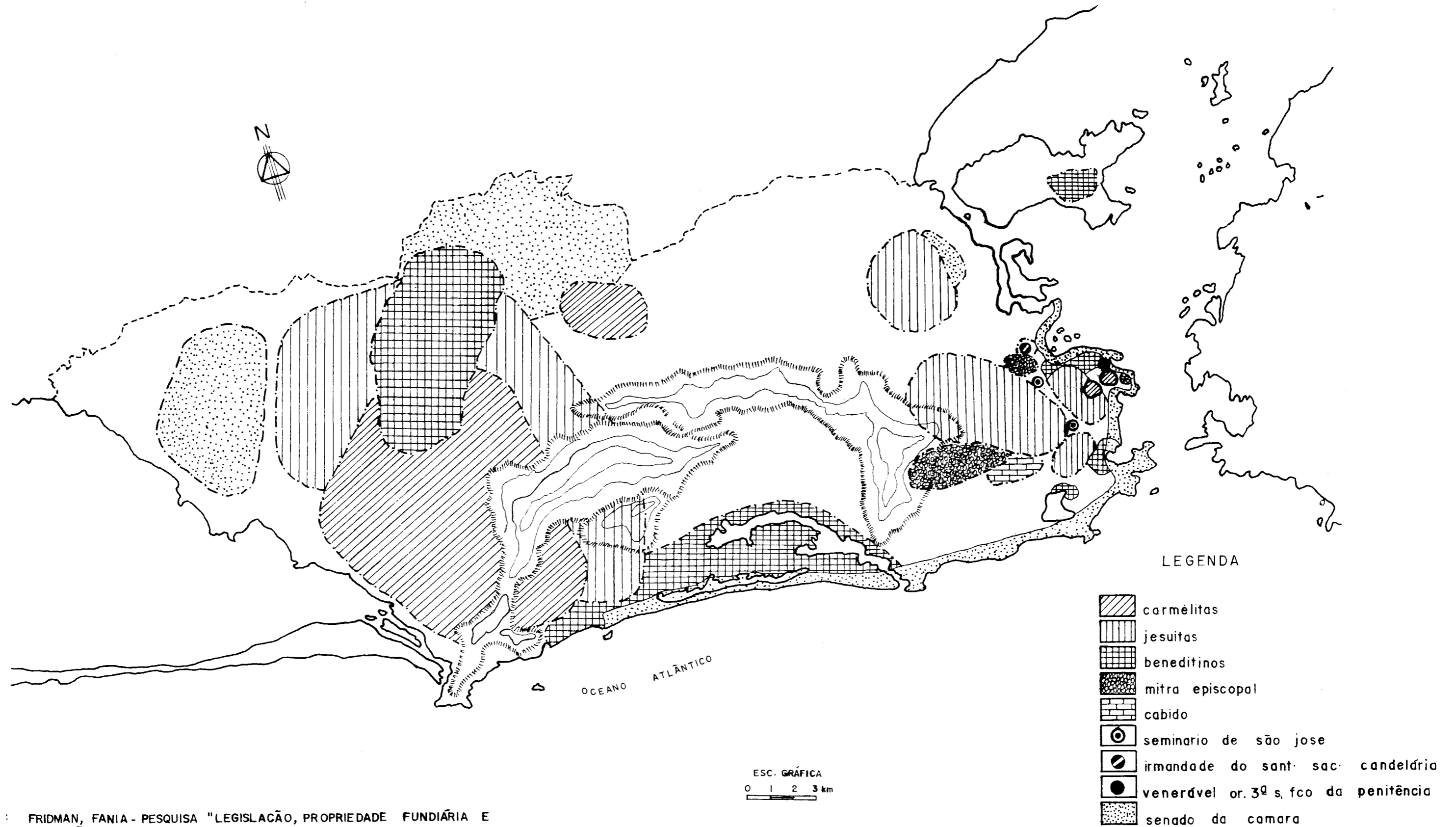
A moldura em torno do desenho de um mapa ou cartograma deve garantir uma margem no papel. Para as cartas pertencentes ao mapeamento sistemático, devem ser obedecidas as normas e especificações inerentes a cada carta, de acordo com a escala e classificação (contatar com o órgão responsável por esse mapeamento ou com a Comissão de Cartografia). As cartas, mapas ou cartogramas, inseridos ou anexados, devem ser referenciados no texto por um número de ordem correspondente.

As legendas e outras referências devem estar destacadas do desenho e afastadas das margens. No caso de cartas do mapeamento sistemático, ver as normas e especificações de cada tipo de escala. É aconselhável que, para a elaboração de uma base precisa, sejam utilizados os documentos cartográficos realizados pelo IBGE ou por outros órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional.

- 10 - As citações bibliográficas no texto devem ser feitas de acordo com o Projeto ABNT 14.01.01.005 - Apresentação de citações em documentos;
- 11 - As referências bibliográficas devem ser numeradas em seqüência única e apresentadas em folhas separadas com indicação dos números respectivos. Devem ser redigidas segundo a norma brasileira respectiva (ABNT - NBR - 6023 Referências Bibliográficas), contendo indicação por extensão dos títulos dos periódicos, quando se tratarem de referências de artigos. A exatidão e adequação das referências a trabalhos consultados e mencionados no texto são de responsabilidade do autor;
- 12 - Quando houver necessidade de dividir o trabalho em capítulos, seções e partes, esses devem ser numerados, progressivamente, com o objetivo único de orientar o diagramador na aplicação de recursos gráficos que permitam substituir essa numeração, ordenação de títulos e subtítulos; e
- 13 - Os originais devem ser encaminhados ao Projeto Editorial de Geociências DEPIN/DIPRO-SE 2, em 2 (duas) vias. Endereço: Av. Brasil, 15 671 Bloco IIIB, térreo, 21 241-051 - Rio de Janeiro - RJ.

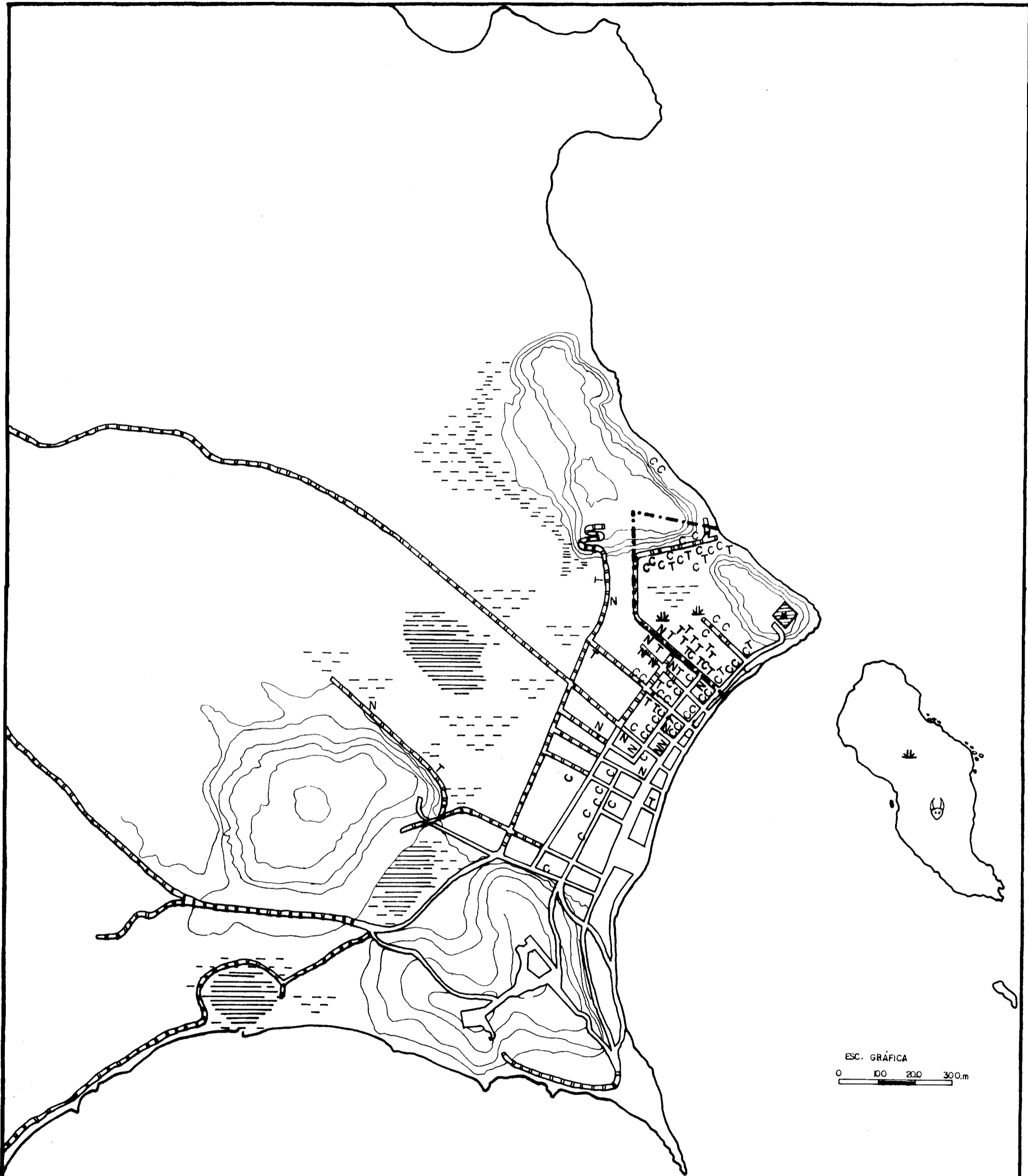


MAPA 1 : MANCHAS APROXIMADAS DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DAS ORDENS RELIGIOSAS E DO SENADO DA CÂMARA DO SÉCULO XVI ATÉ METADE DO SÉCULO XIX.











FONTE : FRIDMAN, FANIA - PESQUISA "LEGISLAÇÃO, PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO RIO DE JANEIRO" - CNPq/UFRJ.

MAPA 2 : PATRIMÔNIO TERRITORIAL E IMOBILIÁRIO BENEDITINO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1651 A 1750.



ESC. GRÁFICA  
0 100 200 300.m

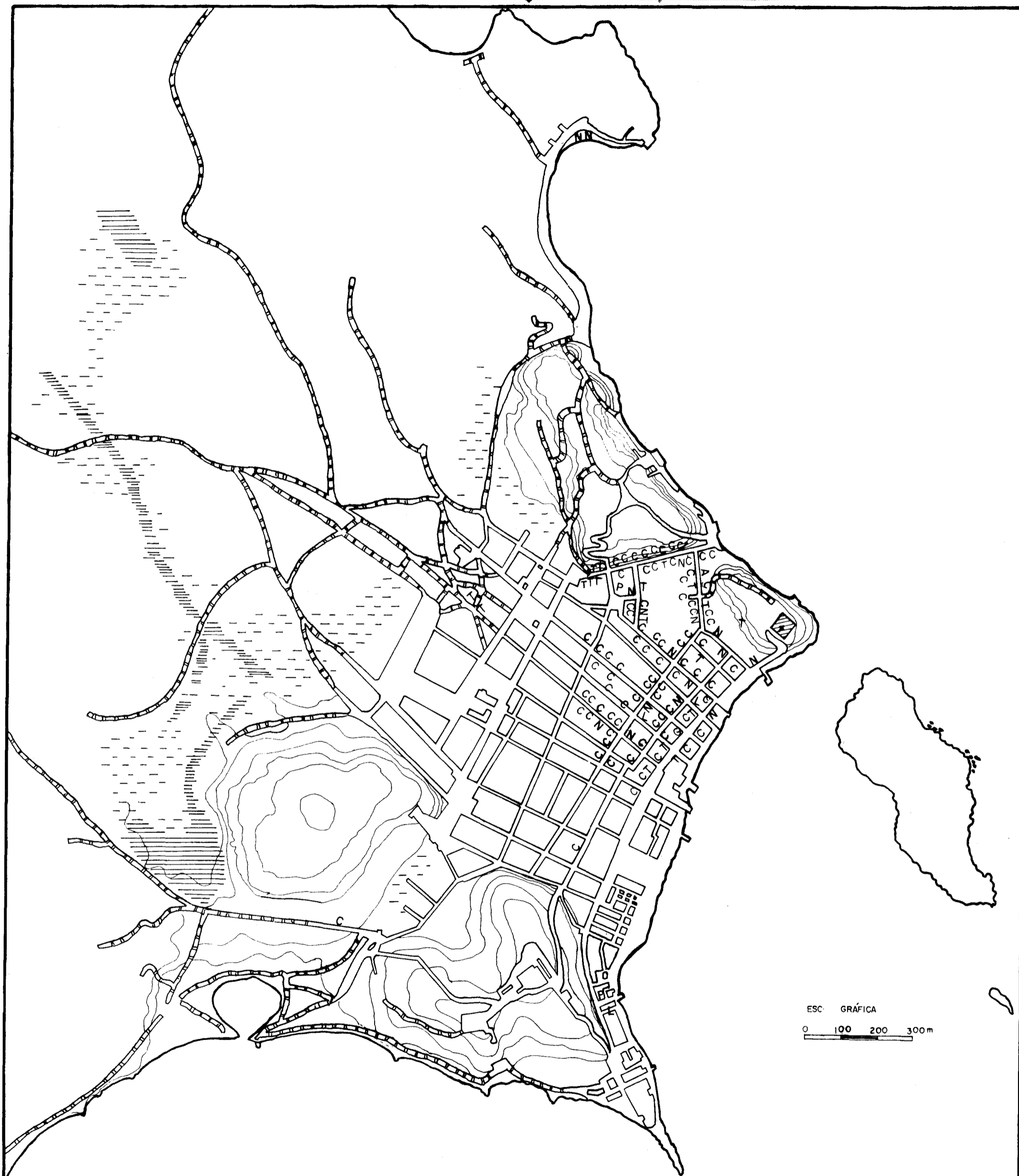
LEGENDA

- |   |                         |   |          |
|---|-------------------------|---|----------|
|  | malha urbana            |  | lagoas   |
|  | morros                  | T   | terrenos |
|  | limite da sesmaria      | C   | casas    |
|  | caminhos                |  | horta    |
|  | alagados                |  | pasto    |
| N   | imóvel não identificado |   |          |

FONTE : BARREIROS, E. CANABRAVA - ATLAS DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO RJ. ENSAIO - 1565/1965, RIO DE JANEIRO, IHGB, 1965.

FRIDMAN, FANIA - PESQUISA "LEGISLAÇÃO, PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO RIO DE JANEIRO". CNPq/UFRJ.

MAPA 3 : PATRIMÔNIO TERRITORIAL E IMOBILIÁRIO BENEDITINO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1751 A 1850.



ESC: GRÁFICA  
0 100 200 300m

LEGENDA

- |       |                         |   |          |
|-------|-------------------------|---|----------|
| +     | malha urbana            | T | terrenos |
| ⬤     | morros                  | C | casas    |
| — — — | caminhos                | L | lojas    |
| — — — | alagados                | P | prédios  |
| — — — | lagoas                  | A | armazéns |
| N     | imóvel não identificado |   |          |

FONTE: BARREIROS, E. CANABRAVA - ATLAS DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO R.J. ENSAIO - 1565 / 1965, RIO DE JANEIRO, IHGB, 1965

FRIDMAN, FANIA - PESQUISA "LEGISLAÇÃO, PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO RIO DE JANEIRO" - CNPq/UFRJ

MAPA 4: PATRIMÔNIO TERRITORIAL E IMOBILIÁRIO BENEDITINO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1851 A 1950.



ESC. GRÁFICA  
0 100 200 300m

LEGENDA

- |   |                         |   |         |
|---|-------------------------|---|---------|
| ⊕ | malha urbana            | L | lojas   |
| ⊖ | morros                  | S | salas   |
| C | casas                   | P | prédios |
| T | terrenos                | A | amazéns |
| N | imóvel não identificado |   |         |

FONTE:  
BARREIROS, E. CANABRAVA - ATLAS DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO RJ. ENSAIO - 1565/1965, RIO DE JANEIRO, IHGB, 1965  
FRIDMAN, FANIA - PESQUISA "LEGISLAÇÃO, PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO RIO DE JANEIRO". CNPq/UFRJ.

MAPA 5 : PATRIMÔNIO TERRITORIAL E IMOBILIÁRIO BENEDITINO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1951 A 1992.



ESC. GRÁFICA  
0 100 200 300m

LEGENDA

- |   |                         |   |              |
|---|-------------------------|---|--------------|
| + | malha urbana            | S | salas        |
| ⌘ | morros                  | P | prédios      |
| C | casas                   | A | armazéns     |
| T | terrenos                | a | andares      |
| L | lojas                   | a | apartamentos |
| N | imóvel não identificado |   |              |

FONTE  
BARREIROS, E. CANABRAVA - ATLAS DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO R. J.  
ENSAIO - 1565 / 1965, RIO DE JANEIRO, IHGB, 1965.  
FRIDMAN, FANIA PESQUISA "LEGISLAÇÃO, PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO RIO DE JANEIRO" - CNPq / UFRJ.